

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH)

**AVENTURAS FEMINISTAS NOS SERTÕES DE GOIÁS:
AS MULHERES E AS SUAS LUTAS NOS GUARDADOS DE
CONSUELO RAMOS CAIADO (1899-1931)**

Autor:

Paulo Brito do Prado

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Rachel Soihet

Niterói – RJ,

2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH)

**AVENTURAS FEMINISTAS NOS SERTÕES DE GOIÁS:
AS MULHERES E AS SUAS LUTAS NOS GUARDADOS DE
CONSUELO RAMOS CAIADO (1899-1931)**

Autor:

Paulo Brito do Prado

Orientadora:

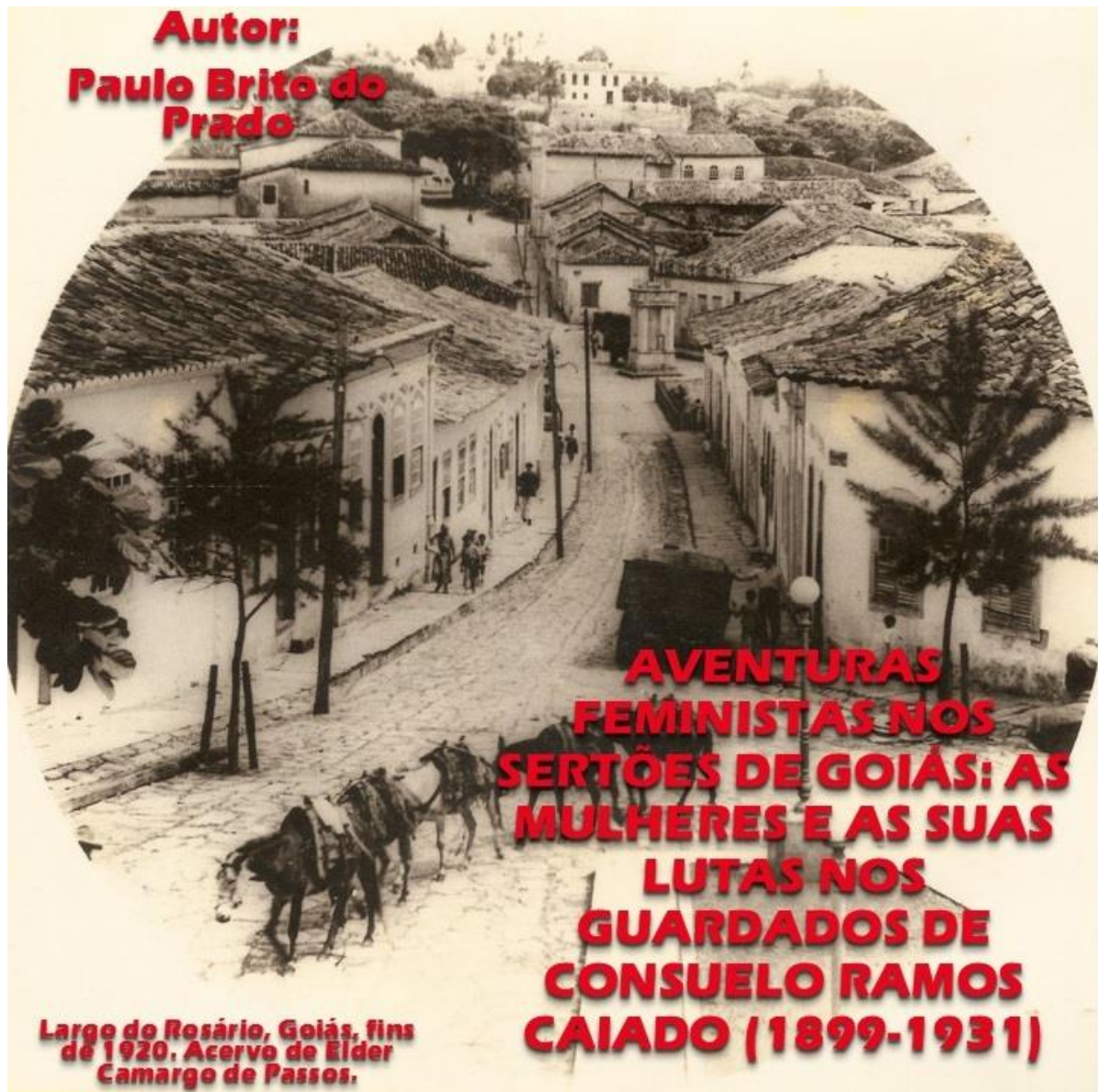
Prof.^a Dr.^a Rachel Soihet

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense (UFF), como requisito para obtenção do título de Doutor em História.
Área de Concentração: História Social
Setor: História Contemporânea II

Niterói – RJ,

2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH)



Niterói – RJ,
2019.

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

P896a Prado, Paulo Brito do
Aventuras feministas nos sertões de Goiás: as mulheres e as
suas lutas nos guardados de Consuelo Ramos Caiado (1899-
1931)/Paulo Brito do Prado; Rachel Soihet, orientadora.
Niterói,
2019.
471 f. : il.
Tese (doutorado)- Universidade Federal Fluminense, Niterói,
2018.
DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2018.d.01436165105>
1. Feminismo. 2. Mulheres. 3. Gênero. 4. Goiás. 5.
Produção intelectual. I. Título II. Soihet, Rachel,
orientadora. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto
de História.

CDD -

Bibliotecária responsável: Angela Albuquerque de Insfrán - CRB7/2318

**AVENTURAS FEMINISTAS NOS SERTÕES DE GOIÁS:
AS MULHERES E AS SUAS LUTAS NOS GUARDADOS DE CONSUELO RAMOS
CAIADO (1899-1931)**

Tese defendida e aprovada no Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (área de História) da Universidade Federal Fluminense (UFF), como requisito para obtenção do título de doutor em História em 26 de fevereiro de 2019, pela seguinte Banca Examinadora:

Autor:
Paulo Brito do Prado
Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Rachel Soihet

Prof.^a Dr.^a Rachel Soihet (UFF-RJ)
Presidente

Prof.^a Dr.^a Martha de Campos Abreu (UFF-RJ)
Membro

Prof.^a Dr.^a Maria Suely Kofes (UNICAMP-SP)
Membro

Prof.^a Dr.^a Maria Fernanda Baptista Bicalho (UFF-RJ)
Membro

Prof.^a Dr.^a Renata Figueiredo Moraes (UERJ-RJ)
Membro

Prof.^a Dr.^a Miriam Cabral Coser (UNIRIO-RJ)
Suplente

Prof.^a Dr.^a Livia Gonçalves Magalhães (UFF-RJ)
Suplente

Niterói – RJ,

2019.

Fernando Catroga apontou que “o homem conta histórias como protesto contra a sua finitude” (2015, p. 08). Lendo seus escritos em *Os passos do homem como restolho do tempo* coube-me interrogar, como historiador das relações de gênero, se seriam somente homens quem contam histórias como protesto contra a sua finitude? Onde entrariam as mulheres nas políticas da história até então em vigor?

Evidentemente que é de conhecimento meu partir o referido historiador de um “sujeito humano neutro e universal”, mas porque ele não tentou alterar sua perspectiva de observação e de escrita?

O feminismo em marcha desde o século XIX é a prova de que as mulheres também contam histórias.

As mulheres sempre falaram, legaram, guardaram e escreveram, e a evidencia disto são as muitas mulheres com as quais me encontrei no transcurso de minha trajetória. Todas contaram e contam histórias em protesto contra a sua finitude.

É por pensar nisto que dedico este trabalho à minha mãe. Ao seu modo, ela resistiu, lutou e sobreviveu em um contexto de subalternização, violência e de machismo...

Hoje ela conta sua história!

À Terezinha José Leite de Brito, minha mãe e a razão para eu estudar mulheres, gênero e feminismo.

O feminismo nos libertou de certas amarras do gênero e do “sexo rei”.

O feminismo nos libertou de um marido e de um pai violento...

“ *O*feminismo vencerá, porque não nasceu da vaidade, mas
da necessidade que obriga a triunfar.”
Consuelo Ramos Caiado, 1931.

Goyaz

“Terra moça e cheirosa,
de vestido verde e touca azul doirada,
entre todas, gentil!
Ninho dos soffredores
corações dos pastores cantadores!
– Coração do Brasil!

Quando se vem de fora
e salta o Parahyba,
o trem de ferro tem um ruído diferente,
uma sonora vibração de “jazz”
a enternecer a alma da gente...

Nome bonito – Goyaz!
Que prazer experimento
sempre que o leio
nos vagões em movimento,
com aquelle Y no meio!

O fordinho e o Chevrolet,
rasgando campos, furando mattas,
vão, a trancos e barrancos,
rumo ás cidades pacatas
Que brotaram no sertão.

Os poemas escriptos a carvão
nas porteiras das estradas boiadeiras
ou nas paredes caiadas dos alpendres:
“Lindaura Mendes – Cabo Assumpção...”
e, sob dois corações entrelaçados:
“Sôdade do Rio dos Boi.”
“5/5/22. Françaisco”...

Nas pautas musicaes
do arame dos mangueiros,
que gênio virá compôr
os motivos dos curraes
os desafios brejeiros
e as cantilenas de amor?

Goyaz! Recendente jardim,
feito para a volúpia dos sentidos!
Quem vive neste ambiente,
sorvendo o perfume de seiva
que erra no ar;
quem nasceu numa terra assim,
porque não há-de cantar?”

Leo Lynce (1928, p. 09-10).

“*A*s mulheres são tratadas não como sujeito, mas como uma coisa, buscando-se impedir a sua fala e a sua atividade. Nesta perspectiva, a violência não se resume a atos de agressão física, decorrendo igualmente, de uma normatização na cultura, da discriminação e submissão feminina. Aliás, o avanço do processo de civilização, entre os séculos XVI e XVIII, corresponderia a um recuo da violência bruta, substituindo-se os enfrentamentos corporais por lutas simbólicas. Nesse período, a construção da identidade feminina se pautaria na interiorização pelas mulheres das normas enunciadas pelos discursos masculinos; fato correspondente a uma violência simbólica que supõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação. Um objeto maior da história das mulheres, neste momento, consiste no estudo dos discursos e das práticas, manifestos em registros múltiplos, que buscariam garantir o consentimento feminino às representações dominantes da diferença entre os sexos: a divisão das atribuições e dos espaços, a inferioridade jurídica, a inculcação escolar dos papéis sociais, a exclusão da esfera pública etc.... Assim, definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação – que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída – é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irredutível, universal”.

Rachel Soihet (1997, p. 04-05)

“*N*inguém duvida de que o mundo se tornou mais feminino e feminista, no Ocidente, entendendo no primeiro caso, uma maior aceitação e reconhecimento da ‘cultura feminina’, de um ‘saber-fazer’ específico das mulheres, mesmo que culturalmente determinado e não resultante de diferenças biológicas, e no segundo caso, referindo-me à luta pelo direito à vida em igualdade de condições para os dois sexos. Aceita-se, em geral, que as mulheres obtiveram inúmeros espaços sociais antes inexistentes ou proibidos para elas, que conquistaram muitos cargos importantes, que provocaram muitas mudanças nas relações de gênero, mudanças que, por sua vez, afetaram a própria maneira de ser homem e de pensar. Contudo, poucas vezes o feminismo é invocado como sendo o produtor principal das mudanças positivas”.

Margareth Rago (2001, p. 10)

“*M*ás que en muchas otras áreas de la indagación histórica, la historia de las mujeres se caracteriza por tensiones extraordinarias: entre la política práctica y la erudición académica; entre los niveles establecidos en el seno de cada disciplina y las influencias interdisciplinarias; entre la actitud atórica de la historia y la necesidad de una teoría para el feminismo”.

Joan Wallach Scott (2008, p. 35)

“*E*sse debate revela a posição duplamente problemática do conceito de ‘sociedade’ no discurso feminista. Ou a ‘sociedade’ é assumida como um dado, como um sistema que está além dos interesses da pesquisa feminista, e/ou é atacada como o lócus de uma ideologia masculina que não consegue reconhecer o caráter plural do mundo real. Mas esse mundo é mais do que plural, é também um mundo de conflito”.

Marilyn Strathern (2006, p. 59)

“*E*scriver a história das mulheres supõe que elas sejam levadas a sério, que se dê à relação entre os sexos um peso, ainda que relativo, nos acontecimentos ou na evolução das sociedades”.

Michelle Perrot (2005, p. 14)

PERCALÇOS E AGRADECIMENTOS

A palavra que reteus
É tua serva querida
Mas aquela que te foge
É dona da tua vida
Consuelo Ramos Caiado (1931, p. 18)

Filhos mesmo de Goyaz que conseguem-se diplomar, são alli victimas de sua ousadia. Para prova vejamos o seguinte.
Oscar Leal (1892, p. 44)

Convencionalmente este espaço reserva-se aos agradecimentos, fatos emocionantes e positivos de toda a trajetória tecida durante a pesquisa, as leituras e a escrita da tese. Evidentemente que seguirei este roteiro, farei a descrição de fatos emocionantes e que marcaram profundamente a produção dessa investigação, agradecerei as pessoas que me apoiaram ao longo desses quatro anos de doutorado, porém, antecedendo isto, produzirei uma narrativa em torno da dureza que envolveu minha entrada no doutorado, realização da pesquisa e a escrita das Aventuras Feministas.

De início lembro que as aventuras não se resumiram tão somente aos investimentos das mulheres que estudei e que narrei nas páginas que se seguem. As aventuras também foram minhas. Ao optar por realizar o doutorado em uma região distante de meu originário estado de Goiás precisei enfrentar as mais diversas situações, circunstâncias para as quais eu não estava preparado, o que tornou minha trajetória um tanto difícil e quase impediu a realização e escrita dessas Aventuras Feministas nos Sertões de Goiás.

Foram muitas as pedras, os caminhos tortuosos e os espinhos, as dificuldades eram tantas e vieram de diferentes lados, tanto que em alguns momentos pensei em desistir, abandonar tudo e voltar para Goiás. Porém no entremeio as múltiplas dificuldades algumas pessoas foram se aproximando – hoje estas pessoas são amigas – e conseguiram converter o peso dos problemas e dos obstáculos em algo mais leve. Essas pessoas tornaram tudo mais suportável. Felizmente o amparo e a segurança que recebi me proporcionaram condições para concluir a investigação e escrever estas aventuras.

Trouxe como epígrafe alguns fragmentos de Consuelo Ramos Caiado e de Oscar Leal. O primeiro, mais sutil e poético, foi utilizado na expectativa de que as palavras que

daqui venham a fugir se tornem donas da vida desta tese, de quem a ler e que informem o quão difícil foi alcançar as mulheres que a protagonizam e narrar os fragmentos de suas experiências.

A presença das mulheres é algo bastante trabalhoso de se perceber em fontes, em arquivos e em narrativas históricas, não é de se estranhar a conclusão de Michelle Perrot (1992) de que no teatro da história as mulheres não passam de sombras, que são silêncios, que precisam de uma atenção refinada e disposta a capitá-las nos recônditos da cultura.

No caso goiano essas sombras exigiram atenção redobrada, uma vez que as palavras que escaparam da boca e da ponta do lápis das goianas foram tão poucas que quase não encontrei narrativas de que pudessem ser “donas de suas vidas”, e que fossem capazes de informar fragmentos que permitissem uma reconstrução de suas trajetórias e de suas lutas. Claro que no decorrer da narrativa eu potencializei a escala de visibilidade das goianas em razão de praticarem ações transgressoras o suficiente para merecerem todo o crédito.

Já o fragmento de Oscar Leal, mais agressivo, ditou o ritmo de minha trajetória acadêmica, desde a entrada no doutorado até os últimos dias que antecederam a defesa deste texto. Os combates que precisei traçar para contornar os obstáculos e a arrogância humana não foram poucos e nem fáceis de vencer. Tantos percalços deixaram marcas profundas e difíceis de serem fechadas, principalmente porque me vi inserido em um contexto de crise financeira, de afetações psíquicas e de muitas frustrações.

“Filho de Goiás”, não no sentido de reforçar uma identidade essencializadora e essencializada – algo típico de agentes ditos de “sangue azul” e que vez ou outra atacam “forasteiros” que chegam na cidade de Goiás nos dias de hoje – mas sim para demarcar a região de onde sou originário, de onde falo, de onde partiu a pesquisa e de onde saíram as mulheres que apresentarei nesta tese. Opero essa noção de pertencimento para tornar visível o desprezo e a violência com que fui tratado por algumas instituições de ensino do estado de Goiás que não se sensibilizaram e me negaram direitos garantidos em lei para que eu pudesse realizar o doutorado em História, na Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, no Rio de Janeiro.

As dificuldades que enfrentei durante todo o percurso de pesquisa e produção desta tese me compeliram a trazer para este espaço situações de muita dificuldade e temas bastante duros. Em função da necessidade de registrar os repertórios de violência simbólica e epistemológica que sofri, gostaria de deixar registrado aqui as muitas vezes em que precisei enfrentar a intranquilidade, a arrogância e o desrespeito de pessoas que ocupando lugares de

destaque não se envergonharam em fazer uso de sua posição privilegiada para me prejudicar e me violentar, isto em razão de tomarem meu gosto pelo estudo uma verdadeira ousadia.

Foram várias as estratégias de silenciamento. Algumas pessoas foram capazes de manejar as mais variadas ferramentas de poder para me apagar, me ridicularizar e tornar todo o processo de produção desta tese em algo quase impossível de ser desenvolvido. Enfatizo que os esforços para minar meu trabalho foram inglórios e – mesmo com alguns tropeços – as *Aventuras Feministas* chegaram a uma etapa possível de ser apresentada ao público leitor. Estas aventuras se materializam no texto que oportunamente apresento ao PPGH-UFF como requisito para o título de doutor em História. Antes, convid@-@s a ler uma breve história...

A história desta tese começou ainda em 2013 quando realizava meu exame de qualificação no mestrado em História da Universidade Federal de Goiás (UFG-GO). Na época estudava mulheres e ditadura em Goiás entre 1965 e 1970. Felizmente, o trabalho tomou grande dimensão dentro do campo de estudos sobre Goiás e eu consegui, mesmo trabalhando e auxiliando minha mãe no tratamento contra um câncer de mama, produzir algo que realmente contribuísse para a historiografia goiana.

Ao fim do exame de qualificação do mestrado, cansado, mas feliz por ter recebido excelentes considerações em relação ao trabalho, fui duramente atacado, enquanto conversava com um amigo que viera de longe para assistir ao exame. Uma das pessoas que mencionei anteriormente criou uma situação bastante desagradável e tentou me constranger. Humilhado e exposto por esta pessoa, acabei me sentindo desafiado. Me vi incitado a expandir meu trabalho, como historiador, para fora dos contrafortes da UFG.

Foi por esta, e por outras razões, que ao fim do mestrado, voltei minhas atenções para o Rio de Janeiro onde realizei a seleção para o curso de doutorado na UFF-RJ em Niterói no ano de 2014. O resultado final foi publicado ainda em fins desse mesmo ano, e eu conquistei a aprovação, tive a felicidade de contar com uma excelente orientadora e comecei os preparativos para cursar as disciplinas e cumprir com as demais obrigações do curso ao longo do ano de 2015.

Venturosamente tudo parecia caminhar para que eu pudesse realizar o curso com tranquilidade. Minha mãe estava bem de saúde e fora de perigo, os problemas familiares haviam sido remediados e eu agora tinha o direito de solicitar licença junto à Secretaria de Educação do Estado de Goiás para assim realizar as disciplinas, a pesquisa e escrever a tese – direito este previsto em lei – e concedido àquele servidor efetivo que preza por uma formação continuada.

As aulas começariam em março e um mês antes me dirigi a Niterói para realizar a matrícula e dar entrada na documentação para solicitar a licença. Em Goiás, organizei toda a documentação e só depois parti para o Rio de Janeiro, onde efetivei a matrícula. De volta, com parada marcada na Secretaria de Educação do Estado de Goiás, em Goiânia, protocolei o pedido de licença e retornei para Goiás a fim de aguardar a liberação da mesma.

Entretanto, tudo não passou de mera ilusão. Passado um mês, quando já se aproximava o começo das aulas, a Secretaria de Educação expediu um documento negando meu pedido de licença alegando não haver outro profissional que me substituísse – ressalto que o governo do estado de Goiás já não realiza concursos para contratação de professores efetivos na área das ciências humanas (História) desde 2010. Essa foi apenas mais uma, das muitas pedradas que receberia ao longo de meu processo de formação e de luta pelo direito de estudar.

Preocupado, mas decidido a fazer o doutorado organizei minha vida junto à escola. Reduzi o número de aulas, articulei horários que possibilitassem minha saída sempre nos dias de segunda, terça e quarta feira. E foi dessa maneira que passei a viajar ao Rio de Janeiro e a retornar para Goiás semanalmente a fim de cursar as disciplinas e chegar a tempo de trabalhar e manter meu trabalho.

Persisti nas viagens semanais até o Rio de Janeiro por longos quatro (04) meses, pois o percurso era violentamente cansativo, feito em péssimas condições e marcado pela pouca disponibilidade de recursos. Também não fui contemplado com bolsa de estudo em função dos cortes feitos pelo Governo Federal.

Toda semana eu fazia o seguinte percurso: sempre saía de Goiás aos domingos, pela manhã pegava o ônibus em Goiás, me dirigia até Goiânia e depois até Brasília (percorria, só no estado de Goiás, 395 quilômetros), trajeto esse que era feito de ônibus. Chegava na rodoviária de Brasília aproximadamente às 18 horas. Dali me dirigia até a casa de Gizelly e de Ferdnando. Clovis, um amigo, organizara junto a sua irmã essa parada de descanso e de acalento em meio às dificuldades que me foram impostas pelo Estado de Goiás. A casa de Ludmila uma amiga que mora em Goiânia, era outro conforto para meu “inferno particular”. Sempre parava ali para receber o carinho dessa amiga e de sua família.

Mas em Brasília, na casa de Gizelly e de Ferdnando, a noite, após brincar com Fernando, o filho do casal, me dirigia até o quarto e dormia até às quatro (04) horas da manhã. Sempre levantava pela madrugada pois precisava me dirigir ao aeroporto onde embarcava no avião, às seis horas, horário mais barato, e que me levaria até o Rio de Janeiro.

Toda segunda feira eu chegava ao Aeroporto Santos Dumont às nove (09) horas. Descia rapidamente, pegava minha mochila e caminhava até a Praça XV, passando pelo cais em direção às barcas, ali atravessava para Niterói e caminhava passando pela Praça Araribóia, até o campus da UFF no Gragoatá. As aulas começavam sempre às treze (13) horas. Somente às 18 horas quando as aulas terminavam é que me dirigia até as barcas e retornava para as imediações da Praça XV. Com os pés em terra firme caminhava, seguindo o fluxo da multidão, ladeando do meu lado direito a Assembleia Legislativa e do esquerdo a Igreja São José. Esse percurso me encaminhava até o ponto de metrô do Carioca.

Sentava em um dos vagões do metrô e só descia em Botafogo, e da Voluntários da Pátria ou da Rua São Clemente, eu caminhava até o hostel El Misti onde dormia (Esse fora o lugar mais barato que pude pagar) todos os dias. Neste albergue sempre ocupava quartos com seis camas e ali acabei conhecendo pessoas do mundo inteiro que se dirigiam ao Rio de Janeiro para trabalhar, estudar, se divertir ou simplesmente morar.

Minhas noites nesse dormitório nem sempre eram as melhores. Havia muito barulho por conta dos turistas e do entra e sai de pessoas. Realmente, não foi uma temporada fácil, todavia fui convertendo tantos percalços em partes constitutivas de minha poética cotidiana.

Eu sempre me recolhia cedo, isso porque pela manhã, às sete (07) horas da manhã de terça-feira precisava estar a postos para fazer o mesmo percurso do dia anterior. Nesse dia me dirigia até a UFF para assistir a disciplina da Professora Dr^a. Juniele Rabelo. No dia anterior assistira as disciplinas das Professoras Dr^{as}. Martha Abreu e Camila Agostini.

Sempre saía um pouco antes do horário para poder caminhar pelo centro do Rio de Janeiro e conhecer os museus de que tanto gosto. Feito isso me dirigira até ao campus da UFF e assistia às aulas. Ao final da tarde acalentado pelos amigos e amigas Moema, Iza, João Gilberto, Gustavo e Jessica pegava o caminho em direção ao hostel. Logo pela manhã viajaria em direção a Goiás onde ministraria aulas durante todo o dia e inclusive a noite, todas as quintas e sextas-feiras. Depois de viajar durante o dia de quarta-feira, eu chegava em Goiás exausto, simplesmente deitava e dormia. Às seis horas da manhã precisava me levantar para trabalhar.

Na sexta-feira, depois do expediente de aulas, à noite, iniciava as correções de atividades e provas. Eu tinha até o dia posterior para fazê-las e lançar todas as notas no sistema da Secretaria de Educação. No domingo já recomeçava toda a minha jornada de ônibus, avião e preocupações. A apreensão era imensa. Sempre me pegava pensando se

conseguiria realizar tal empreendimento, aventura que aos olhos de muitos parecia impossível tanto fisicamente quanto financeiramente.

Ao fim de quase quatro meses eu já estava psicologicamente cansado e debilitado. Não dormia e nem comia direito. Minha preocupação com relação aos recursos financeiros tornava tudo mais traumático ainda. Era eu quem pagava todas as passagens de ida e de volta de Goiás para o Rio de Janeiro. Também pagava todos os gastos e despesas, tanto aquelas da viagem semanal quanto as de casa em Goiás, afinal minha mãe permanecera em Goiás e precisava de um suporte mínimo. Eu estava realmente preocupado e doente.

Tudo isso contribuiu para que eu adoecesse, além disso havia o ressentimento por não terem atendido o meu pedido de Licença para o Aprimoramento profissional previsto em Lei, o que contribuiu para que eu recorresse a um intensivo tratamento médico. Foi graças a Ludmila e de sua família que consegui contornar essa fase de meu processo de formação. Muito próxima de mim Ludmila tomou a liberdade de me auxiliar no pedido de licença médica e me ofereceu ajuda para recorrer à justiça exigindo meu direito de licença para formação avançada.

Feito isso, enquanto aguardava a decisão do juiz, continuei o tratamento médico. Passado um mês após abertura de processo contra a secretaria de educação, felizmente o juiz concedeu uma liminar – questionada algumas vezes pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás – ao meu favor. Nesse processo Cleusa, uma amiga, também teve papel importante pois foi quem conseguiu o advogado que me defendeu no processo arrolado.

Ao fim desse episódio em pouco menos de um mês retornei às aulas na UFF, e graças à compreensão das professoras, pude concluir as disciplinas em meados de julho de 2015. Claro que outros fatos atrapalharam um pouco a formação, pois lembro que 2015 foi um período tumultuado cheio de greves e de paralizações resultantes dos cortes impostos às Universidades Brasileiras.

Em agosto, cheio de dívidas, abatido e bastante desgastado parei para refletir no grande golpe que me fora imposto pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás. O fato de negarem a licença quase custara minha vida e eu me encontrava marcado pelo peso do fardo que carregara ao longo dos meses de março a julho. Tentei tornar esse drama em algo mais leve e apoiado por amigos segui em frente. Persisti e dei a volta por cima. Após me desligar dos remédios pude começar as pesquisas e estreitar relações de orientação com a professora Dr^a. Rachel Soihet.

Sempre de posse de uma paciência e tranquilidade únicas a professora Dr^a. Rachel Soihet trouxe para o contexto em que estava inserido a segurança de que precisava para desenvolver meu trabalho. Agradeço imensamente esses anos de diálogo e de amizade. Aprendi muito e sou outro depois de nosso encontro. Você, professora foi realmente importante, não só para a pesquisa, mas também para meu crescimento enquanto pessoa.

Muito obrigado Professora Dr^a. Rachel Soihet. Também aproveito para agradecer a leitura cuidadosa do texto de qualificação feita pelas professoras Dr^{as}. Martha Abreu, Suely Kofes e Suely Gomes Costa. Sem as orientações e sugestões de todas vocês eu não conseguiria alcançar o resultado que lhes apresento.

Após contornar tantos problemas creio que agora cabe agradecer aos amigos e amigas que foram se ajuntando e que contribuíram para a realização deste trabalho. Sem a poesia que souberam transferir-me dificilmente conseguiria contornar a arrogância alheia e a maldade de pessoas que nem mesmo me conheciam. Deixo agora alguns agradecimentos:

Mãe peço desculpas pelas longas horas de silêncio e de irritação que marcaram esses últimos quatro anos. Por estar mais próxima de mim sei que sentiu de forma direta um pouco da violência que me foi infligida. Agradeço-lhe por todo o suporte e pela calma que soube me transmitir durante todo este processo e por toda a vida.

Clovis, Tia Ana, Gizelly, Ferdnando, Lindomar e Fernando, amigos de longa data, agradeço pelos esforços, estímulos e suporte durante todas as etapas de minha formação. Reitero agradecimentos a você meu amigo Clovis Britto que corrigiu esta tese e tantos textos que já escrevi. Muito obrigado pela parceira e possibilidade de diálogo.

Ludmila, Glenya, Lorena, Fátima e Sebastião – a família que me adotou – saibam que sem vocês eu dificilmente conseguiria realizar o trabalho que agora concluo. Vocês foram e são importantíssimos em minha vida. Muito obrigado por estarem ao meu lado sempre. Ludmila eu te agradeço pela correção veloz que fizera no texto desta tese.

Cleusa te agradeço pela imensa sensibilidade e carinho, saiba que você me salvou e que me ajudou quando precisava muito. Agradecimentos eternos!

Aparecida Amorim, agradeço por ser a irmã que minha mãe não tem. Sempre presente e disposta a ajudar, você é uma das pessoas mais importantes de nossas vidas.

Aos familiares, que permaneceram por perto, peço desculpas pelas ausências e agradeço pelo carinho e pela consideração; obrigado tia Mariquinha e Tomazia. Minha gratidão à tia Chiquinha e primas Vera e Mercedes. Obrigado Elizabeth! Estendo também meu obrigado ao tio Manuelito e tio José Rosa. Todos vocês deram importantes

contribuições à minha mãe durante o tratamento do câncer de mama e eu não me esquecerei disso. Saibam que foram muito importantes em todo o processo.

Iza, Moema e Veronica, amigas de disciplina e de longas conversas, peço desculpas pelas ausências e agradeço imensamente por toda a amizade e pelo carinho cultivado ao longo dessa caminhada.

Veronica agradeço pela parceria e amizade ao longo desses quatro anos de curso, meu muito obrigado pela companhia em horas bastante difíceis de minha vida.

João Gilberto, Gustavo e Jessica foi vendo a luta de vocês e recebendo seus gestos de amizade que me senti forte para persistir na minha caminhada, muito obrigado.

Fátima, Circe e Elder, meus amigos de longa data e a quem dedico agradecimentos por não pouparem esforços na coleta de fontes e na busca de informações sobre as mulheres envolvidas nessas Aventuras Feministas.

Denise, minha grande amiga de trabalho, agradeço o companheirismo e a disponibilidade em me escutar e ajudar sempre. Muito obrigado pelo respeito.

Antônio e Flávia, meus amigos da antropologia, agradeço todo o carinho, os diálogos e debates. Agradeço por entrarem em minha vida e a tornarem ainda mais alegre.

Aos alunos e ex-alunos, companheiros de muitas horas, agradeço a compreensão e a alegria com que sempre me receberam nas aulas cotidianas.

Geraldo e Waleska agradeço aos repertórios de confidências, a confiança e o carinho. Saibam que levo vocês junto comigo sempre. Eu amo vocês!

Agradeço os risos e a parceria oferecida por Giovanna Jubé, Marcela, Eduarda, Eduardo, Emanoele, Julia e Generi. Saibam que é sempre muito importante estar com vocês, que são para mim a prova de que a profissão de professor é muito importante. Amo demais!

Agradeço toda a amizade oferecida por Samara, Matheus Rios, Maico, Ana, Thiago, Victoria, Paulo, Carolayne, Kaliny e Carolina. Vocês foram a interrupção que precisava para entender que estudar é preciso, mas se divertir também é fundamental. Meus parceiros de vida e de “rolês” adorados!

Aos demais amigos não mencionados, porém não menos importantes, também dedico esta tese e agradeço o carinho que tiveram comigo. Quero que saibam que todos (mencionados ou não) tornaram as Aventuras Feministas um empreendimento possível, mesmo diante do cenário duro e incerto no qual me vi mergulhado ao longo desses anos.

Muito obrigado!

RESUMO

Aventuras feministas nos sertões de Goiás: as mulheres e as suas lutas nos guardados de Consuelo Ramos Caiado (1899-1931)

O presente trabalho denominado “Aventuras Feministas nos sertões de Goiás: as mulheres e as suas lutas nos guardados de Consuelo Ramos Caiado (1899 – 1931)” se envereda por ações e táticas de mulheres que, ao longo de suas vidas, empreenderam diferentes repertórios de luta diretamente interessadas na conquista do direito de voto, ou que lhes permitissem ocupar lugares até então só ocupados por homens. Fruto dos guardados de Consuelo Ramos Caiado, a tese que apresentamos tentou mostrar de que forma essa feminista articulou sua formação intelectual (acadêmica e escrituraria), a luta feminista e a direção de instituições intelectuais com a produção de um grande arquivo que informa, dentre muitas coisas, a história e a memória das mulheres de Goiás. Infelizmente, por razões que desconhecemos, parte do acervo, deixado por Consuelo no Gabinete Litterario, desapareceu. Todavia as pistas que ela mesma escondeu em gavetas e armários dessa biblioteca somado ao documento de doação de seu acervo produzido por seus familiares, um ano após seu falecimento (1982), e informações oferecidas por pesquisadores que nos antecederam, permitiu que percorrêssemos outros acervos e instituições de pesquisa em Goiânia e no Rio de Janeiro na expectativa de reunir documentos sobre Consuelo Caiado, as suas lutas e as lutas das mulheres de Goiás, reconstituindo [sob nosso ponto de vista] um arquivo para Consuelo Caiado. Os documentos disponíveis no Gabinete Litterario Goyano, na Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, no Arquivo do Estado de Goiás, no Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e no Museu Nacional do Rio de Janeiro permitiram reconstruir não só a trajetória de Consuelo Caiado, mas também a luta das mulheres por direitos e cidadania entre fins do século XIX e meados do XX. As aventuras feministas de que falamos no decorrer destas páginas se relacionam diretamente às aventuras de mulheres instruídas e intelectualizadas que buscaram ocupar lugares e ampliar as fronteiras de sua ação no interior de uma cultura masculina.

ABSTRACT

Feminist adventures in the backlands of Goiás: the women and their fights kept by Consuelo Ramos Caiado (1899-1931)

The present work called “Feminist Adventures in the backlands of Goiás: the women and their fights kept by Consuelo Ramos Caiado (1899 - 1931)” is driven by the actions and tactics of women who, throughout their lives, they engaged in different repertoires of struggle directly interested in gaining the right to vote, or which allowed them to occupy places previously occupied only by men. As a result of the work of Consuelo Ramos Caiado, the thesis we present attempts to show how this feminist articulated her intellectual formation (academic and writings), the feminist struggle and the direction of intellectual institutions with the production of a large archive that informs, among many things, the history and memory of the women of Goiás. Unfortunately, for reasons we do not know, part of the collection, left by Consuelo in the Gabinete Litterrio, disappeared. However, the clues that she herself hid in the drawers and cabinets of this library added to the donation document of her collection produced by her relatives a year after her death (1982), and information provided by previous researchers allowed us to go through other collections and research institutions in Goiânia and Rio de Janeiro in the expectation of collecting documents on Consuelo Caiado, her struggles and the struggles of the women of Goiás, reconstituting a file for Consuelo Caiado [from our point of view]. The documents available in the Gabinete Litterario, at Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, at the Arquivo do Estado de Goiás, at the Instituto de Pesquisas and Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), at the Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), at Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, at the Arquivo Nacional do Rio de Janeiro and in the Museu Nacional do Rio de Janeiro allowed us to reconstruct not only Consuelo Caiado's trajectory, but also the struggle of women for rights and citizenship between the end of the 19th and the middle of the XX century. The feminist adventures that we speak of in the course of these pages are directly related to the adventures of educated and intellectualized women who sought to occupy places and broaden the boundaries of their action within a masculine culture.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

A Goiás das mulheres: trajetórias e histórias..... 21

PARTE I – UMA TRAJETÓRIA QUE REVERBERA E FAZ REVERBERAR

CAPÍTULO I

A guardiã..... 49

PARTE II – LEITURA, INSTRUÇÃO E DIREITOS

CAPÍTULO II

O Gabinete, os jornais e a emancipação..... 131

CAPÍTULO III

Escrita feminina e direitos..... 216

PARTE III – AVENTURAS FEMINISTAS EM GOIÁS

CAPÍTULO VI

Cotidiano das goianas modernas..... 280

CAPÍTULO V

Consuelo Ramos Caiado e o feminismo goiano..... 327

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres nos guardados de Consuelo: uma história em fragmentos..... 408

REFERÊNCIAS..... 418

INTRODUÇÃO

A GOIÁS DAS MULHERES: TRAJETÓRIAS E HISTÓRIAS

“A estrella d’alva tremulava no occidente e uma fresca brisa farfalhava por toda cidade levando até ao João Francisco e Cantagalo, os plangentes sons dos sinos, que repicavam, chamando os fieis para a missa domingueira.

Pouco a pouco, ouvia-se em toda a cidade um ranger de portas, que se entre-abriam dando passagem a madrugadores Christãos. Um sussurro de vozes e o ruido de alguns despertadores que tublintavam, despertando os mais preguiçosos, faziam a raiva de muitos neurosthemicos.

Só os moradores de uma elegante vivenda construída a rua D... pareciam não fazer caso do batter dos sinos e dos rumores das convenções.

Admirados os passantes fitavam a elegante vivenda com a porta hermeticamente fechada e perguntavam que deveria ter acontecido a esposa do Dr. Pedro, que era sempre uma das primeiras a dirigir-se à missa das 4 horas na Cathedral”.

Consuelo Ramos Caiado, 1917.

“Nunca a mulher retirou-se de onde pisou”.

Consuelo Ramos Caiado, 1931.



Fig. 01 – Largo do Rosário e principais ruas de Goyaz. Fotografia de José Alencastro Veiga, 1902. Arquivo de Elder Camargo de Passos.

A Goiás de fins do século XIX e meados do XX era um núcleo urbano que se distribuía em muitos distritos, vilas e aldeamentos por vasto território do centro do Brasil.

Desde os primeiros anos de fundação da Província [depois Estado], Goiás fora o lugar que sediara o governo e onde se concentrou o poder político e as famílias que se constituíram, ao longo do Império e da República, nas oligarquias governantes da região (Maria Augusta de Santana MORAES, 1973; Ana Lúcia da SILVA, 2005).

No princípio dividida nos distritos do Rosário e de Sant'Anna, Goiás foi, em seu processo de expansão, caracterizando-se como uma cidade cheia de ruas sinuosas e por becos que serpenteavam ao longo de todo o conjunto urbano. Suas casas eram feitas de adobe e de armações de madeira presas por couro de boi. Tantas construções juntinhas e olhadas de lugares altos, davam a impressão de que cochichavam umas com as outras.

Grande parte das cidades resultantes do ciclo do ouro em Goiás tinham estas características e juntas compunham o estado que seguiu identificado como o “Coração do Brasil”, de acordo com o que escolheram referenciá-la Arnold Henry Savage Landor (1913), Cordolino Azevedo (1925), Leo Lynce [Cyllenê Marques de Araújo Valle] (1928) e Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro (1933), em seus respectivos escritos.

Resultado da política expansionista do Império português pelo território sul americano, Goiás foi fundada em 1727 por bandeirantes paulistas (Arnold LANDOR, 1913). A região, conforme nos contou Arnold Landor, já vinha de explorações anteriores. Expedições bandeirantes haviam percorrido a região entre os anos de 1647 e de 1682. Mas somente em meados do século XVIII, após fundar Minas Gerais e o Mato Grosso, que se obteve sucesso na localização de jazidas e na prospecção de ouro onde se denominaria Goiás. Só dessa maneira que a Província se constituiu e deu início as diferentes narrativas memorialistas, bem aos moldes das de Arnold Landor (1913):

Foi assim que o Estado de Goyaz, um dos naturalmente mais ricos do Brasil, continha pastagens únicas por sua beleza, florestas com bosques valiosos, muita água e grandes rios navegáveis que drenavam tanto o Norte quanto o Sul, dos quais era suficiente para mencionar o magnífico rio Araguaia, o Rio Tocantins e o Paranaíba (ou o Paraná) – era, todavia, um dos mais pobres. No coração do Brasil, Goyaz era geograficamente e politicamente o centro da República. Com uma área de 747.311 quilômetros quadrados (288.532 milhas quadradas), a Província tinha uma população estimada em cerca de 280.000 almas, ou menos de uma a cada milha quadrada (p. 105, tradução nossa).

Ao evocar a situação de Goiás em meados do século XX, Landor fez um retrospecto por sua história; ele reportou aos anos iniciais de sua fundação, marcados por enorme

circulação de viajantes, curiosos e aventureiros que, em busca de enriquecimento, percorreram estes sertões.

Os primeiros cinquenta anos de Goiás – século XVIII –, assentada às margens do rio Vermelho e seguida pela criação de núcleos urbanos e povoados em diferentes lugares daquele que seria seu território, caracterizou-se pela exploração do ouro, pelo manejo do trabalho escravizado e pelo aprisionamento de índios (Luiz PALACIN, 1976; Marivone Matos CHAIM, 1978).



Fig. 02 – Rua Moretti Foggia, início do século XX, autor desconhecido. Arquivo de Elder Camargo de Passos.

A economia baseada na mineração garantiu o enriquecimento da coroa portuguesa, movimentou o mercado europeu e proporcionou que Portugal se expandisse para além da linha imaginária de Tordesilhas (Gilka Vasconcelos SALLES, 1992). Como os Impérios português e espanhol haviam desrespeitado os limites territoriais estabelecidos por tal marcação imaginária assinou-se em 1750, um novo tratado. Neste, ambos os Estados reconheceram ter descumprido os acordos e fixaram novos delineamentos para suas posses na América do Sul. Chamado então de Tratado de Madri esse novo compromisso fixou os limites fronteiriços de cada império em rios e no relevo.

Durante o período de 1731 a 1789, muito marcado pelo desenho e pela delimitação territorial e social de Goiás, movimentaram-se por esses sertões grande número de escravizadas e escravizados de origem africana ou já nascidos em território brasileiro como os paulistas, os portugueses e até mesmo pessoas oriundas de diferentes regiões da porção de terra pertencente ao Império português.

O anseio pelo ouro, *pari passu* ao desgaste das minas, fez com que povoamentos fundados pela avidez metalista desaparecessem, e que seus viventes se dirigissem para outras localidades. O esgotamento do ouro de aluvião impactou a economia goiana e forçou a sua transição para a produção pecuarista, seguida pela agropecuária (Sônia Maria de MAGALHÃES, 2014). Todavia, ainda que tenha deixado de ser núcleo aurífero, Goiás continuou sendo visitada durante os séculos XIX e XX por estrangeiros.

“Terra distante”¹ dos grandes centros metropolitanos do entresséculos – Rio de Janeiro (a corte), São Paulo e Minas Gerais –, o estado e a cidade de Goiás a essa época dividida em dois distritos: o de Sant’Anna e o do Rosário, conforme representado pelas figuras de número 01 e 02, e ostentavam as características de uma região alvo de interesses, de especulações e de curiosidades.

A imaginação de estrangeiros era acionada por narrativas sobre a “terra distante”, seus sertões, seus segredos e suas riquezas. O exotismo goiano fez com que viajantes, de diferentes partes do mundo, se dirigissem ao interior do Brasil na expectativa de ter contato com sociedades “congeladas” no/pelo tempo, fossem elas os ditos agrupamentos “civilizados” ou os “primitivos”. Somado a isso se procurava tal região – por grande parte do século XIX – em razão de interesses neocoloniais (Arnold LANDOR, 1913)².

Passaram por Goiás, ainda em meados do século XIX, o médico Johann Emanuel Pohl (1817-1818) e o botânico Auguste de Saint-Hilaire (1819). Seguiram-lhes Raymundo

¹ Referência que dá título ao livro do capitão Cordolino de Azevedo, escrito em 1925, logo depois de fazer viagem a Goiás. O livro enfatiza a grande distância do estado em relação aos centros econômicos do país, nos ídos da década de 1920. Outrossim ele abre espaço para reflexões em torno da percepção de distância (curta ou longa). Evidentemente que a sensação de grande distância parte da pouca quantidade de vias de mobilidade pelo território goiano entre os séculos XIX e XX. As estradas eram em número reduzido e o percurso muitas vezes era feito em banglês, no lombo de um animal, em carros de boi ou a pé. Somente no final do século XIX é possível atravessar parte da região central do Brasil pelos trilhos do trem. A distância aqui precisa ser vista sobre aspectos sociais e culturais. A sua percepção é social e historicamente construída. De sua impressão, para mais ou para menos, depende considerar os avanços técnicos do pós-Revolução Industrial, fenômenos que reduziram distâncias e provocaram a sensação de aceleração na percepção de tempo.

² O Neocolonialismo, ou Imperialismo, resultou do capitalismo industrial e da sede pelos recursos minerais e naturais de regiões encaradas pelos grandes Impérios como subdesenvolvidas. Este evento se desenrolou a partir da Revolução Industrial, e se intensificou, na segunda Revolução Industrial, em 1870 (Nicolau SEVCENKO, 1992; Eric HOBBSAWN, 1995).

José da Cunha Mattos (1824), o conde Francis Castelnau (1842), José Vieira Couto de Magalhães (1861), Alfredo d'Escagnolle Taunay (1872), Joaquim de Almeida Leite de Moraes (1881) e Oscar Leal (1889). Em meados do século XX passaram por Goiás a professora e feminista Leolinda Daltro (1900), o reverendo William Azel Cook (1900), Arnold Landor (1913), Elizabeth Steen (1930) e outros viajantes, cientistas e turistas.

Junto a esses, o padre Luiz Antonio da Silva e Souza (1824), José Martins Pereira de Alencastre (1861-1862) e Antonio José da Costa Brandão (1886), deixaram registros demográficos e culturais da “gente goyana” e de aldeamentos indígenas do Brasil Central no entresséculos XIX e XX. Tantos escritos – que contrastam entre si – deixam ver após o cruzamento de suas informações, elementos importantes da história e da cultura goiana no período em questão.

O manuseio de variados registros evidencia ter todos esses narradores perseguido as cores de um etnocentrismo. Alguns foram exacerbadamente injustos para com os elementos constitutivos da população que ocupara e que começara a constituir a província/estado/cidade de Goiás. Os escritos desses viajantes e cientistas trouxeram as influências da época em que foram produzidos, desse modo não é de se estranhar as muitas considerações estereotipadas e preconceituosas em torno da constituição racial – e de gênero – do povo goiano.

Saint-Hilaire, por exemplo, apontou que os “negros e os mulatos formaram a maior parte da população de Goiás” (1975, p. 51) e que somado ao fenômeno da mistura racial – que enunciava degeneração da raça branca e da civilização – seriam, de acordo com suas convicções, as mulheres as grandes culpadas pelo declinar racial da população goiana. As mulheres, em Saint-Hilaire, foram acusadas de aventureirismo, de prostituição, de ignorância e de total ausência de graça.

Uma vez na cidade de Goiás, o botânico pintou a imagem de um núcleo urbano marcado pelo atraso e pela corrupção da raça e da civilização. Conforme registrara, nesse pequeno povoado não havia médicos ou qualquer preocupação com o saneamento e com a higiene. Segundo seus registros as informações e o intelectualismo não circulariam por Goiás ou nem mesmo alcançariam a região. Além disso, o desrespeito à religião católica parecia demasiadamente banalizado, isto porque segundo Saint-Hilaire os padres conviviam com suas concubinas – o concubinato era muito comum em Goiás conforme lembrou Maria José Goulart Bittar (2002) – inclusive levando-as para as missas quando se dirigiam às igrejas.

Em uma sociedade em que a maioria da população ganhava a vida “trabalhando para os agricultores das redondezas, sendo em geral pagos com os produtos da terra” (p. 33), para as mulheres restava fiar “o algodão e [receber] seu salário sob a forma de mercadoria” (p. 33). O que afigurava-se para Saint-Hilaire como evidência de que nesses sertões não havia qualquer ambiente para o cultivo das letras ou para o refinamento dos costumes e dos hábitos.

Influenciado por uma perspectiva eurocêntrica, o botânico produziu representações parciais e banais de Goiás e de sua gente. Ele projetou a imagem de um estado e de uma cidade marcados pelo atraso e pela ausência de civilização e de refinamento. Aspectos que reiterou ao descrever os hábitos das mulheres goianas:

Durante o dia só se vêem homens nas ruas da cidade de Goiás. Tão logo chega a noite, porém, mulheres de todas as raças saem de suas casas e se espalham por toda parte. Geralmente fazem o seu passeio em grupos, raramente acompanhadas por homens. Envolvem o corpo em amplas capas de lã, cobrindo a cabeça com um lenço ou um chapéu de feltro. Também nessas horas elas caminham umas atrás das outras, e antes se arrastam do que andam, sem moverem a cabeça nem os braços, parecendo sombras deslizando no silêncio da noite. Algumas vão cuidar de seus negócios particulares, outras fazer visitas, mas a maioria sai à procura de aventuras amorosas. Os olhos negros e brilhantes das mulheres de Goiás traem as paixões que as dominam, mas seus traços não têm nenhuma delicadeza, seus gestos são desgraciosos e sua voz não tem doçura. Como não receberam educação, sua conversa é inteiramente desprovida de encanto. São inibidas e estúpidas, e se acham reduzidas praticamente ao papel de fêmeas para os homens (1819) (Auguste de SAINT-HILAIRE, 1975, p. 54).

Felizmente os registros de outros viajantes que passaram por Goiás em período similar ao de Saint-Hilaire desconstruíram algumas imagens produzidas por este botânico em torno das mulheres. Seus estereótipos ao redor da sexualidade feminina e das relações de gênero desfaleceram em meio às impressões e evidências mais correspondentes com a situação das goianas entre os séculos XIX e XX.

Conforme dados do censo realizado no estado em 1890, as mulheres eram a maioria da população goiana, só havendo uma pequena variação – para menos – na cidade de Goiás:

Tabela 01							
População recenseada no Estado de Goyaz (sexo e a raça) – 1890							
Homens				Mulheres			
Branços	Pretos	Caboclos	Mestiços	Branças	Pretas	Caboclas	Mestiças
38147	14581	12734	47165	38177	15069	12736	48837
Total: 112.627				Total: 114.989			
Total: 227.616							

População recenseada por sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação culto e analfabetismo em 31 de dezembro de 1890. Ministério da Indústria, viação e obras públicas: Directoria Geral de Estatística, 1890.

Tabela 02							
População recenseada nos distritos de Sant’Anna e Rosário - Goyaz (sexo e a raça) – 1890							
Homens				Mulheres			
Branços	Pretos	Caboclos	Mestiços	Branças	Pretas	Caboclas	Mestiças
1448	377	387	1202	1411	409	340	1205
Total: 3.414				Total: 3.365			
Total: 6.779							

População recenseada por sexo, raça na capital de Goyaz em 31 de dezembro de 1890. Ministério da Indústria, viação e obras públicas: Directoria Geral de Estatística, 1890.

No ano de 1890, a sociedade goiana, consoante com os registros do censo, se compunha por indivíduos das raças branca, preta, cabocla e mestiça. Pela tabela, separada por origem de raça e de gênero, percebe-se que o número de mulheres, no estado de Goiás, era superior em todos os quatro segmentos recenseados. As mulheres somavam 114.989, enquanto que o número de homens era de 112.627 indivíduos. Na capital goiana, contabilizando os dois distritos que permaneciam separados pelo Rio Vermelho, e só ligados por duas pontes, havia um número menor de mulheres (3.365) em relação ao de homens (3.414).

Talvez por se tratar de centro administrativo e o censo ter sido produzido em um contexto de República, Goiás muito provavelmente contara com um trânsito elevado de homens. Estes, de passagem pela cidade ou nela permanecendo, integraram a contagem que naquele momento fora produzida. O fato de não serem consideradas as fazendas e vilas (Currealinho, por exemplo) no entorno da cidade, também contribuiu para o número reduzido de mulheres nas informações censitárias desse ano. O caráter masculino do trabalho e das funções públicas era outro elemento que colaborava para invisibilizar as goianas no censo em questão.

Como para a mulher não cabia executar funções públicas, muito possivelmente isso se refletia na construção social e de gênero em Goiás. Tal fato evidencia-se a partir da observação da quantidade de homens brancos (1.448) e mestiços (1.202) presentes na contagem demográfica de 1890, número que é bem superior ao de homens pretos (377) e caboclos (387) no núcleo urbano.

Pois eram esses homens brancos e mestiços que desempenhavam as funções públicas e militares na Goiás republicana, conseqüentemente eles seriam a maioria da população e logicamente suas esposas permaneceriam ao seu lado, pelo menos nos salões e festas da elite local. Todavia não nos surpreende o fato de muitas dessas mulheres terem sido ignoradas pela contagem demográfica feita naquele ano. Restritas à esfera privada e proibidas de sair, as mulheres foram então silenciadas, esquecidas e/ou apagadas.

Tabela 03	
População recenseada - Capital Goyaz quanto ao sexo - 1900	
Homens	Mulheres
6474	7001
Total: 13475	

Synopse do Recenseamento na capital de Goyaz em 31 de dezembro de 1900. Ministério da Indústria, viação e obras públicas: Directoria Geral de Estatística, 1900.

Consideramos também ter ocorrido falhas no recolhimento dos dados censitários, pois como explicaríamos o salto no número de mulheres para 7.001 no ano de 1.900? Embora dez anos pareça tempo suficiente para o crescimento demográfico representado pela tabela de número três (03), o fato de a quantidade de mulheres em Goiás ter dobrado e ultrapassado o número de homens é uma evidência de algum problema no recolhimento de informações durante o censo anterior.

É visível que a quantidade de mulheres e de homens na região estivesse suscetível a variações constantes seja por fatores desconhecidos, ou ainda pouco estudados, inversões na população que ocupava Goiás poderiam ocorrer a qualquer momento. Um exemplo disso é que em uma década o número de mulheres na capital goiana saltou de 3.365 para 7.001 [um crescimento de 208,05% em dez anos], enquanto que o de homens, neste contexto, variou para menos. Em relação ao crescimento do número de mulheres em Goiás, o de homens expandiu 189,63%, dados de 1890.

Em 1900 o percentual de mulheres era de 51,96% enquanto que o de homens diminuira para 48,04% em relação ao senso de 1890, momento no qual os homens somavam

50,36%. Nessa perspectiva, o numerário masculino sofreu uma redução de 2,32% quando relacionamos os censos dos dois anos. Alicerçados nas informações citadas, coube-nos perguntar se Goiás femininizou-se? Qual o fenômeno oportunizou o aumento de mulheres ou a visibilidade feminina? Por que a população feminina aumentará tanto em apenas dez anos?

Ao relacionar o ano de 1900 com o de 1890 percebemos que o contingente populacional de Goiás saltou de 6.779 para 13.475 pessoas, a densidade demográfica da cidade mais que duplicara. A consideração dessas informações exige enfatizar que o número de mulheres em todo o estado era superior ao de homens. Este dado somado às análises das tabelas censitárias negou muitas das afirmações produzidas por Saint-Hilaire em torno do sexo feminino goiano e das relações de gênero.

Superioras numericamente aos homens, as mulheres, muito provavelmente, desempenhavam atividades laborais e que foram de grande importância para a manutenção das cidades e vilas goianas.

As mulheres em Goiás não eram inibidas, estúpidas ou mesmo se achavam “reduzidas ao papel de fêmeas para os homens”, as pesquisas apontam o contrário, pois muitas trabalhavam para sustentar seus filhos e a família abandonada pelo marido e pai, haviam as viúvas e trabalhadoras, um exemplo importante era a senhora Jacintha Luiza do Couto Brandão Peixoto. Também existiam aquelas mulheres que não se casaram e que, deste modo, precisaram trabalhar como fizeram Silvina Hermelinda Xavier de Britto e as irmãs de Ana Joaquina da Silva Marques.

Ana Joaquina, irmã de Pacífica Josefina de Castro (Mestra Nhola) e Luiza Joaquina da Silva Marques (Mestra Lili), registrou em seu diário aspectos cotidianos do trabalho desenvolvido por suas irmãs. Para além do labor pedagógico, Ana comenta sobre as razões das saídas dela e de suas irmãs cotidianamente, pois iam em direção às igrejas para beijar Nosso Senhor dos Passos, participar das missas, organizar celebrações paralitúrgicas, visitar os compadres/comadres, parentes e amigos próximos pelo percurso ou se dirigir à rua para efetuar a cobrança dos aluguéis das casas que disponibilizavam para terceiros. As três irmãs viviam dentro de certos princípios moralizadores, mesmo que não respeitassem todas as regras impostas pelas normas de gênero.

Elas e tantas outras foram exemplos de que as mulheres trabalhavam, se divertiam e cuidavam dos negócios da família na ausência da figura masculina. Muitas eram as mulheres que deslizavam pelos salões das festas e eventos públicos. Talvez se faziam presentes nas

festas na expectativa de angariar algum lucro que as beneficiasse, que ampliasse suas fronteiras de ação dentro da sociedade.

As mulheres em Goiás eram agentes mobilizadoras de poder, o problema é que viviam em um contexto no qual a lógica social, cultural e econômica permanecia conjugada no masculino. Daí sofrerem com estereótipos ou persistirem ignoradas por cronistas, como Saint-Hilaire, ou mesmo pela historiografia.

Consoante com as figuras (fotografias) inseridas ao texto, os textos da epígrafe, as informações dos censos, os diferentes escritos de cronistas e outras fontes e informações, entendemos que as mulheres, em Goiás, ocupavam distintas posições e espacialidades.



Fig. 03 – Rua d'Água. Fotografia de José Alencastro Veiga, 1902. Arquivo de Elder Camargo de Passos.

Durante o dia, ou durante a noite “nunca a mulher retirou-se de onde pisou” (Consuelo Ramos CAIADO, 1931, p. 01). Fosse no interior da casa a acordar os de sono mais profundo, no beiral do fogão a preparar o café quente que afagaria o frio e afugentaria a fome matinal ou mesmo não se importando com o repicar dos sinos das igrejas e o tublinter do despertador, elas atendiam ao chamado de ações impostas pela ordem masculina das coisas no mundo. Imposições que lhes permitiam planejar resistências. Elas não toleravam tudo em silêncio, e entravam, sempre que possível, em situações de conflito.

Por vezes as mulheres utilizaram destas permissões/imposições para libertar-se de certas amarras e ampliar as fronteiras do gênero. Nas ruas elas buscavam água (Figura 05), lavavam roupas no rio, conversavam despreziosamente com outra parceira de prosa que, mais apegada a rigidez dos costumes, permanecia invisível pela tabuleta riçada da janela (Figura 03), sentada em um banco fixo chamado “namoradeira”.

Nas Igrejas elas também se faziam presentes, fosse por meio de autorizações ou desobediências, ali elas se materializavam na expectativa de exercitar suas crenças, exteriorizar suas experiências e dar demonstrações de seus sentimentos (Figura 04).

Em festas, fossem nas religiosas ou profanas, elas estavam se divertindo, protagonizando-as ou socializando, esses espaços eram lugares em que as mulheres cultivavam a si mesmas e a arte. Assim não é difícil encontrar fotografias e escritos que as tenham representado em tais ambientes, afinal de contas as mulheres não se retiravam de onde pisavam e elas estiveram presentes em quase todos os lugares de Goiás.



Fig. 04 – Mulheres descendo a Rua da Abadia durante a Festa de Nossa Senhora de Abadia. Fotografia de Joaquim Craveiro de Sá em 08 de setembro de 1914. In: CURADO, Luiz Augusto do Carmo. *Goiás e Serradourada por J. Craveiro e poetas: 1911 a 1915 (cidade, costumes, serradourada)*. Goiânia: Edição do autor, p. 08, 1994.

Raymundo José da Cunha Mattos em sua *Chorographia Histórica da Província de Goyaz*, escrita em 1824, elencou serem as mulheres goianas “honestas, afáveis e muito mais polidas do que se deveria esperar em terras tão distantes das cidades da beira mar, assento da civilização” (1978, p. 92).

Oscár Leal (1889) de saída para o *interland* brasileiro lembrou que ao entrar no trem da companhia Mogyana, se deparou com muitas jovens campineiras que fugiam da peste que assolara aquela região. Durante a viagem uma das jovens, que até então permanecera calada, travou diálogo com o memorialista em questão. Aparentando certo constrangimento e permanecendo em silêncio, repentinamente, a jovem inquiriu Oscar Leal:

- O senhor é republicano, não?
- Que pergunta, excellentíssima senhora. Qual o homem de posição independente que mostrando ser patriota deixa de querer a verdadeira independência do seu paiz?
- Bravo, está commigo. As suas ideas casam-se perfeitamente com as minhas n'este ponto, porém, eu vou mais longe, meu caro senhor, quero não só ver completar-se pela promulgação da republica a independência da pátria, como também quero a independência do meu sexo. Sigo a doutrina de Madame Stael.
- Folgo em sabel-o.
- Tenho combatido e heide combater até que reconheçam os nossos direitos. Os senhores homens são uns volúveis, uns tímidos, e se nós, as mulheres, os não encaminharmos, muitas vezes seremos desencaminhadas. [...] (Oscar LEAL, 1980, p. 03).

A jovem “campineira”, que descia em direção a Minas Gerais enfatizou que para escapar do desencaminhamento resultante da variabilidade masculina, seria preciso que a mulher “recebesse luzes fora dos centros religiosos e que cheirasse menos os cantos da sachristia” (p. 03). Só assim a mulher poderia “colaborar na grande obra, que não será de uma, mas de todas” (p. 03). Ditas essas expressões de forte influência feminista e escutadas por Oscar Leal até a estação de Caldas, ambos se separaram. As jovens desceram na estação e Oscar Leal seguiu viagem no trem que seguia para Uberaba. Seu diálogo com a jovem feminista e republicana, no percurso em direção a Goiás, denunciou a interiorização de ideias emancipacionistas entre as mulheres de diferentes lugares do Brasil, aspecto que também notou em outras várias ocasiões.

Mesmo enfatizando a pouca disponibilidade de recursos instrutivos e normas rígidas de controle sobre as mulheres goianas, Oscar Leal pontuou estarem elas, presentes em eventos sociais tanto em Pirenópolis (Meyaponte), quanto em Goiás. Por ocasião de sua

chegada em Pirenópolis, Oscar Leal encontrou a cidade em ritmo de animação e de festa. Segundo o que foi narrado pelo memorialista por “suas ruas notava-se um movimento e entusiasmo próprios das cidades centrais” (p. 57) e por volta da tarde foi inquirido por uma mulher se não iria à ópera, tal pergunta foi respondida com certa surpresa por Oscar Leal.

Ele retornou à mulher bastante admirado, pois era incrível que em “terras goianas haviam admiradores e amadores de Verdi, de Mozart, de Wagner” (p. 57) e o mais inquietante era que tais eventos contassem com a presença de mulheres. Pirenópolis era um lugarejo curioso, tão curioso quanto Goiás, tanto que a época da passagem de Leal contava com mulheres trabalhando na tipografia do jornal *Publicador Goyano*. O “serviço de composição, paginação e impressão d’esse jornal, era quase todo feito por moças, bastante hábeis na profissão a que se dedicaram” (p. 63), o que Leal observou como “uma glória para o bello sexo brasileiro”, muitas vezes “censurado por causa de estultos preconceitos, que o detem no seguimento progressivo da sociedade” (p. 63).



Fig. 05 – Largo do Chafariz – vista panorâmica, 1911. Fotografia de Joaquim Craveiro.

Fosse em Pirenópolis, Goiás ou outra cidade do estado, salvo regras e fronteiras de gênero determinadas por familiares, as mulheres se faziam presentes no universo público e laboral. Não fosse um certo ocultamento delas no interior da casa, ação que era praticada por familiares do sexo masculino acreditados da necessidade de protegê-las [ou agentes femininas responsáveis por manter estáveis as normas de gênero], assegurando assim a sua honra e a de sua família, as “jovens passavam o tempo melhor que os rapazes, [elas] se ocupavam em indústrias caseiras” (p. 78) e assim conseguiam furtar-se do mutismo em que as regras e normas de gênero as tentavam situar.

É fato que elas estiveram pela cidade, que trabalharam e que se esforçaram por estratificar suas experiências pela cidade. Na cidade de Goiás se tornaram indispensáveis à

sobrevivência do núcleo urbano tanto que foram lembradas e coroadas por Arnold Henry Savage Landor (1913) com enorme consideração. Foram as mulheres quem apareceram aos olhos desse europeu, seguras de si, de sua beleza e de seu refinamento durante as festas e grandes encontros coletivos ao longo do ano de 1913. Eram as mulheres goianas quem, muito dispostas ao trabalho, se ofereceram para acompanhar Landor quando este procurou por mão de obra masculina, dispostas a segui-lo em suas incursões pela “deconhecida América do Sul”.

Afastando-se ainda mais dos estereótipos construídos por Saint-Hilaire, Landor enfatizou o apreço que sentia pelas goianas, mulheres que sozinhas cuidavam de si e de seus maridos, sujeitos muito marcados pelo subdesenvolvimento, pela exaustão e “devorados pela mais terrível denúncia do sangue” (p. 128).

Salvo certo racismo, Arnold Landor ofereceu-nos informações importantes para desestabilizarmos a imagem de “sombras deslizando no silêncio das noites goianas” atribuída por Saint-Hilaire às mulheres de Goiás. Seus registros, adicionados por toda uma gama de documentação – jornais, fichas de leitura, correspondências, manuscritos, fotografias – reforçaram o grande protagonismo de mulheres em Goiás desde meados do século XIX e por todo o século XX. Os comentários desse viajante deixam registrado que as mulheres estavam presentes no processo de constituição social e cultural do estado e da cidade. Sua superioridade numérica e disposição, adicionada às evidências das figuras (fotografias) de número 03, 04 e 05, acabam desconstruindo as informações de cronistas excessivamente sexistas e preconceituosos.

De acordo com os registros do cotidiano cristão de Goiás, feitos por Consuelo Caiado, as goianas figuravam no espaço urbano da cidade durante o dia e saíam durante a noite, ação que não era unicamente para relacionar-se sexual e/ou afetivamente. Elas saíam em todos os horários para se divertir, para rezar, para socializar, para estudar, para experimentar coisas novas e viver. As mulheres, conforme Consuelo Caiado, saíam porque queriam ser vistas, elas queriam existir. Os jornais guardados por Consuelo e as anotações diárias de Ana Joaquina (1881-1930) também compõem o repertório de evidências de que as mulheres frequentavam festas, *soirées*, salões de leitura e/ou trabalhavam nas mais variadas funções, pelo menos naquelas em que estavam autorizadas a laborar.

Esses documentos e fontes registraram o acesso – evidentemente diminuto – que as mulheres tinham à instrução, eles são provas de que trabalhavam, de que desenvolviam seus diferentes protagonismos, de que impactavam nas decisões tomadas e conseguiam

influenciar com seu sexo e gênero a constituição histórica e social de Goiás. Infelizmente, grande parte da literatura cronista contribuiu para invisibilizar e estereotipar as mulheres goianas. Somado a isso, os poucos investimentos em uma história das mulheres e também relações de gênero com profundo interesse em feminizar a narrativa manteve as goianas, por exemplo, em uma condição de mutismo e de invisibilidade.

Quando eram realizadas, tais representações marcava as mulheres como inúteis, insanas, frígidas, imorais e/ou arruaceiras. Salvo um ou outro cronista que as visibilizou de forma mais sensível é, e tem sido, por intermédio da fonte visual e privada (cartas, diários, manuscritos circunstanciais) e de outras fontes que se pode observar as mulheres na plenitude de suas experiências, ou constituindo as constelações de identidade feminina de que tratou Walter Benjamin (1994) e Carla Milani Damião (2016).

A imagem (fotografia) oportunizou a visibilização delas, embora a fonte visual não tenha sido a que mais manuseamos ao longo da tese é importante destacar – rapidamente – a sua importância para a concretude do objeto aqui discutido: as mulheres e as suas lutas na Goiás de fins do século XIX e meados do XX. A fonte visual, manuseada nesta rápida narrativa acerca da formação histórica, social e cultural de Goiás e a participação das mulheres em todo o processo, sugeriu que fizéssemos buscas mais atentas em acervos. Indícios de que elas estavam em variados lugares, a imagem denunciou ser preciso desmistificar alguns escritos. As imagens manuseadas, nesta breve introdução, acabaram por nos estimular a ler os censos com maior cuidado e ter a ousadia de abrir gavetas, armários e caixas há muito tempo lacrados.

As fotografias – principalmente as de número 03, 04 e 05 – nos estimularam a observar os arquivos com uma lente feminizada, um olhar que se preocupasse com as agências das mulheres e com os impactos dessas agências na construção e na desconstrução das relações de gênero em Goiás. Em certa medida foram essas fontes visuais que primeiro nos permitiu enxergar nos espaços da cidade, nos espaços de Goiás, as mulheres. Foram elas que permitiram o encontro com Consuelo Ramos Caiado, com seu feminismo, com seus guardados feminizados e com a Goiás das mulheres.

Algumas questões de ordem teórica e introdutória

As imagens tocam o real, por tal razão as troxemos nesta abertura. A expectativa preliminar era mostrar com imagens a Goiás e suas mulheres de fins do século XIX e de

meados do XX. Foi nosso interesse apresentar sumariamente a cidade e o estado de Goiás para pesquisadoras/es que não pertencem à região, que não conhecem a cidade e que dificilmente poderiam ter uma ideia do que fora o núcleo urbano no período estudado e testemunhado por Consuelo Ramos Caiado em seus manuscritos produzidos ao longo de 1917 e 1935.

O fato de ser um trabalho sobre a história das mulheres goianas realizado em uma universidade no Rio de Janeiro (Universidade Federal Fluminense - UFF) também estimulou este empreendimento. Foram por tais razões que as imagens misturadas ao texto se tornaram o ponto de partida para nossas provocações e debates em torno da escrita da história das mulheres, do feminismo e das relações de gênero em Goiás no entresséculos XIX e XX.

As questões colocadas por Georges Didi-Huberman (2011) em torno das imagens como fontes para a narrativa foram de grande importância na construção de entendimento ao redor dos silêncios das mulheres em arquivos e na história. São muitos os trabalhos em que o referido filósofo e historiador da arte se debruçou e se questionou acerca dos efeitos da imagem para os estudos sobre a humanidade. O caráter de evidência e de artefato que atribuímos às imagens quando as guardamos e as contemplamos, as convertem em fontes bastante atraentes para os estudos de história, de cultura visual ou das relações de gênero. As imagens, conforme Didi-Huberman, provocam encanto, pois dão “forma a todas as coisas, elas nos inquietam por saber logo enterrarem-se a si próprias, e a todas as coisas, ‘na proximidade informe da indeterminação’” (2011, p. 35). As imagens estão incorporadas de sobrevivências. Elas são vagalumes, lampejos do desejo e da inocência. As imagens aqui são fontes criadoras de expectativas.

A operação de imagens, juntamente com documentos manuscritos e impressos, viabiliza-se em razão de ser ela capaz de tocar o real quando cruzada às expectativas relacionadas ao deambular de mulheres e de homens no espaço e no tempo (Fernando CATROGA, 2009). As imagens materializam sobrevivências, tornam visíveis relações até então pouco prováveis de serem reconhecidas e narradas. A fonte visual oferece outros contornos para personagens e para acontecimentos silenciados por políticas da história ainda muito apegadas a um sujeito humano neutro e universal (Joan SCOTT, 2008).

Debruçar-se sobre as possibilidades que as imagens oferecem aos historiadores e projetar estudos que as utilizem como sobrevivências de tempos outros, tem sido operação importante para a construção de fatos históricos. Isso porque uma vez diante da imagem o espectador se vê inserido em uma *rasgadura* provocada na consciência de tempo e de espaço

até então erigida por ele. Ao abrir-se a imagem, abre-se a lógica, “*a rasgadura abre a figura*, em todos os sentidos que esse verbo pode ter” (Georges DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 202).

Projetar as imagens como presenças passadas – seja em formas arquiteturais, pictóricas ou marcações tecnológicas em películas fílmicas – é compreender que tal fonte permanece repleta de sobrevivências. Reminiscências importantes para o entendimento de coisas abandonadas e/ou deixadas no/pelo tempo. As imagens sobreviventes tocam o real, e quando isso acontece Didi Huberman aconselha a remontar ações incendiárias ou à destruição pois:

Não se pode falar do contato entre a imagem e o real sem falar de uma espécie de incêndio. Portanto, não se pode falar de imagens sem falar de cinzas. As imagens tomam parte do que os pobres mortais inventam para registrar seus tremores (de desejo e de temor) e suas próprias consumações. Portanto é absurdo, a partir de um ponto de vista antropológico, opor as imagens e as palavras, os livros de imagens e os livros *a seco*. Todos juntos formam, para cada um, um tesouro ou uma tumba da memória, seja esse tesouro um simples floco de neve ou essa memória esteja traçada sobre a areia antes que uma onda a dissolva. Sabemos que cada memória está sempre ameaçada pelo esquecimento, cada tesouro ameaçado pela pilhagem, cada tumba ameaçada pela profanação. Assim, cada vez que abrimos um livro - pouco importa que seja o *Gênesis* ou *Os Cento e Vinte Dias de Sodoma* -, talvez devêssemos nos reservar uns minutos para pensar nas condições que tenham tornado possível o simples milagre de que esse texto esteja aqui, diante de nós, que tenha chegado até nós. Há tantos obstáculos. Queimaram-se tantos livros e tantas bibliotecas. E mesmo assim, cada vez que depomos nosso olhar sobre uma imagem, deveríamos pensar nas condições que impediram sua destruição, sua desapareição. Destruir imagens é tão fácil, tem sido sempre tão habitual (Georges DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 210).

Ao abordar sobre a destruição de imagens, o autor ofereceu subsídios para questionarmos a destruição de fontes relativas à presença de mulheres nos lugares da cidade e nos lugares da sociedade. Seus apontamentos foram de encontro à eliminação da memória e da experiência das mulheres de que nos falaram Joan Scott (2008) e Michelle Perrot (2005).

Joan Scott (2008), partindo do caráter subversor e anárquico da história das mulheres e das relações de gênero, questionou as políticas da história e a dominação masculina espalhadas pela erudição da narrativa historiográfica. Partindo das reconhecidas “funciones domésticas y reprodutivas”, Joan Scott enfatiza que “las mujeres sólo son, por definición, actores políticos parciales o imperfectos” (p. 102). Michelle Perrot (2005), ao seguir percurso semelhante, questionou os silêncios das mulheres na narrativa e também na cidade.

Perrot debruçou-se nos segredos dos quartos e dos sótãos e se questionou sobre as fontes para se fazer uma história das mulheres e também denunciou as destruições impostas aos acervos de mulheres. Sobre essas eliminações a historiadora afirmou: “quantas destruições foram realizadas nestes arquivos cujos restos, conservados até hoje, nos sugerem a sua riqueza tanto como o seu interesse enfim reconhecido!” (p. 35-36). Suas provocações aproximam-se bastante das de Didi-Huberman (2012), pois se diferentes imagens foram destruídas, queimadas e/ou apagadas, o que foi feito das imagens e das fontes relativas às mulheres?

Dado que a destruição de fontes é algo tão facilmente executado, cabe considerar que muitas cartas, livros de anotações e fotografias foram destruídas pelas próprias mulheres, no afã de apagar as provas de seus “crimes” – a ousadia em pensar e escrever num contexto em que isso não lhes era permitido – ou então tais destruições vieram dos acasos, das sucessões e das mudanças “de casa, ou ainda de um gosto pelo secreto que cimenta e alimenta a intriga familiar, mas também pela indiferença de descendentes embaraçados pelos legados de seus predecessores que causam tanto estorvo: indiferença agravada pelo caráter subalterno dado a estes escritos das mulheres” (Michelle PERROT, 2005, p. 36).

Seguindo a lógica histórica da destruição de evidências e de arquivos, cabe fazer o que Didi-Huberman (2012) sugeriu: é preciso parar, reservar um tempo e pensar nas condições que tenham tornado possível o milagre de que evidências sobre as mulheres das quais tratamos nesta tese estejam aqui, diante de nós; que imagens suas, escritos autorais e escritos sobre suas experiências tenham chegado até nós; afinal houveram tantos obstáculos, tanta coisa foi perdida e outras tantas foram deliberadamente incineradas.

Os arquivos de/sobre mulheres são lacunares, são o resultado de censuras premeditadas “ou inconscientes, de destruições, de agressões, de autos de fé” (Georges DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 211). O arquivo de mulheres “é cinza, não só pelo tempo que passa, como pelas cinzas de tudo aquilo que o rodeava e que ardeu” (p. 211). Manusear reminiscências e experiências de mulheres é descobrir a memória do fogo em cada folha “que não ardeu, onde temos a experiência – tão bem descrita por Walter Benjamin, cujo texto mais querido o que estava escrevendo quando se suicidou, sem dúvida foi queimado por alguns fascistas – de uma barbárie documentada” (p. 211) em cada documento da cultura.

Conforme deixou registrado Walter Benjamin, a “barbárie está escondida no conceito mesmo de cultura” (2009, p. 63). Sendo assim, cabe questionar se não deveríamos reconhecer “em cada *documento da barbárie*, algo assim como um *documento da cultura*

que mostra não a história propriamente dita, mas uma possibilidade de arqueologia crítica e dialética?” (Georges DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 211). Não seria possível, nesta arqueologia crítica e dialética, rever os autos do passado de modo a visibilizar as mulheres, suas diferenças e as relações humanas, até então negligenciadas?

Pari passu à problemática envolvendo o conceito de cultura ao de barbárie, Benjamin também teceu importantes questionamentos em torno do primado conceitual da mulher como um sujeito neutro e universal. Ao relacionar a imagem de constelação ao conceito de “feminino”, Benjamin criou, conforme apontado por Carla Milani Damião (2016):

[...] a analogia entre a constelação e o feminino, ele mudou a ideia das mulheres como uma unidade natural erótica – a fim de aproximar a estética e a sua compreensão fragmentária. As figuras femininas montadas na ideia da constelação mantêm suas diferenças tipológicas sob tensão, tornando-se complexas e fragmentárias ao mesmo tempo, em contraste com a imagem da mulher antes entendida como coesa e única (p. 120, tradução nossa).

A mulher em Benjamin deixa de ser universal, pois ao manusear a imagem de constelações de feminilidade, ele sublinhou aquilo que Joan Scott (2008) falou, mais adiante, acerca do quão difícil seria reconhecer a demanda das mulheres organizadas em movimentos feministas. Isso porque o reconhecimento de suas diferenças (das mulheres e entre as mulheres) gerava desunião entre os homens e tornava toda e qualquer luta organizada por ampliação de direitos – e das fronteiras de gênero – algo impossível de realizar. Daí ficar patente ser o mundo, habitado por mulheres e homens, um lugar em constante conflito. Mas um conflito por vezes negociado, tanto que nenhuma das construções rígidas interessadas em restringir mulheres ao ambiente privado funcionou com tamanha eficácia.

Isso ficou mais evidente no caso tratado nesta tese, pois enquanto percorríamos as aventuras feministas nos sertões goianos observamos as mulheres – as goianas – deambular por diversos espaços da cidade. Evidentemente que haviam restrições, noções de honra, preconceitos, marcas de classe e de raça que, interseccionados ao gênero, ofertavam mais ou menos liberdade a elas em diferentes lugares. Todavia fosse se prostituindo nos becos que serpenteiam a cidade, vendendo bolos, lavando roupas, passeando por ruas, praças e outeiros, estudando no Colégio Sant’Anna, escolas particulares e faculdades ou mesmo escrevendo e lendo no Gabinete Litterario Goyano, estas mulheres saíam da esfera privada para tomar lugares na “vida pública”.

Elas quase sempre rompiam as fronteiras de gênero que lhes eram impostas pelas instituições de poder e desse ponto projetavam, ao seu modo, legar imagens e escritos para que no futuro, uma história de suas lutas fosse narrada. No caso de Goiás, as mulheres se estratificaram na memória social através de fotografias, de guardados de mulheres e de manuscritos de mulheres. Elas legaram fontes para que escrevêssemos uma história de suas lutas em um sertão distante, a mesma terra evocada por Cordolino Azevedo (1925) quando assim se referiu a Goiás: uma terra distante, lugarejo afastado, fundado ainda no século XVIII e que muito sofreu com o abandono das instituições imperiais e republicanas.

As mulheres de que falamos estão diretamente relacionadas a um lugar e a um contexto histórico. São mulheres de fins do século XIX e que transitaram até o século XX. São “mulheres ponte”, pois registraram as transformações ocorridas em um estado e em uma cidade marcados pela política aristocrática, por relações humanas pautadas em personalismos e por excessivas e abusivas relações de poder, representadas na escravidão, na figura patriarcal do homem e no compadrio. As mulheres de que falamos são aquelas que viveram na Goiás dos séculos XIX e XX, são mulheres que, sensivelmente, permaneceram guardadas pelo desvelo de Consuelo Ramos Caiado em seus arquivos.

A Consuelo Ramos Caiado que evocamos como personagem principal desta tese é a mesma de que nos contou Suely Kofes (2001), nos idos da década de 1990, quando inquietada pela história que lhes contaram acerca de uma mulher de Goiás que vivia reclusa e sozinha “em um sobrado, deixando crescer os cabelos a as unhas” (p. 20), partiu em busca de narrativas que a permitissem “compreender, mais que reconstruir, a trajetória de uma mulher que nasceu em 1899 e morreu em 1981” (p. 19).

Em *Uma trajetória em narrativas* (2001), Suely Kofes percorreu vários dos silêncios que mantinham opacos os traços da trajetória de Consuelo Ramos Caiado. Instigada por narrativas que mitificavam a figura da moradora do sobrado localizado em frente à Praça Pinheiro Machado (Praça do Coreto), a antropóloga fez “da intenção biográfica um exercício etnográfico” (p. 13). Suely Kofes produziu fontes para uma posterior narrativa interessada nas intersecções entre as mulheres, a escrita feminina, o feminismo, as relações de gênero, a memória, os arquivos e o tempo.

A inquietante imagem de Consuelo Caiado, seu esquecimento em detrimento de outras mulheres de Goiás – Cora Coralina, por exemplo – e o seu projeto de memória, que parecia ter “escondido sua própria vida” (p. 14), fizeram com que Suely Kofes se

questionasse acerca de como foi tecido todo esse esquecimento e os silêncios que envolveram a referida feminista em nebulosas.

Em busca de respostas para as questões citadas a antropóloga apontou alguns pressupostos diretamente relacionados à escrita e a construção da narrativa como mecanismos de preservação da memória de alguém.

O jogo entre a lembrança e o esquecimento, a interferência de questões políticas muito próprias da Goiás de fins do século XIX e meados do XX e o grande impacto da transferência da capital goiana – evento que teria contribuído profundamente para o esquecimento de Consuelo Caiado, de sua trajetória e de seu legado – fizeram com que Suely Kofes enfatizasse, na pesquisa sobre a trajetória e as experiências da feminista, questões relativas às relações de gênero. Neste ponto a pesquisadora problematizou as noções de “mulher” e pontuou inquietações acerca das experiências de Consuelo Caiado; aquelas desenroladas num contexto marcado por reformulações nas relações entre os sexos³.

A pergunta e os pressupostos de Suely Kofes não estavam afastados do contexto em que Consuelo Caiado nascera, amadurecera e desenvolvera importantes interferências na vida social, cultural e política de Goiás entre os anos de 1899 até 1931. Sua pesquisa abriu outras janelas e portas que nos permitiram enxergar as mulheres nos arquivos de Goiás. Seu percurso pela trajetória de Consuelo Ramos Caiado deixou a mostra muitas relações, muitos entrecruzamentos e impôs um corolário àquela narrativa que se abstera por tanto tempo de visibilizar as mulheres. Kofes trabalhou as “relações entre os sexos [e] fez dessas relações um objeto da história” (Arlette FARGE, 2009, p. 37) da Goiás de fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, período marcado por muitas e profundas mudanças.

Nesse período várias transformações foram percebidas no interior das relações entre os sexos em diferentes cidades e regiões do mundo. No Brasil e em Goiás o fim da escravidão, seguida pela Proclamação da República, ainda no século XIX, se confrontou com alterações nas relações de gênero e de identidades. A mulher aos poucos conquistou espaços em que antes fora impedida de estar, permeou fronteiras e/ou as imbricou de tal modo que as esferas públicas e a privada passaram a se confundir.

³ Referencia-se a ideia de paradoxo para falar do movimento nas relações de gênero em meados do século XX, pois tal questão aparece com certa força nas análises de June Hahner (2003) e que também não conseguiu escapar do jogo de mudanças e permanências na produção de sentidos em torno do sexo. Em vários momentos ela apontou alterações que permitiram às mulheres ocupar determinadas posições que anteriormente lhes foram negadas, e em outros afirma não perceber grandes mudanças, pois as relações entre os sexos persistiam influenciadas por princípios antiquados, muito baseados, por exemplo, nas Ordenações Filipinas.

No Brasil e na Goiás pós-emancipação havia, de um lado, as prostitutas e as mulheres pobres e negras que circulavam pela esfera pública em busca de sustento (Rachel SOIHET, 1989; Martha de Abreu ESTEVES, 1989; Margareth RAGO, 1991, 2014), e desempenhavam o papel de “pontes” entre suas patroas – as mulheres da elite – e o universo da rua. Já de um outro lado havia as mulheres burguesas e que até então permaneciam proibidas de circular pela esfera pública, mas nem sempre respeitavam essa norma.

Em fins do século XIX, período caracterizado pela circulação de princípios liberais e capitalistas, muitas proibições começaram a ruir, estereótipos em torno das trabalhadoras se dissiparam e as mulheres puderam, mediante autorização, percorrer lugares outros; elas puderam se desvencilhar da esfera doméstica. A partir desse instante passou-se a exigir delas que se instruísem, por isso a mulher republicana investiu-se de outros papéis no interior da família e na educação dos filhos.

Tomadas como símbolo da República e da nação, as mulheres – em um modelo neutro formatado dentro de certos limites do gênero – converteram-se em um modelo “ideal de organização da pátria” (José Murilo de CARVALHO, 1990, p. 81). Elas representavam a humanidade e o altruísmo. Todavia esta simbolização continuou encharda por juízos cristãos, por conceitos de honra e moral alicerçados no princípio legislativo positivo (Sueann CAULFIELD, 2000) e nas Ordenações Filipinas. A República brasileira concebeu como modelo ideal de mulher a virgem Maria, um exemplo de pureza e que se reproduzia sem a interferência externa, sem o sexo. A mulher republicana era revolucionária, humanista e idealista, porém não tinha sexo.

Com o avanço de ideias e a circulação de novos princípios, grupos de mulheres conseguiram se organizar entre diferentes segmentos sociais e raciais. Entre fins do século XIX e meados do XX os movimentos feministas caracterizaram-se por mulheres excepcionais, filhas de famílias ricas e abastadas; mulheres brancas e instruídas (June HAHNER, 2003). Movimentos que eram atravessados por questões de classe e de raça, mesmo assim gozavam de grande mérito e de relevância, pois auxiliaram na conquista de direitos civis para as brasileiras e as goianas.

Na corrida para o século XX muitas mudanças se desenrolaram, dentre elas o Brasil recebeu ampla mão de obra estrangeira, os impactos dessa imigração foram imensos, novas ideologias políticas circularam pelo território nacional, alcançando até os mais distantes sertões como Goiás. Revoltas impactaram os governos da Primeira República e a jovem classe operária de São Paulo deu início as pressões por uma legislação trabalhista. O

tenentismo arvorou o cotidiano carioca e as descobertas tecnológicas trouxeram mudanças comportamentais e novos hábitos foram inaugurados na recém-criada sociedade de consumo brasileira e goiana.

Nesse contexto as mulheres, que já haviam acessado a literatura tempos atrás, passaram a publicar livros, começaram a sair para estudar, puderam percorrer reuniões públicas sem aquela pudicícia de tempos anteriores. As mulheres gozaram de certa autonomia na tomada de decisões, todavia isso não lhes garantiu ainda, condições para alterar as profundas estruturas de dominação, mudar leis e influenciar movimentos que revolucionassem as relações de gênero.

Sobre isso Maria Bernadete Ramos Flores (2007) lembra que tantas transformações geraram medo e desconfiança entre autoridades nacionais, pois descobrir a plasticidade do corpo, das relações humanas e da identidade provocou medo e o sentimento de crise de identidade fez fermentar “o imaginário político nos finais do século XIX e na primeira metade do século XX, isso se expressou na escrita traçada nos corpos para imprimir a nação” (2007, p. 84) higienizada, sadia, perfeita, branca, masculina, regenerada e abastada.

Neste contexto, mesmo gozando conquistas importantes as mulheres ainda precisavam lidar com princípios que sacralizavam seu corpo e o seu sexo. Na acepção de Plínio Salgado, por exemplo, “a mulher não deveria ser ‘nem boneca e nem soldado’, ‘nem mulher homem e nem mulher brinquedo’” (Maria Bernadete Ramos FLORES, 2007, p. 84). A crença de que as mulheres precisariam ser protegidas foi uma realidade por grande parte do século XX. Era latente o imaginário de que ofendida a honra feminina ofendia-se, automaticamente, toda a sua família, o estado e a nação (Sueann CAULFIELD, 2000).

Ainda que estivessem autorizadas a sair, as mulheres precisavam cuidar para que sua saída não lhes marcasse com a suspeita ou com a desconfiança, sentimentos atribuídos às mulheres públicas; aquelas das quais abordou Margareth Rago em: *Os prazeres da noite* (1991) e *Do cabaré ao lar* (2014). Aquelas interessadas em sair e manter-se honradas precisariam respeitar códigos de conduta, pois só assim continuariam protegidas das “más línguas” e manteriam intactas a honra de suas famílias.

Evidente que conforme as conquistas foram desenhadas e o tempo caminhou em direção aos anos 1920 e 1930 tornou-se ainda mais difícil impedi-las de escapar para as ruas. A esta época as mulheres já percorriam as alamedas e praças, flertavam, iam a cafés e *soirées*, ocupavam cargos anteriormente masculinos, namoravam, amavam sem o menor desprendimento e militavam em defesa de sua cidadania.

Os conflitos mundiais influenciaram seu cotidiano de tal forma que elas já se faziam presentes na esfera pública sem se preocupar com os riscos que tal presença lhes causaria em sua imagem social. As mulheres, trabalhadoras e intelectuais, se converteram em “mulheres públicas”⁴ e essa categoria de significado anteriormente pejorativo em razão do manejo do gênero, precisou desvanecer-se, isso porque várias mulheres haviam, anteriormente, empurrado as fronteiras de sentidos e resignificado tal conceito.

As mulheres brasileiras e as goianas, ocupavam diferentes espaços, porém suas naturalizadas funções domésticas e reprodutivas as colocavam por definição como atrizes políticas inacabadas (Joan SCOTT, 2008). Elas ainda eram rechaçadas do campo intelectual e, conseqüentemente, da narrativa da história. A pouca importância de que gozavam no interior das mais variadas esferas sociais as legava um lugar subalterno na história e na sociedade.

Esse entendimento reverberou na constituição de arquivos e que muito caracterizados pela presença masculina suprimiram a memória das mulheres, suas lutas e suas conquistas. Assim, as mulheres permaneceram anarquivadas e a “profunda misoginia que não cansava de afirmar a inferioridade mental, moral e física do gênero feminino” (Constância Lima DUARTE, 2007, p. 63) as manteve em silêncio por mais algum tempo.

Na Goiás contemporânea, a misoginia contribuiu para marcar como inferior a trajetória ímpar de Consuelo Ramos Caiado, e mesmo lembrada por Suely Kofes (2001), persistiu tendo sua atividade feminista, guardiã e intelectual relegada a segundo plano e até mesmo ao esquecimento.

Foi por pensar em tantas questões [e muitas outras mais] que esta tese, denominada “Aventuras feministas nos Sertões de Goiás: as mulheres e as suas lutas nos guardados de Consuelo Ramos Caiado (1899 – 1931)” se interessou pela visibilização das outras ações de

⁴ A caracterização de Consuelo Caiado à ideia de “mulher pública” caminha *pari passu* à concepção de Michelle Perrot sobre tal referência. Mesmo que a mulher pública se constitua em “vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto, território de passagem, apropriado, sem individualidade própria” (1998, p. 07) há de se considerar o tempo em que Consuelo viveu e pôde, salvo mudanças conceituais da época, circular do espaço privado para o público, imbricando as duas fronteiras, subvertendo-as, tornando-as cada vez mais permeáveis e favorecendo incursões até então proibidas as agentes de seu sexo. Conforme já demonstrado, Consuelo escreveu e isso lhe permitiu introduzir-se no espaço público, dessa forma ela converteu-se, salvo mudança conceitual, em uma mulher pública respeitável e respeitada. Conforme Michelle Perrot “existem muitos meios, diretos ou não de ser uma mulher pública, com a condição de dar a essa expressão certa extensão. Ser reconhecida como tal revela-se mais difícil e sempre suspeito. Certos limites se deslocam mais do que outros. Certas zonas resistem mais do que outras. Ao longo dessas fronteiras móveis, as relações entre os homens e as mulheres modificam-se, como as figuras de um interminável balé” (p. 11). Consuelo teve sua figuração pública intermediada por jogos de luz e sombra e isto foi resultado das operações de gênero que a impediram, por exemplo, de publicar sua produção literária ou ingressar no círculo literário goiano de meados do século XX.

Consuelo Caiado e de muitas outras mulheres que permaneceram escondidas na penumbra da história e dos arquivos.

Tentamos, ao longo desta narrativa, mostrar como ao guardar sua vida, defender o feminismo nos sertões de Goiás e cuidar do Gabinete Litterario Goyano, Consuelo Caiado preservou fontes fundamentais para que se projetasse uma história de sua trajetória atrelada à trajetória de movimentos de mulheres (sufragistas/feministas) em defesa de direitos políticos e civis na Goiás de fins do século XIX e meados do XX.

Um dos importantes marcos para a construção desta tese foi o fato de Consuelo Ramos Caiado ter sido a primeira mulher a dirigir o Gabinete Litterario Goyano, em 1929, o que promoveu a feminização da referida instituição – fato que iniciara ainda em 1871 quando no Gabinete adentraram as primeiras sócias do sexo feminino – e a transformou em um depósito de papéis que noticiavam aspectos das relações de gênero no interior da atividade leitora e intelectual em Goiás.

Após a gestão de Consuelo Caiado, que terminou em 1931, seguiram-se a de sua prima Altair Caiado e de outras mulheres, porém com a transferência da capital para Goiânia, o Gabinete Litterario acabou fechado e sua chave entregue a Consuelo. Esta feminista assumiu a responsabilidade de cuidar da instituição, de sua biblioteca e de papéis ali guardados por mais de trinta anos. No decorrer de um longo período de tempo, Consuelo Caiado cuidou do acervo e misturou sua vida ao Gabinete Litterario Goyano.

O fato de passar muito tempo na referida instituição, ler seus livros e torná-la a sede da Federação Goyana pelo Progresso Feminino em 1931, permitiu-lhe inscrever-se nas paredes, estantes, móveis, livros e demais papéis do Gabinete. Mais do que proteger o acervo, Consuelo Caiado o tornou espaço das ações e das lutas das mulheres goianas que atravessaram todo o contexto da Primeira República.

Consuelo Ramos Caiado deixou algumas correspondências, anotações, manuscritos e recortes de jornais seus em gavetas daquela instituição, documentos estes que foram reunidos e nos indicaram ter se tornado o Gabinete Litterario Goyano a sua morada, uma extensão de sua “concha vital”, bem ao modo como se expressou Gaston Bachelard em *A poética do espaço* (1993). O Gabinete Litterario e seus documentos transformaram-se em espaços da recordação (Aleida ASSMANN, 2011; Luciana Quillet HEYMANN, 2012) de Consuelo Caiado e da luta das mulheres goianas por direitos civis entre o século XIX e XX. Foi ali que encontramos pistas das aventuras feministas nos sertões goianos.

Manusear livros do Gabinete Litterario e estar naquele espaço – pesquisando e folheando manuscritos antigos – permitiu contemplar a presença poética de Consuelo Ramos Caiado e das goianas em diferentes acontecimentos e fatos da história de Goiás. Convertido em espaço de recordação, o Gabinete Litterario manteve guardado fragmentos da memória cultural, generificada e feminizada de Goiás.

Operar os documentos protegidos por Consuelo Caiado dentro do Gabinete Litterario permitiu ver uma poética da luta emancipacionista das goianas (Paulo Brito do PRADO; Eliane Martins de FREITAS, 2018) que atravessou os séculos XIX em direção ao XX. Evidentemente que nem toda a documentação manuseada nesta tese foi encontrada nos guardados de Consuelo, muito se buscou em arquivos particulares e instituições de pesquisa nas cidades de Goiânia e do Rio de Janeiro. Todavia o cruzamento das muitas fontes manuseadas ao longo da construção do texto, permitiu ver que desde muito cedo as goianas lutaram e projetaram a conquista de direitos para as mulheres. As goianas se inscreveram nos espaços de Goiás – salvo muitas regras e normas que as limitavam – permitindo contar nesta tese suas experiências, que se configuraram como aventuras feministas em um sertão chamado Goiás.

As aventuras feministas foram pensadas mediante pesquisas realizadas no Gabinete Litterario Goyano (cidade de Goiás), na Fundação Educacional da cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi” (cidade de Goiás), no Arquivo Histórico do Estado de Goiás (Goiânia), no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás – IHGG (Goiânia), no Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central – IPEHBC/PUC/GO (Goiânia), no Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), na Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) e no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro).

Dividida em três partes (Parte I – Uma trajetória que reverbera e faz reberar; Parte II – Leitura, instrução e direitos; e Parte III – Aventuras feministas nos sertões de Goiás) e em cinco capítulos (Capítulo I – A guardiã; Capítulo II – O Gabinete, os jornais e a emancipação; Capítulo III – Escrita feminina e direitos; Capítulos IV – Cotidiano das goianas modernas; e Capítulo V – Consuelo Ramos Caiado e o feminismo goiano), evidenciamos, a partir da trajetória de Consuelo Ramos Caiado e de suas agências, diferentes lutas e empreendimentos de mulheres interessadas na ampliação de suas fronteiras de ação na Goiás republicana.

Ao longo da narrativa manuseamos os apontamentos de intelectuais feministas e estudiosas das relações de gênero no âmbito do mundo ocidental e, especificamente, sobre a experiência brasileira. Nesse interim os estudos de Joan Wallach Scott (2002, 2008), Rachel

Soihet (1989, 2002), Margareth Rago (1991, 2013, 2014), Martha Abreu (1989), Norma Telles (2012), Michelle Perrot (1998, 2005), June Hahner (2003) e Sueann Caulfield (2000) foram fundamentais para as muitas considerações teóricas em torno das relações de gênero e da conjuntura histórica em que se inseriu o debate aqui realizado.

Paralelo aos estudos de gênero também foram discutidas questões relativas à memória, sua intersecção com a história e com a narrativa. Nesse ponto os trabalhos de Aleida Assmann (2011), Michel de Certeau (2009, 2011) e Luciana Quillet Heymann (2012) foram fundamentais para a análise dos legados e dos espaços da recordação em Goiás. Para além destas questões tentamos produzir uma narrativa que feminizasse a história de Goiás e que elegeisse as experiências das mulheres como uma possibilidade narrativa e de experiência do/no tempo.

Foi por pensar na feminização dos espaços, da história e das coisas do mundo que escrevemos as Aventuras Feministas nos sertões de Goiás. Esperamos que a leitura seja capaz de produzir consciências de gênero possíveis e solidárias, pois acreditamos que “feminizar é preciso”!

PARTE I

UMA TRAJETÓRIA QUE REVERBERA E FAZ REVERBERAR

CAPÍTULO I

A GUARDIÃ

“As civilizações são a submissão da natureza aos caprichos de um ou alguns homens. O reformador é casto? Prega o celibato, o casamento monogâmico – É ao contrário sensual? Então alguns esposos com um sem número de concubinas tomam-se e desquitam-se sem dificuldade. Energúmenos de uns ou outros, fazem dos casos restritos, generalizados. Temos os códigos, usos, modos e costumes que acabam no que chamamos pomposamente: dever”.

Consuelo Ramos Caiado, 1931.

O fragmento utilizado na epígrafe é parte de um dos cadernos mantidos e guardados por Consuelo Ramos Caiado (1899 – 1981) e que estavam engavetados em um dos armários da Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”⁵. Após terem sido trazidos do Gabinete Litterario Goyano⁶, separados e catalogados, esses cadernos passaram a integrar aquilo que se convencionou chamar, entre os responsáveis pelo arquivo, de fundo Consuelo Caiado.

Datado do ano de 1931, o caderno de onde foi retirada a citação aparenta ser um bloco de anotações em que Consuelo Caiado registrava seus pensamentos, fragmentos de suas leituras e memórias. Ali estão inscritas meditações de filósofos como Epiteto e Nicolas Malebranche, referências à cientista Marie Sklodowska Curie e apontamentos de figuras públicas de meados do século XX, a exemplo do ativista indiano Mahatma Gandhi.

⁵ A Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi” é uma instituição sem fins lucrativos voltada para a guarda e arquivamento de documentos históricos referentes à ocupação do Brasil Central e a história de Goiás. Os cadernos assinados por Consuelo Ramos Caiado, localizados em um dos armários desta instituição são provenientes do Gabinete Litterario Goyano. Segundo a secretária da Fundação, Maria de Fátima Silva Caçado a movimentação de documentos entre o Gabinete e a Fundação tem sido bastante frequente em razão do péssimo estado de conservação do prédio e o risco de contaminação por fungos.

⁶ O Gabinete Litterario Goyano foi instalado em 10 de abril de 1864 por Raymundo Sardinha da Costa e outros trinta e cinco homens influentes da capital goiana. Criado na expectativa de fomentar a cultura da leitura em Goiás, a referida instituição seguia um modelo mais amplo de implantação de gabinetes de leitura tanto no Brasil quanto na Europa ao longo do século XIX.

Tanto o bloco de anotações, como todos os cadernos desempenham a função de marcas do tempo. Eles denunciam diferentes fragmentos de temporalidades outras, são “espaços da recordação”, na acepção mesma de Aleida Assmann (2011), isso porque operam como “recipientes mnemônicos” que aludem ao “problema central da seleção na memória cultural” (p. 126). Tantos manuscritos produzidos e/ou guardados por Consuelo Caiado, constroem-na como uma “mulher memória”. Consuelo, seus arquivos, manuscritos, leituras e seu próprio corpo, convertem-se em espaços de recordação.

Além de funcionar como artefatos, documentos monumentos, *medium*, lugares de memória e pontos de onde reverberaram reminiscências, os arquivos de Consuelo Caiado informam sobre quem os produziu, selecionou, guardou e os protegeu. Eles são seu próprio corpo. Os documentos a materializam⁷.

São fontes que indicam a consciência e as experiências de sua guardiã. As fontes que reuniu fabricam uma mulher bastante envolvida com o meio social e cultural em que se

⁷ É importante lembrar que partindo das discussões antropológicas e sociológicas em torno da produção de arquivos, cabe aqui, questionar do ponto de vista de quem tantas fontes oferecem inteligibilidade à trajetória de Consuelo Ramos Caiado? Se faz necessário tal apontamento, pois “a produção de uma memória a partir desses registros é uma operação mais complexa e limitada. Pode tanto reinscrever e reproduzir fatos, pessoas, coisas e lugares numa outra cartografia quanto alterar radicalmente o nosso olhar informado por narrativas consagradas e autorizadas” (Olívia CUNHA, 2005, p. 08). Embora, no decorrer da pesquisa, o acervo de Consuelo Caiado tenha sido manuseado de forma esparsa e dividida entre arquivos de Goiás e do Rio de Janeiro – ação um tanto parecida com o que fizera Olivia Cunha quando estudou a construção do acervo de Ruth Landes nos Estados Unidos – cabe informar que o fato de Consuelo Caiado ter presidido e cuidado do Gabinete Litterario Goyano por aproximadamente trinta anos, militado a favor do feminismo e fundado a associação feminista sediada no salão do Gabinete, permitiu-lhe aproximar-se e confundir-se com a referida instituição. Outra questão importante é o fato de a família ter doado toda sua biblioteca pessoal à associação de leitura, em 1982, um ano após seu falecimento. Isso fez com que Consuelo Caiado e o Gabinete Litterario Goyano se convertessem em um só espaço de recordação. O Gabinete, mesmo fechado, persistiu informando sobre sua guardiã. Guardiã que, no passado, arquivou sua própria trajetória e a de tantas outras mulheres que também protagonizaram eventos importantes da história de Goiás. Como o Gabinete permaneceu fechado por longa temporada (e ainda persiste fechado) parte de sua documentação acabou sendo levada para a Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”. No processo da pesquisa, nos “usos, arranjos, classificações, indexações que emolduravam os documentos preservados em arquivos” (p. 08), na produção de fatos e construção do legado (Luciana Quillet HEYMANN, 2012) de Consuelo Caiado foi preciso entender como se dera tal processo e de que forma a memória dessa mulher sobrevivera a diferentes reveses e acidentes de percurso. É por essa razão que se apontou tal problemática em torno de qual ponto de vista partira todo o debate realizado nesta tese. A eleição de Consuelo Ramos Caiado como guardiã de legados e da memória dos movimentos de mulheres em Goiás é resultado de uma operação historiográfica (Michel de CERTEAU, 2011) e um fato histórico produzido a partir da armação de “perguntas que o historiador se engaja em uma investigação dos arquivos” (Paul RICOEUR, 2007, p. 188). As problemáticas aqui elencadas são o resultado da reunião de diferentes documentos e que só falaram quando lhes foi pedido que verificassem algo, isso é, tornassem verdadeiras, as hipóteses elegidas ao longo do texto (Paul RICOEUR, 2007). “O fato não é o acontecimento, ele próprio devolvido à vida de uma consciência testemunha, mas o conteúdo de um enunciado que visa a representá-lo” (p. 190), outrossim o reconhecimento dos agenciamentos de Consuelo Ramos Caiado como fatos históricos é o resultado das operações historiográficas realizadas em arquivos e com os documentos encontrados em diferentes estágios da pesquisa. Os agenciamentos de Consuelo são o resultado de nossas provocações e pesquisas.

inserira, permitem que a enxerguemos como uma mulher consciente das mudanças que a afetaram durante a breve permanência no Rio de Janeiro, entre 1907 e 1911.

O provável contato que mantivera com os novos meios de comunicação, de transporte e de entretenimento contaminaram seus “sistemas de valores, o modo de vida, a sensibilidade [e o seu] estado de espírito” (Nicolau SEVCENKO, 1998, p. 522). Daí ter se preocupado com legados, com a memória e com a história de Goiás.

Seus arquivos são as evidências de que ela se importou profundamente com a memória e com a história de Goiás, todavia essa memória e história apresentam-se marcadas por seleções, esquecimentos e por uma preocupação particularmente filógena – de apreço pelo feminino. São provas das diferentes influências sofridas por Consuelo Caiado entre meados do século XX e a década de 1930. Ao retornar para Goiás, Consuelo Caiado já se tornara uma jovem menina influenciada por muitas “disposições pulsionais que articulam a modernidade como uma experiência existencial e íntima” (p. 522). Traços dessa modernidade existencial e íntima evidenciam-se em seu gosto pela literatura de autoria feminina, pela atividade escriturária e defesa da emancipação das mulheres⁸.

Consuelo Caiado, leitora, escritora e intelectual, assemelhava-se muito a uma de suas muitas personagens materializadas nas histórias que imaginou e deixou registradas em manuscritos escondidos em gavetas do Gabinete Litterario Goyano. Preliminarmente seus guardados lembram muito as ações de Lulu, jovem protagonista de seu romance *Um verão na Serra* (1919). Lulu foi desenhada de forma que questionava antigas convenções sociais e de gênero, atribuindo pouca importância aos comportamentos convencionalmente femininos de sua época. Longe de ser comedida e pudica, a personagem preferia vestir calças e adorava percorrer as ruas de Arrayal da Serra montada em sua bicicleta ao romper do dia e sempre desacompanhada⁹.

Os cadernos, os jornais, as cartas, os registros de leitura e as fotografias encontradas em armários do Gabinete Litterario Goyano, na Fundação Educacional, no Arquivo Nacional e no Museu Nacional colocam em evidência as experiências de Consuelo Caiado. As muitas fontes encontradas nos arquivos visibilizam uma mulher extremamente instruída, interessada pelos direitos de outras mulheres e pelo registro de histórias que as tornassem visíveis.

⁸ Esta era uma pauta de amplo debate no Brasil ao longo de toda a Primeira República. June Hahner (2003) apontou que entre fins do XIX e durante toda a Primeira República vários movimentos de mulheres foram registrados, mas que somente em 1934 o voto feminino foi conquistado no Brasil.

⁹ CAIADO. Consuelo Ramos. *Um verão na serra* (manuscrito), 1919. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Consuelo Ramos Caiado guardou as muitas histórias das lutas de mulheres por direitos e também preservou seus empreendimentos feministas, entre 1928 e 1932. Neste intervalo de tempo, Consuelo tornou-se a primeira mulher a dirigir o Gabinete Litterario Goyano (1929), fundou e presidiu a Federação Goyana pelo Progresso Feminino (1931) e estreitou relações com Bertha Lutz, a líder do feminismo institucionalizado brasileiro.

A Federação Goyana era afiliada à *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* e destinava-se “a coordenar e orientar os esforços da Mulher, no sentido de elevar-lhe o nível de cultura e tornar-lhe mais eficiente a actividade social, quer na vida doméstica, quer na vida pública, quer intelectual e política”¹⁰. Mesmo restringindo sua atuação a poucas reuniões, ocorridas entre os anos 1931 e 1933, a Federação Goyana teve o mérito de abrir para as mulheres de Goiás novos caminhos e ainda pouco conhecidos. Foi por intermédio dessa instituição que as goianas puderam se aventurar pela esfera pública com maior tranquilidade. O direito de voto, conquistado em 1932, e reconhecido pela Constituição de 1934, ofereceu às mulheres condições para visibilizar suas experiências e existir, para além do âmbito doméstico.

Em certa medida, foi por intermédio desta e de tantas outras conquistas, que Consuelo Caiado pôde reunir documentos e fontes suficientes para a propositura ocasional de um estudo sobre a trajetória das lutas de mulheres e do feminismo em Goiás, entre fins do século XIX e meados do XX. Evidentemente, por se tratar de um estudo feito sobre seus guardados, propusemos aqui a reconstrução de alguns de seus itinerários, por esta razão tentaremos percorrer alguns de seus caminhos e ilustrar junto de sua trajetória, a trajetória do feminismo e também de outras mulheres de Goiás.

Consuelo Caiado além de presidir a Federação Goyana, ofereceu suporte à sua amiga Leonor Borba para que fundasse em Formosa (Goyaz) a Associação Goyana pelo Progresso Feminino (1932), associação que era afiliada às duas instituições – estadual e federal – e tinha por propósito “colocar a mulher formosense no campo de batalha ao lado das intrepidas pugnadoras pelo desenvolvimento moral, intelectual e social da mulher”¹¹.

As instituições feministas de Goiás atuavam em compasso com o movimento liderado por Bertha Lutz no Rio de Janeiro. Defendia-se a direito ao voto e a emancipação civil da mulher, todavia não se propunham rompimentos bruscos com as antigas estruturas

¹⁰ Estatutos da Federação Goyana pelo Progresso Feminino, 1931, p. 01. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

¹¹ Ata de fundação e Estatutos da Associação Goyana pelo Progresso Feminino, 1932, p. 01. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

de gênero. A modernização das relações de gênero persistia misturada a muitas concepções tradicionais em torno das relações entre os sexos. A mulher persistia presa ao naturalizado papel de mãe e de esposa, por esta razão haviam críticas ao posicionamento tático de Bertha Lutz e de suas Federações. Sua condescendência para com as relações de gênero em vigor, ainda muito centradas na figura masculina, era reprovada pelas feministas anarquistas.

Maria Lacerda de Moura via no movimento a continuidade das estruturas de dominação masculina e de subalternização das mulheres, para a autora em questão era preciso “conscientizar as mulheres de sua condição de servidão à família e conduzi-las à participação social” (Miriam Lifchitz Moreira LEITE, 2005, p. 17).

Os registros da movimentação feminista em Goiás e os guardados de Consuelo Caiado não evidenciam todos esses conflitos, contudo revelam as mudanças e as permanências sentidas por uma época de grande movimentação política, social e econômica, como foram os anos 1890, 1900, 1910, 1920 e 1930. Por intermédio dos documentos que guardou foi possível observar as “novas conquistas da ciência e da técnica, [as] novas invenções [que] revolucionaram os hábitos, o cotidiano” (Margarida de Souza NEVES, 2017, p. 21) político do Brasil República e os movimentos sociais de brasileiros e de estrangeiros nas primeiras décadas do século XX.

O bloco de notas de Consuelo Caiado deixa explícito referências aos movimentos em defesa da descolonização da Índia e de outros países da África e do Oriente Médio. Seus escritos são testemunho de uma época marcada por extremos, conforme categorizou Eric Hobsbawm (1995) em seu estudo sobre o “breve século XX”. Suas anotações são janelas para mundos outros.

São escritos que visibilizam as experiências de mulheres e as moveram da esfera privada para a pública. Ao escrever e guardar tantos documentos, Consuelo Caiado saiu e fez com que muitas mulheres saíssem. Ela permitiu que víssemos as mulheres para além do âmbito familiar e matrimonial.

Consuelo deixou notícias de suas experiências. É o interesse por essas experiências femininas que tem estimulado a realização da pesquisa sobre os empreendimentos feministas e arquivistas de Consuelo Ramos Caiado. As ações empreendidas por esta mulher e a memória de diferentes mulheres que naquela época tentavam ocupar posições, fosse no

mercado de trabalho liberal ou em ambientes até aquele momento restritos aos homens – o campo intelectual¹² – nos inquietou e direcionou o debate aqui proposto.

Trazer os pensamentos de Consuelo Caiado na epígrafe foi estratégia interessada na visibilização, logo no início, de seus agenciamentos não apenas como mulher, intelectual e feminista, mas também como uma guardiã e escritora que herdou e legou coisas. Pelo fragmento e demais fontes articuladas ao texto observamos uma mulher que jogou com seu gênero e que soube manejar, de forma tática, as autorizações que lhes foram conferidas.

A referência ao trabalho de “guardiã” se faz possível em razão de ter sido encontrado, nos desdobramentos da pesquisa, sinais que comprovam seu exercício de defesa do arquivo do Gabinete Litterario Goyano, além de um grande interesse por narrativas históricas que tratassem de Goiás e por constituir um legado próprio em que estão dissolvidas muitas memórias e heranças simbólicas das mulheres em Goiás. A hipótese de que Consuelo Caiado teria guardado memórias e legados partiu das reminiscências de Nice Monteiro Daher e Regina Lacerda, das memórias de Leão Di Ramos Caiado e pelas pistas deixadas por Suely Kofes (2001) em seu livro sobre a trajetória da referida feminista e intelectual (*Uma trajetória em narrativas*).

Em uma das muitas entrevistas produzidas pela referida antropóloga, durante o trabalho de campo realizado em Goyaz, Consuelo Caiado foi evocada como uma mulher muito preocupada com a história, com a memória e com os fatos cotidianos de Goyaz. Segundo uma das depoentes entrevistadas por Suely Kofes, “enquanto [Consuelo] contava, dizia, ‘escreve que é para todo mundo saber’. Sabia coisas que nem eu sabia, era um arquivo vivo” (p. 75). Ser considerada arquivo vivo faz ressonância com o que outras memorialistas, escritoras e folcloristas disseram quando anotaram o protagonismo de Consuelo e seu ofício de guardiã de memórias e de legados femininos.

Ao relatar a trajetória do Gabinete Litterario Goyano, Nice Monteiro Daher (1994), uma “discípula de Consuelo Caiado”, conforme lembrou Leão Di Ramos Caiado¹³, prestou-lhe uma homenagem no instante em que reportou a constituição da primeira diretoria da biblioteca, constituída por mulheres e presidida por Consuelo:

¹² Sobre o movimento de emancipação feminina no Brasil, June E. Hahner (2003) apontou que “no final do século XIX, algumas mulheres sinceras desejavam mais do que mero respeito e tratamento favorável às mulheres dentro da família e o direito à educação, inclusive educação superior, que se tornara possível com a lei da reforma educacional de 1879; elas queriam o desenvolvimento integral de todas as potencialidades femininas, dentro e fora de casa” (p. 115).

¹³ Entrevista de Leão Di Ramos Caiado, realizada na cidade de Goiânia em março de 2016.

E eu disse a mais renovada porque a Diretoria então eleita era formada por mulheres. A mulher nunca tivera vez, até então, na vida da renomada Organização. Apenas como pálida presença em suas Sessões Magnas. A Diretoria que entrou em abril de 1929 era presidida por Consuelo Caiado (Presto, neste instante, uma homenagem a ela) (Nice Monteiro DAHER, 1994, p. 46).

Em seu registro do folclore e da história de Goyaz, Regina Lacerda, ao lembrar os impactos da transferência da capital e a mobilidade de diferentes instituições públicas da cidade de Goiás para Goiânia, também destacou os cuidados de Consuelo Caiado para com o acervo do Gabinete Litterario Goyano:

Para Goiânia de arrancada com o Gôverno e grande parte da população, mudaram-se estabelecimentos de ensino, jornais e outras instituições oficiais, mas o Gabinete aqui ficou porque é patrimônio da Cidade, herança secular, que permaneceu guardada com carinho pelos desvelos de Dona Consuelo Caiado. (Regina LACERDA, 1968, p. 16)¹⁴

As memórias dessas duas intelectuais corroboram as hipóteses defendidas ao longo desta narrativa. Elas confirmam ser Consuelo Caiado uma guardiã de memórias. Ao percorrer a trajetória desta mulher, manusear seus guardados, legados, seleções e silêncios percorreremos a trajetória e a história de diferentes movimentos de mulheres em Goyaz, entre fins do século XIX e meados do XX.

Os movimentos de mulheres a que nos referimos são entendidos como mobilizações femininas, lutas e táticas manejadas de modo a permitir a elas empoderamento suficiente para alterar leis, ou para ocupar lugares ainda exclusivamente masculinos. Os exemplos de empreendimento e lutas femininas em Goiás evidenciam-se na solicitação do direito de voto em 1889, nas publicações de mulheres em jornais goianos, editados entre 1907 e 1915, na edição de jornais femininos entre 1907 e 1932 e na fundação de instituições literárias e feministas em 1904 e 1931.

As narrativas recolhidas por Suely Kofes, as memórias de Nice Daher e Regina Lacerda e os documentos pesquisados desvelam uma mulher bastante preocupada com diferentes aspectos da cultura, da memória e da história goyana; principalmente aquelas

¹⁴ Fragmento da Conferência pronunciada por Regina Lacerda na solenidade de reabertura do Gabinete Litterario Goyano, Goiás, 04 de fevereiro de 1968.

memórias e histórias relacionadas às mulheres leitoras, escritoras e intelectuais de Goiás, ou que por esses sertões se aventuraram entre fins do século XIX e meados do XX.

O cruzamento de diferentes fontes – notícias de jornais, manuscritos, memórias – e acervos autorizaram operar a categoria de guardião da memória para narrar os empreendimentos arquivistas de Consuelo Ramos Caiado e os diferentes interesses implicados na construção de seu legado e no de outras mulheres desses sertões.

Ao guardar coisas e escrever literatura, Consuelo incorporou “as ‘marcas’ do passado sobre o qual remetia, tanto porque se tornou um ponto de convergência de histórias vividas por muitos outros do grupo (vivos e mortos)” (Ângela de Castro GOMES, 1996, p. 21), quanto porque converteu-se em “coleccionadora’ dos objetos materiais que encerram aquela memória” (p. 21). Seus guardados, seus escritos e ela própria transformaram-se em lugares de memória; corpos nos quais a memória, a história, as mulheres e suas lutas permaneceram estratificadas.

Após a transferência da capital (1933) para Goiânia, Consuelo optou por ficar na cidade de Goiás, decisão que denunciou a oposição de sua família, a oligarquia Caiado, contrária à nova oligarquia que se instalara no governo, a Ludovico. A permanência incumbiu-a da função de “‘narradora privilegiada’ da história do grupo a que pertencia e sobre a qual estava autorizada a falar” (Ângela de Castro GOMES, 1996, p. 21). Consuelo Caiado permaneceu em Goiás e guardou a memória da intelectualidade goiana de fins do século XIX até o ano de 1934.

O reconhecimento de seu ofício de guarda de memórias – incumbência que já vinha desenvolvendo com certa informalidade – oficializou-se após assumir a direção do Gabinete Litterrio Goyano, em 1929. Essa oficialização garantiu-lhe preservar a memória de três grupos oligárquicos e que governaram Goyaz durante a Primeira República: a família Bulhões (1889-1900), os Xavier de Almeida (1901-1909) e os Caiado (1912-1930).

No interior desses registros, Consuelo Caiado guardou a memória dos movimentos de mulheres, aqueles interessados pela emancipação política e intelectual das mulheres. Ela guardou e combinou esse exercício à sua militância feminista, em meados de 1931. Seu arquivo e ela própria permitiram a reverberação da memória dos movimentos femininos de Goiás no tempo presente.

Consuelo Caiado e seu arquivo passaram a informar temporalidades outras de Goiás e que trouxeram para o presente, além da história política dos primeiros anos da República, vários elementos para se entender a região, sua cultura e sua história a partir das diligências

de mulheres e dos jogos de gênero que empreenderam no decorrer de suas trajetórias. A tarefa à qual foi incumbida evidenciou marcas e imposições de gênero, sinais que explicam sua conversão em voz autorizada a falar, guardar e selecionar memórias.

Em diferentes ocasiões a guarda de memórias empreendida por Consuelo Caiado parece ter sido uma imposição, uma estratégia de seu pai para impedi-la de sair e de ocupar outros lugares. Antônio Ramos Caiado aparentava ser um homem fortemente controlador e parecia concentrar em suas mãos as decisões relacionadas a Goiás e a sua família. Ele materializava o arquétipo do coronel, controlador e violento das histórias narradas pelos escritores goianos Bernardo Élis e Hugo de Carvalho Ramos.

O caráter autoritário de Antônio Ramos Caiado foi mencionado por Maria Augusta de Sant'Anna Moraes (1972; 1974) em sua tese de doutorado, mas foram nas correspondências da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que foi possível observar Antônio fazer uso de sua influência política. À primeira vista ficou a impressão de que fora por intermédio de Antônio Ramos Caiado que Consuelo Caiado conheceu Bertha Lutz e que, por essa razão, teria fundado um núcleo feminista em Goiás.

Em cartas trocadas entre maio e dezembro de 1931, Bertha Lutz ao comentar questões burocráticas e pedir notícias de Goiás apontou que, em diálogo com Antônio Ramos Caiado, também achava que o tempo de validade dos Estatutos de dez anos era demasiadamente alargado e que seria preciso rever tal prágrafo do documento no qual se apoiariam as ações da Federação Goyana pelo Progresso Feminino. Antonio Ramos Caiado foi quem entregou para Bertha Lutz os documentos relativos à fundação da Federação¹⁵. O fato de ser senador e viver entre o Rio de Janeiro e Goiás fazia dele uma espécie de “ponte” entre as duas feministas.

Pelas correspondências encontradas no Museu Nacional ficou bastante evidente ser Antônio quem intervinha em questões relativas ao movimento feminista empreendido por Consuelo Caiado na capital goiana. Até o ano de 1935 ele ainda apareceu nas correspondências trocadas entre sua filha e Bertha Lutz.

Questionada por Bertha sobre a situação dos presídios de Goiás, foi por intermédio de Antônio que Consuelo respondeu às demandas da feminista carioca¹⁶. Antônio Ramos Caiado parecia estar sempre muito presente nas decisões e ações de sua filha. Para pensar

¹⁵ Carta de Bertha Lutz para Consuelo Caiado em 21 de maio de 1931. Museu Nacional, Rio de Janeiro.

¹⁶ Carta de Antonio Ramos Caiado para Consuelo Caiado em 15 de julho de 1935. Museu Nacional, Rio de Janeiro.

com Marilyn Strathern (2006), “suas ações eram atividades que possuíam gênero” (p. 22), a presença de classificações masculinas em expectativas femininas não “era inerente aos objetos em si, mas referiam-se a como eles são transicionados e para que fins” (p. 22).

Claro que essa é apenas uma impressão, porém não se pode ignorar a presença de Antônio Ramos Caiado nestas correspondências, até porque a presença dele indica operações de gênero e a dominação masculina na trajetória de Bertha Lutz e de Consuelo Caiado.

É evidente que antes mesmo da movimentação feminista, em 1931, Consuelo já se mobilizava a favor dos direitos das mulheres. Naquela época ela já havia se tornado uma figura proeminente em Goiás. Era uma mulher excepcional, bem ao gosto das feministas que Bertha convidara para defender o direito de voto feminino entre 1922 e 1934 (Celi Regina Jardim PINTO, 2003; June HAHNER, 2003).

As evidências do feminismo de Consuelo apareceram também em sua preocupação com o legado de mulheres, no gosto por escritoras e intelectuais, na eleição de protagonistas mulheres em seus manuscritos, na manutenção de uma personalidade forte e interessada em ocupar ambientes ainda muito masculinizados e na defesa da memória de mulheres, estratificando-as em seus guardados. O fato de arquivar fragmentos de memórias que referenciavam grupos familiares e oligarquias que governaram o estado, contribuiu para a visibilidade de relações nada amistosas entre esses grupos. O ofício de guarda permitiu a visibilidade dos agenciamentos de mulheres no interior de diferentes eventos políticos ainda fortemente caracterizados pelo protagonismo masculino.

Pelo arquivo de Consuelo Caiado se observou diferentes ações das mulheres em Goiás. Pelos jornais que selecionou, livros de história regional que guardou, anotações, cartas e recortes foi possível perceber as táticas manejadas por diferentes mulheres e de diferentes períodos de tempo. Seus guardados contam como as goianas jogaram com seu gênero¹⁷, conquistaram alguns espaços e legaram heranças simbólicas – e/ou fragmentos de experiências – para gerações futuras.

¹⁷ A referência a esse “gênero em jogo” parte do trabalho de Luc Capdevila (2001) que entende a partir de um estudo comparado do movimento de mulheres na França, no Brasil, na Argentina, na Alemanha e na Bolívia, os jogos de gênero como um “divertimento, uma parte do esconde-esconde”. Para ele “está o gênero como uma máscara. Os jogos de gênero, estão assim como um instrumento, uma imagem falha. O gênero está como um conjunto de peças de que os atores políticos se dispõem para intervir no espaço público. [...]. Os jogos de gênero, enfim, são uma ideia de mecanismo, de uma impulsão, de um equilíbrio instável no significado ou nas dinâmicas iniciadas por crises e que podem levar a uma redefinição das relações entre homens/mulheres em um quadro limitado, conduzindo, à margem, a um ajustamento do masculino e do feminino... as vezes uma simples oscilação” (p. 105-106, tradução minha).

Ao percorrer seu arquivo, muito marcado pela presença das mulheres, é possível enxergar as relações paradoxais alimentadas no interior das muitas famílias que se articulavam na cena política de Goiás e que nutriam o desejo de poder. O arquivo de Consuelo Caiado dá notícia dos mais variados conflitos tecidos dentro da política e da sociedade goiana.

O cruzamento de seus guardados a outros arquivos evidencia temporalidades múltiplas estratificadas na história e na memória enquadrada¹⁸ da região e da cidade. Além disso revelam fatos e fontes desconhecidas da historiografia regional. Seu arquivo, ainda que comprometido com segmentos sociais abastados e com aqueles que dominaram a cena pública de Goiás por décadas, deixou escapar no interior da Primeira República “memórias subterrâneas” de mulheres, e essas podem mediante a operação histórica, converter a memória enquadrada em “um campo de disputa” (Michael POLLAK, 1989, p. 06), em uma batalha de memórias marcada pelo gênero.

Suas memórias, resultantes “de um processo de seleção, associação, constituição de sentido – ou, para dizer com Halbwachs: do delineamento de molduras” (Aleida ASSMANN, 2011, p. 150) são, de certa forma, quadros que subvertem uma narrativa da história ainda muito apegada em matrizes masculinas. Dependendo de que operação

¹⁸ Sobre as questões relativas ao enquadramento da memória e as memórias subterrâneas, Michael Pollak (1989) apontou que é; “portanto absolutamente adequado falar, como faz Henry Rousso, em memória enquadrada, um termo mais específico do que memória coletiva. Quem diz ‘enquadrada’ diz ‘trabalho de enquadramento’. Todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente. Esse trabalho deve satisfazer a certas exigências de justificação. Recusar levar a sério o imperativo de justificação sobre o qual repousa a possibilidade de coordenação das condutas humanas significa admitir o reino da injustiça e da violência. [...]. Nesse caso, esse imperativo pode se impor após adiamentos mais ou menos longos. Ainda que quase sempre acreditem que ‘o tempo trabalha a seu favor’ e que ‘o esquecimento e o perdão se instalam com o tempo’, os dominantes frequentemente são levados a reconhecer, demasiado tarde e com pesar, que o intervalo pode contribuir para reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados, que se exprimem então com os gritos da contra violência” (1989, p. 09). Embora concordemos com as sugestões de Pollak, acrescentamos ser preciso considerar, junto da possibilidade de os enquadramentos se voltarem contra os grupos dominantes, a capacidade de algo escapar desse enquadramento, mesmo estando ele diretamente relacionado a um grupo e que é marcado por classe, raça e gênero (dentre outros marcadores sociais da diferença). Embora suas concepções caminhem neste sentido, lembramos que ele não está preocupado com a possibilidade de uma memória enquadrada ser ao mesmo tempo subversora, como consideramos o caso de Consuelo Caiado. Para reforçar esta alternativa de análise tomamos de empréstimo o que Jean Gagnebin (2006) apontou quando discutiu rastros e cicatrizes enquanto metáforas de memória. A ideia de que nenhum crime é perfeito e que pode permitir o escape de rastros é alternativa para o caso de Consuelo Caiado, seu arquivo e seus enquadramentos. Sempre algo passa despercebido aos olhos daquele/a que enquadrou memórias e produziu a história, na acepção mesma de Michel-Rolph Trouillot (2016). Sobre o rastro e sua interpretação Jean Gagnebin ainda apontou que “como quem deixa rastros não o faz com intenção de transmissão ou de significação, o decifrar dos rastros também é marcado por essa não-intencionalidade. O detetive, o arqueólogo e o psicanalista, esses primos menos distantes do que podem parecer à primeira vista, devem decifrar não só o rastro na sua singularidade concreta, mas também tentar adivinhar o processo, muitas vezes violento, de sua produção involuntária. Rigorosamente falando, rastros não são criados – como são outros signos culturais e linguísticos –, mas sim deixados ou esquecidos” (2006, p. 113).

histórica se deseja fazer, as memórias de Consuelo Caiado mediatizam transformações espaciais. “Segundo o modo do ‘momento oportuno’ (*kairós*), elas produzem uma ruptura instauradora” (Michel de CERTEAU, 2009, p. 149). Suas memórias permitem o reconhecimento das agências das mulheres no tempo e na narrativa da história.

É evidente que ao guardar memórias, Consuelo produziu seleções. Ela “legitimou, deslegitimou e distinguiu” (Aleida ASSMANN, 2011, p. 151) entre seus guardados muitas memórias e diferentes histórias. O que pareceu mais evidente foi a opção por um recorte de gênero bastante interessado na visibilidade e nas ações de mulheres escritoras e intelectuais.

Todavia mesmo pertencendo ao grupo que selecionou e enquadrou memórias em Goiás – a família Caiado – suas recordações operam em dois sentidos. Elas são quadros em razão de resultarem de um trabalho de memória e que está marcado por sua classe, mas também são, em certa medida, “memórias subterrâneas” de mulheres, uma vez que informam suas lutas, táticas, experiências e denunciam alguns efeitos do gênero: os silêncios. Coerente à crítica das relações desiguais entre os sexos, apontada na epígrafe, ela arquivou mulheres e conectou suas trajetórias de modo que isto deixasse precedentes para que se compreendesse as mulheres como potencialmente capazes de legar heranças, influir na narrativa da história e projetar escrevê-la.

Contrariando as políticas da história goiana, ainda fortemente influenciadas por narrativas que elegem o homem como sujeito humano, neutro e universal da narrativa da história (Joan SCOTT, 2008), Consuelo deixou inscrita em muitas fontes as marcas de seu sexo¹⁹. Ela legou heranças simbólicas – seu arquivo – e contrariou injunções de gênero que persistem negando da capacidade feminina em legar patrimônios.

O patrimônio de que se fala aqui é o resultado da agência de mulheres e da guarda de Consuelo Caiado. São movimentos conectados uns aos outros, por meio de legados transmitidos entre diferentes gerações de mulheres, e que se entrecruzaram devido seus

¹⁹ O que se entende por marcas do sexo feminino são os processos de estratificação das experiências das mulheres em diferentes lugares e documentos. Fontes que no presente dão notícia de suas agências, de seus desejos e de suas lutas. Essas marcas podem ser aleatórias ou não previstas, como também podem ser intencionais. O que importa é o seu caráter de rastro, isso porque esses rastros informam aspectos e versões da história ainda pouco comentadas. Pensando por este canal é possível enxergar nos guardados de Consuelo Caiado, além da opção pela história de Goiás, um desejo em registrar diferentes aspectos do cotidiano de mulheres entre fins do século XIX e XX. Os documentos pertencentes a Consuelo Caiado e informados pela Escritura particular de doação de bens móveis (1982), visibilizam fontes que estão marcadas pelo tempo e pela pessoa que os produziu e/ou selecionou. Eles são o resultado de jogos de gênero e que informam versões da história que até então permaneceram em uma condição de silêncio.

interesses confluírem para objetivos similares: a conquista de direitos, o reconhecimento, a transmissão de experiências e a possibilidade de existir para além de seu tempo.

Quem guardou? Trajetória e história



Fig. 06 – Consuelo Ramos Caiado e Antônio Ramos Caiado. Arquivo particular de Bento Alves Araujo Jaime Fleury Curado.

Consuelo Ramos Caiado (1899-1981) nasceu em sete (07) de novembro de 1899, em casa localizada na Praça Primeiro de Dezembro, no distrito de Sant’Anna, Goyaz²⁰. Seus pais, Antônio Ramos Caiado e Iracema de Carvalho Caiado, haviam se casado na capital federal (Rio de Janeiro) em 1898²¹ e em seguida mudaram-se para Goyaz.

²⁰ Registro civil de nascimento n.º 554, nas páginas 48-49 do livro n.º 02. Cartório do Registro Civil, Goiás.

²¹ *O Paiz*, ano XI, n.º 5111, Rio de Janeiro, 02 de outubro de 1898, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Consuelo Caiado era neta de Torquato Ramos Caiado e Claudina Fagundes Caiado pelo lado paterno e de Manoel Maria de Carvalho e Mathildes Pimentel Carvalho pelo lado materno. Era a primogênita do casal²², ainda que seu pai já tivesse um filho natural de nome Ubirajara Ramos Caiado e que nascera em 1898, poucos meses antes de Antônio Caiado casar-se com Iracema de Carvalho.

A trajetória de Consuelo Caiado inicia-se logo do encontro de seus pais, do casamento e da mudança do Rio de Janeiro para os sertões de Goiás. Mobilidade que contrariara a família de Iracema e que, segundo Leão Caiado, teriam tentado evitar ofertando a Antônio, “em caráter extraordinário, a secretaria da Embaixada de Portugal, [ulteriormente] substituída por um posto de embaixador”²³. Segundo o depoente, a oferta foi sumariamente negada por Antônio que, dizendo não ao pai de Iracema, completou afirmando não ir de forma alguma “pra lá, fazer o que lá, ia deixar [seus] parentes, deixar [seus] amigos e tudo... não! Queria era vir pra Goiás”²⁴ trabalhar como advogado, agropecuarista e dedicar-se à política estadual.

Em *Uma trajetória em narrativas*, Suely Kofes (2001) etnografou diferentes itinerários da trajetória de Consuelo Ramos Caiado e contou, por meio de memórias e narrativas, os percalços de Iracema de Carvalho Caiado, desde sua vinda para Goiás até sua morte prematura no Rio de Janeiro, em 1907²⁵. Jovem de costumes refinados e educada nos melhores colégios da Europa, Iracema de Carvalho, a mãe de Consuelo Caiado, era uma mulher burguesa acostumada ao estilo de vida “da elite dominante na sociedade brasileira, [de fortes] influências do imaginário da aristocracia portuguesa, do cotidiano de fazendeiros plebeus e das diferenças e interações sociais definidas pelo sistema escravista” (Maria Ângela D’INCAO, 2011, p. 223) do século XIX.

Estava habituada à vida urbana do Rio de Janeiro, seu cosmopolitismo e seu íntimo contato “com a produção e o comércio europeus e americanos, absorvidos e irradiados para todo o país” (Nicolau SEVCENKO, 1999, p. 28) na chamada *Belle Époque*²⁶. Logo cedo

²² Consuelo Caiado ainda teria mais cinco irmãos, três deles faleceram pouco tempo após o nascimento. Eram eles: Jupya Ramos Caiado (1900), Cory Ramos Caiado (1901), Comary Ramos Caiado (1902), Codory Ramos Caiado (1904) e Corival Ramos Caiado (1905).

²³ Entrevista de Leão Di Ramos Caiado, realizada na cidade de Goiânia em março de 2016.

²⁴ *Idem*.

²⁵ *A República*, anno VII, n.º 134, Goyaz, 30 de outubro de 1907, p. 03. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

²⁶ Segundo Eric Hobsbawm (2011) os “quinze anos entre 1899 e 1914 foram a *belle époque* não só por terem sido prósperos – e a vida era incrivelmente atraente para os que tinham dinheiro e dourada para os ricos –, mas também porque os dirigentes da maioria dos países ocidentais, embora preocupados talvez com o futuro, não estavam com medo do presente. Suas sociedades e regimes pareciam, de maneira geral, administráveis” (p.

conhecera os benefícios técnicos – eletricidade, água encanada, bondes – oferecidos pelas metrópoles europeias e brasileiras do entre séculos²⁷. Era fluente em várias línguas e uma voraz leitora, tanto que, uma vez em Goiás, associou-se ao *Gabinete Litterario Goyano* e passou a ler suas obras literárias.

Entre janeiro de 1899 e janeiro de 1900, Iracema de Carvalho gastou vinte e três mil contos de réis (23\$000) com empréstimos de livros naquela Associação literária. Embora indícios de sua presença pública sejam poucos, percebe-se, pelo registro de leituras, uma inserção de sua parte, mais que depressa, em ambientes de sociabilidade intelectual assim que chegou em Goiás:

Quadro 01²⁸

Leituras realizadas por Iracema de Carvalho Caiado

D. Iracema de Carvalho Caiado

Data da saída	Obras que saíram	Volumes	Restituição	Data pag.	Mensalidade	Talão	Imp.cia
1899				Fever	Pg. dos	1819,	3\$000
				eiro	mezes de	132,	2\$000
				06	Dezembro a	208	1\$000
				Abril	Fevereiro	353,	1\$000
				05	Pg. dos	503	1\$000
				Maio	mezes de	651	1\$000
				02	M.ço a Abril	969	

426). Ainda que houvessem regiões pelo mundo em que esta não era a regra, no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro e em sua Avenida Central, “considerada o símbolo máximo da *Belle Époque*” (Martha ABREU, 2011, p. 74) brasileira e tropical, a burguesia emergente e a intelectualidade ali reinante incumbiu-se de “difundir a cultura ali acumulada, emblemática do progresso e da modernidade” (Rachel SOIHET, 2008, p. 79). Tomado como dever das elites, “cabia-lhes, igualmente, não medir esforços para expurgar os hábitos grosseiros e vulgares, frutos da herança lusa, negra e indígena, símbolos do atraso e do arcaísmo” (p. 79 – 80). Sobre esta temporalidade Martha Abreu (2011) ainda apontou que o significado atribuído à *Belle Époque* “pode ser visto como um ponto chave para a compreensão das avaliações sobre a Primeira República. Em produções acadêmicas e didáticas foi constantemente divulgada a idéia de que nos primeiros tempos republicanos a busca pela modernidade européia – representada pela expressão *Belle Époque* – norteou a ação e o pensamento das elites intelectualizadas e dirigentes do período. Ávidas pela modernidade e pelo progresso, essas elites teriam se voltado para os valores externos e investido na europeização dos costumes, das cidades e dos estilos artísticos, assim como teriam buscado caminhos de branqueamento da população e das práticas culturais” (p. 73-74). Nesse momento era emergencial o processo de reforma das principais cidades brasileiras, higienização de hábitos, costumes e da raça. Era uma temporalidade voltada para o cultivo do belo em sua maior intensidade, claro que por se tratar de movimento oriundo dos segmentos abastados, este cultivo do belo partia de uma premissa eurocentrada, racista e marcada por preconceitos diversos que foram resultar em nosso mito da democracia racial.

²⁷ Sobre as tecnologias em voga no Rio de Janeiro do entresséculos Nicolau Sevckenko apontou que a capital carioca se tornou centro irradiador de técnicas, ritmos, ritos e modernidade ditados, por exemplo, pelo *Bond* ainda que “movido por tração animal, ele já era um poderoso índice de urbanização, transformação tecnológica e ampliação do espaço público”. (1998, p. 527).

²⁸ Registros de Leitura do ano de 1899. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Junh Pg. dos 1113
o 03 mezes de
Julho Maio
05 Pg. dos
Agos mezes de
to 02 Junho
Pg. dos
mezes de
Julho
Pg. dos
mezes de
Agosto

Janeiro	03	Enforcado	4	1-4	25	Janeiro
	25	A corda na garganta	1	1	1	Fevereiro
	31	Recebei um (ilegível)	1	1		o
Fevereiro	01	Pata da Gazella	1	1	03	
	03	Novellas	1	1	04	
	04	Crime da Orcival	1	1	21	
	21	Autos n. 113	2	1-2	20	Abril
M.ço	28	O Marido	2	1-2	29	
Abril	12	Vida Infernal	2	1-2		
	26	I figli di Nessuno (B. Italiano)	1	1	29	
	29	Famanis (romance italiano)	6	1-6	02	Maio
Maio	02	Contos Nocturnos	1	1	05	
	05	Drames Bourgeois - Petits	1	1	09	
	09	Anjos da Terra	5	1-5	12	
	12	Daumiadas de Paris	1	1	13	
	13	Amor dos Amores	4	1-4	22	
	22	Inferno do Ciume	2	1-2	28	
	29	Namorada Caloura	2	1-2	01	Junho
Junho	01	Biblioteca das Snr.as	2	1-2	03	
	03	O Carregador de Burgos	2	1-2	12	
	12	Mocidade do Rei Henrique	2	1-2	12	
	12	Emma ou a filha do desgosto	2	1-2	15	
	15	Mulher Marido-amante	2	1-2	23	
	25	Sylvandire	2	1-2	03	Julho
Julho	03	Cismas de uma Rainha	2	1-2	08	
	08	Ventriloquo	1	1	14	
	14	Os mysterios do Palais Royal	2	1-2	24	

Quadro 02²⁹

Leituras realizadas por Iracema de Carvalho Caiado

D. Iracema de Carvalho Caiado							
Data da saída	Obras que saíram	Volumes	Restituição	Data pag.	Mensalidade	Talão	Imp.cia
1899				1899	Importancia	1247,	9\$000
				Outubro 02	a que vem da f. 131	1376	2\$000
				Novembro 02	Pg. dos mezes de	1506	1\$000
				Dezembro 01	Nv. e Outubro	1640	1\$000
					Dezembro		
Agosto	07	Escravos de Paris	4	1-4	26	Janeiro	1900
	12	Mysterios dos Galés	8	1-8	11		
							14\$000

Já na primeira metade de 1899, Iracema de Carvalho lera cinquenta e seis (56) livros, isso se levar em consideração os volumes dos títulos presentes em seu registro de leitura. Os romances *Famanis* (romance italiano), *Anjos da terra* e *Enforcado* contavam, respectivamente, seis, cinco e quatro volumes. Eles foram lidos e restituídos ao acervo da biblioteca em pouco mais de vinte dias.

Estranhamente ela alimentava um gosto por obras que aludiam a dor, traição, ciúmes e a frustração. Talvez estas impressões resultassem das relações matrimoniais e da vida em Goiás, e que não parecia ser muito fácil, conforme narrado por Suely Kofes (2001) e Lena Castelo Branco de Freitas (2009)³⁰, ou mesmo por Leão Caiado. Observa-se que Iracema

²⁹ Registros de Leitura do ano de 1899. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

³⁰ Sobre as dificuldades da vida em Goiás, Maria Paula Fleury de Godoy, filha de Augusta de Faro Fleury Curado e que fizera, na companhia da mãe, a viagem do Rio de Janeiro para Goiás em 1896, lembrou que “no começo do século, era uma cidadezinha triste, sem iluminação, sem água encanada, sem o menor conforto, afinal, e que ficava no ‘fim do mundo...’ O correio, conduzidas as malas em lombos de bestas, levava, às vezes, quase um mês para transpor a distância imensa que separava a velha capital da mais próxima linha férrea. As estradas eram péssimas e se tornavam quase intransitáveis durante os seis longos meses de inverno goyano” (Maria Paula Fleury de GODOY, 1961, p. 16-17).

lera tantas obras enquanto esperava Consuelo Ramos Caiado e que nasceu em meados de novembro de 1899.

Iracema era uma mulher habituada à vida urbana carioca e a dinâmica da cidade de fins do século XIX. A mudança para Goiás e o afastamento de seus familiares significara ruptura profunda e que deve ter servido de estímulo para diferentes conflitos entre ela e Antônio Ramos Caiado.

Sua mobilidade significou abandonar a sensação de vertigem experimentada por “homens e mulheres que viviam ou circulavam pelas ruas do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o século XX” (Margarida de Souza NEVES, 2017, p. 15) e permitir se contaminar pela de marasmo, erroneamente atribuída a Goiás, em razão de acreditar-se transcorrer o tempo ali “tão lentamente que sua marcha inexorável mal era percebida” (p. 15)³¹. Essa ruptura, somada aos sentimentos de uma mulher traída e marcada por relações matrimoniais desrespeitosas, em que imperavam violências de gênero diversas, podem ser intuídos de seu gosto por leituras de obras como *Enforcado*, *Vida infernal*, *Inferno do ciúme*, *Emma ou a filha desgostosa*, *Mulher, marido e amante* e *Cismas de uma Rainha*.

Claro que esta análise se apega aos testemunhos e narrativas que referenciam ter sido o cotidiano de Iracema de Carvalho um verdadeiro drama em que Antônio Caiado tentava a todo instante dominá-la e mantê-la aprisionada às lides domésticas e ao cuidado com os filhos que nasceram quase que ininterruptamente até 1905 (Suely KOFES, 2001).

Pelos seus registros de leitura percebe-se que ela contrariou as expectativas de dominação e de controle arquitetadas pelo esposo. Por conta da ausência de bilhetes de encomenda de livros entregues por terceiros, anexados à sua ficha de leitura, e que era costume comum entre as sócias do Gabinete³², presume-se que era ela mesma quem ia até à biblioteca para realizar os empréstimos ou devolver os livros.

³¹ A distância de Goiás dos grandes centros metropolitanos, a pouca disponibilidade de meios de transporte e comunicação, o pouco acesso à informação somados às dificuldades dos correios contribuíam com a imagem de que ali “nada parecia romper uma rotina secular, firmemente alicerçada no privilégio, no arbítrio, na lógica do favor, na inviolabilidade da vontade senhoril dos coronéis e nas rígidas hierarquias assentadas sobre a propriedade, a violência e o medo” (Margarida de Souza NEVES, 2017, p. 15).

³² Em outros registros de leitura de mulheres é bastante comum haver anexados uma imensa variedade de bilhetes em que as sócias solicitavam a entrega ou realizavam a locação de livros através de terceiros. Geralmente os mensageiros eram crianças ou empregados da casa. No caso de Jacintha Luiza do Couto Brandão Peixoto – mãe de Cora Coralina – dentre outras mulheres, esse era um costume comum e que operava de modo a evitar a excessiva circulação pelo ambiente público. O envio de bilhetes ao Gabinete por parte dessas mulheres, através de terceiros, servia como tática para garantir a leitura ao mesmo tempo em que resguardavam sua honra e a de sua família.

Embora não tivesse circulado por reuniões políticas, a exemplo de Augusta de Faro Fleury Curado a esposa de Sebastião Fleury Curado e que conforme anotado pelo *Goyaz*, em 21 de junho de 1902, aparecera vestida “en soi garnie de surah et de denteles”³³ no baile ao Congresso, Iracema de Carvalho possivelmente fez das idas ao Gabinete Litterario Goyano e de suas leituras, táticas para subverter a dominação masculina que lhe fora imposta.

É importante assentar que não consta, entre os participantes desse evento, o nome de Antônio Ramos Caiado. Provavelmente ele não participava de nenhuma dessas reuniões por representar o grupo de reação dentro da família Caiado, que naquele momento se posicionara contrário à família Bulhões e sua relação com José Xavier de Almeida.

Ao fazer oposição às mais diferentes figuras que se intermediavam nos cargos políticos de Goiás, Antônio Ramos Caiado parece ter evitado circular por aqueles espaços. Sobre tal fato, Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro (1974) lembrou que em 1897, pouco antes de se casar e retornar para Goiás, Antônio Ramos e sua família teriam contribuído com as “cisões nas hostes partidárias” (p. 108) de Goiás. Todavia, por mais que não circulasse em reuniões e festas, talvez por questões políticas, foi por outro lado muito comum encontrar seu nome entre os registros de leitura do Gabinete Litterario Goyano.

Em 1899, logo após retornar para Goiás, Antônio Ramos Caiado assumiu a direção da referida instituição literária³⁴. Durante sua gestão ele nomeou comissão para tratar “da compra de um prédio para o Gabinete”³⁵ e autorizou “a vender obras dadas em consumo”³⁶. A venda tinha como expectativa garantir o acúmulo de recursos para a compra do prédio que sediaría a instituição literária.

As memórias de Ofélia Sócrates em parceria com as considerações de Maria Augusta de Sant’Anna Moraes (1972) ajudam a explicar sua ausência no referido baile do Congresso e em tantas *Soirées* que se seguiram. Conforme Maria Augusta Moraes, após os Bulhões serem beneficiados pela renúncia de Deodoro da Fonseca e a ascensão de Floriano Peixoto (1891), Antônio Ramos Caiado deu início a uma reação e que foi intensificada em razão do

³³ Notícias. Baile ao Congresso. *Goyaz*, anno XVII, n.º 727, sabbado, 24 de junho de 1902, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Tradução: “Em si forrado com surah e denteles”.

³⁴ Acta de sessão geral do Gabinete Litterario Goyano em 28 de maio de 1899. Livro 1º das actas das sessões do Gabinete Litterario Goyano, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 35. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

³⁵ Acta da sessão do Gabinete Litterario Goyano em 07 de fevereiro de 1900. Livro 1º das actas das sessões do Gabinete Litterario Goyano, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 36. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

³⁶ *Idem*.

golpe aplicado pelos Bulhões contra seu avô, Antônio José Caiado³⁷. Sua presença no Gabinete Litterario afigurava-se como uma estratégia política, uma vez que muitas personalidades políticas e intelectuais de Goiás utilizavam daquela e de outras instituições para se lançar na vida pública.

As intervenções de Antônio Ramos Caiado no interior da política goiana, enquanto ainda vivia no Rio de Janeiro, explicam, em parte, a pouca visibilidade pública de sua esposa, Iracema de Carvalho Caiado, na cidade de Goiás. Se ele não ia às reuniões partidárias, dificilmente Iracema de Carvalho ali se faria presente, isso porque a esfera pública [e a vida política] era indistintamente marcada pelo domínio masculino. Na verdade, os conflitos em que se envolveu também contribuíram para esconder suas filhas dos holofotes da imprensa do período. Consuelo, Cory e Comary só apareceram em registros de jornal após seu retorno para Goiás, em 1911.

No que tangencia a trajetória de Iracema de Carvalho é importante observar que mesmo “considerada inferior a seu marido no campo dos deveres impostos pelo casamento” (Gabrielle HOUBRE, 2003, p. 106), ela revelou ser uma mulher transgressora. A leitura era uma atividade que no século XIX, persistia contrariando diferentes segmentos sociais, por mais que antigos hábitos e normas já estivessem em processo de reformulação. As convenções sociais, o gênero e os dispositivos de poder, que antes proibiam a atividade leitora de mulheres, agora agiam de modo a administrá-la.

Iracema soube manejar autorizações com certo desprendimento. Talvez até com grande liberalidade, porque diferente de muitas mulheres que liam os livros que seus maridos locavam, Iracema mantinha sua própria ficha de leitura. Desse modo ela lia o que desejava, sem que seu esposo interviesse em suas opções literárias. “A possibilidade de ócio entre as mulheres de elite incentivou a absorção das novelas românticas e sentimentais consumidas entre um bordado e outro, receitas de doces e confidências entre amigas” (Maria Ângela D’INCAO, 2011, p. 229). Ler e escrever eram demonstrações de apropriação, por parte das

³⁷ Depois da pressão imposta pelos Bulhões, Antônio José Caiado acabou desistindo de sua candidatura ao Senado, em 1896. O fato de Urbano Gouvêa, o cunhado de Leopoldo Bulhões, ser beneficiado com esta desistência desagradou os ânimos da família Caiado: “A notícia da renúncia de Caiado e apresentação de Urbano repercutiram mal em Goiás. Eclodiu uma crise política no seio do clã Bulhônico, o que deu início ao processo de decadência, pelo qual iriam passar os Bulhões na política de Goiás. As duas principais peças desta crise eram o “Manifesto” de Urbano de Gouvêa, que representava a verdade sobre o prisma Bulhônico, inocentando-os de tramas e conchavos políticos que teriam conduzido o velho Caiado à renúncia e o “Contra Manifesto” de Torquato Ramos Caiado, provavelmente redigido ou orientado por seu filho Antônio Ramos Caiado, que nunca aceitou a posição de cordeiro do avô, perante os interesses do clã e no qual revelava as “machinações” vivas de Leopoldo de Bulhões”. (Maria Augusta de Sant’Anna MORAES, 1972, p. 219).

mulheres, dos dispositivos de poder e de denúncia no interior de relações desiguais entre os sexos.

Mesmo que o direito de escolha das leituras permanecesse controlado, a exemplo do que comentaram Gabrielle Houbre (1998) e Lilian Lacerda (2003), ler oportunizava o acesso a mundos outros. A leitura era, seguindo a linha de raciocínio de Consuelo Ramos Caiado, sua filha, uma ferramenta para se “espalhar opinião”³⁸.

Provavelmente, para acessar ao Gabinete Litterario e, conseqüentemente, ler suas obras, Iracema “precisou persuadir”³⁹ Antônio Ramos Caiado e, após conquistar autorização, utilizou-se do “saber de que dispunha e teve o gosto”⁴⁰ por obras que denunciavam seu humor e seu estado de espírito. Tática que Consuelo Caiado também mobilizou ao longo de sua trajetória.

A leitura serviu-lhes, sem sombra de dúvidas, como um canal de fuga e de visibilização de suas experiências, sentimentos e das violências de gênero que lhes foram dispensadas. É pensando nisso que se pode considerar Iracema de Carvalho como uma mulher que soube manejar táticas de leitura para denunciar sua condição, os abusos e as injunções de gênero a que foi submetida após casar-se com Antônio Ramos Caiado. Os livros *Inferno do Ciúme* e *Mulher, marido e amante* deixam ver críticas, de sua parte, aos códigos, usos, modos e costumes elencados por sua filha na nota trazida como epígrafe.

Iracema de Carvalho Caiado tinha consciência de sua condição desigual em relação a Antônio Ramos Caiado. De certa forma, mãe e filha, questionavam uma variedade de normatizações exigidas das mulheres, mas negligenciadas pela “civilização” e pela nação quando não obedecidas pelos homens. Enquanto Iracema questionou sua dura condição de casada, lendo obras literárias, Consuelo Caiado leu, escreveu literatura, guardou legados e defendeu os direitos das mulheres.

Ambas demonstraram em suas ações literárias a problemática permanência das Ordenações Filipinas⁴¹. Este código de leis exigia, em um contexto de modernização das

³⁸ Bloco de notas de Consuelo Ramos Caiado, 1931, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

³⁹ *Idem*, p. 01.

⁴⁰ *Idem*, p. 01.

⁴¹ Ordenações Filipinas é um código de leis resultante da reforma do código manuelino feita por Filipe II da Espanha durante o domínio castelhano. No fim da União Ibérica (1580-1640) o código Filipino continuou vigorando em Portugal e teve vigência no Brasil, como código civil, até o ano de 1916.

relações de gênero, um conceito de honra feminina muito pautado na subordinação e que reforçava os papéis de mãe e esposa como funções naturais⁴² para as mulheres.

As protagonistas dos livros de Consuelo Caiado eram quase sempre mulheres tendidas à subversão. Eram leitoras vorazes, muito inteligentes e tomadas por grande perspicácia. Eram mulheres bastante desprendidas das convenções sociais e dos arquétipos de feminilidade [sensibilidade, sutileza, delicadeza] – exceto Helia, a personagem de *Uma Página da vida de...?* (1925-1935), esta devotava-se à vida religiosa e à reclusão – e que por esta razão sofreu com críticas e violências de gênero.

A alcunha de “mulher masculina” atribuída às personagens de Consuelo Caiado e a ela própria deixa ver os leques de simbolismos sexuais construídos em torno dos sexos, em meados do século XX na cidade de Goiás; sem ignorar, todavia, a permanência de um perfil de honra feminina em Consuelo ainda muito influenciado pelas Ordenações Filipinas (1603).

Alice, personagem de *A Goyaninha* (1917) e Lulu, personagem de *Um verão na serra* (1919), são exemplos de mulheres que “desempenharam o papel de bota-fogo” (Dominique GODINEAU, 1991, p. 23) nas imagens e representações construídas e convencionadas pelo gênero masculino e sujeito universal (aquele referenciado pelas instituições de poder). Este gênero representaria, conforme Michèle Le Doeuff (2003) e Dominique Pestre (2018), “o sexo do saber”. Já para as mulheres caberia representar o “sexo da intuição”⁴³, aquele que,

⁴² Sueann Caulfield (2000) apontou que “na falta de um código civil, as Ordenações Filipinas de 1603 (livros 1 a 4) vigoraram, modificadas por decretos imperiais dispersos e pela Lei da Boa Razão, de 1769, que permitia aos magistrados usar o ‘bom senso’ na aplicação do direito romano em situações que não fossem especificamente reguladas pela legislação existente. Dessa forma por autorizarem a vingança particular e os privilégios patriarcais [as Ordenações não foram removidas do novo código e] os conceitos de honra e de moralidade” (p. 59) para as mulheres, vigoraram por grande parte da primeira República brasileira. Por essa razão, não é de se estranhar que a rua tenha permanecido como uma ameaça ao sexo feminino; “estar fora de casa ainda vinha impregnado de perigos” (Martha de Abreu ESTEVES, 1989, p. 42) e as mulheres agredidas em sua honra poderiam “ofender a autoridade moral da Igreja e do Estado, a inviolabilidade e a reputação pública da família, a autoridade paterna privada, a integridade individual ou o patrimônio familiar” (Sueann CAULFIELD, 2000, p. 59).

⁴³ Sobre tal questão Dominique Pestre apontou, seguindo as sugestões que Le Doeuff, que “a intuição foi associada às meninas e às mulheres, [enquanto] a razão e a ciência lhes escaparam [...]. Durante muito tempo, ela [Michèle Le Doeuff] nos lembra (de Platão ao fim do século XVIII), a intuição foi considerada como um modo central (e evidentemente válido) de conhecimento, um modo imbricado a outros modos de pensamento (ao raciocínio argumentativo e dedutivo, por exemplo), talvez a melhor forma de conhecimento possível (ainda em Descartes). Nessa época ela então não apresentava nada de feminino. Com o fim do século das Luzes, uma divisão se fez, contudo, mais radical entre intuição e razão: as duas qualidades se tornaram, então, menos complementares, um pouco como se elas não pudessem mais “se apoiar no mesmo espírito” e que, “a partir desse momento, seria um ou outro”. Hegel oficializa a separação: a intuição não conhece a si mesma, diz ele – ela, então, nada conhece – e somente “o paciente trabalho do conceito [torna-se] recomendável” – um tipo de discurso legado aos mais renomados (Michèle LE DOUEUFF, 1998). A partir daí, dois movimentos se desdobram em paralelo, se conjugam para construir um dos lugares comuns mais impregnados, em nossas sociedades, pela articulação do ato de saber (e as ciências) à distribuição dos papéis sexuais” (Dominique PESTRE, 2018, p. 370).

segundo as matrizes da ciência moderna precisaria subordinar-se à razão e à “lógica masculina nos marcos da heterossexualidade compulsória” (Margareth RAGO, 2013, p. 28).

Os estudos de Michèle Le Doeuff, Dominique Pestre e Margareth Rago são suportes fundamentais para compreendermos e para explicarmos os estranhamentos que surgiram quando as mulheres ousaram se infiltrar em ambientes nos quais se exercitava a intelectualidade. Estas pesquisadoras explicitaram as injunções de gênero que, em nossos recortes e objeto, atingiram as personagens de Consuelo Caiado – e ela própria – no instante em que optaram por exercer atividades convencionalmente masculinas e/ou caminhar na contramão da lógica universal ditada pela sociedade, pelo estado, pela família ou pelas instituições religiosas.

Alice, por exemplo, no desejo de viver o grande amor sem, todavia, converter-se na donzela em perigo e que ao fim da trama acabaria salva pelo príncipe, envolveu-se em situações das mais burlescas e conflituosas, de modo a mostrar-se mulher forte e capaz de decidir ela própria o seu futuro. Lulu era moça jovem, alegre e muito sagaz. Na narrativa de Consuelo Caiado ela apareceu representada como aquela que administrava o lar e todos dentro dela (mãe, pai, irmãs, primos e primas). Era uma mulher de personalidade forte e que conseguia se impor em todos os lugares nos quais se inseria. Sua inteligência e franqueza rendeu-lhe o estereótipo de “mulher masculinizada”. Isso porque suas práticas e costumes, muito exóticos, não faziam ressonância com os arquétipos de sensibilidade e de delicadeza esperados para as mulheres burguesas de fins do século XIX e meados do XX.

Todas as personagens de Consuelo Caiado parecem ter um pouco de suas características identitárias, isso porque, segundo Leão Caiado, Consuelo era uma:

Mulher muito culta e [que, após prisão de Antônio Ramos Caiado] ficou tomando conta [das lides administrativas do pai] porque a mãe... a mulher dele, tia Mariquita, tinha muitos filhos e não dava conta de trabalhar e ela então tomou conta das coisas, dos camaradas, tomou conta das fazendas, tomou conta da venda e compra de gado, tomou conta das dívidas, tomou conta da manutenção, vender gado pra manter. Tudo isto ela que assumiu essa guarida, mas ela é o seguinte, quando ela soube da luta de Bertha Lutz pelo feminismo no Brasil, ela imediatamente com uma... a Borba, amicíssima dela, de Formosa e outras senhoras de Goiás resolveram criar uma... Uma Liga, ou melhor, um Comitê.⁴⁴

⁴⁴ Entrevista de Leão Di Ramos Caiado, realizada na cidade de Goiânia em março de 2016.

Conforme testemunhado por Leão Caiado, Consuelo era uma mulher bastante desprezada das representações de feminilidade de seu tempo. Não era uma mulher sensível, como aquelas das histórias de José de Alencar. De longe desejava voltar-se aos cuidados domésticos e de filhos. Na realidade não chegou a ser mãe e sequer casou-se. Em suas histórias percebe-se uma grande aproximação entre ela e a personagem Lulu, uma administradora, mulher leitora, instruída e sempre lembrada pela grande inteligência.

Consuelo e Lulu são muito semelhantes em termos de comportamento e de gênio. Mulheres de personalidade forte e que pagaram alto preço por serem a exceção. O silêncio em que foi mantida a atividade intelectual e leitora de Consuelo – e de outras mulheres – se deu, em parte, porque a balança que regulava e normatizava hábitos e o relacionamento entre os sexos pendeu para o seu lado empurrando-a para longe do círculo literário e intelectual de Goiás. Aspecto que pode ser observado em seu caso, no de suas personagens, em suas mulheres arquivadas e em sua mãe, Iracema de Carvalho Caiado.

Ser sócia do Gabinete, pagar mensalidades e ler grande quantidade de livros é indício de uma das táticas de existência das mulheres em Goiás. Era por intermédio das leituras que elas visibilizavam algumas de suas experiências e influíam diferentes questões de gênero, principalmente aquelas relacionadas à desigualdade entre os sexos no campo da instrução e da leitura. Os usos que Iracema e Consuelo, dentre outras mulheres, fizeram dos livros aproxima-se muito da ideia da “leitura como um recurso ou instrumento de acesso a outros bens culturais” (Lílian de LACERDA, 2003, p. 183) ou à “leitura como uma prática individual por meio da qual sacia suas curiosidades, buscas e prazeres” (p. 183). Ler para Iracema e Consuelo, levando-se em consideração a quantidade, os títulos e temas, parecia um refúgio de suas decepções e frustrações.

Foi por meio da leitura que Iracema, Consuelo e tantas outras mulheres de Goiás tornaram “movimentos visíveis, quebraram silêncios, desafiaram noções prevalecentes e abriram novas possibilidades para todas” (Joan SCOTT, 1998, p. 298). As opções de leitura e o registro dessas leituras permitiu-lhes ter sua agência encarnada no tempo.

A presença de Iracema de Carvalho no Gabinete Litterario, pagando mensalidades, se sociabilizando e lendo livros é indício de sua desobediência e elemento que contraria injunções de gênero, responsáveis pela construção e representação das mulheres como submissas, descapitalizadas e sempre posicionadas em uma condição de silêncio.

Ainda que as mulheres sejam “silêncios da história” é preciso considerar, terem sido elas silenciadas. Exame que sugere não terem aceitado a condição de silêncio de forma

passiva. Michelle Perrot (2005) e Mary Del Priore (2009) comentaram, metaforicamente, sobre o barulho feito por mulheres ao longo de diferentes conjunturas históricas e de dentro das gavetas de arquivos. É pensando no barulho, nos reclames e manifestos que se faz necessário entender o desejo, nutrido por elas, de sair. Mesmo aprisionadas, as mulheres constituíram táticas e discursos ocultos que lhes pudessem garantir minar as estruturas e instituições do poder masculino.

O silêncio delas precisa ser visto como algo que está em jogo no interior das relações entre os sexos. Uma tática de sobrevivência e de projeção futura dentro de contextos marcados por mascaramentos, brincadeiras de esconde-esconde e diferentes clivagens que intencionavam apartá-las do convívio social.

Pensando em tantas questões não é estranho que a mudança de Iracema de Carvalho para Goiás tenha estimulado narrativas extravagantes que tentavam contrastar seus hábitos refinados e metropolitanos com a dureza cotidiana de uma cidade do interior do Brasil, que nem ao menos tinha serviços de energia ou saneamento básico. Benefícios infraestruturais que só apareceram anos depois de seu falecimento.

A iluminação pública só foi inaugurada em 18 de abril 1920, após a construção da Usina de Eletricidade mantida pela sociedade *Guedes, Ratto & Cia*⁴⁵, o fornecimento de água só foi efetivado na gestão de Hermógenes Coelho em 1950⁴⁶ e a grande distância que separava Goiás do último ponto ferroviário tornava a viagem dificultosa e perigosa. Esta última questão foi lembrada por Oscar Leal (1892), Carlos Pereira de Magalhães (1918-1925) e historiada por Barsanufio Gomides Borges (1990). As dificuldades para se alcançar Goiás, cruzando a linha ferroviária e grandes distâncias em lombos de cavalos e banguês, também foram descritas por Augusta de Faro Fleury Curado, esposa de Sebastião Fleury Curado, em 1896.

⁴⁵ Em 22 de dezembro de 1917 o governo do Estado, representado pelo desembargador Alves de Castro, pediu que se publicasse edital chamando concorrentes para a prestação de serviços de luz, água e esgoto da capital (*O Democrata*, anno I, n.º 49, Goyaz, 22 de dezembro de 1917, p. 02). Apareceram dois concorrentes para o serviço de luz: o Sr.º José Alencastro Veiga e o Sr.º Joaquim Guedes d'Amorim. Ao fim da concorrência pública, que não aconteceu sem que grupos opositores ao governo se manifestassem contrários á celebração do contrato entre governo e o Sr.º Joaquim Guedes, este acabou se tornando o responsável pela oferta do serviço na capital. Após quase três anos o serviço foi inaugurado. Da inauguração da Usina, instalada na Carioca, encontramos notícia publicada no *O Democrata*, anno III, n.º 153, Goyaz, 23 de abril de 1920, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás 'Casa Frei Simão Dorvi', Goiás, Goiás.

⁴⁶ Regina Lacerda (1977) contou que o serviço de abastecimento de água só foi oferecido na cidade de Goiás a partir da gestão de Hermógenes Coelho (1950), e que isto provocou o desaparecimento da profissão de Carregadeiras d'água. Antes, quem abastecia os lares vilaboenses eram mulheres (a grande maioria eram negras) que buscavam água "na Carioca ou nos chafarizes para as casas de família" (p. 54).

É por conta das narrativas e memórias recolhidas em Goiás e Goiânia que, ao falar de Consuelo Caiado, Suely Kofes (2001) ressalta ser difícil não falar de sua mãe:

Uma moça refinada, que vivera na Europa e na Corte, conhecera Totó Caiado, um homem bonito, quando este estudava Direito no Rio, conforme a maioria das versões; uma viagem de trem, conforme outra bem mais romanceada. Um enxoval europeu, uma festa de casamento suntuosa e a ida para uma fazenda em Goiás depois de uma viagem de quase um mês. Sete anos depois, Iracema, após o choque, as insatisfações e uma tuberculose, morreria no Rio de Janeiro, onde ficaram as três filhas com a família materna. Entretanto, Totó Caiado, o pai, traria as filhas para Goiás quando casou-se novamente. As roupas finas das meninas seriam substituídas pelas roupas de chita, contrastando, na narrativa desta história romântica sempre repetida com riqueza de detalhes, a vida da ‘corte’ e a vida de uma província distante (mas ligada), no início do século. (p. 34).

Em entrevista, Leão Caiado produziu narrativa muito semelhante à que Suely Kofes (2001) registrou em sua etnografia. Para ele, Iracema de Carvalho era uma intelectual que sofrera diferentes traumas resultantes da contrastante mudança do Rio de Janeiro para Goiás. Narrou com surpresa o fato de seu tio Totó Caiado (Antonio Ramos Caiado) trazê-la para o sertão, montada em um cavalo. Segundo o depoente, Iracema sequer “sabia o que era montar a cavalo”⁴⁷. Manteve-se convicto de que a mudança e a forma como tudo ocorrera significaram alterações profundas em seus hábitos.

Mudanças extraordinárias quando colocadas *pari passu* aos costumes e hábitos de uma mulher educada na Suíça e em Milão, que “falava muito bem italiano, francês e entendia o alemão”⁴⁸. Iracema de Carvalho enfrentou, mediante tais narrativas, uma espécie de grande aventura pelo sertão brasileiro e goiano. Perigos que lhe custaram a vida.

Narrativas de uma aventura

As narrativas de diferentes viajantes, homens e mulheres, que percorreram os sertões do Brasil Central entre fins do século XIX e meados do XX, julgam a viagem para Goiás, saindo de grandes centros metropolitanos, algo desafiador e tarefa difícil de ser executada.

⁴⁷ Entrevista de Leão Di Ramos Caiado, realizada na cidade de Goiânia em março de 2016.

⁴⁸ *Idem*.

Segundo os registros de viagem presentes no diário de Anna Joaquina da Silva Marques (1888-1930), nas memórias de Oscar Leal (1892) e Augusta de Faro Fleury Curado (1896) percorrer o sertão goiano significava uma grande aventura. Aventura que Augusta de Faro empreendeu e registrou em uma espécie de diário, posteriormente publicado por sua filha, Maria Paula Fleury de Godoy. Augusta de Faro era filha de André Augusto de Pádua Fleury e nascera em Curitiba. Por conta de seu pai ocupar diferentes cargos políticos ela levava uma vida nômade até casar-se com seu primo Sebastião Fleury Curado e mudar-se do Rio de Janeiro para Goiás, três anos antes de Iracema de Carvalho Caiado e Antônio Ramos Caiado percorrerem caminho semelhante.

Felizmente Augusta de Faro registrou diferentes aspectos da viagem feita em 1896⁴⁹ e que ajudam na composição de uma ideia do que significou para Iracema de Carvalho sair da metrópole carioca e aventurar-se pelos sertões do Brasil Central e de Goiás em 1898.

Em 20 de outubro de 1896, Augusta de Faro produziu o seguinte registro:

Ao meio dia chegamos em “Areias”, depois de termos descido a “Serra Dourada” toda calçada de lages largas. Há lugares de altas rochas pretas, ponteagudas, que parecem defender a entrada da cidade. Vimos, pouco adiante, o fio do telégrafo, que vai a Cuiabá. Tive verdadeira sensação de prazer ao avistá-lo, como se encontrasse um velho amigo. Em Areias, pequeno povoado, almoçamos e mudamos de roupa. Estávamos molhadíssimos. À tardinha, montamos a cavalo e o roupão (amazona) de minha sogra me ia tão bem como se fosse meu (Augusta de Faro Fleury CURADO, 1896, p. 66-67).

Anterior ao seu relato das visões da Serra Dourada e aquilo que parecia ser um dos poucos indícios de “civilização” – o fio do telégrafo – na entrada da cidade de Goiás, Augusta de Faro descreveu toda a epopeia de sua saída do Rio de Janeiro em direção a Goiás. Ao partir da Central, no Rio de Janeiro, para São Paulo, ela contou que era possível observar pela madrugada um movimento de carroças, bondes e transeuntes pela cidade. A esta hora da manhã “os bicos de gás já iam morrendo” (p. 25) e se instalara uma “aglomeração do povo na Estação, a comprar bilhetes” (p. 25).

A movimentação despertada pelo trem e o trabalho ao redor do café eram elementos marcantes daquela madrugada de 23 de agosto de 1896. Acomodada em um dos vagões “a

⁴⁹ O diário de viagem de Augusta de Faro Fleury Curado denominado *Uma viagem a Goiás* (1896) foi publicado pós-morte por sua filha Maria Paula Fleury de Godoy. Em 1961 ela reuniu os escritos da mãe e organizou obra denominada *Do Rio de Janeiro a Goiás – 1896 (a viagem era assim)*, impressa nas oficinas e gráficas de Velloso S.A. em Belo Horizonte, Minas Gerais.

máquina, com seu silvo agudo, deu o sinal de partida. O trem pôs-se em marcha, vagarosamente primeiro, depois acelerando a marcha” (p. 26). Aos poucos ela viu “desaparecerem a iluminação elétrica, os vendedores de jornais, os comissários de chapa” (p. 26) e seus familiares. O cenário começava a se alterar, a natureza opulenta cedia lugar aos campos áridos e às fazendas de café nas imediações da cidade de São Paulo. Nesta cidade, Augusta de Faro anotou as querelas oriundas da imigração italiana e do anarquismo no Brasil e que agitara o ambiente político e social de diferentes regiões brasileiras, conforme apontado por Sidney Chalhoub (2001), ao descrever as contendas populares desenroladas entre brasileiros e imigrantes no Rio de Janeiro⁵⁰.

Sobre os conflitos resultantes de relações desiguais impostas pela transição do trabalho escravo para o livre, em conformidade com o projeto republicano, estético (Maria Bernardete Ramos FLORES, 2007), higienista, racista (Lilia Moritz SCHWARCZ, 1993) e capitalista. Augusta de Faro anotou que “a cidade continuava em agitação não acostuada; grupos de estudantes passavam dando ‘vivas ao Brasil, morte à Itália’. Italianos mal-encarados, com as costas quentes por causa dos protocolos, brigavam a todo propósito, a fim de obterem indenização” (Augusta de Faro Fleury CURADO, 1896, p. 27). Os ânimos pareciam exaltados na São Paulo de sua breve passagem.⁵¹

Os conflitos sociais marcaram o pernoite em São Paulo, porém passadas essas horas toda a família tomou o trem na Estação da Luz em direção a Minas Gerais. Neste percurso ela ilustrou as “cidades que mais se pareciam com aldeolas; [os] morros altos, [a] pouca vegetação, [os] cafezais em abundância. Nas estações, só italianos vendendo leite, queijos, biscoitos e um café infame” (p. 29). Ela adentrava ao cenário das grandes fazendas produtoras de café e leite entre as regiões de São Paulo e Minas Gerais. A terra aí

⁵⁰ Sobre os conflitos entre imigrantes e brasileiros, Sidney Chalhoub (2001) apontou que “clivagens da sociedade colonial e depois imperial continuavam a ser parte integrante da experiência de vida popular” (p. 60). Havia permanências, como as “contradições senhor-patrão branco versus escravo-empregado negro, e colonizador-explorador português versus colonizado-explorado brasileiro. No nível das mentalidades e atitudes populares, isto significava que muitas vezes a igualdade de situação de classe entre portugueses e brasileiros pobres ficava obscurecida pelo ressentimento mútuo: o imigrante trazia de sua terra natal – e reforçava ainda em terras tropicais – sua concepção de ser racial e culturalmente superior aos brasileiros pobres e de cor; e estes, por outro lado, para quem a escravidão era ainda um passado bastante recente, ressentiam-se dos brancos em geral e, mais ainda, dos imigrantes, que vinham chegando ao Rio de Janeiro em grandes levadas desde os últimos anos da Monarquia, abocanhando boa parte da fatia de empregos disponíveis na cidade” (p. 60-61).

⁵¹ Sidney Chalhoub (2001) lembrou que o boom da imigração entre fins do século XIX e meados do XX provocou diferentes convulsões entre os nacionais e os europeus que no Brasil haviam chegado. Ao anotar tantas situações ele remontou contexto semelhante àquele descrito por Augusta de Faro quando esta falara da briga entre italianos e brasileiros em São Paulo (1896, p. 104-105).

avermelhara-se e aproximava-se da cor de telha, o trem se apertava com os passageiros da roça que a todos alegravam “com suas ingenuidades” (p. 31).

Em Uberabinha era notável, no hotel em que passaram a noite, a presença de fugitivos federalistas. Em suas anotações era impossível ignorar a movimentação imigrante pelo Brasil a fora e os conflitos resultantes de várias divergências no interior da recente República. Ainda que já se encontrasse distante do Rio de Janeiro, os conflitos nacionais movimentavam o cotidiano das roças de café e leite entre Minas Gerais e Goiás. Em São Pedro de Uberabinha a linha de tráfego ferroviário chegava ao fim, porém era possível tomar lugar no trem de lastro dos engenheiros que trabalhavam na construção da linha que alcançaria Araguari e conseqüentemente Goiás. Finda essa etapa da viagem restava o percurso em cavalos e banguês, seguido pela pousada em fazendas ou hospedarias que se escondiam no interior do sertão⁵².

Era a partir desse ponto que a aventura se configurava como mais arriscada em função de tempestades, atoleiros, caminhos íngremes, despenhadeiros, noites mal dormidas, excesso de mosquitos e pouca disponibilidade de víveres. Na altura do Jacu, no segundo pouso, depois de ultrapassada a Cabeceira do Cedro, Augusta de Faro registrou, em 19 de setembro, o seguinte fato:

Saiu o primeiro lote; dali a 10 minutos o seguinte, depois o banguê e, atrás os cavaleiros. Alfredo nos acompanhou até certo ponto e despediu-se então. Que dia terrível! Eu só me assustando; os caminhos péssimos. Joãozinho e Sebastião, alternativamente, apeavam-se para ir rente ao banguê, para me dar coragem. André chorava, o sol muito quente. O zumbido dos mosquitos convidava a dormir, mas como dormir com tanto medo? À tarde chegamos a uma grande bacia, rodeada de morros; havia um fazendeiro, pediu-se-lhe pousada; êle não quis, ou não a pôde dar; não sei. Armou-se a tolda; o céu ia se tingindo de preto, os animais encolhiam

⁵² Sobre a linha ferroviária e sua expansão pelo território brasileiro, José Miguel Arias Neto (2017) apontou que “até 1884 a expansão ferroviária estava maciçamente concentrada na região cafeeira: Minas Gerais, o vale do Paraíba e São Paulo. A partir daquele ano, essa concentração [...] cai para 61,5% e 57,3% em 1889 e 1929, respectivamente. Dito de outro modo, as ferrovias foram sendo construídas em outras regiões do país, apesar do ritmo mais lento daquele do ‘centro dinâmico’. Em segundo lugar, verifica-se que a expansão ferroviária coincide, do ponto de vista cronológico, com a ampliação das exportações de café, o que comprova que a economia cafeeira dinamizou e simultaneamente foi dinamizada pela melhoria do sistema de transporte” (p. 208). É importante lembrar que a linha ferroviária não alcançou a cidade de Goiás. Mesmo sendo fruto da modernização e da nova divisão regional do trabalho a estrada de ferro alcançou o Roncador e ali permaneceu até que o primeiro automóvel alcançasse a cidade de Goiás. Desse episódio em diante a estrada de ferro se tornou alvo de desinteresse pelas lideranças locais que “desejosos de ver suas regiões, ou seja, seus domínios econômicos e políticos, ligados ao Centro-Sul por modernos meios de transporte e comunicação, lançaram-se, com o apoio do Estado, na organização de companhias de autoviação, com a finalidade de construir estradas de rodagem e linhas telegráficas, ligando inúmeras cidades à Estrada de Ferro”. (Barsanulfo Gomides BORGES, 1990, p. 108)

os quadris – sinal de chuva. (Augusta de Faro Fleury CURADO, 1896, p. 43).

Seguindo seus relatos percebe-se que era o calor excessivo ou a chuva muito intensa, que mais atormentavam os viajantes pelos caminhos em direção à Goiás. O calor secava tudo ao redor, favorecia queimadas, deixando o solo difícil de ser pisoteado pelos cavalos. Os “animais tropeçavam a cada instante nos galhos atirados ao chão” (p. 55). As águas da chuva penetravam fundo no solo e deixavam todo o caminho escorregadio. Pedras pareciam regadas a óleo e faziam as ferraduras dos cavalos patinarem, o que obrigava os viajantes fazer parte do percurso a pé e era nesse momento em que os insetos atacavam.

Sobre o infortúnio dos insetos, Augusta de Faro anotou o problema que eram os carrapatos miúdos. Difíceis de enxergar, eles entravam pela pele a inflamá-la. Ainda haviam os grandes, “chamados rodoleiros, da largura de um grão de arroz, mas redondinhos” (p. 52). Estes “rodoleiros” eram terríveis, pois “enterram os dois ferrões, que para arrancar de uma vez é preciso ter-se mão firme, pois que não se arrancando de repente, eles enterram mais ainda os ferrões” (p. 52).⁵³ As durezas do lugar, seus perigos e suas dificuldades ainda se faziam presentes na forma como as “pobres mulheres do sertão” (p. 52) se constituíam enquanto agentes no interior das relações que ali se faziam possíveis.

A roca e o fuso eram, segundo Augusta de Faro, “os principais ornatos das choupanas” (p. 52) dessas mulheres. Eram esses objetos importantes elementos definidores da sexualidade feminina naquela região. Indiscriminadamente o sertão afigurava-se, aos olhos de Augusta, como uma região inóspita, cheia de perigos e amedrontadora. Não obstante superados tantos apuros e ultrapassada a longa jornada em trens, banguês ou no lombo de cavalos, alcançava-se “a cidade de Goyaz toda cercada de morros [e] tendo no centro um vale atravessado pelo rio Vermelho” (p. 67).

A viagem de quase um mês, marcada por apreensões e medos findava-se numa das principais cidades do Brasil Central. Goiás era, a essa época, o centro administrativo e a capital do estado. Era sua posição política a razão da grande mobilidade de personagens,

⁵³ Em Viagem às Terras Goyanas (Brazil Central), Oscar Leal destacou o infortúnio dos insetos e animais nos caminhos de Goiás. Ao sair das Antas (Anápolis) em direção a Meyaponte (Pirenópolis) ele relatou o encontro com os macacos guaribas, o ataque das mutucas e carrapatos. Segundo contou eram os animais que estavam mais propensos ao ataque dos insetos. “Dezenas de moscas mutucas os rodeavam, mordendo-os de preferência no pescoço ou nas orelhas, e na nossa passagem – outra praga – os carrapatos subiam-n’os pelo corpo, causando desagradável prurido” (Oscar LEAL, 1892, p. 56).

como Sebastião Fleury Curado, esposo de Augusta de Faro ou Antônio Ramos Caiado, esposo de Iracema de Carvalho e pai de Consuelo Caiado.

Sebastião Fleury era filiado ao partido liberal e havia exercido mandato de deputado na Câmara entre 1891 e 1893. Ele fazia oposição – temporária – à oligarquia Bulhões, objeção que se fortaleceu durante o governo provisório de Deodoro da Fonseca (1889-1891). Sobre Sebastião Fleury e seu movimento de oposição, Maria Augusta de Sant’Anna Moraes (1972) contou que ao apoiar a facção Deodorista, contrária à dos demais representantes de Goiás, ele contribuiu para que houvesse uma “cisão no Centro Republicano, entre o elemento bulhônico e aqueles representantes” (p. 166). O fato de aproximar-se dos católicos também reforçou o acirramento dos ânimos em âmbito estadual:

Por sua vez, os Bulhões responsabilizavam Sebastião Fleury de traição política, de buscar, oportunamente, uma união com os Católicos, extremamente frustrados com as renovações republicanas, sentindo-se prejudicados com a Constituição Federal que decretara a inelegibilidade clerical, procuravam seu engajamento na nova ordem política, sem abandonar uma recôndita ideia da possível restauração monárquica. Interpretavam as sublevações, as crises políticas como o linguajar de Deus, em represália às heresias republicanas, como casamento civil, separação da Igreja do Estado, laicização do ensino, secularização dos cemitérios. (Maria Augusta de Sant’Anna MORAES, 1972, p. 175-176).

O Partido Católico de Goyaz que teria se fortalecido nos anos do governo provisório (1889-1891)⁵⁴ enfrentou, no contexto de regresso de Sebastião Fleury, séria desagregação política. Tal fato se deu em razão do governo de Floriano Peixoto, na consolidação do regime republicano, contribuir para a “supremacia dos Bulhões na política de Goyaz” (p. 182) e que eram anticatólicos. Pelo menos era assim que se afirmavam em matérias publicadas pelo *Goyaz*, jornal financiado pela oligarquia.

É claro que mesmo tendo relações amigáveis com a família Caiado, a família Bulhões, após três anos de certa tranquilidade, via em 1899, sua soberania ameaçada por Antônio Ramos Caiado, e que seria o responsável pela dissidência que contribuiu para o enfraquecimento do poder político dos Bulhões no estado de Goiás.⁵⁵

⁵⁴ É importante lembrar que foi durante o governo de Deodoro da Fonseca em que se instalara no Brasil e em Goiás colégios católicos. Nos anos de fortalecimento do partido católico goiano se instalou na cidade de Goiás o Colégio Sant’Anna de freiras dominicanas, oriundas da França. Tal fato desagradava a família Bulhões que utilizou seu jornal, *Goyaz*, para criticar e exigir a laicização do ensino.

⁵⁵ Para Maria Augusta de Sant’Anna Moraes “nessa luta pelo poder, as arbitrariedades eram comuns aos contendores, uma vez que ‘feito em política era perder’. O jovem Antônio Ramos Caiado [filho de Torquato

As considerações de Maria Augusta de Sant'Anna Moraes (1972) corroboram, em certos aspectos, aquilo que Leão Caiado apontou quando comentou a negativa de Antônio Ramos Caiado ao pai de Iracema de Carvalho, no momento em que este lhe oferecera o cargo no consulado em Portugal.

Antônio Ramos Caiado desejava galgar posições de representatividade na política em Goiás e para isso não poupou esforços. Logo após casar-se projetou o retorno ao estado natal e uma vez em terras goianas utilizou do sacrifício de Iracema de Carvalho Caiado para satisfazer seus projetos políticos. “Antônio Brabeza”, conforme registrado por Maria Augusta Moraes, retornara a Goiás na expectativa de provocar uma cisão entre os Bulhões e os Caiado. Ele desejava tornar-se chefe político local e o elo que ligaria Goiás ao presidente da República.⁵⁶

Infelizmente Augusta de Faro não registrou tais fatos. Seus registros percorrem a viagem e o cenário político brasileiro. Os hiatos e espaços em branco de seu diário, principalmente no que tangencia as questões goianas, evidenciam estar as mulheres, em Goiás, “deliberadamente afastadas da esfera política, colocadas nas margens de valores, regras e instituições que a fundam e brevemente designadas como atrizes não políticas ou atrizes ilegítimas” (Mariette SINEAU, 1994, p. 72, tradução nossa). Por alguma razão, uma vez em Goiás, seus registros cessaram. Todavia sua descrição informou o contexto no qual Antônio Ramos Caiado e Iracema de Carvalho Caiado se inseriam.

Ainda que Augusta de Faro tenha se referido a conflitos políticos (desagravos provocados pela imigração europeia, anarquismo, federalismo e diferentes convulsões republicanas) os quais provavelmente Iracema não deve ter presenciado, pelo menos não da mesma forma que ela, a jornada e os mecanismos de transporte que utilizou em nada diferenciavam daqueles manejados pelos pais de Consuelo Caiado.

Ramos Caiado], era o mais afoito dos dissidentes, revelando-se violento, em contraste com a atitude sempre pacífica de seu avô [Antônio José Caiado] na política dos Bulhões, bem como com a serenidade de seu pai, mais ligado às questões financeiras do que à política. Ao procedimento de Antônio Ramos Caiado, que psicologicamente representava uma reação de família, ora interceptando ‘criminosamente o correio’, ora falsificando atas eleitorais, os Bulhões, esquecendo-se de que sua escola política fora a que eles próprios fundaram, dirigiram e ensinaram, comentavam: “[...] o que será desta pobre terra se algum dia semelhante gente galgar o poder?” (Maria Augusta de Sant'Anna MORAES, 1972, p. 223).

⁵⁶ Maria Efigênia Lage Resende explicou que no arranjo político idealizado pelo presidente Campos Sales, aquilo que ela nomeou de Política dos Governadores e funcionamento do sistema político, eram “os coronéis, chefes políticos locais, a base e a origem de uma complexa rede de relações que a partir do município estrutura as relações de poder que vão desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos” (2017, p. 92).

Para se chegar em Goiás, saindo do Rio de Janeiro ou de tantas outras cidades da região sudeste, era preciso estar preparado para manejar a pouca oferta de mecanismos de transporte, os perigos e incômodos do percurso. A esta altura, embora já se iniciasse a instalação de trilhos, estes demorariam alcançar o estado de Goiás e que segundo Barsanulfo Gomides Borges (1990) enfrentou diferentes reveses resultantes dos conflitos de interesse entre as oligarquias dominantes do estado de Minas Gerais, que se inseria “na produção dependente onde se encontrava as maiores forças políticas da República Velha” (p. 62). Somado ao jogo de interesses das grandes fortunas mineiras havia os desinteresses das oligarquias de Goiás. Sobre isso é importante anotar que o “próprio Leopoldo de Bulhões, de início, não acreditava na viabilidade econômica da Linha e teve de ser convencido do papel econômico que representaria a via férrea para o Estado” (p. 55).

Pelos registros de Augusta de Faro se pode contrastar diferentes aspectos do cenário republicano brasileiro ao cotidiano, um tanto duro, do interior do Brasil. Em Goiás as mudanças administrativas e legais da República não tiveram tamanha ressonância como tiveram nas regiões Sul e Sudeste. As permanências de um regime imperial baseado em relações de compadrio e escravismo, contribuíram para a construção de imensas desigualdades regionais e locais. Embora o fim da escravidão fosse uma realidade em Goiás desde fins de 1887, neste estado as relações de trabalho, por exemplo, se caracterizaram pela camaradagem o que se afigurava como um “seguimento tardio da escravidão, redefinido pelas novas relações sociais de trabalho no campo” (Barsanulfo Gomides BORGES, 1990, p. 53).

Desse modo, ainda que houvesse em Goiás uma classe social instruída, abastada e burguesa, também permanecia, muito presente, uma classe de pobres composta por negros ex-escravizados e que se misturavam de forma heterogênea à sociedade interiorana daquele sertão. A existência de uma classe pobre e marcada pela escravidão era demasiadamente presente em Goiás, tanto era que Consuelo Caiado não deixou de registrar, na introdução de *A Goyaninha* (1917), a influência das amas de leite negras [ex-escravizadas] na construção de narrativas sobre a sociedade de fins do século XIX. Segundo Consuelo Caiado foi Mãe Maria, uma velha escravizada que, mesmo liberta continuou a viver com seus avós, quem narrou entre uma cachimbada e outra as “histórias e aneddotas acontecidas nesta cidade

desde sua infância” (p. 07). Histórias essas que Consuelo Caiado registrou em seus muitos manuscritos, hoje reservas de sua energia vital e memória feminina⁵⁷.

Os registros de Consuelo Caiado se assemelham muito aos de Augusta de Faro e que também lembrou o importante papel das ex-escravizadas na condução de sua família pelo interior do Brasil até Goiás. Eram estas mulheres quem preparavam a comida e cuidavam dos filhos de Augusta de Faro. Foi por intermédio destes registros que se pôde capturar o contexto e os obstáculos que tornaram complicada a chegada de Iracema de Carvalho em Goiás.

Embora Iracema não tenha deixado registros escritos de suas dificuldades e sua filha não tenha escrito quase nada lembrando a dura condição imposta à sua mãe, é bem possível considerar, pelo canal de sua crítica da dominação masculina, ter Iracema, após o casamento pomposo no Rio de Janeiro, definhado em um casarão afastado em Goiás. A viagem de quase um mês, repleta de dificuldades que iam da pouca oferta de alimentos, chuvas torrenciais, montaria em cavalos, insetos e doenças oriundas da exposição ao clima, bastante variável, da região central, devem ter impactado os hábitos de Iracema e prejudicado sua saúde.

As dificuldades da viagem somadas ao cotidiano duro de uma relação desigual entre ela e seu esposo e que pode ser notada em suas opções de leitura, devem ter contribuído para que contraísse tuberculose e precisasse ser “conduzida para a companhia de seus pais, onde mais facilmente poderia restabelecer-se da enfermidade contrahida”⁵⁸.

Nesta viagem de regresso ao Rio de Janeiro, Iracema de Carvalho foi acompanhada das três filhas: Consuelo, Cory e Comary, porém não resistiu à doença e faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 23 de outubro de 1907⁵⁹. Seu sepultamento foi realizado no dia 24 de outubro no cemitério São João Batista na Rua General Polidoro s/nº em Botafogo, Rio de

⁵⁷ Sobre o poder e energia da escrita, Aleida Assmann (2011) ensinou que “a força de conservação da escrita é, portanto, tão grande quanto sua força germinal para renovar pensamentos antigos” (p. 209). A escrita é de uma potencia energética tamanha pois, o “que se perde das mídias visuais em termos de vida e verdade fica preservado na escrita, que não transmite uma reprodução ‘atenuada’, mas torna-se ela mesma o ‘instrumento da reprodução’ – dotada da ‘maravilhosa’ habilidade de não só conservar o velho, mas também, ao mesmo tempo, ocasionar o novo” (p. 209). Por se tratar da escrita de uma mulher esses manuscritos dão novos ritmos à história de Goiás e de suas mulheres. Eles as investem de uma energia até então desconhecida e instalam novos espaços de experiência e horizontes de expectativa para a história e os estudos culturais sobre Goiás e sua gente.

⁵⁸ *A República*, anno VII, n.º 134, Goyaz, 30 de outubro de 1907, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁵⁹ *Idem*.

Janeiro⁶⁰. Após o falecimento da mãe, Consuelo, Cory e Comary permaneceram no Rio por aproximadamente três anos.

Nesse período de tempo as três meninas frequentaram o Colégio Sion (Suely KOFES, 2001; Lena Castello Branco Ferreira de FREITAS, 2009), localizado no Cosme Velho. Em 1911, após contrair novo matrimônio, Antônio Ramos Caiado reconduziu suas filhas para Goiás e logo de sua chegada as matriculou no Colégio Sant'Anna.

O regresso para Goiás e a produção literária

Após retornar para Goiás, Consuelo Ramos Caiado foi a primeira das três filhas de Antônio Ramos Caiado a matricular-se no curso primário do Colégio Sant'Anna. Do retorno para os sertões goianos ela já contava com doze anos de idade. O fato de ter cursado parte do primário no Rio de Janeiro oportunizou sua entrada, depois dos exames admissionais, no quarto ano do curso, em 1911. Do Colégio Sant'Anna ela só se desligou ao fim do curso normal, em 1915⁶¹.

Autora de vários manuscritos guardados nos fundos de gavetas, alguns de cunho literário, com forte chamado a sua memória recente, as narrativas que construiu informam diferentes aspectos do sertão goiano de meados do século XX. Seus escritos são vestígios importantes para que entendamos o lugar ocupado por Consuelo no interior da sociedade goiana. Eles operam “como suporte da memória, bem no sentido do inventor de escritas Teuto, no mito platônico” (Aleida ASSMANN, 2011, p. 229).

⁶⁰ Notícias do falecimento de Iracema de Carvalho Caiado e da celebração da missa de corpo presente foram divulgadas em dezenas de jornais do Rio de Janeiro, a exemplo de *O Século*, anno II, n.º 364, Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1907, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁶¹ Em 1915 o Colégio Sant'Anna se equiparou, após atender exigências legais estabelecidas pela Lei n.º 301 de 18 de julho de 1907, à Escola Normal Estadual. As exigências eram as de que se igualasse ao currículo base estabelecido pelo programa oficial da Escola Normal. Deste modo o Colégio Sant'Anna passou a contar com o seguinte programa curricular: “1º - Anno – Portuguez, francez, geographia, arithmetica e desenho. 2º - Anno – Portuguez, francez, gegraphia, arithmetica e desenho. 3º - Anno – Portuguez, francez, geographia, álgebra, desenho e pedagogia. 4º Anno – Portuguez, francez, geographia, pratica escolar, pedagogia e methodologia. Materias a mais Inst. Religiosa, anthropologia e trabalhos diversos: filó, teneriffe e applicação. Zoologia – Bordado branco inglez, pontos de tricot e frivolidade Botanica – Bordado em relevo a seda e ouro, rococó, pontos de fantasia, griles á jour. Physica – Bordado pintura á Paiguille, renascença, flores e sempre instrução religiosa. Cf. Equiparação do “Collegio S. Anna” à Escola Normal. *O Lidador*, anno XIII, n.º 23, Goyaz, 10 de junho de 1915, p. 01-02. Estatutos do Collegio de Sant'Anna em Goyaz. Equiparado à Escola Normal do Estado. *O Lidador*, anno XIII, n.º 27, Goyaz, 08 de julho de 1915, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Em *O Sertanista* (1918-1919) – dividido em dois volumes – e *A aposta do Juca* (1919), encontra-se uma reunião de crônicas e de contos que conectam diferentes peripécias dos moradores do sertão goiano e do interior do Brasil. A impressão, vendo a composição desses três volumes, é a de que Consuelo Caiado os escreveu na expectativa de criar uma única [e grande] obra sobre o cotidiano da gente goiana e sertaneja. Vários contos e crônicas idênticas se distribuem entre todos os três volumes. Esses manuscritos informam um pouco de seu processo criativo e de sua imaginação literária.

Nos manuscritos estão estrangeiros interessados nas riquezas naturais de Goiás, homens libertos e agregados de seus antigos proprietários, eremitas ou homens que mantinham práticas oriundas de suas tradições africanas, coronéis, fazendeiros, caçadores, sertanejos, tropeiros, vendedores que se aventuravam pelos caminhos de Goiás e mulheres endurecidas pelas condições bastante rudimentares de sua morada, mas que continuavam amando e enfrentando as rivalidades familiares, na expectativa de viver o grande amor.

Em *A Demanda*, conto que integra *O Sertanista* (1918-1919), Consuelo Caiado narrou, bem ao ritmo dos romances de William Shekspere e Manuel de Macedo, leituras que integram sua biblioteca particular⁶², o romance proibido de Deolinda e André. Relação nutrida por intermédio de olhares e de flertes⁶³, mas que termina em um fim trágico, por conta das contendas entre os pais dos dois apaixonados.

Um verão na serra (1919) é um romance desenrolado em Arrayal, lugarejo nas imediações da linha ferroviária, um pouco distante da cidade de Goiás. Nessa narrativa Consuelo Caiado explorou aspectos das socialidades burguesas desenhadas na região goiana, os costumes católicos romanizados⁶⁴ e a figura excêntrica de Lulu. Uma jovem desapegada das convenções de feminilidade devotadas pela sociedade daquele período.

⁶² A lista dos livros que compõem a biblioteca de Consuelo Ramos Caiado consta na Escritura Particular de Doação de Bens Móveis como documento que legalizou e registrou a doação de seu arquivo por parte de seus familiares ao Gabinete Litterario Goyano em seis (06) de maio de 1982, um ano após a Consuelo Caiado ter falecido. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁶³ A cultura do flerte parecia ser comum entre as mulheres de Goiás dos idos de 1915 e 1925. Aponta-se tal questão, pois, ao lermos as publicações do jornal *Bem-Te-Vi* também se notou vários comentários e referências ao flerte e ao namoro utilizando-se desse dispositivo, caracterizado pela troca de olhares, pequenos afagos e gestos de afeto.

⁶⁴ A romanização, iniciada no Brasil na segunda metade do século XIX se resume em alterações litúrgicas sofridas pela Igreja Católica entre os séculos XIX e XX. Segundo Martha de Campos Abreu (1999), após circular pelo liberalismo reformador e pelas influências da maçonaria, alguns padres ultramontanos encontraram defensores e conseguiram se impor no interior das normas e regras constitutivas da Igreja Católica. “A alta hierarquia no Brasil, e especificamente no Rio de Janeiro, a partir de 1870, assumiu declaradamente a defesa do catolicismo romano e da autoridade do papa”. (1999, p. 319-320). Em Goiás a romanização da Igreja Católica foi iniciada, “na segunda metade do século XIX, por dom Domingos Quirino de Souza (1860-1863), a quem coube o papel de iniciar a organização da diocese local” (Mônica Martins da SILVA, 2001, p. 61). A esse momento o processo de romanização goiana se espalhou pelo bispado de dom Joaquim Gonçalves de

Lulu tinha comportamento distinto dos modelos hegemônicos de feminilidade. Ela não era sutil e nem delicada. Gostava de concentrar ao seu redor todas as atenções, nutria um desejo por ordenar coisas e sempre tomava a liderança das mais variadas ações coletivas. Na ocasião de sua chegada em Arrayal, surpreendera os vizinhos quando percorreu “a casa toda e o quintal, dando diversas ordens aos criados que os haviam acompanhado e que a obedeciam cegamente” (Consuelo Ramos CAIADO, 1919, p. 29).

Seus hábitos excêntricos acabaram transformando-a em alvo dos julgamentos e da implicância de Dr. Penna. Este a descrevia como uma mulher aborrecida e intrometida, que vestia “um terno escuro igual às companheiras [e sempre] estava um pouco arredia do grupo” (p. 23). Lulu foi produzida narrativamente de forma a contrariar e surpreender o Dr. Penna. Personagem com quem se casaria ao final da trama.

Mulher de atitude despojada e exótica, foi logo estereotipada por seu observador – bastante meticuloso e machista, e quem contou toda a história – e que via em seus hábitos uma justificativa para “o apellido masculino que usava” (p. 21). Durante toda a narrativa há um jogo entre sua identidade de gênero e seus comportamentos, convencionalmente caracterizados por masculinos. Na verdade Consuelo Caiado, a narradora, e quem imaginou toda a trama, incorporou o personagem masculino e contou a história partindo daquilo que entendia por ser “masculino” e por ser “homem” em meados do século XX. Dr. Penna é ninguém menos que Consuelo Ramos Caiado.

É importante reiterar que todos os personagens resultam da operação intelectual de Consuelo Caiado. As histórias narradas são criações suas e se há figuras excêntricas, liberadas de convenções sociais, ou até mesmo machistas e masculinizadas, estas são o resultado de operações criativas da própria Consuelo. São fruto de sua imaginação literária.

Suas personagens refletem as “mudanças nos hábitos das mulheres da classe alta, sobretudo a crescente liberdade que passaram a desfrutar” (June HAHNER, 2003, p. 188) no início do século XX; todavia também trazem acompanhado a tantas reformulações, antigas representações de gênero e de comportamento, normatizações fortemente caracterizadas pela defesa da honra feminina, pela pudicícia e por regras que estabeleciam

Azevedo (1865-1876) e dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão. Todavia o processo de institucionalização do culto católico atingiu seu auge no episcopado de dom Eduardo Duarte e Silva. “Sua formação intelectual europeizada, ultramontana e tridentina espelhava a filosofia da Igreja naquele momento. Esse bispo esbarrou nas lutas políticas que se travaram em Goiás, no final do século XIX, cujos condutores eram os Bulhões, família dominante na cena política do período” (p. 61-62).

fronteiras, delimitando o que era ser uma mulher e um homem “respeitável” entre 1910 e 1920.

Em suas histórias, Consuelo Caiado deixou bastante evidente que as mudanças nos hábitos e costumes burgueses de meados desse século não sugeriam uma ruptura com antigos princípios direcionadores, por exemplo, dos tradicionais papéis de homens e de mulheres na sociedade brasileira da Primeira República. Por conta da permanência de princípios das Ordenações Filipinas, os privilégios e a supremacia masculina, persistiram “limitando o acesso das mulheres ao emprego e à propriedade. A mulher casada ainda era, por lei, uma incapacitada” (June HAHNER, 2003, p. 191). Daí não ser estranho que as próprias mulheres misturassem em suas concepções e convicções, elementos masculinos de dominação e que fizessem isto reverberar na forma de machismo e/ou de violências de gênero contra mulheres e homens alheios às suas concepções identitárias.

É por pensar nestas permanências que se faz necessário questionar sobre a possibilidade de Consuelo Caiado ser uma mulher machista. Ela teria uma identidade marcada por características masculinas ou estaria apenas problematizando questões relativas ao seu gênero e sexo? Quais as expectativas dela quando imaginou narrativas que traziam uma constelação de personalidades femininas? Seria uma tática interessada em mostrar a diversidade de identidades femininas em Goiás ou ela estaria apenas representando o que via e que tomava por “natural”?

Estaria Consuelo representando o contexto em que se encontrava, ou apenas denunciando as naturalizações e as construções de gênero de seu tempo? Lulu teria sido inspirada em seu comportamento um tanto exótico, e que lhe rendeu, também, a alcunha de mulher masculinizada? Isso conforme deixou subentendido Suely Kofes (2001) ao manejar narrativas e memórias sobre Consuelo.

Essas e outras perguntas serão manipuladas no decorrer da tese, até para se tentar compreender quais razões impediram Consuelo Caiado de tornar visível seu trabalho intelectual ainda em vida. Por ora serão observados seus personagens, a exemplo de Dr. Penna, e que passou toda a trama narrativa a odiar e amar as formas muito particulares de Lulu se desenhar no mundo. Para ele foi uma surpresa e uma ousadia ver a jovem mulher percorrer Arrayal sozinha, montada numa bicicleta quando ainda era madrugada. Sobre tal acontecimento o personagem contou que:

Fumando continuava a pensar em minhas novas vizinhas, quando um barulho de bicicleta me veio distrair.

Olhei e vi a Lulu que pedalava apressadamente em direcção à estação.

Fiquei perplexo!!

Uma moça sozinha a tal hora e n'uma villa onde era quase desconhecida ainda? Poderia aparecer algum malcriado e lhe dizer desaforos... Seus paes onde teriam a cabeça ao consentir n'aquillo? ... A que gênero de família pertenceriam? ... E a mamãe que pretendia visitá-los?

Compreendi ser meu dever avisal-a de minhas apprehensões... e depois... a não ser, a tal senhora Dna. Lulu, todos os outros pareciam sensatos e bem educados...

Como concordavam então e até aplaudiam os modos da Lulu? Esta seria bastante digna da tão grande confiança que lhe tributavam? Quanto tempo estive assim a pensar? Não sei! Estava ainda a revolver taes pensamentos quando a avistei que regressava e d'esta vez por outra rua.

Ao passar em frente a nossa moradia deu-me um – Bom dia Doutor!!

Fingi não ouvir e continuei placidamente a tirar fumaças do meu cigarro. Ella sem parecer notar minha falta de polidez continuou a pedalar em direcção a sua casa. (Consuelo Ramos CAIADO, 1919, p. 33-34).

A protagonista de Consuelo Caiado deixou aberta a possibilidade para muitas interpretações. Lulu parece ter muito da personalidade de Consuelo, porém quando se pensa em toda a trama e nos personagens, ficam evidentes alguns preconceitos da autora e o controle que dispensou às mulheres [e aos homens também] por meio de sua imaginação literária. Em suas narrativas, e na forma como construiu a imagem da mulher, é patente o manejo do gênero de modo a disciplinar seus personagens de acordo com seu entendimento de comportamento feminino e masculino em meados do século XX.

Na verdade, é um personagem masculino quem contou toda a história. Consuelo Caiado, nesta narrativa, se vestiu de Dr. Penna para produzir impressões sobre a excêntrica Lulu. Aquela que deveria ser vigiada, uma vez que suas ações transgrediam regras e normas estabelecidas pelas instituições de poder. Conforme essas regras o comportamento de Lulu comprometia a honra de quem ousasse dela se aproximar, a exemplo de toda a família de Dr. Penna⁶⁵.

⁶⁵ Sueann Caulfield (2000) lembrou que a liberdade experimentada pelas mulheres das primeiras décadas do século XX no Brasil permanecia vigiada por homens e instituições policiais e judiciárias. “A participação das mulheres no lazer público era mais problemática. Algumas jovens aparentemente não sabiam que frequentar bailes, cinemas, festas de carnaval, passear de bonde ou sair de automóvel com amigas ou amigos, estando desacompanhadas, eram indícios de liberdade excessiva, o que colocava em questão a moralidade da família e a própria virgindade” (p. 234). Em um contexto no qual as mulheres tomavam continuamente a esfera pública, fosse a trabalho ou para o lazer, alguns segmentos da sociedade mantinham acesa a noção, “que vigorara no século XIX, de que uma moça virgem nunca deveria aventurar-se sozinha pelas ruas” (p. 234).

A preocupação com a honra evidenciou-se no instante em que Dr. Penna tomou por seu dever avisar a todos de suas apreensões e suspeitas para com os comportamentos de Lulu. Claro que no desenrolar da trama a referida personagem retornou à cena em questão, problematizou toda a situação, lembrou o fato de ter sido ignorada quando dirigiu um “Bom dia Doutor!!” E desconstruiu toda a argumentação do personagem Dr. Penna.

Ao levantar diferentes questões em torno do comportamento feminino – neste contexto Dr. Penna e Lulu já se aproximavam e começavam a nutrir um relacionamento – Lulu questionou a excessiva tutela e lembrou que se passara o tempo em que as mulheres precisariam prestar contas e/ou pedir autorização para tudo que desejassem fazer.

Aquele tempo era o da vida moderna e seu comportamento era o de uma mulher moderna. Ao se explicar Lulu se aproximou muito dos argumentos utilizados pelas mulheres estudadas por Sueann Caulfield (2000). Segundo esta historiadora, ao se explicar às autoridades policiais as “moças lançavam mão tanto de precedentes históricos como das novas ideias sobre a liberdade das mulheres modernas, se situando no centro dos debates públicos” (p. 246). Isso logicamente aticava a imaginação de todos e de todas, afinal de contas a crença de que as mulheres permaneciam em constante perigo e que sua virgindade deveria ser protegida ainda era uma permanência dentre autoridades judiciais e civis⁶⁶.

No romance em questão, escrito em um contexto no qual a família Caiado e o pai de Consuelo, Antônio Ramos Caiado, já controlavam a política estadual e o cotidiano dos moradores daquela localidade, Consuelo trouxe debate importante em torno da conduta esperada para as mulheres e os conflitos que daí resultavam quando algumas delas não atendiam as expectativas comportamentais que para elas haviam sido previamente subscritas.

Em *Uma página da vida de...?* (1925-1935), dividido em dois volumes, um deles escrito em 1925 e outro em 1935, Consuelo Caiado recorreu a intrincada estrutura narrativa que se passava na cidade de Goiás e se ramificava em muitos personagens. Seus personagens se conectam em uma grande trama romanesca em que Helia, uma jovem decidida a tornar-

⁶⁶ O medo da desonra e o apego à hipomenologia fizeram com que desconfianças fossem interseccionadas à noção de “mulher moderna”. “Referências explícitas à excitação sexual ou ao desejo de liberdade identificava, algumas delas de maneira inequívoca como ‘a mulher moderna’ – uma figura que ocupava um espaço enorme na imaginação das pessoas, nas ruas das cidades, nas telas de cinema, nas praias e nos bailes durante aquelas décadas tumultuadas” (Sueann CAULFIELD, p. 246). Sueann Caulfield ainda explicou que “juristas engajados no debate fervoroso sobre a proteção da honra feminina pelo Estado trabalhavam com a premissa de que a modernidade representava uma ameaça à honra das mulheres” (p. 246).

se noviça entre freiras francesas, acabou conquistada por Enio e escapou da reclusão entre as religiosas do Colégio Sant'Anna.

É em *A Goyaninha* (1917), o manuscrito mais antigo, que Consuelo Caiado deu notícias de sua juventude, das aulas no Colégio Sant'Anna e do cotidiano em Goiás. Mesmo que tenha utilizado a ficção e uma complexa intriga tecendo o romance entre Alice e Mário, é por intermédio deste manuscrito que se compreende parte de sua trajetória, de suas experiências e de seus desejos. Elementos constitutivos de sua identidade e que não aparecem, por exemplo, nas notas publicadas pelo *O Lidador*, ou mesmo em memórias registradas por muitas de suas colegas de colegial.

Ao tecer uma complexa rede narrativa, ligando personagens e contexto social, Consuelo Caiado representou qual o lugar ocupado pelas mulheres e estudantes do Colégio Sant'Anna, da turma de meninas pobres mantida pelas freiras francesas ou de alguma escola particular feminina administrada por professoras, a exemplo de Silvina Ermelinda e Mestra Inhola (Pacífica Josefina de Castro). Suas representações dialogam com os modelos de feminilidade estudados por historiadoras como Maria Ângela D'Incao (2011) e June Hahner (2012).

Maria Ângela D'Incao (2011) lembrou os diferentes papéis representados e funções desempenhadas pelas mulheres no interior da família burguesa. Ela apontou as mudanças urbanas de fins do século XIX e mostrou como a reforma dos hábitos, sentidos e comportamentos impôs à mulher diferentes obrigações no interior do lar nas primeiras décadas do século XX. June Hahner (2012), ao percorrer aspectos do casamento e da vida familiar, lembrou uma educação dos sentidos manejada por mulheres de forma subversiva e não prevista pelas instituições de poder. Esta historiadora ilustrou como a mulher se utilizou de certas autorizações para exercitar seu poder:

O universo feminino era para ser doméstico. Mesmo as mulheres das classes privilegiadas não podiam entrar no mundo “masculino” da política. Apesar de algumas mulheres certamente exercerem, por debaixo dos panos, influência sobre os homens que ocupavam cargos de relevo na esfera pública, somente a princesa Isabel, como herdeira do trono imperial, realmente alcançou uma posição de importância reconhecida na política nacional. [...]. A própria Igreja Católica procurava restringir a atuação das mulheres à esfera privada. Ao desencorajar a participação feminina no mundo da política e do trabalho fora de casa, os religiosos reforçavam a hierarquia existente entre homens e mulheres e o ideal de reclusão feminina. Entretanto, ao mesmo tempo que promovia um modelo de sacrifício pessoal e resignação a ser adotado pelas mulheres, a instituição

religiosa podia fornecer-lhes um espaço de atuação para além das paredes da casa. Afinal, as igrejas não eram somente um local para onde as “mulheres respeitáveis” podiam se dirigir para assistir a missas e decorar o altar. A própria instituição reservava alguns papéis ativos para elas ao incentivar que praticassem a filantropia. Com isso, algumas delas puderam criar associações de apoio a orfanatos e escolas para meninas pobres nas cidades sem afrontar os conservadores (June HAHNER, 2012, p. 47-48).

O Colégio Sant’Anna, de padres e freiras dominicanas, desempenhou função importante na construção desses papéis ativos e canais por onde as goianas saíram para desenvolver suas influências junto às portas do poder. Em Goiás, a Igreja e o Colégio foram lugares nos quais as mulheres podiam “cantar, confessar os pecados, expiá-los através da oração” (Jésus Marco de ATAÍDES e Heloísa Selma CAPEL, 1991, p. 39). O Colégio Sant’Anna era “um local de interiorização e também de prazer” (p. 39). Era lugar em que as estudantes podiam exteriorizar suas experiências e experimentar novas sensações.

Fundado em 1889, o Colégio era dirigido por freiras francesas, trazidas para Goiás por intermédio do bispo Dom Cláudio Ponce de Leão que as “mandou vir da Europa para dirigir o collegio das moças que [ia] fundar em Uberaba”⁶⁷ e também em Goiás, onde prometera dotar “com um igual estabelecimento de educação para [as] patricias”⁶⁸.

De sua chegada, as freiras dominicanas estimularam um movimento de mulheres em prol do colégio. Isso se deu por conta da impossibilidade de o governo republicano subvencionar o estabelecimento “em que o ensino religioso [era] obrigatório, [restando conseguir] a subvenção que [poderia e deveria] ser concedida pelo povo”⁶⁹.

Mulheres como Therezinha Ramos Caiado, Anna Pereira de Abreu, Maria Abrantes e Benedicta Geraldina Bons Olhos se reuniram e produziram abaixo assinado no dia 29 de setembro de 1892, “afim de tratarem de organizar comissões que [angariariam] donativos

⁶⁷ Secção Noticiosa. *O Publicador Goyano*, anno I, n.º 18, Goyaz, sábado, 27 de junho de 1885, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁶⁸ *Idem*.

⁶⁹ Comunicado. Um ilustre colaborador enviou-nos para ser publicado o seguinte. *Goyaz*, anno VIII, n.º 365, Sexta-feira, 30 de setembro de 1892, p. 03. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás. Sobre a situação da Igreja Católica neste contexto Maria Efigênia Lage de Resende (2017) explicou que “no seu primeiro pronunciamento, em 15 de novembro, o governo provisório declara o comprometimento com o respeito aos direitos individuais e políticos a às garantias individuais, dissolve a Câmara dos Deputados, abole o Conselho de Estado e a vitaliciedade do Senado. Vários decretos tratam da separação da Igreja do Estado, assunto que une liberais e positivistas e provoca a rebeldia do clero católico. Com a separação da Igreja do Estado instituem-se o registro de nascimento, o casamento civil e a secularização dos cemitérios” (2017, p. 106). Alargando a discussão acerca da separação entre o estado e a Igreja em Goyaz. Mônica Martins da Silva (2001), ao estudar a festa do Divino Espírito Santo lembrou o papel do jornal *O Lidador* na disseminação “dos assuntos relacionados ao pensamento e às práticas da Igreja” (p. 75), além de operar como canal de combate contra os ataques da família Bulhões, feitos em seu jornal, o *Goyaz*.

dos paes de família para subvenção do collegio dirigido pelas Irmãs Dominicanas”⁷⁰. Este tipo de comissão de apoio liderada por mulheres perdurou por grande parte das décadas de 1910 e 1930.

Segundo comentarista do *Goyaz*, a comissão de mulheres em prol do Colégio Sant’Anna era uma reação “contra as deploráveis consequências da inconveniente e humilhante posição, em que [se colocou as mulheres] as falsas ideas da antiguidade”⁷¹. Era um movimento preocupado com a instrução feminina naquela região e com diferentes questões relacionadas à possibilidade de as mulheres terem novas experiências e variados sentidos de mundo. A produção intelectual de Consuelo Caiado deve-se ao aprendizado apropriado durante os anos em que frequentou o Colégio Sant’Anna.

Instrução e formação intelectual

Estudar afigurava-se como uma janela imprescindível no processo de conquista da emancipação e da esfera pública. A escola era um ambiente em que a cultura feminina poderia ser cultivada e conseqüentemente “os poderes singulares [dos] corpos” (Michelle PERROT, 1986, p. 274)⁷² das mulheres seriam representados no ambiente social e cultural de Goiás.

O Colégio Sant’Anna foi reduto do feminismo em Goiás ali se cultuava o catolicismo, mas havia também a reflexão de temas voltados para as mulheres. Evidência disso é o encadernado de Consuelo Caiado contendo, entre novenas e Palheiras de Ouro, as Conferências sobre o feminismo feitas pelo Revmo. P. Fr. Vicente M. Moreira, em 1926⁷³. Outra evidência é a publicação, a partir de 1915, de contos das normalistas recém-saídas deste Colégio no jornal *Goyaz*. Coincidentemente estas escritoras fundaram o jornal *O Lar*,

⁷⁰ Publicações a pedido. Convite. *Goyaz*, anno VIII, n.º 365, Sexta-feira, 30 de setembro de 1892, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁷¹ Comunicado. Um ilustre colaborador enviou-nos para ser publicado o seguinte. *Goyaz*, anno VIII, n.º 365, Sexta-feira, 30 de setembro de 1892, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁷² Há tradução deste texto realizada pelas professoras Rachel Soihet, Rosana M. A. Soares e Suely Gomes Costa publica pela *Revista Gênero*, v. 02, n. 01, 2001.

⁷³ FERREIRA, M. Fontes. *Conferenciass sobre o feminismo* (simples apanhados). Petropolis, RJ: Typographia das Vozes de Petropolis, 1927. Este caderno esta junto de livros de novenas e orações e compunham o fundo Consuelo Caiado. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás Casa Frei Simão Dorvi, Goiás, Goiás.

hebdomadário feminino, caracterizado por disseminar a produção intelectual de mulheres e de um feminismo moderado em Goiás entre 1926 e 1932.

O Colégio e suas freiras eram demasiadamente consideradas e respeitadas em Goiás, tanto que *O Lar* lembrava o papel desse espaço na instrução feminina. Assim como a Federação Goyana pelo Progresso Feminino (1931), quando da sua fundação uma comissão foi nomeada para prestar homenagens às freiras daquele estabelecimento. Essa deferência era uma espécie de agradecimento das goianas ao trabalho das freiras francesas para a instrução da mulher em Goiás. É por essa razão que se faz necessário considerar o papel do Colégio Sant'Anna na constituição de uma cultura feminina em Goiás. Cultura essa que já vinha sendo nutrida pelas professoras particulares e pelo processo de romanização da Igreja Católica, que lhes abriu algumas portas.

Conforme observado em pesquisa sobre as mulheres que guardaram a tradição do Canto do Perdão⁷⁴ – culto católico romanizado – verificou-se que, mesmo havendo restrições à presença delas em diferentes celebrações religiosas, algumas sempre recebiam autorização para participar da organização e da execução das festividades⁷⁵. A igreja não era um ambiente exclusivamente castrador, ela era também libertadora, na medida em que permitia a estas mulheres condições para se expressar e sair para fora da mesmice de seus lares. Era no instante destas escapadelas que as mulheres conseguiam produzir sua cultura feminina, exercer algum poder e experimentar novas sensações.

“As mudanças na organização das relações sociais correspondiam às mudanças nas representações do poder” (Joan SCOTT, 2008, p. 65), desse modo, o gênero como uma forma de relações de poder entre os sexos está em contínuo processo de construção e de desconstrução. As mudanças nas relações sociais de Goiás entre fins do século XIX e meados

⁷⁴ O Perdão é celebração paralitúrgica “cantado por mulheres e meninas educadas na Escola de Pacífica Josefina de Castro (Mestra Nhola). Era um elemento cultural atualizado pelo pontificado de Pio IX que a partir de 1848 deu início a uma intensa doutrinação das cerimônias religiosas. Fator este que destoava das cerimônias mantidas por entidades leigas em Goiás e que provocou muitos distúrbios entre devotos e as instituições religiosas romanizadoras, mas que, todavia acabaram sendo aceitas pela população de forma lenta e gradual, até tornar-se o alicerce que mantém vivo nos dias de hoje, num ciclo anual, a efetivação sempre às Sextas-Feiras Santas (Paixão) do tradicional Canto das Sete Palavras e Canto do Perdão” (Paulo Brito do PRADO, 2014, p. 28). Cf. PRADO, Paulo Brito do. Entre o perfume de angélicas e estrelas do norte as mulheres tornam perpétua a tradição do Perdão: por uma história (fé)minina em terras goianas nos séculos XIX e XX. In: BRITTO, Clóvis Carvalho; SIQUEIRA, Guilherme Antônio de; PRADO, Paulo Brito do. *Por uma história da saudade: itinerários do Canto do Perdão na cidade de Goiás*. Goiânia: Gráfica e Editora América, 2014.

⁷⁵ A aceitação, por parte da Igreja, de mulheres em suas manifestações se dava por que elas eram consideradas peças fundamentais na manutenção de cultos religiosos e cerimônias católicas ameaçadas pelas novas crenças religiosas – o espiritismo e o protestantismo. Além disso estas mulheres – professoras, freiras e leigas – eram exemplos de uma feminilidade que se deveria perseguir. Elas eram modelos ideais de “mulher, mãe e santa” (Clarisse ISMÉRIO, 2005) e que poderiam ser seguidas por tantas outras mulheres de Goiás.

do XX permitiram novas articulações das relações de gênero. As mulheres, por exemplo, conseguiram acessar espaços até então restritos aos homens.

No caso do Colégio Sant'Anna, as freiras dominicanas, mesmo impondo um currículo escolar que reiterava a distinção da educação entre homens e mulheres, garantiram uma oportunidade ímpar às jovens estudantes. Era nas aulas escrevendo, contando, lendo e cantando que as jovens podiam constituir uma experiência própria, ou saberes deslocados dos olhares vigilantes da família e da mãe, a “guardiã da moral”. Era ali que o gênero operava de modo a oportunizar canais de fuga não previstos pela instituição educacional. Era na escola em que elas podiam galgar novos sentidos e projetar-se no futuro de uma forma diferente da de suas mães e avós.

Ao aprender português, história, aritmética, geografia e francês, ao manter conversas ocultas de fundo de sala, ao balbuciar coisas entre um cerzido e outro, cantar ou refinar a caligrafia, as estudantes criavam canais, não previstos, de expressão e de apropriação de novas experiências, de variados sentidos e de diferentes saberes. No manuseio de poderes dissolvidos em tantas tarefas, elas podiam construir consciências de gênero, redes de solidariedade e mecanismos de expressão. Algo muito parecido ao que Consuelo Caiado fizera quando ousou escrever livros, guardar a memória de mulheres e militar, na companhia de Bertha Lutz, em prol do feminismo brasileiro e do direito de voto para as mulheres.

Talvez sem as aulas do Colégio Sant'Anna, Consuelo Caiado não conseguiria suporte necessário para sua pujante produção literária e nem teria recebido o convite para tornar-se a liderança feminista que representaria Goiás na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Tal função se materializou depois de fundada a Federação Goyana pelo Progresso Feminino em 1931.

A qualidade de seus escritos e a excelente caligrafia podem ser corroborados por seus excepcionais conceitos. Suas notas foram registradas e publicadas pelo jornal *O Lidador*⁷⁶ entre os anos 1911 e 1915:

Quadro 03⁷⁷

⁷⁶ Fundado em 1909 pelo bispo D. Prudêncio Gomes da Silva, *O Lidador* foi o hebdomadário oficial, doutrinário, noticioso e literário da Igreja Católica em Goyaz. Este jornal foi mecanismo importante na disseminação das doutrinas do cristianismo católico e das baforadas da romanização em Goyaz entre os séculos XIX e XX. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁷⁷ Collegio Sant'Anna. Resultado dos exames do meio do anno lectivo. 4º anno da Escola Primária. *O Lidador*, anno IX, n.º 11, Goyaz, 09 de março de 1911, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Notas de Consuelo Ramos Caiado - 4º ano da Escola Primaria - 1911

Portuguez	Distincção
História Pátria	Distincção
Arithmetica	Distincção
Geographia	Distincção
Trabalhos de Agulha	Distincção
Doutrina Christã	Plenamente
Francez	Plenamente
Música	Plenamente
Calligraphia	Plenamente

Quadro 04⁷⁸**Notas de Consuelo Ramos Caiado - 2º ano do Curso Secundario - 1912**

Doutrina Christã.	Distincção e louvor
História Natural	Distincção e louvor
Arithmetica	Distincção e louvor
Geographia	Distincção e louvor
Trabalho Manual	Distincção e louvor
História Pátria	Distincção
Francez	Distincção
Portuguez	Plenamente
Calligraphia	Plenamente
Desenho	Plenamente

Quadro 05⁷⁹**Notas de Consuelo Ramos Caiado - 3º ano do Curso Secundario - 1913**

Doutrina Christã.	Distincção e louvor
História Pátria	Distincção e louvor
Geographia	Distincção e louvor
História Natural	Distincção e louvor
Portuguez	Distincção
Arithmetica	Distincção
Francez	Distincção
Trabalho de agulha	Distincção
Calligraphia	Plenamente
Piano	Plenamente

Quadro 06⁸⁰

⁷⁸ Collegio Sant'Anna. Resultados dos exames do fim do anno letivo. Curso secundário. 2.º anno. *O Lidador*, anno X, n.º 32, Goyaz, 08 de agosto de 1912, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás "Casa Frei Simão Dorvi", Goiás, Goiás.

⁷⁹ Collegio Sant'Anna. Curso secundário. *O Lidador*, anno XI, n.º 11, Goyaz, 13 de março de 1913, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás Casa Frei Simão Dorvi, Goiás, Goiás.

⁸⁰ Collegio Sant'Anna. Publicamos em seguida o resultado dos exames realizados no Collegio Sant'Anna desta Capital, no meio do anno letivo. Curso secundário. *O Lidador*, anno XII, n.º 12, Goyaz, 19 de março de 1914, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás "Casa Frei Simão Dorvi", Goiás, Goiás.

Notas de Consuelo Ramos Caiado - 4º ano do Curso Secundario - 1914

Doutrina Christã.	Distincção e louvor
História Pátria	Distincção e louvor
Geographia	Distincção e louvor
Physica	Distincção e louvor
Portuguez	Distincção
Francez	Distincção
Arithmetica	Distincção
Trabalho de agulha	Distincção
Calligraphia	Plenamente

Em *O Lidador* estão publicadas as notas de todas as estudantes do Colégio Sant'Anna. Há também as notas e conceitos dos estudantes do Seminário Episcopal. Nas tabelas se observa que Consuelo Ramos Caiado sempre alcançou conceitos elevados em todas as disciplinas da grade curricular básica.

Quando comparada com suas colegas é possível ver seu destaque conceitual, principalmente em matérias voltadas para as ciências biológicas. Sobre isso o quadro de notas de seu último ano no Colégio Sant'Anna mostra a discrepância de seus conceitos em relação as demais alunas. Junto de Consuelo Caiado só havia Carlota Guedes, mulher que teve certo destaque no cenário cultural e periodista de Goiás. Carlota compunha o grupo de mulheres que fundou *O Lar* (1926-1932), jornal de estudantes recém-saídas do Colégio Sant'Anna e que se tornou uma espécie de reduto das feministas em Goiás.

Carlota Guedes também fez par a Consuelo Caiado na fundação da Federação Goyana pelo Progresso Feminino. É importante enfatizar que todos os números de *O Lar* foram, posteriormente, encadernados e guardados por Consuelo em seu arquivo pessoal.

Quadro 07⁸¹

Curso Normal

1915	Graus				
Nomes	Desenho	Frances	Geographia	Arithmetica	Portugues
Annita Perillo	9	9	9	9	10
Augusta Fleury	9	8	10	8	9
Carlota Guedes	10	10	10	9	10
Consuelo Caiado	9	10	10	10	10

⁸¹ Collegio Sant'Anna. Collegio Sant'Anna. Curso normal, 1º anno. *O Lidador*, anno XIII, n.º 32, Goyaz, 12 de agosto de 1915, p. 02. Segundo publicação do jornal os critérios se referiam a notas que variavam de 10 até 4: "Como de costume realizaram-se em todos os cursos os exames do fim do anno lectivo, sendo presididos no Curso Normal, pelo Exmo. Snr. Fiscal do Estado. Valor das notas: 10 distincção; 9, 8, 7 plenamente; 6, 5 e 4 simplesmente". Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás "Casa Frei Simão Dorvi", Goiás, Goiás.

Cory Caiado	9	9	9	9	10
Dinah de Amorim	8	8	8	8	9
Edmea de Camargo	9	9	9	9	9
Francisca Machado	8	8	8	7	9
Indalícia Guedes	9	9	9	8	10
Inorah Guedes	9	9	9	8	10
Josepha Machado	9	9	8	7	8
Juracy V. Reginaldo	10	9	10	9	9
Laila de Amorim	10	9	9	10	9
Nathalia de Bastos	8	8	9	8	9
Odete do Nascimento	9	9	8	7	9

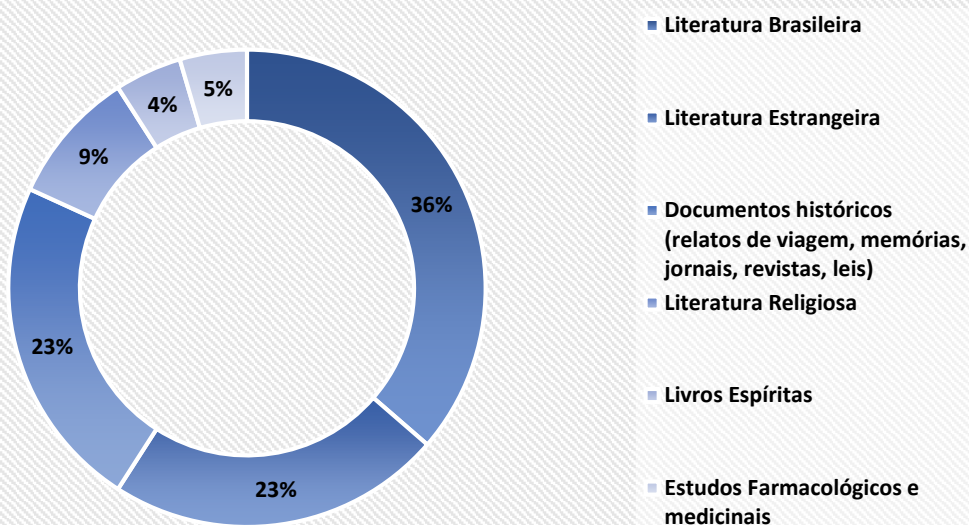
Pelos registros de *O Lidador* é possível observar que enquanto as demais alunas alcançavam “simplesmente em francez, portuguez, arithmetica, calligraphia e história natural”, Consuelo Caiado adquiria “distincção e louvor” em seus conceitos finais. Em números, isto significa que Consuelo não tirava notas menores que nove (9). Era aluna dedicada, conseguia se distinguir e destacava-se, quase sempre, em geografia e história natural. Disciplinas presentes no currículo básico de sua formação superior em farmácia, na década de 1920.

O fato de se destacar em francês e história pátria devem ajudar na compreensão da quantidade de livros de literatura e história brasileira e estrangeira em sua biblioteca e isso, por sua vez, dá suporte para compreendermos sua intensa produção literária e intelectual, ou mesmo sua sensibilidade para com a história de Goiás e de mulheres. Em sua biblioteca Consuelo Caiado contava com 2200 volumes entre livros, revistas, documentos, encadernados de jornais ou jornais avulsos. Após seu falecimento, em 1981, a família doou toda sua biblioteca ao Gabinete Litterario Goyano. Pelo gráfico abaixo se pode ter uma ideia da composição de gêneros literários existentes em seu acervo:

Gráfico 01⁸²

⁸² Em 1982, um ano após o falecimento de Consuelo Ramos Caiado, sua família doou toda sua biblioteca para o Gabinete Litterario Goyano. Na ocasião foi produzido uma Escritura Particular de Doação de Bens Móveis (1982) registrando cada livro e volume doado. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Biblioteca particular de Consuelo Ramos Caiado



Conforme a Escritura Particular de Doação de Bens Móveis, produzida em 1982 e arquivada no Gabinete Litterario Goyano, Consuelo Ramos Caiado tinha em sua biblioteca, livros que se distribuíam em temas os mais diversificados. Ela lia desde Literatura brasileira, estrangeira, histórica, relatos de viagem até estudos de medicina e de farmacologia.

Dentre tantas referências bibliográficas existiam aproximadamente oitocentos (800) livros de Literatura brasileira. Esses se dividiam entre celebrados escritores nacionais e alguns desconhecidos títulos de autoria regional. Havia em média quinhentos (500) títulos de literatura estrangeira, livros em francês, italiano, espanhol e algumas traduções em português.

Consuelo Caiado lia Emile Faguet, Honoré de Balzac, Jules Champfleury, Condessa de Ségur, Stefan Zweig, A. C. Doyle, dentre outros/as autores/as estrangeiros/as. Os documentos históricos, divididos entre livros, relatos, encadernados de jornais, avulsos e documentos diversos contam com aproximadamente quinhentos (500) volumes. Entre esses documentos se encontra toda a coleção de *O Lar*, *Goyaz*, *O Democrata*, *A Imprensa*, *Nova Era*, *Voz do Povo* fragmentos de *A Semana* e outros jornais diversos. Já os livros de religião, literatura espírita e os estudos de farmacologia e medicina distribuem-se entre duzentos (200) e cem (100) volumes. Como Consuelo se responsabilizou pela biblioteca do Gabinete Litterario por mais de trinta anos consideramos também que os registros de leitura desta instituição só se mantiveram intactos pelos desvelos dessa mulher. Assim as atas, fichas de

leitura e livros são parte de seu grande arquivo. São espaços de recordação de Consuelo, tanto sobre ela, quanto sobre diferentes aspectos da cultura e sociedade goiana.

Livros como *Consuelo*, de Georges Sand (numa versão francesa); *Iracema*, *Senhora*, *O sertanejo* e *Cinco minutos* de José de Alencar; *A namorada* de Manoel de Macedo e toda a coleção de Julia Lopes de Almeida pareciam ser suas leituras de cabeceira. Não é difícil encontrar anotações suas em muitos desses livros. Alguns trazem pensamentos, rabiscos, fragmentos de poemas ou a acusação de mentira e informações que não conferem com aquilo que ela entendia por verdade – a sua *parrhesia*.

Em seu volume de *O apóstolo do Araguaia* (1942), de Pe. Estevão – Maria Gallais, O. P., Consuelo Caiado registrou, no capítulo V. Goiás – primeira excursão à procura dos índios (1888) (p. 68), estar “tudo errado e mentira”. As informações oferecidas pelo autor do livro foram desconstruídas por outras, anotadas por Consuelo. Conforme se percorre as páginas desse livro vai se observando intervenções suas, feitas à lápis, e que corrigem os dados produzidos pelo autor.

Não é difícil ver anotações de Consuelo nos muitos livros que compõem a biblioteca do Gabinete Litterario Goyano. Consuelo Caiado se imprimiu no acervo da instituição. Ela se estratificou nos seus documentos e livros, por essa razão é difícil falar do Gabinete ou dela sem atrelá-los. Gabinete e Consuelo Caiado estão amalgamados.

Ao percorrer sua biblioteca encontram-se diferentes obras de mulheres que escreveram sobre Goiás. Algumas dessas mulheres são ainda de total desconhecimento da historiografia e dos estudos literários na região. Um exemplo é Marié Joseph, filósofa belga, esposa de Vasco de Souza, domiciliada em Goiás e que escreveu alguns títulos referenciando o cotidiano da cidade na década de 1930.

Em concordância com o que foi apontado, Consuelo Caiado deixou guardado em gavetas do Gabinete Litterario, além de seus livros, vários manuscritos que informam diferentes aspectos do cotidiano goiano, sob uma perspectiva literária e memorialista.

O livro em que fragmentos de sua passagem pelo Colégio Sant’Anna aparecem com maior intensidade é *A Goyaninha* (1917). É neste manuscrito que ela explicitou diferentes questões relacionadas ao namoro das jovens egressas do Sant’Anna, seus primeiros envolvimento afetivos e o lugar ocupado pelos jovens rapazes em todo o contexto social e relacional da cidade de Goiás de meados do século XX. Em sua narrativa os rapazes foram representados sempre retornando de alguma faculdade, seja de direito ou medicina, para casar-se com aquela que lhe fora prometida anos antes de buscar formação superior nos

estados de São Paulo, Rio de Janeiro ou Minas Gerais. Vale lembrar que muitos não retornavam ou, se voltavam, vinham casados.

Sobre o trânsito do público jovem masculino para outros estados há algumas narrativas que reforçam também uma movimentação feminina⁸³ solicitando a instalação de uma academia de Direito em Goiás, de modo a evitar o êxodo de jovens rapazes e futuros maridos para regiões distantes do estado de Goiás. Acerca de tal fato existe o registro de Nice Monteiro Daher (1994), umas das colegas de sala de Consuelo Caiado, e que apontou ter sido “a pedido de um grupo liderado por **Aracy Monteiro Guimarães**, mais **Rosa Santana**, **Virgínia Luz Vieira** e outras” (p. 71), criado a “Academia de Direito, 1º Estabelecimento de ensino superior, instalado em 1903” (p. 71).

Em seis de março de 1903, o *Goyaz* trouxe edição especial voltada para a instalação da Academia de Direito e da Escola Normal. A criação de um curso normal em Goiás tentava oferecer alternativas para o analfabetismo feminino e fazia ressonância com as mudanças comportamentais experimentadas pela sociedade brasileira da *Belle Époque*, principalmente no que tangenciava a instrução de homens e mulheres. A idealização de uma escola regulada pelo estado e inspirada em um modelo simbólico de mulher poderia ser uma reação contrária às mudanças daquele período e que “deixaram perplexos os desavisados, estimularam debates entre os mais progressistas” (Marina MALUF; Maria Lúcia MOTT, 1998, p. 368) e “reforçaram estereótipos para as mulheres, como: maternidade compulsória, modelos de beleza, delicadeza” (Rachel SOIHET, 2013, p. 170).

A presença das “moças das camadas médias e altas, as chamadas ‘de boa família’, que se aventuravam sozinhas pelas ruas da cidade para abastecer a casa ou para tudo o que se fizesse necessário” (Marina MALUF; Maria Lúcia MOTT, 1998, p. 368) inspirou a criação de modelos de castidade, pureza e de honra. Arquétipos esses marcados pelo gênero masculino e por mentalidades machistas que circulavam em diferentes esferas daquele contexto histórico.

⁸³ Sobre isso é preciso considerar a relevância do trabalho de Maria José Goulart Bittar (2002) que utilizando de memórias orais conseguiu evidenciar diferentes redes de protagonismo feminino em Goiás onde mulheres se organizaram para defender aquilo que lhes era importante em momentos específicos de suas vidas. Ao ilustrar o contexto político de Goiás do início do século XX, Bittar apontou que o “grupo, chefiado por José Xavier de Almeida, nasceu dentro do grupo bulhonista, ganhou autonomia e transformou-se em oposição, vindo a governar o Estado de 1901 a 1909. Tornou-se promotor de importantes realizações culturais, como, por exemplo, a instalação da Academia de Direito, primeira Faculdade do Estado. Segundo Bernardo Élis, essa escola resultou, em grande parte, da iniciativa feminina, que nela viu um meio de diminuir o êxodo da população masculina em busca de instrução, responsável pelo grande número de solteiras existentes na cidade de Goiás” (p. 175-176).

A preocupação com a instrução feminina em Goiás acompanhou um debate mais amplo, feito ainda no Império⁸⁴. Com a aprovação da Lei de 15 de outubro de 1827 que criava escolas de primeiras letras em diferentes regiões do Império, também se instalou “escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento”⁸⁵. “Na Província de Goiás, a lei que regulamentava a escola para meninas só foi aplicada em 1832, com a abertura de uma única escola pública, na capital, para toda a província”. (Maria das Graças Cunha PRUDENTE, 2009, p. 43).⁸⁶ Depois de criada essa escola pública nos idos da década de 1830, só se percebeu maiores interesses pela instrução e intelectualidade feminina a partir da entrada de mulheres no Gabinete Litterario Goyano, em 1871.

Desse momento em diante algumas defesas em favor da instrução feminina tomou a esfera pública com maior persistência. Exemplo disso é o relatório em favor da instrução para as mulheres, feita pelo governador Aristides de Souza Spínola (1879-1880). Durante apresentação do documento à Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz, em 01 de junho de 1879, Aristides Spínola enfatizou que já “desaparece do systema de ferula e de terror, o apostolado do magisterio; apostolado de brandura, de paciência, de dedicação, de amor, quadra mais á mulher do que ao homem”⁸⁷. Aristides de Souza Spínola acreditava que o “futuro será reconhecido aos imensos serviços que ellas terão prestado as nossas escolas”⁸⁸. Influenciado por um modelo simbólico de feminilidade, e conseqüentemente de mulher, ele

⁸⁴ Sobre a entrada das mulheres nas salas de aula Jane Soares de Almeida através de estudo comparado entre Portugal e Brasil explicou que em “Portugal, embora a profissão se tenha iniciado como ocupação masculina no final do século XVIII, no início do século XIX as professoras começaram a ensinar em escolas femininas. A partir de 1870, o magistério começou a atrair mais mulheres e a ser visto como um campo potencialmente feminino; em 1926, as mulheres representavam 66,55% do professorado português. No Brasil, ocorreu o mesmo fenômeno em período aproximado. Isso, em parte, pode ser explicado pelo crescimento da escolaridade obrigatória. As mulheres que até o século XIX somente tiveram acesso à educação religiosa ministrada nos conventos, pela Lei de 15 de outubro de 1827 adquiriram o direito à educação”. (2006, p.138).

⁸⁵ Cf. Projeto de lei. Diario da Camara dos deputados a Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil, n.º 63, 1827, p. 853-854. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁸⁶ Após aprovada tal lei seguiram-se professoras que marcaram a história da educação nesta região e que figuram como representações importantes no processo de feminização do magistério e de abertura de novos canais de influência para as mulheres em Goyaz. Por esta razão faz-se necessário lembrar o protagonismo das professoras Maria Romana da Purificação (1832 – 1852), Angelica de Souza Lobo (1852-1866), Silvina Ermelinda Xavier de Brito (1867-1892) e Maria Cyriaca Ferreira (1869-1889). Havia também as escolas particulares, nestas os nomes de maior destaque e primeiros registros são as irmãs Mestra Nhola (Pacífica Josefina de Castro) e Lili (Luiza Joaquina da Silva Marques) e Ana Xavier de Barros Tocantins.

⁸⁷ Relatório apresentado pelo Exm.º Sr. Dr. Aristides de Sousa Spinola. Instrução Pública. *Correio Official*, anno XLII, n.º 35, Goyaz, quarta feira, 18 de junho de 1879, p. 01-02-03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁸⁸ *Idem*.

enxergava como necessária uma escola que as preparasse para o exercício da docência e para a vida.

Ainda que o governador tenha recorrido às imagens de doçura e maternidade como características naturalmente atribuídas às mulheres, é este documento um importante incentivo, em Goiás, para a instrução e para o trabalho feminino. De certo modo sua apresentação fazia ressonância com as mudanças urbanas, costumes e estilo de vida experimentados por todo o Brasil durante grande parte do Império e da República.

As transformações desse período projetaram nas mulheres⁸⁹ o papel de cuidar da “imagem do homem público; esse homem aparentemente autônomo, envolto em questões de política e economia, estava na verdade rodeado por um conjunto de mulheres das quais esperava ajuda para a manutenção da sua posição social” (Maria Ângela D’INCAO, 2011, p. 229-230).

Na continuidade dos debates e de projetos que priorizassem a instrução feminina é importante enfatizar a fundação, pouco antes da Proclamação da República, do Colégio Sant’Anna. Colégio católico que posteriormente foi equiparado à Escola Normal de Goyaz (1915) graças às leis de sua criação em 1903 e em 1907, sancionadas por José Xavier de Almeida, Presidente do Estado.

Segundo o texto de instalação da Academia de Direito e da Escola Normal o evento teria ocorrido “no vasto salão do edifício do Lyceu”⁹⁰ e que fora decorado com “parasitas e festões, flamulas e auriverdes bandeirolas, virentes palmas entrelaçadas, flores belíssimas em profusão, verdejantes bambus, néveas e fluctuantes cortinas, dispostas com esmerado gosto artístico”⁹¹. Entre as mulheres presentes, representadas pela matéria como de “realce à solenidade do acto com sua presença”⁹², figuravam Mmes. Xavier de Almeida, Gama e

⁸⁹ Enfatizamos estar estas mulheres marcadas por classe e por raça, pois conforme lembrou Maria Ângela D’Incao (2011) estas eram “esposas, tias, filhas, irmãs, sobrinhas (e serviçais)” (p. 229) da burguesia carioca e de grandes centros metropolitanos brasileiros de meados do século XIX. Havia uma constelação imensa de mulheres e que dependendo de sua posição de classe e de raça precisavam encontrar formas outras para administrar as relações de gênero, e quem sabe exercer algum poder. Para se ter uma ideia da variedade de identidades femininas em confronto com modelos universalizantes, ditados por instituições de poder brasileiras (refirimo-nos à Igreja, Estado, Família, Escola, Sociedade) de meados desse século, basta olharmos o cotidiano das mulheres pobres descritas por Rachel Soihet (1989), o movimento de mulheres e homens entre os cabarés, o trabalho e o botequim narrados por Margareth Rago (1991; 2014) e Sidney Chalhoub (2001), ou as relações afetivas e o controle social imposto às jovens cariocas da *Belle Époque* estudados por Martha de Abreu Esteves (1989). No caso de Goiás há que se anotar o trabalho de Maria José Goulart Bittar (2002) e que tentou analisar identidades femininas entre os séculos XIX e meados do XX.

⁹⁰ Academia de Direito. Escola Normal. Instalação Solemne. *Goyaz*, anno XVIII, n.º 755, sexta-feira, 6 de março de 1903, p. 01-02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁹¹ *Idem.*

⁹² *Idem.*

Silva, Xavier de Brito, Benedicta Gonzaga, Ermelinda Brom, **Virginia Vieira**, Augusta Sócrates, Cornelinha Oeckinghaus, Rosita Macêdo, **Rosita Godinho**, Annita de Moraes, Noemi e Irahydes Lisboa, Luzia da Costa, Nicoleta, Erotides e Candida Bosolhos, Lili Gonzaga, **Aracy Monteiro**, entre outras. Conforme registrado pelo documento, as mulheres que encabeçaram o pedido referenciado por Nice Daher estavam presentes no evento.

Todavia sem fazer qualquer menção ao movimento de mulheres em prol da criação da Faculdade de Direito e após registrar todas e todos os presentes, o articulista descreveu a apresentação do presidente do estado, José Xavier de Almeida. O discurso do presidente do estado foi feito declaradamente para os homens que ali se encontravam. Ele não pareceu demonstrar qualquer preocupação com possíveis mecanismos que permitiriam às mulheres liberarem-se das amarras presentes no interior das relações de gênero. Sequer acreditava no sufrágio universal e fez questão de apontar sua antipatia para com a emancipação das mulheres.

Para Xavier de Almeida a emancipação não passava de “mystificações platônicas, vãs, illusorias”⁹³. Seus objetivos eram, na verdade, “organizar as finanças do Estado e instaurar um governo de moralidade administrativa, que colocasse as razões do Estado acima das razões corporativas da classe” (Ana Lúcia da SILVA, 2005, p. 69). Ainda que fosse um homem culto e preocupado “com os aspectos culturais do Estado” (Maria Luíza Araújo ROSA, 1984, p. 65), seu interesse era afirmar-se politicamente em âmbito estadual e nacional:

Durante seu governo, Xavier de Almeida adotou uma política de “congraçamento”, de sucessivos acordos internos para evitar cisões, inovadora no Estado e inspirada no comportamento político de Rodrigues Alves (na época governador de São Paulo), e profundamente coerente com a orientação seguida pela política federal, então liderada por Campos Sales. Apesar do governante de um Estado isolado e pouco influente no país, Xavier de Almeida tinha a preocupação – que lhe renderia muitos benefícios – de relacionar-se com líderes importantes, ampliando as bases de apoio político fora de Goiás, e de afirmar-se com a política nacional. (Maria Luíza Araújo ROSA, 1984, p. 68).

O trabalho de Maria Luiza Araújo Rosa e as referências ao documento relativo à instalação da Faculdade de Direito e Escola Normal demonstram ser as preocupações de Xavier de Almeida a inserção de Goiás no contexto econômico nacional e na abertura do

⁹³ *Idem.*

mercado estadual para o investimento do capital estrangeiro, conforme já vinha acontecendo nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro (Sidney CHALHOUN, 2001) nos primeiros anos da República.

Ao criar a Faculdade de Direito e a Escola Normal, Xavier de Almeida se interessara pela promoção da dinamização econômica e cultural do estado, e isso parecia ser “favorecido pelo interesse que o capital estrangeiro teria nesses tipos de empreendimentos urbanizadores” (Emília Viotti da COSTA, 1999, p. 256). Como a República e o capital caminhavam de mãos dadas era evidente que ao defender melhorias de infraestrutura para o estado, Xavier de Almeida desejasse atrair investimentos financeiros para Goiás. Estado que até aquele momento tinha pouca relevância na política nacional. Sem embargo mesmo não tendo uma agenda diretamente relacionada às demandas das mulheres, foram os arranjos infraestruturais de seu governo e que acabaram favorecendo-as. Foi logo após sua gestão que o Colégio Sant’Anna se equiparou à Escola Normal Estadual (1915), através da Lei n.º 301 de 18 de julho de 1907⁹⁴, o que permitiu maiores canais de expressão para as mulheres e novas vias de fuga da dominação simbólica que era imposta pelas instituições de poder (Pierre BOURDIEU, 1999).

Esses canais de expressão aparecem, por exemplo, no jornal *A Rosa*, órgão literário, fundado em 1907, e que tinha um fim “único a exclusivo desenvolver as bellas letras”⁹⁵ em Goiás. Neste jornal, dirigido por mulheres, se pôde ver a via de mão dupla das políticas públicas de Xavier de Almeida e os benefícios, não previstos e nem planejados, concedidos às mulheres de Goiás.

Consoante com o que se registrou nos jornais, essa fase política – os anos de governo Xavier de Almeida – foi de grande relevância para a promoção da cultura na região goiana. Foi naquele momento em que houve maior número de publicações literárias em Goiás⁹⁶. Daí

⁹⁴ Equiparação do “Collegio S. Anna” à Escola Normal. *O Lيدador*, anno XIII, n.º 23, Goyaz, 10 de junho de 1915, p. 01-02. Estatutos do Collegio de Sant’Anna em Goyaz. Equiparado à Escola Normal do Estado. *O Lيدador*, anno XIII, n.º 27, Goyaz, 08 de julho de 1915, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁹⁵ Expediente. *A Rosa*, anno II, n.º 34, Goyaz, 30 de setembro de 1908, p. 04. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁹⁶ Em *Páginas Goianas* (1917), Gastão de Deus produziu ontologia dos principais poetas/cronistas que publicaram textos em jornais e/ou livros no início do século XX em Goyaz. Dentre vários homens ele lembrou Edmundo de Barros, Augusto Elyseu, Hygino Rodrigues, Braulio Prego, Genuino Corrêa, Joaquim Xavier de Almeida, Alceu Victor Rodrigues, Joaquim Bonifácio de Siqueira, Arlindo Costa, Sebastião Rios, Rodolpho Marques, Erico Curado, Augusto Rios, Luiz Ramos de Oliveira Couto, Ricardo Paranhos, Jovelino de Campos, Josias Sant’Anna, Victor de Carvalho Ramos, Cylleneu de Araujo, Hugo de Carvalho Ramos e Bernardo Elis. Das mulheres ele destacou apenas Leodegária de Jesus, que publicava poesias no *Goyaz* e havia lançado seu primeiro livro (*Corôa de Lyrios: versos*) em 1906. Gastão de Deus silenciou a produção cronista e contista de Cora Coralina e Euridyce Natal e Silva. Estas mulheres, entre 1905 e 1911, já contavam com produção literária

ser “mister que se faça justiça”⁹⁷, segundo Cora Coralina, aos homens públicos desse estado, nos idos de 1903 e 1908. Momento que foi interrompido por conta das disputas políticas, conflitos oligárquicos e pela Revolução de 1909 que afastou Xavier de Almeida do contexto político estadual.

Ainda sobre o discurso de José Xavier de Almeida, em 1903, é perceptível que seus interesses não escapavam daquilo que se figurava como mais desenvolvido para se pensar na época. A Europa era o modelo de suas inspirações políticas. Ele queria um estado forte econômica e politicamente. Desejava explorar os recursos minerais, mesmo que precisasse entregar parcela desses recursos ao capital estrangeiro. A mulher, suas demandas e seus direitos não lhe figuravam como importantes. Na verdade, ao falar da Escola Normal ele reiterou uma posição positivista e conservadora para a mulher em Goiás e na nação. Essa deveria ser aquela que se preservava, sendo incumbida do “papel tradicional de mãe e esposa, de guardiã do lar, pois era assim que a mulher garantia a reprodução da espécie e a saúde moral da humanidade” (José Murilo de CARVALHO, 1990, p. 93).

Paralela às concepções que vigoravam à época dos primeiros movimentos de mulheres por instrução, Xavier de Almeida entendia a mulher “como guardiã do lar e mentora de crianças [e que] exercia grande impacto na sociedade” (June HAHNER, 2003, p. 124). Por isso “sua educação, desde que sadia, a tornaria mais capaz de assumir as funções primordiais de sua vida” (p. 124).

A mulher goiana deveria ser, segundo Xavier de Almeida, aquela que acumularia conhecimentos suficientes para a gestão do lar, da família e da nação. Era o interior da casa o seu lugar e por isso achava válida a instalação da Escola Normal:

Entra em seguida s. ex. em outra ordem de considerações tendentes a demonstrar a necessidade da instalação da escola Normal, as vantagens benéficas que ella trará para o ensino primário e para as moças que, embora não tenham em vista a carreira do magistério desejam contudo adquirir a somma de conhecimento secundários uteis as mães de família quão necessários ao sexo que posição eminente occupa nas sociedades cultas, influindo na formação do character de seus filhos e, muitas vezes, nos destinos sociaes⁹⁸.

considerável e tinham certa projeção pública tanto dentro quanto fora do estado de Goiás. Cf. DEUS, Gastão. *Páginas Goyanas*. São Paulo: Typographia (ilegível) Paulicéa, 1917.

⁹⁷ Chroniqueta, Cora Coralina. *A Imprensa*, anno VI. Goyaz 22 de agosto de 1910, n.º 266, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁹⁸ Academia de Direito. Escola Normal. Instalação Solemne. *Goyaz*, anno XVIII, n.º 755, sexta-feira, 6 de março de 1903, p. 01-02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Mesmo que o Presidente do Estado não tenha garantido lugar, em seu discurso, às goianas, inclusive àquelas que, segundo Nice Daher teriam encabeçado a organização que solicitou a instalação da Academia de Direito, é importante considerar que as mesmas estavam presentes no evento e possivelmente atuaram como vozes dissonantes do modelo de mulher imposto pela nação e apropriado por Xavier de Almeida e representado por seu governo. Ainda que sejam poucos os registros, essa memória produzida por Nice Daher tem ressonância entre algumas informações sobre a problemática dos casamentos em Goiás. Informação essa que é indício importante, uma vez que evidencia a preocupação das mulheres, e que inquietas com seu futuro, tentavam garantir a manutenção de possíveis parceiros na cidade, futuros esposos.

Casar poderia afigurar-se como uma forma de liberdade. Ao enlaçar-se essas mulheres se livrariam da vigilância familiar – principalmente da materna – e mesmo que corressem o risco de converter-se, após o casamento em “uma espécie de ‘entidade amorfa’, incapazes de representar a família na Justiça” (Sueann CAULFIELD, 2000, p. 242), esse evento instalaria uma nova temporalidade, pois junto dele viria a perda da virgindade e a liberdade dos perigos que pairavam sob o rompimento do hímem de forma desonrosa. Outra interpretação possível ao estímulo feminino à fundação de uma Academia de Direito se trata da expectativa de nela entrar e cursar uma faculdade até então restrita aos homens. Exemplo disso é o empreendimento de Eurídice Natal e Silva, Rosa Santarém Godinho e Leodegária de Jesus que tentaram se matricular nesse curso no ano de 1904.

Sobre a manutenção de parceiros a que se notar uma semelhança com a narrativa de Consuelo Caiado. No instante em que narrou as peripécias de Alice para conquistar Mário sem saber que o mesmo já estava apaixonado por ela, mas que ainda era comprometido com Luiza, Consuelo Caiado deixou evidente a preocupação das jovens goianas com o casamento. Antes de enveredar-se pela história da conquista e do romance entre Alice e Mário, Consuelo descreveu rapidamente o cotidiano de Goiás. A partir daí percebemos a forte influência, em sua vida, da educação católica e um refinado aborrecimento com o excessivo cuidado, por parte dos vizinhos, com a vida alheia.

Segundo contou, no findar da madrugada já se notava uma grande movimentação de transeuntes em becos, ruas e pelo Largo da Matriz. Às quatro horas, quando a aurora já irrompia no horizonte, ouviam-se os sinos das Igrejas. Desse momento em diante iniciava-

se uma intensa movimentação de senhoras coquetes encaminhando para as missas matinais na Catedral ou na capela do Colégio Sant'Anna.

Consuelo Caiado recorreu à paisagem urbana de Goiás como prelúdio de sua narrativa. Goiás, uma cidade cercada por morros, dividida por pequenos bairros e regiões mais afastadas que pareciam ser chácaras ou ambientes de veraneio, a exemplo dos lugarejos do João Francisco e do Bacalhau, aparecem em sua narrativa contaminadas pela paisagem sonora e católica em que sinos repicavam já no fim da madrugada, convocando fiéis para as missas em suas muitas igrejas.

As influências da formação católica e das professoras do Sant'Anna foram tamanhas que em seu livro, mesmo demonstrando certa contrariedade e aborrecimento para com os costumes religiosos, Consuelo não conseguiu suprimir o cotidiano das celebrações na Catedral ou mesmo na capela da escola em que estudara e compartilhara amizade com colegas que mais tarde fez questão de lembrá-las, a exemplo de Nice Monteiro Daher, Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro e Mariana Augusta Fleury Curado.

Ao movimento dos sinos das igrejas e do caminhar de transeuntes pela Praça Pinheiro Machado, olhares curiosos contribuía para uma aura de fofoca, repreensão, cuidado com a vida alheia e de condenação dos moradores da elegante vivenda (a casa de Alice e possivelmente de Consuelo) que permanecia com a porta hermeticamente fechada. Onde estariam todos que já não teriam se levantado a preparar-se para a missa domingueira? Onde estaria a matriarca, responsável pela vigilância dos costumes e pelo comportamento dos moradores daquela casa? Estas pareciam ser as perguntas que Consuelo Caiado desenvolvera quando apontou a surpresa dos passantes de frente da casa de portas cerradas.

A narradora explorou a imagem da fofoca e do cuidado com a vida alheia através da personagem de Dona Elisia, a vizinha. Essa senhora, mesmo vendo a casa toda fechada, permanecia em seu frontispício a esperar algum movimento que viesse do interior. A impaciência e a preocupação de Dona Elisia findou, somente depois da explicação oferecida pela Sr.^a T... que também era vizinha e cruzou o caminho de Elisia, tomou-lhe pelo braço e disse: “- Vamos, a Celia não está. Hontem já tarde, partiu em companhia do marido, para a fazenda do sogro que dizem está passando mal”. (Consuelo Ramos CAIADO, 1917, p. 15)

Enquanto tal situação se desenrolava na portada da casa, em seu interior a jovem Alice era despertada pela irmã, Leonor, que após acender uma vela, iluminando todo o aposento e caminhando nas pontas dos pés “deu-lhe um beijo sobre a face e chamou: - Alice!! Alice!!” (p. 17). Ao chamado:

A donzella revolveu-se sob as alvas cobertas e descerrando os olhos exclamou espreguiçando-se: - Que maçuda de acordar cedo hein?!

Poderíamos ouvir a missa das sete...

- Deixa-te de preguiça e vamos para a missa do Collegio. Precisamos voltar logo para tomar conta da casa e preparal-a bonita para a espera dos manos que por ahi vem. Devem chegar amanhã ou depois...

- Bravo!! Bravo!! Retorquiu-lhe alegremente.

Alice que já de pulo começara a vestir-se. Então era nisto que estava a pensar e quando dizias manos referias-te ao Carlos? ... Como estas com saudades dos manos concluía n'uma gargalhada.

Leonor não lhe respondeu. Sahindo apressadamente foi acordar n'um quarto contiguo uma sua irmanzinha de doze anos chamada Emilia e que era alumna do Collegio.

A pequena acostumada a acordar cedo já ouvia o barulho do despertador e Leonor a encontrou quasi prompta.

[...]

Quando chegaram ao Collegio a missa ainda não estava começada. Em companhia das internas resaram a oração da manhã e, ainda não a haviam terminado quando entrou um frade que logo principiou o outro.

Piedosamente assistiam, quando ao chegar aos Santos, Leonor que se ajoelhara junto à porta de entrada sentiu que alguém lhe tocava no braço chamando. (Consuelo Ramos CAIADO, 1917, p. 17-19).

Ao referir-se às missas na capela do Colégio Sant'Anna, Consuelo Caiado fez alusão à educação católica que recebera naquela instituição. Talvez, por não demonstrar grande interesse pelo culto católico, mostrava-se, através de sua personagem, um tanto aborrecida e negligente no que tangenciava a descrição do lugar. A poética daquele espaço não pareceu significar-lhe grande coisa, tanto que quase o ignorou. A única referência feita ao Colégio Sant'Anna nesse manuscrito foi para falar da missa domingueira e construir o cenário da chegada de Carlos e Mário. O que mais a interessou nessa trama foram os jogos de conquista e de amor tecidos entre Alice e Mário.

Todavia uma de suas colegas de turma registrou memórias importantes do período em que nesse Colégio estudaram ela e Consuelo. Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro (1974) contou que “situado no Largo do Chafariz o Colégio Santana era a principal escola feminina de Goiás” (p. 67), pertencia às irmãs dominicanas e era constituído por três casas:

Na primeira de cima para baixo, ficavam: a Capela, com janelas para o Largo, a clausura e o refeitório. Esta constituía a parte principal do Colégio.

Unida a ela, pequena casa servia de escola grátis para as pobres. Na terceira, também pequena, ficava a sala de música, com piano.

Naquela ocasião as salas de aula do Colégio se localizavam no quintal, do qual se atravessava uma parte para atingi-las.

A tentação das alunas era esse trecho do quintal. Pudera! Grandes latadas de parreira ensombrevam o lugar e, sob elas, devia-se passar ao entrar e sair das aulas. (Ofélia Sócrates do Nascimento MONTEIRO, 1974, p. 67).

Embora Consuelo referencie a presença do Colégio Sant'Anna no cotidiano da população de Goiás foram Ofélia Sócrates Monteiro e Mariana Fleury que lembraram e descreveram já comprometido com Luiza, o interior da instituição de ensino, o cotidiano das aulas e a cultura escolar ali cultivada.

Ofélia Sócrates Monteiro relatou sentarem as estudantes em “carteiras, compridas, [que] comportavam 4 ou 5 alunas” (1974, p. 69), suas aulas de música sempre aconteciam em companhia das mais velhas e adiantadas estudantes. Nessas aulas sempre havia uma ou outra aluna que se sentia envergonhada por não saber solfejar⁹⁹, ou que se embaraçava no exercício musical e por isso tornavam-se alvo de troças e risadas debochadas das colegas. A própria Ofélia teria sido uma dessas vítimas e relatou como se sentira diante das risadas de suas companheiras de aula quando começou “a marcar compasso com a mão e a solfejar entusiasmada, em altas vozes” (p. 68).

O registro de frequência das aulas no Colégio Sant'Anna e de assiduidade às missas na capela da escola de freiras refuta a ideia de que Consuelo Caiado tivesse recebido uma educação laica e que por isso se mantinha alheia à cultura católica de Goiás de fins do século XIX e de meados do XX¹⁰⁰. Os documentos (notas, manuscritos e memórias) mostram uma Consuelo que não se distinguia das outras mulheres goianas de sua geração, não em termos de formação cultural e religiosa. Consuelo Caiado foi educada no Colégio Sant'Anna e recebera a educação que se acreditava necessária à mulher de meados do século XX e dividiu espaço com mulheres que ocuparam lugares importantes na produção literária e intelectual de Goiás ao longo desse século.

As tabelas de conceitos mostram, para além de seu desempenho ao longo da formação básica, o culto de um sentimentalismo religioso que se estreitou ao sentimentalismo familiar. Estes temas estão presentes em quase todos os seus manuscritos, salvo certa dose de subversão e resistência. Consuelo deixou evidente seu descontentamento

⁹⁹ Solfejar significa ler ou entoar um trecho musical, vocalizando-o ou pronunciando somente o nome das notas; solfar, solmizar.

¹⁰⁰ Segundo entrevistas realizadas por Suely Kofes (2001), Consuelo Caiado havia sido educada por preceptores em sua própria casa e que o fato de seu pai ser ateu a impedira de estudar no Colégio Sant'Anna.

contra o controle imposto às mulheres de seu tempo. Aspecto que denuncia sua relação com o feminismo e a defesa dos direitos das mulheres, já em discussão no Brasil entre fins do século XIX e meados do XX¹⁰¹.

Segundo Michella de Giorgio (1991) “o modelo feminino católico é exclusivamente o da esposa e da mãe. À esposa a Igreja pede submissão e espírito de abnegação. Se o mundo é para todos um vale de lágrimas, é-o em especial para as mulheres” (p. 206), sobre tal questão a que se concordar, em parte, com Giorgio. Também é preciso considerar aquilo que está contingente, que não foi previsto e que pode subverter tal educação disciplinadora de dentro para fora. Os manuscritos de Consuelo são essas contingências. Sua imaginação literária e suas personagens tem a capacidade de fazer evanescer essa educação disciplinadora imposta pelo modelo católico.

Desconhecidos por anos, os manuscritos de Consuelo informam uma mulher educada sobre a égide católica, mas que não cultuou o catolicismo como religião matricial. De modo contrahegemônico, ela utilizou-se da educação que recebera no Colégio Sant’Anna para mais adiante subvertê-la, fosse através de suas personagens, fosse enfrentando os preconceitos sociais dispensados a uma mulher que desejava profissionalizar-se, ou mesmo tornando-se feminista e espírita. Em sua escrita, praticada entre a adolescência e a fase adulta, percebe-se um confronto entre os modelos de feminilidade propagandeados pela educação católica que recebera e aqueles que fugiam a essa regra. Foi pensando nisso que foi possível compreender seus manuscritos como táticas ou subversões, até porque a atividade intelectual não era prática comum às mulheres de fins do século XIX e meados do XX.

Nos primeiros anos da República a imagem da mulher e a definição de seus comportamentos começaram a ser reformulados, porém de forma muito lenta. E essa reformulação não lhes autorizava, ainda, a exercitar a intelectualidade plena. Quando mulheres insistiam no exercício intelectual este era rapidamente menosprezado pelos homens de letras, que estavam muito mais interessados em imprimir nessas mulheres o papel de mães:

¹⁰¹ Conforme explicou Céli Regina Jardim Pinto (2003) a “questão do direito de voto para as mulheres tinha atualidade e foi discutida na Constituinte republicana de 1891, tendo como defensores figuras tão ilustres como os posteriores presidentes da República Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa e Hermes da Fonseca. O projeto não foi aprovado, mas a Constituição não proibiu explicitamente o voto das mulheres”. (p. 15-16).

Na onda destas transformações reformula-se também o papel da mãe. Higienistas, positivistas, correntes ilustradas, tentam moldar suas atitudes, sentimentos e imagem, os positivistas colocavam a mãe em um pedestal. A santa mãe é o núcleo da família, o modelo de altruísmo e resignação; a educadora dos filhos. Este ideal aproxima-se do da Igreja católica, como observou Hahner, guardada a diferença que enquanto a Igreja prometia para a mártir uma vida futura em um céu de bonança, os positivistas prometiam o céu aqui na terra, a adoração dos seus, admiração dos outros. Muitas mulheres perceberam a armadilha que este ideal continha; Narcisa Amália foi uma que denunciou alto e bom som o conservadorismo dos positivistas. (Norma TELLES, 2012, p. 158-159).

O fato de Consuelo imaginar algumas mulheres sensíveis, apaixonadas, devotadas ao casamento ou à vida religiosa não significa que ela fosse uma escritora estritamente romântica ou desapegada da agenda das mulheres de seu tempo. Nos idos anos de 1917 e 1925, Consuelo era uma jovem, recém-formada, leitora de romances e que possivelmente apaixonara-se, como tantas outras jovencinhas de seu meio.

Desde seu primeiro romance – *A Goyaninha* (1917) – ela dera demonstrações de que já fora influenciada pelos debates feministas. O fato de eleger protagonistas mulheres, destemidas e fortes, é indício de seu feminismo e de seu desejo em emancipar-se. Pensando no que comentou Norma Telles (2012), cabe perguntar se o conteúdo dos manuscritos de Consuelo, e sua própria trajetória, não permitiriam dizer ser suas histórias denúncias do conservadorismo que pairava em Goiás nas primeiras décadas do século XX?

O fato de começar seu manuscrito *Um verão na serra*, expondo “o receio [que tinha] de contrahir o casamento” (Consuelo Ramos CAIADO, 1919, p. 03) não poderia ser interpretado como uma resistência, uma negativa às atribuições impostas pelo imaginário republicano e nacional (José Murilo de CARVALHO, 1990) de que às mulheres brasileiras cabia se prepararem para ser boas esposas e mães? A protagonista do referido manuscrito – Lulu – não seria uma mulher que, entre certezas e incertezas, tentou tomar suas próprias decisões e as rédeas de sua vida?

Romantismo e esperteza parecem conviver juntos nas narrativas de Consuelo Caiado. E os exemplos disso estão presentes nas protagonistas de suas histórias que se comportavam de uma forma pouco convencional para a época, tanto que isso lhes rendeu críticas, olhares surpresos, apelidos preconceituosos e diferentes tipos de violências de gênero. Alice foi agredida com um canivete por Mário e criticada pelas amigas de Luiza, Lulu foi menosprezada e desrespeitada por Dr. Penna e outras mulheres do vilarejo e Helia foi publicamente ridicularizada por seu pretendente.

Considerando os paradoxos presentes nas narrativas de Consuelo, compreende-se que a escrita feminina precisa ser observada como um movimento contrário ao que era defendido como comportamento feminino e papéis sociais a se representar naquele momento. De outro modo como explicaríamos os movimentos feministas de meados do século XX, a empresa feminista de Consuelo Caiado na década de 1931 e seu exercício de guarda de memória das mulheres? É preciso conjecturar já estar Consuelo em fins da década de 1920, sendo influenciada pelos debates emancipacionistas e feministas que ocorriam no Brasil e alcançavam Goiás.

A agenda do feminismo e da emancipação das mulheres já era amplamente debatida desde a década de 1880; jornais como o *Publicador Goyano* e o *Goyaz* realizavam, desde 1885, importante propaganda a favor da emancipação das mulheres, isto já reverberava e tinha alguma sonoridade entre as mulheres de Goiás.

No começo do século XX o feminismo tornou-se ainda mais difundido no Brasil por conta da fundação, em 1910, do Partido Republicano Feminino uma agremiação política que representava certa ruptura, em função de ser “composta por pessoas que não tinham direitos políticos” (Celi Regina Jardim PINTO, 2003, p. 18) e que exigia de suas associadas uma atuação “fora da ordem estabelecida” (p. 18). Para aquele contexto o partido, fundado por Leolinda Daltro e Gilka Machado, significava uma exceção.

Na verdade, as duas mulheres representavam exceções. Leolinda levantou a bandeira da política indigenista e sozinha seguiu para Goiás a fim de catequizar os índios de regiões limítrofes ao rio Araguaia e Gilka escandalizara a sociedade carioca com seus poemas eróticos. No que tangencia as movimentações sociais em prol da emancipação feminina, Leolinda Daltro e suas consorcias realizaram passeatas pelas ruas do Rio de Janeiro, exigiram a extensão do direito de voto para as mulheres, negado pela Constituinte de 1891 e organizaram um partido feminino. A tática – muito parecida ao que Bertha Lutz executara nas décadas de 1920 e 1930 – manejada por essas mulheres se resumiu no apoio de personalidades políticas do sexo masculino que poderiam auxiliá-las na constituição de direitos políticos.

Em 1909, Leolinda Daltro e outras mulheres interessadas na emancipação fundaram a *Junta Feminil pró Hermes/Wenceslau*, essa articulação tinha por propósito prestar suporte à candidatura de Hermes da Fonseca para a presidência do Brasil. Tal movimentação foi publicada em revistas e jornais sob a perspectiva do deboche e da troça.

Em 1910, a *Revista da Semana* publicou charge intitulada *Rompimento* e trazia imagem de um casal em processo de discussão sobre política e a composição da diretoria da *Junta Feminil pró Hermes/Wenceslau*¹⁰². Passada a eleição e tendo vencido Hermes da Fonseca, Leolinda Daltro solicitou sua inscrição na justiça eleitoral, entretanto teve a solicitação negada. Tal negativa forçou-lhe a organizar o Partido Republicano Feminino (1910) que defendia não apenas o direito ao voto, mas também a emancipação e a independência das mulheres.

De acordo com Céli Pinto (2003), o estatuto do partido atribuía à “mulher qualidades para exercer a cidadania no mundo da política (o patriotismo) e no trabalho” (p. 18). A agremiação extrapolava “a questão dos direitos, propugnava o fim da exploração sexual, adiantando em mais de 50 anos a luta das feministas da segunda metade do século XX” (p. 18). Provavelmente as ações dessas feministas reverberaram por diferentes regiões do Brasil e alcançaram a cidade de Goiás. Um indício dessa reverberação feminista é Consuelo Caiado e sua empresa feminista e a constituição de um arquivo feminino.

A imensa quantidade de publicações em jornais e revistas de circulação nacional (*O Paiz*, *Gazeta de Notícias*, *Revista da Semana*, *Fon Fon* e o *Malho*) evidenciam contar a movimentação de Leolinda Daltro e Gilka Machado com certa ressonância por grande parte do território brasileiro e isso logicamente alcançara os sertões goianos. É possível que as ações de Leolinda Daltro repercutiram no estado de Goiás por conta de ela ter passado pela região entre 1910 e 1911 e por sua estada ali ter resultado em conflitos com padres dominicanos e representações políticas do estado.

Durante a execução do projeto de catequização dos índios do baixo Araguaia, Leolinda Daltro se envolveu em disputas políticas e religiosas. Como diferentes interesses relacionados à posse de terras, além das subvenções estaduais destinadas ao Serviço de Proteção Indígena que estavam em jogo naquele contexto, Leolinda acabou sendo acusada, por lideranças religiosas, de faltar à verdade e por isso foi duramente perseguida em Goiás (Eliane Pereira ROCHA, 2002). Sobre seu trabalho e percalços, Cora Coralina produziu crônica publicada ainda em 1911 em livro sobre a catequese dos índios do Brasil¹⁰³.

¹⁰² Rompimento. *Revista da Semana*, anno X, n.º 507, Rio de Janeiro, domingo, 30 de janeiro de 1910, p. 06. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

¹⁰³ CORALINA, Cora. Atravéz dos sertões e na cidade. In: DALTRO, Leolinda. *A catecheze dos índios no Brasil* (Noticias e documentos para a Historia) 1896-1911. Rio de Janeiro, RJ: Typ. da Escola Orsina da Fonseca, 1920, p. 605-607.

O fato é que já em 1916 o feminismo era reclamado em Goiás por Doidinha¹⁰⁴, em uma de suas publicações no jornal *Nova Era* a escritora apontou que “cá neste mundo de Goyaz, a vida feminina é uma vida cansada de guerra, de constante trabalho e de resultado negativo”¹⁰⁵ e que pela negativa ao direito de voto das mulheres “é nessa hora, nesse momento, nesse instante que o feminismo agrada e satisfaz a Doidinha”¹⁰⁶. É evidente que o feminismo já circulava nessa região desde fins do século XIX e por isso era assunto para a publicação desses textos de Doidinha, portanto também fica claro que Consuelo já acessara ao feminismo, tanto que, com este movimento ela se envolveu e fez questão de guardar diferentes memórias da luta de mulheres por direitos civis em Goiás.

Ainda no Colégio Sant’Anna ela acessou aos debates feministas e que apareciam publicados em jornais que circulavam na cidade de Goiás, a exemplo do *Goyaz*, *A Voz do Sul*, *A Imprensa* e de alguns hebdomadários manuscritos ou de menor circulação, como *A Semana*, *Thuribulo*, *Nova Era*, *Bem-te-vi*, *O Bauman*, *O Coração*, *O Lyceu* e o *Momo*.

Após sair do Colégio Sant’Anna, em 1915, não foram encontradas maiores referências de sua trajetória publicadas nos jornais da capital. As únicas evidências que oferecem informes de sua trajetória, entre 1917 e 1925, são as registradas por ela mesma nos manuscritos mencionados. São suas personagens que noticiam o contexto social e cultural de Goyaz entre 1917 e 1925.

Nestes aparece com bastante força o preparo das recém-formadas normalistas para o casamento. A cultura do flerte, dos encontros e desencontros amorosos é descrita com bastante intensidade por Consuelo Caiado. As comemorações religiosas e festejos populares aparecem com certa periodicidade e o cotidiano do interior goiano é narrado com grande detalhamento. Todavia pouco se fala nas narrativas do contexto político de Goiás que naquele momento sofria com profundas alterações, por exemplo, a substituição das antigas oligarquias por novas.

Uma farmacêutica e feminista

¹⁰⁴ Doidinha era o pseudônimo adotado para a publicação de textos em que havia posicionamentos sobre o feminismo e suas reverberações em Goiás, não foi possível identificar a quem pertencia este pseudônimo.

¹⁰⁵ Loucuras. *Nova Era*, anno II, n.º 70, Goyaz, 10 de fevereiro de 1916, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

¹⁰⁶ *Idem*.

Mudanças em âmbito federal promoveram a substituição de antigas lideranças políticas por novas. A política de Salvações, adotada durante todo o mandato do presidente Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), atingiu Goiás e a família Bulhões. Tal estratégia baseava-se em intervenções federais nos estados brasileiros e tinham a intenção de dissolver antigas oligarquias ou substituí-las por outras submissas ao poder central (Edgard CARONE, 1983).

A renovação da política brasileira, dominada por setores oligárquicos e que nem sempre faziam ressonância aos interesses de Hermes da Fonseca foi uma estratégia muito comum entre os anos 1910 e 1912. Ao executar as Salvações o presidente esperava nomear líderes que lhes fossem obedientes.

No caso de Goiás as “pressões federais foram demasiadamente intensas que Urbano Gouvea foi obrigado a renunciar em maio de 1912” (Ana Lúcia da SILVA, 2005, p. 73). Este líder político era cunhado de Leopoldo de Bulhões e representava, naquele momento, os interesses dessa família. Com o fim da hegemonia bulhônica uma nova recomposição de forças surge “marcada pela ascensão contínua da família Caiado” (p. 73), e se estruturou no estado. Não obstante, a ascensão dessa família só se efetivou depois de contornada a instabilidade política que resultara dos conflitos entre “os diversos grupos oligárquicos regionais – Bulhões, Caiado, Fleury Curado, Jayme – [que] lutavam entre si pelo controle político do Estado” (p. 74).

Devido tal vulnerabilidade o governo federal interviu em Goiás e impôs, para as eleições de 1913, o nome de “Olegário Herculano S. Pinto, militar de confiança de Hermes da Fonseca” (p. 74). Só após os grupos oligárquicos locais aceitarem uma conciliação proposta pelo governo federal é que então se elegeram candidatos diretamente associados aos partidos goianos. Foi depois dos acordos entre os partidos Republicano (Bulhões), e Democrata (Caiado), que a família Caiado conseguiu estruturar-se enquanto a oligarquia que representaria Goiás até 1930. A fundação do jornal *O Democrata* em 1917 marcou o início do domínio desta família. Antes disso, o jornal *Goyaz* persistia publicando as notícias oficiais e as decisões políticas do estado.

Uma vez no controle, os Caiado lançaram mão de mecanismos diversos para manter-se no poder. Eles geriram os principais postos políticos de Goiás, dominaram a comissão executiva do partido, reformularam leis adequando-as aos seus interesses, criaram o jornal *O Democrata* para difundir suas ideias e princípios ideológicos, respeitaram o pacto oligárquico-coronelista, fizeram articulações com demais grupos oligárquicos de Goiás,

administraram todo o processo eleitoral e manusearam a força policial para reprimir resistências.¹⁰⁷

É curioso o silêncio de Consuelo Caiado no que tangencia as ações políticas e estratégicas do Partido Democrata e de sua família na efetivação de seu domínio político por grande parte da denominada Primeira República. Mesmo tendo o pai como líder das decisões tomadas em Goiás e sendo ela sua confidente, conforme lembrou Leão de Ramos Caiado, Consuelo optou por desviar atenções, em suas narrativas, das questões políticas e partidárias do período entre 1917 e 1930.

De certo modo seu silêncio reiterou um afastamento feminino dos debates políticos. Sobre tal concepção não se generaliza a ideia de que as mulheres estivessem totalmente excluídas do campo político, mas as goianas pareciam ter sido afastadas da esfera partidária, talvez por questões relacionadas a ordem masculina das coisas no mundo. No mínimo se mantinha as mulheres em uma distância “saudável” do universo da política.

Conforme explicitou Nicolau Sevcenko (1992) ao comentar a dinâmica social e cultural de São Paulo nos anos 1920, as mudanças desse contexto estavam muito centradas na ideia de “Homem máquina” e “Homem músculo”. O gosto pela masculinidade e pela virilidade determinava grande parte das decisões políticas, daí ser um campo preenchido por homens, mas esses “homens” deveriam ser viris, másculos. Identidades masculinas “afetadas” dificilmente tinham vez neste universo.

Desta forma a conjugação do mundo em um modelo de masculinidade permitia somente a poucas mulheres o privilégio de circular por reuniões políticas – consequentemente dominadas pela figura masculina – em Goiás. Aquelas que o faziam parecem ter optado por manter a discrição ou o silêncio. Tal tática é perceptível no caso de Consuelo Caiado, mas também entre as mulheres que a antecederam, a exemplo de Jacintha Luiza do Couto Brandão Peixoto, Virgínia da Luz Vieira, Silvina Ermelinda Xavier de Britto e muitas outras envolvidas em movimentos emancipacionistas e feministas entre fins do século XIX e XX.

Ultrapassados os conflitos resultantes da substituição das oligarquias, maiores informações sobre Consuelo Caiado só foram encontradas após fundada a Faculdade de

¹⁰⁷ Sobre as ações efetivadas por esta família Ana Lúcia da Silva (2005) apontou que na estrutura de poder “o controle da comissão executiva do partido era peça chave no controle político. Antônio Ramos Caiado, chefe do clã caiadista, conseguiu impor sua vontade à comissão. ‘As convenções do Partido Democrata eram uma festa tranquila, com reuniões e banquetes. Todos sabiam com antecipação o seu desfecho habitual, pois os convencionais em si, na sua totalidade, não tinham influência real na escolha dos candidatos’. Antônio Ramos Caiado é quem decidia”. (p. 77).

Pharmacia, entre 1922 e 1925. Foi neste momento em que se encontrou referências do domínio exercido pela família Caiado que permitiram a visibilidade de Consuelo.

Em 1922 o *Goyaz*, jornal da família Bulhões, teve sua circulação interrompida e acabou substituído pelo *O Democrata* que já circulava desde 1917, ano em que Antônio Ramos Caiado assumira a presidência do partido Democrata. Ainda em 1922 fundou-se em Goiás a Escola de Pharmacia, instituição que, segundo Genesco Bretas (1991), já era desejada por um grupo de farmacêuticos e médicos residentes na capital.

A memória dessa instituição está diretamente relacionada à trajetória de Consuelo Ramos Caiado. Na verdade, a memória do curso de Pharmacia, de Consuelo e da movimentação literária no Gabinete Litterario Goyano são difíceis de separar. A circunstância dessas instituições terem ocupado, por anos, um espaço comum na vida de Consuelo que dirigia e guardava o Gabinete, funções estas que foram exercidas por ela durante longa temporada, acabou por misturar suas histórias e tornou difícil separá-las, por isso também estão amalgamadas.

Grande parcela da visibilidade pública e da preservação da memória de Consuelo Caiado se deu graças à sua presença nestas instituições e da guarda do acervo do Gabinete Litterario. Boa parte dos documentos consultados integra seu acervo pessoal, doado, em 1982, ao Gabinete Literario Goyano. Desse modo percorrer a trajetória de Consuelo Caiado por intermédio dos registros publicados em *O Democrata* só se tornou possível graças à conexão de suas experiências a trajetória do curso de Pharmacia e de sua atividade intelectual na biblioteca do Gabinete Literario.¹⁰⁸

Considerando o contexto dos “frementes anos 1920” (Nicolau SEVCENKO, 1992)¹⁰⁹ marcado pelo debate higienista, tecnológico e de institucionalização de novos campos

¹⁰⁸ A reconstrução de parte de sua trajetória desvelou informações importantes acerca da atividade intelectual e da profissionalização feminina em Goiás no início do século XX. Percorrendo sua biblioteca se pôde observar o grande volume de publicações literárias, em Goiás, entre 1903 e 1910, a preocupação com a higiene da população, com os cuidados médicos e odontológicos e com o consumo de medicamentos.

¹⁰⁹ Referindo-se a Orfeu e sua comunicação através da voz e da lira, Nicolau Sevcenko apontou que “essa figura nos serve apenas como uma imagem sugestiva, a fim de sondar o papel desempenhado pelas projeções culturais numa sociedade passando por um processo de exacerbação de tensões, em curso de se tornar uma megalópole moderna. Os anos 20 assinalaram uma etapa decisiva desse processo e têm particular significação pelas iniciativas de definição de um padrão cultural de identidades que caracterizam o período” (1992, p. 18). Em complemento da análise sobre os anos 1920 ele apontou que “sob o epíteto genérico de ‘diversões’, toda uma nova série de hábitos, físicos, sensoriais e mentais, são arduamente exercitados, concentradamente nos fins de semana, mas a rigor incorporados em doses metódicas como práticas indispensáveis da rotina cotidiana: esportes, danças, bebedeiras, tóxicos, estimulantes, competições, cinemas, shopping, desfiles de moda, chás, confeitarias, cervejarias, passeios, excursões, viagens, treinamentos [...]” (p. 33). Mesmo que o historiador tenha se referido às mudanças sociais e culturais sofridas por São Paulo em 1920 é bem provável que Goiás também tenha recebido influências desse processo urbanizador e tecnológico. Tais mudanças podem ser observadas na preocupação com a limpeza e higiene da cidade, no alargamento de ruas, na profissionalização

científicos, observou-se que a criação do curso de Pharmacia em Goiás resultara das táticas de farmacêuticos formados em grandes centros metropolitanos e que tentavam fortalecer e consolidar a área em que atuavam, desvinculando-a do campo da medicina. Em Goiás, tal curso viria, conforme discurso do vice-presidente do estado, Miguel da Rocha Lima, permitir em “breve que se estabeleçam em muitas localidades do Estado profissionais habilitados; pois muito poucos são os que os possuem, em geral substituídos por leigos e às vezes especuladores e aventureiros, sem mister que diz muito de perto com a saúde pública”¹¹⁰.

Os interesses eram, além de combater práticas amadoras, charlatanismos e que poderiam causar riscos à saúde da população local, fortalecer um novo campo científico e criar um mercado consumidor de medicamentos que não dependesse dos médicos. A Escola de Pharmácia de Goyaz, fundada em 08 de maio de 1922, ocupou inicialmente algumas salas do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara¹¹¹, mas foi transferida logo após a criação do curso de odontologia (Genesco BRETAS, 1991), em meados de 1923¹¹², para o prédio construído para abrigar o Gabinete Litterario Litterario, na Praça Primeiro de Junho em 1905.

O aumento de estudantes e a necessidade de instalações adequadas exigiram sua transferência para o prédio do Gabinete Literario Goyano, situado na Praça Primeiro de Junho (Largo do Chafariz) “entre a Cadeia Pública e a Rua Nova do Presidente” (Genesco BRETAS, 1991, p. 535). A Escola de Pharmácia e Odontologia de Goyaz só foi reconhecida após ser sancionada a “Lei Estadual n.º 945, de 13 de junho de 1924” (Mariana Augusta Fleury CURADO, 1981, p. 20).

de homens e mulheres, no consumo de filmes, na moda, nos desfiles de beleza, na manutenção de clubes de carnaval e no consumo de músicas modernas, como o foxtrote; ritmo tocado todos os domingos no recém construído Coreto (Jornal *Nova Era*. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.).

¹¹⁰ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz, na abertura da 3ª sessão ordinária da 9ª legislatura, a 13 de maio de 1923, pelo coronel Miguel Rocha Lima, 2º Vice-Presidente em exercício. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

¹¹¹ Sobre a inauguração da escola o presidente do estado, Cel. Eugenio Rodrigues Jardim disse, em mensagem ao Congresso Legislativo do estado de Goiás (dia 13 de maio de 1922) que “esta escola, recentemente instituída, acaba de ser inaugurada sob os melhores auspícios. Possuindo corpo docente sufficiente e idoneo, constituído de medicos e pharmaceuticos, grande numero de alumnos matriculados, com a aprovação unanime da opinião publica quanto á oportunidade de uma instituição que vem preencher uma necessidade real, é de augurar á nova escola venha ella trazer ao progresso do Estado um contingente de não so menos importancia. Não seria desvantajoso, conceder-se, no intuito de animar a instrucção e a exemplo do que já se fez com relação á Faculdade de Direito, um auxilio á Escola de Pharmácia, que presuppõe bons serviços e resultados que muito nos importarão. Funciona sob a direcção do dr. Brasil Ramos Caiado chefe de clinica do Hospital de Caridade”. Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz, apresentada a 13 de maio de 1922 para Presidente do Estado, Cel. Eugenio Rodrigues Jardim, Goyaz, Typographia do *Correio Official*, 1922, p. 11. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

¹¹² Segundo mensagem apresentada pelo coronel Miguel Rocha Lima ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz, na abertura da 3ª sessão ordinária da 9ª legislatura, a 13 de maio de 1923, o curso de odontologia havia sido anexado recentemente. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

São nas memórias de Mariana Augusta Fleury Curado (1981) e Genesco Ferreira Bretas (1991) que se pode compreender a instituição como um lugar de promoção política e de delineamento de áreas de atuação profissional no campo da saúde e que visavam o combate dos charlatões e dos praticantes de uma ciência amadora e sem formação acadêmica. Convenientemente, a fundação do curso de farmácia dava continuidade ao processo de profissionalização iniciado por José Xavier de Almeida entre os anos 1903 e 1908. Todavia, neste contexto (1922), tal faculdade atendia aos interesses de grupos familiares aliados à oligarquia Caiado.

Augusta Fleury (1981) contou que os estatutos da instituição foram “assinados pelo Dr. Brasil Ramos Caiado, Dr. Agenor Alves de Castro, Dr. Agnelo Arlington Fleury Curado, Dr. Constancio Gomes de Oliveira, Dr. Antônio Borges dos Santos, Dr. Ottaciano Crisóstomo de Sousa Moreira e Dr. Lincoln Caiado de Castro” (p. 20). Estes homens compunham o Partido Democrata e atuavam direta e indiretamente no hebdomadário de mesmo nome na expectativa de favorecer aquela oligarquia. Esses personagens ocupavam funções de visibilidade no estado e apoiavam a permanência da família Caiado à frente da política estadual. Tal questão aparece com certa frequência nas disputas travadas nos jornais *O Democrata* e *a Voz do Povo*¹¹³.

O curso era constituído pelas disciplinas de “Física Médica, Química Médica, História Natural Médica, Farmacologia, Microbiologia, Bromatologia e Noções de Terapêutica, Higiene e Toxicologia, distribuídas em um curso de três anos” (Genesco BRETAS, 1991, p. 528). A grade curricular do curso pôde ser conferida pelas notas de Consuelo Caiado, publicadas anualmente no jornal *O Democrata*. A partir de 1927, sempre em meados do mês de janeiro, todos os estudantes tinham seu histórico publicado em matéria específica feita pelo *O Democrata*. Esses registros evidenciaram contar ao longo dos oito anos de existência do curso de Pharmacia e sete anos do de Odontologia, com uma média de participação muito reduzida de mulheres quando comparada a dos homens.

Sobre isto June Hahner (2003) apontou que “as poucas mulheres que conseguiam entrar nas escolas profissionais esbarravam em instituições cujos membros, todos masculinos, mantinham o monopólio sobre o ensino e a administração” (p. 199). O que dificultava a entrada delas nos estabelecimentos de ensino superior, todavia a presença delas,

¹¹³ Este jornal foi fundado em 1927 em um contexto em que grupos oriundos das regiões sul do estado de Goiás fazem oposição à oligarquia Caiado. Este jornal foi o grande disseminador das ideias mudancistas, logo após consolidada a revolução de 1930 e Pedro Ludovico tornar-se, a mando de Getúlio Vargas, o governador do estado.

por mais reduzida que fosse, já era sinal de que haviam sido influenciadas por princípios liberais e que desejavam emancipar-se e tomar decisões sem a interferência masculina. Elas queriam a independência financeira.

Na década de 1920, as mulheres já ocupavam diversos espaços, elas haviam ganhado o espaço público, elas estavam por toda a parte, a qualquer hora. Fossem tecelãs, “costureiras e aprendizes, cedo pela madrugada, em busca das fábricas e oficinas de modas. Balconistas, atendentes e serviçais do comércio logo depois. No início da manhã, colegiais, aias e professoras se dirigiam às escolas e conservatórios” (Nicolau SEVCENKO, 1992, p. 51).

Os hábitos femininos começavam a se modificar e se isso acontecia no Rio de Janeiro ou em São Paulo evidentemente que algo nesse sentido reverberaria em Goiás. Registro que comprova tal mudança comportamental é a imagem de Cora Coralina acerca das “estudantas” que empolgadas percorriam as ruas de Goiás em direção às várias escolas da cidade¹¹⁴. A modernização dos comportamentos femininos também recebe alguma ressonância no texto de Marilda Palínia sobre a “Goyana moderna”, aquela que frequentava o curso Normal, de Pharmacia, Odontologia e Commercio¹¹⁵ nos anos 1920. Estes textos somados ao debate feito em *O Democrata* e a *Voz do Povo* acerca da mulher moderna; aquela que se veste com saias mais curtas e faz uso do penteado à *Garçone*¹¹⁶, são grandes evidências que negam o isolacionismo de Goiás em relação aos centros metropolitanos que ditavam as novas modas, conforme observado por Denise Bernuzzi de Sant’Anna (2014) em sua *História da beleza no Brasil*.

Em uma escala menor se consumia em Goiás, em meados do século XX, o que se consumia nos grandes centros metropolitanos; a única diferença é que devido ao tamanho da população urbana, do estado, da pouca infraestrutura de estradas e de transportes que dificultava e encarecia a circulação de mercadorias esse consumo era feito em menor grau. Daí ser difícil observar em registros numéricos o fenômeno do consumo em Goiás, ainda mais quando se tenta aproximá-lo do das regiões superpovoadas, a exemplo de São Paulo ou do Rio de Janeiro. Os registros do consumo da moda, de produtos industrializados ou outra mercadoria resultante da revolução técnico científica aparecem em crônicas e textos publicados nos jornais que circularam em Goiás naquela época. É possível ser estudado, mas

¹¹⁴ Cronica de Goyaz. *Sul de Goiaz*, anno I, Estado de Goiaz, Catalão, 16 de abril de 1908, n.º 41, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

¹¹⁵ A goyana moderna. *Voz do Povo*, anno I, Goyaz, capital, 08 de julho de 1927, n.º 03, p. 02. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

¹¹⁶ Os cabellos femininos. *O Democrata*, anno VII, n.º 344, Goyaz, 16 de fevereiro de 1924, p. 02. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

isso é preciso ser visto dentro de um contexto específico e singular, como foi a Goiás de meados do século XX.

A modernização das relações de gênero, salvo a manutenção de assimetrias e desigualdades nas relações entre homens e mulheres, denunciava um grande incômodo por parte dos homens com a presença delas em cursos superiores. Ainda podia haver mulheres, mais afeitas aos princípios tradicionais de gênero e que não viam com bons olhos a instrução de suas filhas e netas. Tais questões vislumbram-se na pouca participação de mulheres no curso de Pharmacia. Somente no ano em que Consuelo Caiado realizou os exames admissionais (1925) é que parece ter havido um aumento da participação feminina:

Quadro 08¹¹⁷
Participação feminina e masculina nos cursos de Pharmacia e Odontologia

		1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930
Pharmacia	Mulheres	03	___*	00	07	00	01	01	___**	___***
	Homens	12	___	05	11	10	05	07	___	___
Odontologia	Mulheres	___	___	___	___	03	02	01	___	___
	Homens	___	___	___	___	01	03	04	___	___

De início o curso era caracterizado por uma grande adesão masculina, sobre tal fato Mariana Fleury contou que a primeira turma, aquela que colou grau em 1924, só contava com três farmacêuticas dentre os doze farmacêuticos.

Nos anos de 1923, 1929 e 1930 não foram encontrados registros que distinguíssem os estudantes por gênero. Fosse em memórias ou em registros de jornais nada foi publicado. A única informação é a de que no ano de 1923 haviam se matriculado no curso de farmácia

¹¹⁷ Como não localizamos o acervo correspondente ao funcionamento administrativo dos cursos de farmácia e odontologia, utilizamos os registros publicados no jornal *O Democrata* (1924-1929). O quantitativo de alunos apresentado na tabela corresponde às notas publicadas anualmente, desta forma talvez o número não corresponda à quantidade de alunos que entraram nos cursos, mas àqueles que fizeram os exames finais correspondentes a cada ano dos cursos e foram aprovados. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

* Não há registros e histórico escolar publicados no *Democrata* ou em qualquer outro jornal que circulava em Goiás a esta época.

** Não há registros e histórico escolar publicados no *Democrata* ou em qualquer outro jornal que circulava em Goiás a esta época. A hipótese que talvez explique a ausência de registros seria a crise de 1929 e a Revolução de 1930 que abalaram a família Caiado e possivelmente impediram a publicação de registros acadêmicos no jornal, a esta época tomado pelo debate político em torno da posse de Getúlio Vargas e a nomeação de novos intendentess para os estados brasileiros.

*** *Idem*.

apenas nove (09) alunos¹¹⁸. Informação que contrasta com a mensagem de Brasil Ramos Caiado e que afirmou haver dezesseis (16) alunos matriculados naquele ano. Estranhamente os dados informando o quantitativo de estudantes apresenta muita variação de uma mensagem presidencial para outra.

Em mensagem apresentada ao Congresso Legislativo no dia 13 de maio de 1924, o Presidente do Estado, Miguel da Rocha Lima, apontou haver matriculado “na 1ª série de Pharmacia, 9 alumnos e na 2ª série 16 alumnos; no curso de Odontologia, 17 alumnos na 1ª série” computando ao “todo 42 alumnos”. Em 1929, momento no qual Goiás já experimentava os reflexos da crise política e econômica mundial e a oligarquia Caiado começava a despedaçar-se, o Presidente do Estado, Brasil Ramos Caiado, trouxe novos números. Segundo apontado matricularam-se nos cursos de Pharmacia e Odontologia, entre os anos 1922 e 1929, o seguinte número de estudantes:

Quadro 09¹¹⁹
Número de matrículas na primeira série dos cursos de Pharmácia e Odontologia

	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929
Pharmacia	25	16	06	19	14	14	15	15
Odontologia	----	17	00	06	05	09	10	11

Brasil Caiado parecia tentar justificar a permanência das faculdades de Pharmacia e Odontologia, cursos que eram subvencionados pelo tesouro estadual. Seu quadro de matrículas tentava atestar “os bons serviços que a mocidade goyana vai prestando a escola de pharmacia e odontologia desta Capital”¹²⁰. Seu movimento demonstra ser a manutenção do curso e do quadro de professores uma estratégia, pois pareciam funcionar, os cursos, como palcos em que disputas políticas eram desenhadas. O debate em torno da manutenção dos cursos de Pharmacia, Odontologia e Direito deixavam implícito os jogos de interesse entre as famílias que se destacavam na cena política de Goiás, no contexto de 1920 e 1930.

Os cursos de Pharmacia, Odontologia e a escola de Direito eram dominados por integrantes da família Caiado e seus partidários; já a faculdade de Direito era dirigida por

¹¹⁸ Mensagem apresentada ao Congresso legislativo a 13 de maio de 1924 pelo Coronel Miguel Rocha Lima, presidente do Estado, p. 61. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

¹¹⁹ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz, apresentada a 13 de maio de 1929 pelo Presidente do Estado Dr. Brasil Ramos Caiado, *Officinas do Correio Official*, Goyaz, 1929, p. 60. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

¹²⁰ *Idem.*

Emílio Francisco Póvoa e que fazia oposição ao partido Democrata através do jornal *Voz do Povo*.

Instituições de ensino, obras públicas de infraestrutura ou qualquer investimento no estado eram manejados de acordo com os interesses de quem se articulava no poder em diferentes conjunturas. Tal questão é corroborada quando se observa a existência de dois cursos de Direito em Goiás e a manutenção dos outros cursos, ainda que estivessem atendendo um pequeno número de matrículas e contassem com irrisório número de concluintes.

Uma particularidade que certifica o caráter de auto-promoção do curso de Pharmacia e Odontologia é a publicação das notas dos farmacolandos somente após Consuelo Caiado iniciar seus estudos nesta faculdade.

A concorrência entre os grupos oligárquicos que se articulavam na política goiana aparece também em publicações de mulheres em a *Voz do Povo*. Ao falar da “goyana moderna”, Marilda Palínia destacou apenas Oscarlina Alves Pinto, a jornalista fundadora de *O Lar*. Segundo a articulista, Oscarlina além de imprimir “os traços inconfundíveis do seu privilegiado temperamento de escriptora e jornalista”¹²¹, aglutinava em si todas as qualidades de uma mulher moderna. As relações de gênero e de competição entre mulheres em Goiás ficaram ainda mais evidentes quando Oscarlina negou o convite de Consuelo para integrar a Federação Goyana pelo Progresso Feminino e quando Maria Paula Fleury Godoi escreveu para Bertha Lutz oferecendo seus préstimos e demonstrando o desejo de liderar o movimento feminista de Goiás.

Se entre as mulheres de diferentes famílias havia concorrência não é de se estranhar que entre os jornais *Voz do Povo* e o em *O Democrata* ocorresse movimento semelhante. Este último jornal agia de modo a promover a filha de Antônio Ramos Caiado. Em 13 de março de 1925 o hebdomadário trouxe publicação exclusiva sobre Consuelo Caiado e a sua inscrição para o exame admissional do curso de Pharmacia:

Senhorita Consuelo Caiado

Ampliando o circulo de sua actividade intelligente e infatigável, que, não obstante espontânea, naturalmente despreocupada, se fez de todos conhecida e admirada, a senhorita Consuelo Caiado inscreveu-se candidata aos exames vestibulares, há pouco effectuados na Escola de Pharmacia e Odontologia. Submenttendo-se a elles, não desmentiu o alto conceito em

¹²¹ A goyana moderna. *Voz do Povo*, anno I, Goyaz, capital, 08 de julho de 1927, n.º 03, p. 02. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

que é tido o seu bello espirito, conquistando merecidamente a nota de distincção, justo premio aos seus esforços e á firmeza dos conhecimentos que revelou.

Nossas sinceras felicitações.¹²²

A publicação sobre Consuelo destacou o “alto conceito em que é tido seu bello espirito” e o mérito resultante de seus esforços na busca por conhecimento e instrução. Todavia não houve qualquer referência ao pai ou parente próximo e que figurava na direção do jornal. Consuelo parecia destacar-se por conta própria. A essa altura ela já deveria ter certa visibilidade e possivelmente gozava de notoriedade na sociedade vilaboense e goiana. Sinal dessa distinção é o realce mesmo que lhe foi facultado pela matéria de *O Democrata*, a variabilidade de correspondências que recebia e os pedidos de auxílio feitos por mulheres que moravam em diferentes lugarejos do estado de Goiás.

Outrossim nos umbrais da década de 1920, período em que as mulheres já ganhavam o espaço público, flertavam, trabalhavam e consumiam diferentes itens do mercado moderno não era comum haver grande visibilidade feminina em jornais de feição política e noticiosa. Fora algumas crônicas de cunho romântico, os jornais masculinos persistiam de portas fechadas à participação delas. Tal impedimento naquela época contou com uma reação. Já que não conseguiam conquistar espaços dentro dos jornais masculinos, as mulheres em Goiás fundaram seus próprios jornais. Exemplo disso é *O Lar* e que desempenhou papel importante na disseminação da produção intelectual feminina. Era neste jornal que elas apareciam com maior intensidade. Prova disso são as descrições produzidas pela Indiscreta na coluna *Fora do Lar*. Sobre o cotidiano goiano tal colunista evidenciou as sociabilidades femininas, os flertes, as fofocas e os “arrutos” desdobrados no jardim (Praça Pinheiro Machado) sempre as quintas e domingos, movimentações embaladas ao som de músicas¹²³ tocadas no Coreto.

A despeito de serem filhas, irmãs, mães ou qualquer parente próxima de personalidades políticas, essas publicações afiguravam-se como exceções. Nesse tempo, Consuelo Caiado frequentava as reuniões do Gabinete Litterario Goyano, cultivava amizades firmadas nos anos de sua formação no Colégio Sant’Anna e seus manuscritos já eram reconhecidos por amigos e parentes próximos. Antes mesmo de entrar na escola de

¹²² Senhorita Consuelo Caiado. *O Democrata*, anno VIII, num. 399, Goyaz, 13 de março de 1925, p. 01. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

¹²³ Fora do Lar, Indiscreta. *O Lar*, anno I, n.º 01, Goyaz, 15 de agosto de 1926, p. 05. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Pharmacia, Consuelo parecia compartilhar seus manuscritos com um grupo de pessoas que eram seus leitores. Sinal de que havia um círculo literário informal entre Consuelo e suas amigadas mais chegadas é uma carta anexada na abertura do romance *A Goyaninha* (1917).

Na primeira página deste manuscrito há uma missiva assinada por “C” e endereçada à “Querida T”, essa correspondência é composta por reclamações de “T” no tocante à demora de despacho das correspondências pelos Correios, há também uma reprimenda de “C”, contrária às críticas da prima ao estado de Goiás e comentários sobre o manuscrito de “T” e ainda uma pequena explicação sobre o manuscrito *A Goyaninha* (1917).

A defesa feita por Consuelo das coisas de Goiás e a eleição do contexto vilaboense em seus manuscritos evidencia ser ela uma grande defensora da cultura de seu estado. Na carta, além de adiantar o conteúdo do romance, Consuelo deixou informações que corroboram com seu zelo para com a memória de alguns fatos cotidianos de Goiás que achava importante preservar. Consuelo guardou documentos que permitem escrever uma história de Goiás sob a uma perspectiva feminina e de gênero. Seus guardados permitem uma feminização da história e da historiografia goiana, deixam ver que as mulheres estavam muito implicadas ao cotidiano político, cultural e econômico de Goiás, algo diferente do que se tem dito na historiografia regional até então. Já em 1917, e possivelmente antes, ela era uma guardiã dos legados de sua família e de outras personalidades do estado de Goiás.

Foi o seu ofício de guarda e o zelo que teve para com o acervo do Gabinete Litterario que permitiram a preservação, dentre tantas evidências, de suas notas e de sua trajetória acadêmica. Foi também seu ofício de guardiã que permitiu entender as razões do convite feito por Bertha Lutz para que representasse o feminismo em Goiás. Convite esse, prontamente aceito, e que resultou na instalação, em 07 de maio de 1931, da Federação Goyana pelo Progresso Feminino, conforme carta enviada por Consuelo à Bertha:

Ex.ma Sra. D. Bertha Lutz

Cordeaes saudações

Tenho prazer em communicar-lhe que no dia 7 de maio de 1931 installamos nesta capital a Federação Goyana pelo Progresso Feminino, filiada a Federação Brasileira da qual sois digna Presidente.

Antes de iniciarmos os trabalhos em Goyaz, desejamos o seu parecer sobre os estatutos, cuja copia lhe remeto junto a esta, e ainda sua orientação esclarecida para guiar a nossa inexperiência.

Aguardando as suas presadas ordens envio-lhe affectuosas saudações.

A mui att. Adra.

Além de ser um importante canal de emancipação, a entrada de Consuelo Caiado no feminismo precisa, também, ser observado como estratégia de promoção política manejada pela oligarquia Caiado na pessoa de Antônio Ramos Caiado. Tal questão se faz presente em razão da grande interferência desta personalidade na relação entre Consuelo e Bertha. Tanto o contato com o feminismo quanto a publicação das notas nos jornais eram mecanismos de visibilização de Consuelo e conseqüentemente de sua família.

As notas publicadas nos periódicos parecem ser uma forma de tornar pública a dinâmica dos estudantes do curso de Pharmacia, mostrar seu funcionamento e assim garantir recursos para sua manutenção. A publicação das notas também operou como um dispositivo de preservação da memória intelectual de Consuelo Caiado e conseqüentemente informou sobre sua insubordinação, ou mesmo subversão, isso porque ela foi uma das poucas mulheres a realizar o referido curso. Embora os quadros de notas tenham sido publicados a partir de 1926, ano em que Consuelo cursava o segundo período do curso, sabe-se, pelas memórias de Mariana Augusta (1981) e Genesco Bretas (1991) que a grade curricular de seu primeiro período tinha em sua composição as matérias de Physica Medica, Chimica e História Natural:

Quadro 10¹²⁵

Notas de Consuelo Ramos Caiado - 1º ano do curso de Farmácia - 1925

Physica Medica	Chimica	Historia Natural
----------------	---------	------------------

Quadro 11¹²⁶

Notas de Consuelo Ramos Caiado - 2º ano do curso de Farmácia - 1926

¹²⁴ Correspondência de Consuelo Ramos Caiado para Bertha Lutz, 1931. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

¹²⁵ Em 1926 não encontramos as notas de nenhum dos alunos publicadas no jornal. As únicas referências encontradas são as da colação de grau dos alunos dos dois cursos, embora o curso de odontologia, neste ano, tenha recebido maior atenção (Instrução Superior – Colação de graus. *O Democrata*, anno VIII, n.º 437, Goyaz, 02 de janeiro de 1926, p. 01). Nos números 445 e 448, impressos entre os dias 26 de fevereiro e 19 de março, respectivamente, temos menção apenas à eleição da nova diretoria dos cursos e à publicação de informativo sobre a realização dos exames de admissão.

¹²⁶ Em 1927 encontramos uma matéria no jornal *O Democrata* contendo a nota de todos os alunos dos cursos de farmácia e odontologia. Escola de Pharmácia e Odontologia de Goyaz. *O Democrata*, anno IX, n.º 480, Goyaz, 06 de janeiro de 1927, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Chimica Analytica distinção, 10	Pharmacologia plenamente, 9.1	Microbiologia distinção, 10
------------------------------------	----------------------------------	--------------------------------

Quadro 12¹²⁷

Notas de Consuelo Ramos Caiado - 3º ano do curso de Farmácia - 1927

Pharmacologia Aprovada plenamente, 9	Bromatologia Distinção, 10	Toxicologia 9	Hygiene e Medicina Legal Distinção, 10
---	-------------------------------	------------------	---

As notas de Consuelo novamente se distinguiram das de seus demais colegas de curso. Enquanto ela apresentava “distinção” a maioria da turma tinha a menção de “simplesmente”, conceito que correspondia a médias entre cinco (05) e um (01) ponto. Além de Consuelo apenas seus colegas Leonel S. Fleury, Joaquim Taveira, D. Julia de Brito Brasiliense, Sta. Ondina da Cunha Bastos e a amiga Srta. Leonor Borba adquiriram médias entre oito (08) e dez (10), mesmo assim era Consuelo quem se destacava com as maiores médias de todo o curso.

Os altos conceitos, a qualidade de seus escritos, a excelente caligrafia, seus desenhos e o volume de leituras em sua biblioteca pessoal denunciam uma mulher devotada ao universo acadêmico, leitor e intelectual. Consuelo parece ter investido em sua formação acadêmica e cultural desde a mais tenra idade e isso aparece registrado em seus arquivos, principalmente aqueles que informam sobre si.

Fosse realizando o curso de Pharmacia, frequentando as reuniões da Federação ou do Gabinete, indo ao jardim para escutar música e se divertir, Consuelo era mais uma goiana moderna. Ela era uma daquelas mulheres que percorriam as ruas de Goiás em busca de formação suficiente para alcançar sua independência financeira.

Sua presença no curso de Pharmacia confrontava a imagem feminina de Goiás anteriormente caracterizada por moças que viviam obcecadas pelos afazeres “caseiros, saindo pouco, receiando o sol e a luz como uma planta de estufa, e tendo por quase única distração um piegas Escrich, lido preguiçosamente á janella, ao cair das tardes longas e quentes”¹²⁸. Entre as décadas de 1920 e 1930 as mulheres de Goiás são descritas do seguinte modo:

¹²⁷ Em 1928 o periódico trouxe nova matéria com as notas de todos os estudantes dos cursos de farmácia e odontologia. Escola de Pharmácia e Odontologia de Goyaz. *O Democrata*, anno X, n.º 537, Goyaz, 6 de janeiro de 1928, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

¹²⁸ A goyana moderna. *Voz do Povo*, anno I, Goyaz, capital, 08 de julho de 1927, n.º 03, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

[...] enxaimeando as ruas, vestidas elegantemente, um discreto maquillage avivando-lhes a natural belleza, moças cheias de vida e de alegria. São as normalistas e as estudantes de Pharmacia, Odontologia e Commercio. Todas estudam. Todas ambicionam um diploma que lhes facilite a conquista dos grandes ideaes de cultura e atividade. Há um forte anseio de querer saber e de trabalhar. Como a brasileira dos grandes centros, a goyana moderna, laboriosa e activa, tem ambições, quer afirmar a sua personalidade, lutando pela sua liberdade econômica. E para provar o desenvolvimento de espirito da mulher goyana ahi esta o “Lar”.¹²⁹

O contexto político e cultural em que Consuelo realizou seu curso de Pharmacia foi marcado por algumas novidades na cidade de Goiás. A esta época a cidade contava com ampla movimentação de estudantes no Lyceu de Goyaz, Colégio Sant’Anna e Faculdades.

Goiás parecia viver a mesma nevrose dos estudos de que falara Cora Coralina ainda em 1908. O cotidiano da cidade parecia animado pelas serestas e modinhas, havia cinemas¹³⁰, concursos de rainhas e misses, a exemplo do concurso que mais tarde elegeu, em 1927, como Rainha do Ideal, a senhorita Altair Camargo de Passos¹³¹. Havia, salvo distinções e segmentações de classe e raça, um convívio entre diferentes moradores nos mais variados espaços da cidade e os encontros – pelo menos da elite goiana – aconteciam com grande efetividade no jardim público, salvo a exclusão da população negra¹³² – prova do racismo goiano –, várias diversões eram intercaladas na Praça Pinheiro Machado, que em seu Coreto, recém construído, inaugurara-se uma sorveteria e no primeiro andar, sempre aos finais de semana e feriados, havia apresentações musicais, conforme noticiou por anos o

¹²⁹ *Idem.*

¹³⁰ Diversões. LUSO BRASILEIRO. Hontem foi exhibido um lindo programma neste elegante cinema. Fitas de enredos bellissimos e de real fôrma artística são verdadeiras demonstrações da intelligencia dos artistas que nelas tomaram parte. CINEMA GOYANO. Depois de alguns dias de por motivos de força maior, hontem o Cinema Goyano nos forneceu boas horas de recreio com a localização de bons *films*. *Nova Era*, anno I, n.º 11, Goyaz, 01 de novembro de 1914, p. 04. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

¹³¹ A Rainha do Ideal. *O Democrata*, anno IX, n.º 493, Goyaz, 23 de fevereiro de 1927, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

¹³² O Jardim Público era cercada e contava com guardas que impediam a entrada de pessoas de cor. Cordolino de Azevedo lembrou isso quando descreveu o cotidiano de diversões em Goiás, ele afirmou não haver “nada dessas confusões entre o populacho e a sociedade fina, nada desse amalgama tão meu conhecido, em que ao lado da família educada e fina, passeando pelas alamedas largas e floridas, passa a negra rufiona, agarrada ao braço de seu ultimo amor, cachimbando, tresandando. Isso não se dá em Goyaz, a polícia, delicadamente, impede o acesso ao jardim áquelles que não podem hombraer com a sociedade que desliza pelas alamedas, num passear distincto, aristocrático, os pares entremeando-se com outros pares, grupos de senhoritas casquinando risos, vaporosas, de vestes leves, de seda, mas guardando a pudicícia com o recato e o jeito que tornam a mulher mais encantadora. (1925, p. 90).

jornal *Nova Era*¹³³ e narrou Cordolino Azevedo (1925) quando esteve em Goiás na década de 1920:

Á noite, a vida na capital goyana é animada. Os cinemas, em numero de três, em constante exhibição de fitas, algumas de valor e todas modernas, attrahem numerosos admiradores e assim se formam correntes de passeantes, em grupos, dirigindo-se para os que lhes são predilectos, animando os logradouros públicos, dando vida ás ruas. A's quintas-feiras e aos domingos, a banda de musica da policia, no coreto que fica ao centro de artístico e lindo jardim da praça do Palácio, enche os ares com os accordes de seus afinados instrumentos, revelando a capacidade de seu mestre, insigne musicista e pondo em relevo a cultura artística do povo, que acorre a ouvir com discreto entusiasmo as mais recentes creações musicaes, do fox-troit á berceuse macia, avelludada, do tango argentino ás composições de Schubert ou ás producções de Wagner, o potente cantor das filhas de Wotan, as Walkyrias das cavalgadas... (Cordolino AZEVEDO, 1925, p. 80-81).

No momento a que se refere o trecho citado as egressas do Sant'Anna preparavam a fundação do jornal *O Lar*, este periódico de mulheres circulou em Goiás de 1926 até 1932. Era considerado um jornal feminista e foi importante no processo de divulgação de informações relativas às mulheres. *O Lar* foi um canal importante na construção de uma cultura feminina em Goiás, tanto que foi encadernado e arquivado por Consuelo Ramos Caiado. Já em 1928 circulava por diferentes cidades do estado um amplo debate feminista e que havia sido inflamado depois da aprovação do direito de voto para as mulheres no Rio Grande do Norte.

Em Goiás a senhorita Benedita Chaves Roriz solicitou no ano de 1928 ao Dr. Clovis Esselin, juiz de Direito de Santa Luzia, o direito de votar nas eleições próximas. Fazendo ressonância ao já conquistado direito de voto das mulheres do Rio Grande do Norte, o juiz goiano, apoiado na opinião de Luiz do Couto, produziu liminar a favor de Benedita Roriz¹³⁴.

A agenda do feminismo em Goiás contava com o apoio do Procurador Geral do Estado, Luiz Ramos de Oliveira do Couto, e que publicou parecer favorável ao direito de

¹³³ Sempre na terceira ou quarta página o jornal *Nova Era* vinha a programação das diversões que ocorriam no Coreto sempre ás quintas e domingos. Ali a banda tocava diferentes ritmos que se intercalavam entre o Misterioso – Dobrado, Anniversariana – Schothisch, Irés Janli – Grande Valsa, Iatá – Polka e Agnella Fraga – Valsa. *Nova Era*, anno II, n.º 58, Goyaz, 18 de novembro de 1915, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

¹³⁴ Sentença do Dr. Clovis Esselin, juiz de direito de Santa Luzia, Goyaz. In: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. O voto feminino perante a justiça (alguns julgados), n.º 09, 1929, p. 29-33. Museu Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

voto das mulheres em dezembro de 1928¹³⁵. Seu apoio prestado às mulheres deu-lhe visibilidade frente à já existente Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. A partir de então, Luiz do Couto passou a trocar correspondências com Bertha Lutz.

Consuelo se envolveu com a Federação somente em 1931. E entre os anos de 1929 e 1931 sua vida pareceu agitar-se em razão de ter se tornado proprietária de uma farmácia, assumir a liderança do Gabinete Litterario¹³⁶ e, em seguida, converter-se na presidente da Federação Goyana pelo Progresso Feminino. À frente desta instituição, Consuelo desempenhou papel relevante na conscientização das mulheres goianas acerca de seus direitos.

De forma geral o fim da década de 1920 e meados de 1930 foi um período bastante agitado para a família de Consuelo, primeiro porque Goiás sofrera os impactos da crise de 1929 e que afetara profundamente a economia brasileira, e segundo porque junto dessa crise econômica uma crise política provocou o enfraquecimento da família Caiado. A perda de prestígio político em detrimento da nova liderança, pois Pedro Ludovico Teixeira, fez com que, salvo tentativas para evitar a transferência da capital, a oligarquia Caiado perdesse o status político de que gozava desde os anos 1914. Tais eventos devem ter significado um verdadeiro drama para Consuelo Caiado que perdeu o cargo de liderança do Gabinete Litterario e da Federação, o que não impediu a troca de correspondências com Bertha até meados da década de 1940.

Permanecendo em Goiás, Consuelo Ramos Caiado combinou o trabalho de farmacêutica ao de contadora de histórias e guardiã de memórias. Suas narrativas privilegiavam mulheres e conseqüentemente seu arquivo as contemplou de tal forma que as aventuras feministas relatadas nesta tese resultam da guarda que ela empreendeu. São os guardados filóginos de Consuelo Ramos Caiado que abordaremos a partir de então.

¹³⁵ Junto de recursos, voto feminino. Voto vencido do dr. Luiz do Couto, Procurador Geral do Estado. O Democrata, anno X, n.º 587, Goyaz, 22 de dezembro de 1928, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

¹³⁶ Acta de eleição da Directoria. Goyaz, 09 de junho de 1929. Livro de registro de Actas de 1929, p. 01-02. *Gabinete Litterario Goyano*, Goiás, Goiás. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

PARTE II

LEITURA, INSTRUÇÃO E DIREITOS

CAPÍTULO II

O GABINETE, OS JORNAIS E A EMANCIPAÇÃO

Conservas sempre ativa e meiga
Oh! minha querida amiga
No encargo de ajudar e proteger
Sublime coração cheio de amor e caridade
Unica missão que enobrece
E's amparo dos que sofrem
Levas bálsamo, consolo, abnegação
O melhor conforto da vida¹³⁷

Toda gente gosta de ler. A boa ou má leitura. A concepção da cultura acompanha a mecânica da época e os espíritos amoldam-se aos princípios que a regem.

Daí o valor das bibliotecas que reúnem em si o infinito das brochuras, nas sínteses das salas, no aconchego das estantes. Precisávamos de muitas bibliotecas, milhares de bibliotecas, para que se encaminhasse melhor a mensagem. Sentiu esta verdade um homem chamado Raimundo Sardinha da Costa que aqui viveu em 1864. E se sentiu, melhor a realizou porque num 21 de abril, juntamente com outras personalidades goianas, fundou o Gabinete Literário Goiano. Esta escrito assim em sua ata de fundação: - “o abaixo assinado, conhecendo a utilidade de um Gabinete Literário nesta Capital, anima-se a convidar aos seus concidadãos a subscreverem, com, a quantia de 5\$000 entrada e 1\$000 mensal para a compra e remonta de livros e demais despesas do Gabinete e promete apresentar à Diretoria que for eleita os estatutos afim de serem discutidos e aprovados”.

Ao folhear aquele livro ulcerado pelo tempo e pela desigualdade das mãos que o seguraram, o espírito curva-se em reverência diante dos anos que ele representa.

Nice Monteiro Daher (1994, p. 43).

Em suas palestras publicadas em *Revoada* (1994), Nice Monteiro Daher elegeu, dentre vários temas, um rápido percurso pela trajetória do Gabinete Litterario Goyano. Nesse exercício intelectual, a escritora lembrou a data de fundação da referida instituição, seu

¹³⁷ Acróstico oferecido a Consuelo Ramos Caiado por sua amiga Lourdes em 04 de dezembro de 1977. Acervo do Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

idealizador e a economia literária que fomentava a biblioteca e compra de livros em grandes centros metropolitanos, a exemplo de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Por intermédio da descrição do processo interno de organização do Gabinete, Nice Daher destacou a manipulação que fizera das atas e registros depositados nas gavetas da associação literária. Estes importantes documentos, caracterizados como “livros ulcerados pelo tempo e pela desigualdade das mãos que o seguraram”, eram, na referência poética da escritora, “*medium* e metáfora da memória” (Aleida ASSMANN, 2011, p. 199).

Os apontamentos de leitura e as atas do Gabinete são, no presente, lugares de memórias. Vestígios que contêm a presença e as marcas de tempos outros, e por essa razão foram intensamente reverenciados por Nice Daher. A escrita neles contida é sinal que noticia as particularidades do cotidiano intelectual em um núcleo urbano sertanejo localizado no coração do Brasil. Atas, cartas, bilhetes e fichas de leitura são corpos em que se decantaram os autos do passado literário de Goiás e do Brasil. Em suma, tantos documentos, são fragmentos que remetem às grandes mudanças sociais e culturais pelas quais passava o Brasil Império entre 1850 e 1888. A existência da literatura francesa na biblioteca evidencia “o novo tom de modernidade e o francesismo das elites brasileiras” (Luiz Felipe de ALENCASTRO, 1997, p. 43) e goianas da segunda metade do século XIX.

Em incursões por processos editoriais e pelo projeto de civilização presente na literatura de Jules Verne, Andréa Borges Leão (2012) pontuou que o francesismo e o gosto da população carioca – e brasileira – pela literatura estrangeira estimulou um mercado do livro no Brasil e por diferentes regiões desse território. “Com a abertura dos portos, levas de estrangeiros, adultos e crianças, passaram a residir no Brasil e a se constituir em público leitor dos clássicos ingleses, franceses e espanhóis” (p. 502). A constituição de um público leitor proporcionou a instalação de revendas de livros em diferentes localidades da Rua do Ouvidor. “Em 24 de junho de 1844, [por exemplo] Bartiste-Louis Garnier chegou ao Rio de Janeiro” (p. 502) e iniciou a venda de livros na Corte e em regiões distantes, como Goiás.

Fundado em dez (10) de abril de 1864, o Gabinete Litterario Goyano abrigou o público leitor goiano e, de certa forma, operou como uma ponte entre esses leitores e a vida intelectual e moderna da Corte, da Europa e dos Estados Unidos. Nessa instituição circularam folhetins, operetas e romances vindos da “França [e que difundiam] a imagem de um modo de vida rural, conservador e equilibrado, entrelaçado de aldeias e pequenas cidades nas quais o padre e o militar, quando havia casernas, apareciam como personagens de prestígio” (Luiz Felipe de ALENCASTRO, 1997, p. 43).

É por conta da busca de uma dita “civilidade” *a la francesa* que existem registradas nas atas do Gabinete Litterario as funções desempenhadas por muitos de seus fundadores. Capitães, Cônegos e Padres eram deferências que garantiam prestígio em uma sociedade marcada pelo escravismo, pela desigualdade social e por diferentes problemas resultantes das distâncias territoriais.

Com o avançar dos anos e a sua tomada pelas mulheres, o Gabinete Litterario Goyano transformou-se em depositário de muitas fontes e um espaço de recordação. Em 1929, quando foi dirigido, pela primeira vez, por mulheres, além de constituir-se um “lugar do arquivo” (Luciana Quillet HEYMANN, 2012), o Gabinete converteu em depositário dos legados de mulheres; heranças simbólicas, “plásticas e que foram atualizadas de acordo com as contingências do tempo presente” (p. 21). Foi neste arquivo da intelectualidade goiana em que Consuelo Ramos Caiado preservou parte de sua trajetória e da luta das mulheres por direitos e cidadania entre fins do século XIX e meados do século XX. E é pelas gavetas e armários dessa instituição que nos aventuramos em busca de narrativas feminizadas e por uma história das relações entre os sexos (Natalie Zemon DAVIS, 1975).

Alguns itinerários do Gabinete Litterario Goyano

A fundação do Gabinete Litterario Goyano relaciona-se com as mudanças resultantes da transferência da Família Real Portuguesa para o Brasil, nos idos de 1808 (Luiz Felipe de ALENCASTRO, 1997; Marco MOREL, 2013). Logo de sua chegada, a realeza converteu o território brasileiro em metrópole. A anterior colônia passou a sediar o Império Português. Doravante este evento inaugurou-se, sob o monopólio do governo real, a tipografia da *Impressão Régia*. Foi só então que o Brasil percebeu uma produção periódica autorizada pela coroa.

Qualquer impresso que antecedente a esse momento era movimento esparso, com defasagens em relação à Europa e encontrava-se sob a vigilância e a repressão das autoridades imperiais. “A censura prévia aos impressos era exercida, no âmbito dos territórios pertencentes à nação portuguesa, pelo poder civil (Ordinário e Desembargo do Paço) e pelo eclesial (Santo Ofício)” (Marco MOREL, 2013, p. 23).

Sobre a instalação da *Imprensa Régia*, Marco Morel destacou que houve permissão para a edição e a circulação do *Correio Braziliense*, mesmo que fosse de forma controlada pelo Império, havia um pensamento de que era necessário que se formulasse e se fortalecesse

uma opinião pública no Brasil. Essa expressão social foi, segundo o historiador, relativamente importante durante os anos que antecederam a proclamação da independência (1822). Pois foi a opinião pública e seus efeitos que provocaram mudanças na estrutura política da Península Ibérica e de seus domínios na América Latina. “Em 1820, ocorreram as revoluções constitucionalistas na Espanha e em Portugal, inspiradas no modelo liberal da Constituição de Cádiz (1812). Esses acontecimentos teriam impactado nos domínios portugueses e espanhóis na América” (p. 34). Foi nesse contexto revolucionário em que a “Junta de Governo da Revolução Constitucional portuguesa [decretou] a liberdade de imprensa, datada de 21 de setembro de 1820” (p. 34). Tal iniciativa revolucionária, forçou D. João VI a decretar, “em 2 de março de 1821[a suspensão provisória da] censura prévia para a imprensa em geral” (p. 34).

Deste momento em diante começaram a irromper, em diferentes regiões do Brasil, jornais e impressos de iniciativa particular. Essa ação refletia as mudanças provocadas pelas revoluções regenciais e que perfilavam as nações do Novo Mundo.

A disputa entre diferentes concepções de liberdade individual e do pacto político no Estado constitucional moderno ganhou maior dimensão nos países americanos onde existia “um sistema escravista de permeio a uma comunidade que professava, ou buscava atingir, os princípios liberais predominantes na economia, na política e na sociedade da Europa Ocidental” (Luiz Felipe de ALENCASTRO, 1997, p. 16). Aspecto que se reproduziu no processo de organização social e cultural do Brasil entre a década de 1850 até os albores da República.

No que tangencia as ideologias de cunho liberal, o Brasil figurou como um grande catalizador dessas novidades nacionais e estrangeiras e que “recebiam a aprovação da sociedade e da imprensa da corte – transformando-se em moda imperial –, e daí irradiavam para o resto do país” (p. 50), alcançando as províncias mais distantes, a exemplo de Goiás e seus sertões. Os princípios liberais – liberdade, individualismo, livre mercado, domínio da lei – de forte influência europeia e estadunidense, somado ao aparecimento de uma opinião pública brasileira, foi de veras importante para o surgimento de preocupações em torno da instrução, da necessidade da leitura e de seu consumo.

Com a proclamação da independência do Império brasileiro (1822) aprovou-se a Lei de 15 de outubro de 1827 que mandava “criar escolas de primeiras letras em todas as

idades, vilas e lugares mais populosos do Império”¹³⁸. Este foi um mecanismo importante e que provavelmente estimulou a criação, em 1830¹³⁹, da primeira biblioteca em Goiás, fundada na cidade de Pirenópolis (Meyaponte). Tal benefício parecia seguir a fundação, no Rio de Janeiro, da Biblioteca Nacional (1810) e que antecedia a criação do Gabinete Português de Leitura, só inaugurado em 1837 por grupos de portugueses afiliados aos princípios absolutistas da coroa portuguesa.

Segundo Alexandre Henrique Paixão (2017), tal filiação “os impossibilitava de intervir nos grandes acontecimentos que estavam em andamento em sua Pátria” (p. 56), desse modo os portugueses buscavam “intervir na comunidade portuguesa do Rio de Janeiro criando o Gabinete Português de Leitura. A missão era trabalhar por Portugal no Brasil, construindo uma ‘instituição portuguesa’ que contasse com a formação de uma biblioteca ‘para ensinamento e recreio do espírito’” (p. 56).

As transformações recorrentes na Corte pareciam resvalar na província de Goiás e que, dentro de suas condições regionais, foram criadas conjuntamente com a biblioteca, o primeiro jornal goiano. O periódico *Matutina Meypontense* inaugurado em 05 de março de 1830, em Meyaponte, pelo Coronel Joaquim Alves de Oliveira o jornal tinha como redator o padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury. Por ser ação que visava a instrução da população

¹³⁸ Esta lei havia sido proposta em sessão do dia 28 de julho de 1827 a Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil e após aprovada seguiu para votação e consequente aprovação no Senado. Em 15 de outubro foi sancionada e passou a vigorar com o texto inalterado que fora publicado no Diário da Câmara dos Deputados de 1827. Projeto de lei. Diário da Câmara dos deputados a Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil, n.º 63, 1827, p. 853-854. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

¹³⁹ A referência à biblioteca fundada em Meyaponte (Pirenópolis) aparece descrita em artigo publicado na *Matutina Meypontense* de 04 de maio de 1830, n.º 18, p. 02, numa terça-feira. Tal fonte compõem-se do seguinte texto: MEYAPONTE. “O Venturoso, e sempre desejado Dia 3 de Maio, Dia consagrado pela Constituição para a Sessão Imperial de Abertura da Assembleia Geral do Brasil foi magnificamente festejado neste Arrayal, cujos habitantes não perdem occasiao de patentear ao Publico seus nobres sentimentos de fidelidade, e adhesao a Causa da Patria, elles congregarão-se no Templo da Matriz, que estava ricamente ornada; hum grande concurso de homens de todas as Classes, e de Senhoras assestirão ao Solemne *Te Deum*. Anote houve hum muito mais numeroso concurso na Caza da Typographia, onde se acha a Bibliotheca, e Descerrando-se o Augusto Retrato de S.M. o Imperador, que estava collocado em hum Throno ricamente ornado, soarão os mais (ilegível) vivas a S. M. I. e Cantou-se o Hinno Nacional, e o Sr. Ver. Manoel Pereira de Souza recitou hum Discurso, em que depois de fazer ver, quanto os Meypontenses erão devedores do Sr. Commendador Oliveira pelo Estabelecimento de Huma Typographia, e Bibliotheca neste Arrayal, fez publico, que três Ecclesiasticos se offereciao ensinar na mesma Caza da Typographia as lingoas Latina, e Franceza, e hum Curso de Philophia Racional, e Moral, concluindo com Vivas a S. M. o I. a S. M. a Imperatriz, a Constituição, a Assembleia Geral, a todas as Autoridades Constituidas da Provincia, e ao brioso povo Meypontense, Repetio-se o Hymno Nacional, e depois de Encerrado o Augusto Retrato, foi a presentada huma Meza servida com varias qualidades de doce, onde se fez a primeira Saude a S. M. o I. a segunda aos Constitucionaes do Mundo, terceira a Constituição, quarta aos Goyanos; divisando-se em todos a quelle praser de que he so capaz o homem que esta seguro de sua liberdade”. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

local, tal jornal tinha em sua casa tipográfica escola em que eram ensinadas “as línguas Latina, e Franceza, e hum Curso de Philophia Racional, e Moral”¹⁴⁰.

Na primeira edição os editores do jornal *Matutina Meypontense* trouxeram “Prospecto” discutindo a liberdade de imprensa e a importância de mecanismos de informação para a construção de instituições, instrução e na obediência da justiça. Consoante ao documento tais processos se dariam porque “hum povo instruído, vendo a necessidade da Nação, abraça, e sofre, sem murmurar, os impostos. Considera o Governo, como o seu maior bem, e aborrece o homem sedicioso, e turbulento, como o maior inimigo da Sociedade”¹⁴¹.

Essa e outras publicações do jornal evidenciam não estar seus artigos e temas caminhando na contramão do posicionamento de outros jornais do Império. *Matutina Meypontense* também apresentava resquícios da anterior censura régia. Como tantos jornais da Corte, em Pirenópolis o periódico parecia seguir uma “linha sinuosa, com recuos e expansões” (Marco MOREL, 2013, p. 34). Assim, ao invés de experimentar uma progressiva e ascendente liberdade em sua composição, edição e impressão, os editores goianos pareciam estar controlados pelo estado: “os dilemas, vividos pelos redatores de diversas correntes políticas se cruzariam com as preocupações governamentais e com as constantes alterações dessa legislação pelos parlamentares” (p. 34).

Conforme Braz W. Pompêo de Pina Filho (1971), os editores de a *Matutina Meyapontense* reiteraram seu posicionamento a favor dos interesses do povo, todavia, reconheceram ser, também, adeptos das ideias monarquistas. O jornal tinha como epígrafes, inicialmente “‘*Omnium rerum principia parva sunt sed suis progressionibus usa aujentur*’, Pátria e Constituição e, posteriormente, ‘os reis só são legítimos quando governam pela constituição’ e ‘O Direito de resistência é direito público de todo povo livre’” (p. 20). Havia o apoio a uma monarquia constitucional e que governaria sobre princípios liberais, tal a influência dos modelos revolucionários europeus e americanos em território brasileiro.

A força do liberalismo constitucional era tamanha que aparecia inclusive nas reclamações de *A Apaixonada* em correspondência enviada para publicação na *Matutina Meypontense* de 23 de dezembro de 1830. Ao criticar a carta de *Rosseira Zellosa*, primeira correspondente do sexo feminino, e que exigira a criação de cemitérios, sua secularização e a separação entre vivos e mortos, *A Apaixonada* enfatizou a necessidade de escolas para as

¹⁴⁰ Meyaponte. *Matutina Meypontense*, n.º 18, 04 de maio de 1830, sabbado, p. 02. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

¹⁴¹ Prospecto. *Matutina Meyapontense*, n.º 01, 05 de março de 1830, sexta feira, p. 01. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

pessoas de seu sexo. Esta correspondente acreditava que as escolas poderiam educar toda a sociedade e conseqüentemente auxiliariam na polidez dos hábitos masculinos no interior das relações de gênero. A educação dos sentidos refinaria o trato dos homens para com as mulheres goianas

Para *A Apaixonada* era preciso dar vivas à “Constituição que vem libertar as miseráveis Goyanas!”¹⁴² da sujeição e da prática dos “mais humilantes, e abjectos serviços, que aqui exigem os maridos de suas molheres”. Tal aspecto liberal também apareceu na correspondência de *O Apaixonado do Sul* no instante em que ele deu graças “à nossa liberal Constituição!”¹⁴³, pois permitia o reconhecimento da Typographia de Meyponte “nos mais remotos sertões de Goyaz!”¹⁴⁴.

Esses exemplos explicitam que mesmo defendendo a liberdade de imprensa, o direito popular, a instrução, a secularização e laicização dos espaços; jornal, leitoras, leitores e demais correspondentes continuavam acreditando na monarquia, em um liberalismo que amalgava novos e antigos princípios políticos. Todos permaneciam crédulos das secções de classe, de raça e de gênero dentro da sociedade goiana. O que não é uma consciência política destoante para a época.

Tal aspecto é facilmente observado na composição de sua redatoria. Formado exclusivamente por segmentos abastados e familiocráticos de Goiás a *Matutina Meypontense* revigorou o processo civilizador e escondeu o escravismo, base social e econômica daquele período. Ao longo de seus quatro anos de existência (1830-1834) apenas homens compunham sua sociedade. E esses personagens pertenciam aos mais altos escalões do serviço público imperial. Eram homens originários de segmentos abastados e estavam interessados em fazer reverberar os interesses da monarquia constitucional brasileira pelos mais longínquos e recôndidos lugarejos da província goiana.

No que tangencia a presença de mulheres, a *Matutina Meypontense* trouxe de início algumas representações femininas produzidas por seus editores. Publicavam-se artigos sobre o comportamento adequado para as mulheres e ditavam-se regras sobre como elas deveriam investir na beleza da alma e no culto da bondade cristã. Evidentemente que esses artigos também influenciavam na construção da masculinidade ideal para aquela época e região.

¹⁴² Correspondência, *A Apaixonada. Matutina Meypontense*, n.º 115, quinta feira, 23 de dezembro de 1830, p. 03-04. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

¹⁴³ Correspondência, *O Apaixonado do Sul. Matutina Meypontense*, n.º 119, sabbado, 12 de março de 1831, p. 03-04. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

¹⁴⁴ *Idem*.

Tanto os homens quanto as mulheres sentiam o peso de relações de gênero conjugadas sob perspectivas universalistas e universalizantes do que seria ser “homem” e “mulher” entre fins do século XIX e meados do XX.

Somente depois de publicados os artigos de a *Rosseira Zellosa*, em 13 de novembro de 1830¹⁴⁵ e de *A Apaixonada*, em 23 de dezembro de 1830¹⁴⁶ é que se pôde ter uma melhor dimensão da condição feminina em regiões distintas da capital da província.

Às mulheres cabia violências diversas. No interior das relações matrimoniais os abusos de gênero pareciam ser uma regra. Elas não tinham acesso à educação e por mais que reclamassem tal direito as portas das instituições de ensino permaneciam-lhes lacradas. Evidentemente que essas mulheres não aceitaram violências e imposições de forma silenciosa. Elas fizeram algum barulho e a ressonância deste barulho reverberou, por exemplo, nos artigos de *Rosseira Zellosa* e de *A Apaixonada*. As mulheres movimentaram uma opinião pública, conforme apontado pelas correspondências das referidas mulheres de a *Matutina Meypontense* em 1930(Paulo Brito do PRADO, 2017).

Depois de publicadas as reclamações, de serem feitas exigências e um conflito desenhar-se entre a *Rosseira Zellosa* e *A Apaixonada*, isso somado ao comentário inflamado de *O Apaixonado do Sul*, publicado em 12 de março de 1831¹⁴⁷, o que só contribuiu para agitar ainda mais os ânimos em Pirenópolis, não houve mais nenhuma publicação assinada por mulheres, ou mesmo por pseudônimos femininos. O jornal retomou seu posicionamento político, com editorial restrito a homens e persistiu na publicação de artigos que ressaltavam a beleza da alma feminina e o caráter sensível da mulher, esposa, mãe e rainha do lar.

Posterior a este jornal, novos impressos apareceram em 1837 (*Correio Oficial de Goyaz*), 1846 (*O Goyano*), 1855 (*O Tocantins*), 1860 (*Monitor goyano*), 1869 (*Província de Goyaz*), 1878 (*Tribuna Livre*), 1884 (*Goyaz*) e 1885 (*O Publicador Goyano*). Na proximidade da República e posterior a proclamação, outra dezena de jornais foi inaugurada. Ainda foram editados jornais literários como a *Aurora* (1885), o *Povir* (1885) e o *Bouquet* (1885). Este último era “órgão dedicado ao bello sexo goyano, publicado duas vezes por

¹⁴⁵ Correspondencia, *Rosseira Zellosa Matutina Meyapontense*, n.º 98, sábado, 13 novembro. 1830, p. 03-04. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

¹⁴⁶ Correspondencia, *A Apaixonada. Matutina Meypontense*, n.º 115, quinta feira, 23 de dezembro de 1830, p. 03-04. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

¹⁴⁷ Correspondencia, *O Apaixonado do Sul. Matutina Meypontense*, n.º 119, sabbado, 12 de março de 1831, p. 03-04.

mez, redigido por Alfredo de Barros, impresso na typographia do *Publicador Goyano*¹⁴⁸, de propriedade do musicista negro José do Patrocínio Marques Tocantins.

O *Bouquet* pertencia a José do Patrocínio¹⁴⁹ e caminhava *pari passu* aos debates da Corte acerca da instrução das mulheres e a fundação de jornais que tratassem de sua instrução. Educação era “tema privilegiado pelos jornais femininos, era defendida como suporte indispensável à emancipação da mulher” (Maria Fernanda Baptista BICALHO, 1988, p. 05) e a projeção futura dos filhos daquela que seria a nação brasileira.

Maria Fernanda Baptista Bicalho apontou que o “primeiro jornal feminino de que temos notícia no Rio de Janeiro, o *Jornal das Senhoras*, jornal ilustrado, com modas, literatura, belas artes, teatro e crítica” (p. 93), fora publicado entre 1852 e 1855 e que a partir daí vários outros jornais do gênero foram fundados pelo Brasil afora.

Os debates em torno da instrução das mulheres a essa época era tema entre diferentes segmentos da sociedade brasileira, sem esquecer de apontar que a essa altura já pipocavam alguns movimentos interessados na emancipação feminina; sentimento expresso pela *A Apaixonada*, em Goiás, também pela iniciativa de Joana Paula Manso de Noronha em seu *Jornal das Senhoras*, no Rio, e pelas goianas que se associaram ao Gabinete Litterario Goyano a partir de 1871. A instrução afigurava-se como eixo direcionador dos interesses pela emancipação. Desse modo, as escolas e o Gabinete Litterario precisavam ser considerados como potenciais espaços em que se fecundaria tal sentimento nos sertões goianos.

Paulo Brito Prado e Eliane Martins Freitas demonstraram, em *Uma poética da emancipação feminina nos sertões goianos (século XIX)* (2018)¹⁵⁰, o peso da instrução no processo de constituição de uma consciência emancipatória entre as diferentes mulheres de Goiás nas imediações do período da Proclamação da República. Percorrendo os registros de leitura do Gabinete Litterario, também enfatizaram a importância dessa instituição para as goianas e sua conscientização em termos de ampliação das fronteiras das ações femininas no interior da sociedade goiana.

¹⁴⁸ Jornaes Goyanos. *Goyaz*, anno II, n.º 53, 28 de setembro de 1886, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

¹⁴⁹ Essas informações podem ser conferidas nos estudos feitos por Braz Pompeu de Pina Filha (1971) sobre a história da imprensa em Goiás.

¹⁵⁰ PRADO, Paulo Brito do; FREITAS, Eliane Martins de. Uma poética da emancipação feminina nos sertões goianos (século XIX). *Estudos Feministas*. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), v. 26, n. 02, 2018.

Provavelmente depois do fortalecimento do ensino em Goiás, que foi seguido pela fundação do Lyceu de Goyaz (1846) e pela formação de grupos oligárquicos, é que surgiu a ideia de se fundar nesses rincões um Gabinete Litterario constituído sob as bases de uma sociedade de homens que ocupavam altos cargos públicos da província. Em matéria publicada pelo *Constitucional*, no dia 20 de junho de 1864, o Gabinete seria “instituição de uma profícua utilidade para a nossa mocidade goyana tão inteligente”¹⁵¹.

Genesco Ferreira Bretas (1991) destacou que na segunda metade do século XIX os debates em torno da instrução se intensificaram em Goiás. A preocupação com a educação, o discurso da pouca circulação de livros (Genesco Ferreira BRETAS, 1991; Valdeniza Maria Lopes da BARRA, 2008) e a necessidade de difusão de ideias modernas nos sertões goianos estimulou homens como Raymundo Sardinha da Costa¹⁵², a propor projeto e abaixo assinado que resultaria na construção de uma sociedade literária e conseqüentemente na instalação do Gabinete Litterario Goyano¹⁵³ em 10 de abril de 1864, às 11 horas no salão principal do Lyceu de Goyaz.

Reuniram-se neste dia homens como o já mencionado Raymundo Sardinha, Cônego Manoel José do Couto Guimarães, Capitão José Rodrigues Jardim, Ignacio Xavier da Silva, Joaquim Confúcio de Sá, Pacífico Antonio Xavier de Barros Junior, Luiz Marcelino de Camargo, João Baptista Moretti Foggia, dentre outros influentes homens de Goiás. Após reconhecerem a utilidade pública da iniciativa literária fundaram a referida instituição e elegeram sua mesa diretora, que ficou composta da seguinte forma: o presidente Raymundo Sardinha da Costa, diretor Luis Marcellino de Camargo, tesoureiro Cônego Manoel José do Couto Guimarães e o procurador Francisco Gonzaga Cicero de Sá¹⁵⁴.

Nas sessões posteriores à fundação foram aprovados os artigos do Estatuto, autorizada a compra de livros e a assinatura de jornais. Em sessão de maio de 1864 foram

¹⁵¹ Interior, Goyaz. *Constitucional*, Rio de Janeiro, anno III, n.º 74, quinta feira, 20 de junho de 1864, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

¹⁵² Não foram encontrados documentos acerca da origem desta figura de tamanha distinção na cidade de Goiás e o responsável pela produção do projeto que originou a criação da sociedade literária e conseqüente fundação do Gabinete Litterario. O pouco que se sabe é que este era funcionário do Império Brasileiro. Conforme Almanak Administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro (RJ) – 1844 a 1885, Raymundo Sardinha era addido em S. Pedro, mas possivelmente havia sido designado para servir em Goiás onde faleceu anos depois.

¹⁵³ Segundo Genesco Bretas (1991), Raymundo Sardinha da Costa “imaginou uma sociedade, composta dos homens mais representativos da Capital, homens que liam ou poderiam ler com proveito bons autores. Indo de porta em porta convidou-os a participar da sociedade, inscrevendo-se como sócios, mediante o compromisso de contribuir mensalmente com a módica mensalidade de 2\$000 réis” (p. 409).

¹⁵⁴ Acta da instalação do *Gabinete Litterario Goyano* em 10 de abril de 1864. Livro 1º das actas das sessões do *Gabinete Litterario Goyano*, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 01-04. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

definidas a assinatura do *Diário do Rio de Janeiro*, *Revista Medica*, *Le Brezil*, *Jornal das Famílias* e a compra de livros, como *A Biblia*, contendo o velho e o novo testamento, *Chronica* de Garret, *Corina*, ou a *Italia* de M.me d'Stael, *Amaury* de Dumas, *Elisia ou o modelo de piedade filial* de Garret, dentre várias outras obras literárias e dicionários¹⁵⁵.

Algumas doações também foram feitas por sócios e membros da mesa diretora. Em 21 de agosto de 1864 em sessão o presidente “offereceo ao *Gabinete* a obra intitulada – *Cavalheiro de Ivanhoé*, em quatro volumes, e o Sr. Director Ignacio Antonio offereceo um jogo de *Diccionario Historico Geographico do Brazil* – Forão recebidos as ofertas com especial agrado”¹⁵⁶. Depois dessas doações várias outras se seguiram, inclusive doações feitas por mulheres instruídas de Goiás e que entraram naquela Associação a partir de 1871.

De início o Gabinete Litterario não contava com prédio próprio, desse modo seus sócios tomaram lugar de um “cômodo de pavimento térreo do Palácio da Assembleia Legislativa” (Genesco BRETAS, 1991, p. 409) e em 1867 daí se retiraram “para dar lugar aos Correios, que também não tinham casa” (p. 409). Embora Genesco Bretas afirme que o mesmo tenha ido para o Lyceu de Goyaz neste mesmo ano, essa informação não consta nos registros de ata do mesmo, a noticia que se tem é que os livros e demais objetos do Gabinete só foram para o referido colégio após sua reabertura em 1871. Corrobora a isso o informativo do *Correio Oficial* de 18 de março de 1871 (sabbado):

Communicou-se ao Dr. Couto Magalhães:

- Ao inspector geral da instrucção publica – Para mandar receber e acomodar no edificio do lycêo os livros e mais objetos pertencentes ao gabinete litterario goyano, devendo correr as despesas por conta da sociedade até que possa ter lugar o pagamento da subvenção decretada pela Assembléia provincial.

Communicou-se ao presidente da sociedade¹⁵⁷.

Lendo os registros de atas, os documentos publicados em jornais e as memórias produzidas por Genesco Bretas percebe-se que o movimento de reuniões e a dinâmica do Gabinete articulava o Palácio da Assembleia Legislativa – lugar no qual encontravam-se, até 1871, os livros da Associação – e o salão principal do Lyceu de Goyaz. Curiosamente estas

¹⁵⁵ Acta da Sessão do dia 13 de maio de 1864. Livro 1º das actas das sessões do *Gabinete Litterario Goyano*, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 05. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

¹⁵⁶ Acta da Sessão do dia 21 de agosto de 1864. Livro 1º das actas das sessões do *Gabinete Litterario Goyano*, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 05. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

¹⁵⁷ Governo Provincial, Expedientes, dia 08 de março de 1871. *Correio Oficial*, Goyaz, sabbado, 18 e março de 1871, n.º 361, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

instituições pareciam compor uma topografia da atividade leitora e intelectual de Goiás, e isto as confundia um pouco. Tal aspecto dificulta o entendimento do cotidiano literário e instrutivo do Gabinete, até porque vários de seus fundadores são de total desconhecimento da historiografia goiana e não se tem muitos registros de suas trajetórias. O próprio Raymundo Sardinha da Costa é um silêncio, o pouco que se sabe é que ele era militar do governo imperial e que viera para Goiás a trabalho.

As atas iniciais não dão visibilidade aos integrantes das oligarquias que figuraram na cena política de fins do Império e de todo o contexto da Primeira República em Goiás. A família Bulhões só veio aparecer nos registros das atas de 1866, mas sua passagem pela instituição foi breve, pois logo se retiraram da sociedade. Em 19 de maio daquele ano o secretário do Gabinete leu “ofício do sócio, Sr. Major Ignacio de Bulhões em que declarou que, por motivos particulares, se retirava da sociedade”¹⁵⁸.

Só em fevereiro de 1868 que Antônio Felix de Bulhões Jardim apareceu entre os registros doando à biblioteca “romances de Alexandre Dumas, *Memorias de um medico*, *Visconde de Bragelonne* e *Mohicanos de Paris*”¹⁵⁹. Mesmo assim ele ainda não era sócio da instituição. Tanto Antônio Felix quanto os demais integrantes da família Bulhões só se associaram ao Gabinete Litterario após sua reabertura em 1871. Não há registros de sua entrada oficial na instituição literária antes de sua reabertura.

Depois de consolidada a transferência para o Lyceu, Antônio Felix intensificou suas doações de livros e o apoio à biblioteca. Coincidentemente foi nessa década em que a historiadora Maria Augusta de Sant’Anna Moraes (1972) registrou a ascensão dos Bulhões e a constituição dos partidos políticos em Goiás. Foi em 1877 que “elementos políticos liderados pelos Bulhões” (1972, p. 49) passaram a fazer oposição aos sucessivos governos nomeados pelo Império. Da década de 1870 em diante essa família se espalhou por todos os setores da vida cotidiana e pública de Goiás.

No Gabinete Litterario a influência dos Bulhões não foi menor que em outras associações e estabelecimentos provinciais. Nesse contexto foi Antônio Felix de Bulhões Jardim, o poeta abolicionista e amigo de Castro Alves que assumiu a responsabilidade de revitalizar o Gabinete. Na ata de fevereiro de 1871, o referido poeta declarou “tomar sobre

¹⁵⁸ Acta da sessão do dia 19 de maio de 1866. Livro 1º das actas das sessões do *Gabinete Litterario Goyano*, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 27. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

¹⁵⁹ Acta da sessão do dia 09 de fevereiro de 1868. Livro 1º das actas das sessões do *Gabinete Litterario Goyano*, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 30. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

si a responsabilidade dessa deliberação”¹⁶⁰. Sua entrada no Gabinete parece ter sido seguida pela aceitação das mulheres daquela sociedade. Talvez elas tenham sido aceitas como forma de garantir a sobrevivência da associação, todavia o que aparece registrado é que após constituir sociedade no Gabinete, essas senhoras ficaram obrigadas a concorrer nas suas despesas, sem, todavia, compor a mesa diretiva.

Em 26 de março de 1871 foi apresentada em sessão a seguinte “lista de diversas Senr.as e cavalheiros que desejam fazer parte da sociedade as/os quaes [foram] logo sócias/os reconhecidas/os, e são, além dos que se achão presentes, os Sres.”¹⁶¹:

D. Antonia Emilia de Bulhões Jardim. D. Maria d’Abbadia Vieira D’Aguiar. D. Silvina Ermilinda X.er de Britto. D. Anna Barbosa X.er Leal. D. Luisa da Silveira Pinto. D. Leonor Gertrudes Fialho dos Guim.s. D. Francisca Craveiro de Sá. D. Victoria Craveiro. D. Maria Cyriaca Ferreira. D. Anna Joaquina Marques Silva. D. Thomasia Pereira d’Abreu Brandão. D. Olympia Augusta Jardim de Bastos. D. Adelaide da Rocha Lima. D.r Antonio Felix de B.ões Jardim¹⁶².

Pelo registro desta ata – que documentou ser naquele ano a data de entrada de Antônio Felix de Bulhões – percebe-se que o referido poeta interferira na instituição com ares de certa informalidade até tornar-se sócio, todavia sua grande influência em diferentes esferas da sociedade goiana, e conseqüentemente das mulheres que com ele fizeram par na sociedade, oportunizou mudanças importantes nos estatutos e a aceitação de mulheres foi uma dessas mudanças.

Naquele ano, sua mãe, D. Antônia Emilia de Bulhões Jardim, e mais duas professoras e figuras influentes na sociedade goiana se associaram ao Gabinete. Elas eram Silvina Ermelinda Xavier de Britto e Maria Cyriaca Ferreira. Mulheres que mais tarde atuaram como promotoras de movimentos emancipatórios e legaram essa herança para as alunas e demais mulheres com as quais se socializaram.

Silvina Ermelinda solicitou o direito de voto em setembro de 1889, foi professora de Jacintha Luiza do Couto Brandão e de sua filha, Ana Lins dos Guimarães Peixoto (Cora Coralina); estas mulheres representam certa importância na luta por direitos civis para as

¹⁶⁰ Acta da sessão do dia 19 de Fevereiro de 1871. Livro 1º das actas das sessões do *Gabinete Litterario Goyano*, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 32-33. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

¹⁶¹ Acta da sessão do dia 26 de Março de 1871. Livro 1º das actas das sessões do *Gabinete Litterario Goyano*, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 33-34. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

¹⁶² *Idem*.

mulheres de Goiás de entre fins do XIX e meados do XX. Maria Cyriaca prestou total apoio ao uso das *jupes culotes* por jovens mulheres de Goiás em 1908. Esta moda foi duramente atacada por moradores de Itaberaí (Currallinho) e demais homens de Goiás, por parecer-lhes uma expressão do desejo emancipatório feminino, algo que feria a moral feminina, a honra masculina e de toda a família.

Daquele momento em diante (1871) várias outras mulheres foram aceitas pela sociedade, principalmente aquelas que pertenciam à família Bulhões. Suas irmãs e primas D. D. Mathilde Alexandrina Carlos Adelaide Passos de Mello, Maria Nazareth de Bulhões Jardim, Josefina Adelaide de Bulhões Jardim, Luiza Ferreira Coelho d'Oliveira, Maria Jenoveva Correa de Moraes, Luiza Rodrigues Jardim, Luzia Serradourada Póvoa, Joaquina de Moraes Xavier de Barros foram associadas em 16 de abril de 1871¹⁶³,

Pelos registros de ata verifica-se uma constante reclamação acerca das dificuldades em manter funcionando o Gabinete Litterario Goyano. A ausência de subvenções por parte do governo, o movimento de sócios e o esvaziamento da associação a cada conflito de caráter político deixava as finanças e demais compromissos da biblioteca em frangalhos. Diante de tais reclamações há de se considerar as dificuldades financeiras da associação, por isso um bom motivo e justificativa para a aceitação de mulheres em seu quadro de associados.

A entrada de mulheres talvez operasse como uma estratégia masculina para manter a instituição em funcionamento. Isso porque tais mulheres eram esposas ou filhas de personalidades influentes da província e algumas, a exemplo de Silvina Ermelinda e Maria Ciryaca, trabalhavam, então consequentemente teriam condições para pagar as mensalidades, manter uma intensa locação de livros ou mesmo poderiam fazer doações à biblioteca, como o fez Silvina Ermelinda em 1872¹⁶⁴.

Provavelmente as relações de gênero se faziam presentes nas páginas dos livros da biblioteca do Gabinete Litterario e a essa altura, provavelmente havia dispositivos de controle das sócias que ali entrariam. Evidência das tentativas de controle sexual das mulheres que se associariam à instituição foi a mudança feita nos estatutos em 1873. Naquele ano, a diretoria submeteu à apreciação e aprovou, em substituição e aditamento dos Estatutos, alguns artigos. Dentre eles constava um que previa “a admissão de senhoras

¹⁶³ Acta da sessão do dia 16 de abril de 1871. Livro 1º das actas das sessões do *Gabinete Litterario Goyano*, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 35. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

¹⁶⁴ Acta da sessão do dia 17 de junho de 1872. Livro 1º das actas das sessões do *Gabinete Litterario Goyano*, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 43-44. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

honestas para sócias”¹⁶⁵. Uma vez inseridas na associação havia outro dispositivo de controle, mas que não foi registrado nos estatutos. Sua execução e manuseio era efetivado sob certa informalidade, tal dispositivo referia-se à limitação das mulheres à posição de contribuintes, em prejuízo da não ocupação de funções de direção. Tal estratégia evidenciou-se quando em 1871 foi registrado que “As senhoras que forem socias do *Gabinete*, e não puderem ou não quizerem concorrer pessoalmente às sessões, podem fazer-se representar por terceira pessoa expressamente autorizada para isso”.¹⁶⁶

Tal mecanismo acabaria restringindo a participação nas sessões anuais e ordinárias, à figura masculina, aspecto que limitava o espaço de atuação das mulheres dentro do Gabinete Litterario e no campo intelectual e leitor de Goiás. Todavia tais estratégias não as impediram de entrar e ler as obras da biblioteca. Este movimento, ainda que fosse castrador era também libertador. Mesmo impedidas de se fazer representar nas reuniões, aos poucos, manejando táticas as mulheres conseguiram deixar marcas de sua influência. Exemplo disso é a figura de Jacintha Luiza do Couto Brandão Peixoto e que embora não aparecesse nos registros, como sócia do Gabinete Litterario, lia intensamente os livros dessa biblioteca. Constam nos papéis de circunstância de Cora Coralina os registros das horas intermináveis em que Jacintha Luiza se dedicava a leitura de “a ‘História Universal’ de César Cantu em doze volumes, enquanto [ela e suas] irmãs brincavam tolamente de jogar travesseiros” (Cora CORALINA, 2006, p. 95)¹⁶⁷.

De diferentes formas percebe-se que as mulheres, mesmo impedidas de ocupar cargos de destaque dentro da direção do Gabinete, manejaram táticas e jogaram com seu gênero de modo a acumular conquistas e benefícios. Elas faziam algo muito parecido ao que dissera *A Apaixonada* quando destacou que lutaria por direitos para que as filhas de sua geração pudessem gozar “bens, que nos só gosamos na imaginação”¹⁶⁸. Elas lutaram por direitos e legaram, no mínimo, o desejo de perseverar na luta. A expectativa de expansão das fronteiras de gênero era um legado para as gerações vindouras.

¹⁶⁵ Acta da sessão do dia 28 de março de 1873. Livro 1º das actas das sessões do *Gabinete Litterario Goyano*, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 48. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

¹⁶⁶ Acta da Sessão geral de dia 16 de Abril de 1871. Livro 1º das actas das sessões do *Gabinete Litterario Goyano*, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 22. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

¹⁶⁷ Na verdade, essa narrativa consta de vinte (20) volumes, estes encontram-se depositados, em bom estado de conservação nas estantes do Gabinete Litterario Goyano. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

¹⁶⁸ Correspondência, *A Apaixonada. Matutina Meypontense*, n.º 115, quinta feira, 23 de dezembro de 1830, p. 03-04. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

O fato de serem aceitas no quadro de associados do Gabinete já era um elemento substancial para os projetos femininos de alcançar as portas do poder e ali exercer alguma influência. As mulheres associadas em 1871 e várias outras que se seguiram, a exemplo de Jacintha Luiza do Couto Brandão, Virgínia Baptista da Luz Vieira, Iracema de Carvalho e tantas outras de diferentes gerações são provas de algumas dessas conquistas.

Considerar a entrada das mulheres no Gabinete Litterario, mesmo que fosse de forma regulada, é fator importante para se entender a constituição de legados e a consequente conquista de direitos por elas. É projetar ferramentas de compreensão para um empreendimento, ainda em 1871, de feminização dos lugares e dos ambientes masculinos de Goiás. Foram essas mulheres quem criaram condições para que, em 1929, Consuelo Ramos Caiado se tornasse a primeira presidente do Gabinete Litterario Goyano e assumisse o papel de guardiã dos legados e das lutas de tantas mulheres de Goiás.

Mediação cultural, leitura e a instrução feminina em Goiás

Maria Teresa Canezin (1994), Walderês Nunes Loureiro (1994) e Valdeniza Maria Lopes da Barra (2008; 2011) apontaram, em suas respectivas pesquisas, que desde a primeira metade do século XIX já se observava um incipiente debate em torno da instrução e do cultivo da intelectualidade nos sertões de Goiás¹⁶⁹. Sobre tal indicação elas tinham razão, pois do contrário como se explicaria a correspondência de *A Apaixonada* exigindo escolas de primeiras letras para as mulheres de Goiás ainda em 1830?¹⁷⁰

A despeito de a instrução ter se restringido por grande parte do século XIX ao campo dos discursos, alguns sinais estimularam um estudo mais aprofundado do contexto

¹⁶⁹ Maria Augusta de Sant'Anna Moraes (1972) destacou que durante o governo de Aristides de Souza Spínola (1879-1880) observou-se uma grande preocupação com a falta de frequência nas escolas primárias e no Lyceu. A evasão dos alunos o estimulou a sugerir que se abrisse “as portas da instrução à mulher goyana e que se [fizesse] dela a mestra” (p. 33). Embora seu apontamento seja relevante ressaltamos que, antecedendo o governo de Spínola, Silvina Ermelinda já desempenhava a função de professora na escola publica do sexo feminino em Goyaz. Os registros mais antigos de sua função como professora reportam aos anos de 1867 e 1871. Maria das Graças Cunha Prudente (2009) lembrou outras professoras anteriores e posteriores a Silvina. Em sua dissertação apontou as professoras de primeiras letras D. Maria Romana da Purificação (1832-1852), D. Angélica de Souza Lobo (1852-1866), Silvina Hermelinda (1867-1892), D. Maria Victoria de Moraes Brandão (1864) e Mestra Maria Cyriaca Ferreira (1869-1889).

¹⁷⁰ Este artigo foi publicado pela *Matutina Meypontense* em 23 de dezembro de 1830. Correspondencia, *A Apaixonada. Matutina Meypontense*, n.º 115, quinta feira, 23 de dezembro de 1830, p. 03-04. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

intelectual¹⁷¹ em que foram cultivados o Lyceu de Goyaz, as escolas normais, as escolas femininas, o Gabinete Litterario Goyano¹⁷², uma dezena de jornais – informativos e literários em 1889 – e o Colégio Sant’Anna. Sobre tal aspecto a que se lembrar da folclorista e pesquisadora da história de Goiás, Regina Lacerda (1968), que registrou já haver entre fins do século XVIII e meados do XIX “várias senhoras instruídas e apaixonadas por livros, não revelando tais qualidades por acanhamento ou circunspeção”¹⁷³. Esta descoberta cotejada com os artigos de *Rosseira Zeloza* e de *A Apaixonada* denunciavam alguns dos impactos das instituições de ensino e de leitura na Goiás dos albores da República.

Na proximidade de 1889 “os jovens liam muito a literatura francesa com as instruções respectivas e preparavam-se para o advento que deveria nivelar os homens, dar-lhes liberdade e um novo tipo de economia” (Zoroastro ARTIAGA, 1959, p. 238). Em Goiás circulavam a essa época muitos dos princípios liberais presentes nas revoluções mundiais; seu povo “era eminentemente político, por efeito do atavismo” (p. 237).

De acordo com Zoroastro Artiaga a população goiana “tinha política no sangue” (p. 237) e um gosto exarcebado pela cultura francesa. Tal deleite pelos princípios revolucionários franceses evidenciaram-se dias após a queda do ministério Ouro Preto, a aceitação de Deodoro da Fonseca como líder do movimento republicano e a consolidação da República (Edgard CARONE, 1977). As comemorações em Goiás foram ao som de *La Marseillaise*, levadas de pessoas saíram às ruas cantando o hino da revolução francesa.

Outro fato importante e que confirma, em certa medida, uma preliminar atividade intelectual em Goiás e os diálogos transatlânticos é o aparecimento, nas primeiras décadas do século XX, de muitas publicações literárias, tanto de mulheres quanto de homens,

¹⁷¹ Entre 1830 e 1864 Goiás recebeu bibliotecas públicas, escolas e o Gabinete Litterario Goyano. A biblioteca pública de Pirenópolis foi instalada em 1830. O Lyceu de Goyaz foi instalado em 1846, a escola normal entre 1858 e 1882 e o *Gabinete* em 1864.

¹⁷² Valdeniza Barra explicou que a necessidade funcional de ler e escrever para atender demandas da vida cotidiana estimulou a instalação de bibliotecas e gabinetes de leitura no Brasil. Entre “o século XIX e XX, o acesso à leitura representara o acesso à cultura, portanto às obras que devem permear a mente e a ética” (p. 86). Genesco anotou que em Goiás “o discurso mais frequente entre aqueles encontrados em documentos, como os relatórios presidenciais, é o da escassez de livros no século XIX” (Genesco BRETAS, 1991, p. 86), todavia os argumentos desse pesquisador precisam ser encarados com cuidado. Mesmo que houvesse pouquíssimo investimento público na instrução, já havia na segunda metade do século XIX muitas escolas em Goiás. Exemplos disso podem ser notados no trabalho de Pacifica Josefina de Castro (Mestra Inhola) e Luiza Joaquina (Mestra Lili). Além disso, os jornais goianos arquivados na Biblioteca Nacional dão notícias de escolas femininas em diferentes cidades e vilas de Goiás no período mencionado.

¹⁷³ De certa forma esta referência de Regina Lacerda confere com as fontes disponíveis em jornais de Goiás. Por ocasião do movimento emancipador foram promovidos em Goiás vários saraus e quermesses nos quais as mulheres tinham intensa participação. Nestes eventos elas recitavam poemas ou cantavam músicas clássicas. O que demonstra certo refinamento e instrução das goianas, do contrário como explicar saberem elas cantar em francês, inglês ou italiano? Onde aprenderam a tocar piano e recitar poesias em diferentes línguas?

contendo forte influência da literatura francesa. Casos que corroboram a isso é a fundação da Academia Goyana de Letras em 1905, a publicação do livro de Leodegária de Jesus em 1906, as crônicas, contos e poesias de Cora Coralina, Euridice Natal e Silva e da belga Marie Joseph, publicadas em jornais de Goiás entre 1904 e 1930.

Por mais que as instituições de ensino tenham se limitado a atender segmentos sociais abastados¹⁷⁴, as poucas escolas e todos os periódicos que circularam em Goiás no contexto do Império e da República não poderiam ser negligenciados. Tantos documentos, sinais e indícios precisariam ser tomados como potenciais espaços de circulação de ideias em terras distantes dos grandes centros metropolitanos, os chamados Sertões de Goiás¹⁷⁵.

As distâncias e as dificuldades de contato entre as regiões brasileiras não poderiam ser manuseadas como argumentos para um hipotético “insulamento”, ou mesmo isolamento. Goiás não era uma ilha (Carlo GINZBURG, 2004), não estava desligada do resto do Brasil. Suas relações com outras regiões aconteciam, mesmo que fossem dificultosas.

Havia mediações com outras regiões e essas ocorriam por intermédio do tráfego de religiosos, comerciantes, viajantes e presidentes de província, nomeados arbitrariamente pelo império¹⁷⁶. O trabalho desses mediadores, operando “a exportação e importação de livros [e ideias] entre línguas geográfica e culturalmente diversas” (Andréa Borges LEÃO; Edson FARIAS, 2016, p. 633), foi decisivo para a formação de “espaços nacionais”, para o cultivo da literatura, para o fomento da instrução e para a circulação de ideias em Goiás.

¹⁷⁴ Goiás recebeu na segunda metade do século XIX várias escolas. Nos jornais é possível ver a movimentação de meninas nessas escolas, todavia nos pareceu que seu público era limitado aos segmentos sociais financeiramente mais abastados. Só observaremos maior atenção à instrução de meninas pobres após a instalação do Colégio Sant’Anna (1889) e que teve uma sala específica para atender esse público. Referências a isso podem ser encontradas no *Lidador*, “hebdomadário oficial, doutrinário, noticioso e litterario da Diocese de Goyaz”.

¹⁷⁵ Andréa Borges Leão (2016) asseverou que a circulação cultural perfilava diferentes classes sociais, até porque a produção intelectual regional se apropriava, não só de elementos estrangeiros, mas também dos regionais e populares. Sobre tal questão ela lembrou que “Roger Chartier (1995) aborda um importante aspecto da circulação cultural ao situar o popular nos processos de difusão e apropriação de livros e impressos, relativamente independentes das intenções iniciais dos produtores e dos locais de produção. O historiador discute como os livros cujos textos foram classificados como eruditos tornam-se populares a depender de intervenções editoriais – o recurso, às ilustrações que acompanham as narrativas, a diminuição dos capítulos e parágrafos e o tipo das fontes empregadas na impressão com a finalidade de facilitar o entendimento. É preciso levar sempre em conta que o erudito e o popular são categorias definidas nos vários espaços e direções das trocas entre bens, ideias e agentes mediadores e, por isso, modulações da cromática cultural brasileira foram tão bem interpretadas nos debates ocorridos na França” (p. 635).

¹⁷⁶ A imposição de governadores contrariava as oligarquias locais, tanto que utilizaram este descontentamento para defender o federalismo e a própria República. Em Goyaz, mesmo não levantando a bandeira republicana, os Bulhões defenderam a federalização dos estados e a autonomia política (Maria Augusta de Sant’Ana MORAES, 1972; Ana Lúcia da SILVA, 2005). No diário de Anna Joaquina da Silva Marques é visível a circulação de pessoas entre Goiás, Rio e São Paulo.

A inauguração de diferentes jornais entre 1830 e 1889 também auxiliou no processo de circulação da informação e para a constituição de uma opinião pública em Goiás. Sobre a produção e a circulação de jornais é importante lembrar que havia um intenso gosto pela leitura em Goiás e a efervescente atividade intelectual era manifestada em jornais que possuíam grande prestígio (*O Publicador Goyano* e o *Goyaz* eram jornais muito lidos).

Registro do gosto exacerbado pela leitura nestes sertões é a passagem de Zoroastro Artiaga (1959), “passavam os jornais de mão em mão, até que caíssem os pedaços de papel, devidamente esgarçados” (p. 243). De certa forma os jornais e o Gabinete Litterario Goyano foram palco para as mediações culturais de que falaram Andréa Leão e Edson Farias (2016) entre o território goiano, o triângulo mineiro, o distante Mato Grosso e diferentes regiões sul e sudeste.

Para que a formação de espaços nacionais “fosse possível, a partir da invenção de tradições literárias, foi decisivo o trabalho dos mediadores que operavam a exportação e importação de livros [e ideias] entre línguas geográfica e culturalmente diversas” (p. 633). Desse modo os mecanismos que permitiram o burilamento de ideias, o debate e a formação de uma opinião pública acabaram negando o isolamento de Goiás.

Os jornais e a dinâmica de compra de livros para o Gabinete Litterario Goyano faziam circular ideias e diferentes pessoas por esses sertões. No caso do Gabinete é preciso enfatizar que seus registros se encontram repletos de informações relativas à circulação de ideologias, princípios políticos, títulos de livros nacionais e estrangeiros e também apresentam o recebimento de volumes, mediante doações feitas por sócios do sexo masculino e feminino. Havia ainda as doações de sócios honorários e que moravam, em sua maioria, em outras províncias – posteriormente outros estados – do Brasil.

Entre 1872 e 1899 a compra de livros foi intensificada pelos presidentes do Gabinete Litterario Goyano. A biblioteca passou a ser constantemente abastecida com novos livros e jornais. A aquisição era sempre autorizada em sessões, salvo a existência de dinheiro em caixa. As negociações eram feitas por intermédio de livreiros e, também pela circulação de diferentes personagens entre os sertões goianos e o litoral. Foi a partir desse momento que os diálogos com a livraria carioca de Baptiste-Louis Garnier se iniciaram. Sempre que se dispunha de recursos, os diretores convocavam uma sessão para que se definissem quais obras seriam adquiridas. Os relacionamentos entre a diretoria do Gabinete e o Dr. B. L. Garnier, proprietário da Livraria Garnier, no Rio de Janeiro, ajudaram a corroborar o intenso

contato entre Goiás e a Corte. Os registros de relações comerciais entre essas instituições constam de 1873 até 1940.

Pelas atas e cartas percebe-se que a maioria dos livros era adquirida na livraria Garnier, no Rio de Janeiro ou ainda em livrarias de São Paulo. Existiam as doações realizadas por algum/alguma sócio/sócia. Tinham também sócios e sócias que vendiam seus livros e coleções de jornais ao Gabinete. Sobre tal prática parecia haver uma economia da leitura. Vários sócios e sócias adquiriam livros e jornais e depois de lê-los os vendiam à instituição literária, mediante autorização da diretoria. Havia ainda quem prestasse serviços ao Gabinete e contribuía para o fomento desta economia simbólica em torno do livro.

Mulheres como Leonor Gertrudes Fialho dos Guimarães e algumas viúvas de sócios foram exemplo desse tipo de relação econômica que fazia circular dinheiro entre diferentes segmentos da cidade de Goiás e do Gabinete. Conforme a ata de 15 de fevereiro de 1879:

Resolveu-se mandar pagar a D. Leonor Gertrudes Fialho dos Guimarães a quantia de 34\$000, importância de encadernações, bem como á viúva do nosso finado sócio Francisco Manoel da S. Caldas o que se lhe deve da m.ma providencia, deduzido o que deve ao Gabinete de mensalidades – Resolve-se manter a despesa necessária com o concerto de alguns moveis¹⁷⁷.

Em 16 de agosto de 1871, após observar-se a existência de dinheiro em caixa, o presidente Antônio Félix de Bulhões Jardim declarou responsabilizar-se pela aquisição das obras que achasse necessário adquirir. De pronto “resolveu-se que se mandassem comprar na livraria Garraux, em S. Paulo, para serem conduzidos pelo Cap.e Joaquim Martins X.er Serradourada, as obras indicadas na encomenda”¹⁷⁸. Na referida remessa constavam títulos de José de Alencar, Joaquim Manoel de Macedo, Alexandre Dumas, Chateaubriand, Georges Sand, Walter Scott, P. de Kock, entre outros volumes¹⁷⁹. Compras do tipo foram realizadas

¹⁷⁷ Acta da sessão do dia 15 de fevereiro de 1879. Livro 1º das actas das sessões do *Gabinete Litterario Goyano*, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 82. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

¹⁷⁸ Acta da sessão do dia 16 de agosto de 1871. Livro 1º das actas das sessões do *Gabinete Litterario Goyano*, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 31. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

¹⁷⁹ O Guarany, de J. M. d'Alencar; As Minas de Prata, idem; A viuvinha, cinco minutos, idem; A carteira de meu tio, J. M. de Macedo; Memórias do Sob.º (sobrinho) de meu tio, idem; Os três mosqueteiros, Al. Dumas; Vinte anos depois, id.; O Visconde de Bragelonne, id.; Memórias de um medico, a saber: 1.º parte – José Balsamo, 2.º O collar da rainha, 4.º Condessa de Charny, 5.º O cavaleiro da casa vermelha, 6.º O ultimo rei dos francezes. Atala René, o ultimo Abencerrage (Chateaubriand); A Condessa de Rue, Georges Sand; Os Casacos em Paris, P. de Terrail; Os bramany, P. de Duplessis; Anna de Guentain, Walter Scott (por esta obra faz de empenho); O coitadinho, Paulo de Kock; Este senhor, idem.; A menina do 5º andar, idem.; O tamborim de Paris, id.; O Sr. Dispandt, id. Neste pedido havia a recomendação de que “se o dinheiro chegar para tudo,

durante todo o período em que os Bulhões estiveram no controle político do Estado e, consequentemente, do Gabinete Litterario Goyano.

As doações eram bastante frequentes, e entre elas constavam as efetivadas por Ignácio Antônio da Silva¹⁸⁰, do Presidente da Província Antero Cícero de Assis, do Presidente da Província do Ceará, Heráclito Graça, do Dr. Luiz Gonzaga Confúcio de Sá¹⁸¹, dos Srn. Dr.os Capm. J. B. Carneiro, Luiz G. Fleury, Ant.º d'Oliveira Andrade, Dr. Montelvade, Octavio A. Confúcio, Raphael Perillo e Conselh.º A. A. Padua Fleury¹⁸². Um personagem frequente nas doações era o escritor Dr. Alfredo de Escragnole Taunay. Sócio honorário do Gabinete Litterario, Taunay doou “varias obras das quais algumas já se receberam pelo Dr. Luiz Rodrigues de Moraes Jardim”¹⁸³.

No dia 14 de junho de 1873, durante sessão, foi apresentada pelo Sr. Dr. Joaquim Roriz uma carta em que Dr. Alfredo d'Escragnole Taunay expôs a “urgente necessidade que tinha de uma relação das obras da sociedade, porque pretendendo brindar a mesma com mais volumes, desejava evitar duplicatas”¹⁸⁴.

As mulheres também foram beneméritas do Gabinete Litterario Goyano. Elas doaram alguns volumes bibliográficos que passaram a compor o acervo daquela biblioteca. Durante sessão de 17 de junho de 1872, após anunciar ter João Gonzaga de Siqueira doado o “jornal das Famílias dos meses de janeiro, fevereiro, setembro, outubro, novembro, dezembro de

compra-se tudo, se chegar som.e para uma parte do pedido, regule-se pella ordem em que estão enumeradas as obras, de Anna de Guentain, e das obras de P. de Kock e das do Alencar” e caso o dinheiro sobrasse poderia ser empregado “nos seguintes romances e obras, pela ordem em que vão enumeradas”: Historia do Brasil, por Per.ª das.ª; Historia de Napoleão por Afaste, traduzida por Lopes; Memorias do Diabo, por Frederico Soribíé; História da inquisição, por V. Tuich; Histericas do Palais – Rog., X.er de Montagnier; Paris na America, Labelanje traduzido da 1.ª edição; O Piloto, de Caopim; Histeria das (ilegível) Dumas; Jorge, Cap. Dos Piratas; Luiz XIV e seo (ilegível); Discursos parlamentares do D.or Gabriel José Ro.; Designes dos Santos.; O que fazem as mulheres? Castello Branco; Um homem de (ilegível) idem. Acta da sessão do dia 16 de agosto de 1871. Livro 1º das actas das sessões do *Gabinete Litterario Goyano*, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 31. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

¹⁸⁰ Acta da sessão do dia 12 de maio de 1874. Livro 1º das actas das sessões do *Gabinete Litterario Goyano*, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 58. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

¹⁸¹ Acta da sessão do dia 13 de março de 1874. Livro 1º das actas das sessões do *Gabinete Litterario Goyano*, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 55-56. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

¹⁸² Acta retrospectiva dos factos mais salientes ocorridos de 20 de junho de 1886 a 1887 no Gabinete Litterario Goyano. Livro 1º das actas das sessões do *Gabinete Litterario Goyano*, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 55-56. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

¹⁸³ Acta da sessão do dia 26 de fevereiro de 1873. Livro 1º das actas das sessões do *Gabinete Litterario Goyano*, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 47. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

¹⁸⁴ Acta da sessão do dia 14 de junho de 1873. Livro 1º das actas das sessões do *Gabinete Litterario Goyano*, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 43-44. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

1871 e de fevereiro, março, abril e maio de 1872”¹⁸⁵, o secretário assinalou a doação da “Ex.ma S.ra D. Silvina Ermelinda Xavier de Britto”, que constava dos seguintes títulos:

Marilia de Dirceu em 2 volumes – Vicentina em 3 v.es – O Forasteiro em 1 dito – Mocidade de D. João 5º em 4 ditos – Historia do descobrimento da América em 2 ditos – Um conto ao Serão em 1 dito – Estracto da Bíblia em 1 dito – Livro do povo em 1 dito – Honra e gloria ou 29 em 1 dito – e Almanach de lembranças brasileiras em 2 ditos [...].¹⁸⁶

As obras foram recebidas com grande satisfação, “bem como as que forão offercidas pelos Sen.es D.or Azeredo, Francisco de Faria Albernaz, Joaquim Gomes de Oliveira” e o romance de Julia de Mello, oferecido pela “Sen.^a D. Rita F. Pova”¹⁸⁷.

Para além das doações havia uma “economia literária”. Muitas eram as pessoas que comercializavam seus livros, coleções de jornais e de revistas. No dia 13 de março de 1878 foram apresentadas duas propostas à mesa diretora do Gabinete Litterario, uma de João José de Azevedo “oferecendo a venda das seguintes obras: *História universal de Parley*, 1 vol.; *Geologie*, 1 v.; *La Plante* 1 v.; *Selecta de autres classics* 1 v.; *Dicionario inglez portuguez e vice versa* 1 v.; *Zoologie* 1 v.; *Les enfants* 1v.”¹⁸⁸; e uma proposta de “D. Maria Luisa do Couto Brandão para venda das seguintes obras: *Cecilia ou a filha do mysterio* 6 v.; *Dicionario portuguez*, de Roquette 2 v.”.

Em 1885, outra mulher fez proposta de venda de livros. Em 04 de maio, após Joaquim Fernandes de Carvalho oferecer “para venda sua coleção de 9 annos do Correio Official e outra de Tribuna Livre”, foi a vez de “D. Jacintha do Couto Brandão [oferecer] também para venda diversas obras, sem especializar o preço de cada uma”¹⁸⁹.

Algumas mulheres também se organizavam para sugerir ou solicitar à diretoria do Gabinete Litterario a compra de algum livro que lhes foi de grande interesse. Em 02 de maio de 1880, Ramiro Pareira de Abreu, Jacintha Luiza do Couto Brandão, Josephina Luisa do Couto Brandão e Maria Anastacia de S. Cruz Abreu solicitaram:

¹⁸⁵ Acta da sessão do dia 17 de junho de 1872. Livro 1º das actas das sessões do *Gabinete Litterario Goyano*, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 43-44. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

¹⁸⁶ Acta da sessão do dia 17 de junho de 1872. Livro 1º das actas das sessões do *Gabinete Litterario Goyano*, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 43-44. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

¹⁸⁷ Acta da sessão do dia 05 de janeiro de 1888. Livro 1º das actas das sessões do *Gabinete Litterario Goyano*, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 19. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

¹⁸⁸ Acta da sessão do dia 04 de maio de 1885. Livro 2º das actas das sessões do *Gabinete Litterario Goyano*, de abril de 20/12/1882 a 02/02/1925, p. 11-12. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

¹⁸⁹ Acta da sessão do dia 04 de maio de 1885. Livro 2º das actas das sessões do *Gabinete Litterario Goyano*, de abril de 20/12/1882 a 02/02/1925, p. 11-12. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

[...] ao distinto e illustre sustentáculo do Gabinete Litterario Goyano, o Ilmo.º Exm.º Senhor Dr. Francisco Antonio de Azeredo, o obsequio de mandar comprar para o mesmo Gabinete as seguintes obras: Os apostolados, romance histórico, por Henrique Perez Escrich. Jesus Christo perante Caifaz e Pilatos, por Dupin Senior. Julio Cezar de Bello Galico, traduzido por Sotero dos Reis. Amadeu Thierry Historia dos Gaueses. M. Vallon. Historia do Captiveiro na Antiguidade. 3 volumes.¹⁹⁰

Esses pedidos, as doações e vendas de livros realizadas pelas goianas sugerem algumas perguntas e permitem corroborar questões levantadas em torno da instrução das mulheres em Goiás, de seu exercício da leitura, da mediação/circulação intelectual na província e estado e das táticas e estratégias manejadas por elas para exercitar sua intelectualidade, ainda que a entrada nos espaços da intelectualidade lhes apresentasse obstruções e de dificuldades.

Os indícios e pistas assinalando suas resistências e a vontade de emancipação permeou o trabalho com muitas perguntas. Essas questões se relacionaram aos diferentes aspectos das trajetórias de Jacintha Luiza, Silvina Ermelinda, Virginia Vieira, Maria Santa Cruz Abreu e Barbara Sant'Anna, mulheres que em setembro de 1889 solicitaram o direito de voto nas eleições provinciais.

É digno de nota a grande produção periódica em Goiás tematizando as mulheres e o consequente acesso delas a esse conteúdo. De início as publicações acerca dos direitos das mulheres foram feitas pelo *Publicador Goyano* e logo em seguida pelo *Goyaz*. Partindo desta evidência talvez fosse importante tentar compreender de que forma tantas obras literárias chegaram até as mãos das goianas e as influenciaram ao ponto de algumas delas desejarem se emancipar e até mesmo votar nas eleições.

O acesso à leitura poderia ser entendido como ação que tenha influenciado a solicitação do direito de voto? O que diferencia as cinco solicitantes do sufrágio de tantas outras sócias do Gabinete que não defenderam tal direito? As mulheres da família Bulhões não manifestaram interesse por tal direito. Com excessão de Antônia Emília, nem mesmo sua filha Ângela Bulhões, mãe de Euridice Natal, parece ter defendido o sufrágio.

Essas e outras questões exigiram de nós um olhar atento e refinado para o Gabinete Litterario Goyano, isso porque, de certa forma, foi em seu interior que as mulheres criaram

¹⁹⁰ Bilhete avulso encontrado no livro de registro de 1880 do *Gabinete Litterario Goyano*. Goyaz, 02 de maio de 1880. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

mecanismos para expressar suas ideias em meio ao “mundo masculino” (Pierre BOURDIEU, 1999). Houve uma tentativa de olhar para os registros de leitura e demais documentos da instituição com uma lente feminizada, treinamos nosso olhar para procurar e encontrar registros de mulheres na sociedade goiana do entresséculo.

Tanto o Gabinete Litterario quanto as páginas dos jornais – principalmente do *Goyaz* – pareciam operar como catalizadores de uma opinião pública feminina e que tangenciava os direitos políticos de mulheres, sua cidadania e a sua emancipação. Negar a existência dessas mediações fecharia o diálogo e anularia qualquer explicação que tentasse esclarecer a invenção de “tradições literárias” em Goiás. Hábitos estes que possivelmente nasceram do incentivo do Coronel Joaquim Alves de Oliveira em seu *Matutina Meypontense* e, mais adiante com José do Patrocínio Marques Tocantins e Antonio Félix de Bulhões Jardim em o *Publicador Goyano* e no *Goyaz*, respectivamente. A instalação de escolas, o Gabinete Litterario Goyano e o Colégio Sant’Anna foram, também, potenciais redutos de construção dessas mediações culturais.

Sem considerar tudo isso quiçá se poderia observar tantas instituições como potenciais lugares para o exercício de jogos de gênero ou de relacionamentos que oportunizaram às mulheres sair “para desenvolver sua influência junto às portas do poder” (Michelle PERROT, 2005, p. 279). Se não olhássemos para estas instituições com uma lente feminizada acabaríamos contribuindo para o apagamento das mulheres e de suas relações.

Em muitas das vezes foram esses lugares que regularam a ponte, permitindo a elas transitar da esfera privada para a esfera pública. Por diferentes momentos as escolas e o próprio Gabinete Litterario funcionaram como espaços de fuga para as mulheres. Mesmo com os dispositivos de controle impostos pelo gênero¹⁹¹, os espaços de instrução e leitura foram (re) apropriados pelas mulheres de forma a lhes garantir condições para expressar suas experiências. Negar a importância desses lugares e das táticas manejadas por elas, contribuiria para o seu apagamento da narrativa histórica.

Negligenciar a contribuição instrutiva desses espaços, as poucas pistas sobre a presença feminina em seu interior e os silêncios da história, solaparia o protagonismo de

¹⁹¹ Referimo-nos ao controle masculino dos espaços, aqui lembramos do movimento de politização dos lugares, explicado por Michelle Perrot (1998). Segundo a historiadora existem lugares proibidos às mulheres e que o fato de os espaços serem sexoados permite-nos ver um constante deslocamento das fronteiras entre os sexos. Os bares, clubes e *pubs*, lugares de sociabilidade masculina, são fechados às mulheres na medida em que supostamente se politizam e masculinizam. É claro que a exclusão feminina desses “lugares da política” não é tão simples, existem resistências e táticas manejadas por elas para ali permanecer. Todavia é por haver as táticas das mulheres que se percebe um controle masculino persistente nos lugares em que se supõe pertencer aos homens.

mulheres como Jacintha Luiza, Silvina Ermelinda, Barbara Augusta, Virgínia Vieira e Maria Santa Cruz.

Embora as pistas apontem terem elas entrado na associação que mantinha o Gabinete Litterario Goyano apenas em 1871 é bem provável que antes de oficializar a sociedade, elas já lessem obras de sua biblioteca. O fato é que os indícios da participação dessas mulheres ficaram subsumidos entre outros temas e fontes, tidos por maior relevância. Os indícios do protagonismo feminino permaneceram ocultados na informalidade de suas trajetórias e por essa razão se prenderam em silêncios; cesuras que exigem do narrador da história um contínuo processo de desconstrução e construção.

Foi pensando neste caráter “silencioso” da história das mulheres que se considerou a metonímia de Michelle Perrot (2005) como válida para pensar o caso das goianas. O uso que a historiadora fez da categoria “silêncio” para problematizar um elemento tomado como de menor expressão na narrativa da história é sem dúvida uma ferramenta útil para entender as operações de gênero e os jogos resultantes das relações entre os sexos.

Foi por pensar nas metáforas escriturárias, nas políticas da história e nas relações entre os sexos que se voltou a atenção para a propaganda emancipacionista do *Goyaz*, para a intermediação dos jogos de gênero em escolas femininas (e mistas), para a presença de mulheres em saraus e num ensaio de emancipação, representado pelos pedidos de voto das goianas em 1889 (June HAHNER, 1981, 2003; Maria Fernanda Baptista BICALHO, 1988).

Propaganda e imagens da mulher goiana

Em fins do século XIX, antecedendo a Proclamação da República, o *Goyaz*¹⁹² produziu abundante propaganda em favor das mulheres. Sobre tais publicações Maria

¹⁹² *Goyaz*, periódico fundado por Antônio Félix Bulhões, teve sua primeira edição em 17 de setembro de 1885, embora já tivesse sido anunciado quase um ano antes. Segundo seu fundador a demora se deu em função de “o transporte do material typografico, consistente em peças de grande volume e pêzo, consu(mido), de Pariz até Goyaz, mais de um anno, excedendo em outro tanto o prazo, que havi(am) calculado”. (*Goyaz*, anno I, n.º 01). Ao longo de sua trajetória o jornal representou as ideias liberais e democráticas de acordo com o que seus patrocinadores entendiam por tais ideologias políticas. Segundo Maria Augusta de Sant’Anna Moraes (1972) este jornal trouxe “em seu bojo, todo o esplendor e o dinamismo do grupo bulhônico, expresso no campo político, no social, no judiciário e no executivo” (p. 38). Ele “retratou a era dos Bulhões na vida goyana, sua plenitude e sua decadência” (p. 38). Embora a oligarquia dos Bulhões aspirasse representar ideais republicanos, seu jornal trouxe princípios políticos mais moderados e que permitiram à família, alcançar o total controle sobre a região goyana. Talvez os conflitos entre republicanos, liberais, conservadores e democratas tenha sido a razão de os Bulhões abandonarem a legenda “liberais” para adotar a de “democratas”. Esta questão foi tema da edição número 25, anno I, de 13 de março de 1886. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Augusta Calado de Saloma Rodrigues (1982) enfatizou que os Bulhões, grupo oligárquico proprietário do hebdomadário, bateram-se “pelo voto feminino, pelo divórcio e pelo aprimoramento cultural de Goyaz” (p. 34).

Eventualmente a propaganda, que já vinha sendo disseminada pelo *Publicador Goyano*, seria o resultado de ações manejadas por muitas mulheres e que enxergavam na instrução, na leitura e na educação “uma chave para a emancipação feminina e [para] a melhoria de [seu] status” (June HAHNER, 2003, p. 116) em diferentes rincões do Brasil e dos sertões goianos. Tal crença relaciona-se, de certo modo, aos novos costumes instaurados pela Família Real Portuguesa (1808) no Brasil e por influências estrangeiras. O “estabelecimento do Segundo Império na França (1852-70) [deu] ao Segundo Reinado um novo tom de modernidade e [que confirmara] o francesismo das elites brasileiras” (Luiz Felipe de ALENCASTRO, 1997, p. 43).

Tal movimento solidificou-se pela intensa presença, no Brasil, da literatura francesa, disseminada pelo “editor francês Garnier, estabelecido no Rio e sócio da editora parisiense, de mesmo nome”. (p. 44). A edição do “*Jornal das Famílias*, cheio de gravuras coloridas francesas e, frequentemente, de contos de Machado de Assis, combinava os costumes franceses com a cultura local” (p. 44). Adicionado a isso já havia, entre 1852 e 1889, uma imprensa feminina que fazia reivindicações para a *belo sexo* e que causava polêmica e frisson, no instante mesmo em que exteriorizava “ideias bastante novas e quiçá revolucionárias para os padrões morais da burguesia carioca” (Maria Fernanda Baptista BICALHO, 1988, p. 98).

Naquela época já circulava pelas rodas mais elitizadas de diferentes regiões do Brasil e de Goiás, o positivismo, o kardecismo e a medicina homeopática (Clovis Carvalho BRITTO, 2016). Estas novas práticas contibuiram para introduzir o Império brasileiro e suas províncias “no concerto das grandes nações contemporâneas” (Luiz Felipe de ALENCASTRO, 1997, p. 44). O que “não era pouca coisa para um país até então vilipendiado por causa do tráfico negreiro” (p. 44) e que insistia em não abolir a escravidão, mesmo pressionado pela Inglaterra e pela nova divisão internacional do trabalho.

O refinamento dos costumes e uma educação dos sentidos, somado às mudanças sociais e econômicas da nascente burguesia brasileira de fins de 1830 até meados do século XX, pareceu resultar de expectativas dessa classe social que esperava ser a fisionomia de suas cidades e sociedade, o reflexo e “a imagem de um país próspero e moderno” (Rachel

SOIHET, 1989, p. 30). Anseio fortemente relacionado às mudanças sociais pelas quais passava o Brasil ao longo do século XIX:

Durante o século XIX, era parcial a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho. O nosso setor de mercado externo compunha-se de uma série de manchas no mapa do país com a zona da cafeitura no vale do Paraíba e dele transbordando para o Oeste Paulista; as zonas açucareiras no litoral do Nordeste e na área de Campos, no Estado do Rio; e os seringais dispersos na floresta amazônica. Esse setor de mercado externo articulava-se com o exterior por meio de uma incipiente economia urbana centrada em algumas cidades portuárias como Rio, Santos, Recife e Belém que se achavam precariamente interligadas. O intenso impulso que o capitalismo mundial sofreu a partir de 1870 teve maior alcance no Brasil com a abolição e a República que criaram um quadro institucional adequado para a crescente integração do país na economia capitalista mundial. Colocou-se, assim, o Brasil numa posição de maior destaque na divisão internacional do trabalho e nos fluxos de capital e de força de trabalho que se encaminharam da Europa para a América. (Rachel SOIHET, 1989, p. 30).

A repercussão de tantas mudanças impulsionou não tão somente a economia, mas também algumas mulheres que passaram a ver “na educação superior uma maneira de assumir ocupações de maior prestígio” (June HAHNER, 2003, p. 116). Segundo June Hahner, o acesso à educação superior se deu por conta da reforma educacional de 1879 o que permitiu às mulheres desenvolver integralmente “todas as potencialidades femininas, dentro e fora de casa” (p. 116).

A propaganda feita pelo *Goyaz* era um reflexo das mudanças que já ocorriam na Corte desde os primeiros impressos femininos em 1852 e 1855, isso conforme apresentou Maria Fernanda Baptista Bicalho (1988) em sua dissertação sobre a imprensa e a identidade feminina no Rio de Janeiro de fins do século XIX e início do XX.

As mulheres goianas, que já haviam sido prestigiadas pela imprensa durante a produção do jornal *Bouquet*, em 1885, pressionavam e exigiam temas diretamente relacionados ao seu sexo. Daí aparecer nos estudos de Maria Augusta Calado Rodrigues (1982) apontamentos relativos aos direitos das mulheres e o combate ao sistema de educação que as mantinha na ignorância e “na dependência eterna do sexo masculino, protestando energicamente contra os inveterados e ridículos preconceitos tão prejudiciais à mulher [e] propagando o pensamento de Stuart Mill que preconizava a igualdade plena entre o homem e a mulher” (p. 35).

Por intermédio das memórias de Cora Coralina, Maria Augusta apontou que “a família Bulhões, de maneiras finas e distintas, de grandes intelectuais e políticos, beneficiaram culturalmente a cidade com sua presença” (p. 34). A mesma impressão foi sugerida por Maria Augusta de Sant’Anna Moraes (1972) quando, em sua tese, reconheceu que “os valores intelectuais, morais e políticos dos Bulhões propiciaram-lhes prestígio e poder em Goyaz” (p. 38).

As publicações que versavam sobre os direitos das mulheres foram percebidas a partir de 1887. Claro que antes disso já haviam algumas matérias produzidas pelo *Publicador Goyano*. O artigo *A emancipação da mulher*, de Narciza Amália¹⁹³ é um dos primeiros opúsculos emancipacionistas publicados pelo *Goyaz* em 1887. Porém a confirmação de que o jornal teria investido em uma campanha a favor das mulheres só foi publicada em 1890. Neste ano, S. B., melhor identificada por “constante leitora”¹⁹⁴, confirmou a existência da propaganda em carta remetida aos editores do *Goyaz*:

1ª carta

Cidadão. A propaganda que o Goyaz inicia em favor da mulher há de fazer rápidos progressos e triunfará mais cedo do que geralmente se presume. Atravessamos um período revolucionário em que as ideias são e humanitárias desenvolvem-se e culminam com espantosa facilidade e se impõem aos espíritos os mais rebeldes e retrógrados.

Não admire. No primeiro período de nossa vida nacional dominaram, como era natural, os princípios de ordem e autoridade; no segundo, porém, em que estamos, imperam os de autonomia e liberdade.

A ocasião é, pois, mais que oportuna para a propaganda da ideia (não digo nova, por que é do tempo de Platão) da igualdade econômica, social e política dos dois sexos.

¹⁹³ A emancipação da mulher, de Narciza Amália. Texto transcrito do *Diário Mercantil* e republicado no jornal *Goyaz*, anno II, n. 93, sexta-feira, 01 de julho de 1887, p. 02-03. Biblioteca Nacional, Goiás, Goiás.

¹⁹⁴ Emancipação da mulher. *Goyaz*, anno V, n. 244, sexta-feira, 23 de maio de 1890, p. 01. Este documento é uma carta de uma leitora, e a mulher que a escreveu parecia ser bastante respeitada entre os editores do jornal, tanto que sua presença nas colunas do periódico era constante. Pelo menos esta foi a informação que o documento ofereceu. Acredito que talvez fosse uma verdade, pois as mulheres se faziam presentes em jornais desde a existência da *Matutina Meypontense*. Elas publicavam seus textos e opiniões escondidas por pseudônimos (Cf. Norma TELLES, 2012; Zahidé MUZART, 2003; Constância DUARTE, 2003). Em 05 de março de 1901 outra notícia de autoria feminina, agora sobre as festividades por ocasião do natalício de Dr. Netto, era publicada no jornal. Sobre a descrição das comemorações os editores agradeceram a jornalista afirmando dever “a hábil penna de uma gentilíssima colaboradora do *Goyaz* a descrição das principais toilettes que a seguir publicamos” (*Goyaz*, anno XVI, nº 676, p. 02). É bastante inquietante a curiosidade que o anonimato dessas mulheres provoca no pesquisador, tanto que acabei investindo numa análise contextual que permitisse a busca de sua autoria entre as muitas mulheres que figuravam nas páginas do *Goyaz*. Acredito que a carta poderia ser atribuída à Silvína Ermelinda Xavier de Brito, por conta das iniciais S. B., pela referência constante ao seu nome utilizando apenas Silvína Brito, pela referência ao “amor pelo estudo” empreendido pela autora da carta, por conta de Silvína ter solicitado o direito de voto em 1889 junto de outras quatro mulheres e por sua visibilidade pública e protagonismo em Goiás, graças ao exercício da docência. Tentarei desenvolver melhor esta questão na última parte do capítulo.

Avante!

Se o bello sexo goyano quiser ouvir-me (já me julgo com o direito de fazer me ouvir – pela minha idade, minha experiencia e posição social) formará um partido para vos auxiliar na vossa gloriosa cruzada. Se ensurdecer-se ao meu appello, continuarei apezar disto a prestar o meu fraco concurso á grande causa que se pleitêa perante o tribunal da consciência publica, no nosso paiz.

De vossa constante leitora

S.B.

Goyaz, 20 de Maio de 1890¹⁹⁵.

De linguagem moderada, a carta de S. B. e o artigo de Narciza Amália trouxeram alguns apontamentos sobre a situação eufórica do Brasil, a exemplo da grande expansão industrial, ideológica e progressista de fins do século XIX. Isto veio acompanhado da imagem de família burguesa, aquela “que se expressava no casal burguês, nos filhos, na família, restrita ao espaço da casa e que se concebia a si mesma como livre, com autonomia privada” (Rachael SOIHET, 1989, p. 114). S. B. e Narciza Amália pareciam conceber este modelo como o mais adequado à liberação da mulher. A emancipação feminina deveria ser conquistada de forma negociada e honrada. Impressão que denuncia as contradições no processo de emancipação das mulheres e da conquista de direitos.

No interior da família burguesa, em que as fronteiras do público e do privado se mostravam bastante delimitadas e visíveis, e a separação entre as esferas masculina e feminina apresentavam-se bem delimitadas, a mulher adquiria “uma função representativa, devendo contribuir para a promoção do marido em sociedade, cabendo-lhe, através de suas roupas e jóias ostentar o *status* familiar” (p. 114). Este movimento em via dupla, muito provavelmente garantiu às mulheres condições para instruir-se, ler, responsabilizar-se pela educação dos filhos e publicar artigos em jornais.

Na carta, publicada no *Goyaz*, S.B. enfatizou que a propaganda iniciada pelo referido jornal “faria rápidos progressos e triunfaria mais cedo do que geralmente se presumia”. Ela acreditava que tal período, marcado pelos tempos republicanos, tratava-se de “momento revolucionário” e que seria a ocasião “mais que oportuna para a propaganda da ideia da igualdade econômica, social e política dos dois sexos”.

Mesmo que S. B. tenha demonstrado certo otimismo para com o período no qual se acreditava imperar os princípios de “autonomia e liberdade”, é válido enfatizar que um ano

¹⁹⁵ Emancipação da mulher. *Goyaz*, anno V, n. 244, sexta-feira, 23 de maio de 1890, p. 01. Biblioteca Nacional, Goiás, Goiás.

antes de publicada sua carta, cinco mulheres (Jacinta Luiza do Couto Brandão Peixoto, Silvina Ermelinda Xavier de Brito, Maria Santa Cruz de Abreu, Barbara Augusta de Sant'Anna e Virginia Baptista da Luz Vieira) haviam solicitado o direito de voto e o mesmo foi negado pelo juiz substituto Sebastião Fleury Curado¹⁹⁶. Este evento prenunciou o duro caminho que as mulheres precisariam percorrer para conquistar o direito de votar.

Mas, ao que compete à propaganda emancipacionista, verificou-se seu espraiamento por diferentes números do *Goyaz* e, seguindo um método esporádico de publicações, essas matérias alcançaram os meados do século XX. Naquele século apareceram as publicações de muitas filhas de leitoras desse jornal e das solicitantes do sufrágio. Alice Sant'Anna e Ana Lins, filhas de Augusta Sant'Anna e Jacinta Luiza respectivamente, fizeram reverberar as demandas de suas mães de modo que se converteram em suas herdeiras e em detentoras de seus legados emancipacionistas.

Entre 1904 e 1911 várias publicações de Eurydice Natal e Silva, Leodegária de Jesus; Ana Lins dos Guimarães Peixoto (Cora Coralina) e algumas traduções da belga Marié Joseph¹⁹⁷ apareceram nos jornais de Goiás. A existência de uma intensa produção intelectual

¹⁹⁶ Sebastião Fleury Curado nasceu em Goiás em 1864, realizou curso de direito na Faculdade de Direito de São Paulo e em 1896 retornou para Goiás junto com sua esposa Augusta de Faro Fleury Curado. Deixou publicadas duas obras memorialistas sobre Goiás: *Tres Memórias Históricas (Volume I)*, 1936 e *Memórias Históricas*, 1956. Em 20 de janeiro de 1928 o jornal *Voz do Povo* publicou nota biográfica destacando os principais cargos e funções desempenhadas por Sebastião Fleury. Segundo a notícia após retornar a Goyaz foi “nomeado promotor público da Comarca de Capital, cargo que exerceu até dezembro daquele anno. De junho de 1888 a outubro de 1889, ocupou o cargo de Juiz Substituto da comarca de Capital. Proclamada a República foi eleito deputado à Constituinte, tomando parte na Câmara em todos os trabalhos da organização do nosso Pacto Fundamental, ao lado de outros nossos conterrâneos não menos illustres, como Leopoldo de Bulhões e Guimarães Natal. Terminado o seu mandato em 1898, permaneceu algum tempo no Rio de Janeiro, com excriptorio de advocacia, juntamente com os Conselheiros Candido de Oliveira e Padua Fleury, até 1896. No anno immediato, transferiu residencia para esta Capital, onde continuou a exercer sua nobre profissão. Em maio de 1899 foi nomeado Procurador da Republica, logar que, por varias vezes, foi forçado a deixar, para exercer outros de caráter electivo, como o de deputado estadual, no qual serviu como membro da Constituinte do Estado, em 1891 e Presidente da Camara dos Deputados, em 1905. No intervallo dos trabalhos parlamentares, exerceu o cargo de Auditor de Guerra. Em 1912 voltou á Camara Federal, como deputado por este Estado, tendo feito parte em 1913 da commissão dos 20, para, dizer sobre as emendas do Senado ao Codigo Civil brasileiro, elevando nesse posto bem alto o nome de Goyaz. [...]. Cf. Dr. Sebastião Fleury Curado. *Voz do Povo*, anno I, n.º 31, Goyaz, Capital, 20 de janeiro de 1928, p. 01.

¹⁹⁷ Pseudônimo de d. Augusta Marié Joseph Bougelet de Souza. Segundo informações biográficas que constam em seu livro ela é de “nacionalidade belga, mas casada com brasileiro e residente há annos no Brasil, ora no Rio, ora em Goyaz. [...] Formada em philosophia pela Universidade de Londres, autora de vários trabalhos em francez, editados na Belgica e em Pariz, d. Marié Joseph” (1933, p. 05) publicou em 1933 seu “*Sertão e Cidade*”. Marié Joseph era esposa de Vasco Felix de Souza, filho de Adelaide de Bulhões Felix de Souza e Benedito Felix de Souza. Os laços de parentesco devem ser as razões elucidadoras da presença de Marié Joseph no jornal da família. Vasco de Souza era neto de Antonia Emilia Rodrigues Jardim e Inácio Soares de Bulhões. Era funcionário da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Londres e desde meados do século XX morava juntamente com sua esposa em Goyaz. Marié Joseph contribuiu com vários jornais de Goyaz, suas publicações variavam entre traduções, crônicas e poesias. Cf. JOSEPH, Marie. *Sertão e Cidade*. Rio de Janeiro: Renascença Editora, 1933. Verificar notícia publicada no jornal *Voz do Povo*, anno I, n.º 18, Goyaz, Capital, 21 de outubro

de autoria feminina em meados do século XX assinalou a grande ressonância com que contaram as publicações emancipacionistas do *Goyaz* entre as leitoras goianas na transição entre o século XIX e o XX.

Foi por este mecanismo que muitas mulheres erigiram uma opinião pública diretamente relacionado aos seus direitos políticos e civis. A emancipação como fenômeno social pode ter contribuído para que reverberassem os interesses e as expectativas das goianas. Tal fenômeno aproxima-se muito daquele explicado por Joan Scott (2012) no momento em que denominou “reverberações feministas”¹⁹⁸ os movimentos de mulheres do Oriente Médio e as táticas dessas mulheres para fazer retumbar suas agendas, exigências e experiências. A diferença em Goiás é que o ressoar do feminismo e do sufragismo aconteceu em um recorte temporal mais alongado e a partir de um ponto de difusão que parece estar concentrado nos guardados de Consuelo Ramos Caiado, em seu feminismo e entre diferentes gerações de mulheres ligadas por laços maternos e de amizade.

As notícias e publicações do jornal *Goyaz* arquivados por Consuelo Caiado deixaram explícito o gênero e as estratégias masculinas interessadas em conduzir as mulheres até a sua emancipação. Mesmo que os artigos publicados pelo *Goyaz* versassem sobre temas relacionados a elas, sua cidadania, seus direitos e suas movimentações, havia por parte dos editores a expectativa de acompanhá-las na conquista de sua emancipação. Também havia mulheres que acreditavam serem naturais as funções, até aquele momento, desempenhadas

de 1927, na sessão “Hospedes e Viajantes”, p. 03. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

¹⁹⁸ Tomamos de empréstimo o termo “reverberações” do artigo de Joan Wallach Scott (Reverberações feministas, 2012). Utilizaremos essa metáfora na expectativa de mostrar as mais variadas apropriações da luta emancipacionista e/ou do feminismo em *Goyaz*. Acreditamos que o uso desta categoria torne inteligível as diferentes influências que as mulheres goianas receberam, desde os primeiros movimentos emancipacionistas organizados na Europa, Estados Unidos e Brasil até a organização de um movimento definido e denominado por “feminista”. Esperamos que a operação da categoria possibilite mostrar o caráter múltiplo do feminismo (os feminismos), suas contradições, apropriações, transformações, variações e repercussão ao longo de 1887 e 1931 nos sertões de *Goyaz*. A persistência do “som” produzido pelos primeiros movimentos em defesa dos direitos das mulheres e as (re) apropriações das “sonoridades emancipacionistas” reverberaram em diferentes ações empreendidas pelas goianas ao longo do recorte expresso no título da tese. A apropriação da categoria utilizada por Scott é manipulada sob os cuidados metodológicos e teóricos dos estudos de gênero, sexualidades e feminismos. Ao manipulá-la lembramos das contribuições de Suely Gomes Costa (2009) quando problematizou o uso de metáforas sonoras (onda, rizoma e sororidade) para se referir aos diferentes movimentos de mulheres por direitos e cidadania. Semelhante ao que faz, manipulamos a referida categoria na tentativa de remontar as temporalidades presentes no processo de politização das mulheres e pensar essas temporalidades como múltiplas, como ramificações que se movimentam paralelamente umas às outras sem sofrer interrupções. Este pode ser um bom caminho para apontar o caráter “conectado” de *Goyaz* aos debates políticos que eram feitos mundo a fora. Joan Scott discute isso a partir da figuração Global-local e aí acaba optando pelo termo “reverberações” em razão de compreender implicar esta palavra em “un sentido tanto de causa de regresión infinita – las reverberaciones son re-ecos, sucesiones de ecos – como de efecto – las reverberaciones también son repercusiones”. (2012, p. 355).

por elas (mãe, esposa, dona de casa), daí ter sido a emancipação um caminho percorrido a passos lentos no Brasil.

A emancipação de que se falava nesses artigos tinha a expectativa de prepará-las para o domínio da casa, afinal de contas se acreditava ser este o seu destino após casar-se e, “para esse domínio as moças [e mulheres] deveriam estar plenamente preparadas” (Guacira Lopes LOURO, 2011, p. 446). Tal forma de emancipação assemelha-se muito daquela defendida por Ana Francis Minetti em sua tese de doutorado apresentada à Universidade de Santa Fé em 1919. Para a jurista a emancipação da mulher só poderia acontecer mediante a manutenção de sua posição como complementar ao homem e presa aos papéis de esposa e mãe, pois: “A mulher está destinada a grandes coisas. Às maiores e mais sagradas de todas: ser esposa e mãe. Afastar-se delas seria ignorar sua própria natureza, diminuí-la, submetê-la a uma *capitis diminutio*” (Ana Francis MINETTI, 2005, p. 435-436).

As publicações não mencionavam a palavra feminismo. Mesmo que os termos “emancipação” e “feminismo” se aproximassem, não foram movidas, no *Goyaz* não há qualquer referência à expressão “feminismo”. Provavelmente, nesta época, tal categoria não deveria ser reconhecida em Goiás ou no Brasil.

De acordo com Anne Cova (1998) o termo, cunhado na Europa, remontava ao ano de 1872, data em que Alexandre Dumas (1824-1884), filho natural do célebre escritor Alexandre Dumas, empregou a palavra feminismo como adjetivo numa obra intitulada *L’Homme-femme* (p. 08). Para a historiadora, seu uso iniciou-se na França entre 1870 e 1880, “propagando-se para outros países no virar do século” (p. 09)¹⁹⁹. Mas “antes de os movimentos feministas se organizarem, existiram, desde sempre, atos feministas isolados” (p. 09) ou “protagonismos femininos”.

Em Goiás alguns exemplos importantes desse protagonismo apareceram nas ações de Damiana da Cunha, da *Rosseira Zellosa* e de *A Apaixonada*. Desta forma ainda que “o termo não fizesse parte da linguagem corrente” (p. 09) muitas mulheres de diferentes lugares do mundo, do Brasil e de Goiás já se manifestavam contrárias aos excessos do gênero²⁰⁰.

Os artigos publicados no *Goyaz* traziam por título “a emancipação das mulheres”, “a situação das mulheres” e as “mulheres políticas”. O assunto central girava em torno das

¹⁹⁹ Para Lynn Hunt (2009) o “feminismo” se tornara um termo de uso comum na década de 1890, e a resistência às suas demandas era feroz” (p. 190), tanto que as mulheres só conquistaram o direito de voto no século XX.

²⁰⁰ Existem exemplos dessas manifestações, representativas do protagonismo feminino, desde o século XVIII com Damiana da Cunha que teve sua memória reverberada em diversos artigos publicados em jornais ao longo do século XIX e meados do XX. Em 1831, na *Matutina Meypontense*, houve um longo diálogo entre a Roceira Zellosa e a Apaixonada acerca da educação das mulheres e do reconhecimento de seus direitos.

solicitações do direito de voto, da instrução das mulheres, da formação acadêmica de mulheres para ocupar profissões até então exercidas por homens e da organização de partidos femininos. Ocasionalmente os artigos reproduziam análises contraditórias que encaravam os movimentos de mulheres como acontecimentos curiosos e exóticos. As mulheres eram vistas como “misteriosos pedaços de carne a ser dissecadas” (Giovana XAVIER, 2012, p. 67). Elas eram personagens anômalas que pouco se integravam à cena pública, sendo mais condizente ao seu sexo ocupar a alcova, os quartos e a esfera privada. Outrossim afirmava-se que a “inferioridade da mulher era algo manifesto por razões atávicas, pois, com excessão das ordens inferiores nas quais era incerta a superioridade do macho, a partir dos mamíferos, a inferioridade da fêmea se constituía na regra” (Rachel SOIHET, 1989, p. 83).

Tantos estereótipos em torno delas trazia impresso nas matérias uma aura de novidade, de estranheza e de exotismo. Em muitos dos artigos a ressignificação dos papéis de “mãe”, “esposa” e “filha” como atribuições naturais às mulheres era uma máxima. Nos poemas de Antônio Félix de Bulhões Jardim, muitos deles publicados no *Goyaz*, é possível observar o culto dessas imagens²⁰¹.

As poesias “*Saudades*”²⁰², “*Gambias*”²⁰³, “*Rosario*”²⁰⁴, “*No teu natalício*”²⁰⁵, “*A Loira*”²⁰⁶ e “*À minha mãe*”²⁰⁷ são tarifárias dessas imagens idealizadas de mulher. “*Gambias*” constrói e representa a figura feminina de forma a avivar sua sexualidade e capacidade de sedução: “Eu tenho visto, em dias de enxurrada, / Meninas repolhudas e senhoras/ Mostrando pernas grossas, sedutoras/ Sob as rendas da saia descuidada...”.

Até meados do século XX ainda se encontravam difundidas imagens hipersensibilizadas ou hiperssexualizadas das mulheres de Goiás. Na obra *Agapanthos: versos (1902-1904)*, de Gastão de Deus (1905), as mulheres foram representadas sob a égide

²⁰¹ Durante a pesquisa encontramos muitas poesias de Antônio Felix Bulhões Jardim. Felizmente sua obra poética foi publicada em livro organizado por Maria Augusta Calado em 2001. Na obra pode-se observar o culto à beleza feminina, ao amor materno e outros afetos historicamente atribuídos às mulheres. Cf. CALADO, Maria Augusta. *Antônio Félix de Bulhões Jardim*. Goiânia: Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, dezembro de 2001.

²⁰² *Saudades*. *Goyaz*, anno II, n.º 95, sexta-feira, 15 de julho de 1887, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁰³ *Gambias*. *Goyaz*, anno I, n.º 44, sexta-feira, 24 de julho de 1886, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁰⁴ *Rosario*. *Goyaz*, anno III, n.º 125, sexta-feira, 10 de fevereiro de 1888, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁰⁵ *No teu natalício*. *Goyaz*, anno III, n.º 139, sexta-feira, 18 de maio de 1888, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁰⁶ *A Loira*. *Goyaz*, anno V, n.º 236, sexta-feira, 29 de março de 1890, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁰⁷ *À minha mãe*. In: CALADO, Maria Augusta. *Antônio Félix de Bulhões Jardim*. Goiânia: Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, dezembro de 2001, p. 24.

de preceitos e ritos religiosos, por “uma educação que se pretendia sempre distinta da instrução, por uma instrução constantemente mantida nos limites do saber útil, das conveniências, do saber-fazer e do saber-mostrar” (Geneviève FRAISSE e Michelle PERROT, 1991, p. 141).

A idolatria e os estereótipos que pairavam as representações das mulheres goianas beirava o arquétipo de santas, deusas ideais ou de mulheres marcadas pela hipersexualização: as mulheres fatais. As imagens presentes em poesias reforçam seu papel de “mães”, “esposas” e “filhas” ou de “santas” e “divas”, como se pode notar no poema “Ave, Regina” de Gastão de Deus:

Ave, Regina!

A Randolpho Campos

Quando ella passa donairoza, altiva,
Nas formas gregas ressumbrando a graça,
Meiga e formosa, quando ás ruas passa,
Todos murmuram num só tempo: Diva!

Á rutilancia dos seus olhos, viva,
Onde ao dulçor a candidez s'enlaça,
Quando ella ás ruas gravemente passa,
Curva-se pasma a multidão captiva!

E si a sigo na ebriez do aroma
Da sua longa e undiflava côma,
P'la mesma via em que, á sos, caminha,

Ante a grandeza qu'em seu ar impera,
Digo – vassalo de rainha austera –:
Ave, Regina! Soberana minha!
1903²⁰⁸

²⁰⁸ DEUS, Gastão de. *Agapantnos: versos (1902-1904)*. Uberaba: Typ. de Livraria Seculo XX, 1905, p. 16. A poesia se insere no período literário denominado Simbolismo, mas também traz algumas influências do Parnasianismo. Nela estão contidas rimas alternadas em A-A/B-B e várias imagens ideais para a mulher são convocadas. A referência ao mundo antigo em “Nas formas gregas ressumbrando a graça” contribuem para idealização da mulher. A influência parnasiana apresenta-se no momento em que a mulher é divinizada e isto pode ser observado no seguinte trecho: “Todos murmuram num só tempo: Diva!”. Ao descrever a beleza da mulher divinizada o poeta indica, nos trechos que se seguem, ser a mulher sujeito “brilhante” e “resplandecente”: “Á rutilância de seus olhos, viva” e “Da sua longa indiflava côma”. A preocupação com a linguagem fica evidenciada no uso de vocabulário que favorece a sinestesia (palavras que evidenciam campos sensoriais). O enfoque da mulher nesse período tentava encobri-la por imagens quiméricas, fictícias e ilusórias, algo semelhante ao que se expressa no verso: “E se a sigo na ebriez do aroma”. O poema é escrito de acordo com as tendências e influências da literatura vigentes naquele período e não demonstra um afastamento do que era produzido na literatura brasileira de então.

Embora alguns articulistas tenham reconhecido a presença de mulheres na cena pública, tal participação só era autorizada se elas representassem os papéis de “filhas, esposas ou mães, isto é, na condição de subordinadas aos homens” (Margareth RAGO, 2014, p. 90)²⁰⁹.

Esses condicionamentos contribuíam para a estereotipagem daquelas agentes que tentavam burlar as normas²¹⁰. “As mulheres que ousavam fugir à frigidez sexual, à dependência, à submissão, mediocridade intelectual, apatia, eram degeneradas, masculinas, criminosas de alta periculosidade” (Rachel SOIHET, 1989, p. 108-109). O sexismo era deveras intenso, principalmente quando, em alguns artigos, os articulistas remontavam os jogos de gênero em que se convertia o campo da emancipação feminina.

No poema “*Goyana* (Paraphrase de Felix de Bulhões)” é possível ver alguns desses estereótipos direcionados às mulheres goianas:

A goyana

(Paraphrase de Felix de Bulhões)

A goyana é bonita embora sertaneja
Tem um modo engraçado e lindo que revela
E mostra que comtudo, claramente, ella
Merece às cortezans causar ciúme, inveja.

Amavel, de bom genio, e as vezes caprichosa
Quando moça, é leal e ciumenta em casada;
Vai á noite aos sermões, talvez por caçoadá,
Mas em casa é bastante e demais religiosa.

Procura entre as collegas animada roda,
Gosta sempre dos moços de chapéo a moda
Embora sejam elles parvos, inconscientes...

Namora em liberdade (e nisso é consumada)

²⁰⁹ Representativas dessa autorização são Anna Joaquina da Silva Marques, Pacífica Josefina de Castro (Mestra Inhola), Luíza Joaquina da Silva Marques (Lili), Adelaide Sócrates, Antonia Emilia de Bulhões, Prescilliana Florambel da Conceição, Antonia de Azeredo, Joaquina de Azeredo Bastos, Custodia Henriqueta Coutinho, Maria Kosciusko, Maria Barbara de Abreu, Adelina Florambel da Conceição, Virginia Vieira, Rita de Cassia Gomes, Joana Luiza Gomes, Anna Josephina da Luz Azeredo, Maria Nazareth de Bulhões Jardim, Angela Adelaide de Bulhões Jardim, Cecília Adelaide Felix de Souza, Elisa Maria Rodrigues Jardim, Jacintha Luiza do Couto Brandão, Barbara Augusta de Sant’Anna, Silvina Ermelinda Xavier de Britto, Maria Santa Cruz de Abreu, Iracema de Carvalho Caiado, Ana Lins dos Guimarães Peixoto (Cora Coralina), Leodegária de Jesus, Alice Augusta de Sant’Anna Coutinho e muitas outras mulheres.

²¹⁰ Embora houvesse “pedagogias paternalistas”, políticas de controle das mulheres e mecanismos para mantê-las confinadas no interior da casa e do quarto eram constantes as situações em que mulheres conseguiram “sair” e “desenvolver influências junto às portas do poder” sem que tal “saída” lhes significasse prejuízos simbólicos, ou contribuísse para sua desonra.

E nos bailes, theatros, onde é galanteada
Encara com desprezo aos feios pretendentes.
Aristides Costa²¹¹

Nos poemas são recorrentes as situações em que as representações de mulheres reverberam os efeitos da dominação masculina. É por pensar nas dificuldades enfrentadas pelas mulheres em acessar ambientes da intelectualidade que Norma Telles (2012) apontou em seu estudo sobre imaginação literária de mulheres não haver “uma tradição conhecida de escritoras antes de meados do século XX” (p. 59). Para Norma Telles, antecedendo as análises da escrita feminina, seria preciso encontrar uma “autodefinição, que precedesse qualquer ato de criação e no caso das escritoras, ou das mulheres em geral, se tornava difícil, pois ao se contemplarem no espelho, o que viam eram imagens-máscaras que os textos de homens desenharam para elas” (p. 62).

Não ignorando a capacidade de subversão dessa lógica masculina pelas mulheres há de se lembrar o quanto a “incapacidade e cegueira do homem tornava a mulher igualmente incapaz e cega em relação a sua suposta unidade supranatural” (Carla Milani DAMIÃO, 2008, p. 55). Em diferentes ocasiões as próprias mulheres incorporaram elementos dessa dominação e contribuíram para a reprodução de uma moral puritana, vitoriana e machista.

Todavia comportar-se de forma ordeira poderia ser uma tática. Há diversas situações em que a incorporação da dominação masculina poderia ser encarada como uma dissimulação, um jogo ou uma estratégia arquitetada no interior dos jogos de gênero. O comportamento apostolar e comezinho de algumas mulheres poderia ser uma ação de gênero que lhes permitisse adentrar lugares que até aquele momento lhes haviam sido proibidos.

²¹¹ Poema publicado na coluna A granel. *Goyaz*, anno III, n. 122, sexta-feira, 20 de janeiro 1888, p. 04. Segundo a análise a poesia se insere no período literário denominado “Parnasianismo”, pois é um soneto apresentando rimas alternadas, mas com influências do “Realismo” brasileiro pois o assunto não remete às influências gregas ou à sacralidade do fazer poético. O poema trata-se de uma paráfrase de Felix Bulhões, provavelmente de seu poema “*O Goyano da Gemma*” (publicado no jornal *Goyaz*, em 02 de dezembro de 1887, n.º 115, p. 04), em que o poeta descreve o homem goiano desnudando as suas características, usa do humor e de adjetivos que o revela em toda a sua realidade de homem que se enche de cólera, que não leva jeito para o trabalho dentre outras peculiaridades. A paráfrase louva a mulher goiana, mas não a diviniza, pelo contrário, retrata como personagem engraçada que despreza os feios e se interessa por homens ineptos que trazem na cabeça “chapéus a moda”. São mulheres que sempre procuram “entre as colegas animada roda”, às vezes são caprichosas, leais quando moças e ciumentas depois de casadas. Neste período a literatura buscava a representação e a aproximação da realidade, ou seja, uma literatura que não idealiza a imagem feminina. A mulher é mostrada com defeitos e qualidades: “Quando moça, é leal e ciumenta em casada/ Mas em casa é bastante e demais religiosa”. A linguagem é direta e tenta fabricar arquétipos que representem o conjunto de indivíduos do mesmo gênero, sendo assim a goiana ilustrada pelo poema tem a pretensão de representar todas as outras.

Desautorizadas a tomar posições na esfera pública, elas inventaram mil novas maneiras de jogar o jogo imposto pelo gênero masculino. É claro que no exercício daquilo que Michel de Certeau (2009) categorizou por “trampolinagem”, as mulheres muitas vitimadas pela intensidade da dominação masculina, algumas delas souberam operar golpes, lances e astúcias. Aproveitaram as ocasiões que estas marcas lhes oportunizaram e conquistaram autorizações para exercer funções remuneradas, sair da total condição de anonimato e forçar passagem por outros segmentos da sociedade que não se limitavam à esfera do privado.

Exemplo de resistência seria o das negras de tabuleiro, das carregadeiras de água e das lavadeiras que, acoradas em pedras nas margens do Rio Vermelho, carregando vasilhas de barro na cabeça ou promovendo cantilenas nas ruas de Goiás, alargavam as fronteiras de influência das mulheres e redesenhavam as muitas diferenças entre as mulheres. Essas mulheres pobres de Goiás ligavam o público ao privado, como bem lembrou Regina Lacerda (1977) ao apontar o trabalho das carregadeiras de água. Rachel Soihet (1989) apontou em estudo sobre as mulheres pobres do Rio de Janeiro, atuar estas mulheres como os olhos de suas patroas do lado de fora da casa.

Outra ilustração interessante desta resistência feminina característica das mudanças burguesas pelas quais passava o Brasil e suas províncias em fins do século XIX é a matéria do *Publicador Goyano* de 26 de setembro de 1885 sobre a *Senhora Typographa*, ou as mulheres que trabalhavam em telegrafias na cidade de Sorocaba e de Goiás. Referindo-se às goianas, o jornal evidenciou os nomes de D.^a Anna Gabriella Tocantins, Luiza Suzana Tocantins, Maria do Rozario Xavier de Barros e Joana Pereira Marinho, todas elas funcionárias da empresa tipográfica que editava a *Tribuna Livre*, propriedade do músico e intelectual negro José do Patrocínio Marques Tocantins.

A partir dessas quatro mulheres, o jornal construiu uma conceituação genérica daquilo que simbolizava ser uma “goyana”. Segundo os editores, elas eram em geral “inteligentes e habilidosas, como se tem mostrado nos trabalhos de agulha, de flores artificiais, no desenho e na musica”²¹². Corroborando o rol de imagens, de estereótipos e de jogos de gênero aqui desvelados, o jornal publicou a poesia “de uma distinta e inteligente

²¹² Senhora Typographa. *O Publicador Goyano*, anno I, n.º 31, Goyaz, sabbado, 26 de setembro de 1885, p. 04. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

goyana, que só consentio na sua publicação impondo” a condição de não ter revelada a sua autoria²¹³:

Soffro e tu podes minorar-me a dôr,
Choro e tu podes estancar meu pranto,
Amo e tu podes com um puro amor
tornar-me a vida n’um ditoso encanto.

Ai, sim, tu podes c’uma doce falla,
com um sorriso, podes tu, não crés?
tirar-me o peito desta dor qu’o abala,
haurir o pranto que em meus olhos vés.

Tambem quizera, como as vezes scismo,
levar-te a paz ao coração que sente,
tirar-te á vista o tenebroso abysmo,
abrir-te as portas de um jardim ridente.

Assim venturas, qual sonhei, tiveras
e eu á teu lado, mais feliz, iria
mostrar-te quanto na minh’alma imperas
provar-te o muito que por ti soffria²¹⁴.

A poesia tem um forte conteúdo romântico e demonstra certa erudição entre as mulheres goianas, todavia o que interessou foi a negociação que antecedeu tal publicação. A condição do anonimato pode ser uma evidência da incorporação da dominação masculina, como também pode ser um mecanismo utilizado pela “poetisa anônima” a fim de dissimular o poder dos homens e, mesmo na condição de “sujeito oculto”, figurar na esfera pública como “autora” e “escritora”. Levando-se em consideração o núcleo urbano goiano de fins do século XIX e as redes de sociabilidade tecidas entre diferentes famílias da região é provável que a poeta não tenha permanecido, pelo menos em seu tempo, na total obscuridade.

²¹³ *Idem.*

²¹⁴ *Ibidem.* Segundo análise apesar do poema ter sido publicado no período literário em que havia ideias pautadas no “Realismo/Naturalismo” brasileiro (1881-1893), o tema, assunto e forma do poema demonstram que não apresenta as ideias desse estilo literário. O texto traz ideias, temas e um estilo próprio da literatura praticada no Romantismo, pois exalta sentimentos pessoais, expressa uma concepção do amor que idealiza a mulher e a descreve como inatingível. Uma personagem distante que pertence ao mundo dos sonhos, da imaginação e da fantasia. Tais elementos aparecem no seguinte fragmento: “Assim venturas, qual sonhei, tiveras/ e eu á teu lado, mais feliz, iria/ mostrar-te quanto na minh’alma imperas/ provar-te o muito que por ti soffria”. Fica patente nestes versos que a felicidade só é possível na medida em que o amor platônico é alcançado. A mulher é apresentada como diáfana e sujeito inalcançável de doce fala e sorriso. A descrição do sentimento pessoal predomina no poema e é visível que este texto busca influências anteriores do período em que foi publicado.

É possível que o anonimato operasse como tática de defesa. Em muitas situações a violência simbólica mostrava-se potente em demasia, tanto que muitas mulheres acabaram convertidas em silêncios e em sujeitos anarquivados. Por esta razão a localização delas nos arquivos é algo difícil de operar. O “sexo da dominação” espalhou estratégias de silenciamento muito eficazes, tanto que os laços matrimoniais estabelecidos entre homens e mulheres contribuíram para esconder suas linhas de descendência. Após o casamento a mulher “perdia o nome de batismo” (Cora CORALINA, 1984, p. 103), ela perdia a sua identidade originária em detrimento da masculina. Do casamento em diante o novo registro regeria sua trajetória e a de seus descendentes. O que apagava ou ofuscava as linhas de sua descendência, escondia partes de suas experiências e trajetória.

Sobre as publicações envolvendo o temário da emancipação e das mulheres, várias situações foram observadas. Havia muitos casos em que as mulheres se apropriaram de elementos estereotipados das relações entre os sexos, do gênero e dos direitos das mulheres. Em determinadas situações elas pareciam converter os estereótipos, frutos da dominação masculina, em suas próprias opiniões. Sobre isto o texto de Maria Amália Vaz de Carvalho, mencionado no início, é bastante representativo. Por não concordar com a pauta das manifestações de mulheres por equiparação política com os homens, ela consentiu e incorporou a “linguagem da dominação para marcar uma resistência” (Roger CHARTIER, 1995, p. 42), mesmo que sua “resistência” significasse prejuízos às suas consortes.

Publicações trazendo opiniões contra e a favor da emancipação persistiram editadas no *Goyaz* até aproximadamente o ano de 1911. Depois desse momento, período muito marcado pelos reveses sofridos pela família Bulhões, em função do governo de Hermes da Fonseca ter agido de forma a provocar uma mobilidade dos grupos que governavam os estados, os Bulhões converteram suas publicações em projetos de educação da mulher. As publicações deixaram de lado o caráter emancipador e adquiriram fortes características pedagógicas. Tais publicações reiterando a permanência delas na esfera privada persistiram até o ano de 1922, quando o jornal deixou de circular.

Goyaz e a propaganda a favor da mulher

A propaganda a favor da mulher se desenvolveu paralela às mudanças ideológicas resultantes do liberalismo, da emancipação escrava e da Proclamação da República. Esse

contexto marcado por muitos não ditos, contradições e paradoxos justificou que os editores do *Goyaz* alterassem sua denominação de órgão “liberal” para órgão “democrata”. Tal questão gerou amplo debate, acusações e justificações entre diferentes segmentos familiares opositores aos Bulhões.

As desconfianças no que tangencia a propaganda partiam, de início, das mudanças ideológicas sofridas pelo *Goyaz* e pelo processo de fortalecimento da oligarquia Bulhões. Mesmo que o fundador do periódico (Antônio Felix de Bulhões Jardim) tenha defendido ideais liberais, não era interesse seu e nem de sua família, romper relações com o poder monárquico, ou mesmo com a ordem social daquele período.

É bem provável que a emancipação das mulheres se apresentasse a eles como uma questão sensível, pois propunha rupturas profundas para um momento em que a oligarquia tentava se afirmar politicamente. A esta época Goiás era um caudilho de conflitos políticos. Por “ocasião da proclamação da primeira república, o que havia era fermento: inveja contra os que tinham cargos e posições” (Zoroastro ARTIAGA, 1959, p. 243), havia “abuso de imprensa, destemor das consequências e insolência na linguagem usada por alguns periódicos” (p. 243). Tal contexto provavelmente influenciou o processo de construção da propaganda a favor da mulher e orientou algumas mudanças ocorridas no interior do jornal.

Narciza Amália foi uma dessas que previram as dificuldades enfrentadas por tal campanha. Em seu texto de 1887 ela não se acanhou em dizer que tal feito era “uma das mais difíceis e gloriosas conquistas da civilização, que o presente não tem elementos para por em pratica, mas que o futuro realizaria”²¹⁵.

De olhos voltados para o contexto republicano fez-se necessário considerar as contribuições de Emília Viotti da Costa (1999) no instante em que sugeriu ser a Proclamação da República uma transição política bastante complexa e que fecundou muitas permanências mascaradas pelo discurso da mudança e da ruptura. Tal impressão também aparecera no empreendimento de Edgard Carone (1977) quando prôpos percorrer a evolução política brasileira de 1889 até 1930.

Em Goiás a versão histórica para a eventual proclamação não fugiu muito da argumentação de continuidades em meio ao discurso da mudança. Maria Augusta de Sant’Anna Moraes (1972) enfatizou que os Bulhões “abjuraram o rótulo de liberais, quase se radicalizaram; tornaram-se democratas, pugnam pelas reformas de base, reforma da

²¹⁵ A emancipação da mulher, de Narciza Amalia. *Goyaz*, anno II, n. 93, sexta-feira, 01 de julho de 1887, p. 02-03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

constituição outorgada, abolição da escravidão [...] e aproximaram-se dos ideais republicanos” (p. 39), mas mantiveram-se “coerentes com os princípios da monarquia constitucional”. (p. 39).

A fixação da oligarquia Bulhões em um ideal político de centro e seu flerte com ideais liberais e republicanas ao mesmo tempo em que alteravam o princípio político seguido por seu jornal (de “liberal” para “democrata”) levantou desconfianças acerca de suas intenções emancipacionistas e do apoio à entrada das mulheres goianas na cena pública de Goiás. A desconfiança para com a propaganda emancipacionista, financiada pelo *Goyaz*, confirmou-se no momento em que as fontes foram cruzadas às análises de Maria Augusta de Sant’Anna Moraes (1972). Neste exercício observou-se uma mobilidade discursiva que oscilava de acordo com o movimento do poder político dos Bulhões e provavelmente conforme se arvorava ou se acalmava o cotidiano político de Goiás.

Maria Augusta destacou que ao experimentar “a marginalização política, imposta pelo revezamento dos partidos monárquicos no poder, [os Bulhões] abandonaram, oportunamente, o rótulo de liberais, intitulado-se democratas” (p. 115). A historiadora asseverou que receosos de uma “falsa interpretação do novo frontispício do porta-voz do grupo (o jornal *Goyaz*, órgão democrata, antes, órgão liberal)” (p. 115) e temerosos de prejuízos políticos, represálias e/ou perda de apoio, o grupo não poupou explicações acerca da mudança de legenda.

Os esclarecimentos foram publicados nove edições depois de realizada a mudança. Segundo o grupo oligárquico, se compreendia a “necessidade de mudar a nossa divisa de órgão do partido liberal, para órgão democrata”²¹⁶ por não serem “liberaes da escola dos *liberaes* que achão que este estado de couzas é o melhor dos mundos”²¹⁷. Os Bulhões queriam se desvencilhar do liberalismo monárquico e escravagista; princípios que a esta época sofriam potente descrédito da imprensa nacional, conforme apontou Hebe Mattos de Castro (1997) ao percorrer laços familiares e a construção da cidadania nos últimos anos da escravidão brasileira.

Esta oligarquia queria limpar sua anterior reputação, muito marcada pelo escravismo e pela violência, de tal modo acreditavam ser importante afirmar-se como democratas, em razão de não terem “nenhum ponto de contacto com o liberalismo escravagista, que não

²¹⁶ Democrata. *Goyaz*, anno I, n. 34, sexta-feira, 15 de maio de 1886, p. 01. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²¹⁷ *Idem*.

compreendemos; e nem com os liberaes admiradores da carta constitucional de D. Pedro 1º, ‘a arca santa onde guardão o rei as nossas liberdades’²¹⁸

Preocupados com as novas concepções resultantes do fim da escravidão eles se afirmavam defensores da “abolição do estado servil, em nome da humanidade, em nome da civilização, e em nome dos interesses do futuro social e econômico d’estes paiz”²¹⁹. Queriam “tambem a revogação da carta constitucional de 1824, para se constituirem as actuaes províncias, escravas da corte imperial, em estados livres e confederados, regendo-se por leis próprias e com governos só dependentes dos povos respectivos.”²²⁰ Eles defendiam o federalismo, pois tal mudança administrativa lhes garantiria total controle sobre a política estadual, além de projetar-lhes para o cenário nacional.

No documento, o grupo oligárquico apareceu criticando as tomadas de decisão da coroa, a confusa significação do liberalismo, a forma como o escravismo vinha conduzido através de leis pouco eficazes à sua extinção²²¹ e a carta constitucional que impedia a construção da autonomia estadual através do federalismo. A manipulação de tais críticas tinha por propósito explicar a mudança de rótulo do jornal *Goyaz*. Tais críticas poderiam ser utilizadas para caracterizar a mobilidade discursiva que operaram no momento em que abandonaram a legenda de “liberais” e se autodenominaram “democratas”. Eles criticavam algo que praticavam. O que era contraditório, pois segundo Maria Augusta de Sant’Ana Moraes (1972) “os Bulhões eram fervorosos adeptos do liberalismo político” (p. 170).

Ao levantar a bandeira da emancipação escrava e incentivar a realização de eventos beneficentes para custear o fim do trabalho servil, não pareceu surgir entre eles preocupações com os egressos da escravidão²²². Na verdade, eles próprios eram acusados por inimigos

²¹⁸ *Idem*.

²¹⁹ *Democrata. Goyaz*, anno I, n. 34, sexta-feira, 15 de maio de 1886, p. 01. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²²⁰ *Idem*.

²²¹ *Idem*. Estas críticas às políticas de contenção da escravidão foram encaradas com certo ar julgador, porque quando se observou a movimentação da Confederação Abolicionista “Felix de Bulhões” na promoção de quermesses que acumulavam fundos para a compra da liberdade de escravos não se notou nesses eventos qualquer preocupação dos abolicionistas com os egressos da escravidão. As quermesses visavam acumular capital suficiente para indenizar os proprietários de escravos, restando aos escravizados uma vida de miséria, fome e desigualdade no pós-emancipação. No pós-emancipação a cidade de Goiás ficou com suas ruas repletas de homens e mulheres negras abandonadas à própria sorte e, que só foram amparados/as após a construção do Asilo São Vicente de Paulo, em meados do século XX.

²²² Sobre isso, Maria Augusta Moraes tendeu “a considerar que a alforria oferecida aos escravos pelo velho político goyano, não se tratou realmente de genuíno ato humanitário. Procedeu para reforçar o relacionamento amistoso com os pretos, uma vez que, ser voz corrente, de que sempre fora bom para os mesmos. Dessa forma angariaria gratidão, mantendo-os nos postos de trabalho, quando a Nação concedesse a liberdade aos negros. Destarte, evitava a queda brusca de produção nos seus domínios agropastoris”. (1972, p. 86).

políticos de manter escravos aprisionados no interior de suas casas e fazendas simultaneamente à defesa da emancipação escrava.

Os saraus e quermesses tinham a finalidade de arrecadar recursos para indenizar os senhores de escravos que não haviam sido atendidos pelo Fundo Emancipatório. A manipulação do elemento servil não passava de *lobby* para interesses econômicos e políticos mascarados pelas causas humanitárias.

Com excessão de uma rápida citação feita por Maria Augusta Moraes (1972) acerca da preocupação de Félix de Bulhões para com a população escravizada, não se publicou maiores pistas de que outros integrantes desta família tivessem fecundado sentimentos semelhantes.

Não havia redes de solidariedade entre as mulheres da família Bulhões e as de segmentos sociais subalternos. Pelo menos nada fora publicado e nenhum documento encontrado que permitisse fazer um contraponto entre as goianas e as abolicionistas e feministas dos Estados Unidos, aquelas que se moveram, já na década de 1830, pelo fim do cativeiro e por direitos civis naquele país²²³.

Em Goiás não parece ter se organizado movimentos emancipacionistas de mulheres que combinaram a luta por direitos civis ao fim da escravidão. Elas parecem ter manejado a participação em quermesses para escapar das amarras do privado – disso não há dúvidas. Porém tal fuga era atravessada por marcadores sociais da diferença (classe, raça e região). Aspecto que não rompeu com a constituição cultural e social do Brasil, fortemente alicerçada em preconceitos de classe e de raça, mas acobertados pelo mito da democracia racial.

Muito provavelmente as goianas solicitaram o direito de voto, logo depois de emancipado o negro escravizado, por entenderem ser uma ousadia a inversão de posições que resultaria do hipotético reconhecimento de cidadania para suas anteriores propriedades. Como os ex-escravos poderiam votar e elas não? Eles teriam cidadania e elas permaneceriam escravas de seus maridos, pais e irmãos? Não é por um acaso que Cora Coralina ao percorrer

²²³ Branca Moreira Alves (1980) em crítica ferrenha aos movimentos de mulheres brasileiras, apontou, mediante comparação com a luta das mulheres dos Estados Unidos que para as “abolicionistas, a libertação do negro iria *pari passu* com a libertação da mulher. Foi a reprovação e a resistência encontradas à sua própria sujeição. Participando pela primeira vez do processo de organização política, sentiram de forma bem clara sua exclusão e compreenderam que não poderiam influir nos centros de decisão enquanto não representassem uma força eleitoral. No movimento abolicionista aprenderam a reconhecer seus interesses e a se organizar para defendê-los. Na década de 1830 floresceram dezenas de associações femininas abolicionistas, verdadeiros ensaios para a futura organização do movimento pelos direitos da mulher. Entretanto, já nesse período se delineava a resistência masculina à causa da mulher, prenúncio dos conflitos que levariam à separação dos dois movimentos e à formação de um movimento especificamente dedicado ao feminismo. (p. 67).

poeticamente a pobreza que assolou sua família depois de emancipada a escravaria descreveu a aparente decência da classe média empobrecida que escondia múltiplos preconceitos, inclusive os de raça e classe:

Tudo ajudava a pobreza daquela classe média, coagida, forçada a manter as aparências de decência, compostura, preconceito, sustentáculos da pobreza disfarçada.
Classe média do após treze (13) de maio.
Geração ponte, eu fui, posso contar. (Cora CORALINA, 1984, p. 44).

Claro que a cidadania da população negra neste contexto foi algo difícil de lidar²²⁴ até porque tais direitos “dividiram a consciência jurídica da época. Em nome do direito de propriedade, admitia-se uma legislação especial para os escravos. Concomitantemente, reconhecia-se uma série de direitos civis aos homens livres (os cidadãos brasileiros)” (Hebe M. Mattos de CASTRO, 1997, p. 373). Possivelmente a classe de ex-proprietários achava uma ousadia alguns ex-escravizados afirmarem ter, após libertados, alguma cidadania ou mesmo direitos civis. Muito provavelmente as goianas solicitaram o direito de voto por necessidade de trabalhar, mas também por temer uma profunda inversão na hierarquia social e racial de então.

Tal impressão se expressa nos poemas de Cora Coralina e que registrou ter sido difícil sobreviver “à dura compreensão dos rígidos preconceitos do passado. Preconceitos de classe. Preconceitos de cor e de família. Preconceitos econômicos” (1976, p. 13). Eram “férreos preconceitos sociais” (p. 13) aqueles que se amalgamavam à sociedade goiana do pós-abolição. Considerando ser Goiás uma cidade fortemente marcada por distinções de classe e de raça, conforme apontaram Cora Coralina em seus poemas, ou Cordolino Azevedo (1925) no instante em que comentou a proibição de negros na praça do Coreto, torna-se preciso considerar que a sociedade daquela ocasião dificilmente abandonaria antigos sentimentos de posição e distinção social, mesmo não tendo como garanti-los.

²²⁴ Sobre esta questão Hebe Castro (1997) apontou os riscos de um anacronismo quando da atribuição de uma consciência de cidadania para um ex-escravo de regiões rurais. Ela asseverou que “ao se colocar a questão nesses termos, corre-se o risco de cometer um grave anacronismo em relação à realidade rural do século XIX. Em sentido pleno, a questão da cidadania não foi sequer colocada para as populações rurais”. (p. 373). Para a historiadora a “cidadania, reclamada para os libertos por lideranças abolicionistas no Parlamento, por parte do pensamento jurídico ou pelos poetas anônimos nos jornais, era, apesar de tudo, mais que um exercício de retórica. Era mesmo uma questão já antiga, que acompanhara a política de emancipação gradual, levada a cabo pelo governo até 1888” (p. 373).

A presença de tantos preconceitos denuncia o não rompimento de conceitos, comportamentos e costumes numa conjuntura chamada de moderna. Modernidade e tradicionalismo coexistiam e foram observados em diferentes publicações do *Goyaz*. Sobre a mobilização de mulheres por algum direito se notou que as movimentações empreendidas por elas não fugiam muito da regra de ações que defendiam os interesses do Império e/ou da República.

Embora fossem mobilizações de cunho emancipatório, estas mantinham-se firmes em princípios ideológicos muito característicos da classe e da raça a que pertenciam. Não se pregavam grandes rupturas para além dos direitos de voto. Evidência disso é o partido de mulheres goianas e que defendia a permanência do Império num contexto de República. Essas e várias outras mulheres pareciam combinar o desejo de emancipar-se a uma ação negociada e sem grandes rompimentos com a ordem vigente.

Na defesa da emancipação feminina feita por Narciza Amália e em sua oposição a Maria Amália Vaz de Carvalho também se percebeu argumentos que creditam uma libertação feminina “que não implicasse em competição e, sim, em colaboração” (Rachel SOIHET, 2006, p. 39). Maria Amália recorreu a argumentos opositoristas, questionou a dominação masculina e rejeitou a tutela sobre as mulheres, porém seus argumentos continham muito dos elementos conciliadores presentes no posicionamento político dos Bulhões²²⁵.

O artigo de Narciza Amália publicado pelo *Diario Mercantil* em 25 de maio de 1887, e reproduzido pelos editores do *Goyaz*²²⁶ era uma contraposição às ideias de d. Maria Amália Vaz de Carvalho no que tangenciava o temário da emancipação e as expectativas para o sucesso da conquista de direitos para as mulheres em todo o Brasil. O discurso moderado de Narciza Amália evidencia-se quando afirmou que nem “todas as mulheres emancipadas

²²⁵ Os Bulhões não abandonaram os princípios liberais, mesmo que se denominassem democratas e abolicionistas. Maria Augusta Moraes (1972) explicou que a oligarquia Bulhões até que tentou se desvencilhar do liberalismo, porém tal liberação era difícil, pois este princípio estava amalgamado em todas as suas decisões políticas. As fraudes eleitorais de 1886 e demais conflitos de interesse político acalorado pelo contexto da abolição levou os Bulhões a “forte campanha em prol dos ideais democráticos. Para eles era um movimento novo. Desvincularam-se dos moldes acanhados dos velhos programas dos liberais. Pugnaram pelas mais “francas expansões e larguezas às liberdades públicas, importando a autonomia de todas as províncias e a sua mais completa emancipação. A mola propulsora de toda sua luta democrática era, inquestionavelmente, o poder” (1972, p. 143).

²²⁶ A emancipação da mulher, de Narciza Amália. Texto transcrito do *Diario Mercantil* e republicado no jornal *Goyaz*, anno II, n. 93, sexta-feira, 01 de julho de 1887, p. 02-03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

desejarão ser medicas ou advogadas. Haverá trabalho para cada mulher, trabalho relativo á cultura do seu espirito e ao meio social a que pertencer”²²⁷.

Para Narciza Amália nem todas alcançariam a plenitude dos direitos civis desejados pelas mulheres que, naquele momento, levantavam a bandeira emancipacionista. De certa forma ela reconhecia que a emancipação das mulheres, enquanto reforma social, deveria realizar-se “lentamente, para que a sociedade, tal como se acha constituída, não experimentasse perturbações ou abalos violentos”²²⁸. Ela tinha consciência de que o contexto social não estava preparado para movimentações revolucionárias, porque as “cadeias de controle” eram demasiado sólidas, difíceis de quebrar e que caso a mulher se libertasse de tantas amarras abruptamente, dificilmente conseguiria “sustentar-se de pé”. Ela deixava explícito o peso da dominação masculina, impregnada em todo o ambiente social; posicionamento muito parecido ao de Cora Coralina quando comentou sobre o feminismo em uma de suas muitas crônicas publicadas nos jornais de Goiás entre 1907 e 1911.

Narciza, como inúmeras outras mulheres, sugeriu uma emancipação que percorresse o ambiente das táticas. Ela acreditava que só aos poucos, alterando as operações de dominação, inventando “mil maneiras de caça não autorizada” (Michel de CERTEAU, 2009, p. 38) e agindo com sutileza e criatividade é que as mulheres conseguiriam “apossar-se dos espaços que lhes foram deixados ou confiados, para desenvolver suas influências junto às portas do poder” (Michelle PERROT, 2005, p. 279).

A esta época muitas mulheres já haviam tomado lugares na esfera pública. A política de abolições, somada à modernização dos costumes, constituiu-se na mais vasta e profunda transformação social nas Américas. “Privacidade e direitos civis são noções que o mundo ocidental viu se consolidarem no mesmo contexto histórico e cultural que engendrou no continente americano essa ‘era de emancipações’”. (Ana Lúcia de CASTRO, 1997, p. 338).

Em Goiás à época da intensificação dos debates emancipacionistas, as mulheres já recebiam grande atenção da imprensa, e isso se deu em função de sua participação filantrópica nas quermesses organizadas pela Confederação Abolicionista “Felix de Bulhões”²²⁹, dentre outras organizações abolicionistas que existiam na província.

²²⁷ A emancipação da mulher, de Narciza Amalia. *Goyaz*, anno II, n. 93, sexta-feira, 01 de julho de 1887, p. 02-03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²²⁸ A emancipação da mulher, de Narciza Amalia. *Goyaz*, anno II, n. 93, sexta-feira, 01 de julho de 1887, p. 02-03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²²⁹ Dentre tantas mulheres representadas nessas matérias Ângela de Bulhões Jardim merece destaque por ser, dentre as mulheres da família Bulhões, uma das poucas a incorporar os princípios republicanos (Cf. Maria Augusta de Sant’Anna MORAES, 1972) em Goiás. Esposa de Joaquim Xavier Guimarães Natal – o

Os séculos XIX e XX foram caracterizados pela “modernização” das relações entre os sexos e da ascensão social das mulheres. Aconteceram mudanças importantes neste contexto e que permitiram às mulheres sair, todavia é preciso ver as novas articulações do gênero com bastante cuidado vez que muitas continuidades persistiram, ou se articularam às novidades, criando efeitos de gênero não previstos. Da mesma forma que não se puderam impedir as mulheres de (re) configurar proibições ao seu favor, não é possível conter a persistência de imagens que as tentaram e tentam subalternizar. Nesse ínterim as táticas aparecem como ferramentas importantes à luta de mulheres, pois a dominação masculina perdura na surdina²³⁰.

No ano de 1888 duas notas visibilizando a luta das mulheres por direitos foram publicadas. Em 13 de janeiro²³¹ e 14 de dezembro²³² desse ano, o *Goyaz* visibilizou as doutoras brasileiras, “Sr.^a d. Rita Lobato Velho” e a “Sr.^a D. Delmira Secundina da Costa”. A primeira havia recebido no “dia 10 do corrente mês o grão de doutora pela Faculdade de Medicina da Bahia” após defender tese “sobre operação Cesarina” e ser aprovada com distinção.

Segundo a nota do jornal, Rita Lobato era a “primeira doutora que se forma[va] no Brazil”²³³. Já Delmira havia concluído o quinto ano do curso jurídico e se formava com distinção. O jornal detalhou as manifestações pela sua eventual aprovação, enfatizou uma projeção futura de que veríamos “mais dia menos dia uma senhora juíza de direito ou desembargadora da relação” e frisou uma indagação dirigida às goianas: “Quando é que teremos uma goyana bacharel?” Pergunta intrigante, pois quando da manifestação delas por cursos superiores (direito e medicina), enorme resistência foi manifestada e uma negativa bastante incisiva lhes foi dirigida. Em meados do século XX, Leodegária de Jesus e Eurydice

republicano histórico – era ela a responsável pela promoção de saraus e quermesses da confederação abolicionista.

²³⁰ Claudine Haroche, socióloga e antropóloga do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique, França), ao se questionar sobre a possibilidade de acabar com a dominação masculina, explicou que convém “mudar o olhar sobre as identidades, não fechá-las no ‘masculino’ ou no ‘feminino’, questionar profundamente a imbricação entre relações de poder e de sexo: é necessário politizar as questões, não abordá-las sob um ângulo muito anedótico. Pode-se reduzir a dominação masculina; porém, não se poderia erradicá-la. O racismo, a violência, a crueldade, unanimemente condenados, perduram na surdina” (2013, p. 32).

²³¹ Doutora Brasileira. *Goyaz*, anno III, n. 121, sexta-feira, 13 de janeiro de 1888, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²³² Doutora. *Goyaz*, anno III, n. 169, sexta-feira, 14 de dezembro de 1888, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²³³ A importância da conquista de Rita Lobato Velho Lopes foi deveras grande, tanto que sua memória reverberou. Em 2010 a Universidade Federal da Bahia reconheceu sua conquista e a homenageou dando seu nome ao prédio da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia onde se formou em 1887. Notícias dessa menção honrosa foram publicadas na *Gazeta Médica da Bahia*, n. 01 (145), 2011.

Natal realizaram os exames admissionais na expectativa de cursar direito, mas as lideranças locais e a direção do Lyceu de Goyaz lhes negou tal pedido.

Embora tal indagação tenha sido lançada para as goianas, neste ano, não houve maiores publicações acerca do exercício intelectual de mulheres. Também não foram encontradas respostas para a questão. O que se tinha era inúmeros artigos referenciando as mulheres, e estes antecediam o ano de 1887. Tais artigos abordavam a presença feminina em quermesses e eventos filantrópicos. Neles as mulheres eram representadas como beneméritas e guardiãs da ordem social. As mulheres visibilizadas pertenciam aos segmentos abastados da sociedade goiana e eram, em sua maioria, esposas, filhas e irmãs de figuras públicas da capital e da província de Goiás.

O pequeno número de publicações sobre emancipação das mulheres no ano de 1888 deve ter se dado por conta de as atenções estarem voltadas para a realização de eventos beneficentes que angariariam recursos para a compra da liberdade de escravizados. Em 29 de março de 1888 o *Goyaz* dedicou quase toda sua edição à libertação dos escravizados em Goiás²³⁴. Naquela data o jornal comemorou a extinção da escravidão e agradeceu diferentes personalidades que haviam contribuído para o fim do trabalho servil na província. Na mesma ocasião o jornal prestou homenagens às mulheres que contribuíram para que “na capital de Goyaz não [houvesse] mais escravos”²³⁵:

No dia em que se festeja a libertação total da capital de Goyaz, não podem deixar de ser lembrados os nomes das distintas goianas que tanto contribuíram para aquelle triumpho do abolicionismo.

Entre as que abrilhantaram os concertos e as kermesses em benefício da libertação figuram:

D. Elisa R. de Moraes Jardim; D. Perciliana Florambel; D. Julia Albernaz; D. Victoriana Alves de Castro; D. Angela de Bulhões Natal; D. Maria de Faria Albernaz; D. Cecilia de Souza; D. Maria de Nazareth de Bulhões Jardim; D. Olympia Póvoa; D. Anna Violante Póvoa; D. Josephina de Bulhões Baggi de Araujo; D. Maria Rodrigues Jardim; D. Anna Leal; D. Selvina Brito; D. Pacifica de Castro; D. Adelina Florambel; D. Maria Sant’Anna Azerêdo; D. Guilhermina Florambel; D. Anna Rodrigues Jardim; D. Maria Luiza da Silva Brandão.²³⁶

²³⁴ Libertação de Goyaz, homenagem a Felix de Bulhões. *Goyaz*, anno III, n. 132, quinta-feira, 29 de março de 1888 p. 01-04. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²³⁵ *Idem*.

²³⁶ Voto de gratidão. *Goyaz*, anno III, n. 132, quinta-feira, 29 de março de 1888, p. 02-03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Além de serem destacadas, na publicação, como atrizes no “triumpho do abolicionismo” uma poesia em forma de acróstico foi produzida por Raphael Torres e que vinha contida com os nomes de todas as mulheres homenageadas pela nota do dia 29 de março de 1888. Intitulado “*Goyanas Illustres*”²³⁷ o acróstico formava a frase “*Vos sois o anjo da terra*” e embora tenha dado visibilidade às mulheres goianas, contribuía sobremaneira para os estereótipos, imagens e representações deturpadas em torno do sexo feminino. Somado a isto ele reforçava quais as funções deveriam ser executadas por mulheres a fim de garantir o perfeito equilíbrio da sociedade.

A exaltação das mulheres “em nome do ‘eterno feminino’ e da ordem familiar” (Michelle PERROT, 2005, p. 333), somada à valorização de suas atividades filantrópicas eram construções fortemente relacionadas aos jogos de gênero e às mais variadas formas de poder que nascem no interior das relações entre os sexos.

Sobre este temário Michelle Perrot (2005) ofereceu importantes contribuições no instante em que evidenciou a existência de “poderes das mulheres” e relatou como estes mecanismos de força ameaçavam os poderes dos homens de fins do século XIX em diante. Ao apropriar-se do poder as mulheres produziram situações incômodas à figura masculina, isso porque “ainda que o ‘homem’ pudesse passar por um sujeito humano neutro ou universal, o caso da ‘mulher’ é difícil de articular ou representar, porque sua diferença gera desunião e representa um desafio à coerência” (Joan SCOTT, 2008, p. 99).

A tomada de posições sociais e as conquistas femininas do século XIX “ameaçavam enviscar as sociedades” (Michelle PERROT, 2005, p. 267). A ascensão profissional das mulheres provocava a “crise de identidade sexual dos homens despossuídos de suas prerrogativas, crise recorrente, mas que atinge, sem dúvida, um paroxismo no início do século 20.” (p. 267). Ainda que imagens românticas e o reconhecimento de uma “naturalidade feminina” estivessem impregnados no acróstico e em diferentes notícias relacionadas às mulheres, a que se considerar ter sido manejado por elas muitas táticas. As mulheres jogaram e desfizeram o jogo de dominação que lhes era imposto a todo o instante.

Considerando haver um leque de artimanhas, táticas e estratégias manuseadas pelas mulheres goianas a fim de sair e exercer poderes, é bastante coerente reputar terem elas produzido “contra poderes” e combatido a dominação masculina, ainda que não obtivessem o êxito projetado. É preciso reconhecer que por “trás dos bastidores, tecnologias mudas

²³⁷ *Goyanas Illustres*. *Goyaz*, anno III, n. 132, quinta-feira, 29 de março de 1888, p. 01. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

determinam ou curto-circuitam as encenações institucionais” (Michel de CERTEAU, 2009, p. 40).

Em 1889, o jornal *Goyaz* retomou as publicações tematizando mulheres, suas lutas e sua emancipação. Neste ano foram disseminadas notícias de mulheres defendendo a emancipação política e o sufrágio em diferentes lugares do país e do mundo. Essas publicações permitiram, ainda que indiretamente, um contato das mulheres de Goiás com as de outros lugares do mundo. Fator importante para se desconstruir a imagem de isolamento e reforçar a ideia de mediações transatlânticas entre Goiás e diferentes lugares do mundo.

Goiás não era uma ilha e várias notícias, ideias e debates alcançavam seus sertões desde a colonização e ocupação da região. Claro que demoravam muito mais tempo e as correspondências sempre chegavam estragadas, molhadas ou quase inutilizadas. Todavia existia um contato entre Goiás e outros centros urbanos. Havia um intenso relacionamento entre a população goiana e as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Prova disso são os registros de viajantes de fins do século XIX e meados do XX, os registros de leitura do Gabinete Litterario Goyano, os registros de Ana Joaquina da Silva Marques e o consumo de produtos oriundos da Corte em saraus e *Soireés*²³⁸.

Em 29 de março de 1889, o jornal trouxe uma nota intitulada “Mulheres eleitas”. Nesta nota era descrita a eleição de “lady Sanhurst e Luiza Cobden”, segundo a informação, como “as leis inglesas não proibem expressamente que as mulheres exerçam aquelles cargos, é de crêr que as eleitas funcionem como *deputadas* ou cousa equivalente na própria capital da Inglaterra”²³⁹.

No dia 24 de agosto, nova matéria iluminou “mademoiselle Clara Schullze, uma jovem e formosa polaca, de 21 annos de idade”²⁴⁰ que havia defendido tese “perante a faculdade de medicina de Paris”. O assunto da investigação era “A mulher médica no século XIX” e a banca avaliadora se compunha pelos “distinctos médicos Charcot, Landouzi, Straus e Reclus”. A matéria enfatizou “á ambição moderna das mulheres, que querem ser médicas”, orientou as mulheres, através das palavras de M. Charcot, a não se resignarem “a

²³⁸ Neste contexto em que as oligarquias começavam a se constituir em Goyaz vários saraus e soireés foram promovidas por famílias influentes da região. Em 17 de novembro de 1880 o Correio Oficial trouxe matéria sobre concerto musical em que as mulheres da família Bulhões apareceram cantando músicas, tocando piano ou declamando poesias em francês, inglês ou italiano. Concerto musical. *Correio Oficial*, anno XLIII, Goyaz, 17 de novembro de 1880, n.º 89, p. 04. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²³⁹ Mulheres eleitas. *Goyaz*, anno IV, n. 184, sabbado, 29 de março de 1889, p. 04. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁴⁰ Uma doutora. *Goyaz*, anno IV, n. 205, sabbado, 24 de agosto de 1889, p. 01. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

desempenhar um papel secundário” na profissão. Porém, ostensivamente ao ritmo progressista que se seguia, M. Landouzi, em suas contribuições, julgou poder Clara Schullze, dentre outras mulheres, “fazer um grande serviço, si se dedica[ssem] a tratar as mulheres e as creanças”.

O argumento do médico (re) configurava a dominação masculina num contexto de mudança. Mesmo que fosse permitido às mulheres formarem-se em cursos até aquele momento dominados por homens, não lhes seria permitido exercer o ofício em sua plenitude. Elas, por exemplo, não poderiam prestar atendimento médico aos homens. Isso era o mesmo que inverter a ordem da natureza. Isso inverteria a ordem sexual, pelo menos essa era a crença fecundada à época.

Numa mesma notícia existiam posicionamentos modernos e conservadores diretamente relacionados às mulheres que aspiravam ocupar funções restritas à figura masculina. Para além disso, a matéria tentava supervalorizar a formosura de Clara Schullze em detrimento de sua pesquisa e atividade intelectual. Isso parecia não importar tanto, desde que a recém-doutora fosse formosa. O apego à sua formosura era uma demonstração da misoginia presente na sociedade desse contexto. A mulher só existia enquanto ser de beleza estética incapaz de pensar por conta própria. Ela não era encarada nem mesmo como ser pensante.

Ficou patente que a mulher poderia ser médica desde que se especializasse nos cuidados de crianças e de outras mulheres. A mulher poderia ocupar lugares, funções, profissões masculinizadas, mas ela teria que ocupar as posições que os homens determinassem para elas. No interior da liberalidade notava-se ramificações do controle masculino e também feminino.

O ano de 1889 parece ter sido bastante agitado. O *Goyaz* divulgou várias manifestações em que as mulheres solicitaram o direito de voto e a realização de congressos e assembleias políticas. Naquele ano foram encontradas publicações que relatavam o pedido de transferência do título eleitoral da “srs. Izabel de Souza Mattos”²⁴¹ do Rio Grande para a

²⁴¹ Uma brasileira com título de eleitor. *Goyaz*, anno IV, n. 205, sabbado, 24 de agosto de 1889, p. 02. O documento relatava o seguinte: “Na corte apresentou-se há poucos dias ao sr. Conselheiro Saldanha Marinho e ao dr. Aristides Lobo a srs. Izabel de Souza Mattos, pedindo que queria transferir o seu domicílio político do Rio-Grande para a corte. Esta sra. tendo obtido na Academia de Medicina da corte o diploma de cirurgião dentista, com este diploma requereu e obteve na cidade do Rio-Grande (S. Pedro do Sul) o diploma de eleitor. O título é de 1885, e foi concedido, em grau de recurso, pelo juiz de direito da comarca. Nesse tempo a diplomada contava 25 annos e era solteira. Hoje é casada, e mudou-se para a corte, aonde reside há um anno. É acusado dizer que esta senhora, espirito audaz e alevantado, é republicana. É factio único em nosso paiz o seu diploma de eleitor, e um exemplo notável a seguir. Nossas felicitações á valente propagandista dos direitos da

Corte (Rio de Janeiro), as solicitações do direito de voto feitas pela professora Anna Izabel da Costa Ferreira de Mogyimirim²⁴², de “duas distintas senhoras” de Sorocaba²⁴³, da recém advogada Delmina Costa²⁴⁴, das goianas “Sr.as D. D. Jacintha Luisa do Couto Brandão Peixoto, Silvina Ermelinda Xavier de Brito, Maria Santa Cruz de Abreu, Barbara Augusta de Sant’Anna e Virginia Vieira”²⁴⁵ e de “Congressos feminis” realizados em Cavalcante (Norte de Goiás) e Paris (França).

Nesta última publicação os editores pareceram ter tentado aproximar as mobilizações políticas das mulheres goianas às de outras mulheres de diferentes lugares do mundo. É importante sublinhar que a matéria sobre o partido político das mulheres de Cavalcante era uma das primeiras publicações em que as mulheres apareciam como atrizes e não como meras representações. Oportunamente a publicação da ata da reunião das mulheres de Cavalcante vinha precedida por um comentário do editor:

As mulheres na política

Em Cavalcante sede do 2º districto eleitoral, houve a 28 do mez findo, em casa da exm.^a sr.^a d. Delphina Francisca da Silva Bastos Bandeira, uma reunião política de senhoras, na qual se deliberou que as senhoras da localidade formassem um partido para o fim de auxiliar os liberaes a realizar as ideias democráticas e a sustentar o throno.

A exm.^a sr.^a d. Delphina, esposa do sr. capitão Antonio Alves Bandeira, influencia local, depois de dar o motivo da reunião leu as suas collegas um manifesto que foi por ellas assignado e nos abaixo publicamos, dando parabéns a provincia e especialmente ao norte por esse acontecimento.

Resta agora que as signatárias do manifesto segam o exemplo da sr.^a Izabel de Souza Mattos, que requereu e conseguiu a sua inclusão no alistamento no Rio Grande do Sul, segundo a noticia o Diario Popular, que nós transcrevemos.

Manifesto

As evoluções recentes porque tem passado a nossa pátria, os factos que derão lugar a merecida expulsão do partido conservador do poder, as

mulher”. Izabel de Souza Mattos requereu o título eleitoral apoiada na Lei Saraiva (Decreto n. 3029 de 09 de janeiro de 1881) que reconhecia como eleitor “todo cidadão brasileiro, nos termos dos arts. 6º, 91 e 92 da Constituição do Império, que tiver renda líquida anual não inferior a 200\$ por bens de raiz, indústria, commercio ou emprego”, mas sua solicitação foi negada pelo Ministro do Interior. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁴² Senhoras eleitoras. *Goyaz*, anno V, n. 213, sexta-feira, 18 de outubro de 1889, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁴³ Eleitoras. *Goyaz*, anno V, n. 211, sexta-feira, 04 de outubro de 1889, p. 03. De acordo com a nota do jornal as duas senhoras apoiaram sua solicitação nas mesmas “razões apresentadas pelas senhoras de Mogy-mirim que fizeram igual requerimento”. (p. 03). Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁴⁴ Eleitoras. *Goyaz*, anno V, n. 212, sexta-feira, 11 de outubro de 1889, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁴⁵ Eleitoras. *Goyaz*, anno V, n. 210, sexta-feira, 27 de setembro de 1889, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ameaças do partido republicano que com o maior entusiasmo se apresenta opondo-se a sucessão da nossa Princeza, pelo simples facto de ser mulher, dispertarão-me a ideia de convidar-vos e propor-vos á criação de um club liberal, afim de pleitearmos a eleição próxima. – Não vos admire isto, pois as mulheres têm tanto direito como os homens, e se estes têm assumido um poderio com o qual nos tem conservado sempre em completa submissão, é porque a isto nos temos sugeitado, mas é tempo de nos emanciparmos; o seculo 19 nos tem demonstrado que podemos tomar parte, nos negócios nacionais e bem-estar da pátria, assim como hoje temos o de doutorarmos e fazer parte das corporações scientificas. – Para levar isto a effeito torna-se mister que S. Alteza a Serenissima Princeza D. Isabel não seja esbulhada do direito que tem ao Throno e que triumphem as ideas liberaes democratas.

Trabalhamos, pois, liguemo-nos ao partido que nos auxilia e que com seu programa de progresso pode conduzir o nosso Brazil a um futuro feliz e colloca-o de par com as nações mais adiantadas.

Cavalcante, 28 de julho de 89.

Delfina Francisca da Silva Bastos Bandeira – Presidente. Sophia Francisca da Silva – Secretaria. Ignez Francisca Nunes Barbosa. Joana Francisca Nunes Barbosa. Prezelinda Francisca Nunes da Silva. Regina Paulina da Silva. Francisca Xavier Lima. Florintina Antonia Lima. Maria Antonia Lima. Emilia Antonia Lima. Joana Francisca da Silva. Maria Paulina da Silva. Aurea Xavier da Silva. Maria da Conceição Faria. Candida de F. P. Rabello. Joana I. da Motta Rabello.

Por todas as senhoras que se achavão presentes e acima assignadas, foi a idea aplaudida e adoptada, lavrando-se de tudo uma acta que será posteriormente publicada.²⁴⁶

Das fontes encontradas esta notícia era a primeira em que se anotara a presença direta de mulheres em movimentações políticas em Goiás. Era um primeiro manifesto produzido por mulheres e assinado por mulheres. Era uma fonte que noticiava a organização política de mulheres ainda em fins do século XIX. Era uma fonte que reunia paradoxos, diretamente relacionados à organização política e partidária de mulheres, anterior à República.

Dentre muitas questões importantes na composição do manifesto se notou uma enorme relação parental entre as participantes. Os sobrenomes “Silva”, “Nunes”, “Barbosa”, “Lima” e “Rabello” tomavam destaque na publicação. A impressão era de que as mulheres pertenciam a grupos familiares que se confundiam entre si, por conta dos casamentos interfamiliares, costume comum em diversas regiões brasileiras nos anos que se seguiram à Primeira República. Outra questão que merece atenção é que mais uma vez eram esposas, irmãs e filhas de lideranças locais e que se organizavam politicamente para defender seus direitos.

²⁴⁶ As mulheres na política. *Goyaz*, anno IV, n. 205, sabbado, 24 de agosto de 1889, p. 01-02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

As mulheres do povo não apareciam neste contexto de mobilização feminina. Aspecto que evidencia as marcas de classe e de raça dessas manifestações de mulheres. As mulheres do povo aparecem muito frequentemente em notas de prisão, em prestações de serviço ou na liberação do trabalho escravizado. Os documentos produzidos pelo judiciário são fonte enunciativa destas mulheres, conforme lembraram Rachel Soihet (1989), Martha Abreu (1989), Sidney Chalhoub (2001) e Sueann Caulfield (2000)²⁴⁷.

As exclusões provocadas pela falta de instrução, ou mesmo pela condição social, são perceptíveis na produção de fontes e na constituição de arquivos. Enquanto Delfina Francisca e as quinze mulheres articulavam agremiação política, uma maioria de outras mulheres permanecia esmagada pelo peso das suas tarefas, por preconceitos e pelo racismo. Desinteressadas pelo direito, que não é de resto concebido para elas, as mulheres do povo, pobres e negras só se organizaram em agremiações políticas anos depois e mesmo assim persistiram excluídas das movimentações de mulheres brancas.

No que tangencia as publicações do *Goyaz* é relevante apontar que essas sempre vinham acompanhadas por algum comentário reforçando o caráter da mulher como uma natural benemérita. Parecia que a essas mulheres (brancas e de segmentos sociais abastados) restava a tarefa de sanear a sociedade de todos os males morais e comportamentais.

As mulheres com algum protagonismo político, fosse em agremiações políticas ou em instituições literárias e culturais, nos moldes do Gabinete Litterario Goyano, deveriam ser “mulheres e mães e esposas higiênicas” (Magali ENGEL, 2004, p. 44). As imagens que se nutriam delas persistiam ainda muito presas em arquétipos de doçura, fragilidade e de honra.

O poder dessas imagens pode ser notado no caso das mulheres de Cavalcante. Evidenciando comportamento regado por honrarias ao *belo sexo*, o jornal trouxe o seguinte comentário: “Beijamos as mãos das nossas gentilíssimas correligionárias e apresentamos-lhes as homenagens de nosso respeito. Em tão amável companhia, não há esmorecer na lucta. São as vivandeiras das falanges lideraes. Lá diz o adagio francez: *Ce que femme veut. Dieu te veut.*”²⁴⁸

A presença de mulheres instruídas e professoras parecia ser algo característico deste tipo de manifestação. A instrução e o acesso à leitura pareciam alavancar a tomada de decisão

²⁴⁷ Em Goiás existe vasta documentação do gênero arquivada na Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”.

²⁴⁸ As mulheres na política. *Goyaz*, anno V, n. 211, sabbado, 04 de outubro de 1889, p. 04. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

das mulheres. Sempre eram mulheres instruídas que exigiam direitos civis ou evidenciavam alguma consciência de gênero. Nesta notícia em especial, “D. Francisca Xavier de Lima” era “professora de 1.as letras do sexo feminino de Cavalcante”²⁴⁹.

O manifesto das mulheres de Cavalcante evidencia, dentre muitas questões relativas ao contexto político de 1889, a confusão instalada na organização política brasileira de fins do Império e de meados da República. Nele percebe-se o quanto era tênue a separação entre os ideais liberais, democráticos e conservadores. Confusão semelhante àquela provocada pela mobilidade discursiva dos Bulhões no momento em que mudaram a legenda de seu jornal de *Liberal* para *Democrata*.

O documento tem uma singularidade não apenas por ter, como personagens principais, as mulheres, mas também por conta das complicadas interpretações que ele sugere. Estas mulheres se reuniram para constituir um partido político que apoiaria os liberais no cumprimento dos ideais democráticos e na manutenção do trono imperial. Elas manejaram jogos de gênero aproveitando-se de um contexto de ruptura política para visibilizar suas experiências. Se comportaram semelhante às oligarquias brasileiras e que também não tinham interesse por derrubar a monarquia.

Maria Augusta de Sant’Anna Moraes (1972) deixou claro que embora os Bulhões tenham tomado para si o emblema de republicanos, suas intenções eram um tanto moderadas. Assim os integrantes da família precisaram administrar os arrombes revolucionários de Joaquim Xavier Guimarães Natal e de sua esposa, Ângela de Bulhões Jardim. Este casal parece ter empunhado sozinho, a bandeira republicana no interior da oligarquia. Guimarães Natal só não perdeu o apoio da oligarquia por conta de seus laços matrimoniais com Ângela e por ser afilhado de José Antônio Caiado. A referida historiadora afirmou ser Ângela a única mulher republicana da oligarquia dos Bulhões. Maria Augusta produziu tal afirmação acreditada, dentre outras fontes, nas memórias de Euridice Natal e Silva, sua filha, e que contou:

Minha mãe, que partilhava as ideias republicanas de meu pae, fez questão de levar a pia batismal o meu irmãozinho, com os emblemas da República futura, isto é, com o barrete frígio e a faixa tricolor. O padre a princípio protestou, mas, a instancia de meu pae de quem era amigo, batizou assim mesmo o pequeno republicano. (Maria Augusta Sant’Anna MORAES, 1972, p. 130).

²⁴⁹ Actos do governo. *Goyaz*, ann V, n.º 201, sexta-feira, 26 de julho de 1889, p. 04. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

De certa forma o testemunho de Euridice acerca de sua mãe tinha fundamentos, pois o nome de Ângela era constante nos registros das atividades promovidas pelo grupo abolicionista. Suas irmãs também estavam presentes, embora em menor intensidade. Na ocasião das comemorações do aniversário natalício de Félix de Bulhões, durante concerto musical em 28 de agosto de 1887, organizado por Josephina de Bulhões Baggi de Araujo²⁵⁰ foi possível observar melhor os caminhos percorridos por Ângela Bulhões. O documento deixou ver quais atribuições eram delegadas a essas mulheres dentro das comemorações. Infelizmente a representação pública delas não parecia ultrapassar os limites daquilo que era considerado, segundo o ponto de vista masculino, como honroso e legítimo ao *belo sexo*. Elas contribuía nos saraus, tocavam piano, cantavam, declamavam poemas e enfeitavam as reuniões com suas *toillettes*, posteriormente comentadas no jornal²⁵¹.

As filhas de Ignacio Bulhões e Antônia Emília não parecem ter se mobilizado em prol da emancipação feminina, salvo comentário de Maria Augusta de Sant'Anna Moraes (1972) que identificou Antônia Emília, mãe de Ângela, Adelaide, Maria Nazareth, Josefina e Leonor Bulhões, como “altamente feminista”, porque segundo ela “na casa dos Bulhões nada se decidia sem o peneplácito daquela que ficou conhecida pelos netos e bisnetos, pelo significativo nome ‘Mãe de Longe’” (p. 41).

Mesmo assim não foram encontradas grandes relações de Antônia Emília ao movimento em prol do voto feminino. Os registros de sua visibilidade pública não ultrapassam aqueles perpetuados pelas atas e anotações de leitura do Gabinete Litterario Goyano.

É bastante diversa a movimentação de mulheres em busca de algum poder. Enquanto muitas goianas tentavam ocupar novas posições através de reuniões literárias e saraus, em Cavalcante, elas se organizavam em um partido feminino. Sobre o caso de Cavalcante percebe-se que os jogos de gênero se manifestaram no instante em que as mulheres utilizaram da liberação para a reunião política em apoio aos liberais, na expectativa de manifestar insatisfações relativas à saída da princesa Izabel.

²⁵⁰ Festival abolicionista. *Goyaz*, anno II, n. 102, sexta-feira, 02 de setembro de 1887, p. 01. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁵¹ O ultimo baile. *Goyaz*, anno V, n. 216, sexta-feira, 08 de outubro de 1889, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Elas se opuseram ao projeto republicano e se posicionaram contrárias a algumas questões defendidas pelos liberais. Sua reunião e os jogos ali articulados, operaram de forma a “torna-se mister que S. Alteza a Serenissima Princeza D. Isabel não [fosse] esbulhada do direito que tem ao Throno e que triumphem as ideas liberaes democratas”. Embora apoiassem a expulsão do partido conservador e a expansão das ideias liberais, discordavam dos republicanos “que com o maior entusiasmo se apresentam opondo-se a sucessão da nossa Princeza, pelo simples facto de ser mulher”.

Elas manusearam o espaço que lhes foi liberado de forma subversiva. Contrariaram expectativas masculinas e (re) inverteram as regras do jogo para satisfazer seus interesses: a defesa da mulher em cargos de liderança, o direito da mulher de governar. Ainda que essa mulher atendesse aos interesses de um segmento social e regime de governo condenado pelas ideias em circulação no Brasil naquela época.

Delfina Francisca da Silva Bastos Bandeira e as quinze mulheres se apropriaram das ideias republicanas, liberais e democráticas para defender interesses emancipacionistas e garantir às mulheres maior espaço para o exercício de seu poder. Elas tentaram criar um jogo através de “manobras entre forças desiguais e, por referências utópicas” (Michel de CERTEAU, 2009, p. 74) manusearam algum poder. O que pode ser notado na pretensão em se criar “um club liberal, a fim de pleitear a eleição próxima”. Essas expectativas também podem ser observadas na defesa de ideias emancipacionistas explicitadas na crença de que as “mulheres têm tanto direito como os homens, e se estes têm assumido um poderio com o qual nos tem conservado sempre em completa submissão, é porque a isto nos temos sujeitado, mas é tempo de nos emanciparmos”²⁵².

A forma como entendiam as relações de poder entre os sexos corrobora a nossa argumentação acerca do poder das mulheres e do manuseio que fizeram das táticas. Ao destacar que a submissão das mulheres seria o resultado de uma sujeição, elas quebraram a noção de vitimização, trazendo à baila as noções de submissão consentida. Tal questão é importante, pois deixa ver de forma mais clara as articulações do gênero e ajuda a explicar as diferentes táticas movidas na finalidade de se livrar das “trouxas de panos e de homens” (Durval Muniz de ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 95) que as impediam de sair.

É curioso como no âmbito do discurso há um reconhecimento, por parte delas, da incorporação da dominação masculina e da aceitação da sujeição. Isso lembra as questões

²⁵² As mulheres na política. *Goyaz*, anno IV, n. 205, sabbado, 24 de agosto de 1889, p. 01-02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

colocadas por Roger Chartier em torno das “diferenças entre os sexos e dominação simbólica” (1995, p. 37) e o manejo de táticas citado por Michelle Perrot (2005) no instante em que pontuou calarem as mulheres para exercer algum poder mais adiante.

No terceiro parágrafo do documento foi registrada a expectativa de que as “signatárias do manifesto sigam o exemplo da sr.^a Izabel de Souza Mattos, que requereu e conseguiu a sua inclusão no alistamento no Rio Grande do Sul, segundo a notícia do Diário Popular, que nós transcrevemos”.

Combinado a essa questão o jornal relacionou a reunião feminina de Cavalcante ao “congresso feminil” realizado em Paris e presidido por “mll. Maria Deraismes”. Ao descrever o congresso internacional do direito das mulheres foi apontado que o “assumpto interessa as goyanas, que já começam a organizar partidos, como acaba de se dar em Cavalcante e se dará em breve tempo em Jatahy, e por isso resumimos aquella noticia e a publicamos n’estas columnas”²⁵³.

Após a Proclamação da República as publicações continuaram. Entre 1890 até a década de 1910 várias notas, verbetes e colunas diretamente relacionadas à condição das mulheres foram editadas pelo jornal. Em 1890 uma senhora agradeceu ao jornal pela propaganda em favor da mulher²⁵⁴, neste mesmo ano houve a publicação de uma grande matéria intitulada “A situação da mulher”, assinada por Xavier de Carvalho²⁵⁵.

Tal documento dava notícia da condição das mulheres da França, Dinamarca, Portugal, Noruega e Suécia. O articulista destacou a situação desigual das mulheres em questões trabalhistas e salariais e anotou a organização de agremiações femininas, como a *Union Universelle des Femmes* em Paris, o grande volume de jornais tratando da emancipação feminina naquele país, além de outros países como Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos. Após fazer intensa descrição o articulista passou a explorar a situação das mulheres da Noruega e da Suécia e, para finalizar suas considerações, fez um balanço retornando atenção para o “occidente latino”, onde ele acreditava que a doutrina católica teria culpa na manutenção da dura condição imposta às mulheres, aspecto que se alinhava

²⁵³ Congresso feminil. *Goyaz*, anno IV, n. 205, sabbado, 24 de agosto de 1889, p. 01-02; Congresso feminil. *Goyaz*, anno IV, n. 206, sabbado, 30 de agosto de 1889, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁵⁴ Emancipação da mulher. *Goyaz*, anno V, n. 244, sexta-feira, 23 de maio de 1890, p. 01. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁵⁵ A situação da mulher. *Goyaz*, anno V, n. 244, sexta-feira, 23 de maio de 1890, p. 01. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

aos conflitos (Maria Augusta de Sant'Anna MORAES, 1972) arvorados pelos Bulhões contra o catolicismo²⁵⁶:

O occidente latino, graças á doutrina catholica, á quatro séculos de inquisição, á tradicção auctoritaria das monarchias por graça divina, - continua a ser refractario a todos os movimentos e luctas em favor da emancipação completa da mulher. E, coisa notável, são as próprias mulheres, as próprias victimas, as que sofrem a condição aviltante de seres inferiores diante do código e diante da sociedade, são ellas mesmo as que mais resistem desdenhosamente a todos estes impulsos que os reformadores estão dando, para que de uma vez para sempre a mulher faça parte integrante da humanidade. Que a mulher deixe de ser a besta de carga e a escrava para ser a companheira do homem com direitos e deveres iguaes a este, no conflictto da vida moderna²⁵⁷.

Além da publicidade da solicitação do direito de voto das mulheres de Mogy-mirim e de Goiás, o *Goyaz* persistiu no investimento de temas que tratavam da situação da mulher²⁵⁸, da presença de mulheres na política²⁵⁹ e num tom bem-humorado, alertava a população masculina sobre o cuidado que se precisava ter com “elas”. Porque, segundo a matéria, várias mulheres, entre brasileiras e estrangeiras, haviam se bacharelado nas mais diferentes áreas do conhecimento e se tornariam concorrentes dos homens nas profissões liberais²⁶⁰.

A entrada das mulheres no mercado de trabalho foi deveras um fenômeno incômodo para os homens de fins do século XIX e meados do XX. Joan Scott (1991) lembrou isso quando escreveu o texto²⁶¹ *A mulher trabalhadora*. Scott destacou que em 1860 os tipógrafos

²⁵⁶ Mônica Martins da Silva contou que a Igreja Católica do século XIX passava por mudanças institucionais e por conta do processo chamado “romanização” tentou controlar diferentes manifestações religiosas populares que acreditava estarem repletas por esterioridades. O que também lhes garantiu uma série de conflitos com as lideranças locais e regionais, as oligarquias. “A Igreja reagiu contra a idéia antagônica que assumia grande expressão: o liberalismo. Mesmo a favor de um governo forte e centralizante, e convencida das comodidades da união sagrada entre o altar e o trono, recusava-se a continuar numa posição de subserviência diante do poder temporal” (2001, p. 59). Em Goiás, Mônica Martins apontou que as reações de bispos romanizadores se chocaram com os interesses dos Bulhões, que eram quem se batiam pelo liberalismo. Essa família utilizou o jornal *Goyaz* para atralhar todos os interesses da Igreja Católica em Goiás.

²⁵⁷ A situação da mulher. *Goyaz*, anno V, n. 244, sexta-feira, 23 de maio de 1890, p. 01. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁵⁸ A situação da mulher. *Goyaz*, anno V, n. 244, sexta-feira, 23 de maio de 1890, p. 01. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁵⁹ Mulheres políticas. *Goyaz*, anno V, n. 295, sexta-feira, 15 de maio de 1891, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁶⁰ Cuidado com ellas. *Goyaz*, anno IX, n. 435, sexta-feira, 01 de fevereiro de 1894, p. 01. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁶¹ Lembra-se também da grande contribuição oferecida pela pesquisadora numa parceria com Louise A. Tilly. Juntas elas escreveram “*Women’s work and the Family in nineteenth-century Europe*” (*Comparative studies*

“americanos viam o emprego de compositoras como o ‘ultimo stratagem dos capitalistas’, que atraíam a mulher para ‘fora da sua esfera própria’ para transformá-la ‘num instrumento de diminuição dos salários, e assim reduzir ambos os sexos” (p. 453) à servidão não remunerada das mulheres.

No Brasil, June Hahner (2003) também lembrou tal misoginia contra as mulheres trabalhadoras. Num contexto de reforma social, a exemplo do que significou o período marcado pela industrialização brasileira, a entrada de mulheres em diferentes postos de trabalho gerou insegurança entre os homens: “Muitos deles, líderes de uniões, consideravam que a mulher devia se restringir à esfera do lar e deploravam a necessidade da renda trazida pelos membros femininos da família”. (p. 335).

Incômodo semelhante foi percebido na matéria do *Goyaz* de 15 de maio de 1891. O texto intitulado “Mulheres políticas” trazia notícias sobre o Conselho Nacional das Mulheres que “atrahia uma multidão sempre crescente e que todas as noites o teatro Albaugh enchia-se como para uma primeira representação”²⁶². Ainda neste texto foram mencionados os nomes de militantes emancipacionistas do estado do Kansas que empreenderam “toda sorte de reuniões políticas” na expectativa de conquistar o sufrágio universal. Foram elas, as senhoras Diggs, Laura Johns e de Atchison quem movimentaram o cenário político dos Estados Unidos, caracterizando toda a vivacidade do movimento de mulheres norte americanas relatado por Branca Moreira Alves (1980). Estas mulheres, segundo a publicação do *Goyaz*, incomodaram até mesmo os filósofos locais que naquela época fizeram uma observação singular: “o temor da discórdia tem sido o principal argumento invocado contra o suffragio das mulheres”.

in society and history, v. 17, n.º 01, 1975), trabalho importante que analisa, por diversas dimensões, a entrada das mulheres no mercado de trabalho europeu. Os dados trazidos pelas historiadoras e os diversos apontamentos sociais das pesquisadas mostram, para além das questões de gênero, classe e raça, de que forma o fenômeno do trabalho feminino europeu se assemelhou à entrada das mulheres brasileiras e goyanas no mercado de trabalho. Aspecto importante de destacar, pois auxilia na quebra de construções e de naturalizações que insistem na manutenção delas no âmbito do privado. No caso goyano notou-se que as mulheres sempre trabalharam, sempre exerceram atividades remuneradas. É claro que o trabalho das mulheres goyanas também é atravessado pelas questões de gênero, classe e de raça. As mulheres negras e pobres sempre precisaram exercer atividades remuneradas e isso pode ser notado nos documentos oficiais acerca das negras de tabuleiro, das descrições memorialistas que reverberaram imagens de mulheres lavando roupas, carregando água, produzindo e vendendo quitandas, bolos de arroz, alfenins e confeitos de amendoim. Todavia não foram apenas as mulheres negras e pobres quem exerciam atividades remuneradas, mulheres como Anna Gabirella Tocantins e Jacintha Luiza do Couto Brandão Peixoto, também precisaram trabalhar. Fossem às tipografias formatando a impressão de jornais ou constituindo empresas ou investindo na produção de fumo para o consumo de tabaco, as mulheres goyanas, já no século XIX, ocupavam funções remuneradas. Vale analisar quais eram as condições desse trabalho, o que merece um empreendimento em separado.

²⁶² Mulheres políticas. *Goyaz*, anno V, n. 295, sexta-feira, 15 de maio de 1891, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Mesmo destacando tantas notícias acerca de movimentos emancipacionistas de mulheres ou comentários sobre o exercício político/intelectual de mulheres, a referência direta ao “feminismo” só foi encontrada a partir de 1908 em uma matéria sobre Cora Coralina²⁶³ e em outra sobre a matrícula de mulheres em cursos de comércio.

Sobre a entrada de mulheres em cursos de comércio o jornal trouxe nota intitulada “Feminismo”²⁶⁴ e destacou como o “elemento feminino [parecia] disposto a conquistar, cada vez mais, um lugar para si nas profissões até hoje guardadas para os homens. Já não se retringe a conquista dos títulos e das profissões acadêmicas, mas procura as atividades da vida mercantil”. Segundo o texto haviam requerido matrícula na “Academia de Commercio de Santos”, até o dia 8 de 1910, as candidatas: senhoritas Adelaide Martins dos Santos, Clotilde Martins dos Santos, Dylia Porchat de Assis, Yvonne Aguiar, Maria Ferreira de Menezes, Helena Suplicy Alfaya, Herminia Witt, Frida Witt, Amelia Caldas Korr, Maria Maia e Urania Shultz Vieira.

Talvez fosse este fenômeno o estimulador de parábolas humoradas sobre a concorrência, no mercado de trabalho, entre homens e mulheres. Elas pareciam ter chegado dispostas a ocupar todos os espaços que lhes fossem permitidos e na sequência empreenderiam meios para conquistar aqueles que ainda lhes eram proibidos.

Após uma rápida referência ao feminismo, nos moldes em que o entendiam os editores do periódico, o *Goyaz* se ocupou com publicações que versavam sobre temas diretamente relacionados à sexualidade das mulheres, as imagens de mulheres, ao trabalho de mulheres, a intelectualidade das mulheres ou ao protagonismo de mulheres. O tom dessas publicações era sempre pautado por grave moderação. Esses temas se materializaram nas publicações de Leodegária de Jesus, Euridice Natal e Silva, Cora Coralina, Leolinda Daltro, da Roceira e de alguns homens diretamente relacionados ao tema da emancipação.

Indistintamente a presença de Cora Coralina (se) sobrepujou a todas as outras mulheres mencionadas, e embora ela tenha levantado bandeira semelhante àquela de d. Maria Amália Vaz de Carvalho, se posicionando contrária à emancipação total das mulheres, suas publicações tinham muito daquele conteúdo subversivo presente nas frentes feministas e emancipacionistas das primeiras três décadas do século XX.

²⁶³ Cora Coralina. *Goyaz*, anno XXIV, n. 1023, sexta-feira, 01 de agosto de 1908, p. 02-03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁶⁴ Feminismo. *Goyaz*, anno XXV, n. 1105, sexta-feira, 05 de março de 1910, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Muitas táticas que mobilizou para conquistar o respeito de que gozava no *Goyaz* e em outros periódicos assemelham-se àquelas manejadas pelas feministas paradoxais de Joan Scott (2002) e/ou pelo feminismo tático de Bertha Lutz, desvendado por Rachel Soihet (2006). Mesmo não tomando para si a alcunha de feminista, Cora Coralina contribuiu sobremaneira para um debate público acerca dos direitos das mulheres.

Se não defendeu os direitos delas, no mínimo contribuiu para que as brasas de movimentos anteriores continuassem ardentes no calor das refregas emancipacionistas e logicamente fez reverberar a luta empreendida por sua mãe, Jacintha Luiza do Couto Brandão peixoto, em setembro de 1889. Cora Coralina era de certa forma uma herdeira das lutas empreendidas por sua mãe Jacintha Luiza e as aliadas dela: Virginia Vieira, Maria Santa Cruz Abreu, Silvina Britto e Bárbara Augusta de Sant'Anna.

As goianas, a instrução e o voto

Em fins de agosto de 1889, o *Goyaz* prosseguiu com sua propaganda em favor da mulher. Na verdade, o jornal noticiou os últimos resultados do Congresso feminil²⁶⁵, questionou o discurso de Mme. Popelin²⁶⁶ julgando-o “um verdadeiro requisito contra a família” e listou as resoluções votadas ao final do evento²⁶⁷.

Dentre as doze resoluções haviam três que se relacionavam diretamente com a ampliação dos direitos das mulheres e, ao que parece, foram aproveitadas como argumentação pelas brasileiras na solicitação de seus direitos políticos. Eram elas: “1º - revisão total do código que concerne a mulher; 2º - que as mulheres [possam] exercer a

²⁶⁵ As mulheres na política. *Goyaz*, anno IV, sabbado, 24 de agosto de 1889, n.º 205, p. 01-02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁶⁶ O jornal publicou o fragmento questionado: “o poder do marido desaparece, como o do pai, e isto indica uma era nova”.

²⁶⁷ Foram votadas doze resoluções, algumas bastante específicas à situação das mulheres europeias, outras por parecer de interesse coletivo foram incorporadas pelas brasileiras que tinham a expectativa de aceder aos mesmos direitos políticos de que usufruíam os homens. O documento trouxe o resumo do que se votou, eram eles: 1º - revisão total do código que concerne a mulher; 2º - que as mulheres possam exercer a profissão de advogado; 3º - que o art. 340 que proíbe pesquisas sobre a paternidade seja abrogado; 4º - que a prisão de S. Lazaro seja demolida; 5º - que só os agentes da autoridade tenham o direito de prender as mulheres; 6º - que asilos para mulheres sejam criados em todas as circumscrições; 7º - que se estabeleçam em cada matricie caixas de beneficência unicamente dirigidas por mulheres; 8º - que os empregos de visitantes, inspetoras e junto as amas de leite sejam ocupados por mulheres, sob a fiscalização de doutoras; 9º - que a aprendizagem tenha lugar nas escolas e não nas oficinas; 10º - que se estabeleçam asilos de trabalho para as mulheres; 11º - que os professores e professoras tenham salario igual; 12º que se faculte as mulheres o acesso em todas as carreiras liberaes e que as mulheres medicas e advogadas formem entre si uma vasta liga.

profissão de advogado; 12º - que se [faculte] às mulheres o acesso em todas as carreiras liberais e que as mulheres médicas e advogadas [formem] entre si uma vasta liga²⁶⁸.

As brasileiras, em suas solicitações, também pediram a revisão de leis e o acesso a profissões exclusivamente exercidas por homens até meados do século XX. Tal semelhança é evidenciada nos pedidos de Delmira Secundina da Costa²⁶⁹ e de Anna Izabel da Costa Ferreira. Esta última solicitante teve seu requerimento publicado no *Goyaz*, em 18 de outubro de 1889²⁷⁰, pouco depois das goianas solicitarem sua inserção na lista de votantes daquele estado já no mês de setembro.

Sobre o caso das sufragistas goianas ainda que a matéria não tenha explicitado as justificativas utilizadas por Jacintha Luiza do Couto Brandão Peixoto, Silvina Ermelinda Xavier de Brito, Maria Santa Cruz de Abreu, Bárbara Augusta de Sant'Anna e Virgínia Baptista da Luz Vieira, quando se aproxima tal solicitação em relação às outras publicações do jornal e à conjuntura política em que essas mulheres se inseriam é possível notar algumas semelhanças. As goianas, ao que tudo indica, eram mulheres influentes e instruídas. Elas tinham consciência de tal solicitação²⁷¹. Entre elas havia professoras e leitoras vorazes. As cinco mulheres pareciam muito acostumadas em participar de eventos públicos promovidos pelo segmento social burguês a que pertenciam. Eram mulheres que gozavam de certa publicidade e de grande visibilidade na chamada “sociedade goyana” dos idos do século XIX.

Pelos registros diários de Anna Joaquina, do Gabinete Literário Goyano, das publicações do *Goyaz*, das memórias de Célia Coutinho Seixo de Britto²⁷², de Ondina de Bastos Albernaz²⁷³, de Cora Coralina e pelos manuscritos de Consuelo Ramos Caiado se pode vê-las percorrendo as muitas igrejas de Goiás, visitando amigas, ensinando nas muitas escolas espalhadas pela cidade, organizando eventos ou deles participando. As goianas

²⁶⁸ Congresso feminil. *Goyaz*, anno IV, sexta-feira, 30 de agosto de 1889, n.º 206, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁶⁹ Eleitoras. *Goyaz*, anno V, n. 212, sexta-feira, 11 de outubro de 1889, p. 02. O documento se tratava de uma pequena nota que trazia o seguinte texto: “A exm.^a sr. d. Delmira Costa, recentemente formada em direito pela faculdade do Recife, requereu a sua inclusão na actual revisão”. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁷⁰ Senhoras eleitoras. *Goyaz*, anno V, n. 213, sexta-feira, 18 de outubro de 1889, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁷¹ Há que se lembrar, também, o impacto da abolição nestas solicitações de sufrágio. A abolição da escravidão provavelmente alimentara ainda mais o desejo da mulher se emancipar, isto porque com a reordenação das posições sociais ocupadas por negros e brancos na sociedade brasileira, o anterior serviçal e propriedade dessas mulheres passaria a ter mais direitos que elas próprias.

²⁷² BRITTO, Celia Coutinho Seixo de. *A mulher, a história e Goiás*. Goiânia: Unigraf, 1982.

²⁷³ ALBERNAZ, Ondina de Bastos. *Reminiscências*. Goiânia: Kelps, 1992.

gozavam de certa liberdade e tinham dimensão de seus direitos políticos, até porque tal temário fora o foco de intensa propaganda realizada pelo *Goyaz*.

Tanto tinham dimensão de seus direitos que acabaram manuseando as contradições e omissões do direito para solicitar a ampliação da cidadania de forma que tal benefício também as cobrisse. A pressão que começaram a exercer por conta dos pedidos forçou a proposição de mudanças legais. Tal movimentação evidenciou-se no caso das goianas e no pedido de Delmira da Costa. Sobre esta solicitação, publicada pelo *Goyaz*, veio acompanhando o texto um projeto de reforma eleitoral que seria apresentado pelo governo em sessões próximas.²⁷⁴ No documento não havia nenhuma discriminação de gênero.

A mulher não existia civilmente e a matéria se referia a um sujeito humano neutro, universal e masculino. Sua presença era compreendida mais pela ótica da complementariedade do que pelas noções de igualdade/paridade²⁷⁵. A impressão é a de que a “expectativa sempre fora a de que as mulheres se comprometessem com sua família, nunca, porém, com o mundo externo ao seu lar” (June HAHNER, 2003, p. 158). Tal concepção – que mais parecia convicção – era um consenso entre os homens que dominavam a cena política do entre Império e República. O sufrágio “jamais foi considerado expressamente pelos republicanos, como nunca o fora pelos monarquistas” (p. 161). E as proposições de mudanças, quase sempre alicerçadas em discursos demagógicos e misóginos, contribuíram

²⁷⁴ Reforma eleitoral. *Goyaz*, anno V, n. 212, sexta-feira, 11 de outubro de 1889, p. 02. Cf. Legislação. Ministério do Império. Regulamento para a execução da lei eleitoral. Decreto n° 3.029, de 09 de janeiro de 1881. *Gazeta Jurídica, Revista mensal de Doutrina Jurisprudência e legislação*, redactor Carlos Frederico Marques Perdigão, membro efectivo do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, v. XXXII, anno IX, julho a setembro de 1881. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1881, p. 533. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁷⁵ A paridade é manuseada aqui no sentido de isonomia, de equilíbrio, por esta razão a manipulamos juntamente com a categoria de igualdade. A igualdade por si só não garante acesso equivalente dos sexos ao direito e isto já foi amplamente descortinado por Joan Scott em variados artigos e livros. Em *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem* (2002), ela demonstrou como a luta das mulheres por igualdade se apresentava paradoxal, contraditória e problema difícil de resolver. Isto porque ao exigir uma “igualdade” com os homens elas se incompatibilizaram com a própria agenda do feminismo. Daí dizer Joan Scott ter o feminismo a oferecer apenas paradoxos. Não havia a possibilidade de haver igualdade entre tantas diferenças. As mulheres precisariam antes resolver o problema de sua ocultação no campo do direito. Como poderiam exigir igualdade jurídica com os homens se nem ao mesmo existiam para o judiciário? É por pensar nestas problemáticas que Joan Scott (2002) enfatizou a seguinte concepção acerca da história do feminismo, das mulheres e dos muitos paradoxos: “A história do feminismo é a história de mulheres que só tiveram a oferecer paradoxos não porque – como queriam os críticos misóginos – a capacidade racional da mulher seja deficiente ou a essência de sua natureza seja fundamentalmente diferente, nem porque o feminismo, de algum modo, não conseguiu alinhar teoria com prática, mas porque o feminismo ocidental e historicamente moderno é constituído por práticas discursivas de política democrática que igualaram individualidade e masculinidade” (2002, p. 29). Assemelhando-se a esta convicção caminhou Eléni Varikas quando operou a categoria de “pária” de forma a entendê-la como “uma metáfora da exclusão feminina” (1995, p. 81).

para a fabricação da falsa sensação de igualdade jurídica. Aspecto que muito fortaleceu a segregação sexual e a desigualdade social entre as mulheres.

Nesse contexto, o direito manipulado pela comunidade masculina era demasiadamente perverso para com elas, principalmente quando fixava suas bases em arquétipos “desligados da realidade social e econômica” (Nicole ARNAUD-DUC, 1991, p. 136), cultural e sexual. Tal perversidade era apregoada por um modelo científico alicerçado em uma perspectiva cartesiano-kantiana da verdade e, que ignora a ideia de invenção em adoção intencional da origem.

A defesa de uma origem natural do direito contribuiu, nos séculos XIX e XX, para a naturalização da dominação (Eléni VARIKAS, 2003) e subalternização das mulheres. As mulheres acreditavam que determinadas funções eram naturais, quando na verdade lhes foi convencionalizado acreditar ser o papel de mãe e esposa naturais. Um exemplo de tal naturalização se expressa na tese de Ana Francia Minetti (1920) e na reverberação de imagens hiperromantizadas para as mulheres. As próprias mulheres contribuíram com imagens excessivamente sentimentais²⁷⁶. Sobre questão análoga Eleni Varikas apontou que:

Enquanto a associação da mulher com os acasos caprichosos da paixão é o lugar comum de uma antiquíssima tradição cultural e religiosa, o status que ela adquire no âmbito da conceptualidade do Estado coloca-a no centro da definição e das implicações do poder legítimo. O império “da alma sobre o corpo”, da razão sobre o apetite bestial e a cupidez que, como lembra Bodin, “a santa escritura sempre chama de mulher” já não define apenas o sentido moral da liberdade humana, mas torna-se garantia da eficácia de uma ordem política profana que não concebe outro modo de pacificar a diversidade humana senão submetê-la ao comando “de um único chefe” (Eleni VARIKAS, 2003, p. 175).

Por intermédio do debate realizado por Eleni Varikas em torno da naturalização da dominação percebe-se que ao se negar em reconhecer o direito das mulheres tentava-se barrar o choque que o reconhecimento da diferença nas/das mulheres provocava entre homens. Tal questão gerou muita insegurança e aversão pela emancipação.

²⁷⁶ Em seus exercícios de memória, por exemplo, Cora Coralina fabricou Silvina Ermelinda como uma santa. A intelectual, escritora, poetisa, aluna e afilhada de Silvina Ermelinda registrou-a em aproximadamente sete poemas distribuídos entre vários de seus livros. Nestes poemas, Cora Coralina remontou o cotidiano da escola de sua mestra e contou como Silvina fora uma ponte entre gerações. Por ter sido professora de Jacintha Luiza e de Cora, ela entrecruzara muitas trajetórias femininas que vinham de gerações outras. Mestra Silvina era mais que uma professora para Cora Coralina. Mestra Silvina era sua madrinha. Talvez fosse por conta desse relacionamento que Cora tenha produzido imagens demasiadamente românticas de sua professora madrinha.

No caso goiano as reações puderam ser notadas no boicote velado do *Goyaz* às solicitações feitas por “D. Jacintha Luiza, Silvina Britto, Maria Santa Cruz, Barbara Augusta e Virginia Vieira”²⁷⁷ e no discurso demagógico de Leopoldo de Bulhões em 27 de janeiro de 1900.

Embora Leopoldo de Bulhões tenha lançado como tema a situação das mulheres para o debate, partindo do caso de d. Myrtes de Campos, do exercício feminino de funções liberais e das omissões do direito, não foi feita qualquer proposição ou apresentado alguma alternativa para o caso das mulheres. Leopoldo de Bulhões optou pelo silêncio. Um silêncio que parece ter operado de forma a “apagar sentidos, de silenciar e de produzir o não-sentido onde ele mostra algo que é ameaça” (Eni ORLANDI, 2007, p. 14).

Nem mesmo a negativa do pedido foi publicada pelo jornal. Provavelmente a omissão tenha sido uma saída para evitar o agravamento de impasses políticos com o juiz substituto, Sebastião Fleury Curado. Nesse contexto em que as goianas formalizaram o pedido de sufrágio os Bulhões haviam rompido e responsabilizado “Sebastião Fleury de traição política, de buscar, oportunamente, uma união com os Católicos, extremamente frustrados com as renovações republicanas, sentindo-se prejudicados com a Constituição Federal que decretara a inelegibilidade clerical”. (Maria Augusta de Sant’Anna MORAES, 1972, p. 175).

Depois de silenciada a ação das goianas pareceu que novamente suas demandas, enxergadas como problemáticas e passíveis de ser evitadas, só seriam solucionadas no século vindouro, momento em que se acreditava na possibilidade de “registrar o extraordinário acontecimento que tanto alcance terá para a civilização do mundo e assignalará a vitória da razão sobre os preconceitos sociaes”²⁷⁸. Outra questão latente naquele contexto era a inferioridade, o silêncio e a invisibilidade da mulher e de sua experiência. Elas não falavam, e quando falavam sua palavra era seguida por protestos masculinos ou simplesmente não eram ouvidas. As mulheres só existiam enquanto filhas, irmãs, esposas e mães de homens representativos no campo da política.

As representações de mulheres no *Goyaz* variavam da doce mãe, filha e esposa à criminosa capaz de destruir uma família inteira. Talvez tenha sido por essa razão que foi dada pouquíssima atenção à solicitação de sufrágio das goianas em 1889. Por questões

²⁷⁷ O *Goyaz* deu pouquíssima atenção ao pedido das goianas. Sequer publicaram as razões para a negativa do Juiz. O caso ficou envolto em pequenas notas num tom debochado e humorado, como se o fato de mulheres exigir direitos políticos partisse de uma expectativa picaresca.

²⁷⁸ Emancipação da mulher. *Goyaz*, anno XV, n. 632, sabbado, 27 de janeiro de 1900, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ofuscadas o *Goyaz* não deu grande visibilidade ao pedido, apenas publicou a nota “*Eleitoras*” em 27 de setembro de 1889²⁷⁹, um número depois de ter publicado um pedido semelhante feito por várias mulheres de Mogy-mirim.

As mulheres desta cidade haviam alicerçado tal solicitação “na interpretação do art. 2º da lei n. 3020 de 9 de janeiro de 1881 e no art. 2º do decreto de 13 de agosto do mesmo ano” e que definia eleitor “todo cidadão brasileiro, nos termos dos arts, 6º, 91 e 92 da Constituição do Império, que tiver renda líquida anual não inferior a 200\$000 por bens de raiz, indústria, commercio, ou emprego”²⁸⁰.

Segunda essa interpretação as goianas, muito possivelmente, devem ter compreendido “que a palavra cidadão tanto se referia ao homem como á mulher”²⁸¹. Interpretação que acabou sendo barrada depois de publicada a negativa para a solicitação de d. Myrthes Gomes de Campos, em 1903.

No caso das goianas, Sebastião Fleury Curado alegou a negativa pelo menos a Jacintha Luiza por seu esposo ainda estar vivo na ocasião de sua solicitação. Todavia o mesmo encontrava-se acamado e acabou falecendo “aos quinze dias do mês de outubro de mil oitocentos e oitenta e nove”²⁸², aos sessenta e oito anos de idade. O direito de votar só foi concedido à Jacintha Luiza “quarenta anos mais tarde” (Ondina de Bastos ALBERNAZ, 1992, p. 48), na ocasião da transferência da capital de Goiás para a recém construída Goiânia.

Ao negar tal direito Sebastião Fleury parece ter ignorado, em detrimento de princípios masculinos, a Constituição do Império que reconhecia por “potencial eleitor” todo aquele que desempenhasse função remunerada e que tivesse “renda não inferior a 200\$000 por bens de raiz, indústria, commercio ou emprego”²⁸³. Naquela época as goianas já desenvolviam atividades remuneradas e muito possivelmente teriam condições de cumprir sozinhas com os compromissos financeiros que resultariam do reconhecimento de sua cidadania.

²⁷⁹ *Eleitoras*. *Goyaz*, anno V, n.º 210, sexta-feira, 27 de setembro de 1889, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁸⁰ *Mulheres eleitoras*. *Goyaz*, anno V, n. 209, sexta-feira, 20 de setembro de 1889, p. 04. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁸¹ *Idem*.

²⁸² Óbito do Desembargador Francisco de Paula Lins dos Guimarães Peixoto. Cúria Diocesana. Arquivo Geral da Diocese de Goiás. Curato de Santana, livro 1ª, folha 25. Lembro que o óbito encontra-se publicado no livro de Clóvis Carvalho Britto e Rita Elisa Seda. *Cora Coralina: raízes de aninha*, 2009, p. 39.

²⁸³ *Mulheres eleitoras*. *Goyaz*, anno V, n. 209, sexta-feira, 20 de setembro de 1889, p. 04. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Jacintha Luiza do Couto Brandão Peixoto trabalhava na produção de doces, quitandas e de fumo. Embora sua neta, Ondina de Bastos Albernaz (1992), tenha dado maior visibilidade à sua intensa atividade leitora, é Jacintha quem já aparece em 24 de outubro de 1890 tomando 10 “ações da Companhia Industrial Goyana”²⁸⁴. Junto dela apareceram, entre muitos homens, outras duas mulheres: D. Mariana Amelia de S. Marques (05 ações) e D. Luiza Xavier de Sant’Anna (05 ações). Uma evidência que corrobora sua atividade profissional é a venda de Cigarros Goyanos. Em 18 de fevereiro de 1932 o *Jornal do Commercio* trouxe a seguinte nota: “Cigarros Goyanos. Especial fumo de cheiro. Milheiro 35\$000 cif. Trata-se com Jacintha Luiza do Couto Brandão Peixoto, Goyaz. Capital, ou com seu correspondente Julio à rua Mayrink Veiga, 24”²⁸⁵. Sua participação entre os sócios do Gabinete Litterario Goyano também é indício de que exercesse alguma atividade remunerada para pagar as mensalidades de empréstimo das dezenas de livros que lia.

Em 1880 ela apareceu acompanhada por Ramiro Pereira de Abreu, Josephina Luisa do C. Brandão e Maria Anastacia de S. Cruz Abreu solicitando a compra de várias obras para a associação literária²⁸⁶. Entre 1893 e 1894 gastou com empréstimos de livros a soma de vinte e sete mil contos de réis (27\$000). Sua dinâmica de leitura parecia assemelhar-se muito à de Iracema de Carvalho Caiado. Jacintha lia obras que continham seis, cinco e quatro volumes em menos de um mês:

Quadro 13²⁸⁷

Leituras realizadas por Jacintha Luiza do Couto B. Peixoto

D. Jacintha Luiza do Couto B. Peixoto

Data da saída	Obras que saíram	Volumes	Restituição	Data pag.	Mensalidade	Talão	Imp. cia	
1893	Transportadas		1893	1893				
	Bibliotheca	7	1-7	08	Janeir	Janeiro	Pg. dos	865, 4\$0
	Familias azul			o	08	08	mezes de	969, 00
					07	Abril	outubro de	1079, 2\$0
					07	07	92 a Janeiro	42 00
					Setemb	de 93	de 93	161, 6\$0
					ro 06	ro 06	Pg. dos	281 00
							mezes de	

²⁸⁴ *Goyaz*, anno VI, n. 299, sexta-feira, 24 de outubro de 1890, p. 04. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁸⁵ Cigarros Goyanos. *Jornal do Commercio*, anno 105, n.º 41, Rio de Janeiro, quinta-feira, 18 de fevereiro de 1932, p. 16. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁸⁶ Bilhete avulso encontrado no livro de registro de 1880 do *Gabinete Litterario Goyano*. Goyaz, 02 de maio de 1880. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

²⁸⁷ Registros de Leitura do ano de 1893. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

						Outubro 03	Fevereiro e Março	416,537,	1\$00
						Novembro 05	Pg. dos meses de	642,736,	1\$00
						Dezembro 04	Abri a Setembro	838,939,	1\$00
							Pg. do mez de Outubro	10301135	
							Pg. do mez de Novembro	1237	
							Pg. do mez de Dezembro		
		Vermelha	1	8	08				
Janeiro	08	Esau o Leproso	4	1-4	21		Fevereiro		
	30	Familia Vamboran	3	1-3	13		Fevereiro		
Fevereiro	16	Caçadas aos milhões – B –	1	1	21				
	21	O Cabeça de Ferro – A –	1	1	23				
	21	Companheiro do Thesouro	4	1-4	20		Abril		
	23	Marido Pirado	1	1-1	01		Março		
Março	01	Snr.º Dupret	2	1-2	07				
	07	Idem Idem	2	3º-4º	13				
	15	A Casa do Gelo – B –	1	1	20				
Abril	20	Rei Malceito	5	1-5	19		Setembro		
Setembro	18	Trinta annos de aventura	2	1-2	12		Outubro		
Outubro	12	Mateiro – A –	3	1-3	18				
	18	Caminho do Bem	2	1-3	01		Novembro		
Novembro	04	Idem.	1	4ª	09				
	16	Hygine do Amor	1	1	19				
	25	Amor a humanidade	1	1	21		Janeiro		
									15\$000

Quadro 14²⁸⁸

Leituras realizadas por Jacintha Luiza do Couto B. Peixoto

²⁸⁸ Registros de Leitura do ano de 1894. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

D. Jacintha Luiza do Couto B. Peixoto

Data da saída	Obras que saíram	Volumes	Restituição	Data pag.	Mensalidade	Talão	Imp.ci a		
1894			1894	1894					
Janeiro	29	Psychologia do Amor	1 1	22	Fevereiro	Fevereiro 03	Pg dos mezes de Janeiro e Fevereiro	80, 143 1\$000	2\$000
						Março 04	Janeiro e Fevereiro	223 321	1\$000
						Abril 04	Pg. do mez de Março	419 518	1\$000
						Maio 03	Pg. do mez de Abril	612, 705,	1\$000
						Maio 05	Pg. do mez de Maio	797, 900	
						Outubro 03	Pg. do mez de Junho	995 1091	
						Novembro 06	Pg. dos mezes de		
						Dezembro 05	Julho e Outubro		
							Pg. do mez de Novembro		
							Pg. do mez de Dezembro		
Fevereiro	21	Recebeu um exemplar do Catalogo da	1 1						
	22	Les Boudins de Neve – Catulle Mendes	1 1	24	Março				
	24	Les Mai	1 1	24					
	24	Laço de Palha	1 1	15					
Março	08	Couter Jans	1 1	15	Março				
	15	Amor de Babel	1 1	29	Março				
	29	Le Juif e Fraim	1 1	29					
	31	Le Vir de Jesus – Le Veillat	1 1	31					
	31	Novellas de Munet	1 1	08	Abril				
Abril	08	Memorias de Judas - Pebrucelli	1 1	03	Maio				
	30	L'Ami des jeunes Fil	1 1	30	Abril				
	30	Crime de Orcival – B –	1 1		03	Maio			
Maio	03	Encycopedie Ourages des Dames	1 1	03					
	04	(Ilegível) de Lirauge	1 1	13	Julho				
Julho	13	Nana	1 1	24					

	27	D.r Marceau	1	1	30	Agosto
Agosto	30	Mulher Adultera – A –	4	1-4	26	Setb.º
Setembro	26	Odio dos Barbaros	3	1-3	30	Outubro
Outubro	03	La Deblaque	1	1	08	Outubro
	30	Nas Curvas	1	1	03	Novembro
	03	Damaris Larusic	1	1	17	
	17	Le Ducyele	1	1	18	
	17	Amores (Ilegível)	1	1	18	
	20	Le Decepole	1	1		

12\$000

Semelhante a Iracema de Carvalho, Jacintha Luiza também nutriu um gosto por romances, pela literatura estrangeira e por livros sobre a trajetória de mulheres. O fato de ter enviuvado três vezes ao longo de sua trajetória²⁸⁹ e os sérios problemas financeiros enfrentados por sua família entre fins do século XIX e meados do XX, certamente a afastaram do Gabinete Litterario Goyano e exigiram dela o exercício de atividades remuneradas que não foram registradas no tempo. Esta é uma explicação para a pouca quantidade de registros de leituras suas na biblioteca do Gabinete. Talvez, por essa razão, os registros não seguiram uma linearidade, como no caso de outras sócias.

Sobre sua viuvez, Clóvis Carvalho Britto e Rita Elisa Seda (2009) lembraram as dificuldades que Jacintha Luiza enfrentou para garantir o sustento de toda a família. No interior deste contexto, o pedido de voto em 1889, desenrolou-se como uma tática manejada por ela na expectativa de conquistar a emancipação e assim adquirir autorização para desenvolver atividades remuneradas, ou mesmo entrar no universo político, vez que ela era bastante envolvida com o ambiente político e público de Goiás. Aspecto que aparece em sua grande visibilidade pública e no respeito de que gozava entre várias representações políticas do estado de Goiás.

Jacintha Luiza do Couto Brandão compôs a sociedade de organizações importantes entre fins do século XIX e meados do XX. Associou-se ao Gabinete Litterario Goyano desde 1878, vendeu obras literárias suas e realizou doações importantes para aquela biblioteca. Em

²⁸⁹ BRITTO, Clovis Carvalho; PRADO, Paulo Brito do. Museu Casa de Cora Coralina e o luto estratificado em memórias femininas. *Museologia e Interdisciplinaridade*. Brasília, DF: Univerdade de Brasília (UnB), v. 07, n.º 13, 2018.

1929 a presidente do Gabinete, Consuelo Ramos Caiado apontou, nos registros de contas da instituição, terem oferecido obras ao Gabinete, dentre vários senhores, a “srta. Maria Ferreira Azevedo, Dr. José Carlos de Macedo Soares, D. Jacintha L. do Couto Brandão e o Sr. Benevides Tavora”²⁹⁰.

O fato de estar atrelada ao Gabinete Litterario Goyano entre 1929 e 1932 corroborou seu envolvimento com o feminismo fecundado entre as sócias da Federação Goyana pelo Progresso Feminino. Em 22 de agosto de 1931, Jacintha Luiza se associou a instituição fundada por Consuelo Ramos Caiado. Sua tia Vicência do Couto Brandão também a acompanhou nesse empreendimento feminista diretamente atrelado ao movimento nacional de Bertha Lutz e à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino²⁹¹.

Para além de seus empreendimentos feministas, Jacintha Luiza foi a única mulher sócia e fundadora do Instituto Histórico e Geográfico de Goyaz (IHGG), em 1933. Na ocasião de sua morte registrou-se na “Acta da decima sessão do Instituto Histórico e Geographico de Goiaz”, aos “vinte e cinco dias do mês de junho, do anno de mil novecentos e trinta e oito, na cidade de Goiânia, capital do Estado, no salão da Procuradoria Geral, as oito horas da manhã”, na página 11, a seguinte nota: “Foram registradas notas de pesar pelo falecimento dos sócios fundadores Henrique Silva e Dona Jacintha do Couto Brandão, aos quaes o Instituto muito devia pelo brilho que sempre lhe emprestaram seus nomes”²⁹².

Outra evidencia da distinção de que gozava no meio político de Goiás é o destaque recebido pela *Voz do Povo*²⁹³ na ocasião de seu aniversário. Em 04 de novembro de 1934 o jornal publicou a seguinte felicitação em homenagem ao seu natalício: “D. JACINTHA BRANDÃO. Completará mais um ano de existência, a 6 do andante, a veneranda senhora d. Jacintha Luiza do Couto Brandão Peixoto, tronco respeitável de uma das mais numerosas e distintas famílias goyanas. ‘Voz do Povo’ lhe envia respeitosos cumprimentos”.

Embora fosse comum os jornais publicarem notas de felicitações para homens e mulheres respeitáveis da sociedade goiana, essas notas sempre vinham agrupadas numa única coluna do jornal e sempre na última página. No caso de Jacintha havia uma distinção

²⁹⁰ Relatório sobre o estado do *Gabinete* e das ocorrências nelle verificadas, p. 02-03. Goyaz, 21 de abril de 1932. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

²⁹¹ Acta da sessão ordinária da Directoria da *Federação Goyana pelo Progresso Feminino*. Goyaz, 22 de agosto de 1931, p. 05 – 06 do Livro de actas das sessões geraes e das do Conselho Fiscal da *Federação Goyana pelo Progresso Feminino*. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

²⁹² Acta da decima sessão do Instituto Histórico e Geographico de Goiaz, 25 de junho de 1938, Goiânia. *Livro de Atas*, n.º 01, 1932/1942, p. 11. Arquivo Histórico de Goiás, Goiânia, Goiás.

²⁹³ D. Jacintha Brandão. *Voz do Povo*, anno VIII, n.º 354, Goyaz, domingo, 04 de novembro de 1934, p. 02. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

e um destaque, tal nota veio no centro do jornal entre notícias de cunho político e na página de número dois. Somado a isso a publicação foi feita por um jornal que representava as ideias mudancistas, conseqüentemente era uma oposição as ideias de Jacintha, pois conforme lembraram Clovis Carvalho Britto e Rita Elisa Seda (2009) e Maria Bittar (2002), ela se posicionou contrária à transferência da capital goiana, inclusive filiou-se ao feminismo de Consuelo Caiado e enviou carta à Bertha Lutz pedindo que intervisse junto às representações políticas do Rio de Janeiro para que se barrasse o projeto do interventor Pedro Ludovico Teixeira em 1933.

Jacintha Luiza liderou comissão de mulheres goianas contra a transferência da capital goiana. Trocou algumas correspondências com Bertha Lutz, a fim de utilizá-la como mediadora de um diálogo entre as goianas e a Sen.^a Darcy Vargas. Na verdade, quando do funcionamento da Federação Goyana pelo Progresso Feminino, Jacintha Luiza se aproximou de Consuelo Ramos Caiado e juntas tentaram estreitar relações com as feministas cariocas de modo que isso permitisse redes de diálogo capazes de evitar a transferência da capital. Segundo as expectativas de Jacintha Luiza do Couto, o intuito era utilizar a primeira dama como canal de negociações com o presidente Getúlio Vargas²⁹⁴.

Em 25 de março de 1933, Jacintha Luiza enviou, através de Consuelo Ramos Caiado, a presidente da Federação Goyana pelo Progresso Feminino, carta a Bertha Lutz. Na correspondência ela se apresentou e expôs seus objetivos. Junto da carta seguiu um *Memorial* endereçado a Exma. Sr. D. Darcy Vargas e que explicava, por meio de estudos feitos pela comissão de mulheres goianas, as razões que para impedir o empreendimento mudancista²⁹⁵.

Logo depois de enviada a documentação, e atendendo aos pedidos de Bertha Lutz, Jacintha Luiza remeteu manifesto apresentando a comissão de mulheres. A comissão vinha assinada por Jacintha, Anna Louiza de Santana Coutinho, Esther da Veiga Jardim, Olympia Francisca Pova, Zelia Pova Winkelmann, Maria Angelina Brandão, Ceres Luiza do Couto Brandão, Celestina de Souza Queiroz, Ana Albernaz Machado, Maria Marques Vieira, Maria Gomes da Silva Barros e Maria Aires do Couto²⁹⁶.

²⁹⁴ Correspondência enviada a Bertha Lutz em 25 de março de 1933 por Jacintha Luiza do Couto Brandão Peixoto. Museu Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁹⁵ Memorial a Exma. Sra. D. Darcy Vargas. Goyaz, 25 de março de 1933. Museu Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁹⁶ Carta da Comissão das goianas a Bertha Lutz. Goyaz, 03 de abril de 1933. Museu Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

A expectativa era que Bertha Lutz entregasse toda a documentação a D. Darcy Vargas e esta, por sua vez, criasse um canal de diálogo entre as goianas e Getúlio Vargas. Era só por essa movimentação que Jacintha Luiza e todas as outras goianas acreditavam poder impedir a transferência da capital, ação que segundo sua líder seria impossível de realizar em razão da falta de recursos financeiros. Por essa e outras razões, Jacintha Luiza se posicionava contrária:

[...] como passo a expor a V. Ex.^a, é a de todos os goyanos, que tendo por berço esta capital, que guarda as nossas mais caras tradições, amam-n’ a apaixonadamente. Nós nos opomos, tenazmente, Exma. Snra. a tresloucada pretensão do interventor de mudar sem um motivo justificado a sede da capital goyana para um outro ponto, porque tal mudança infundada acarretaria infalivelmente, a decadência desta cidade, por lhe faltar meios de transporte que impulsionem o seu progresso²⁹⁷.

Nesta carta Jacintha Luiza não poupou críticas a Pedro Ludovico Teixeira e deu ao movimento antimudancista uma tonalidade feminina. Seu movimento antimudancista ofereceu ao contexto, muito masculino, uma versão que saia da caneta e das ações das mulheres. As mulheres de Goiás não se omitiram diante da proposta de mudança da capital, e para impedi-la manejaram redes de solidariedade com instituições feministas em funcionamento no estado na década de 1930.

Aqui a Federação Goyana pelo Progresso Feminino, desenvolvendo importante papel na construção de uma consciência coletiva – uma cultura política feminina – entre as mulheres de Goiás, atuou como instituição responsável por estreitar relações entre as goianas e o governo federal.

Na acepção mesma de Marieta de Moraes Ferreira (1993) de que determinados “eventos são chaves, mobilizadores, simbólicos, na medida em que permitem captar o comportamento e a cultura política de um sistema no seu todo ou de alguns de seus segmentos sociais específicos” (p. 10, 1993), a Federação Goyana pelo Progresso Feminino operou como ponte entre as mulheres e o mundo da política, das tradições e das modernizações. Ela foi uma reação feminina contra determinações resultantes da intervenção de Getúlio Vargas e Pedro Ludovico em Goiás.

²⁹⁷ Carta de Jacintha Luiza a Bertha Lutz. Goyaz, 25 de março de 1933. Museu Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Jacintha Luiza e as outras mulheres se preocupavam com os previsíveis problemas econômicos que Goiás enfrentaria sem a circularidade do dinheiro público e com um provável abandono gradual da cidade. Ela temia que Goiás e seus costumes morressem ou se destinassem a um esquecimento atroz. Daí mostrar-se bastante inquieta com toda a movimentação em busca de um novo espaço para a capital goiana. O fato é que Jacintha Luiza não conseguiu realizar seus empreendimentos antimudancistas e, frustrada pela condição de abandono em que se converteu sua cidade, acabou falecendo em 1937, logo que se consolidou a transferência da capital.

No contexto de sua movimentação, na década de 1930, Silvina, Virginia e Barbara já haviam falecido, por essa razão não apareceram na documentação relativo à comissão. A geração de solicitantes do direito de voto de 1889 parecia findar-se em Jacintha Luiza do Couto Brandão Peixoto, todavia suas agendas, expectativas e experiências reverberariam por diferentes gerações de mulheres em Goiás.

Silvina Hermelinda Xavier de Britto trabalhava como professora da escola feminina instalada em Goiás na Rua Direita, n.º 13 (Célia Coutinho SEIXO DE BRITTO, 1982, p. 125) (atual Moretti Foggia). Em 1871 o *Correio Oficial* destacou matéria sobre seu exercício de docência e o pedido de transferência da escola para outro prédio na Rua do Mercado²⁹⁸. Silvina também era uma sócia assídua do Gabinete Litterario Goyano, na verdade seu nome consta entre os registros da biblioteca desde 1871²⁹⁹, sinal que corrobora a sua atividade intelectual e remunerada, e deixa explicações para seu pedido de voto em 1889.

Conforme a lei vigente, ela tinha recursos suficientes para arcar com as demandas de sua cidadania. Para manter suas leituras, ela precisaria pagar as mensalidades sempre em dia. Vários são os registros de pagamentos que efetuou ao Gabinete Litterario Goyano entre os meses de janeiro a dezembro de 1878.³⁰⁰ Nesse período de tempo, Silvina Britto pagou ao Gabinete a quantia de 17\$000 em mensalidades.

Na primeira sessão de reabertura do Gabinete Literário Goyano, em 26 de março de 1871, Silvina Ermelinda Xavier de Brito apareceu entre D. Antonia Emilia de Bulhões Jardim, D. Anna Barbosa X.er Leal, D. Maria Cyriaca Ferreira, D. Anna Joaquina Marques

²⁹⁸ *Correio Oficial*, n. 393, Goyaz, sabbado, 11 de novembro de 1871, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁹⁹ Acta da Sessão do dia 26 de março de 1871. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

³⁰⁰ Livro de registro de mensalidades recebidas pelo bibliotecário e procurador do Gabinete Literario Goyano. Goyaz, 8 de abril de 1878. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Silva, D. Thomasia Pereira d'Abreu Brandão, D. Adelaide da Rocha Lima, dentre tantas outras mulheres e homens³⁰¹. Nesse dia, a professora de primeiras letras e todas as mulheres listadas na ata se associaram ao Gabinete Litterario.

Desse momento em diante, Silvina intensificou sua participação no interior da biblioteca. Fez generosas doações de livros, a exemplo da de 17 de junho de 1872. Nessa doação, ela ofereceu ao Gabinete Litterario as seguintes obras: “Marilia de Dirceu em 2 v., Vicentina em 3 v.es, O Forasteiro, Mocidade de D. João 5º em 4 ditos, Historia do descobrimento da América em 2 ditos, Um conto ao Serão, Extracto da Bíblia, Livro do povo, Honra e gloria ou 29 em 1 dito, e Almanach de lembranças brasileiras em 2 ditos”.³⁰²

Tais doações acabaram lhe proporcionando o título de sócia benemérita e, como Silvina parecia ter sempre consciência de seus direitos, vez ou outra cobrava o cumprimento dos regulamentos. Em 1893 remeteu carta à direção do Gabinete questionando sobre que benefícios teria um sócio benemérito, conforme previsto nos Estatutos? Ela parecia reclamar o direito de ter livre acesso as obras daquela biblioteca sem que precisasse pagar as mensalidades, afinal, conforme destacou “ninguem dirá que ler obras, habitualmente, por falta de leitores, prejudiquem os outros socios, alem de que, eu lhe tenho dito que levando tais obras, apenas de ter outras em casa, me prevenisse de algum socio a pudesse, porque anima que não estivesse lida”.³⁰³

Silvina Ermelinda reclamara direitos, vez que beneficiara aquela Associação com doações de vários livros. O benefício que ela recebeu foi a isenção de qualquer taxa do Gabinete Litterario. Pelos registros de leitura desses anos, ficou evidente que ela recebeu isenção das mensalidades, pois não consta nos registros de locação dos livros o valor pago:

Quadro 17³⁰⁴

Leituras realizadas por Silvina Ermelinda Xavier de Brito

D. Silvina Ermelinda Xavier de Brito

Data da sahida	Obras que sahiram	Volumes	Restituição	Data pag.	Mensalidade	Talão	Imp.ci a
----------------	-------------------	---------	-------------	-----------	-------------	-------	----------

³⁰¹ Acta da sessão do dia 26 de Março de 1871. Livro 1º das actas das sessões do *Gabinete Litterario Goyano*, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 33-34. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

³⁰² Sessão em 17 de junho de 1872. Livro 1º das actas das sessões do *Gabinete Litterario Goyano*, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 43-44. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

³⁰³ Registros de Leitura do ano de 1893. Bilhete colado na página referente ao ano de 1893. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

³⁰⁴ Registros de Leitura do ano de 1893. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

1893

Janeiro	25	Conde-Duque de Oliveira	4	1-4	26	Janeiro
		Thesouro Failart	1	1	04	Fevereiro
Fevereiro	04	Segredo d'um Medico	1	1	06	
	06	Judia Ervante	5	1-5	11	
	11	Dramas Internacional	2	1-2	14	
	14	Dramas da Aldeia	1	1	15	
	15	Cavalheiro de Armental	4	1-4	21	Fevereiro
	21	Os Filhos Familias	3	1-3	02	Março
Março	02	Escolhidos e Reprobos	3	1-3	03	
	03	Casada e Virgem	1	1	09	
	09	Baronesa de Amor	2	1-2	14	
	14	Confissão de um bohemio	1	1	14	
	22	Mysterios da Indias	2	1-2	27	Março
	27	Memorias de um C. de Policia	2	1-2	02	Abril
Abril	02	Mil e um Fantasmas	2	1-2	02	M.
Maio	02	Damas dos 3 Espartilhos	1	1	6	Maio
	27	Dias Dupae	2	1-2	29	
Junho	10	Dramas no mar	6	1-6	21	
	30	Libertinos e Conspiradores	3	1-3	05	
Julho	07	Pirata Trc Laray	2	1-2	11	
	11	Os Noivos	2	1-2	18	Julho
	18	Rucia Vermelha	1	1	21	
	21	Tal arvore e Tal Fructo	1	1	24	
	24	Noites Amenas – A –	1	1	27	
	27	Por bem fazer mal haver	1	1	31	
	31	Cusineiro d'El Rei	5	1-5	12	Agosto
Agosto	12	Herança do Banqueiro	2	1-2	24	
	24	Marqueza Ensanguentada	2	1-2	05	Setembro

Veja a folha
191

Quadro 18³⁰⁵

Leituras realizadas por Silvina Ermelinda Xavier de Brito

D. Silvina Ermelinda X.er de Brito									
Data da saída	Obras que saíram	Volumes		Restituição		Data pag.	Mensalidade	Talão	Imp.ci a
1893				1893			Importancia que vem da folha 118.		
Setembro	Dramas do Novo Mundo	1	1	18		Setem bro			
05	Duqueza de Laugias	1	1	11		Setem bro			
18	Malegalfo Malaurid	5	1-5	28					
28	Companheiro de Jesus	2	1-2	03		Outub ro			
Outubro	O Italiano	3	1-3	09					
09	Conde de Monte Christo	2	1-2	26					
Novembro	Idem	1	1	04					
04	Mão do Finad	1	1	10		Nove mbro			
10	Condessa do M. Christo	1	1	11					
17	Rapaizinho	5	1-5	22					
22	Memorias de um Comissario d. P.	2	1-2	25					
25	Os 45	5	1-5	06		Deze mbro			
Dezembro	Os Tres Mosqueteiros	4	1-4	15					
15	Vinte annos Depois	5	1-5	21					
21	Trinta annos de vida	2	1-2	21		Fever eiro			

Os registros de leitura de Silvina Ermelinda assemelham-se muito aos de Iracema e de Jacintha, exceto pela ausência de literatura estrangeira. Silvina lia, também, muitos romances e textos com forte conteúdo feminino. Seus registros de leitura são um pouco menores que os das mencionadas mulheres, talvez por ela ainda atuar como professora de primeiras letras. Naquela época, ela era professora de uma escola particular que mantinha em um dos salões de sua casa. Foi nessa escola que Cora Coralina estudou e construiu, posteriormente, sua memória poética ilustrando a professora e madrinha, Silvina Ermelinda.

³⁰⁵ Registros de Leitura do ano de 1893. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Cora Coralina evidenciou ser Silvina uma ponte entre gerações: a sua e a de sua mãe, Jacintha Luiza. Por meio dos poemas é possível observar como as trajetórias dessas mulheres se entrecruzaram, como amizades se afirmaram e os caminhos se conectaram. Mestre Silvina era mais que uma professora para Cora Coralina. Mestre Silvina era sua madrinha, havia sido professora de sua mãe, “estimada e respeitada por ela” (Cora CORALINA, 1984, p. 137).

Ao fabricar a lírica de seu retorno para Goiás, “quarenta e cinco anos decorridos” de sua fuga na companhia de “Cantídio, [seu] bem”³⁰⁶, Cora procurou em seu presente um passado com o qual pudesse se identificar. A busca de sua gente, suas raízes e suas memórias afetivas foram dar na escola primária e na Mestre Silvina.

As evidências deixadas por Cora confirmaram o protagonismo de Silvina e deixaram ver o respeito de que a professora gozava entre os diferentes integrantes da sociedade goiana. É claro que o cargo lhe revestia de uma aura demarcada pelos princípios da honra, da moral e dos bons costumes e esse pode ter sido o canal pelo qual articulou a publicação da carta agradecendo a propaganda emancipacionista do *Goyaz*.

Para além de trabalhar como bibliotecária do Gabinete, atividade que desempenhou até janeiro de 1921, conforme acta da diretoria³⁰⁷, Silvina Britto não participava das reuniões de eleição do Gabinete Litterario Goyano, nessas quem ia com muita frequência era Virginia Vieira. Em sessão magna, realizada em 03 de maio de 1884, o nome de Silvina não apareceu, mas sim o de Virginia Vieira, que também foi lembrada por Cora no poema “U’ltimo Adeus”, publicada no jornal *Cidade de Goiás* de 22 de março de 1959.

Os registros da escritora – que parece ter legado dessas mulheres alguma herança simbólica – evidenciam a existência de reuniões literárias, promovidas pelo Gremio Litterario Goyano³⁰⁸ e que parecia ser uma extensão dos trabalhos acadêmicos e intelectuais promovidos pelo Gabinete Litterario Goyano. Em “U’ltimo Adeus”, Cora descreveu o

³⁰⁶ Embora este seja um tema espinhoso, questão evitada por pesquisadores, biógrafos e o próprio museu que homenageia a escritora, observou-se em 1911, antes de sua fuga com Cantídio, uma publicação referenciando-o como o grande amor de sua vida. É claro que Cora não assinou tal publicação, mas o fato de ser ela uma das poucas mulheres que escreviam nos jornais de Goyaz, somada à coincidência do nome e da data forçou-nos a atribuir-lhe a autoria desta publicação. Em 14 de outubro de 1911 foi publicada nota intitulada “Cantidio, meu bem” no jornal *A Imprensa*, logo em seguida Cora se retirava de Goyaz com aquele que seria o pai de seus filhos. *A Imprensa*, anno VII, n.º 324, Goyaz, 14 de outubro de 1911, p. 02. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

³⁰⁷ Acta da reunião da Diretoria do *Gabinete Litterario Goyano* em Goyaz, 22 de janeiro de 1921. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

³⁰⁸ Gremio Litterario Goyano. *A Republica*, anno VII, n.º 126, Goyaz, sabbado, 27 de julho de 1907, p. 03. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

ambiente literário nutrido por Virginia em seu Sobrado e que, possivelmente, teria servido de ambiente poético no qual Cora, Leodegária de Jesus, Benjamin Vieira (filho de Virginia), Heitor de Moraes Fleury, Rosa Godinho, Alice Santana e Josias Santana (filhos de Barbara Augusta de Sant'Anna) criaram o Grêmio Litterario Goyano e o jornal *A Rosa*, respectivamente.

Virgínia Vieira (Virginia Baptista da Luz Vieira) era originária de Crixás e havia se casado com o comerciante português Miguel José Vieira, morava em um sobrado situado na Rua Moretti Foggia. Lugar lembrado e eternizado por Cora Coralina como espaço de bailes, saraus e tertúlias literárias. Célia Coutinho Seixo de Britto (1992) também destacou a importância do lugar e de sua moradora, segundo a memorialista, as mulheres goianas “ali, realizavam saraus, bailes e informais reuniões de família e de amigos, bem como numerosos serões do Clube Literário Goyano” (p. 130). Virgínia era uma mulher de grande distinção no interior daquela sociedade.

Algumas notas acerca do “trato ameno e altas qualidades”³⁰⁹ de Virginia Vieira foram evocadas por frequentadores de bailes, em jornais da capital. Como suas outras parceiras, ela era uma mulher da elite goiana e que naquele contexto de reformulação das relações de gênero integrava “um pequeno segmento da população brasileira do século XIX diferenciado da grande maioria das pessoas por sua condição econômica e por sua ‘raça’ (a chamada ‘raça branca’, considerada superior às demais” (June HAHNER, 2012, p. 43).

Já naquela época, Virginia desempenhava atividades remuneradas e isso parecia ser o resultado de questões locais e/ou de pequenas alterações no Código Civil que, mesmo mantendo fortes influências das Ordenações Filipinas, garantiu, mediante compreensões atualizadas de individualidade – e que resultavam de princípios liberais propagandeados pelas revoluções de 1848³¹⁰ – a algumas mulheres “assumir os negócios da família (como faziam as fazendeiras), pois se esperava que preservassem o patrimônio familiar” (p. 50).

³⁰⁹ O dia 7 de setembro. *Correio Oficial*, n. 34, Goyaz, sabbado, 10 de setembro de 1887, p. 01. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

³¹⁰ Faz-se necessário lembrar as influências de movimentações mundiais nesse relaxamento das leis brasileiras. Em pesquisa sobre o voto familiarista e o processo de individualização das mulheres no século XIX, Anne Verjus destacou ser seu interesse “abordar a origem da reivindicação do voto familiar porque ela se situa em uma época em que emergem as condições da nova visão de uma situação política das mulheres, pela instituição do sufrágio universal em 1848; neste caso, vamos estudá-lo enquanto um dos *sinais* dessa ruptura, mostrando como tais proposições e o modo de organização do sufrágio – expressos por autores que, do ponto de vista social, se situam na burguesia instruída e esclarecida dos engenheiros e guardas nacionais – se opõem às categorias *familiaristas* do sistema eleitoral até então vigentes; veremos como o voto familiar, a despeito de sua marginalidade, por um lado, e, por outro, de sua moderação relativamente às reivindicações feministas, inscreve-se nessa época no insensível movimento de individualização política das mulheres que, no século seguinte, permitirá pensá-las como sujeitos de direitos” (2005, p. 408).

Em 19 de fevereiro de 1902, Virginia Vieira, juntamente de outras pessoas, solicitou a “eliminação de seu nome do lançamento do imposto sobre indústrias e profissões feito pela collectoria da Capital para o corrente exercício, por ter fechado o anno passado os negócios que possuíam n’esta cidade”³¹¹. Tal registro de atividade remunerada reverbera as permissões concedidas às mulheres entre fins do XIX e meados do XX para “administrar sua herança e, conseqüentemente, gozar de uma vida mais independente” (p. 50).

Sócia do Gabinete Litterario Goyano ela era uma insistente leitora. Embora poucos registros de leitura tenham sobrado das muitas transferências sofridas pelo acervo da instituição de leitura, seu nome aparece entre os participantes das eleições das novas direções³¹² do Gabinete. Tal presença evidencia contar ela com rendimentos suficientes para financiar suas atividades de apreciação literária e se converter numa eleitora.

Maria Santa Cruz de Abreu e Bárbara Augusta de Sant’Anna praticamente desapareceram dos registros de jornais e memórias. De Maria Santa Cruz Abreu só se sabe ter sido ela casada com o “desembargador Ramiro Pereira de Abreu, político influente no estado de Goyaz” (Maria Paula Fleury de GODOY, 1975, p. 77) e que estava atrelada ao Gabinete Litterario Goyano desde 1880. Não há registros de possíveis filhos que se converteram em herdeiros de seus legados, diferentemente dos/das filhos/as de Jacintha Luiza, Bárbara Sant’Anna e Virginia Vieira.

As filhas e filho dessas três mulheres ocuparam papéis importantes no cenário cultural e intelectual de Goiás. Cora Coralina, Alice Sant’Anna e Benjamin Vieira, respectivos filhos das mencionadas mulheres se tornaram, ao longo do século XX, em importantes escritores e referências culturais de Goiás.

Bárbara Augusta de Sant’Anna, conforme adiantado, era mãe de Alice Augusta de Sant’Anna Coutinho, uma das jovens que compartilhou espaço junto de Leodegária de Jesus, Cora Coralina e Rosa Godinho no jornal *A Rosa*. Pelas memórias de Célia Coutinho e de algumas publicações do *Goyaz*, percebeu-se que sua filha Alice tinha intensa visibilidade pública. Participava de peças teatrais, saraus, quermesses e publicava seus escritos no jornal *A Rosa*. Talvez aí houvesse o peso da herança cultural, legada pela mãe, pois segundo Cora Coralina, na casa de Joaquim José de Santana e Dona Bárbara Augusta de Santana (Dona Bitá) se encontrava ambiente adequado à juventude intelectual de Goiás. Sua casa era um

³¹¹ Secretaria de finanças, janeiro de 1902, dia 16 – Despacho do tribunal, Requerimentos. *Goyaz*, anno XVI, n.º 716, quarta-feira, 19 de fevereiro de 1902, p. 01. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

³¹² Acta da Sessão magna em 03 de maio de 1884. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

espaço em que se cultuava a música e a educação. Bárbara era mãe, dentre outros filhos, de Moisés Santana, um dos jornalistas mais influentes de Goiás.

Percorrer a trajetória dessas mulheres ofereceu algumas explicações para a solicitação que fizeram em 1889. Talvez elas desejassem a emancipação pela necessidade de exercer outras atividades remuneradas e que só conseguiriam depois de terem reconhecidas as suas cidadanias, ou mesmo porque viam nesse direito uma forma de distinção social em uma sociedade marcada pelos anos de escravidão.

Infelizmente tal solicitação acabou não sendo atendida e o jornal *Goyaz* parece ter optado por silenciar o pedido das goianas, talvez como estratégia de impedir novas solicitações. Nem mesmo a negativa foi publicada. Sabe-se que lhes foi negado tal direito e que a negativa acarretou comentários por conta da publicação em que diferentes articulistas do *Goyaz* sugeriam às cinco mulheres “vingar-se de Sebastião no próximo baile”³¹³.

Explicações ficaram a cargo do silêncio que pairou sobre o hipotético mal-estar entre Sebastião Fleury, os Bulhões, a sociedade e as mulheres goianas que viram toda e qualquer expectativa de conquistar o direito de voto desaparecer diante de seus olhos após a empreitada malsucedida de Jacintha, Silvina, Maria, Bárbara e Virginia.

O *Goyaz* não se preocupou em tornar visível a solicitação das goianas. Foi *A Família* quem expôs o pedido feito por essas mulheres:

A compreensão dos destinos das pessoas do nosso sexo, está tomando no Brazil, uma attitude digna dos maiores applausos.

Já se pensa em influir nos destinos sociaes, em sahir da nullidade completa em que temos vivido até agora.

Em Goyaz, requereram inclusão no alistamento eleitoral as Sras. D. D. Jacintha Luiza do Couto Brandão Peixoto, Silvina Ermelinda Xavier de Brito, Maria Santa Cruz de Abreu, Barbara Augusta de Sant’Anna e Virginia Vieira.

Em principio, nada se conseguirá; mas com resolução e constância chegaremos a obter tudo o que a sociedade nos deve e a lei não consente.³¹⁴

O texto do jornal feminino era bem mais detalhado que aquela nota publicada no *Goyaz*, e nele a iniciativa das goianas era exemplo de grande expressão no rol da luta das mulheres por direitos e cidadania, todavia a redatora reiterou que tal solicitação era apenas

³¹³ Imprensa. *Goyaz*, anno V, n.º 213, Sexta-feira, 18 de outubro de 1889, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

³¹⁴ Novidades. Eleitoras. *A Família*, anno I, n. 39, Côrte, 23 de novembro e 1889, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

uma movimentação preliminar sem maiores conquistas, algo semelhante ao que comentara Narciza Amalia e S. B. em suas publicações.

O fato é que o caso de Goiás teve grande ressonância em outros estados do Brasil naquele momento. Isso ficou claro em publicação feita no Espírito Santo, onde as goianas receberam alguma atenção através de publicação de 24 de outubro de 1889:

A onda engrossa.
O mundo feminino está revolucionado.
De onde teria partido a faísca que assim conflagrou o paiz até ao coração de Goyaz? Dentro em pouco, Cupido não atirará settas, fará cédulas, o que é, talvez, muito mais pratico. A conquista das urnas será a conquista dos corações – sacrário tão violável como o outro.
Na capital de Goyaz, requereram a sua inclusão no alistamento eleitoral as srs. dd. Jacintha Luiza do Couto Brandão Peixoto, Silvina Ermelinda Xavier de Brito, Maria Santa Cruz de Abreu, Barbara Augusta de Sant'Anna e Virginia Vieira.³¹⁵

A solicitação feita pelas goianas foi negada pelo juiz substituto Sebastião Fleury ainda em 1889, mas por razões bastante nebulosas o jornal não ofereceu maiores informações, como as que haviam sido publicadas sobre as mulheres de São Paulo. Não foi produzida uma matéria que trouxesse explicações da negativa, havia apenas algumas publicações que manipulavam tal negativa de forma irônica e zombeteira, conforme se notou na publicação de outubro de 1889:

O órgão do governo nos dá um edital dos editaes;
É aquelle em que o dr. Sebastião publica o seo despacho negando o direito de voto ás mulheres.
Supponho que o patrão cá de casa que tinha a opinião contraria, está hoje convencido de que as mulheres não podem ser eleitoras. Porém, há dias em certa ordem o jovem e ilustrado dr. Juiz de direito dizia: que a razão principal porque as mulheres não podem ser eleitoras, é porque não comprehendem u' ma sogra eleitora!
Um conselho ás moças: vinguem-se do dr. Sebastião no primeiro baile que houver.³¹⁶

³¹⁵ Mulheres eleitoras. – Diz a tribuna Liberal. *A Província do Espirito-Santo*, anno VIII, n. 2068, Victoria, quinta feira, 24 de outubro de 1889, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

³¹⁶ Imprensa. *Goyaz*, anno V, n. 213, sexta-feira, 18 de outubro de 1889, p. 02. Biblioteca Nacional, Goiás, Goiás.

E se houveram notícias da negativa essas só foram possíveis graças a este pequeno edital e por intermédio das colunas “*A granel*”, “*Cobras e lagartos*” e “*Folhetim*”, espaços em que escreviam a *Thesourinha*, *Til*, *Canuto*, *Ignotus* entre outros³¹⁷. Numa dessas colunas *Til* comentou que “as faíscas tocavam um estado em que se vive presentemente n’esta boa terra, onde já há mulheres que querem ser eleitoras [...]”³¹⁸. Ele se referia à solicitação das goianas, mas essa era a única referência sobre o movimento de mulheres em sua coluna. Maiores explicações para a negativa dada a Jacintha Luiza, Silvina Ermelinda, Bárbara Augusta, Virginia Vieira e Maria Santa Cruz só foram documentadas anos depois pelo próprio Sebastião Fleury.

Em 1936 o juiz explicou ter negado o direito de voto à Jacintha Luiza por conta de ela “se achar sujeita [...] ao poder marital, pois que ainda vivia o Desor. Peixoto, seu marido”³¹⁹. Ainda sobre as explicações o juiz apontou que “a suplicante era casada sob o regime de comunhão de bens, como confessa, está sujeita, portanto, ao poder marital, não tendo a livre administração de seus bens, não pode alienar, não pode aparecer em juízo sem assistência ou autorização do marido, que é seu representante civil”³²⁰ desta forma “falece-lhe, pois, uma das condições da capacidade eleitoral”³²¹.

As justificativas utilizadas por Sebastião Fleury vão de encontro às questões que denunciam o peso da dominação masculina e o poder de que usufruía a representação masculina ao ponto de transformar homens em procuradores das mulheres. O que logicamente evidencia as contradições do direito e a força de um historicismo filosófico resignificando e hierarquizando a diferença entre os sexos.

Infelizmente as mulheres não conquistaram o direito de votar, mas esse primeiro exercício serviu como mecanismo de pressão e de empoderamento, tanto que, em 1890, S. B. publicou sua carta comentando e agradecendo a propaganda em favor da mulher que fora iniciada pelo *Goyaz*. Outra conquista é o legado simbólico materializado na luta de outras

³¹⁷ É importante lembrar que essas colunas serviam como espaço utilizado pelo jornal onde os Bulhões combatiam a igreja católica representada naquele momento pelo Padre Confúcio.

³¹⁸ Folhetim. Se tal pontinhos. *Goyaz*, anno V, n. 211, sexta-feira, 04 de outubro de 1889, p. 03-04. Biblioteca Nacional, Goiás, Goiás.

³¹⁹ *Folha de Goyaz*, n.º 33, Goiás, 26 de abril de 1936, p. 01. Documento citado por BRITTO, Clóvis Carvalho; SEDA, Rita Elisa. *Cora Coralina: raízes de aninha*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2009. Tentamos verificar o documento completo, pois como se nota os pesquisadores só publicaram uma parte, mas não encontramos o referido número do jornal em nenhum dos arquivos de Goiás ou de Goiânia.

³²⁰ *Idem*.

³²¹ *Idem*

mulheres por algum poder nos anos que se seguiram. Legados esses guardados por Consuelo Ramos Caiado em seu amplo arquivo da história de Goiás.

CAPÍTULO III

ESCRITA FEMININA E DIREITOS

“O Dr. José Leopoldo de Bulhões e o 2.º districto

Perguntamos a êste mocinho em que se baseia para ter coragem
de querer pedir os sufrágios do povo para ser deputado?

Aponte um só benefício que lhe deve a Província durante os
cinco anos que foi deputado.

Si apoiando todos os ministérios liberais S. S. nada alcançou para
sua Província, o que obterá agora fazendo opposição ao governo
conservador?

Felizmente hoje a Província sabe quem é o Sr. José Leopoldo de
Bulhões...

Que S. S. tenha arranjado a si e a sua santa família todos sabem.

Que S. S. nada fez, nada alcançou para sua província, todos
sabem.

**Que S. S. tenha feito discursos ociosos e estapafúrdicos acerca
do voto das mulheres (para agradar a D. Antônia), todos sabem.**

Que S. S. tenha falado acerca da abolição dos escravos dos
outros, esquecendo-se dos que tem em casa, todos sabem.

Não nos venha o Sr. Juca dizer que pediu estrada de ferro para
Boa Vista, porque a idéia não foi sua, foi do Sr. Almeida Sobrinho, que
estando na Côrte, pediu-lhe que falasse a respeito na Câmara.

Desafiamos a S. S. que com o orçamento e verdadeiras provas na
mão nos venha desmentir.”

A verdade³²².

Depois de Proclamada a República, o Brasil se converteu em palco de vários ajustamentos, negociações, conflitos, renovações e permanências. Evidentemente que o golpe militar de 1889 alterou a constituição da nação brasileira, permitindo o aparecimento de instituições públicas até então desconhecidas e oferecendo ganho para diferentes segmentos da sociedade brasileira; apesar disso, conforme lembrou Margarida de Souza Neves (2017) ao estudar os cenários da República e as conotações da palavra “revolucionariamente” em Euclides da Cunha, a instauração reformadora do governo

³²² O Dr. José Leopoldo de Bulhões e o 2.º districto. *O Publicador Goyano*, anno I, n. 37, Goyaz, sabbado, 07 de outubro de 1883, p. 04. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

republicano “terminaria por ser mais uma das transformações sem mudanças substanciais da história brasileira” (p. 26). A população, pobre e negra, permaneceria afogada em sua própria miséria, as mulheres – muitas delas – continuariam em uma condição de silêncio por longa temporada, as regiões distantes dos grandes centros metropolitanos persistiriam sofrendo com a falta de infraestrutura e os “*Donos do poder* [homens, brancos e abastados, manteriam-se] firmes nas rédeas do mando” (p. 26)³²³.

“Os holofotes da Exposição Universal de 1889 [que] fizeram resplandecer em Paris a torre de 300 metros de altura construída por Gustave Eiffel” (p. 25) também alumbraram o movimento revoltoso contrário ao Ministério Ouro Preto. Com a queda de Afonso Celso de Assis Figueiredo e de seu gabinete, derrubou-se a monarquia e estabeleceu-se um novo regime político³²⁴.

A República combinada ao período de modernizações favoreceu o processo de urbanização, internacionalização da economia brasileira, industrialização, intensificação de crises políticas³²⁵, fortalecimento de lideranças oligárquicas em diferentes regiões do país e a ampliação de um debate público em torno de múltiplas temáticas que já circulavam, antes mesmo do fatídico Quinze de Novembro. Dentre essas temáticas se debatia a liberdade de culto religioso, o acesso a novas doutrinas – o protestantismo e o espiritismo –, o direito de voto para as mulheres, a emancipação civil e a ampliação de suas fronteiras de ação.

As mulheres nesse contexto já frequentavam ambientes públicos. Aquelas de segmentos abastados ocupavam os salões da burguesia, os gabinetes de leitura, as festas e as *soirées*. Já as mulheres pobres e negras perambulavam pelas ruas com seus tabuleiros de doces e quitutes na expectativa de garantir a própria sobrevivência. Estas últimas ainda

³²³ Ainda sobre as transformações sem mudanças Margarida Neves (2017) buscou em Machado de Assis e sua crítica social acidíssimas explicações que ilustrassem aquele contexto da instalação da República. Utilizando-se da clássica formulação do romancista brasileiro deveria-se por “na boca do Conselheiro Aires [que] sobre os acontecimentos do 15 de novembro, mais uma vez os brasileiros constatariam que ‘nada se mudaria; o Regime sim, era possível, mas também se muda de roupa sem mudar de pele. O comércio é preciso. Os bancos são indispensáveis. No sábado, ou quando muito na segunda-feira, tudo voltaria ao que era na véspera, menos a Constituição’” (p. 26).

³²⁴ Logo no início de seu livro Edgard Carone (1977) apontou que a República significou “o climáx de um longo processo anterior, cujas tensões e complexidades vão explodir no período ministerial de Ouro Preto. Tendências federalistas, movimento republicano, crise religiosa, questão militar problema servil, sucessão imperial, domínio político de uma aristocracia decadente, ascensão de novas camadas oligárquicas, urbanização, lenta renovação das instituições do Império, constituem o clima em que fermentam as contínuas crises imperiais e as alianças heterogêneas feitas pelos diversos grupos que lutam contra o sistema dominante”. (p. 25).

³²⁵ Sobre o contexto de intensos conflitos políticos Elio Chaves Flores (2017) apontou que, na consolidação da República, “muitas tradições e costumes dos 67 anos de regime monárquico (1822-1889) não seriam tão facilmente removidos com a proclamação da República, daí as violentas discussões e as disputas políticas entre os anos de 1889 e 1895” (p. 52).

tinham o papel de fazer o elo entre as mulheres burguesas e a rua. Eram essas mulheres quem faziam a ponte entre o público e o privado em um contexto em que “a autoridade do marido e do pai continuava soberana” (June HAHNER, 2003, p. 44).

Conforme apontaram Rachel Soihet (1989), Martha Abreu (1989) e Sidney Chalhoub (2001) essas mulheres – pobres, negras e trabalhadoras – ainda indicaram o quão problemático seria manusear um modelo neutro e universal de mulher, quando na verdade o que se tinha era uma constelação infinita de identidades femininas, de hábitos e de costumes que não necessariamente confraternizavam com os modelos disciplinados e disciplinadores da burguesia brasileira.

Por questões relativas ao poder irradiado das instituições disciplinares (sociedade, igreja, estado, família), a mulher, sua identidade, seus hábitos, seus costumes e suas representações, terminaram “colonizadas” e condicionadas por um modelo simbólico – e hegemônico – de mulher e de feminilidade. Sobre tal questão Margareth Rago (2014) apontou que:

Frágil e soberana, abnegada e vigilante, um novo modelo normativo de mulher, elaborado desde meados do século XIX, prega novas formas de comportamento e de etiqueta, inicialmente às moças das famílias mais abastadas e paulatinamente às das classes trabalhadoras, exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual. Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva, mas assexuada, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorrem nos principais centros do país solicitam sua presença no espaço público das ruas, das praças, dos acontecimentos da vida social, nos teatros, cafés, e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho (Margareth RAGO, 2014, p. 88).

A modernização nos contornos do “ser mulher” combinou sua entrada no mundo do trabalho e do capital aos modelos tradicionais de feminilidade. As mulheres poderiam trabalhar, mas continuariam colonizadas pelo virtuosismo burguês de “esposa-mãe-dona-de-casa”, mulher afetiva, mas assexuada. “A mulher, portanto, era encarregada da educação que deveria ter como base a família” (Rachel SOIHET, 1989, p. 112). Tal fenômeno assim procedeu porque “de acordo com a estrutura do sistema de direito civil brasileiro no século XIX, uma extensão das Ordenações Filipinas, as mulheres eram perpetuamente menores”

(June HAHNER, 2003, p. 44)³²⁶. Mesmo assim não deixavam de oferecer perigo à honra familiar e masculina. Elas deveriam ser acompanhadas por seus homens e aquelas que não correspondessem com as normas higiênicas precisariam ser expulsas da vida em sociedade³²⁷. Uma mulher filha e/ou “casada tinha que se submeter à autoridade do [pai e do] marido nas questões relativas à educação, criação e local de residência dos filhos” (p. 44). Independente do que fizessem ou do que fossem elas sempre deveriam obedecer aos seus homens.

As mulheres poderiam entrar no mundo do trabalho e tornar-se “mulheres públicas”, mas este caráter “público” precisaria ter outra conotação, algo muito diferente daquele das mulheres prostituídas³²⁸. As mulheres trabalhadoras e públicas precisariam zelar por sua honra, manter-se delicadas, castas, recatadas e belas³²⁹.

A modernização nas relações de gênero paralela à continuidade de concepções tradicionais e antiquadas construiu hibridismos na forma como as mulheres modernas deveriam se comportar. Autorizadas a sair, se instruir, se divertir ou mesmo trabalhar, elas precisariam zelar por sua reputação de “mulher-símbolo”. Colonizadas, as mulheres persistiam vigiadas, todavia o simples fato de se introduzir no mundo da instrução e da leitura; adentrar, timidamente no universo público e se imprimir no ambiente social já lhes permitia condições para subverter a ordem em vigor. Normas e regras haviam muitas, mas isso não significava que elas devessem sempre obedecê-las.

Uma vez posicionadas juntas às portas do poder as mulheres empurravam as fronteiras do gênero. Era desta forma que elas extrapolavam os limites até então estabelecidos pela dominação masculina. O exercício da leitura e a produção de uma

³²⁶ June Hahner (2003) ainda lembra que “o Código Civil de 1916 não mudou realmente a questão” (p. 44). Os debates jurídicos em torno da honra feminina e da virgindade continuaram apegados ao princípio da himenologia.

³²⁷ Sobre este processo de exclusão e conseqüentemente de prejuízo nos benefícios que poderiam resultar da vida social Sueann Caulfield (2000) lembrou que a insistência das elites na defesa de uma honra sexual “representava um conjunto de normas que, estabelecidas aparentemente com base na natureza, sustentavam a lógica da manutenção de relações desiguais de poder nas esferas privada e pública” (p. 26).

³²⁸ Margareth Rago (2013) explicou que no passado as mulheres “eram divididas em ‘castas’ e ‘públicas’”. Este último termo designava um setor social estigmatizado e marginalizado, ligado à prostituição nos bairros do submundo das cidades. ‘Mulher pública’ era sinônimo de ‘mulher alegre’ ou ‘mulher da vida’, e todas essas expressões, apenas sussurradas, longe de remeterem às imagens positivas que insinuam, nomeavam as prostitutas, ‘esgotos seminais’, na triste e misógina definição de Agostinho” (p. 26-27).

³²⁹ Tal condição alicerçava-se na concepção de que “aos olhos de seus pares, a reclusão das mulheres da elite fazia-as moralmente superiores às mulheres do povo. Como argumenta Verena Martinez-Alier sobre Cuba no século XIX, a vigilância e isolamento dessas mulheres também tinham o propósito de assegurar a endogamia de sua classe e raça. Os homens da elite costumavam ter mulheres de condição social inferior como concubinas e a menos que tivessem título de nobreza, podiam reconhecer os filhos ilegítimos para fins de proteção e herança” (Sueann CAULFIELD, 2000, p. 29).

imprensa feminina significaram ações importantes no processo de modernização das relações de gênero entre fins do século XIX e por grande parte do XX.

Foram esses os primeiros passos que lhes permitiram construir uma cultura própria, projetar-se em lugares muito caracterizados pelo domínio masculino, trabalhar, pensar e escrever. Ao efetivar tantas práticas elas acabaram produzindo, por exemplo, uma tradição literária, fenômeno bem lembrado por Norma Telles (2012) no instante em que estudou a imaginação literária de Narcisa Amália Vaz de Carvalho, Maria Benedicta Camara Bormann e Julia Lopes de Almeida.

Ao sinalizar mudanças nas relações de gênero no século XIX, Maria Fernanda Baptista Bicalho (1988) apontou que, antes de proclamada a República, já existia uma imprensa feminina no Rio de Janeiro. E essa produção jornalística resultou dos tímidos investimentos em instrução, e ofereceu condições para o aparecimento de uma cultura feminina entre as mulheres nela envolvidas. Utilizando-se das palavras de Simmel, Maria Fernanda Bicalho apontou que as mulheres escritoras, redatoras, donas de jornais e leitoras criaram um “‘sentido de feminilidade’ ‘propenso a objetivar os seus conteúdos extraíndo-os do processo vital para os fixar no mundo da cultura’” (p. 53-54).

Além de ser tema de matérias em diferentes periódicos, as mulheres começaram a ter seus próprios jornais. Elas já podiam falar de si próprias e nutrir “um conjunto de ideias e modos de agir diferente da dos homens, mesmo que se definisse em relação à dominante” (Norma TELLES, 2012, p. 260). Ainda que muitas mulheres fizessem uso de pseudônimos, alguns femininos outros masculinos, em fins deste século suas produções literárias, jornais e demandas já eram aceitas no interior da sociedade brasileira. Seus jornais já “formavam uma rede de comunicação por todo o país” (p. 277) e evidenciavam contatos entre as mulheres de diferentes regiões, inclusive com as goianas, na distante Goiás.

As mulheres não estavam isoladas ou alheias dos grandes temas e dos debates daquele contexto. Seu sexo, suas demandas e seus desejos já eram compartilhados através de leituras ou da constituição de espaços particulares em que elas se expressavam. Fosse em jornais de maior circulação, ou em jornais regionais, muitas eram aquelas que reclamavam as limitações e as restrições oriundas dos modelos universais de feminilidade.

Na capital goiana, Cora Coralina atribuiu ao processo de ocupação dos lugares, por parte das mulheres, um novo sentido. Ao comentar sobre o movimento de viajantes recém-chegados de Araguay e das visitas pastorais de Dom Prudêncio, ela imprimiu-se no ambiente social de Goiás e visibilizou suas experiências de mulher, escritora e intelectual.

Em crônica publicada no jornal *A Rosa*³³⁰, no dia 15 de outubro de 1908, Cora lembrou que talvez os leitores do jornal estranhariam sua presença em uma coluna que era usualmente ocupada por um homem. Sobre tal alteração apontou que:

O leitor há de estranhar que o meu pseudonymo substitua o do brilhante chronista da Rosa quanto a minha prosa jamais poderá substituir á de W. Z. Coitadinha da minha prosa! Ensôssa, descabida, repisada... Deixemos, porém, a minha prosa e vamos ao que interessa. Chegou no dia 1 o nosso illustre redactor, Almeida Junior, que veraneava nas margens encantadoras do Araguay, e no próximo n.º ocupará o seu lugar n'esta folha³³¹.

Ao manejar um descrédito estratégico de sua prosa, no instante em que a aproximou dos escritos de W. Z., o articulista efetivo da coluna, Cora agradeceu o respeito de que gozava entre homens, como Josias Sant'Anna, Almeida Junior, Leopoldo de Souza, Joviano de Castro, Sebastião Fleury e tantos outros que a animavam “a prosseguir na senda da literatura”³³². Aproveitando-se de tal permissão, ela a manuseou taticamente para se imprimir na análise cotidiana de Goiás.

Quando falou do prazer que nutria pelos seres alados, Cora evidenciou seu enorme desejo pela liberdade e pela insurgência feminina. O gosto pelos “pássaros que voam pelo azul, das arvores que parecem tocar o ceu, dos montes altaneiros, e dos penhascos isolados”³³³ era um manifesto ao direito de liberdade para as mulheres. Cora Coralina queria voar sem que tivesse as asas podadas, queria balançar suas frondosas galhas sem que fosse derrubada pelo machado da indiferença masculina e/ou pela critica impiedosa de homens e mulheres, queria ocupar os lugares mais altos sem que precisasse pedir autorizações. A repulsa nutrida pela “formiga que mora no chão”³³⁴ assemelhava-se ao desânimo para com

³³⁰ Conforme Gilberto Mendonça Teles (1964) e Cora Coralina (1968), *A Rosa* “era impresso em papel cor de rosa e dirigido por um grupo de senhoritas, o qual funcionou como veículo das ideias do movimento literário da cidade de Goyaz. Seus dirigentes ofereciam bailes, a que as mulheres compareciam vestidas de cor de rosa” (p. 84). Em conversa com Miguel Jorge, em 1968, Cora Coralina lembrou que *A Rosa* “despertou um enorme interesse não só entre os escritores, como também em toda a cidade, que ficou ligada a ele. Contudo, não havia uma consciência plena desse valor, como há nos dias de hoje. O Sr. Heitor Fleury, pai de Rosarita Fleury, era o elemento de ligação entre as oficinas e os escritores. Interessadíssimo na elaboração do jornal. Muito delicado, constituía um estímulo para nós, que o chamávamos pelo apelido de ‘Pery’. Colaboravam com o jornal os seguintes nomes, entre outros: Rosa Godinho, Luzia de Oliveira, Leodegária de Jesus, que deixou um livro de poesias intitulado *Coroa de Lírios*”. Cf. Cora Coralina. In: Miguel Jorge. *Conversa com Cora Coralina. Folha de Goyaz*, 1968. Arquivo particular de Clovis Carvalho Britto, Goiás, Goiás.

³³¹ Chroniqueta, Cora Coralina. *A Rosa*, anno II, n.º 35, Goyaz, 15 de outubro de 1908, p. 01. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

³³² *Idem*.

³³³ *Idem*.

³³⁴ *Idem*.

modelos universais de mulher e com o ritmo ordeiro de uma identidade única, reforçada sobre alguém que presava por sua individualidade e por sua singularidade de mulher. Ela não queria viver em buracos, queria voar o mais alto que pudesse alcançar.

A Coralina que escrevia naquele jornal de folhas rosadas e direcionado ao sexo feminino de Goiás gostava das cigarras e da luz. Tinha preferência por ser a cigarra “imprevidente que canta até morrer, sem que lhe amedronte a inclemência do inverno, à ser a formiga avara, pequenina e má, que não sabe cantar, e que trabalha o anno todo para não morrer no tempo das chuvas”³³⁵. Ela optava por ser a cigarra que canta, pois representava-se-lhe as “almas dolentes e apaixonadas que vivem cantando, pois o canto é uma das múltiplas formas de expressar a dor, ao mesmo tempo que delicia a audição”³³⁶.

Essa opção pelo canto estava diretamente relacionada ao direito de imprimir suas experiências em um jornal lido por muitos e muitas. Ser lida, era ser vista e ser vista era condição para existir. Só desta forma ela poderia cobrar das instituições de poder seus direitos, sua distinção e sua individualidade frente aos muitos homens e às muitas mulheres. Cora, como tantas outras escritoras, mostrava-se insatisfeita com os papéis atribuídos às mulheres. Deste modo, ela e várias outras mulheres se empenharam na construção de uma “consciência das leitoras para seu potencial de autodesenvolvimento e, sobretudo, em elevar o nível de suas aspirações” (June HAHNER, 2003, p. 107).

Conscientes das mudanças políticas, culturais e técnicas ocorridas em fins do século XIX, as mulheres – pelo menos algumas delas, instruídas – procuravam:

[...] estimular mudanças no status econômico, social e legal da mulher. Como parte da florescente minoria de mulheres alfabetizadas, as primeiras defensoras dos direitos femininos enfatizavam a ideia da educação das mulheres como fonte de ampliação de opções para a independência econômica e a melhoria social. (June HAHNER, 2003, p. 107).

Paralelo ao contexto de liberalização das mulheres e de sua saída para as ruas, o Brasil já libertara a população escravizada do trabalho servil, as desigualdades de classe e de raça se acentuaram em virtude da disputa entre a população brasileira e os imigrantes europeus, os preconceitos de classe e de raça contribuíram para que as cidades se enchessem de cortiços ou de aglomerados de vilas sem as menores condições sanitárias, conflitos sociais

³³⁵ Chroniqueta, Cora Coralina. *A Rosa*, anno II, n.º 35, Goyaz, 15 de outubro de 1908, p. 01. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

³³⁶ *Idem*.

se espalharam por diferentes localidades e os governos republicanos não sabiam exatamente como controlar tantas revoltas sociais e políticas.

No interior desse contexto, a República da “Ordem e do Progresso”, fortemente influenciada pelo positivismo francês de August Comte e Benjamin Constant, utilizou-se de todo seu poderio militar e bélico para suplantar movimentos sociais de caráter messiânico em Canudos (interior do sertão baiano, 1896-1897), em Juazeiro (interior do sertão cearense, 1911), em Contestado (região entre Paraná e Santa Catarina, 1912-1916) e nas revoltas urbanas do Rio de Janeiro contra a vacina (1904).

Os princípios ideológicos de progresso, fecundados desde a Revolução Francesa (1789) e o gosto da elite brasileira pelos costumes franceses e europeus, contribuiu indistintamente para a formação das almas brasileiras e para o imaginário republicano no Brasil (José Murilo de CARVALHO, 1990). Evidentemente que a situação das mulheres não ficou alheia a todos os debates constitutivos da ideia de nação brasileira. Ainda que não tivessem sua individualidade reconhecida e que só existissem enquanto esposas e filhas, sua identidade e seus comportamentos persistiam disciplinados pelos princípios republicanos de progresso e de ordem. Isto as investia em uma responsabilidade demasiadamente grande para com o sucesso da nação.

Nesse cenário, marcado pelo governo provisório de Deodoro da Fonseca e seguido pelos governos de Floriano Peixoto, Campos Sales, Rodrigues Alves e Afonso Pena fortaleceu-se em Goiás a família Bulhões e que já se fazia presente no cenário político, social e cultural da província desde meados da década de 1870³³⁷. Essa família acabou se tornando representante do governo local desde a proclamação até os anos 1904. Defensores do federalismo, da emancipação – escrava e feminina – e do liberalismo, sem, todavia, apoiar grandes mudanças políticas, o grupo fundou o Centro Republicano em 1890 para “unir liberais, conservadores e republicanos históricos, na tentativa de se afirmarem localmente

³³⁷ Desde os anos 1860 os Bulhões se faziam presentes em Goiás, porém começaram a ter maior visibilidade na década de 1870, logo após assumir lugares em instituições políticas e culturais, a exemplo do Gabinete Litterario Goyano. Interessados nos postos de governo em Goiás o programa político dos Bulhões ia até às portas da República, pois viam no regime ‘o máximo das liberdades’, mas, consideravam o país imaturo para recebê-la, sem instrução, sem responsabilidade e demagogicamente lastimavam que seus homens de política fossem despidos do interesse coletivo. E nessas condições, lançar o país numa reforma de regime seria o abismo político, a luta fratricida na qual se depauperariam todas as forças e recursos de nossa nacionalidade. Daí depositarem confiança no partido liberal monárquico, a fim, de alcançar suas aspirações ideológicas, tendentes a modificarem as estruturas políticas” (Maria Augusta de Sant’Anna MORAES, 1972, p. 144). Maria Augusta de Santana Moraes ainda apontou que “os Bulhões, em oposição aos Ministérios Conservadores (1885-1889), radicalizaram-se movidos pelo ideal federalista e pelo interesse de mando, registrando-se longa luta pelo poder em Goiás” (p. 145).

diante do poder central, logo após a Proclamação da República” (Ana Lúcia da SILVA, 2005, p. 65).

De comportamento moderado, os Bulhões, desde o período imperial, utilizaram a “imprensa criando e sustentando jornais. Em 1867, fundaram o *Monitor Goyano*, que durou apenas um ano; de 1869 a 1873, seu porta-voz foi a *Província de Goyaz*; de 1878 a 1884, *A Tribuna Livre*, em 1885, o *Libertador*; e, a partir de 1886, o *Goyaz*” (p. 66). Foi através deste jornal que se produziu uma propaganda a favor dos direitos das mulheres. De grande agilidade política, seus representantes Antônio Félix de Bulhões Jardim e Leopoldo de Bulhões utilizaram, na sua luta por afirmação política, “formas de articulação com o poder central, mecanismo básico que estava subjacente ao pacto oligárquico-coronelista que se institucionalizara a partir de 1898” (p. 66).

A consolidação do Centro Republicano e as boas relações dos Bulhões com a instância federal permitiu que o governo e o partido se confundissem. Na verdade, o primeiro estava condicionado ao segundo, uma vez que “as oligarquias se apossaram dos Partidos Estaduais, o seu predomínio significou controle partidário e controle governamental” (Edgard CARONE, 1970, p. 268). Os Bulhões conseguiram dominar a cena política goiana por quase todo o contexto da Primeira República e lhes permitiu influenciar diferentes setores da sociedade e da cultura regional.

Evidentemente que sua ascensão e domínio não foi uma ação harmônica e nem ordeiramente aceita por diferentes moradores da província goiana. Haviam outras famílias interessadas no controle político de Goiás e que também defendiam ideias inovadoras nos sertões. Tanto havia resistências ao controle dessa oligarquia que críticas já vinham sendo publicadas bem antes de proclamada a República e do pacto oligárquico coronelista ser firmado com o governo federal.

As críticas feitas a José Leopoldo de Bulhões e suas relações com o segundo distrito de Goiás são evidências do conflituoso cenário político de fins do Império e albores da República. Acusado de não ter beneficiado a população goiana com absolutamente nenhuma vantagem, o articulista de *O Publicador Goyano* denunciou José Leopoldo de cuidar apenas dos interesses de sua família, manter escravos em suas fazendas ainda que defendesse o fim do trabalho servil e ser adepto do voto feminino apenas como uma forma de agradar aos interesses de sua mãe, Antônia Emilia de Bulhões Jardim.

Neste contexto de disputas políticas Antônia Emilia foi destacada, pelos grupos que faziam oposição a sua família, como aquela que estimulava os “discursos ociosos e

estapafúrdios acerca do voto das mulheres”. Tema elencado por seu filho nas reuniões do Partido Liberal. Segundo o documento do *Publicador Goyano* era mais uma tática dos Bulhões para beneficiar “sua santa família” e manter-se no controle do estado de Goiás. De certa forma a propaganda em favor da mulher, inicialmente feita através de discursos em reuniões, *soirées* e bailes promovidos na capital, foi encarada, por seus opositores, como mais uma estratégia política.

O incentivo à emancipação feminina era, nas palavras do editor de *O Publicador Goyano*, mais uma mazela de José Leopoldo para figurar como um vanguardista e detentor de ideias inovadoras e/ou modernas. Como a propaganda a favor da mulher já era uma realidade e houve um aumento de jornais femininos em diferentes regiões do Brasil, os discursos de Leopoldo de Bulhões poderiam ser mecanismos de autopromoção política. Sendo a emancipação um fenômeno social resultante das ideias liberais não poderia deixar de ser ela apropriada por essa oligarquia, até porque os Bulhões eram os grandes defensores de princípios liberais em Goiás, mesmo que se autodenominassem “democratas”.

Conscientes dos benefícios que lhes poderiam trazer a defesa da ampliação de direitos para as mulheres, não perderam tempo em investir em uma propaganda a favor da mulher em seu jornal de maior circulação. O *Goyaz*, a partir de 1887, passou a trazer notícias e publicações diretamente relacionadas às mulheres, sua identidade, suas demandas, seus conflitos, representações e legados. A propaganda alcançou os meados do século XX, mas foi se metamorfoseando de acordo com a situação em que se encontrava a oligarquia no cenário político de Goiás e do Brasil. Com o seu enfraquecimento político e a perda de apoio dos governos que se seguiram ao de Afonso Pena, o vigor político dos Bulhões sofreu grandes abalos. As publicações tematizando as mulheres, a emancipação e os protagonismos de mulheres foram se desfazendo *pari passu* à desfragmentação política da oligarquia.

Conforme se avançava pelo século XX e os Bulhões diagnosticavam seu enfraquecimento político houveram mudanças nas publicações relativas às mulheres. Temas referentes aos pedidos de voto foram suprimidos, um espaço foi aberto para Cora Coralina publicar suas crônicas, a partir de 1908³³⁸ e houve uma acentuação de artigos reiterando um controle mais efetivo sobre as mulheres, seus corpos e suas identidades. De acordo com

³³⁸ Cora Coralina já vinha publicando seus textos bem antes de 1908. Na verdade, conforme Clovis Britto e Rita Seda (2009) ela já publicara desde 1905, todavia foi em 1907 que seus textos apareceram no jornal *A Imprensa*, hebdomadário que representava os interesses do governo de José Xavier de Almeida e que fazia oposição à família Bulhões.

algumas dessas publicações, as mulheres poderiam sair e exigir sua emancipação somente se permanecessem firmes nas atividades domésticas e matrimoniais.

Em um contexto de mudanças e permanências, conforme se caracterizava os primeiros anos da República, ideias conservadoras e inovadoras, relativas aos agenciamentos das mulheres foram constantemente manuseadas. De acordo com que novas representações políticas foram aparecendo e novos jornais surgiram, os temas anteriormente monopolizados pelo *Goyaz* se espalharam por tantos outros periódicos. Alguns de grupos opositores (*A Imprensa*, *Sul de Goiás* e *Nova Era*) e outros editados e impressos pelas próprias mulheres, a exemplo do jornal *A Rosa* e de o *Bem-ti-vi*.

Algumas mulheres, a exemplo de Cora Coralina e Leodegária de Jesus, circulavam por vários desses jornais, na verdade elas até auxiliaram na fundação e na redatoria do jornal feminino. O caso de *A Rosa* é bastante emblemático das conquistas e dos direitos que, no início do século XX, as mulheres passaram a gozar em Goiás. Estas mulheres, acompanhadas por Euridice Natal e Silva e tantas outras, experimentaram conquistas, entre 1904 e 1911, resultantes das lutas e das exigências feitas por suas mães ainda no século XIX. Evidentemente que as recordações sobre tantos legados só se fizeram possível graças aos guardados e arquivos de Consuelo Ramos Caiado, pois foi esta feminista quem garantiu a sobrevivência de informações sobre Jacintha Luiza, sua filha e tantas outras mulheres que lutaram por seus direitos entre os séculos XIX e XX.

Consuelo Caiado – nossa guardiã – era filha de Antonio Ramos Caiado e Iracema Carvalho, Cora Coralina era filha de Jacintha Luiza, aluna e afilhada de Silvina Ermelinda; Leodegária de Jesus era filha de dois eruditos professores oriundos da cidade de Jataí (Jatahy); e Euridice era filha de Angela Bulhões, uma das mulheres mais envolvidas com os princípios republicanos em toda a família Bulhões. A guardiã, as jovens escritoras, articulistas e presidente de Academia de Letras de Goiás respectivamente, em meados do século XX deixaram evidenciar-se em suas atividades intelectuais o peso dos legados herdados de suas mães e/ou familiares. A atividade intelectual, o gosto pela leitura, a autorização para escrever e a conquista de direitos era, em certa medida, o resultado de legados deixados por mulheres que as antecederam.

De certo modo as explicações feitas pela *A Apaixonada*, na *Matutina Meypontense*, ainda em 1830, operava como a confirmação da existência de heranças simbólicas entre as mulheres de Goiás: embora a sua condição de mulher não melhorasse com todas as suas

exigências e lutas, *A Apaixonada* persistia acreditando que suas filhas gozariam bens, que ela e tantas outras mulheres só gozaram na imaginação³³⁹.

Mulheres ocupando espaços

Em meados do século XX os debates em torno da emancipação, dos direitos das mulheres e da autorização para que escrevessem e publicassem textos autorais em jornais de Goiás já não era uma exclusividade do *Goyaz* e nem da família Bulhões. A anterior propaganda iniciada em 1887 e que silenciara o empreendimento de José do Patrocínio Marques Tocantins, no *Publicador Goyano*, e de seu jornal exclusivo ao sexo feminino – *O Bouquet* – tornara-se agenda de discussão de outros periódicos da capital.

Na verdade, nesse contexto a família Bulhões começou a enfrentar fortes reveses políticos que vinham de diferentes grupos aristocráticos e que já tinham seus próprios periódicos. Esses grupos utilizavam seus jornais para disseminar críticas a permanência dos Bulhões nas decisões políticas de Goiás. Maria Augusta de Sant'Anna Moraes (1972) explicou que no contexto de escolha dos candidatos para as eleições estaduais de 1901, Leopoldo de Bulhões ignorou os pedidos para escolher Mário Bulhões e:

[...] presentindo os ataques que sofreria sua política, tendo como adversários os Jaimes, os Caiados, os Abrantes, os Alves de Castro e outros mais, impediu a oficialização de tal candidatura. Achou melhor considerar o valor pessoal de Xavier de Almeida e presenteá-lo com este cargo, mesmo porque, dele, jamais esperava uma traição. Além do mais havia a possibilidade de seu ingresso no clã pelo casamento. Contrariando seus cunhados, que atribuíam a Xavier de Almeida astúcia e dissimulação, o que poderia representar um perigo à hegemonia do clã, Leopoldo Bulhões, oficializou sua candidatura à presidência do Estado (Maria Augusta de Sant'Anna MORAES, 1972, p. 234).

Considerar o valor pessoal de Xavier de Almeida parece ter sido o grande erro de Leopoldo de Bulhões. Ao eleger-se, este viajou até Morrinhos e se casou com D. Amélia Lopes de Moraes, a filha de Hermenegildo Lopes de Moraes, dono de uma das maiores fortunas do estado. “Esse casamento foi uma surpresa para toda a cidade de Goiás, pois se

³³⁹ Correspondência, *A Apaixonada. Matutina Meypontense*, n.º 115, quinta feira, 23 de dezembro de 1830, p. 03-04. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

acreditava no ingresso de Xavier de Almeida no clã bulhônico” (p. 236) por intermédio do matrimônio. Diante de tal ação, a família Bulhões viu-se traída e enfraquecida, até porque, adotando uma política de conagração, Xavier de Almeida se aproximou de Luiz Gonzaga Jaime, Sebastião Fleury, João Alves de Castro e Antônio Ramos Caiado. Estes que haviam feito oposição aos Bulhões na dissidência de 1897³⁴⁰ e contribuíram para seu enfraquecimento político em Goiás.

Outrossim, mesmo fragilizados em seu domínio político, os Bulhões e seu hebdomadário persistiram publicando temas relacionados as mulheres, aos direitos de emancipação, divórcio e até sobre o feminismo. Eles também publicizaram os atos do governo de José Xavier de Almeida em 1902³⁴¹, aspecto que evidenciou uma tentativa de manutenção das boas relações.

Em 1900 publicou-se no *Goyaz*, matéria sobre Eva Canel e os ataques que teriam sofrido o reverendo William Azel Cook³⁴² e Leolinda Daltro³⁴³ na cidade de Goiás. Sobre tais fatos evidenciou-se que as intenções dos editores não eram as de destacar o protagonismo feminino de Leolinda, mas sim criticar a Igreja Católica por se envolver nos atos de violência contra a referida feminista e o pastor. Já a matéria sobre Eva Canel³⁴⁴ trouxe uma leitura bastante crítica por parte dos editores do jornal, que condenavam seu posicionamento frente à ampliação de direitos civis para o sexo feminino.

Segundo o texto, Eva havia fundado jornais, escrito dramas, comédias e romances, teria defendido em diferentes periódicos os seus interesses; recebera recomendações para a Grã-Cruz do Mérito Militar, fizera conferências sobre a raça latina, o desarmamento universal e se associara a várias sociedades científicas, sendo inclusive considerada a

³⁴⁰ Corroborando as memórias de Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro (1974), Maria Augusta de Santana Moraes apontou que a “dissidência de 1897, sustentada pelos Caiados, Abrantes e Alves de Castro que tinham se ligado à oposição política do Estado, liderada, desde 1894, por Luis Gonzaga Jaime e que vivia de derrota em derrota, viu-se ainda mais enfraquecida com o falecimento de Antônio José Caiado (1899). Sem forças para concorrer às eleições presidenciais, e cientes de que em Goyaz, como em todo o Brasil, o governo não perdia eleições, não apresentou candidato naquela eleição (1901). Justificou seu procedimento ao fato de Xavier de Almeida não ser integrante familiar do clã e que essa canditura satisfizera um dos seus intuitos, ‘qual o de não permitir que a suprema direção dos negócios públicos se tornasse propriedade de uma família’. Era um golpe político. Xavier de Almeida, sem inimigos pessoais, viu-se diante de uma oposição partidária que cada vez mais se diluía” (p. 235).

³⁴¹ Em 1902 publicaram notícias referentes à criação da Academia de Direito e da Escola Normal.

³⁴² Roubos de livros protestantes. *Goyaz*, anno XV, n.º 650, sabbado, 26 de julho de 1900, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

³⁴³ D. Leolinda Daltro. *Goyaz*, anno XVI, n.º 662, 10 de novembro de 1900, p. 02-03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

³⁴⁴ Eva Canel. *Goyaz*, anno XV, n.º 633, sabbado, 10 de fevereiro de 1900, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

primeira jornalista hespanhola³⁴⁵, todavia tinha se posicionado contrária à total emancipação das mulheres.

Os editores do jornal mantinham-se surpresos com os entendimentos de Eva Canel acerca dos direitos das mulheres, talvez, porque, muito provavelmente ela tivera manejado táticas bastante comuns entre as feministas de meados do século XX na expectativa de alcançar tudo que conquistara ao longo de sua trajetória.

As rupturas com modelos de moralidade, graça e educação feminina (Gabrielle HOUBRE, 2007) que Eva Canel manejava, confrontados com seu posicionamento acerca da emancipação das mulheres, desagradava aos editores do jornal, que se posicionaram contrários a ela, principalmente no ponto em que acreditavam ser necessário combater as ideias perniciosas que “invadem o mundo; que percorrem e se propagam de um a outro extremo da terra; que se introduzem no coração feminino; que se enraízam como planta venenosa e que não poderão ser extirpadas desde que as raízes se aprofundem”³⁴⁶. Eva falava do feminismo e da total emancipação das mulheres.

Para a escritora não era sua intenção excluir a “mulher de nenhum posto intelectual, moral ou material que ella consiga escalar por méritos provados”³⁴⁷, mas que deveria “ser ajudada desde que se mostre digna da proteção a que o trabalho, a constância e o estudo tem amplo direito”³⁴⁸. A reação dos editores do jornal diante de seu posicionamento foi pontual e bastante dura. Na publicação, Eva Canel foi acusada de estorvar a “concessão de direitos políticos ao *bello sexo*” e de afirmar “a sua inferioridade, a sua fraqueza e a necessidade de proteção por parte do *sexo barbado*”³⁴⁹. Segundo os editores, Eva Canel tratava-se de mulher “atrazadona e encoherente”, por conta da já pujante organização de mulheres em prol da emancipação em diferentes lugares do mundo, principalmente nos Estados Unidos (Branca Moreira ALVES, 1980) e na Inglaterra.

Seu posicionamento, avesso à emancipação das mulheres, encobriu-a em uma aura contraditória e de egocentrismo. O texto do jornal a construiu como uma mulher incoerente, pois embora tivesse conquistado sua emancipação por vias muito semelhantes àquelas utilizadas pelas feministas em marcha, não defendia uma paridade de direitos para as outras mulheres de diferentes segmentos sociais e de raça. Como Eva poderia condenar a total

³⁴⁵ *Idem.*

³⁴⁶ Eva Canel. *Goyaz*, anno XV, n.º 633, sabbado, 10 de fevereiro de 1900, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

³⁴⁷ *Idem.*

³⁴⁸ *Idem.*

³⁴⁹ *Idem.*

emancipação da mulher se ela própria estava usufruindo de tal conquista? Esta foi a pergunta que estruturou a matéria. A impressão deixada foi a de que Eva acreditava que os prazeres da emancipação só poderiam ser gozados por algumas poucas mulheres, a esta época restrita aos segmentos sociais mais abastados.

As mulheres instruídas, leitoras, ricas, brancas e mães de família tinham condições para compreender as responsabilidades da emancipação civil, as demais eram enxergadas por Eva como incapazes de compreender o peso da concessão de direitos civis. Para Eva, as outras mulheres, aquelas pertencentes aos segmentos sociais inferiores, cabia o distanciamento das “ideias perniciosas” presentes no feminismo. Sobre isso o editor lançou a seguinte questão, seguida de uma rápida avaliação: “não nos dá ella mesma a prova de capacidade da mulher para as lutas da inteligência e da vida publica?”

“A sciência e as letras não a impediram de casar-se, de ser mãe e de brilhar no lar domestico, como na imprensa e no mundo literário”³⁵⁰, então por qual razão ela não se solidarizaria com as outras mulheres e que também poderiam usufruir dos benefícios conferidos pela emancipação?

O posicionamento de Eva Canel aproxima-se muito daquilo que explicou Celi Regina Jardim Pinto (2003) no instante em que comentou sobre a imagem desabonada do feminismo, ou mesmo da luta das mulheres por direitos em meados do século XX. Precisa-se pontuar que, talvez, Eva estivesse considerando, ao colocar-se contrária à total emancipação feminina, a diferença entre as mulheres, afinal de contas diferenciações de classe, de raça e até de identidade de gênero já se faziam visíveis naquele contexto. Ao se posicionar contrária a algumas ideias presentes no feminismo ela criticava o princípio universal de mulher e o costume bastante incômodo, entre os homens, de tomá-las como sujeitos humanos neutros e universais, sem diferenciações entre si.

Rachel Soihet (2013) também apontou que este posicionamento avesso ao feminismo relaciona-se a “uma série de variáveis, como tempo, lugar, classe social, etnia” (p. 191) e a forma como o feminismo era encarado entre fins do século XIX e início do XX³⁵¹. Naquele

³⁵⁰ Eva Canel. *Goyaz*, anno XV, n.º 633, sabbado, 10 de fevereiro de 1900, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

³⁵¹ Rachel Soihet (1989) também lembrou o fato de “o feminismo do fim do século e aquele que marcou as lutas da primeira República não ter aprofundado a reflexão política sobre as relações familiares” (p. 118), apenas se convertendo em um movimento de mulheres tolerado por integrantes de segmentos sociais abastados, gerou algumas desconfianças e aversão nas mulheres de segmentos sociais subalternos. Reitera-se também que não havia redes de solidariedade entre as mulheres de diferentes raças, aspecto que estimulou o aparecimento de movimentos feministas específicos às demandas das mulheres negras e pobres. O feminismo foi se espraiando pelos caminhos abertos por muitas diferenças.

momento segundo a historiadora, as feministas eram ridicularizadas, vistas “como feias, autoritárias, péssimas mães, esposas e que, além disso, eram identificadas como mulheres burguesas, distantes da realidade das mulheres do povo, o que sem dúvida, engrossava a legião daquelas que afirmavam o repúdio”³⁵² a esta terminologia.

O comportamento e o entendimento de Eva Canel tiveram certa ressonância entre muitas mulheres instruídas de Goiás ao longo dos anos 1910, 1920 e 1930. No caso da Federação Goyana pelo Progresso Feminino Consuelo Ramos Caiado também não se preocupou em manejar ações diferentes relacionadas com a dura condição imposta às mulheres pobres e negras de Goiás. O mote de sua luta feminista era a conquista do voto e suas consórcias eram quase todas, para não dizer todas, integrantes de segmentos abastados da região central.

Nos primeiros anos do século XX não houveram movimentações organizadas em defesa do voto feminino – nos referimos às instituições – e as mulheres que se limitaram a ocupar espaços, escrever em jornais e fundar seus próprios hebdomadários. *A Rosa* é um exemplo e um testemunho daquele período. Jornal que foi fundado em 1907, com a finalidade de oferecer espaço para que as mulheres escrevessem e disseminassem a literatura em Goiás. Entre suas redatoras se destacou Cora Coralina e Leodegária de Jesus.

Cora Coralina foi uma das escritoras do jornal feminino e que também ficou conhecida por se posicionar de forma mais conservadora acerca do temário da emancipação e do feminismo. Ela resistiu às tentativas de aproximação ao feminismo que lhe foram dirigidas em meados do século XX. Em crônicas publicadas no *Goyaz*, na *Imprensa* e no *Sul de Goiaz* deixou bastante claras suas convicções em torno do feminismo e do que entendia por ampliação de direitos para as mulheres. Questão que acreditava difícil de solucionar naquele contexto. Posicionou-se um tanto cética acerca das movimentações feministas de meados do século XX. Como Maria Amália Vaz de Carvalho e Eva Canel, ela também acreditava que a assimilação integral do feminismo provocaria uma articulação desordenada de seus “vícios” e de suas “misérias”.

Cora encarava o movimento feminista como algo conflituoso e ambivalente. O feminismo era, para ela, “um campo político, permeado por disputas e diferentes projetos de emancipação que [compunham] o repertório sobre direitos e justiça social” (Glaucia Cristina

³⁵² Esta explicação foi feita por Rachel Soihet em uma reunião de orientação realizada em 10 de fevereiro de 2017.

Candian FRACCARO, 2018, p. 22). Cora não negava o feminismo, mas o criticava e criticava suas agentes disseminadoras.

Para ela, caso o feminismo persistisse conduzido de forma desordenada, ou às pressas, poderia implicar em novas formas de dominação, segregação e de violência. Mais importante que emancipar a mulher, era necessário que se entendesse a diferença sexual. Cora acreditava que se tudo fosse concedido apressadamente, sem um entendimento mínimo do que se tratava, as mulheres permaneceriam “tolas e aparvalhadas sem saber o que fazer da vossa pessoa, dos filhos e dos haveres”³⁵³. Tocava assim em questões importantes e caras ao movimento feminista da Primeira República. Ela expôs alguns dos conflitos do feminismo de meados do XX, e que segundo Joan Scott (2002) deveriam ser encarados “como sintomas das contradições nos discursos políticos que produziram o feminismo, contradições para as quais o feminismo apelava ao mesmo tempo em que as desafiava” (p. 25).

Ao convidar para que se compreendesse a diferença entre os sexos, a jovem escritora apontou questões sensíveis ao movimento de mulheres daquele período: os paradoxos feministas, ou “a necessidade de, a um só tempo, aceitar e recusar a ‘diferença sexual’” (p. 27) e as questões referentes à identidade de gênero. Embora não tenha desenvolvido mais profundamente o temário da diferença sexual, Cora expôs algumas contradições daquele feminismo, a exemplo da exclusão das mulheres pobres e negras, ou mesmo da homossexualidade. Sobre esse tema ela resvalou ao discutir o culto pela beleza e pelas formas corporais no tempo e em diferentes regiões do mundo.

Quando dissertou sobre o culto do belo entre os romanos, Cora manejou o amor entre homens e a beleza masculina: “Adriano, o imperador que teve por escravo favorito, o lindíssimo bithínio Antinoiis, mandou que lhe fossem erigidos e consagrados templos em todo o império, e que edificassem a cidade de Bessa em sua honra!”³⁵⁴ Concluiu o parágrafo afirmando que tal “era o alto valor em que tinham a beleza, mesmo do homem!”³⁵⁵ que gregos e romanos amavam-se independentemente do sexo e dos preconceitos.

O amor homossexual não lhe passou despercebido e ela fez questão de lembrá-lo quando leu sua dissertação durante a *Soirée Rose*, realizada em setembro de 1908³⁵⁶. Ao

³⁵³ Chroniqueta, Cora Coralina. *A Imprensa*, anno VI, n.º 270, Goyaz, 24 de setembro de 1910, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

³⁵⁴ A beleza feminina, Cora Coralina. *A Rosa*, anno II, n.º 35, Goyaz, 15 e outubro de 1908, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

³⁵⁵ *Idem*.

³⁵⁶ *Soirée Rose*. *A Rosa*, anno II, n.º 34, Goyaz, 30 de setembro de 1908, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ênfatizar diferentes modalidades de beleza – da feminina à masculina, da branca à negra, da europeia à africana –, Cora deixou explicitado alguns leques de simbolismos sexuais que resultavam do desejo pelo belo.

Preocupada com possíveis exageros que poderiam originar-se do culto exacerbado pela beleza física e corporal, ela ênfatizou desejar “ser deslumbrada pela grandeza moral, e jamais [adoraria] a belleza physica!”³⁵⁷. Segundo suas convicções o que importava era a beleza da alma, pois esta brilha como “um astro e é eterna como elle; a lápide que cobre o corpo jamais cobriria o espirito. Esse é inascecível, impoluto, eterno! As mulheres deviam se tornar estrelas da alma!”³⁵⁸ e a humanidade deveria “polir as imperfeições Moraes, lapidar, cinzelar, burilar o espirito, elevá-lo sempre, fazê-lo superior”³⁵⁹. Isso porque segundo Cora a beleza moral projeta luz na humanidade e é “finalmente o infinito dentro do finito”³⁶⁰.

Ainda que pecasse por um exacerbado idealismo em torno da mulher e de seus deveres morais para com a sociedade, o que não escapava dos princípios positivistas, progressistas e republicanos de seu contexto histórico, sua dissertação tinha grande mérito no instante mesmo em que ênfatizava ter o corpo um “tumulo na terra, a alma thalamo no firmamento”. Era por intermédio dessa convicção que ela reforçava as incoerências do feminismo e de suas agentes.

Evidentemente que Cora Coralina percorreu as críticas ao feminismo de forma muito sutil. A escritora foi bastante perspicaz ao criticar sem ofender ou romper relações com a luta feminista de seu contexto, todavia não deixou de registrar que as feministas haviam ignorado, por exemplo, as diferenciações existentes entre as mulheres e que isto contribuía para a exclusão daquelas que não estavam nas mesmas posições de classe e de raça.

A eleição, em seus poemas, de diferentes mulheres e a opção por temas como beleza, namoro, amor e homossexualidade foi tática movida na finalidade de desnudar aquele feminismo vitoriano e pudico, que atropelava diferentes demandas, posicionamentos, desejos e expectativas³⁶¹ na busca exclusiva pelo direito de voto. Talvez tenha sido por esta

³⁵⁷ A belleza feminina, Cora Coralina. *A Rosa*, anno II, n.º 37, Goyaz, 29 de outubro de 1908, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

³⁵⁸ *Idem.*

³⁵⁹ *Idem.*

³⁶⁰ *Idem.*

³⁶¹ Sobre as críticas ao feminismo da “centralidade de Bertha Lutz” (Mônica Raisa SCHPUN, 2002, p. 83) nota-se, por exemplo, que Maria Lacerda de Moura apegada num posicionamento mais anárquico do feminismo precisou negociar suas ações de modo que sua militância não atrapalhasse aquelas manejadas por

razão que Cora Coralina se solidarizou com Leolinda Dalto quando ela se viu duramente agredida pelos padres, pela população e pelos indígenas de Goiás e de Aruanã (Leopoldina) durante seu trabalho catequético e exploratório no baixo Araguaia³⁶² em 1900.

Com razão a alcunha de “feminista” não era a definição mais adequada para seu comportamento, não obstante, ainda que negasse o chamado de feminista, Cora não era uma antifeminista. Ela apenas não comungava com os princípios defendidos pelas mulheres ligadas, por exemplo, ao partido feminil de Leolinda ou das Federações. Cora optou por percorrer outros caminhos e tentou conquistar espaços sem fazer uso do capital simbólico resultante da luta organizada de mulheres de meados do século.

Embora não aceitasse ser chamada de feminista, Cora era aquele tipo de mulher denominada por Celi Regina de “excepcional”³⁶³. Isso porque, intelectual, revelava-se contrária às duras condições impostas às mulheres de sua época e ao descrédito quando tentavam adentrar os ambientes da intelectualidade, ainda fortemente representados pela figura masculina.

Ao destacar a indiferença com que encaravam sua nascente produção literária, a escritora registrou duvidarem de sua capacidade intelectual e que acreditavam ser seus escritos, na verdade autoria de Luiz do Couto, seu primo³⁶⁴, todavia, mesmo com a mudança desse jurista para o norte de Goiás, ela persistiu escrevendo e provou sua capacidade

Bertha e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) (Rachel SOIHET, 2000; Miriam Lifchitz Moreira LEITE, 2005).

³⁶² Em meados do século XX, Leolinda Dalto atravessou os sertões de Goiás na finalidade de contribuir para a catequização de índios. Durante este empreendimento ela se confrontou diretamente com os interesses de religiosos católicos que também atuavam na catequização de populações nativas nas regiões do Araguaia, entre Goiás e Mato Grosso. Leolinda sofreu pressões tanto dos religiosos dominicanos quanto de representações locais que tinham interesses vários nas populações nativas e em suas propriedades. O que gerou uma série de conflitos que apareceram em jornais e foram relatados por estudiosas de sua trajetória. O fato de se oporem à Igreja Católica fez com que os Bulhões trouxessem para seu jornal diferentes notícias e conflitos. Em 1900, o *Goyaz* noticiou a invasão da casa e roubo de objetos do pastor protestante William Azel Cook em Goiás e naquele ano juntou relatos do referido roubo aos problemas de Leolinda Dalto em Goiás. Nessa matéria, os editores levantaram hipóteses sobre possíveis culpados aos ataques a William e Leolinda e pediram que os padres dominicanos administrassem os conflitos de forma a não causar prejuízos a nenhum dos lados, afinal de contas todos tinham o direito de acessar novos cultos religiosos e as mulheres tinham o direito de trabalhar e desempenhar funções que não fossem aquelas restritas ao ambiente doméstico. Cora Coralina também comentou a situação de Leolinda Dalto. Logo após fugir de Goiás, em 1911, e de passagem pelo Rio de Janeiro, fez questão de visitar a Escola Orsina da Fonseca e a exposição de trabalhos organizada por Leolinda Dalto.

³⁶³ Sobre a excepcionalidade, Celi Regina Pinto (2003) apontou que o “feminismo daquele período esteve intimamente associado a personalidades. Mesmo quando apresentou algum grau de organização, derivava do esforço pessoal de alguma mulher que, por sua excepcionalidade, na maioria das vezes intelectual, rompia com os papéis para ela estabelecidos e se colocava no mundo público na defesa de novos direitos para as mulheres” (p. 13-14).

³⁶⁴ Menina mal-amada. In: CORALINA, Cora. *Vintém de Cobre: meias confissões de Aninha*. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1984, p. 116.

intelectual entre o grupo de intelectuais goianos. Mais tarde, em agosto de 1909, antes mesmo de publicado o livro de Luiz do Couto (*Violetas*), Cora produziu resenha crítica e publicou-a no *Goyaz*, na sessão *Letras*. Em sua *Primera Impresão*³⁶⁵ a escritora teceu críticas diretamente relacionadas à idealização da mulher na poesia do primo e apontou algumas contribuições de seu trabalho para o momento intelectual de Goiás.

As primeiras impressões de Cora Coralina sobre tais poesias não foram de enobrecimento do trabalho escriturário daquele juiz de direito. Cora reclamou – quase exigiu – o abandono da métrica e da rima, apontou os danos que esta tradição literária imprimira na literatura dos séculos XIX e XX, limitando-a e castigando-a. Como grande escritora que era, ela pediu que a arte se sobrepujasse à ditadura de correntes literárias ultrapassadas, pois essa “qualidade de versos, [dizia ela, entalavam-na] terrivelmente, á suportal-os [preferia] mastigar casca de pão...”³⁶⁶. Cutucou o romantismo e o parnasianismo exacerbado do escritor e alcançou sua idealização da mulher; aspecto que julgou prejudica-la moralmente, nesses poemas “a mulher é ainda uma sombra luminosa, ligeiramente indecisa, vagamente esboçada”³⁶⁷.

A mulher pintada por Luiz do Couto era aquela “mulher simbólica” de que falou Stéphane Michaud (1991) e, que parecia ser “uma aposta, um instrumento de poder” (p. 147) nas mãos de homens ilustrados, o que incomodou Cora, tanto quanto a movimentação desorganizada de mulheres por direitos e pelo sufrágio universal, conforme apontado em sua “*Chroniqueta*”, publicada meses depois.

De acordo com suas convicções seria necessário abandonar antigas crenças que relacionavam a mulher ao amor, que tornavam seu corpo um inimigo da alma. Em suas crônicas, contos e poemas persistiam o desejo por quebrar “arquétipos visuais”, aqueles que “impediam a individualidade e fomentavam distinções rígidas entre possibilidades de conduta limitadas” (Anne HIGONNET, 1991, p. 298). Tal aspecto evidenciou-se em sua personagem, Herminia de Oliveira, uma viuvinha³⁶⁸ – influência da literatura de José de

³⁶⁵ Primeira Impresão, Cora Coralina. *Goyaz*, anno XXIV, n.º 1077, sabbado, 21 de agosto de 1909, p. 03-04. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

³⁶⁶ Primeira Impresão, Cora Coralina. *Goyaz*, anno XXIV, n.º 1077, sabbado, 21 de agosto de 1909, p. 04. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

³⁶⁷ Primeira Impresão, Cora Coralina. *Goyaz*, anno XXIV, n.º 1077, sabbado, 21 de agosto de 1909, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

³⁶⁸ A Viuvinha, Cora Coralina. *Goyaz*, anno XXIV, n.º 1023, sabbado, 01 de agosto de 1908, p. 02-04. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Alencar – que brincara com a “sorte dos casamentos”, mas acabara conseguindo escolher, ela própria, com quem ficaria e viveria a vida de casada.

Na fase inicial da produção literária de Cora Coralina (1905-1911) eram as mulheres, suas diferenças, seus desejos, suas demandas e suas necessidades que escolheu narrar. O protagonismo feminino se fez presente em sua obra desde os “primeiros escritinhos”. Em suas crônicas, os homens eram manipulados de forma a atender aos interesses das mulheres. Não eram fantoches, mas tinham um lugar bem delimitado no interior das relações em que as mulheres dominavam o contexto.

Na conjuntura de suas primeiras produções literárias, Cora experimentara conquistas na luta de mulheres por direitos e pela ampliação de suas fronteiras de ação. Ela, muito provavelmente, conhecia os debates feministas realizados Brasil afora, tanto conhecia que os fez reverberar. Ao eleger mulheres como personagens principais de seus escritos e dar movimento aos seus protagonismos, ela se aproximou dos movimentos feministas. Cora, em certa medida, permitiu que reconhecêssemos, por intermédio de sua narrativa, a luta empreendida, anos antes, por sua mãe, Jacintha Luiza, por sua professora e madrinha, Silvina Ermelinda Britto, e pelas mulheres com as quais compartilhava intensos debates intelectuais no Gremio Litterario: Virginia Vieira, Bárbara Augusta e Maria Santa Cruz.

As ações e jogos que manejou para adentrar o cenário da literatura regional assemelham-se muito às táticas utilizadas pelas goianas quando pediram o direito de votar nas eleições de setembro de 1889. Em seus escritos, Cora remodelou as heranças e as lutas de sua mãe. O legado, por ser algo plástico, foi “atualizado de acordo com as contingências [de seu] tempo presente” (Luciana Quillet HEYMANN, 2012, p. 21), todavia a atualização de legados não veio acompanhada pelo desejo do sufrágio universal, antes disso era emergente compreender as diferenças sexuais e instruir as mulheres.

Embora o direito de voto fosse a grande agenda de Jacintha Luiza em 1889, entre 1907 e 1911, o feminismo, já amplamente disseminado não deveria, na convicção de Cora, se prender apenas à conquista do voto. Havia agendas mais importantes e que precisavam ser profundamente discutidas antes mesmo da concepção de tal direito. Sua “*Chroniqueta*”, publicada na *Imprensa* de 24 de setembro de 1910, destacou diferentes aspectos do feminismo. Segundo Cora, este movimento social se alastrara pelo mundo com certa rapidez, tanta que precisaria ser encarado com zelo e cuidado, afinal de contas, no Brasil seria difícil resolver questão de tanta profundidade social. Os riscos de erros e de fracasso eram demasiadamente grandes:

Nos boulevards de Paris, nas streets de Londres, na Belgica, na Holanda, em Portugal, nos Estados Unidos e ate no Japão, as mulheres gritam e reclamam, ou pela Tribuna, ou pela Imprensa, nas ruas e nos clubs, independencia e emancipação, sem terror ao ridiculo, sem medo a brutalidade agressiva dos homens, largamente manifestada quando se trata de direitos a contribuições femininas.

E o feminismo alastra-se pelo mundo, invade nações, salta fronteiras, transpõe os mares, ligando raças, mesmo antagonicas numa cadeia de collectivismo, conquistando adeptos, vibrando-os numa sugestão violenta de direitos reclamados, numa ancia indomável de liberdade, gritava por milhares e milhares de bocas rebelladas, depois de séculos e séculos de captivo moral e de obediencia passiva.

Por toda a parte um fervilhar de entusiasmo cantando alto a victoria ruidosa das adesões e a palinodia dos homens ante a derrocada fragarosa de todo um mundo bolorento de velhas tradições.

A despeito de toda a classe de obstáculos, o movimento reaccionario feminino tem saltado a barreira de muitos preconceitos, imposto desde a clássica antiguidade as manifestações do espirito das do meu sexo.

No Brazil mesmo taes ideais de libertação e nivelamento tem encontrado franco apoio quer num sexo quer noutro.

Porem, em o nosso meio essa questão altamente social não pode ser resolvida de prompto, nem adoptada (com ligeireza).

Maria Amalia Vaz de Carvalho lamenta amargamente a presteza, com que as suas patricias assimilaram e mal comprehenderam a causa que de futuro transformará radicalmente a sociedade. Ligeireza esta que não deu tempo a compenetração integra do ideal visado, só apanhando a parte má, a parte viciosa, que envez de evoluir degenera a educação portuguesa.

Mal de nos se aceitássemos apressadamente taes inovações, se nos deixássemos conduzir pelas imitações falsas, pelas exteriorizações seductoras, antes de termos bem feito o alicerce da nossa educação moral – intelectual, antes de termos a comprehenssão exactissima dos direitos que reclamamos e o fim para o qual o queremos.

Se a lei do Paiz concedeu-nos immediatamente a nós mulheres tudo quanto exigimos, ficaríamos tolas e aparvalhadas sem sabermos o que faríamos da nossa pessoa dos nossos filhos e dos nossos haveres.

A reforma só nos poderá ser útil quando a differença de sexos for melhor comprehendida, quando a educação pratica do homem e da mulher se equilibrarem harmoniosamente quando as duas intelligencias forem desenvolvidas pela mesma forma e aproveitadas para o mesmo fim.

Antes não. O ideal seria adulterado por não ser comprehendido, e a reforma que aperfeiçorará a sociedade, seria a sua completa degenerescência, a sua, ruina total.

O que será no entanto de fundo valor crermos sem delongas e racionarmos com logica é que somos independentes do homem; e so a educação aliada a velhos preconceitos nos leva a crer que a nossa tranquilidade sera proveniente d'elle, que o nosso futuro é elle, e que para elle fomos creadas.

Esta mania de encararmos o homem como o futuro, o homem como meio, o homem como fim, é terrível, ligamos tão completamente a sua individualidade que se elle nos falta, como acontece a maior parte das vezes, não há o que o substitua.

E por essa forma lhe subordinamos a nossa vontade, o nosso ideal e até a nossa liberdade de pensar.

Nós mulheres só vemos como futuro o casamento. É a única salvação da nossa felicidade, o fim que ansiamos alcançar e para qual envidamos os nossos melhores esforços no terror ridículo do celibato, que incomparavelmente mais que o casamento, nos garante maior somma de tranquilidade.

Mas nossa felicidade não esta nem no matrimonio, nem na vida de solteira, e sim na compreensão da existência, no modo falso, ou real porque a encaramos.

Em Goyaz dificilmente a moça toma estado, e o número das solteiras é desanimadoramente elevado. Seria, pois o bastante para modificarmos o nosso modo de pensar a esse respeito e encarmos o casamento como meio e não como fim.

Meio de felicidade, de garantia futura, de tranquilidade moral e não como o fim fatal do nosso ser feminino.

De novo voltarei a este assumpto, para o qual chamo a atenção de minhas conterrâneas³⁶⁹.

Apegada à crença de que uma opção ligeira e descuidada pelos princípios feministas não refletiria em melhorias nas condições de vida das mulheres brasileiras, Cora Coralina sugeriu que antes se firmassem os “alicerces da educação moral das mulheres” e que se compreendesse a “diferença sexual”. Mulheres e homens precisariam se instruir, ambos precisariam compreender a necessidade de se constituir consciências de gênero.

Por essa razão, Cora negava o qualificativo de “feminista culta”³⁷⁰ que tentaram lhe impor. Ser feminista e ignorar que existiam tantas outras demandas mais importantes que o voto não lhe interessava. Ela queria desvelar as diferenças das mulheres e entre as mulheres. Cora queria falar do direito de a mulher amar por conta própria, viver sua vida e fazer escolhas sem que precisasse pedir autorizações.

O feminismo não lhe agradava em razão de ser movimento ainda muito restrito a um pequeno segmento de mulheres abastadas do Brasil. Algo ainda pouco compreendido e bastante nebuloso, uma inovação que poderia ser facilmente manchada por “imitações falsas” e “exteriorizações sedutoras” sem qualquer serventia para libertação feminina do “cativeiro moral” e da “obediência passiva”. Em certa medida ela falava do risco de o feminismo converter-se em um campo de disputas perverso e de se tornar em uma ferramenta contra as próprias mulheres. Por isso não pensou duas vezes antes de recusar publicamente

³⁶⁹ Chroniqueta, Cora Coralina. *A Imprensa*. Goyaz, anno VI, n.º 270, 24 de setembro de 1910, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

³⁷⁰ O feminismo culto. (Dr. Leopoldo de Souza), *Goyaz*, anno XXVI, n.º 1166, sabbado, 06 de maio de 1911, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

a alcunha que Leopoldo de Souza tentou lhe atribuir. Cora fez tal recusa em texto publicado no *Goyaz*³⁷¹, no dia 20 de maio de 1911. Todavia o fato de recusar tal chamamento não lhe impediu de se identificar com algumas ações das feministas.

A escritora goiana se solidarizou com Leolinda Daltro e escreveu texto sobre o trabalho da professora feminista em Goiás. Cora se sensibilizou em razão de entender os ataques ao seu trabalho catequético, a sua condição de mulher, e também compreender uma mulher que ousou percorrer sozinha os sertões goianos, que lutou e defendeu seus ideais.

Elaine Pereira Rocha (2002) e Patrícia Costa Grigório (2012) esmiuçaram os conflitos em que Leolinda se envolveu quando esteve em Goiás. Sobre tais conflitos as pesquisadoras lembraram que o fato de os padres dominicanos se oporem ao trabalho catequético da professora em Goiás resultou em diferentes ataques. As convulsões daí resultantes repercutiram nos jornais de circulação local e nacional. Em 10 de novembro de 1900, o *Goyaz* publicou matéria denunciando a “mais vil, a mais baixa, a mais indigna perseguição por parte dos frades”³⁷² de Goiás contra Leolinda Daltro.

Elaine Pereira Rocha (2002) destacou que além de enfrentar a oposição de grupos que já mantinham contato com a sociedade nacional e que já tinham sido “cooptados pelos discursos de grupos que se opunham a Leolinda” (p. 205), Leolinda Daltro precisou ainda enfrentar “a suscetibilidade dos habitantes dos povoados e dos sertanejos em geral, às superstições e ao discurso religioso católico” (p. 205). Ela também precisou enfrentar os ataques dos índios que naquela época já “mantinham algum contato com [a] população [‘civilizada’]” (p. 205), com os padres e com as disputas pela catequese e os boatos daí resultantes. Cora Coralina registrou parte desses enfrentamentos ao visitar a exposição da Escola Orsina em 1911, no Rio:

Bem ao contrario. Quanto mais trabalham os inconoclastas na destruição da sua obra levada a effeito já na cidade, já nos sertões, tanto mais porfia ella na faina que se impoz, passando calma e indifferente aos doestos, com a tranquillidade de quem cumpre um dever... incompreendido.

A despeito do quanto se tem dito, procurando os detractores da obra feminina desvirtuar-lhe o mérito e deturpar-lhe as, ressalta o innegavel valor da professora Leolinda Daltro, renunciando durante longos annos, confortos e comodidades para correr os sertões, sem a ambição das gordas remunerações que o Governo largamente distribue hoje,

³⁷¹ Bravo Senhorita! *Goyaz*, anno XXVI, n.º 1168, sabbado, 20 de maio de 1911, p. 01-02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

³⁷² D. Leolinda Daltro. *Goyaz*, anno XVI, n.º 662, 10 de novembro de 1900, p. 02-03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

trabalhando abnegadamente em prol dos índios, sem outro desejo senão o de cumprir um dever que lhe impoz a consciência. Afigura-se-me a professora Daltro a mais extraordinária de todas as mulheres que têm viajado.³⁷³

A forma como encarou o trabalho de Leolinda demonstrou o quanto o posicionamento humano podia variar, dependendo para isto de diferentes questões que não eram tão facilmente percebidas e que nem sempre poderiam ser identificadas. Mesmo não concordando com o feminismo, em algum ponto Cora se identificou com Leolinda e isto estimulou-a apoiar e escrever um dos poucos textos – se não o único – de autoria feminina que compõem a obra da professora.

Cora Coralina considerou em sua relação com Leolinda as afinidades e não necessariamente a identidade feminista. O feminismo de Leolinda deixou de lhe importar no instante em que testemunhou as agressões que sofrera mesmo desempenhando obra tão destemida entre as populações indígenas do Araguaia e de Goiás.

Cora, Eva e Maria Amalia avaliaram os contextos de luta empreendidos por mulheres de diferentes lugares do mundo e após considerar as vantagens e desvantagens da emancipação tomaram para si “outras lições morais, relacionadas com seus próprios debates teóricos” (Joan SCOTT, 2002, p. 23). O posicionamento contrário à total liberalização das mulheres está fortemente relacionado às questões de gênero, de classe e de raça; temas que atravessam o feminismo, transformando-o em um campo de disputa para diferentes projetos de emancipação, de conquista de direitos e de ampliação das fronteiras do gênero. Estas mulheres defenderam suas demandas e opiniões, utilizaram táticas, aproximaram-se dos movimentos de mulheres por emancipação quando lhes era vantajoso e se distanciaram dos mesmos quando algo lhes colocou em descrédito publicamente.

As várias notícias publicadas pelo *Goyaz* e, a partir do século XX, por outros periódicos, visibilizaram exemplos diversos e que se relacionavam aos conflitos e as ambivalências no interior do feminismo, dos movimentos de mulheres por emancipação ou de movimentos literários empreendidos por intelectuais, como as goianas Euridice Natal, Leodegária de Jesus e a própria Cora Coralina.

Com a atenuação do protagonismo bulhônico, a partir de 1901, os temas relacionados às mulheres sofreram alterações significativas e o projeto emancipacionista se misturou a

³⁷³ DALTRO, Leolinda. *A cathecheze dos índios no Brasil* (Notícias e documentos para a Historia) 1896-1911. Rio de Janeiro, RJ: Typ. da Escola Orsina da Fonseca, 1920, p. 605.

diferentes concepções, promovendo certa confusão acerca das demandas das mulheres, ou mesmo daquilo que se entendia por feminismo, por emancipação e por direitos políticos. Durante o governo de José Xavier de Almeida – ainda que este não fosse favorável ao voto feminino – houve um investimento no protagonismo de mulheres por intermédio da autorização para que escrevessem em *A Imprensa*, para que criassem jornais ou compusessem Grêmios Literários.

Cora Coralina, uma das poucas escritoras a publicar crônicas nesse jornal, apontou que durante seu governo a cidade experimentou uma verdadeira nevrose dos estudos e que isto se deu por conta da atenção à instrução ocorrida nos anos que se sucederam ao governo de Xavier de Almeida. Não por acaso a escritora lhe prestou homenagens ao apontar, em 1910, a qualidade da literatura produzida em Goiás até 1908.

Segundo Cora, era de ver-se, pelas manhãs dos anos 1904 e 1907, a rapaziada que “passa para as aulas: crianças, moças estudam e sobre tudo o que não se via no [seu] tempo de menina; estudam alegres, com gosto. Entre publicas e particulares há em Goiaz umas 15 escolas: numero grande para uma cidade pequena”³⁷⁴. As descrições daquele contexto, feitas por Cora, corroboram as afirmações de Maria Augusta de Santana Moraes (1972) acerca da admiração da juventude goiana por Xavier de Almeida. Evidentemente que suas ações e políticas públicas – investimento em instrução, infraestrutura, cobrança de impostos – conquistaram a simpatia da opinião popular, mas, também desagradaram, contrariamente as “fileiras partidárias dos Bulhões. Estes se encastelaram nas ameaças de Intervenção Federal ou Revolução” (p. 251).

Os Bulhões tanto fizeram ameaças que se uniram aos Caiado e aos Fleury contra o governo durante a escolha de quem disputaria as eleições de 1908 e sucederia Rocha Lima, Xavier de Almeida executou “a mesma manobra que antes combatera” (p. 267). Ele interviu e impôs a candidatura de seu cunhado, Hermegildo Lopes de Moraes. Tal ação “provocou os primeiros protestos entre os grupos políticos, principalmente os Bulhões” (Maria Luíza Araújo ROSA, 1984, p. 114).

As críticas à intervenção de Xavier de Almeida se espalharam pelos jornais, principalmente pelo *Goyaz* e, pressentindo dificuldades na eleição de seu escolhido, o referido líder político contactou Afonso Pena, o presidente da República, “para expor seus interesses e ressaltar o valor de sua política” (p. 118). A consequente vitória governista,

³⁷⁴ Crônica de Goiaz, Cora Coralina. *Sul de Goiaz*, anno I, n.º 41, Catalão, 16 de abril de 1908, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

resultante das estratégias de Xavier de Almeida, provocou cissões e resultou no conflito de 1909. Derrotado na “Revolução Branca”, “Xavier de Almeida, afastou-se das lutas partidárias [e recolheu-se] à vida privada” (p. 124). Sua saída do contexto político de Goiás e os conflitos que resultaram das disputas entre os Bulhões e os Caiado provocaram certa insegurança entre a população goiana.

Sobre este contexto de recrudescimento social, cultural e econômico, Cora deixou alguns registros. A anterior efervescência intelectual de Goiás, descrita em 1908³⁷⁵, foi substituída por críticas à desanimadora situação instalada pós 1909. Ao falar da dificuldade em fazer literatura em Goiás, Cora lançou um desabafo; ela criticou o pouco interesse da população local pela literatura e pelo intelecto:

Decididamente é muito difficil a gente fazer litteratura numa sociedade onde ninguém a faz e num meio tão rebarbativo as letras, como o nosso, que nenhum estimulo ou incentivo offerece aos platônicos, ideólogos que ainda tentam enristar a lança contra a clássica e reconhecida indiferença doentia dos goyanos. Indiferença não só pelo que lhes affectam os próprios interesses, como por tudo o mais, seja de que ordem for jurídica, social ou religiosa.

Se não fosse por temperamento, mesmo uma necessidade psychologica, eu desanimaria de escrever litteratura ou cousa que o valha, em Goyaz, nem ao menos pela vaidade das comparações, ou pelo interesse de escrever melhor.

Há pouco tempo, dous annos talvez, fazia-se em Goyaz bem boa litteratura, cada qual procurava desenrolar o seu talento ampliar conhecimento e afinar sentimentos de esthetica. De então para cá fomos na escala decrescente: escriptores e poetas tacitamente quebraram a penna de ouro.

Aquietaram-se todos num somno de fakir: nem o clássico azul dos nossos ceos escapam, nem a alvura de toalha de comunhão dos nossos luares nem as nossas roxas tardes de Agosto os fazem ciciar no verso ou cantar na prosa o que vae de lindo pela natureza.

Infelizmente, desgraçadamente, o mal me não attingeo o espirito³⁷⁶.

Embora nesta “*Chroniqueta*” Cora tenha mudado o tom de dois anos atrás, quando cantou e comemorou o furor das letras, dos estudos e da incisiva participação das mulheres no movimento intelectual desfraldado em Goiás³⁷⁷, ela se fez taxativa em afirmar não ter

³⁷⁵ Cronica de Goiaz, Cora Coralina. *Sul de Goiaz*, anno I, n.º 41, Catalão, 16 de abril de 1908, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

³⁷⁶ Chroniqueta, Cora Coralina. *A Imprensa*, anno VI, n.º 266, Goyaz, 22 de agosto de 1910, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

³⁷⁷ Ressalto não ser somente Cora Coralina a identificar um possível movimento intelectual em Goiás no início do século XX. Informações colhidas em Gastão de Deus (1917), Gilberto Mendonça Teles (1964) e em muitas

permitido que o mesmo espírito desanimador que “quebrara a pena de ouro” de outras/os escritoras/es a atingisse. Enquanto todos os seus “colegas da pena dormiam regaladamente no inverno da indiferença”, ela persistia contornando os impedimentos à intelectualidade feminina e utilizava a leitura e a escrita como instrumentos de sua inserção no mundo moderno.

Contrariando o ambiente rebarbativo às letras femininas, ela afirmou insistir neste universo semelhante à “cigarra sobrevivente do estio passado”. Sua voz de mulher persistiu cantando desafinada e em solo, mesmo em um contexto marcado por crises políticas e que possivelmente afetariam o cotidiano literário até então experimentado.

Depois de 1909 não houve grandes investimentos, por parte de lideranças políticas, na promoção de espaços para que as mulheres falassem de seus direitos de emancipação. Temas do gênero passaram a ser discutidos por pequenos jornais pertencentes a grêmios estudantis ou a comerciantes da cidade. O tema da mulher acabou se atomizando em pequenos subtemas. Nisto contribuíram o *Goyaz*, *A Imprensa*, *Voz do Sul*, *A Rosa* e *Nova Era*. Cada um desses periódicos trouxe publicações sobre as mulheres, a emancipação, o feminismo e as variadas imagens que as referenciavam. Em alguns desses jornais as mulheres pareciam ter o poder da caneta, em outros elas eram apenas musas inspiradoras de matérias diversas e em outros eram agentes responsáveis pela edição e pela distribuição do semanário.

As publicações de cunho emancipacionista se mesclaram aos mais variados assuntos e temas. A emancipação e o feminismo eram relacionados a ações de rompimento com a ordem vigente. Tudo aquilo que quebrava as políticas do cotidiano goiano significava um pretexto para afirmar a transgressão feminina e conseqüentemente liga-las à luta por emancipação ou ao feminismo.

Cora Coralina foi uma vítima desta crença e concepção deturpada do feminismo, pois mulheres protagonistas de atos de desobediência social logo eram encaradas como

outras notícias publicadas nos jornais goianos que referenciam o momento intelectual que a cidade experimentou entre 1904 e 1908. Sobre isso Augusto Rios apontou, em crônica denominada “A mocidade da minha terra” a seguinte questão: “E vós, estrelas refulgentes do por vir, esperanças jovens, - vós que tendes no coração um ninho de poesia, nos olhos – a fascinação do ideal, marchae, altaneira do talento, [ilegível] e francos na estrada aberta do róseo progredir...Marchae! E quando, mais tarde, hastearmos em nossa terra o pendão rutilante da independência e da verdadeira liberdade baseada na Instrução, vós – mocidade brilhante, creis as [ilegível] doiradas que [ilegível] de receber entre louras [ilegível], as flores ideaes, sinceras do nosso reconhecimento e profunda gratidão. Ao Gabinete, pois, mocidade adorada. Lêde, lêde muito”. Cf. RIOS, Augusto. A mocidade de minha terra. *A República*, anno VI, n.º 86, Goyaz, 22 de fevereiro de 1906, p. 04. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

potencialmente feministas. Relações ao feminismo e à emancipação também eram feitas quando mulheres expressavam o gosto por moda, por novos vestuários, pela instrução, pela religião ou pelo exercício da intelectualidade.

Após Eva Canel e Cora comentarem sobre a emancipação, algumas matérias relativas ao tema tomaram os jornais goianos. Em março de 1910, o *Goyaz* trouxe texto intitulado *Feminismo*³⁷⁸. Esta matéria destacou a entrada de mulheres em cursos de comércio e em sua provável saída da esfera doméstico para a pública. Na sequência da publicação seguiram-se outras relacionando o feminismo ao trabalho intelectual de Euridice Natal e Silva, Cora Coralina, Leodegária de Jesus, *Roceira* e as *jupe-culottes*.

Em todas as publicações reforçava-se junto do caráter transgressor dessas mulheres uma imagem idealizada do que significava ser feminina. Os arquétipos de feminilidade aí presentes “eram mais que o reflexo dos ideais de beleza; eles constituíam modelos de comportamento” (Anne HIGONNET, 1991, p. 298), e aquelas que tentavam escapar dos modelos disciplinadores eram observadas com desconfiança ou sofriam com os efeitos da violência simbólica.

A preocupação com agrupamentos familiares também era uma constante. A pressão do capitalismo e a já presença de mulheres no mercado de trabalho levantava debates e preocupações relacionadas à saída delas do lar para a rua. A desconfiança resultante desses debates tentava associar “a feminilidade com o amor e [com] os laços emocionais” (Joan SCOTT, 2005, p. 144). As mulheres deveriam encarnar e expressar “os sentimentos humanos, [deste modo] o que elas faziam era menos importante do que o que elas significavam” (p. 144).

Sueann Caulfield ainda reforçou apontando que mulheres independentes “comprometiam não apenas a função da honra sexual como mecanismo de disciplinamento da mulher, mas também sua função como meio de reprodução das desigualdades de raça e de classe” (2000, p. 313). Era preciso manter ou reconfigurar as normas de gênero de forma a evitar a desintegração social temida naquela época dos anos 1910, 1920 e 1930.

Deveria ser por esta razão que os jornais goianos traziam uma enorme variedade de temas que misturavam abordagens tradicionais em meio aos debates modernizadores. Vários eram os juristas que acreditavam em uma “derrocada da dominação masculina diante das mulheres que assumiam ‘gestos e atitudes peculiares dos homens’” (Sueann CAULFIELD,

³⁷⁸ Feminismo. *Goyaz*, anno XXV, n.º 1105, sabbado, 05 de março de 1910, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

2000, p. 314). Isto, conforme a concepção em voga, “sinalizava uma degeneração moral generalizada e o esmaecimento das fronteiras entre povos civilizados e primitivos” (p. 314).

Considerando tantos “riscos moraes” precisaria-se cuidar para controlar mudanças, principalmente aquelas relacionadas às relações de gênero e que resultaram da modernização de hábitos intensificada após proclamada a República. Neste contexto, os jornais goianos apoiavam a emancipação feminina, mas esperavam das mulheres emancipadas a manutenção de costumes antiquados e da acumulação do trabalho doméstico ao trabalho assalariado.

Em diversas matérias expunham-se posicionamentos contrários à concessão de direitos para as mulheres. Segundo algumas publicações o reconhecimento da individualidade da mulher colocaria em risco a família e a própria sociedade e isso era um profundo impacto no discurso de nação que circulava entre diferentes segmentos da sociedade brasileira. O modelo higiênico de mulher que resultava dos debates realizados pelos homens que escreviam nos jornais tentava discipliná-las e lhes impor identidades idealizadas. Somente a mulher-símbolo merecia alguma confiança.

Typo extranho, Perfil feminino, Bismark e as mulheres, A emancipação da mulher, Os dois cérebros e Variações sobre as mulheres eram expoentes de imagens que “insistiam no papel das mulheres como filhas, mães e esposas castas” (Anne HIGONNET, 1991, p. 298). As mulheres deveriam continuar como complemento de seus homens caso se emancipassem. Tantas publicações indiciavam “construções masculinas da identidade das mulheres” (Margareth RAGO, 2011, p. 579). Elas eram representadas nestas publicações como agentes que deveriam ser convertidas em figuras passivas, “sem expressão política nem contorno pessoal” (p. 579). Seu contorno social deveria ser o do homem com o qual vivia.

A anterior defesa da emancipação realizada pelos Bulhões se enfraquecera. As publicações realizadas nesse início do século não se assemelhavam àquelas relacionadas à luta pelo direito de voto das mulheres. Não haviam publicações noticiando pedidos de mulheres para que fossem incluídas como eleitoras. Não havia mais uma proposta de propaganda a favor da emancipação. As publicações sobre o temário emancipação pareciam esparsas e para qualquer ação de rebeldia feminina seguia-se uma reação, violenta até. As goianas pareciam viver em um contexto político no qual dificilmente conseguiriam ocupar espaços e exigir o reconhecimento de seus direitos, daí precisar manejar novas táticas e/ou aceitar calar-se para desenvolver alguma influência mais adiante.

Muito possivelmente Euridice Natal, Leodegária de Jesus e Cora Coralina só permaneceram nas publicações dos jornais por terem posicionamentos bastante moderados e por manejar táticas que não evidenciassem rupturas profundas com a ordem social daquele período. Euridice Natal se limitou a ocupar o lugar de presidente da Academia de Letras do Estado de Goyaz. Leodegária de Jesus se limitou a publicar poesias e não parece ter utilizado desse espaço conquistado para questionar sua condição de mulher³⁷⁹. Cora Coralina, ainda que tenha versado sobre o feminismo, não se posicionou a favor da total emancipação política das mulheres. Ela não acreditava que uma emancipação total pudesse contribuir para mudar a dura condição das mulheres no mundo. Para Cora, antes que isso ocorresse, seria preciso construir uma consciência feminina, entender os meandros da diferença sexual e preparar as mulheres (e os homens) para o novo mundo que enfrentariam.

Cora recorreu ao despreparo das mulheres, dos homens e da própria sociedade para explicar suas desconfianças com a emancipação. A falta de conhecimento e de preparo poderia reduzir a luta das mulheres em uma “ruína total”. Seu texto recorreu às questões relacionadas à condição de ignorância da mulher acerca de sua sexualidade, a necessidade de reconhecimento da diferença sexual e a instrução que, segundo Cora, as fazia acreditar ser o casamento o fim único da mulher³⁸⁰.

³⁷⁹ Destaco que isso de forma alguma invalida o trabalho de Leodegária. Ela foi uma das primeiras mulheres a publicar um livro em Goiás, o que por si só já é um ato de grande transgressão, para não dizer difícilíssimo naquele período. Embora Darcy Denófrío a considere a primeira goiana a publicar livro, a pesquisa me mostrou que a antecedendo houve Honorata Minelvina Carneiro de Mendonça que, mesmo não publicando seu livro em Goiás e o mesmo não tivesse recebido a devida atenção no Estado, foi a primeira goiana a publicar uma obra de poesias de que se tem notícia. Seu livro *A Redenção* contendo poemas de caráter religioso foi publicado em 1875 (Cf. Eliane VASCONCELOS, 2010) na cidade do Rio de Janeiro. Ela também colaborou em jornais de ampla circulação no Rio de Janeiro (Corte). Em 1868 publicou, no *Jornal das Famílias*, o poema “*Saudades de minha terra. Parodia por uma goiana a sua irmã na Côte*”, Cf. MENDONÇA, Honorata Minelvina Carneiro de. Saudades de minha terra. Parodia por uma goiana a sua irmã na Côte. *Jornal das Famílias*, dezembro de 1868, 6º ano, p. 39-40. Segundo estudo realizado por Eliane Vasconcelos (2010) a naturalidade de Honorata Minelvina Carneiro de Mendonça foi atribuída ao estado do Piauí em estudo produzido por Sacramento Blake em 1893, todavia após pesquisas realizadas por Gilberto Mendonça Teles, este constatou que se tratava de uma goiana que mudara para a Corte. Honorata contribuiu para os jornais *O Domingo* e *Jornal das Famílias*. Cf. VASCONCELOS, Eliane. Precursoras da literatura goiana. *Revista UFG*, Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás (UFG-GO), ano XII, n.º 08, 2010. Ressalto que essa informação não muda o grande valor literário e intelectual de Leodegária de Jesus para a literatura goiana. Afinal de contas não deve ter sido empreendimento fácil para uma mulher negra instruir-se e abrir a duras provas o campo literário goiano de meados do século XX. Segundo Darcy França Denófrío (2001) seu romantismo e erudição são denunciados em suas muitas epígrafes. Leodegária era leitora de Álvares de Azevedo, Garret, Varela e Castro Alves (Cf. Darcy França DENÓFRIO, 2001). Entre tantas epígrafes “uma aparece em francês, sendo de autor ignorado, denunciando certa erudição ou seu contato com as irmãs francesas”. (p. 29).

³⁸⁰ Este argumento acerca do casamento me faz pensar em seu comentário sobre a mãe, Jacintha Luiza do Couto Brandão Peixoto, que casou e enviuvou três vezes. Penso que ao falar das questões relacionadas ao casamento e do despreparo das mulheres para entrar numa relação matrimonial Cora espelhava-se nas experiências que ajuntou dentro da própria casa, observando o cotidiano da mãe.

Dentre outras questões apontadas pela escritora havia uma ênfase em que a mulher procurasse construir sua vida em parceria com o homem, fazendo do casamento um “meio de felicidade, de garantia futura, de tranquilidade moral e não o fim fatal do ser feminino”. Tanto sua *Chroniqueta* quanto os artigos do jornal tentavam enfatizar a importância da formação intelectual para as mulheres, mas não incentivavam a emancipação civil. Esta é também uma característica das ações de Euridice Natal e Silva. Filha de Ângela de Bulhões Jardim e Joaquim Xavier Guimarães Natal, que fundou em 1904 a Academia de Letras de Goyaz³⁸¹, mas não se envolveu em debates relacionados ao feminismo ou à emancipação.

Ocasionalmente a defesa de alguns princípios emancipacionistas se tornaram interessantes para diferentes jornais da capital e do interior após ultrapassados o contexto de crise política provocada pela Revolução Branca. O texto de Cora publicado em *A Imprensa* era representativo da intermediação de temas inovadores aos conflitos político-oligárquicos daquele período. Vários são os jornais que se apropriaram dos temas referentes às mulheres e seus direitos.

Em 1910 houve uma publicação bastante curiosa no *Goyaz*³⁸², na coluna “*Notas esparsas*”, ambiente literário que contava com a colaboração de *Roceira*, dentre outros escritores. Nesta coluna, a referida escritora criticou o uso do espartilho pelas mulheres e os princípios de beleza cultuados até então.

Após cinco publicações distribuídas em colunas e assinadas por vários comentaristas *Roceira* acabou excluída do “tiroteio semanal de ideias”. Sua ironia literária e a crítica da forma como os goianos impunham às mulheres uma beleza baseada na ditadura do espartilho, contrariou as expectativas dos editores. A reação foi o seu silenciamento e a interrupção de sua “palavra misteriosa”. A última publicação assinada pela *Roceira* foi a de 05 de novembro de 1910³⁸³. Dirigindo-se a *Sylvio Rosa*, na publicação ela apontou os males do espartilho para a saúde das mulheres e destacou ser dever dela e de outros/as intelectuais criticar os exageros que afetavam o cotidiano das goianas. As razões do silenciamento de *Roceira* só ficaram mais evidentes na denúncia produzida por *Jenny Doleron*. Em publicação endereçada à Cora Coralina, esta escritora comentou sobre o caso de *Roceira*.

³⁸¹ Segundo Maria Augusta de Santana Moraes (1972) a fundação desta academia foi efetuada “sob a orientação da facção bulhônica” e significava um “réplica à fundação da Academia de Direito” (p. 250) criada por José Xavier de Almeida.

³⁸² Notas esparsas. *Goyaz*, anno XXVI, n.º 1139, sabbado, 29 de outubro de 1910, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

³⁸³ Notas esparsas. *Goyaz*, anno XXVI, n.º 1140, sabbado, 05 de novembro de 1910, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Segundo *Jenny Doleron* não era propósito seu em “*Esmaltadoras*”, fazer alusão às “gentilíssimas amigas e confrades Cora Coralina e *Roceira*, esta tão cêdo, *malgrê moi*, desertada destas colunas quando se degladiaram pró e contra o espartilho, mas o uso deste objeto é excessivamente prejudicial às senhoras, principalmente às que tem hombros decahidos”³⁸⁴. *Jenny Doleron* também não concordava com o uso de tantos artifícios de beleza que acabavam aprisionando a mulher em um corpo-desejo.

De uma forma geral, o tema *feminismo* parecia ser algo evitado e, as mulheres, quando figuravam nos jornais, tinham uma aura exótica, célebre e anormal. A palavra feminismo, quando mencionada, vinha precedida por preocupações masculinas e que pretendiam inventar um modelo de comportamento para as mulheres, inventar suas mobilizações sociais, inventar as próprias mulheres e proteger os seus interesses. Exemplo desse controle e do medo de as mulheres conquistarem sua emancipação evidenciou-se a cada demonstração de desejo entre as goianas, pois toda a qualquer reação feminina era vista como potencialmente feminista e deveria ser manuseada com certo cuidado.

Em matéria sobre a *jupe-culottes* os editores se mostraram preocupados acerca de como o uso desta vestimenta poderia arrastar “comsigo o àporo da emancipação da mulher”³⁸⁵. Deste modo, na tentativa de enfraquecer a tomada de decisão das mulheres seguiam-se, à publicidade do uso de *jupe-culottes*, vários comentários que zombavam das mulheres ou das “roceirinhas tímidas” que teimassem em utilizar uma roupa que mais parecia de “palhaço”:

Não temos ainda a methamorphose das *toilletes*, a despeito do melhoramento material da cidade; e com certeza creio que não há de demorar-se.

Não esperamos ver uma roceirinha tímida, acanhada, com passos incertos, constrangida, deslizar por estas ruas trajando uma jupe-culotte, porque além de impossível, seria baratear a bellesa de tão exótica vestimenta; nem tão pouco, que fosse apupada ou aplaudida si ella apparecesse, sem a elegância precisa, acompanhada por uma multidão boqueaberta deante de tão audacioso invento. Essa moda, apesar da acceitação que tem tido, nunca será adoptada para o uso da mulher curralinhense. Ella a encara como uma roupa de palhaço, e teria por isso, o mesmo receio de usal-a, como se a obrigassem a trajar uma bombacha.

³⁸⁴ Esmaltadoras – À Cora Coralina, Jenny Doleron. *Goyaz*, anno XXVI, n.º 1156, sabbado, 25 de fevereiro de 1911, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

³⁸⁵ Sabbatina. *A Imprensa*, anno VII, n. 302, Goyaz, 06 de maio de 1911, p. 02-03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

As opiniões aqui divergem muito, e entre ellas, ouvi um dialogo interessante que a bem da moral deixo de descrel-o³⁸⁶.

O texto utilizou da zombaria como mecanismo de descrédito da atitude inovadora, transgressora e expressiva de “Arzelina Sant’Anna, Natalia Loyola, Luiza Sardinha e Alice Guedes”. Sem embaraço, estas mulheres vestiram a referida *jupe-culotte* e percorreram as ruas do centro de Goiás em um ato de apresentação da nova moda ao povo goiano. Conforme a matéria, a recepção com que contaram as famosas *jupes-culottes* mereceram os cumprimentos dos editores do jornal *A Imprensa* pelo êxito obtido:

Domingo à tarde, via-se, pela animação anormal, pela quantidade de pessoas ás janellas e, pelo grande agrupamento de rapazes na ponte da Lapa, que algo de interessante estava para acontecer, pois notava-se a impaciência em todos semblantes. Além disso, alguns *bouquets* de flores, que se conduziam para a dita ponte, mostravam-nos que realmente a pacatez habitual da cidade seria interrompida por alguma cousa, a actuar sobre o animo de nossos patrícios, fazendo com que deixassem de parte sua indiferença costumeira.

De facto, as gentis senhoritas Arzelina de Sant’Anna, Nathalia Loyola, Luiza Netto Sardinha e Alice Guedes, trajando elegantes trajes de *jupe-culotte*, acompanhadas, pelo tenente Alcides Santana, sahiram da residencia da exma. sra. d. Maria C. Povia, encaminhando-se para a rua Moretti Foggia, onde, ao passarem a ponte da Lapa foram alvo de uma verdadeira chuva de palmas, com que o numeroso grupo de rapazes, alli estacionado, saudou as ellegantes iniciadoras, entre nós da nova moda.

Por toda parte só se viram applausos e assim percorreram, em passeio, as principais ruas de Goyaz.

Tal foi a recepção que aqui tiveram as já famosas *jupes culotes*, e, dessas modestas columnas, enviamos as senhoritas Arzelina Sant’Anna, Nathalia Loyola, Alice Guedes e Luiza Sardinha os nossos cumprimentos, mui sinceros e leaes pelo êxito completo, obtido na tarde de domingo.³⁸⁷

A nova moda, com toques de orientalismo, muito “em voga na aristocracia europea” significava uma “transformação na maneira de trajar do bello sexo”. Era na verdade um mecanismo de expressão feminina que em muito incomodava aos homens preocupados com a emancipação que daí poderia resultar. Esta preocupação era tamanha que tal moda recebeu duras críticas em diferentes lugares e inclusive não foi bem recebida no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. Este fato teve um significado um tanto singular, pois segundo os editores do

³⁸⁶ De Currallinho. *A Imprensa*, anno VII, n. 302, Goyaz, 06 de maio de 1911, p. 02-03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

³⁸⁷ Sabbatina. *A Imprensa*, anno VII, n. 302, Goyaz, 06 de maio de 1911, p. 02-03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

jornal, enquanto as mulheres dos grandes centros metropolitanos negavam as *jupe-culottes*, as goianas as acolhiam e as adaptavam à sua realidade sertaneja.

Isto significou, segundo o texto do jornal, um indício da predisposição feminina de Goiás para as novidades daquele período moderno. Aspecto que poderia estimular e cultivar no interior deste grupo de mulheres um desejo pela emancipação. As publicações de *A Imprensa* tentaram explorar o tema da emancipação como forma de desconstruir as críticas produzidas contra a nova moda. Saída que enxergavam como eficaz à possibilidade de as mulheres adquirirem alguma liberdade e exteriorizarem suas experiências.

A zombaria manejada por um dos artigos tentou barrar toda e qualquer manifestação das mulheres que pudesse ser aproximada à vontade de emancipação, isso porque os efeitos da dominação masculina tentavam mantê-las na ignorância e impedi-las de se expressar no campo da ciência ou em qualquer outro que lhes aprouvessem, daí trazerem uma “Sabbatina”³⁸⁸ e criticar os ataques produzidos em Curalinho.

O uso de uma nova moda era mais que uma vontade de expressão, sua adoção significava um exercício de reflexão intelectual, de opção e de protagonismo. A tomada de decisão era exercício proibido para as mulheres. As mulheres estavam ainda interditadas e proibidas de decidir por si próprias, de comer o que bem queriam, de vestir aquilo que lhes aprouvesse. Às mulheres era negado o direito de desejar e de pensar por conta própria, por essa razão houve a crítica referendando a não adoção das curralinhenses da nova moda.

O uso da *jupe-culottes* relacionava-se aos imaginários difundidos pelo anti-feminismo de que “a mulher que pensa, que fala, que escreve, a mulher que reclama, que se revolta é frustrada, feia e altamente perigosa, realidade que, há não longo tempo, era endossada pelos médicos” (Rachel SOIHET, 2013, p. 175). A crítica produzida contra os ataques de Curalinho (Itaberaí) às vilaboenses tentou desconstruir as imagens de que “as mulheres normais eram pouco inteligentes” (p. 175). O texto tentava dar votos de confiança à expressão das mulheres, as suas escolhas e seu bom gosto.

Após o debate acerca das *jupe-culottes* sertanejas, novas referências ao *feminismo* e a emancipação aparecerem numa matéria intitulada “*Feminismo*”, publicada no *Goyaz*, em 20 de agosto de 1911³⁸⁹. Este documento trouxe uma nota de agradecimento do “sr. Aristides Furtado, secretario da Maçonaria Brasileira” às sócias da “Associação Feminina Livre-

³⁸⁸ Sabbatina. *A Imprensa*, anno VII, n. 302, Goyaz, 06 de maio de 1911, p. 02-03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

³⁸⁹ Feminismo. *Goyaz*, anno XXVI, n. 1182, sabbado, 26 de agosto de 1911, p. 02-03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Pensadora” por terem enviado suas fotografias para serem estampadas no “Boletim do Grande Oriente do Brazil”.

O referido senhor ressaltava a “delicadeza feminina e as suas cultivadas intellegencias [na constituição de] uma força real na corrente de civilização que vae impulsionando a Humanidade para novos e mais formosos ideaes”. A matéria findou reconhecendo a “maravilhosa organização psicológica da mulher contemporânea” para a “renovação da sociedade [e para o] combate aos preconceitos sociaes”. Segundo o autor caberia ainda às mulheres militar pelo “aumento do nosso cabedal de amor e de sabedoria”.

As formas como as relações de gênero conduziram o discurso, ditando o comportamento feminino para o engrandecimento da humanidade caminhava paralelo ao encontro “das características que se associavam com o feminino” (Joan SCOTT, 2008, p. 146). Os comportamentos ideais seriam aqueles diretamente relacionados à maternidade, honra, decência, sensibilidade, timidez e a doçura. De uma forma geral, a mulher prosseguia como a imagem idolatrada e idealizada de que falaram Stéphane Michaud (1991) e Michelle Perrot (2005). Todavia essas construções responsáveis por “expulsar da vida as mulheres” (Stéphane MICHAUD, 1991, p. 147) não foram passivamente aceitas.

As mulheres manusearam táticas e estratégias, a exemplo do que contou Anne Higonet (1991), quando estudou a produção de imagens pelas próprias mulheres, ou nos diversos casos goianos em que se observou a expressão de resistências à dominação masculina. O projeto de memória de Consuelo Caiado, o Partido Feminino de Cavalcante, o pedido de voto das goianas, o posicionamento de Cora Coralina e o uso das *jupe-culottes* exemplificam resistências à dominação simbólica. Elas são jogos utilizados pelas mulheres para resisitir às imposições do gênero.

Certas de que as imagens masculinas de mulheres eram instrumentos de poder, as mulheres envolvidas nos diferentes casos mencionados incorporaram os produtos masculinos se projetaram “para o exterior a partir da sua identificação com o lar, reorganizando as artes artesanais, a pintura, a arquitetura” (p. 321), a literatura, a moda, a política e a arte de escrever. Elas resisitiram e não necessariamente aceitaram a dominação.

Mulheres e prática intelectual em Goiás

“A Roza tem triunfado, a despeito de uma crize bem critica, que há mezes atravessou.
É o jornal feminino da Capital, toda moça o lê e comenta-o. As suas redatoras esperam que as moças do interior tomem parte no concurso aberto:
“Qual é o tipo ideal de noivo?” – dando assim uma prova do seu adiantamento intelectual.
Vai se organizar aqui uma serie de conferencias literárias, fazendo a primeira o dr. Almeida Junior (Endiabrada Julia de Marion) que com a sua verve faiscante dissertará sobre um bellissimo tema. Seguir-lhe-a a obscura rabiscadora destas linhas. Uma noticia que não deixara de ser agradabilíssima aos admiradores de Leodegaria de Jezus, a pálida e dolente poetiza da “Coroa de Lirios”. Ela trabalha na composição de um novo livro intitulado “Orquideas e Crepusculares” que sairá á luz em 1909. É uma lutadora infatigável a Leodegária! E... ao sevoir!...”
Cora Coralina.³⁹⁰

No início do século XX, Goiás contava com certa movimentação intelectual. Havia escolas, clubes literários³⁹¹, o Gabinete Litterario Goyano, a Academia de Direito, a Academia de Lettras do Estado de Goyaz, o Instituto Histórico e Geográfico de Goyaz (IHGG), jornais femininos³⁹² e uma maior participação das mulheres nas verves intelectuais.

Segundo Cora Coralina, “com a civilização e com o adiantamento, cessaram [as] carolices”. As festas estavam “despidas de monotonia relijioza, quazi sem jejuns, e sem orações exageradas”. A capital parecia viver “a nevrose dos estudos, e a monotonia das letras” se articulava ao cotidiano goiano. Nesta época, Goiás já contava com alguma movimentação intelectual, representada inclusive pela produção literária da própria Cora Coralina e de outras mulheres intelectuais. As contribuições literárias e instrutivas do Gabinete Litterario Goyano já eram visíveis, esta instituição conseguira articular-se ao Grêmio Litterario, ao jornal *A Rosa* e às conferências literárias. O Gabinete, a esta altura, era espaço de conjunção da prática intelectual goiana.

³⁹⁰ Cronica de Goiaz, Cora Coralina. *Sul de Goiaz*, anno I, n.º 41, Catalão, 16 de abril de 1908, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

³⁹¹ Em “Velho Sobrado”, Cora Coralina lembra as reuniões do Clube Literário Goyano, realizado na casa de Virginia Baptista da Luz Vieira.

³⁹² Nas primeiras décadas do século XX, Goyaz contou com três jornais femininos. Em 1907 foi fundado *A Rosa*. Em 1917 foi criado *O Bem-Te-Vi*, jornal manuscrito e fortemente caracterizado por linguagem humorista. Segundo Maria Augusta Calado de Saloma Rodrigues (1982) este periódico, “todo manuscrito e ilustrado com desenhos” (p. 36), havia pertencido a Aurora Tocantins, filha de Ana e José Tocantins. No ano de 1927 as vilaboenses fundaram *O Lar*.

Era em seus salões, no Lyceu de Goyaz, na escola pública feminina de Mestra Silvina, nas escolas particulares de Pacifica Josefina de Castro (Mestra Inhola), Luiza Joaquina (Mestra Lili), Mestra Maria Cyriaca Ferreira, na *Escola Normal*, na *Academia de Direito* e no *Colégio Sant'Anna* que se arrebanhavam possíveis agentes responsáveis pela circulação de ideias nos sertões goianos.

Conforme demonstrado por Eliane Martins de Freitas (2018) e Paulo Brito do Prado (2018) em texto sobre as mulheres, a instrução e a emancipação em fins do século XIX, Goiás não era uma ilha (Carlo GINZBURG, 2004) e havia mediações culturais (Andrea Borges LEÃO, Edson FARIAS, 2016) entre os sertões goianos e os mais diferentes lugares do Brasil e até de outros países.

Informações, ideias e ideologias sempre alcançaram a capital sertaneja. E isso pode ser confirmado nas afirmações produzidas por Maria Augusta de Sant'Anna Moraes (1972), em sua pesquisa de doutorado, que enfatizou ser verdade a presença de artigos nos “jornais da Província, ricos da filosofia Comteana, assim como os que versavam sobre Heggel, Darwin e Marx” (p. 120).

O reconhecimento da presença de instrução, mesmo que fosse um tanto incipiente, da literatura, da circulação de livros e ideias, auxiliaram na negação do isolacionismo construído por uma historiografia³⁹³ ainda pouco interessada por temas relacionados às mulheres, ao gênero, ao feminismo e à sexualidade. A movimentação empreendida pelas goianas em defesa do voto já em 1889 e a propaganda emancipacionista produzida no *Goyaz* ao longo de 1887 até 1911, facilitou a circulação de diferentes ideias nos sertões de Goiás.

Na verdade, “com o incremento do comércio de livros, as publicações em fascículos das viagens e o advento da leitura massiva dos jornais de vulgarização científica” (Andrea Borges LEÃO e Edson FARIAS, 2016, p. 632), as questões concernentes ao contexto político, cultural e social do Brasil se universalizaram numa cultura política ampliada que alcançou Goiás, sua gente e suas mulheres. Tal argumentação pode ser corroborada nos registros de leitura do Gabinete Litterario, nos jornais literários e na produção intelectual de Consuelo Caiado, Euridice Natal e Silva, Leodegária Brazilia de Jesus e Cora Coralina (Anna Lins dos Guimarães Peixoto).

³⁹³ Parte considerável da historiografia goiana contribuiu para reforçar uma ideia de isolamento, colocando Goiás numa posição em separado do resto do Brasil e supervalorizando as dificuldades de acesso para se alcançar estas paragens durante os séculos XIX e meados do XX. Acredito que muitos pesquisadores se apropriaram dos discursos de viajantes e cronistas e transferiram para suas operações historiográficas vários estereótipos construídos por esses registros. Alguns apontamentos de Luiz Palacin (1976) e Francisco Itami Campos (1987) deixam a impressão de que Goiás, em alguns momentos, estivesse ilhado do resto do Brasil.

Se desconsiderássemos esses fatos e negássemos os indícios indicativos de mediações de ideias nestes sertões, de que forma se poderia explicar a movimentação pelo direito de voto em 1889? Como explicaríamos a inserção da mulher em diferentes ambientes da intelectualidade goiana? Como Consuelo Ramos Caiado teria conseguido ocupar posições de prestígio no interior da sociedade goiana? Como se convertera em feminista e guardiã de memórias? De que forma explicitaríamos a criação de uma tradição literária em Goiás, representada em publicações poéticas e cronísticas, muitas delas de autoria feminina?

Como articularíamos a fundação da Academia de Letras do Estado de Goyaz e o protagonismo de Euridice Natal e Silva em seu interior? De que forma encararíamos as publicações de Leodegária de Jesus e de Cora Coralina entre 1907 e 1911 nos jornais de Goiás? De que forma manipularíamos a memória dessas mulheres, identificando-as como intelectuais, se Goiás não passava de uma ilha, isolada do resto do mundo?

É pensando nestas questões e em muitas outras que se problematizou a necessidade de se rever a historiografia goiana e de “feminizá-la”. De mostrar serem as/os agentes nela representadas/os, portadoras/es de uma identidade de gênero e que persistem ocupando “um degrau inferior na escada do ser cognitivo” (Bonnie G. SMITH, 2003, p. 17). Evidentemente que o exercício de “feminização” da narrativa da história não espera operar de forma a “complementá-la” ou “sectarizá-la”. A expectativa é mostrar as agências das mulheres em diferentes estágios da constituição cultural, social e histórica de Goiás. As mulheres têm estado entre as primeiras a explorar os efeitos de alegações machistas e dominadoras, elas têm mostrado “como o gênero opera inexoravelmente até no mais abstrato e no menos representativo dos trabalhos e nos padrões aplicados para julgá-los” (p. 19).

É por pensar na permanência da dominação masculina como uma característica central da sociedade moderna e em sua capilaridade que acreditamos ser preciso olhar para as narrativas do isolacionismo e para a construção de um sujeito humano neutro, universal e masculino com uma “lente feminizada” e preocupada com as agências do gênero feminino. Só assim se poderá propor uma desconstrução dos argumentos estereotipados e masculinos de cronistas e da própria história escrita. É preciso exercitar o que Margareth Rago (2002) sugeriu ao discutir a “cultura filógina”. Seu “feminizar é preciso” ressoa como um chamado importante e fundamental na revisão dos “altos do passado” aqui realizados.

Segundo Margareth Rago (2002) só a “feminização” pode visibilizar o lugar do feminino em nossa cultura e a relação que mantemos com aquilo que é diferente. Só refletindo sobre estas questões para percebermos “como a sociedade reage ante a ideia de

que as mulheres passem a pensar com autonomia, podendo figurar por conta própria na História, recusando-se a girar como auxiliares ou sombras, em torno dos homens”. (p. 08). É por pensar em devires outros, em versões outras da história, em agências outras, em polifonias e dissonâncias, que problematizamos o gênero em Goiás, as relações de Goiás com o Brasil, a circulação de ideias feministas nesses sertões e as mais variadas formas de movimentação de mulheres contrárias à dominação masculina.

De alguma forma, a movimentação instrutiva e literária de fins do século XIX e início do XX, construiu cenário adequado para que mulheres em Goiás se destacassem como intelectuais de grande reconhecimento já em meados do século XX. As mulheres manejaram táticas e por este canal açambarcaram autorização para figurar em espaços nos quais a proeminência masculina era algo naturalizado. Euridice Natal tomou as páginas do *Goyaz* através da publicação de suas *Notas de viagem ao Araguaya* e do furor provocado pela inauguração da Academia de Letras; Leodegária de Jesus manejou permissões para publicar poemas e editar livros e Cora Coralina trouxe para as páginas de diferentes jornais toda a sua crítica, intelectualidade e a diferença das/nas mulheres.

Ao olharmos Goiás sob uma perspectiva revisionista e com uma “lente feminizada” conseguimos supor estar o cenário cultural goiano marcado por uma “nevrose intelectual”, conforme comentou Cora Coralina³⁹⁴ e muitos outros intelectuais de seu tempo.

No começo do século XX a região respirava a poesia de Gastão de Deus e seus “*Agapanthos*”, a memória poética de Antônio Félix de Bulhões persistia mais forte do que nunca e os/as poetas/cronistas Edmundo de Barros, Augusto Elyseu, Hygino Rodrigues, Braulio Prego, Genuino Corrêa, Joaquim Xavier de Almeida, Alceu Victor Rodrigues, Joaquim Bonifácio de Siqueira, Arlindo Costa, Sebastião Rios, Rodolpho Marques, Erico Curado, Augusto Rios, Luiz Ramos de Oliveira Couto, Leodegária de Jesus, Ricardo Paranhos, Jovelino de Campos, Josias Sant’Anna, Victor de Carvalho Ramos, Cylleneu de Araujo, Hugo de Carvalho Ramos, Cora Coralina, Euridice Natal e Silva e Bernardo Élis projetavam Goiás no cenário cultural regional e nacional.

Ainda que Goiás mantivesse o ritmo de um lugar no qual rural e urbano se confundiam, nos primeiros anos do século XX já era possível notar, graças à chegada de diferentes empreendimentos, mudanças na dinâmica cotidiana de seus moradores.

³⁹⁴ O Momento Litterario Goyano, M. Sant’Anna. *Goyaz*, anno XXIII, n.º 930, sabbado, 13 de outubro de 1906, p. 04. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

A popularização dos divertimentos (teatros, música no Coreto, cinemas, lojas)³⁹⁵, a fundação de núcleos de instrução e a chegada de viajantes, impactou o cotidiano de Goiás³⁹⁶. Isto era evidência de que a região mantinha relações com grandes centros metropolitanos e que mesmo não havendo vias adequadas para circulação, as pessoas chegavam à garupa de cavalos, em banguês, carroças e carros de boi. Mais adiante, lá pela década de 1930, as pessoas alcançavam estas paragens em “machinas” e que, segundo Marié Joseph, “aos saltos e baques, zigzagueando, trepidante sob os movimentos bruscos, gemia[m] e rangia[m], como si protestasse[m] contra a violência que se lhe infligia[m]” (1933, p. 09).

O fato é que chegando a Goiás, os viajantes traziam consigo temas e ideais que estavam em debate nos centros econômicos do país. Eles faziam as ideias circularem nos sertões goianos e essas ideias acabavam tendo ressonância na literatura regional.

Em 1900, a passagem de Leolinda Daltro por Goiás mexeu com a cidade e principalmente com os padres dominicanos que se encarregavam da catequização dos índios do baixo Araguaia. Os conflitos nos quais esta mulher se envolveu e a forma como seus desentendimentos se cruzaram àqueles enfrentados pelo reverendo William Azel Cook no momento em que este tentava disseminar os princípios protestantes, são pistas do não insulamento da região, dos muitos conflitos e do cotidiano regional já influenciado por diferentes ideias e crenças.

A chegada das *jupe-culottes* também agitou Goiás. As cinco goianas que vestiram tal roupa e a expuseram em passeio pelas ruas, foram tema de longo debate no jornal *A Imprensa*. As *jupe-culottes*, roupa de origem europeia (espécie de saia-calção), gerou uma

³⁹⁵ Sempre que nos debruçamos em diferentes aspectos da história antes e pós-proclamação da República em Goiás recorremos aos escritos de Anna Joaquina da Silva Marques. Irmã de Mestra Inhola, esta mulher registrou quase cinquenta anos de existência (1881-1930) do cotidiano da gente goyana de seu tempo. Seu diário tem sido inspiração para trabalhos importantes, como “*O Rosário de Aninha: os sentidos da devoção rosarina na escritura de Anna Joaquina Marques (Cidade de Goiás, 1881-1930)*” de Euzébio Fernandes de Carvalho (2008). Na verdade, este pesquisador foi quem, durante projeto de pesquisa, transcreveu, digitou e organizou o diário, facilitando o trabalho de muitos pesquisadores que utilizam a referida fonte. Embora Anna tenha feito registros curtos, porém diários, suas anotações deixam ver a dinâmica do cotidiano goiano, de sua gente e algumas políticas que direcionam os relacionamentos entre alguns moradores da localidade. Durante nossa pesquisa temos observado que ainda que fosse bastante católica e provinciana, conforme chegavam novidades em Goiás, Anna foi abandonando os registros diários sobre a visita em igrejas e festas religiosas. O cinema recebeu grande atenção de Anna a partir de meados da segunda década do século XX.

³⁹⁶ No início do século, Goiás recebeu vários viajantes entre homens e mulheres. Em fins do XIX chegava em Goyaz a esposa de Sebastião Fleury Curado, Augusta de Faro Fleury Curado. Uma mulher burguesa educada na Europa e acostumada ao ritmo de núcleos urbanos economicamente desenvolvidos. Durante sua viagem do Rio de Janeiro para Goiás produziu um diário que posteriormente foi publicado por sua filha, Maria Paula Fleury de Godoy. Em 1900, Goyaz recebeu o reverendo protestante William Azel Cook e a educadora feminista Leolinda Daltro. Em 1911 passou pela cidade o europeu Arnold Henry Savage Landor. Em 1925 recebeu Cordolino Azevedo. Em 1920 contou com a presença de outro pastor protestante, Carlos Pereira de Magalhães. Em 1930, a fim de estudar os índios Tapirapé, foi para Goiás a antropóloga Elizabeth Kilgore Steen.

grande polêmica entre diferentes articulistas daquele jornal e avivou as rivalidades entre Goiás e Curralinho (Itaberaí).

Em 1911, a filósofa Augusta Marié Joseph publicou a tradução do francês de seu “*De Londres – A Inglaterra tal qual é*”³⁹⁷, mas antecedendo-a, em 1904 Euridyce Natal e Silva, após retornar da viagem feita a Leopoldina (Aruanã – Araguaia), fundou, na companhia de alguns escritores goianos, a Academia de Letras do Estado de Goyaz. Esta era uma instituição diretamente inspirada na Academia Brasileira de Letras, segundo apontado pelas notícias referentes à sua idealização e inauguração.

Em meados de agosto desse mesmo ano foram publicadas no *Goyaz* notícias relativas à instalação da Academia de Letras. Para a presidência, curiosamente foi aclamada a “ilustrada colaboradora e conhecida literata goiana, senhorita [Euridice] Natal”, e para secretario chamou-se o “popular poeta das *Alvoradas*, Joaquim Bonifácio”. Conforme relatado pelo texto do *Goyaz*, após deliberarem sobre os Estatutos e Regimento da instituição, “elaborados de acordo com os da Academia Brasileira de Letras”, os acadêmicos assentaram seu “plano geral”, que ficou constituído:

De doze cadeiras acadêmicas que serão ocupadas por moços que pelo seu talento e amor às letras merecem receber o título de acadêmicos; estas dignidades são perpetuas, pois mesmo no caso de o titular resignar às honras de membro da Academia, sua cadeira não se considerará vaga por sua morte.

Cada cadeira tem a sua especialidade assim determinadas: Historia, Politica, Litteratura, Instrução, Jurisprudência, Philosophia, Administração, Biologia, Mathematicas, Jornalismo, Geographia e Medicina.

Servirão de patronos á essas cadeiras os vultos de Bartholomeu Bueno, Dr. Antonio Augusto de Bulhões, General Curado, Dr. Antonio Felix de Bulhões, Conselheiro André de Padua Fleury, Padre Gonzaga, Joaquim Alves de Oliveira, Dr. Joaquim Rodrigues, Felipe Santa Cruz e Dr. Corumbá.

Já estão ocupadas oito cadeiras na seguinte ordem: - **Bartholomeu Bueno – Historia – D. Euridyce Natal**; Felix de Bulhões – Política – Leopoldo de Souza; Felipe Santa Cruz – Instrução – Augusto Rios; Conselheiro Padua Fleury – Jurisprudencia – Dr. Godofredo de Bulhões; Joaquim M. Oliveira – Administração – (ilegível) Marcello da Silva; Joaquim Xavier – Litteratura – Joaquim Bonifácio; Padre Gonzaga –

³⁹⁷ De Londres – A Inglaterra tal qual é (Original em francez), Marié Joseph. *Goyaz*, anno XXVI, n.º 1160, sabbado, 25 de março de 1911, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

A projeção de Euridice Natal e Silva no interior da Academia é tema que merece alguma atenção, pois seu protagonismo nos exigiu um esforço por tentar entender quais teriam sido as estratégias desta mulher para realizar tamanha proeza, já em 1904. O fato de ela ter sido eleita presidente da instituição e de ocupar a cadeira correspondente à disciplina de história, tornava todo o conjunto de fatos ainda mais emblemático.

Ocupar a cadeira de história era ação bastante excepcional, pois “na iconografia ocidental o sujeito conhecido juntamente com os objetos historicamente importantes [...] é quase sempre masculino” (Bonnie G. SMITH, 2003, p. 16). Bonnie Smith destacou que quando se pensa “em um grande historiador, instintivamente o imaginamos homem” (p. 16) e isso se dá “porque profissionalização e ciência histórica se desenvolveram em uma época de esferas distintas, quando as mulheres de classe média levavam uma vida, sobretudo doméstica” (p. 16).

Evidentemente é preciso não essencializar as ações de Euridice Natal, até porque se tem considerado ao longo de toda a tese ser as esferas privada e pública construções relacionais e que foram continuamente subvertidas por mulheres minimamente conscientes dos efeitos da dominação masculina.

É preciso operar estas ações de forma contextual e tentar compreender quais foram as ferramentas utilizadas e de que forma Euridice Natal as manejou de modo que pudesse ocupar os lugares que ocupou. Exotizá-la não oferece benefícios à operação histórica que se propõem, até porque, conforme lembrou Michelle Perrot “o exótico é cotidiano, a diferença constitui o Selvagem” (2005, p. 60). Euridice foi uma mulher que em seu tempo, operou as táticas e as autorizações que conseguiu visualizar como possíveis de serem operadas.

As cinco publicações em formato de folhetim de suas *Notas de viagem ao Araguaya* e mais outras publicações referentes à fundação da *Academia de Letras* evidenciavam ser Euridice uma intelectual reconhecida entre seus pares. Embora as notícias de fundação da Academia só tenham tido visibilidade nacional em 1906, dois anos após sua fundação, no

³⁹⁸ Academia de Letras. *Goyaz*, anno XX, n.º 818, sabbado, 13 de agosto de 1904, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

*Almaque Garnier*³⁹⁹, é importante destacar tal publicidade, pois evidencia o caráter proeminente de Euridice Natal (Moema OLIVAL, 2004) em Goiás.

Em 1906 a referida instituição já havia quase desaparecido, pois sua fundadora casara-se e mudara-se para o Rio de Janeiro. Entretanto, o movimento que empreendeu em 1904 persistiu lembrado como um ato de grande subversão, até mesmo da tradição literária francesa, tanto que Consuelo Caiado manteve os registros dessa instituição literária em seus arquivos. Sobre o empreendimento de Euridice Natal, o crítico literário Gilberto Mendonça destacou que enquanto a Academia Brasileira, fiel ao “modelo francês, fechava as portas às mulheres, a modesta congênere de Goiás, não só admitia mulher como a elegia, por aclamação, presidente do cenáculo, cabendo as funções de secretário perpétuo ao poeta Joaquim Bonifácio” (1964, p. 84).

Na tentativa de levantar algumas hipóteses que explicassem seu protagonismo e suas táticas para acumular algum ganho e ampliar seus direitos, buscamos informações referentes à sua família, formação intelectual e educacional. Exercício semelhante foi despendido para as análises sobre Leodegária de Jesus e Cora Coralina. Algo como o que foi feito para o caso de Consuelo Caiado, a guardiã de todos estes legados femininos.

Filha de Ângela de Bulhões Jardim e Joaquim Xavier Guimarães Natal, neta de Antônia Emilia Rodrigues Jardim e Inácio Soares de Bulhões e sobrinha de Antonio Félix e José Leopoldo de Bulhões Jardim, Euridice era uma Bulhões. Compunha a família que dominara a cena política do estado de Goiás desde fins do século XIX até meados do XX⁴⁰⁰. Muito possivelmente fora influenciada pelo ambiente intelectual e cultural oferecido pela família dos Bulhões. A notabilidade desta família e o respeito devem ter-lhe garantido alguma consideração entre a intelectualidade goiana daquele momento.

O fato de seus pais serem republicanos e envolverem-se na vida política do estado marcou sua trajetória. Euridice era personagem presente em festas, saraus e *soirées*. Recebeu boa educação, sabia cantar e declamar poesias, aspecto que lhe garantiu, desde muito cedo, grande destaque nas reuniões promovidas pela burguesia goiana.

³⁹⁹ Academia de Letras de Goiaz. *Almanaque Brasileiro Garnier para o ano de 1906*, anno IV, p. 415. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁴⁰⁰ Mencionamos informações genealógicas por acreditar que estas possam auxiliar na compreensão do ambiente frequentado por Euridice. Conforme apontado anteriormente, a oligarquia dos Bulhões, na tentativa de projetar-se no cenário político estadual e nacional, investiu em diferentes empreendimentos que os colocaram, por anos, numa posição de vanguarda. Há fortes razões para acreditar que isto teria contribuído para que Eurydice se convertesse numa intelectual, pelo menos antes de se casar com seu colega de cadeira, Marcelo da Silva.

Em 01 de dezembro de 1900, durante reunião do *Casino Goyano*, “Eurydice Natal, cantando acompanhada por D. Angela Natal, o *Madrigal* de Chaminade, no qual com imagens muito felizes se descrevem os encantos do beijo em um amor venturoso”⁴⁰¹, tirou todos da “acabrunhadora tristeza” provocada pela melodia “*Prés de toi, loin de toi* de L. de Denza, cantada por Marianinha Maribondo”. Ainda neste ano, antecedendo os exames escolares, Euridice apareceu como examinadora da “escola de primeiras letras do districto de Sant’Anna [...] regida pela inteligente e hábil professora d. Anna Tocantins”⁴⁰².

Euridice Natal era uma mulher educada em moldes tradicionais e materializava o arquétipo da mulher burguesa, educada para ser a “base moral da sociedade, [...] a esposa e mãe de família burguesa” (Maria Ângela D’INCAO, 2011, p. 230). Todavia ao longo de sua trajetória se movimentou de forma transgressora e tentou se emancipar intelectualmente.

As ações de Euridice eram dissonantes daquelas das feministas de meados do século XX, pois estas empreendiam em lutas contra a dominação masculina no que tangenciava a cidadania das mulheres (brancas e de classes abastadas). Euridice parece ter optado percorrer o ambiente das táticas e das negociações, usou do capital simbólico acumulado por sua família e ampliou suas fronteiras de atuação até onde julgou útil. Contudo por mais dissonantes que fossem suas ações elas não se interessaram por emancipação nos moldes da luta feminista, na verdade elas acabaram convergindo para um “caleidoscópio de vozes múltiplas e polifônicas” (Kátia da Costa BEZERRA, 2007, p. 13), importantes à reescrita de sua própria história e trajetória.

A intelectual pareceu administrar sua presença na esfera pública de forma a conquistar certa liberalidade sem, todavia, ser estereotipada. Seu comportamento e os jogos que intermediou desenharam possibilidades outras em seu universo social. Euridice conseguiu deslocar alguns limites e exerceu algum poder. Isto é interessante observar, pois exhibe as esferas privada e pública como categorias relacionais e em trânsito. Algo muito diferente da visão oitocentista de universos sociais e sexuados estanques ou separados entre si (Michelle PERROT, 2005).

A circulação das mulheres na esfera pública pareceu ser o resultado de “permissões”. Muitas mulheres só iam “aonde as chamavam suas funções mundanas e domésticas” (Michelle PERROT, 1998, p. 10). A presença delas na esfera pública pareceu ser o resultado

⁴⁰¹ Casino goyano. *Goyaz*, anno XVI, n.º 665, sabbado, 01 de dezembro de 1900, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁴⁰² Exames. *Goyaz*, anno XVI, n.º 668, segunda-feira, 24 de dezembro de 1900, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

de negociações, de estratégias, de táticas. Enfim, era o resultado de um receituário de conveniências masculinas e femininas, espécies de “jogos de gênero” muito parecidos aos manejados pelas mulheres estudadas por Luc Capdevila (2001).

Em várias situações se observou de que forma os homens, “senhores do privado” e, em especial da família, precisavam autorizar “às mulheres a gestão do cotidiano” (Michelle PERROT, 1998, p. 10). Em vários casos, o poder feminino parecia ser o resultado da delegação masculina, todavia isso não significa que elas não tenham usufruído de autorização. O “estrito caminho da criação que o século 19 [e o 20] consentia às mulheres” (Michelle PERROT, 2005, p. 77) serviu de via para os mais variados movimentos de emancipação política e intelectual desenhados ao longo do século XX.

As mulheres manejavam as permissões e as concessões de forma a fazer o poder precipitar para todos os lados e em todos os sentidos. Olhando suas táticas compreende-se que o poder não é algo que se movimenta em via de mão única. Suas estratégias e intervenções faziam-no irromper da periferia para o centro (Michel FOUCAULT, 1988; Michelle PERROT, 2005), expalhando-se por diferentes espaços, infiltrando em sulcos e espaços esquecidos pelo “sexo da dominação” (Mariza CORRÊA, 1999) e ramificando-se nos mais variados mecanismos de resistência.

No que tangencia Consuelo Caiado, Leodegária de Jesus, Euridice Natal e Cora Coralina percebe-se que todas souberam manejar estas autorizações de forma a transformá-las em conveniências, em estratégias, em táticas e em resistências. Inseridas em jogos de gênero essas mulheres se converteram em “mulheres públicas”, mas sua publicidade tinha outra conotação. Eram mulheres públicas que gozavam de grande respeito no interior da sociedade goiana.

A circulação de mulheres em ambientes convencionalmente masculinizados permitiu-nos entender que de alguma forma existem “muitos meios, diretos ou não, de ser uma mulher pública” (Michelle PERROT, 1998, p. 10), sem que o acesso a esta condição significasse a perda da imagem de “mulher simbólica” honesta e pura. Representação muito característica do século XIX e bastante cara aos seus idealizadores por grande parte do XX.

Cora lembrou como essas imagens foram construídas em um texto de conferência lido durante a *Soiree Rose* promovida pelo Gremio Litterario em 10 de setembro de 1908⁴⁰³. Em sua dissertação, denominada “*A Beleza Feminina*”, ela destacou que:

⁴⁰³ Chroniqueta. *A Rosa*, anno II, n.º 33, Goyaz, 24 de setembro de 1908. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

O entusiasmo e predilecção dos gregos pelo bello, é ainda hoje bem conhecido.

Dotados de imaginação ardente e poetica, adoravam a belleza feminina nos templos, admiravam-na na perfeição da arte; conferindo-lhe premios nos torneios.

As gregas em geral eram louras, e foram as mulheres mais bellas e perfectas da antiguidade. Os gregos consideravam a mulher morena, como um genio diabolico.

A maior parte das bellas que atravessaram os seculos, eram louras. Cleopatra foi cognominada a “bella dos cabellos de fogo”. Maria Stuart era loura; louras tambem foram Izabel de Inglaterra, Lavalliere, de Chevrouse, Ninon de Lenclos, Lucrecia Borgia e muitas outras. Conta Lord Byron, que visitando um dia a Bibliotheca Ambroisienne em Milão, estacou ante uma madeixa dos louros cabellos da famosa Lucrecia. Nunca vira louro tão lindo! E teve o cuidado de subtrahir um fio, que guardou como preciosa reliquia!

Qual é mais formosa? A morena ou a loura? Disse o poeta.

[...]

Desde a mais remota antiguidade começou o culto do Bello, creando-se até no paganismo, uma deusa para symbolisar a belleza feminina.

Era verdadeira idolatria na Grecia, onde até hoje perdura nos marmores de Cleomenes, Phidias e Praxiteles, onde os modernos esthetas vão buscar a pureza e a forma erecta, impeccavel do ideál, que esses espiritos nascidos na adoração do Bello, emprimião em suas creações. A Belleza tinha lá innumerous templos, e os homens idolatras da forma, prostravam-se ante ellas! Os Poetas cantavam-n'a em estrophes, os estatuarios gravavam-n'a em marmore e bronze de forma que a eternisassem atraves das epochas.

A Grecia no tempo de Phrynéa, e a Roma de Lucrecia Borgia, celebravam a belleza em orgias formidandas, onde o sangue corria com o vinho dos banquetes, e onde resoava como uma musica divina, o rumor dos beijos e o entrechocar das taças finas.

Que significavam esses carros cobertos de purpura, puchados, não poucas vezes, por homens, onde se expunham imprudentes, mulheres seminuas, sinão o triumpho e homenagem que celebravam em honra da belleza?

Os templos de Venus transbordavam, e as suas festas, marcavam uma epocha de infrene delirio na bachica e corrupta cidade dos Cezares! Os ritos das festas venusinas como eram chamadas, exigião que as romanas exhibissem suas formosuras nas praças publicas, e que delirasse o povo!

Durante quasi um seculo, a maior parte dos escriptores italianos, deram primasia ao Bello.

Voltando a Galliléa veremos uma formosissima mulher a perfumar os pés de um rabbino. Tem o seu corpo a perfeição caracteristica do marmore cinzelado, os seus olhos os arcanos do oceano, a sua pelle o ambar cor de rosa da Índia.

Virgem da Judéa! Doce e apaixonada peccadora! Magdala! quem eras tu senão a encarnação da plastica e da esthetica num corpo airoso de mulher?!

Rainha soberba, que fizeste um rei beijar-te as plantas, como o mais humilde dos teus escravos, que tiveste perolas para desfiar no Tibre,

que repousaste em thalamos de marfins, em alcovas de escarlata, caprichosa mulher que escravizou Marco Antonio, que eras tu senão o ideal da beleza concretizada na forma?!⁴⁰⁴.

Nesta dissertação, Cora demonstrou como a beleza feminina impressionou a humanidade. “A Beleza Feminina” é uma denúncia da fabricação do belo. É um chamado a compreendê-la como um empreendimento masculino. Em suas construções, fossem elas artísticas ou literárias (Anne HIGONNET, 1991), os homens fabricaram não só a beleza feminina, mas as próprias mulheres. Eles inventaram a beleza que desejavam e apagaram toda e qualquer expressão que lhes incomodava esteticamente.

Segundo Cora, “para os homens, a beleza é o ideal sublime. A primeira qualidade que procuram na mulher é a formosura!” se esta lhes falta segue-se a indiferença e a frieza. Qualquer fuga dos padrões de beleza estimulava a produção do feio. Denise Bernuzzi de Sant’Anna (2014), lembrou de ser esse cenário um dos mais apropriados para se observar a violência de gênero e a dominação masculina. “As mulheres foram sem dúvida, grandes vítimas da violência simbólica embutida no escárnio resultante dos apelidos como, ‘mulher bucho’, ‘canhão’ ou ‘bacalhau’” (Paulo Brito do PRADO, 2016, p. 391).

Sant’Anna (2014) apontou de que forma uma “economia simbólica *in tempore* constrói/desconstrói corpos e fabrica/inventa/reinventa belezas” (p. 387). A dissertação e crítica dos padrões estéticos de meados do XX ofereceu indícios para se atribuir “historicidade ao corpo, à sua beleza ou à sua feiura” (p. 387). Por meio deste texto e de tantos outros inéditos, Cora ofereceu (e oferece) informações para se discutir os dispositivos de controle utilizados por um mundo masculinizado e interessado em subalternizar mulheres, ou toda representação identitária que não fosse aquela masculina e viril.

Retomando o debate em torno dos encontros e desencontros de Cora, Euridice e Leodegária, ficou a impressão de que ambas movimentaram um receituário de táticas e de estratégias na expectativa de adquirir direitos e de ocupar espaços. Na perseguição das vantagens de uma figuração pública elas souberam manejar o jogo do *perde-ganha*. Aproveitaram do contexto em que haviam se inserido e jogaram com as autorizações de que dispunham. Não exigiram tudo imediatamente, “comeram pelas beiradas” e deixaram para

⁴⁰⁴ A Beleza Feminina, Cora Coralina. *A Rosa*, anno II, n.º 35, Goyaz, 15 de outubro de 1908, p. 01-02-03. A Beleza Feminina, Cora Coralina. *A Rosa*, anno II, n.º 36, Goyaz, 22 de outubro de 1908, p. 01-02-03. A Beleza Feminina, Cora Coralina, *A Rosa*, anno II, n.º 37, Goyaz, 29 de outubro de 1908, p. 01-02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

um “prazo sempre ulterior o domínio total do benefício almejado” (Michel de CERTEAU, 2013, p. 55).

Sobre sua sexualidade e o incômodo que esta provocava quando em domínios públicos, ficou evidente que elas souberam manejar o problema do interdito e de sua representação pública. Na tentativa de administrar a transcrição social desses problemas, elas se exprimiram “por comportamentos que se articulam mais ou menos em torno do conceito de *pudor*, o qual não deve ser percebido somente como exclusão do sexo, mas como a possibilidade de trapacear com o interdito” (p. 61).

No caso de Euridice Natal percebe-se que ela apropriou de uma “palavra sexual ‘velada’, indireta, quer dizer, não ‘chocante’” (p. 61) de maneira que não se quebrasse a comunicação que vinha articulando por meio de suas publicações do jornal *Goyaz* e da Academia de Letras. Todavia, ainda que “liberada” a ocupar lugares em salões, comemorações, saraus ou na rua, Euridice, como tantas outras mulheres, persistiu vigiada. As autorizações que recebera sempre vinham acompanhadas da desconfiança masculina. Ainda que Euridice tenha “saído” da esfera privada, sua “saída” foi acompanhada pelos olhares masculinos. Em alguns momentos ela conquistou certa liberalidade, mas em outros foi impedida de ocupar zonas de poder.

Em março de 1904, Euridice realizou, na companhia de Leodegária Brazília de Jesus, Idalina Maria da Costa, Noemi de Oliveira Lisbôa e Rosa Santarém Godinho, os exames para entrar na Academia de Direito⁴⁰⁵. Infelizmente nenhuma delas conseguiu realizar o curso. Elas não apareceram em nenhuma lista de matriculados e Leodegária de Jesus acabou sofrendo com uma dupla exclusão. Não bastasse ser excluída do direito de se formar em um curso ainda dominado por homens pelo fato de ser mulher, Leodegária fora excluída por também ser negra. Os preconceitos de raça e de classe a privaram de se instruir como desejara, isto porque a jovem escritora era negra e não pertencia aos segmentos sociais mais abastados de Goiás. Seus pais, Ana Isolina Furtado Lima de Jesus e José Antônio de Jesus não tiveram a mesma proeminência que os de Euridice⁴⁰⁶.

⁴⁰⁵ Exames geraes de preparatorios. *Semanario Official*, anno VIII, n.º 234, Goyaz, 16 de abril de 1904, p. 02-03. É importante mencionar que neste ano a goiana Iraides de Oliveira Lisbôa realizou o exame na expectativa de cursar Medicina, o que também não foi permitido. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁴⁰⁶ Em *Velhas Escolas*, Basileu Toledo França (1998) destacou a aura de respeito e considerações que pairava sobre a figura de José Antonio de Jesus (José Antônio Rodrigues dos Santos). Basileu França apontou que a opção pela carreira da instrução foi razão de sua pequena expressão no cenário político de Goiás.

O pai de Leodegária era professor do Lyceu de Goyaz e ocupava o cargo de deputado estadual em fins do século XIX. Todavia seu falecimento obrigou Leodegária a assumir as responsabilidades para manter a família. O que deve ter sido uma das dificuldades que a impediram de converter suas expectativas em realidade⁴⁰⁷.

Intrigantemente Leodegária e nem Cora apareceram, entre tantas outras mulheres, nas reuniões, saraus e *soirées* promovidas em casa de figuras proeminentes do estado de Goiás. Diferentemente de Euridice, elas não frequentavam as reuniões do *Casino Goyano* ou outra reunião do gênero. Porém foi Leodegária a que mais se viu prejudicada em termos do assédio da imprensa local. Pouquíssimas foram as referências feitas a ela nos jornais goianos e, para além da visibilidade de sua obra poética, quase nada se comentara sobre sua trajetória.

Para além das notas sobre os exames admissionais realizados em 1904, só havia um comentário de Gastão de Deus⁴⁰⁸ e algumas notas referenciando a publicação de seu *Côroa de Lyrios*. Uma é a crônica de Cora Coralina, aquela apresentada na epígrafe, as outras notas foram publicadas entre 1906 e 1907 nos jornais *Goyaz*⁴⁰⁹ e *A Imprensa*⁴¹⁰. Para além das notas, de sua participação no jornal *A Rosa*⁴¹¹ e das poesias que publicava nos jornais locais, não houveram maiores informações sobre sua trajetória. Exceto os registros produzidos por

⁴⁰⁷ Sobre a formação acadêmica de mulheres em Goiás, Darcy França Denófrio destacou que “a primeira mulher no Estado de Goiás a receber um diploma de ensino superior foi Rosa Santarém Godinho” (2001, p. 13-14). Embora a intelectual aponte ter Rosa Godinho realizado o ensino superior, ela não destacou qual curso era. De acordo as pesquisas realizadas, Rosa não realizou o curso de direito, ela se formou no curso normal, anexo ao *Lyceu de Goyaz* em 1908. Neste mesmo ano ela se tornou uma lente e professora do curso normal. Cf. *Offícios. Semanario Oficial*, anno XII, n.º 443, Goyaz, 10 de outubro de 1908, p. 03; *Requerimento. Semanario Oficial*, anno XII, n.º 481, Goyaz, 09 de outubro de 1909, p.02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁴⁰⁸ Gastão de Deus contou ser “Leodegária de Jesus a festejada poetisa patricia, frequentadora assídua das aguas de Castalia. Pena é que de lá volte sempre com a alma envolta num halo arroxeadado de maguas, a turturinar, quando pouco mais de vinte primaveras conta de existência. No teu livrinho poisa, como ave fugaz, a alegria, mas encontramos um bello expoente das delicadezas de uma organização femininil. Se soffre, porém tem a grandeza de uma Resignada [...]. Em *Corôa de lyrios* há especimens de boa poesia, que justificam brilhantemente a inclusão de sua auctora entre os que, nestas paragens, sabiam sentir e vasar em rimas canoras o tesouro de sua emotividade. Que as brisas de Minas, onde mora, continuem a inspiral-a” (Gastão de DEUS, 1917, p. 39-40). Cf. DEUS, Gastão. *Páginas Goyanas*. São Paulo: Typographia (ilegível) Paulicéa, 1917.

⁴⁰⁹ *Côroa de Lyrios. Goyaz*, anno XXIII, n.º 941, sabbado, 29 de dezembro de 1906, p. 02 e no n.º 917, sabbado, 14 de julho de 1906, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁴¹⁰ *Côroa de Lyrios. A Imprensa*, anno IV, n.º 138, Goyaz, 12 de janeiro de 1907, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁴¹¹ *Jornal feminino criado em setembro de 1907. Era dirigido “pelas distinctas senhoritas D. D. Rosa Godinho, Alice Sant’Anna, Luzia de Oliveria e Lambertina Pova”. Contava com publicações de Leodegária de Jesus, Cora Coralina, dentre outros intelectuais de Goiás.*

Rosarita Fleury⁴¹² e Basileu Toledo França⁴¹³, mas que já constam nos estudos de Darcy Denófrío (2001).

Após retirar-se de Goiás, indo viver em Minas Gerais é possível rastrear alguns fragmentos de sua trajetória literária, atividade intelectual e profissional. A impressão é a de que seu encapsulamento no estado de Goiás tenha se dado pelo desaparecimento de seu livro *Corôa de Lyrios*, do jornal *A Rosa* e do desinteresse por pesquisas sobre produção intelectual de mulheres (e negras) no âmbito da história⁴¹⁴. Pouco valorizada em Goiás, Leodegária contou com certa projeção nos jornais do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Como ressaltou Darcy Denófrío, Leodegária contornou as mais variadas dificuldades impostas às mulheres que desejavam adentrar as verves literárias e exercer a sua intelectualidade.

Entre 1907 e 1946, Leodegária foi tema de notas publicadas nos jornais *do Brasil*, *O Pharol*, *O Paiz*, *A Lyra*, *O Fluminense*, *Jornal do Commercio*, *A Imprensa*, *Diario de Natal*, *Araguary*, *A Federação*, *O Seculo*, *O Malho* e *Revista Brasileira*. Nenhuma matéria destacou as hipotéticas dificuldades que aquela mulher intelectual e negra teria enfrentado no decorrer de seu empreendimento literário e na publicação de um livro de poesias já em 1906. Sabe-se de sua posição racial em função da fonte visual e do silêncio ao qual foi mantida, possivelmente pelo racismo disfarçado tanto em Goiás quanto em Minas Gerais.

Em 06 de março de 1915 seu nome e fotografia apareceram entre as dos integrantes do Club Litterario e Recreativo de Araguay (Estado de Minas)⁴¹⁵. Na fotografia, Leodegária de Jesus veio ao centro, do lado esquerdo da senhorita Julia Alessi e à direita das senhoritas Amalia Pereira e Alice França, respectivamente. Estas eram as únicas mulheres entre um grupo de dezenove homens. Entre seus colegas clubistas havia Josias Baptista Leite, Juventino Ferreira Alves, Theodomiro de Carvalho, dentre outros. As anotações acompanhando a fotografia traziam as seguintes informações:

**Directoria e socios do Club Litterario e Recreativo de Araguay
(Estado de Minas) – 1) Presidente, Josias Baptista Leite 2), Vice-**

⁴¹² FLEURY, Rosarita. Patrona Leodegaria de Jesus. In: Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás. *Anuário 1973-74*. Goiânia, 1975, p. 91-113.

⁴¹³ FRANÇA, Basileu Toledo. *Velhas Escolas*. Goiânia: Editora UFG, 1998.

⁴¹⁴ Leodegária de Jesus não foi estudada ainda por nenhum pesquisador da História. Pelo menos não encontramos artigos ou pesquisas que a tomassem por tema. Felizmente sua obra e partes de sua trajetória foi considerada importante pela professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, Darcy França Denófrío, que reeditou seus dois livros em conjunto com um cuidadoso estudo estético de sua obra e trajetória.

⁴¹⁵ Os Clubs do Interior. *O Malho*, anno XIV, n.º 651, Rio de Janeiro, 06 de março de 1915, p. 29. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

presidente, Juventino Ferreira Alves; 3), Thesoureiro, Theodomiro de Carvalho; 4), 1º secretario, Farnese Andrade Filho; 5), 2º secretario, Ramiro Goulart; 6), Presidente honorário, Dr. João Barros Pimentel Filho; 7), Orador, João Lourenço Filho; 8), Procurador, Getulio de Oliveira Castro; 9), Auxiliador, Senhorita Julia Alessi; 10), Idem, Senhorita Leodegaria de Jesus; 11), Senhorita Amalia Pereira; 12), Idem, Senhorita Alice França. Os demais são fiscais e socios.



Fig. 07 - Os Clubs do Interior. *O Malho*, anno XIV, n.º 651, Rio de Janeiro 06 de março de 1915, p. 29.

Mesmo havendo tantas referências ao seu trabalho intelectual, Leodegária persistiu silenciada, só sendo retirada da condição de “memória cumulativa” em 2001. Neste ano, Darcy Denófrío publicou o livro “*Lavra dos Goiases III: Leodegária de Jesus*” que fazia um apanhado da trajetória da poetisa e reeditava em *fac-símile* as suas duas obras: *Côroa de Lyrios* (1906) e *Orchideas* (1928). Em 2009, nova biografia foi publicada por Darcy Denófrío no volume III de “*Escritoras brasileiras do século XIX*” organizado por Zahidé Lupinacci Muzart⁴¹⁶. Segundo Darcy Denófrío (2001), as razões que a moveram, para além de outras expectativas, teriam sido o protagonismo de Leodegária que “soube exercer sua própria vontade para ultrapassar algumas barreiras impostas por um tempo cheio de limitações e restrições, de modo particular às mulheres” (p. 11). Seu trabalho oferece

⁴¹⁶ Neste trabalho há também as biografias de Euridice Natal e Silva, escrita por Eliane Vasconcelos (p. 365) e Cora Coralina, escrita por Constância Lima Duarte (p. 263). Cf. MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). *Escritoras Brasileiras do Século XIX: antologia*. Vol. III. Florianópolis: Ed. Mulheres: CNPq, 2009.

elementos importantes para outros pesquisadores interessados na trajetória de intelectuais goianas.

Cora Coralina e Euridice não cursaram o ensino superior. Cora parece ter interrompido sua formação intelectual, inicialmente para viver na Fazenda Paraíso e posteriormente por ter fugido na companhia de Cantídio Tolentino de Bretas para o estado de São Paulo. Já Euridice Natal interrompeu sua vida intelectual para se casar com Marcelo Francisco da Silva, em 1905. Após casar-se Euridice se retirou para o Rio de Janeiro, interrompendo sua atividade intelectual em Goiás (Eliane VASCONCELOS, 2010). Entretanto o pouco tempo em que figurou no cenário letrado de Goiás lhe oportunizou ocupar lugares pouco convencionais às mulheres goianas. Fato semelhante aconteceu com Cora Coralina.

Além de dirigir a Academia de Letras, Eurydice ocupou a cadeira correspondente à história e patronada por Bartholomeu Bueno. Isto lhe ofereceu mecanismos para converter seu silêncio em palavra pública. Aspecto que contraria o arquétipo fabricado por Michelle Perrot (2008) ao dizer que “o que é recusado às mulheres é a palavra pública” (p. 318). Por mais que sua palavra pública incomodasse, que pesasse sobre ela a “dupla proibição, cidadã e religiosa” (p. 318) e que “uma mulher em público está sempre deslocada” (p. 318), tanto Euridice, como Leodegária e Cora, administraram as antinomias do “privado” e do “público” e entre essas esferas fabricaram um corredor por onde transitaram, mesmo que temporariamente.

Em 15 de outubro de 1904 o *Goyaz* publicou o “*Elogio histórico de Bartholomeu Bueno da Silva*”, pronunciado por Euridice Natal durante a cerimônia da Academia de Letras de Goyaz. Embora ela tenha mantido alguns princípios daquele modelo educacional que recebeu e que tentava manter a mulher numa condição naturalizada de “mãe” e “esposa”, durante seu discurso foram feitas algumas convocações para que as goianas entrassem de vez no universo intelectual:

Acceitei tamanha homenagem em nome do meu sexo e aproveito a oportunidade para fazer d’aqui um appello ás goyanas: concorrei ao grande certâmen da inteligência, (falta pedaço) privilegio exclusivo dos homens em nossa terra, mas sem os exageros doutrinários, não vos esquecendo jamais da missão sublime que a Natureza traçou a mulher, - missão de esposa e de mãe, de suprema diretora do interior do lar, de reguladora da felicidade conjugal, missão cada vez mais complicada e difficil que exige da mulher uma instrucción, que, infelizmente, não possui.

Assim interpretando as distinções, de que me fizeram alvo prometto envidar todos os esforços pela vida desta Academia, que demonstrará de futuro ao mundo civilizado que a teoria do Anhanguera não se destaca unicamente pelo ouro e pelas pedras preciosas, que opulentam o seu sub solo – mas também pelas preciosas gemas litterarias que jazem ignoradas no espirito inculto dos seus filhos, pelas perolas dos mais puros sentimentos que fazem da mulher goyana o typo da verdadeira esposa e da verdadeira mãe no carinho, na abnegação, no austero cumprimento dos árduos deveres que lhe impõem a sua missão augusta.⁴¹⁷ (Grifos meus).

Mesmo tendo recorrido às imagens de feminilidade, características do século XIX e que “constituíam modelos de comportamento” sexual (Anne HIGONNET, 1991, p. 298), Euridice lembrou que mesmo para “ajudar a manter a posição social de seu esposo, educar, vigiar a castidade das filhas, constituir uma descendência saudável e cuidar do comportamento da prole” (Maria Ângela D’INCAO, 2011, p. 230), a mulher precisaria se instruir.

Talvez tenha sido por esta razão que tentou realizar o curso de Direito e também deve ser esta a razão de pedir às goianas que “concorressem no certame da inteligência”. Ela acreditava que o exercício intelectual oportunizaria a emancipação feminina. Suas ações deixam ver que defendia uma emancipação para a mulher, mesmo que não se identificasse com o feminismo. Ela exercitava uma política das afinidades, algo semelhante ao comentário de Mariza Corrêa (2003) sobre o texto de Donna Haraway e que, por sua vez, sugeriu que em função das dificuldades impressas nas lutas feministas que se substituísse “a procura por uma *identidade* pela luta em torno de *afinidades*” (p. 27).

O protagonismo de Euridice, Leodegária e Cora ativou questões relacionadas à construção das esferas privada e pública. Por meio de seus personalismos observou-se que as mulheres nem sempre respeitavam as injunções que as tentavam apagar ou manter trancadas nos aposentos mais silenciosos e escondidos da casa.

Pela observação de suas táticas e que, de certa forma, se assimilam às de outras tantas mulheres mencionadas no decorrer do trabalho, percebeu-se que mesmo dominadas, as mulheres manejaram jogos (resistências), convertendo o controle e as regras em armas muito úteis no combate da dominação masculina. Caladas, mas não quietas, elas fizeram mover as fronteiras do público e do privado, elas ampliaram as fronteiras de ação do seu gênero. O

⁴¹⁷ Academia de Letras de Goyaz. Elogio histórico de Bartholomeu Bueno da Silva pela Gentilissima D. Eurydice Natal. *Goyaz*, anno XX, n.º 827, sabbado, 15 de outubro de 1904, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

poder que manejaram se capilarizou e penetrou profundamente as mais inesperadas saliências e falhas da estrutura de dominação fabricada por um mundo conjugado no masculino. Isto se deu por uma série de acontecimentos diretamente relacionados à necessidade de sua instrução e à popularização dos meios de comunicação.

De posse de palavras, imagens e escrituras, elas subverteram as fronteiras cada vez mais permeáveis da esfera pública. Na intimidade de seus quartos elas escreveram “um livro ou um artigo de jornal que as introduzisse no espaço público” (Michelle PERROT, 1998, p. 10). Logicamente que sua inserção na esfera pública precisaria vir acompanhado de uma estratégica administração das conotações que sua “publicidade” poderia adquirir no meio social. As mulheres precisariam cuidar para que esta sua dimensão “pública” não extrapolasse os limites de “publicidade concedida” e que vinham mensurados pelos valores de honra e decência impostas às “mulheres honradas” (Sueann CAULFIELD, 2000).

Mesmo que fossem “Mulheres públicas”, Consuelo, Euridice, Leodegária e Cora administravam tal representação de forma que sua publicidade não alcançasse níveis incômodos, ou mesmo que lhes prejudicasse no meio social em que se inseriam. Esta administração lhes permitiu, durante a juventude, serem intelectuais influentes. Euridice se tornou presidente de uma associação literária e Leodegária escreveu e publicou poemas. Já Cora administrou sua figuração pública até envolver-se com Cantídio Tolentino de Bretas e precisar fugir para São Paulo. Entretanto, durante sua permanência em Goyaz, ela costurou relações, administrou conflitos políticos e se tornou a intelectual mais proeminente de seu tempo, tanto que foi solicitada a comentar o livro de Luiz Ramos de Oliveira Couto. Pedido incomum, uma vez que resenhas críticas só eram produzidas por homens, após a publicação do livro e não de manuscritos originais.

Outro aspecto curioso é o fato de a crítica literária ser convencionalmente produzida por homens e não por mulheres. Muito provavelmente já no início do século XX, antes de publicar seus livros, Cora já conseguira se inserir no campo literário goiano. Já Eurydice (1905) após retirar-se da cena goiana acabou substituída por Leodegária de Jesus e Cora Coralina. Estas duas intensificaram sua participação nos jornais de Goiás e por conta do jornal *A Rosa* receberam atenção redobrada da imprensa local e nacional.

Em setembro de 1907 o jornal *A Imprensa* trouxe matéria comentando a publicação do primeiro número do jornal feminino. Além de apontar os nomes das goianas que nele escreviam ao final a matéria felicitou a empresa e destacou seu caráter feminista:

A Rosa

Temos sobre a mesa o 1º n. da “Rosa”, orgam literário, redigido pelas distintas senhoritas D. D. Rosa Godinho, Alice Sant’Anna, Luzia de Oliveria e Lambertina Povoá. Abre o 1º n. um bello artigo, assignado por Julia Marion, pseudonymo que mal encobre a personalidade saliente de distincta beletista e conhecida Jornalista. Sob a louçania de estylo brilhante, digno do objeto, declara que a “Rosa” é a *primeira flôr que desabrocha no ambiente litterario formado pelas goyanas*, e tanto basta para merecer todo carinho do publico.

Dois artigos são lançados pelas gentis e inteligentíssimas senhoritas D. Rosa Godinho e Luzia de Oliveira; salienta-se tambem o “Meo exilio” de Ricardo Paranhos e uma poesia de D. Leodegaria de Jesus; todo o jornal, emfim esta bem feito e causou-nos a melhor impressão.

Que bello sol ilumine sempre a “Rosa” fazendo brilhar as suas cores seductoras; que as nossas inteligentes patricias não desanimem e por certo o publico generoso e bom auxiliará este jornal muitas vezes sympathico pelo nome, pela côr, pela causa que representa e por ser um movimento feminista digno de todos applausos.

São os nossos sinceros desejos.⁴¹⁸ (Grifos nossos).

Novamente se fazia presente a identificação de empresas femininas com a emancipação, ou mesmo com o feminismo. Interessante notar que o comentário de *A Imprensa* não se tratava de algo desinteressado, suas expectativas estavam relacionadas à defesa de um modelo de feminismo socialmente aceito.

Celi Regina Pinto (2003) destacou que tal movimento não se apresentava como alteração das “relações de gênero, mas como um complemento para o bom andamento da sociedade, ou seja, sem mexer com a posição do homem, as mulheres lutavam para ser incluídas como cidadãs” (p. 14-15). Conforme adiantado, o jornal *A Imprensa* era o hebdomadário responsável por defender os interesses de José Xavier de Almeida. Após rompidas as relações entre Xavier de Almeida e os Bulhões, *A Imprensa* passou a fazer oposição ao domínio bulhônico em Goiás. Semelhante ao que fizera o *Goyaz*, anos atrás, este periódico pretendeu colocar Xavier de Almeida e sua base política numa posição de relevo e do prestígio no cenário político e social do estado.

Toda a movimentação encarada como potencialmente moderna seria disputada entre os grupos oligárquicos que se arregimentaram em Goiás nos primeiros anos do século XX, principalmente por se perceber, nesta época, uma movimentação do poder político local das mãos dos Bulhões para Xavier de Almeida e posteriormente para os Caiado.

⁴¹⁸ A Rosa. *A Imprensa*, anno IV, n.º 166, Goyaz, 16 de setembro de 1907, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

No caso da Academia de Letras, o jornal responsável por detalhar as reuniões e homenagens a Euridice Natal foi o *Goyaz*. Estas ações estavam fortemente atreladas à posição familiar, política e oligárquica de Euridice. Já *A Imprensa* apenas publicou, em 13 de agosto de 1904, o artigo “Academia de Letras”⁴¹⁹. Neste periódico não haviam maiores comentários sobre a relevância e ou importância da instituição que fora fundada e seria presidida por uma representante dos Bulhões. A instalação desta instituição era uma resposta à anterior criação dos cursos Normal e de Direito.

Tantos fatos, interconexão de trajetórias e conflitos, deixaram ver de que forma as mulheres adentraram a cena pública, como desenharam seus encontros (e desencontros) com os movimentos de mulheres que tomavam o cenário político brasileiro e mundial de início do século XX. Durante a pesquisa ficou evidente que Cora contava com maior assédio da imprensa goiana. Isto se deu em função de sua permanência em Goiás, de suas publicações, de suas táticas na administração dos conflitos entre os diferentes grupos políticos de Goiás e o fato de ser filha de Jacintha Luiza do Couto Brandão Peixoto, mulher influente na cena pública e política do estado.

Cora Coralina concentrou as atenções da imprensa goiana/nacional e se sobrepôs a Leodegária de Jesus de tal forma que esta quase desapareceu no interior das preocupações que estavam em debate em Goiás: a definição identitária da mulher, a opinião feminina e o feminismo.

Foi em janeiro de 1928, no *Diario da Manhã*, em Victoria, Espírito Santo, que se publicou uma última matéria relacionando Leodegária de Jesus e Cora Coralina como escritoras goianas. Nesta notícia elas eram encaradas como intelectuais responsáveis pela agitação intelectual do estado⁴²⁰. Depois disso houve uma supressão da relevância intelectual de Leodegária, e Cora passou a contar com maior assédio da imprensa local e nacional.

Em 1911, *O Malho* publicou matéria sobre Cora Coralina e outros intelectuais goianos. O texto desta revista deixou explícito o protagonismo daquela escritora em meio a intelectuais do sexo masculino. Neste momento, somente Cora Coralina recebeu a atenção dos editores de jornais locais e nacionais. Leodegária de Jesus e Euridice Natal a esta época haviam desaparecido da cena literária regional. A matéria, acompanhada pela fotografia, trouxe os nomes dos principais intelectuais goianos do momento e os publicizou:

⁴¹⁹ Academia de Letras. *A Imprensa*, anno I, n.º 30, Goyaz, 13 de agosto de 1904, p. 04. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁴²⁰ Enquanto as horas voam.... *Diario da Manhã*, anno XXI, n.º 733, Estado do Espírito Santo, Victoria, Sexta-feira, 20 de janeiro de 1928, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Jornalismo em Goyaz. Da direita para a esquerda – sentados: Dr. Leopoldo de Souza, capitão-medico do Exército e redactor do *Goyaz*; d. Cora Coralina, escriptora; Dr. Cantidio Bretas, chefe de policia do Estado; em pé: Joaquim Bonifacio, poeta e redactor da *A Semana*; Dr. Nuno Pinheiro de Andrade, procurador fiscal da Delegacia e lente do Lyceu, actualmente official no Thesouro Nacional; Eurico Corado [Erico Curado], (nosso distincto colaborador) poeta e escriptor, promotor publico da Capital.⁴²¹



Fig. 08 - Jornalismo em Goyaz. *O Malho*, anno X, n.º 444, Rio de Janeiro 18 de março de 1911, p. 17.

Informações disponíveis em crônicas, em biografias e outros textos publicados em jornais da capital apontam que Cora Coralina teria retornado da Fazenda Paraíso para Goiás em 1906 e já no ano de 1907 apareceu entre Leodegária de Jesus, Benjamim Vieira, Rosentina Sant’Anna e Brenno Guimarães no recém-criado Grêmio Litterário Goyano. Conforme informações publicadas no jornal *A República* esta era associação fundada em janeiro de 1907 e que contava com reuniões que ocorriam num dos salões do sobrado dos Vieira de que nos deu noticias em seu poema intitulado “Velho Sobrado”.

Durante encontro dos sócios para eleição da nova mesa diretora, Cora realizou a conferência sobre o Amor e que, posteriormente, foi publicada com o título de “*Dissertação*”

⁴²¹ Jornalismo em Goyaz. *O Malho*, anno X, n.º 444, Rio de Janeiro 18 de março de 1911, p. 17. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

sobre o Amor". O texto relatando o encontro dos gremistas em que Cora Coralina apresentou sua dissertação relatou as seguintes impressões da reunião e da conferência:

Honrado pelo amavel convite que nos dirigia o sympathico e inteligente joven Benjamin Vieira, assistimos no dia 30 do mez passado, em um dos salões do palacete da excia. sra. d. Virginia Vieira, uma conferencia litteraria do Gremio Litterario Goyano, fundado nesta capital no dia 1º de Janeiro deste anno.

A sessão revestiu-se de imponente solemnidade, ocupando a presidencia na falta das illustres presidente e vice-presidente, o activo Secretario Nero Macedo que revelou grande intelligencia e desenvolvimento necessario na direcção dos trabalhos.

Achavam-se presentes muitos cavalheiros membros de diversas classes sociaes e mui illustres senhoras e senhoritas, formando já se vê um auditório respeitável.

Aberta a sessão e feita a chamada a ella responderam grande numero de membros do Gremio. Lida e posta em discussão foi sem debate e aprovada a ata da sessão anterior.

O senhor Presidente concedeu a palavra a gentilíssima e inteligente a senhora Anna Peixoto que incontinente com o seu aspecto elegante e simpático encaminhou-se a tribuna então preparada com capricho e apurado gosto, e lá achou-se a vontade, senhora de uma calma invejável.

Após pequena pausa a ilustrada conferencista desenvolveu incomparável e admiravelmente o delicado tema escolhido dissertando com belíssima eloquência sobre o amor.

Não lhe notamos na voz, no semblante ou nos gestos, nenhum dos symptomas de medo que constitue o mau quarto de hora dos oradores.

Senhora de si, fallando pausadamente num tom majestoso de solemnidade, ella procedia a leitura do seu discurso com maior segurança de bom effeito causado no auditório. Lia encantadoramente as suas peças trabalhadas com esmero no silencio do Gabinete, e, juntando-se a isto a sua figura attrahente realçada pelos tons suaves de seu trato correcto terminou o seu importante trabalho de modo admirável para nós e todos os assistentes.

Logo que a illustrada conferencista desceu da tribuna, immediatamente partiu do auditório uma estrondosa salva de palmas seguindo os cumprimentos que lhe dirigiram os seus collegas e todos os assistentes. Os leitores terão apreciado a dissertação, incerta na edição ultima da "Imprensa", não so devido o aprimorado da phrase e distribuição esthetica dos períodos como pelas comparações felizes do que se serviu a inteligente conferencista⁴²².

A segurança de Ana L. Peixoto (Cora Coralina) descrita pela matéria, sua dissertação e os outros textos com temas relacionados aos sentimentos humanos, ao namoro, à beleza e à diferença sexual tentavam mostrar à população de Goiás que as mulheres também amavam

⁴²² Gremio Litterario Goyano. *A República*, anno VII, n.º 126, Goyaz, sabbado, 27 de julho de 1907, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás "Casa Frei Simão Dorvi", Goiás, Goiás.

e não eram simplesmente objetos de troca ou de tráfico a partir de casamentos arranjados. Cora enfatizava em suas crônicas personagens femininas e mulheres que se diferenciavam dos homens e entre si mesmas. Sua “imaginação literária” (Norma TELLES, 2012) e personagens “convivem com o empenho em abalar a ordem falocêntrica, agravada entre nós pelos ecos ideológicos oriundos da casa grande e das muitas senzalas” (Eduardo ASSIS DUARTE, 2005, p. 110).

A escritora trazia temas do gênero. A mulher era personagem recorrente em suas crônicas. Quando não elegia os velhos do recém-criado Asilo São Vicente de Paulo⁴²³ ou a sensibilidade estética do homem do campo e que sabia imitar com grande esmero o canto da Inhuma⁴²⁴, Cora trazia mulheres emancipadas, aquelas que eram donas de personalidades fortes e que eram capazes das mais variadas ações para experimentar o amor ou ser proprietárias de sua própria vida e de seu próprio corpo.

As mulheres de Cora eram capazes de tomar suas próprias decisões e nem sempre se preocupavam com o que pensariam ao seu respeito. Estas personagens aparecem representadas em Antonieta que identificada como uma “mulher cruel”, todas as noites atirava da janela de seu sobrado um lírio branco envenenado ao seu pretendente, o violinista Cláudio⁴²⁵. O pobre personagem contaminado pelo veneno e pela insensibilidade de sua amada “cambaleou e caiu; saiu-lhe da garganta um exterior agonizo, as pálpebras abriram-se dezmesuradamente e as retinas perderam o cintilar cambiante das crizolitas!”. Ao seu último suspiro “uma gargalhada seca e áspera reboou pelo espaço, e um frêmito percorreu a atmosfera como se houvesse dado o encontro de duas correntes elétricas!...”. Claudio “Morreu de amor. *Requiescat in pace!*...”, restando a Antonieta viver a sua vida tal qual desejara.

Em *A viuvinha*⁴²⁶, Cora trouxe Herminia de Oliveira, jovem viúva de Marcos de Oliveira e que lhe havia deixado “uma grande fortuna” que “porem as modas e uma viagem que ella [fizera] a Europa no inverno passado, comeram lh’a toda”. Pobre e necessitando constituir novo matrimônio, Herminia se comprometeu com dr. Barreto, homem de idade e que a teria cortejado por estar interessado em sua imaginada fortuna.

⁴²³ Os últimos, Cora Coralina. *Goyaz*, anno XXV, n.º 1088, Sabbado, 06 de novembro de 1909, p. 02-03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁴²⁴ O canto da Inhuma, Cora Coralina. *Goyaz*, anno XXV, n.º 1086, Sabbado, 23 de outubro de 1909, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁴²⁵ Lírio envenenado, Cora Coralina. *Sul de Goyaz*, anno I, n.º 38, Catalão, 05 de abril de 1908, p. 01-02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁴²⁶ A Viuvinha, Cora Coralina. *Goyaz*, anno XXIV, n.º 1023, sabbado, 01 de agosto de 1908, p. 03-04. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Em uma noite chuvosa, Hermínia se pegou lembrando os vários romances que tivera e de como deixara passar aquele que tanto amara: o “pobre e obscuro guarda-livro”, o jovem Paulo Mendonça. Semelhante a muitas outras crônicas, as personagens conseguiam realizar seus desejos, suas vontades e suas paixões. No caso de Hermínia, Cora imaginou uma situação em que Paulo Mendonça retornou até a jovem viuvinha, livrando-a de um casamento infeliz com dr. Barreto.

Em outras crônicas ela discutiu o feminino e o cotidiano da intelectualidade goiana. Todavia o que chamou atenção foi como uma mulher conseguira tamanha expressão ainda no início do século XX? É evidente que compartilhou espaço com Leodegária de Jesus, mas Cora Coralina se sobrepôs a poeta. Talvez por Leodegária se limitar a escrever poemas ou por manter uma produção literária apegada em antigos padrões de métrica e rima num momento em que o campo literário goiano já respirava as baforadas do modernismo. Outro elemento que deve ter lhe ajudado a circular por tantos jornais (*Goyaz, A Imprensa e Voz do Sul*) foi o fato de ter mantido relações amigáveis com os colegas da Escola da Mestra Silvina e que em 1906 haviam se tornado homens influentes e que dirigiam ou editavam os semanários em que ela escrevia.

Em a *Voz do Sul*, Cora deve ter obtido autorização para publicar seus textos em razão de o periódico ser dirigido por Moizés Sant’Anna, filho de Bárbara Augusta de Sant’Anna. O fato de ser amiga de Benjamin Vieira, filho de Virginia Vieira, deve ser uma das razões de conseguir figurar como sócia do Gremio Litterario e também uma explicação plausível para suas publicações nos jornais.

Cora aproveitou do respeito de que gozava sua mãe e daí construiu caminhos para se tornar uma grande intelectual goiana. Ela aproveitou as amizades fecundadas pela mãe e conseqüentemente por ela e daí construiu redes de solidariedade e de reconhecimento. Estratégias e táticas que lhe oportunizaram figurar com certa relevância no campo literário de Goiás e de regiões limítrofes.

Outra questão que deve ser apontada é o fato de não se limitar a escrever e publicar crônicas, mas artigos de opinião. Textos estes em que elegeu temas muito relacionados ao que se discutia na sociedade goiana de meados do século XX. Isto deve ter lhe oportunizado adentrar ambientes extremamente masculinos.

Durante o evento do Gremio Literario as aparições públicas ou a palavra pública de mulheres se limitava em muitas vezes a algumas poucas delas, e Cora fazia parte desse grupo

seleto. Sua forte representação pública deve ter sido a razão de ocupar lugares e funções que lhe produziram como uma grande intelectual e até como uma “feminista”.

Após concluída sua conferência sobre o amor, Cora desceu do púlpito para receber os agradecimentos da plateia e vagar o lugar para que seu colega e amigo, Benjamin Vieira, realizasse a sua conferência. Terminadas as conferências daquela noite foi feita a eleição para a nova diretoria do Grêmio. Neste dia Leodegária de Jesus e Cora Coralina se tornaram presidente e vice-presidente da instituição literária.

Em 1911, Cora Coralina já contava com certa projeção em Goiás e também em hebdomadários que circulavam nacionalmente. Segundo sua memória poética, desde 1905 publicava alguns “escritinhos no suplemento de *O Paiz*”. Infelizmente não foi encontrada nenhuma publicação que contivesse seu nome, porém sabe-se que a mãe, Jacintha Luiza assinava o referido jornal.

Em 21 de junho de 1907, Jacintha Luiza apareceu entre centenas de outros participantes do *Terceiro concurso do Paiz*⁴²⁷. Esta informação corroborou as memórias de Cora acerca da leitura ininterrupta daquele jornal, assinado por sua mãe. Clovis Britto e Rita Elisa (2009) ainda lembram que no ano de 1909 a escritora pulicou crônica sobre o espiritismo no jornal *Tribuna Espírita* do Rio de Janeiro. Em 1910 publicou “*Tragédia na Roça*” em *O Comercio*, Cuiabá, Mato Grosso⁴²⁸.

As publicações nos jornais de Goiás lhe renderam certa projeção no cenário intelectual da região e do país. Cora passou a ser festejada entre a intelectualidade local, tanto que se tornou comum encontrar notas felicitando-a por seu natalício. Em 20 de agosto de 1910 *A Imprensa* publicou nota parabenizando-a por seu aniversário⁴²⁹. O fato de ser uma das poucas mulheres a publicar textos de opinião e crônicas em Goiás serviu de motivo para atribuírem-lhe a alcunha de “feminista”. Talvez seu posicionamento emancipado, sua prática intelectual e a eleição de temas femininos tenham estimulado um rótulo “feminista”. Cora passou a ser convidada a debater temas diretamente relacionados à mulher.

Sua palavra escrita e suas concepções tornaram-se fundamentais para a formação de uma opinião pública acerca das mulheres, de seu corpo, de sua sexualidade e de suas

⁴²⁷ Tereiro concurso do Paiz, sorteio de S. João, 208 premios, mais de sete contos em prêmios!. Relação dos leitores do PAIZ que tem enviado coupons pelo correio e dos números com que concorrerão ao sorteio do dia 23. Encerra-se hoje a inscrição. *O Paiz*, anno XXIII, n.º 8296, Rio de Janeiro, sexta-feira, 21 de junho de 1907, p. 04. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁴²⁸ Tragédia na Roça. *O Commercio*, anno I, n.º 44, Cuiabá, Mato Grosso, 29 de dezembro de 1910, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁴²⁹ Cora Coralina. *A Imprensa*, anno VI, n.º 265, Goyaz, 20 de agosto de 1910, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

demandas em Goiás. Cora pareceu ter se tornado um marco da mobilização feminina neste estado ainda que não tenha atendido ao chamado “feminista”. Como Consuelo Caiado, sua mãe, madrinha e as amigas ela também não poupou esforços para ocupar espaços, existir socialmente e legar experiências.

Felizmente os percalços de Cora, de Euridice e de Leodegária permaneceram arquivados no Gabinete Litterario Goyano protegidos por Consuelo Ramos Caiado. Após a transferência da capital goiana Consuelo permaneceu em Goiás e se tornou na guardiã desta instituição. Isto permitiu-lhe arquivar no acervo do Gabinete alguns jornais que informavam diferentes aspectos da trajetória de Cora, Euridice, Leodegária, dentre outras mulheres.

Com seu falecimento em 1981 toda a sua biblioteca e demais arquivos foram doados ao Gabinete Litterario Goyano. Entre seus guardados pessoais também haviam indícios das trajetórias das mencionadas mulheres. O fato de seu acervo se confundir ao do Gabinete permitiu-nos contar uma história sob a perspectiva de uma mulher. Foi por intermédio de seus guardados que podemos escrever alguns itinerários da vida de mulheres intelectual, leitoras e escritoras de Goiás.

Consuelo Ramos Caiado figurou aqui não como protagonista da vida intelectual goiana – mesmo tendo protagonizado-a por intermédio de seus manuscritos –, mas como aquela que preservou histórias e memórias passíveis de serem narradas. Foi através de seus guardados que nos aproximamos de mulheres eruditas e instruídas em uma região distante dos grandes centros econômicos do Brasil ainda em meados do século XX.

PARTE III

AVENTURAS FEMINISTAS EM GOIÁS

CAPÍTULO IV

AS GOIANAS E O COTIDIANO DE MODERNIDADES (1910-1920)

“Não tardava meio-dia.
O sol brilhava e abrazador, fazia com que as raras pessoas que transitavam pelas
ruas da cidade, o fizessem de roupas leves e claras.
Havia porem, na praça do Palacio, um ajuntamento que parecia desafiar o rei dos
astros.
Era um grupo de mais ou menos dez indivíduos, que com suas vestes domingueiras
voltavam da Matriz, trazendo duas mimosas creancinhas que haviam levado à pia
baptismal.”
Consuelo Ramos Caiado, 1917.

“Eu sou Doidinha, dessas que fazem loucuras, mas loucuras offensivas e.... é
verdade o Respicio me disse que machucou toda padaria no *Ring* do Abel Garcia. Gostei da
machucação e fui com o João Lourenço ver o pessoal de patins nos pés. Que coisa boa.
Que loucura gostosa! Cesar abre muito as pernas, Tameirão escorrega demais, Bulhõesinho
é todo duro pra cahir, Peregrino tem cada passo capaz de pegar o Octogamis, e o Zé Bueno
êta Ze Bu...eno brabinho.
Eusebio não patina, mas namora e é um namorado perigoso. Namoro de Eusebio é
mesmo que visgo.
Quem brinca com elle fica preso nos seus olhos, preso pelo andar, preso
nos seus modos e preso pela prósa... êta Eusebio! ... Conhece aquelle
viajante, aquelle de bigode ora kaiser ora a Francisco José, se bem que
Pedro Gomes diz mais parecer com rabo de rato? Aquelle que tem um
cabide de anel no dedo anular, naquelle dêdo visinho do dêdo
minguinho?⁴³⁰

Na altura de 1913 e 1919 o mundo avizinhou-se de um dos conflitos mais extremos
de toda a história. Na primeira metade de 1914 as luzes se apagaram em toda a Europa,
consoante paráfrase de Edward Grey, “secretário das Relações Exteriores da Grã-Bretanha,
[que] observando as luzes de Whitehall na noite em que a Grã-Bretanha e a Alemanha foram
à guerra” (Eric HOBSBAWN, 1995, p. 30), afirmou ser provável que muitas gerações não

⁴³⁰ Loucuras, Doidinha. *Nova Era*, anno II, n.º 61, Goyaz, 09 de dezembro de 1915, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

voltariam a vê-las se acender em seu tempo de vida. O conflito que se iniciava era único, isto porque nenhum outro teria reunido “as grandes potências, e na verdade todos os Estados europeus, com exceção da Espanha, os Países Baixos, os três países da Escandinávia e a Suíça” (p. 31). Havia-se inaugurado o que Eric Hobsbawn chamou de a “era da guerra total”.

A Primeira Guerra Mundial começou e junto dela estabeleceu-se “a era do massacre” (p. 32) e a era da revolução técnico científica. Principiava-se a era da grande hecatombe mundial, aquela que matara Edith Cavell⁴³¹ e trouxera, de forma massificada, o cinema e as diversões modernas, a exemplo do *Ring* de Abel Garcia, para Goiás.

Aos poucos os impactos dessas modernidades se misturariam ao cotidiano da gente interiorana e católica da Goiás de 1910 e 1920. O cotidiano goiano, fortemente influenciado pelo calendário religioso católico e que se inicia com o ciclo pascal, marcado por cerimônias de preparação, celebração e prolongamento do passionário, pela moda temporã do branco alvíssimo e pela alvissara de católicos e católicas em largos de Goiás, depois de findas as missas domingueiras, viu-se confrontado por diversões modernas e por debates em torno da identidade feminina.

As publicações de Leodegária de Jesus, Cora Coralina, Euridice Natal, Suzana, Doidinha e tantas outras goianas denunciaram os impactos, em Goiás, das novas ideias, do processo civilizador brasileiro – muito pautado em modelos europeus – e de uma cultura contemporânea, fortemente marcada pela mimese do que se consumia nas grandes metrópoles europeias e brasileiras. Nas metrópoles brasileiras em fins do XIX e meados do XX, hábitos foram reajustados e costumes, principalmente os urbanos, readaptados aos novos mecanismos técnicos que invadiram o cotidiano humano dessas cidades. Iniciava-se a era da modernidade de que nos falou Nicolau Sevcenko (1998), no instante em que percorreu elementos denunciadores das novas técnicas, ritmos e ritos da população carioca do século XX.

Ainda que o mundo estivesse sofrendo com a crise do liberalismo, que mais tarde desembocou na crise do capital, conseqüente colapso de 1929 e na instalação de uma nova ordem política e social no mundo e no Brasil; a América Latina e, por conseguinte o Brasil, “tomou o caminho da ‘ocidentalização’ na sua forma burguesa e liberal com grande zelo e ocasionalmente grande brutalidade, de uma forma mais virtual que qualquer outra região do mundo, com exceção do Japão” (Nicolau SEVCENKO, 1998, p. 541).

⁴³¹ Entrelinhas, Suzana. *Nova Era*, anno III, s/n.º, Goyaz, 21 de setembro de 1916, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

O Brasil a esta época era uma nação de forte influência liberal, havia consolidado o processo republicano sob forte ingerência militar e arbitrava uma forma de governo que não considerava a população pobre, negra e humilde do país⁴³². A República assistida por uma população *bestializada*, na acepção de Aristides Lobo, e/ou *bilontra* no entendimento de José Murilo de Carvalho (1987), reiterava antigas ações pautadas na violência e na exclusão, manejadas desde a colônia, em todo o Império e parecia ter reverberado pelos tempos da “ordem e do progresso”.

Por mais que pareçam sedutoras as considerações de José Murilo de Carvalho em torno da “República que não foi”, faz-se necessário ponderar que suas convicções comprometem, em certa medida, o entendimento desta tese e que tem visto mulheres burguesas manejando conscientemente muitas táticas a fim de exercer algum poder e constituir uma cultura feminina, aquela expressa, por exemplo, nos conselhos amorosos oferecidos pelas redatoras de *Bem-Te-Vi*.

Destarte optou-se pela concepção de José Miguel Arias Neto (2017) de que ao contrapor-se ao tipo ideal de “‘burguês’ individualista e associativo” (p. 226), Carvalho fabricou o *bilontra* como um “cidadão que não foi”, [que] está *fora da política*, assim como suas associações religiosas e de auxílio mútuo, as festas, o samba, o carnaval, o futebol” (p. 226) e, no caso goiano, os jornais de mulheres, impressos ou manuscritos e seus escritos circunstanciais.

Por mais que o sociólogo não generalize “esse modelo para o Brasil, não deixa de reforçar a ideia do *jeitinho brasileiro* como característica central da ausência de uma cultura política burguesa entre nós” (p. 226). Em nosso entendimento, ignorar os interesses não esclarecidos em tantas associações, seus discursos e expectativas ocultas, contribui para manter em silêncio as táticas das mulheres e sua cultura. A negatividade de Carvalho (1987)⁴³³ em torno de movimentações políticas e o esvaziamento de sentido que tal

⁴³² Analisando a República brasileira e os efeitos da ordem e do progresso sintetizados no “objetivo precípua de realizar a civilização europeia nos trópicos” (2001, p. 251), Sidney Chalhoub, no contexto carioca de reformas urbanas, higienismo, eugenismo, autoritarismos e violências de classe, desvelou que “o trágico, contudo, é que o processo de aburguesamento da sociedade carioca estava muito além de uma simples comédia de erros. Tratava-se, na verdade, de um projeto político de reforma social veiculado de forma consciente e agressiva por uma classe dominante diretamente comprometida com a penetração de capital e bens industrializados provenientes das metrópoles capitalistas avançadas. Tratava-se, portanto, de um projeto social ‘totalizante’ – no sentido de que visava impor não só mudanças materiais, mas todo um modo de vida – e profundamente autoritário – pois pretendia realizar essas mudanças à força e sem nenhuma consideração maior para com os setores sociais que sofreriam as consequências diretas de tais transformações” (p. 252).

⁴³³ Carvalho afirma que no “Brasil não havia povo político, não havia cidadãos, nem mesmo na capital do país. A política era, na melhor das hipóteses, assunto dos estados-maiores das classes dominantes. Na pior, produto das rivalidades de chefes militares, entrando o povo apenas fortuitamente como massa de manobra”. (1987, p.

compreensão executiva, impede que vejamos as mulheres como potenciais formuladoras, por exemplo, de uma cultura feminina e política, como a que se realizou em Goiás ao longo de 1907 e 1932.

Considerar o *bilontra* – alheio à política – de José Murilo de Carvalho, anula o fato de o Brasil, depois do advento da República, ter se transformado em um ferredouro de manifestações insurgentes. É quase que ignorar o grande impacto dos movimentos ditos messiânicos (Juazeiro, Canudos, Contestado e a movimentação em torno de Santa Dica na distante Goiás, em 1924), do cangaço, dos conflitos oriundos da disseminação de novos credos religiosos, a exemplo do espiritismo e do protestantismo. É ignorar e apagar as ações de mulheres que naquela época já se organizavam em fábricas, escolas, em partidos políticos ou que escreviam sobre amor, casamento e desilusões por achar que isso era libertador.

Os conselhos de mulheres referentes ao casamento e ao amor, expressos nos livros de Consuelo Caiado, principalmente aqueles presentes em *A Goyaninha* (1917), *Um verão na serra* (1919) e *Uma página da vida de...?* (1925-1935), as recomendações de uma mãe à sua filha, publicadas no *Bem-Te-Vi*, em que destacou ser preciso “que todas nós nos habituemos a encarar os homens como eles são e não como nós desejamos que eles fossem”⁴³⁴ e a defesa da premissa de que “o homem é um animal essencialmente infiel”⁴³⁵, expressam que, por trás da dominação masculina, as mulheres operam jogos e táticas, e que estes recursos vão até onde as mulheres querem ou conseguem ir.

De um modo ou de outro os conselhos e recomendações lhes garantem compensações que vazam a ordem da passividade e da recepção, acreditada e referendada pela sociedade e por suas instituições de poder. As recomendações, os longos diálogos sobre o casamento e os conselhos para relações posteriores ao enlace, deixam ver que as mulheres, também, constituíram culturas próprias. Elas produziram lugares em que maneжaram suas influências, “poderes, delegados ou não, de que tiram partido, notadamente na esfera doméstica, onde enraízam sua influência, ao ponto de provar desprazer ou desconfiança com a intrusão dos homens” (Michelle PERROT, *et. all.* 1986, p. 284) em suas vidas, ou com as traições e inconstâncias de seus parceiros no interior da relação a dois. Em função dessas relações de

68). Tudo bem problematizar os limites da cidadania brasileira e elencar os problemas de uma República branca, abastada e masculina, porém ignorar a capacidade de resistência da população pobre, que já começava a ser expulsa dos cortiços em função do bota abaixo de Pereira Passos no Rio de Janeiro e tantos outros lugares do Brasil, é negligenciar o manejo da esperteza e do tribofe como tática de resistência e que poderia, dependendo de composições de poder imprevisíveis e improváveis, garantir algum ganho ao “povo brasileiro” excluído das grandes decisões políticas de então.

⁴³⁴ *Bem-Te-Vi*, anno II, n.º 02, s/d, p. 01. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos, Goiás, Goiás.

⁴³⁵ *Bem-Te-Vi*, anno II, n.º 02, s/d, p. 02. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos, Goiás, Goiás.

gênero e que envolviam sentimentos que as mulheres do *Bem-Te-Vi* insistiram em diálogos que tematizaram a traição marital:

O seu respeito por ti mantem-se inalterável. Não é, portanto, a tua dignidade de esposa que sofre; é quando muito, o teu orgulho de mulher; ou menos ainda do que isso; - a tua vaidade de amante. Parece-te frio, distraído, desinteressado; o teu instinto diz-te que ele te foge, que é já menos teu, a tua sensibilidade presente que a sombra de outra mulher passa na tua vida. Estas a caminho de o perder? Pois bem. O teu dever Mary – é reconquistal-o. Como? Com o teu melhor sorriso, com a tua melhor graça, com os teus melhores encantos⁴³⁶.

Em diálogo sobre a iminência de perder o esposo para outra, duas mulheres trocam conselhos e constroem uma imagem bastante representativa do culto do amor romântico e dos jogos articulados por mulheres na defesa de seus relacionamentos na Goiás de início do século XX. Ao intuir aproximar-se a sombra de outra mulher – uma rival – a esposa deveria manejar algum tipo de contra-poder.

E qual seria este contra-poder? Como manteria o esposo? Conforme conselho oferecido, a esposa traída deveria reconquistar seu homem e para tanto precisaria manejar toda sua graça e os seus encantos. Ela teria que jogar com seu gênero de modo que isto lhe permitisse manter seu casamento, ainda que para tal acabasse submetendo outra mulher.

É por manejar essas evidências de ações femininas em busca de algum poder – ainda que pareçam microscópicas – que não se pode considerar a inexistência de personagens alheias à política no contexto republicano brasileiro ou goiano. Observando o processo de fabricação da República e o caráter processual e de constructo das questões sociais no tempo, cabe perguntar: como cobrar do “povo brasileiro” um alinhamento político aos princípios republicanos se nem mesmo os líderes do movimento desejavam tal fim?

São muitos os estudiosos que afirmam ser desejo tanto de lideranças civis quanto de militares apenas fazer um “cerco ao Quartel General e prender o Ministério Ouro Preto” (Edgard CARONE, 1977, p. 26), mas manter um império constitucionalista. Ocasionalmente, já bastante desgastada por muitas críticas e pelo fim do escravismo, a Família Imperial “caiu de madura”; ela e sua princesa foram esbulhadas do trono.

Ainda sobre tal crítica, José Neto (2017) sugeriu que observássemos os índices demográficos e de infraestrutura do Brasil de entre 1872 e 1920, a fim de ver que no “projeto

⁴³⁶ *Bem-Te-Vi*, anno II, n.º 02, s/d, p. 02. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos, Goiás, Goiás.

das elites, a modernização significou também um reordenamento geral dos espaços da política, e a reorganização dos espaços urbanos e rurais” (p. 227). O que prova não ser a população brasileira tão apática, velhaca ou espertalhona, ao modo como construiu José Murilo de Carvalho em seu *Os bestilizados*.

Nesta época, projetos de base liberal e capitalista, com forte influência estadunidense, se espraiaram para as relações trabalhistas e criaram uma “nova disciplina de trabalho imposta pela implantação do colonato no campo [e correspondendo para] novas disciplinas de trabalho e de sociabilidade instauradas nas fábricas, nas escolas, nos teatros, nas ruas da cidade, na intimidade da casa” (José NETO, 2017, p. 227).

Princípios higiênicos, eugênicos, sexistas e racistas disseminaram um modelo de família e de sociedade que construía uma mulher de elite disposta a defender seu casamento, mesmo que para isso precisasse enfrentar violências simbólicas ou ferir sua personalidade em defesa de um relacionamento que acreditava necessário.

Estes princípios também permitiram às mulheres pobres sair para trabalhar sob o acerto de que voltariam para casa ao fim do expediente. Pacto que não se estendia aos homens. Estes poderiam sair das fábricas, bebericar alguns copos em bares pelo percurso, flertar ou se relacionar com prostitutas e só então retornar para os braços de sua esposa e ao confortável seio familiar (Margareth RAGO, 2014).

Este modelo, muito presente entre as classes trabalhadoras e pobres, foi reapropriada pela burguesia, porém, no interior dessa classe, apareceram combinações que permitiram às mulheres sair, fumar e flertar⁴³⁷. As moças burguesas de fins da década de 1910, por toda a década de 1920 e 1930 passaram a “identificar o cigarro como um componente inseparável da imagem da mulher moderna” (Nicolau SEVCENKO, 1992, p. 84). Claro que era algo espantoso a mulher ousar manusear um cigarro e fumá-lo despreziosamente, a exemplo do que fizera Rachel de Queiroz em 1939. Aqui pesava a instrução e conhecimentos que lhe permitiu escapar de certas convenções de gênero cultuadas por segmentos populares e abastados da dita sociedade brasileira. Diferentemente de muitas outras mulheres, ainda apegadas ao tradicionalismo das relações de gênero e ao comportamento comezinho e grave, característico de avós e mães, Rachel de Queiroz tinha consciência do poder de sua caneta.

⁴³⁷ Sobre o cigarro, Nicolau Sevcenko contou que nesse “início de século, o cigarro tinha portanto ainda uma conotação europeizada. Afinal ele havia sido celebrizado, justamente com o café, pela juventude revolucionária nas agitações que assinalaram a passagem do século XVIII para o XIX, sendo ambos disseminados pelos exércitos de Napoleão, depois consagrados pela boêmia intelectual e artística da Paris do Segundo Império. Somente após a Primeira Guerra, sobretudo pela vida do cinema, eles se tornariam os símbolos clássicos do modo de vida americano” (1998, p. 529-530).

Esta escritora e jornalista incorporava e representava o arquétipo da mulher moderna. Dificilmente se coraria ao figurar sozinha entre outros intelectuais exibindo seu cigarro, *pari passu* à pose para fotógrafos que a acompanhavam nas muitas reuniões literárias da Livraria José Olympio, após mudar-se para o Rio de Janeiro⁴³⁸.

Se havia aborrecimentos, esses eram expressos por homens e por algumas mulheres que incorporaram a dominação masculina. É sabido que tanto homens quanto mulheres contribuíram para a manutenção de certas convenções em torno da defesa da honra feminina, do recato e de comportamentos adequados às mulheres – fossem elas pobres ou burguesas – porém nesta fase os comportamentos tradicionais começavam a se chocar com as “modernices” e o cotidiano do amor romântico, fortemente cultuado a partir dos anos 1920 e 1930. Daí haver grande incomodo e a necessidade de moralização “entre aqueles que se consideravam mais responsáveis, [aspecto que] reflete o desespero diante de uma situação alarmante fora do controle” (Nicolau SEVCENKO, 1992, p. 84).

É por esta inicial liberalização das mulheres e os muitos conflitos resultantes da ininterrupta modernização de hábitos, ou mesmo por não considerar como legítimas a forma de família higienizada, que as mulheres descritas por Rachel Soihet (1989), Martha Abreu (1989) e Sidney Chalhoub (2001) colocaram em xeque os dispositivos de controle manuseados pelo estado e por suas instituições disciplinadoras. Elas não entendiam estes agrupamentos familiares e modelos higiênicos e burgueses de relacionamentos como legítimos e, conseqüentemente, não os respeitavam.

Também havia aquelas que, oriundas de segmentos abastados, não aceitavam ceder diante de suas rivais. Ainda em 1915, o *Bem-Te-Vi* trouxe passagem em que a escritora afirmava odiar suas rivais e que se pudesse “punha-as todas, dentro de um poço e cobri-as de pedras”⁴³⁹ No interior das relações entre as jovens burguesas de Goiás deveria haver conflitos resultantes do ciúme ou do medo de perder o prometido e amado mancebo para uma rival. Consuelo Caiado expressou este medo na relação pouco amigável entre Alice e Luiza. Esta segunda disputava com Alice o amor de Mario, tanto que forçou sua presença de modo que isto impedisse um estreitamento das relações entre os dois primos. Em noite de espetáculo no Teatro São Joaquim, Consuelo Caiado narrou que:

⁴³⁸ Por que fumam as mulheres, Rachel de Queiroz, a grande escriptora cearense, responde a “enquete” de “A Cigarra-Magazine”, por M. Lucia. *A Cigarra Magazine*, Rio – S. Paulo, anno XVIII, n.º 67, out. 1939, p. 111-112. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁴³⁹ Trepações. *Bem-Te-Vi*, anno I, n.º 01, Goyaz, 28 de novembro de 1915, p. 03. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos, Goiás, Goiás.

La estava Luiza em companhia de outras amiguinhas.

A moça mal os cumprimentou e voltando-se para as companheiras disse em tom bastante alto para ser ouvido ao redor:

- Não parece se em vez de um, dois noivados?

Mario sentiu ligeiramente estremecer o braço de Alice colocado sobre o seu, ansioso procurando-lhe o olhar e, como um pequeno collegial apanhado em flagrante delicto, correram até as raízes dos cabellos (Consuelo Ramos CAIADO, 1917, p. 144-145).

Nesta noite o ambiente do espetáculo parecia montado não no cenário, mas na plateia, e que maculada pelo sopro do ciúme, poderia explodir em um grande conflito a qualquer instante. De um lado, havia Luiza atirando indiretas a Alice e Mario e, do outro, havia Ruy, um pretendente de Alice e que quase saiu aos tapas com Mario por conta da situação que presenciara na entrada do Teatro. Felizmente o rebu ficou a encargo de alguns bêbados e que, por conta dos ânimos exaltados e excesso de álcool, dispararam tiros de revolver dentro do teatro.

A cena de ciúmes narrada por Consuelo Caiado é bastante parecida às muitas narrativas do gênero ironizadas pelas redatoras do *Bem-Te-Vi*. Este jornal, fazendo chacota das crises de ciúmes aconselhara às “rivaes” fugir “às léguas, quando [vissem] a inimiga passar, principalmente ao lado.”⁴⁴⁰ Ainda sobre isto é importante pontuar ter razão Martha Abreu (1989) quando lembrou que “mesmo correndo alguns riscos [não tinha] dúvida de levar em conta que as moças da elite também comentiam ‘deslizes’”. (p. 146).

As moças da elite poderiam respeitar as fazes de um relacionamento afetivo até para “não serem consideradas ‘namoradeiras’” (p. 145) e evitar um possível “falatório” sobre sua honra, como bem lembrara o *Bem-Te-Vi* em várias de suas publicações, mas também não deixavam passar em branco a oportunidade de desnudar conflitos amorosos. As crises de ciúmes demonstram gradações entre diferentes costumes e práticas no interior das variadas classes sociais e, por esta razão, se defendia a manutenção de leis que protegessem a honra feminina nos diferentes segmentos sociais.

“Na segunda década do século XX, a elite governante brasileira demonstrava preocupação crescente com os protestos dos pobres” (June HAHNER, 2005, p. 242), com o corpo, o sexo e a honra feminina. Muitas convulsões resultantes das agitações urbanas e das

⁴⁴⁰ Trepações. *Bem-Te-Vi*, anno I, n.º 01, Goyaz, 28 de novembro de 1915, p. 03. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos, Goiás, Goiás.

mudanças trazidas pelo fim da Primeira Guerra Mundial exigiram do estado a criação de formas de repressão mais elaboradas e efetivas. June Hahner apontou que o governo brasileiro “empregou meios mais sutis de controle, dando alguns passos iniciais na direção das políticas paternalistas e protecionistas implantadas depois de 1930” (2005, p. 242). E era claramente uma estratégia que visava sanear hábitos e defender a honra da mulher, mantendo *pari passu*, intactas a honra da família, do homem e do estado.

As novas disciplinas de trabalho e de socialidade justificada pela racionalidade técnica e higiênica, tornou a fábrica e variados ambientes sociais um “dispositivo de fabricação dos ‘corpos dóceis’” (Margareth RAGO, 2014, p. 35). Claro que os dispositivos de controle presentes no patrão, na fábrica e nas instituições de poder (Estado, Igreja, Família, Escolas) agiam de modo insidioso e sutil tomando como objetivo “fazer com que o trabalhador [interiorizasse] a vigilância do ‘olho do poder’, muito mais do que [fosse] realmente vigiado, à medida que a lógica da disciplina fabril se [sofisticava] com a mecanização” (p. 43).

Embora na Goiás de meados do século XX não houvessem fábricas e sua economia girasse em torno da produção agropecuária executada por meeiros ou empregados paternalmente controlados pela figura do coronel, os exemplos oferecidos por Margareth Rago, em torno das relações de trabalho e de gênero, combinados ao combate à ideologia anarquista na São Paulo do entresséculos, oferecem algumas compreensões para se observar as múltiplas redes de resistência, negociação e consenso entre as classes que compunham a sociedade goiana e que naquela época passava por mudanças importantes, a exemplo da substituição de antigas oligarquias por novas.

Durante o governo de Afonso Pena, a “Revolução Branca” (1909) em Goiás, contribuiu para a eliminação de toda a representatividade acumulada por José Xavier de Almeida em seus quase seis anos de governo e controle sobre a política estadual. A união de forças entre os Bulhões, os Fleury, os Caiado e o fortalecimento do Partido Democrata, ofereceu condições para que os Bulhões se intermediassem no poder até que a família Caiado preparasse um novo golpe objetivando ocupar o poder político em Goiás.

Com a morte de Afonso Pena (14 de junho de 1909) e a nomeação de Nilo Peçanha, “de quem os Bulhões eram amigos, os democratas permaneceram no poder. Urbano de Gouvea foi reconhecido presidente do Estado, Leopoldo de Bulhões foi para o Senado e Antônio Ramos Caiado e Marcelo Francisco da Silva, para a Câmara Federal” (Ana Lúcia da SILVA, 2005, p. 73). Todavia uma “série de desentendimentos com o poder central

marcou, no entanto, a administração de Urbano Gouvea, pois Hermes da Fonseca, inimigo dos Bulhões queria quebrar a hegemonia destes em Goiás” (p. 73).

Hermes da Fonseca manejava uma política de intervenções nos vários estados brasileiros, estratégia chamada por Edgard Carone (1977) de “Salvações”, com isto ele contribuiu para que a família Caiado assumisse o controle local afastando de vez a anterior oligarquia Bulhões, que quase desapareceu do cenário político goiano.

Depois de substituídas as lideranças políticas de Goiás, a cidade tornou-se o centro do controle político de Antônio Ramos Caiado. Este entre viagens para o Rio de Janeiro e sua fazenda, nas Tesouras, manteve ferrenho domínio sobre a política local. Em meias palavras, Antônio Caiado efetivava métodos de controle muito parecidos aos dos Bulhões. Segundo Maria Augusta de Sant’Anna Moraes (1972), ele aprendeu com esta família a fazer uso da força para adquirir os efeitos e resultados desejados.

Muito provavelmente influenciado pelos debates em torno da honra, do higienismo e da industrialização, temas em amplo debate no Rio de Janeiro, Antônio Ramos Caiado e lideranças locais reproduziram, em Goiás, os preceitos de saneamento urbano e social em voga nos centros metropolitanos do Brasil.

Em Goiás essas políticas de saneamento evidenciaram-se na constante reclamação das condições higiênicas da cidade em jornais, na expulsão do meretrício para regiões periféricas da cidade, no registro dos lupanares, na prisão de mulheres que se prostituíam fora das zonas, no impedimento às “moças de família” de perambular pelos “becos mal afamados”, ou mesmo na restrição dos passeios; aqueles feitos por Alice, personagem de Consuelo Caiado, na companhia de Luiza, Carlos, Leonor, Euphrosina, Mario, Ruy e Emilia, pelas ruas e outeiros da cidade de Goiás. Sobre tal proibição uma das redatoras de o *Bem-Te-Vi* trouxe, em 28 de novembro de 1915, o seguinte pedido:

A pedidos

Eu sendo conhecedora dos maos efeitos que produzem estes falados passeios de campo, previno aos caros paes de famílias que não desejando moléstias em casa, não consinta que as suas gentis filhas as façam devido as grandes descrenças que occasionão aos espíritos frágeis e amantes de vossas filhas⁴⁴¹.

⁴⁴¹ A pedidos. *Bem-Te-Vi*, anno I, n.º 01, Goyaz, 28 de novembro de 1915, p. 05. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos, Goiás, Goiás.

Tal pedido, além de denunciar mecanismos de proteção da honra feminina em Goiás semelhante ao que se fazia nos grandes centros metropolitanos, também explorava a aura da fofoca; aquela de que falou Consuelo Caiado em *A Goyaninha* (1917).

Consuelo Caiado parecia irritadiça com as velhas que se acotovelavam nas janelas ou se postavam à rotula, no tarde da noite, para fiscalizar a vida alheia. Embora tenha narrado os passeios de jovens por vários lugares de Goiás, ela sempre tomava o cuidado para que tais passeios não provocassem as diagnosticadas “descrenças” que aflingiam “aos espíritos frágeis e amantes” das “filhas de família” de Goiás. A impressão, em sua literatura, é a de que ela desejava experimentar o amor e as modernices cultuadas por mulheres de grandes centros metropolitanos, todavia temia ter sua honra comprometida pela fofoca, costume muito característico das gerações anteriores, conforme, também narrou Cora Coralina no momento em que se reportou a Dona Minguta, seu eventual encontro com a procissão das almas⁴⁴² e os lugares frequentados pela “gentinha”, por prostitutas e pela população pobre, negra e humilde de Goiás⁴⁴³.

Neste contexto, Goiás ainda não contava com o acesso da linha ferroviária, esta só alcançava o Roncador e suas obras pareciam ter sido novamente paralisadas. A capital não chegaria a contar com este benefício infraestrutural, até porque com a crise política de 1930, a região perderia o status de sede do governo estadual. Como qualquer capital do Brasil, Goiás também sofria com as questões de saneamento, todavia não contava com o “bota abaixo” de Pereira Passos no Rio de Janeiro, e isso era alvo de críticas em muitos jornais que circulavam semanalmente na cidade. O higienismo e o asseio da cidade pareceram ser pontos de denúncia do *Nova Era*. Este jornal literário e noticioso, dirigido por Joaquim Bonifácio de Siqueira, Gercino Monteiro e Leo Lynce, fazia algumas críticas aos governos

⁴⁴² CORALINA, Cora. *Estórias da casa velha da ponte*. São Paulo: Global, 2006, p. 21. Neste conto, Cora narrou o costume de ficar à rotula para observar o movimento externo à casa: “Pela tabuleta riçada e graduada, a pessoa, sem se mostrar, via a rua, os passantes, as casas fronteiriças e, dentro de um certo ângulo, observava os acontecimentos, as passadas de uns tantos vizinhos e, sobretudo, fiscalizava a vida alheia, que sempre nos pareceu mais interessante do que nossa própria vida. [...] Dona Minguta era certa na tabuleta da noite, e o dia era para as conclusões maledicentes do que anotara em horas mortas” (p. 22 e 24).

⁴⁴³ Sobre estes e estas personagens a poesia de Cora está repleta de exemplos. Além de registrar as permanências afro-brasileiras, Cora Coralina pontuou a dura condição impressa no cotidiano de lavadeiras, carregadeiras de água, quitandeiras e domésticas que acabavam convertendo-se em vítimas da violência de gênero e resvalavam “para o beco onde abriam porta” (2006, p. 49) para a prostituição. Caso emblemático é “Miquita”, narrada por Cora ou “Aniceta” poetizada por Regina Lacerda em seu *Pitanga* (1954). Estas personagens acabavam indo parar nos becos “suspeitos... mal afamados onde família de conceito não passava. ‘Lugar de gentinha’ – diziam, virando a cara. De gente do pote d’água. De gente de pé no chão. Becos de mulher perdida. Becos de mulheres da vida. Renegadas, confinadas na sombra triste do beco. Quarto de porta e janela. Prostituta anemiada, solitária, hética, engalicada. Tossindo, escarrando sangue na umidade suja do beco” (Cora CORALINA, 1985, p. 104-106).

do período e trazia, vez ou outra, matérias elencando a necessidade de sanear os espaços de Goiás.

Segundo matéria do dia 01 de novembro de 1914, a situação higiênica da cidade precisaria ser rapidamente resolvida, do contrário se tornaria difícil viver na região:

...é uma cidade a que faltam as mais elementares condições de hygiene e conforto. Não temos agua, não temos luz, não temos esgotos, não temos arborisação, nem jardins públicos, não temos nada.

- É verdade, concordará algum velho goyano, ao ler estas linhas: mas...ha cincoenta annos que ouço dizer-se isto, e estamos na mesma, ou mais atrasados ainda...

Porque? Pergunto. De quem é a culpa. Dos nossos governos?

Sim a culpa é deles, era parte; mas a causa principal do retardamento em que vai a nossa capital a caminho do progresso, é a falta de iniciativa do goyano, que não quer e não sabe agir⁴⁴⁴.

Pela denúncia percebe-se que as coisas por aquelas bandas pareciam ser muito mais lentas e morosas do que no Rio de Janeiro ou outra capital brasileira. O “goyano” fora descrito bem no ritmo das construções de Arnold Landor (1913); aquelas de que os homens de Goiás “eram subdesenvolvidos, exaustos, devorados pela mais terrível denúncia do sangue” (p. 128).

Esta imagem racista e estereotipada se confronta com os exemplos de intelectualidade e respeito manifestos nas figuras de Félix de Bulhões, Leopoldo de Bulhões, Luis do Couto, Erico Curado, Higyno Rodrigues e tantos outros políticos e escritores influentes do estado. Tanto a crítica publicada em *Nova Era* quanto a produzida por Landor precisam ser relativizadas. Se haviam homens “que não mereciam a devoção” (Arnold LANDOR, 1913, p. 128) das mulheres, provavelmente havia aqueles que eram considerados e respeitados. Estas generalizações, muito provavelmente, se devem ao contexto de crítica na qual se inseria o hebdomadário e ao posicionamento eurocêntrico do viajante.

Tais generalizações desvaneciam-se diante dos comentários de Augusto Rios sobre o sucesso das letras em Goiás. Atribuindo grande destaque a Rodolpho Marques, Joaquim de Sant’Anna, Doidinha, Leo Lynce, Luiz Gaudie e Manuel Francisco de Faria, o jurista e poeta destacou ser *Nova Era* uma “pagina de assumpto público, lindas poesias e pagina lyrica em que devaneiam as imanações ardentes dos moços de mais talento da Capital de nossa

⁴⁴⁴ A nossa capital, João da Serra. *Nova Era*, anno I, num. 11, Goyaz, 01 de novembro, 1914, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

terra”⁴⁴⁵. Para o poeta de *Trisagios*, havia uma “plêiade mimosa de noveis litteratos [perfumando] as paginas vigorosas do [sympathico]”⁴⁴⁶ jornal. Claro que ele ignorava por completo as publicações de Suzana, Doidinha não passara de mera referência e os empreendimentos anteriores, como *A Rosa*, não mereciam ser lembrados, pelo menos não por ele. É em *Palavras ligeiras*, de 31 de agosto de 1916, que Suzana elencou a importância do grupo de mulheres que fundaram o hebdomadário feminino⁴⁴⁷.

As impressões de Augusto Rios se contrastam com as críticas acerca da pouca oferta de instrução ou das condições higiênicas da cidade denunciadas por Landor e por vários jornais da capital. A concepção que se tira das informações confrontantes é a de que pujança e miséria, ignorância e erudição, limpeza e sujeira coexistiam em diferentes espaços da cidade. Realmente havia em Goiás péssimos hábitos de higiene e que contribuíam para a sujeira de algumas localidades, mas, na contramão, existia uma parcela da sociedade muito instruída e refinada que prezava pela higiene.

Cora Coralina narrou a situação de alguns becos de Goiás e que pareciam depósitos de “velhos monturos, coletivos, consolidados, onde [cresciam] boninas perfumadas” (1985, p. 107). Além do lixo, eram nesses becos em que oferendas aos orixás seguiam depositadas, desta maneira sempre havia “uma galinha morta, de verdade. Escandalosa, malcheirosa. Às vezes, subsidiariamente, também [havia] um gato morto” (p. 107). Octo Marques (1977) contou do costume de deixar soltas as reses pelas ruas da cidade e Regina Lacerda (1977) lembrou da importância das carregadeiras de água para o fornecimento de água num contexto em que não havia serviço de abastecimento: “Em outros tempos, era muito grande o número de mulheres que ganhavam o sustento da casa com o pote na cabeça, transportando água (potável) o dia todo” (p. 54).

Salvo poucas obras envolvendo o calçamento de vias públicas e a construção de chafarizes, a cidade realmente permanecia, no início do século XX, sem iluminação elétrica. O fornecimento de água encanada nem mesmo passava pela cabeça do goiano e um dos costumes mais comuns era permitir que as vacas se espojassem “por todos os cantos,

⁴⁴⁵ Letras em Goyaz, Augusto Rios. *Nova Era*, anno II, n.º 85, Goyaz, 15 de junho de 1916, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁴⁴⁶ *Idem*.

⁴⁴⁷ Palavras ligeiras, Suzana. *Nova Era*, anno III, n.º 96, Goyaz, 31 de agosto de 1916, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

urinando fétido, formando, com isso, um lamaçal dos diabos, extenso e nauseabundo, e que a todos importunava e lhes impedia o trânsito” (Octo MARQUES, 1977, p. 19)⁴⁴⁸ por Goiás.

Claro que o péssimo hábito permanecia conservado por personalidades influentes e que se utilizavam do título de “coroneis” para ignorar “as rígidas e quanto teóricas posturas municipais, ou ainda com os tabus severos da moralização local” (p. 20). “O coronel, como tal, nunca teve legalmente atribuições de natureza civil, militar ou judicial. De fato, porém, dispunha de todas elas e ninguém ousaria contestá-lo” (Lena Castello Branco F. COSTA, 1978, p. 121-122).

Quem ousasse contestar personalidade de má fama, “sujeito rixento, desabusado, perseguidor e sanguinário” (Octo MARQUES, 1977, p. 20) provavelmente contaria com a omissão da justiça local e ainda se arriscava “perder o empreguinho diário, na certa, tomar uma surra de pau ou mofar uns tempinhos na cadeia” (p. 20). Mediante tal contexto, a solução era não contrariar tal personagem, “pois se a sua autoridade, de direito, era nenhuma – na realidade, porém, ela era incontestável, reforçada pelas distâncias intermunicipais e pelas dificuldades de comunicação” (Lena Castello Branco F. COSTA, 1978, p. 122)⁴⁴⁹.

A comunicação com outras cidades persistia realizada por intermédio das estradas de chão. Estas serpenteavam pelo território sertanejo, mas pareciam desaparecer nos períodos de chuva, cobertas pela lama ou pela vegetação cerratense. Ainda em 1933, Marie Joseph relatou em seu livro *Sertão e Cidade* a dificuldade que era atravessar de automóvel os caminhos de Goiás cavados pelas rodas cantantes dos carros de bois:

A tarde escurecia, quando os viajantes avistaram, afinal, as Areias; mas, antes de allí chegar, o automóvel deixou a estrada real para embicar á direita, caminho da “Concha”, distante ainda légua e meia.

Os carros de bois haviam cavado na terra sulcos profundos, exigindo do chauffeur toda atenção, toda sua pericia de equilíbrio no guiar a machina que, aos saltos e baques, zigzagueando, trepidante sob os

⁴⁴⁸ MARQUES, Octo. *Casos e lendas de Vila Boa*. Goiânia: Of. Graf. O Popular, 1977, p. 19. Ver o conto: *As vacas do coronel*, nele Octo Marques explorou a figura do pobre Rogério e do coronel Saturnino que abusava de seu poder e distinção social deixando com que suas reses ocupassem toda a região da Rua da Cambaúba, em frente à casa de Rogério, impedindo o trânsito naquele lugar.

⁴⁴⁹ Diante do cenário de injustiças coube a Rogério Pépetuo da Santa Bárbara, personagem de Octo Marques, bolar tática própria para se livrar das vacas do poderoso coronel Saturnino de Menezes Cachapuz e Chaves. O morador dos arrabaldes de Goiás (imediações da ponte da Cambaúba, no caminho da Fonte da Carioca) perpetrou enxarcas as paredes da casa do coronel com água salgada. Numa madrugada “andando descalço e nas pontas dos pés, zigzagueando por entre as rezes” (Octo MARQUES, 1977, p. 21) e despistando do Corta Guela, cachorro do coronel, ele umedeceu “a parede do começo ao fim” (p. 21) com salmora, retornou para casa e adormeceu. Na manhã seguinte as vacas haviam destruído o frontispício do casarão, o que forçou ao coronel tange-las para longe daquela região.

movimentos bruscos, gemia e rangia, como si protestasse contra a violência que se lhe infligia (Marie JOSEPH, 1933, p. 09).

Pelas descrições de Marie Joseph, comparando o contexto goiano ao carioca, percebe-se que Goiás, nas primeiras décadas do século XX, era uma capital do interior do Brasil com ares de grande núcleo rural. A iluminação pública era realizada, até 1919, por intermédio de postes com fogo à base de sebo; nas noites de lua cheia o lusco fusco ficava à encargo da luz da lua. Suas ruas eram em chão batido e a população, fortemente caracterizada pela mistura entre brancos, índios e negros, dividia-se em fronteiras urbanas muito tênues e que se separavam, fosse pelo Rio Vermelho ou pelos muitos becos e pinguelas.

Para tematizar a divisão social e territorial goiana, Cora Coralina produziu uma poética dos becos. A escritora contou um pouco sobre o cotidiano duro de sua “gentinha” e tratou dos códigos de comportamento dispensados, principalmente, às mulheres pobres e burguesas. Tais códigos operavam de modo a impedir que as “filhas de famílias” caíssem na “boca do povo”, ou que ficassem faladas no interior daquela pequena capital do sertão. Por isso, as jovens goianinhas burguesas estavam proibidas de perambular pelos becos. Regra que logicamente não era respeitada, do contrário como explicar os registros de Cora Coralina ou Consuelo Caiado? Elas desobedeceram às regras e ousaram ver/escrever os becos de Goiás e suas personagens.

A cidade, o cotidiano de lutas e o gênero

A Goiás dos anos 1910 e 1920 era uma cidade que acumulava diferentes manifestações religiosas e conflitos de cunho político e religioso. Por “suas ruas estreitas, típicas dos antigos arraiais de mineração, ocorriam os entrudos, Zé pereiras, bandos, desfiles de sociedades carnavalescas, procissões e folias” (Carlos MAIA, 2009, p. 183), e isso dava à organização social e cultural um diferencial, pois era na igreja, nas festas ou na liderança da casa que as mulheres adquiriam condições para se libertar, ainda que circulasse a esta época mecanismos de disciplinamento dos corpos e de moralização de suas personalidades, desejos e experiências⁴⁵⁰. Por conta do movimento romanizador da Igreja Católica as

⁴⁵⁰ Vale enfatizar novamente a importante contribuição do trabalho de Maria José Goulart Bittar (2002) no instante em que estudou diferentes identidades femininas para Goiás e que demonstravam certa predisposição feminina à frente da família goiana em razão da ausência de figuras masculinas. Segundo esta estudiosa a saída

lideranças políticas locais, “não raro embatiam-se contra [tal ideário] trazido pelos bispos reformadores, o que desembocava em conflitos entre *católicos goyanos* x *católicos romanos* sobre as maneiras de se festejar” (p. 183) e cultuar os santos devocionais.

Em um dos vários desses conflitos, resultantes da romanização, Dom Eduardo Duarte e Silva acabou transferindo a Diocese de Goiás para Uberaba, em fins do século XIX⁴⁵¹, as festas de Barro Preto (Trindade) ao longo do século XX, sofreram graves interferências do estado e da igreja. Estas festas quase transformaram-se em caso de polícia e foram tema da autobiografia de Dom Eduardo Duarte e Silva.

A professora e feminista Leolinda Daltro e o reverendo protestante William Azel Cook foram atacados, apedrejados, pilhados e perseguidos pela população leiga de Goiás a mando de Monsenhor Confúcio⁴⁵². Os ritos quaresmais, mesmo comentados por Cora Coralina como reduzidos em seus sentimentos de sacrífico e contrição, persistiram fortes, tanto que foram tomados por Arnold Henry Savage Landor como “uma mistura divertida de simplicidade e superstição” (1913, p. 127).

Goiás era uma cidade em que a população e suas manifestações culturais amalgamavam um misto de temporalidades e multiplicidade cultural. No início do século XX, seu espaço aglutinava tradição e modernidade, aspectos muito lembrados pelos jornais, pela literatura de Consuelo Caiado e por seus guardados.

Nesse começo de século XX, mesmo que Goiás fosse uma cidade cheia de problemas infraestruturais, de composição social desigual e violenta, parcela de sua população gozava de certa oferta de instrução⁴⁵³. Um segmento abastado da sociedade goiana tinha acesso aos

dos homens para trabalhar em regiões distantes e seu não regresso – fosse em função de morte ou outra razão – exigia da goiana tornar-se chefe de família e isso parece ter contribuído para a constituição de uma cultura feminina muito forte na cidade.

⁴⁵¹ PRADO, Paulo Brito do. As muitas faces do Espírito Santo: gênero, devoção e silêncio na cidade de Goiás (Séculos XIX e XX). In: BRITTO, Clóvis Carvalho, PRADO, Paulo Brito do et. All. *Os sentidos da devoção: o império do Divino na cidade de Goiás (Séculos XIX e XX)*. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2015, p. 87-116.

⁴⁵² Roubo de livros protestantes. *Goyaz*, anno XVI, n.º 650, sabbado, 26 de julho de 1900, p. 03. Ver também: D. Leolinda Daltro, a catechese dos índios-proesas dos frades. *Goyaz*, anno XVI, n.º 662, sabbado, 10 de novembro de 1900, p. 02-03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁴⁵³ Claro que a instrução em Goiás tinha forte marcação classista vez que os colégios atendiam a parcela abastada da capital e do estado. Mesmo que houvesse muitas escolas pela cidade a que se notar serem eram frequentadas por filhos de famílias que detinham alguma condição financeira. Talvez tenha sido por esta razão que Landor criticou a situação da instrução em Goiás. Ainda em 1915 *Sartorius* apareceu lembrando a necessidade de que os professores do Grupo escolar procurassem aprender novos métodos de ensino em São Paulo e que, segundo ele, é “onde a instrução se acha mais adiantada, onde o gosto pelas primeiras letras se nos affigura mais apurado, onde a organização do ensino se apresenta mais consentânea com os princípios pedagógicos hodiernos”. Grupo escolar, Sartorius. *Nova Era*, anno II, n.º 61, Goyaz, 09 de dezembro de 1915,

magazines e realizava as leituras feitas por pessoas que viviam nos mais desenvolvidos núcleos urbanos do país e do mundo. A assinatura do *Jornal das Moças* por Consuelo Caiado⁴⁵⁴ corrobora o acesso das mulheres burguesas de Goiás aos magazines de maior circulação entre as mulheres do Rio de Janeiro. Havia também, no Gabinete Literario Goyano, a disponibilidade da *Revista Ilustrada*, de *O Tico Tico* e muitos livros para seus sócios e sócias.

Com a excessão da “reconhecidamente defeituosa” (Arnold LANDOR, 1913, p. 114) instrução pública, apontada, preconceituosamente, por Arnold Landor, depois de decorridos “quatorze dias longos e tediosos” (p. 127) na capital, em 1913, já havia por esta região, pelo menos em Goiás e cidades maiores do estado, algumas escolas que cuidavam da instrução de parcela da população goiana⁴⁵⁵.

A capital nesta época contava com a Escola Normal, a Academia de Direito, o Lyceu, o Colégio Sant’ Anna, a Biblioteca Pública (Gabinete Litterario) e várias escolas particulares, a exemplo das de Silvina Ermelinda, Mestra Nholá e Ana Tocantins. A esta época o Gabinete Litterario já havia sido transferido para a Rua Nova do Presidente e ocupava a construção em forma de um *Chalet Suisso*⁴⁵⁶.

Haviam também muitos hebdomadários literários e noticiosos que circulavam desde 1907. Um dos mais importantes e que ditou, provavelmente, o ritmo da participação feminina no cenário público e intelectual de Goiás foi *A Rosa* (1907). O surgimento deste jornal, impresso em papel cor de rosa, foi “acontecimento de realce, pondo em evidência vários nomes femininos” (Nelly Alves de ALMEIDA, 1988, p. 36) em Goiás.

Para além de *A Rosa* circularam o *Thuribulo*, *A Semana*, *Nova Era*, *O Lyceu*, *Momo* e *O Lar*. Paralelo a estes periódicos também havia o *Bem-Te-Vi*, jornal manuscrito e redigido por Aurora Tocantins, filha de Ana Tocantins. Este jornal animava o cotidiano das

p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁴⁵⁴ *Jornal das Moças*, anno IV, n.º 95, 1916. Biblioteca de Consuelo Ramos Caiado. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁴⁵⁵ É preciso se contrapor à impressão de Arnold Landor sobre a Goyaz de meados do século XX, pois embora ele traga dados importantes sobre o contingente populacional do estado e capital, que a esta época contavam, respectivamente, com “uma população estimada em cerca de 280.000 almas” (p. 105) e de “cerca de 13.475 pessoas”, seu olhar é fortemente marcado por preconceitos característicos dos centros “civilizados” europeus. Em momento algum ele descreveu aspectos culturais, comportamentais e sociais de Goyaz sem deixar de exteriorizar juízos de valor. Caracterizou a população local sob a luz de graves preconceitos de classe e de raça e ignora os efeitos da instrução ali existente à época de sua passagem. As nomeações de professores para várias escolas do estado e que foram publicadas no *Goyaz* entre 1902 e 1910 refutam a irrisória preocupação com a instrução goiana elencada por Arnold Landor.

⁴⁵⁶ Gabinete Litterario. *A Imprensa*, anno IV, n.º 160, Goyaz, 31 de julho de 1907, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

moradoras de Goiás, pelo menos aquelas do Largo do Rosário, onde funcionava sua redação. O deboche em torno das relações matrimoniais, os conselhos amorosos e a ilustração do cotidiano de relacionamentos afetivos eram seus temas de maior ênfase.

Dando amostras de sua erudição e denunciando alguns comportamentos das mulheres de elite goianas, várias articulistas citavam fragmentos de poesias em francês e inspiravam-se em Victor Hugo para falar de amor. Este sentimento era para uma dessas articulistas “a flor da alma, o bafejo de Deus no coração dos humanos, o laço que une os homens, a escada que nos leva a um throno de adoração, o signal patente da existência de um espírito”⁴⁵⁷. Curiosamente o amor para esta articulista era algo natural e diretamente relacionado à mulher. Se o amor era “a fonte da bondade [e o] protector da caridade”⁴⁵⁸, consequentemente caberia à mulher ser sua representante. Isto parecia ser uma máxima defendida por várias articulistas e pelo próprio jornal.

À mulher caberia ser o “recipiente” de amor no interior da família. Ela deveria ser a figura angelical e sensível, pronta para amar, mesmo nas piores situações. Tal crença ficava ainda mais evidente quando alguns artigos sugeriam ser preciso que a mulher se resignasse, fazendo-se feliz ainda que estivesse inserida em um contexto de tristezas⁴⁵⁹. Este princípio se alicerçava na máxima de que ademais de ser a mulher um ser “fisicamente fraco”, persistia como “a coluna de ferro sobre a qual se apoia a felicidade do homem”⁴⁶⁰, da família e do estado. À mulher cabia a vocação de ser a “rainha do lar”.

Como não foram preparadas para ocupar funções públicas, sair, ler, estudar e criticar o modelo de feminilidade que reverberaram – salvo alguns rompantes, críticas, piadas e tribofes de algumas mulheres mais propensas à ruptura com aquela ordem tradicional de gênero – era aquele resultante de representações deterministas, machistas, sexistas e subalternas. Norma Telles (2012) apontou que “para a mulher, trabalho significava trabalhar para os outros, autossacrificar-se e passar despercebida” (p. 270) e que isso resvalava no prazer intelectual em função de ser “algo que estava muito distante de seus horizontes e que entrava em conflito com a subordinação e repressão inerentes ao que considerava ser feminino, ao ideal do anjo” (p. 271).

⁴⁵⁷ E o amor. *Bem-Te-Vi*, anno I, n.º 06, Goyaz, 21 de maio de 1919, p. 01. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos.

⁴⁵⁸ *Idem*.

⁴⁵⁹ Resignação – Á Zefinha, Elia. *Bem-Te-Vi*, anno I, n.º 07, Goyaz, 24 de junho de 1916. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos.

⁴⁶⁰ A mulher. *Bem-Te-Vi*, anno I, n.º 03, Goyaz, 01 de janeiro de 1916, p. 08. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos.

Pensando nas questões apontadas por José Murilo de Carvalho em torno da “República-mulher” verifica-se, nos artigos do *Bem-Te-Vi*, a permanência de princípios positivistas, basilares da República brasileira. Estes estavam presentes na forma como as próprias mulheres concebiam sua identidade de gênero.

O jornal, mesmo que permitisse artigos mais apimentados, fomentavam a representação de relações de gênero tradicionais. Alguns artigos contribuíam na renovação de lugares específicos para as mulheres: o interior do lar, o cuidado com os filhos e o amor incondicional para com seu esposo e rebentos. Claro que o jornal não reprisava, simplesmente, antigas representações de gênero, ele trazia possibilidades inscritas no hábito da escrita feminina. Era, em um contexto de mudanças e permanências, um halo de resistência.

Como escrever implica “uma disciplina de interiorização, de estar centrado em si, de isolamento e sossego” não assusta que conflitos em torno de identidades aparecessem e tornassem confusa a situação das mulheres no contexto social. E isso se evidencia no risco de uma mãe, por exemplo, parecer egoísta uma vez que, no cultivo de sua intelectualidade, poderia negligenciar atividades naturalmente impostas a ela pelo casamento, pela família ou pelo estado. O que gerou conflitos e “talvez estes conflitos tenham se prolongado até nossos dias” (p. 271), conforme apontou Norma Telles.

De uma forma geral, o *Bem-Te-Vi* era jornal feminino que aglutinava em si vários aspectos, costumes e crenças das mulheres goianas daquele contexto. Ainda que reforçasse princípios românticos compulsoriamente atribuídos às mulheres não deixou de ser lugar importante de expressão, de produção de tradição e de cultura para as mulheres.

O *Bem-Te-Vi* fomentou uma cultura feminina, como já haviam feito *O Coração*, *O Baumam*, *O Fígado*, *Nava* e *Última Página*. Todos estes jornais, com exceção de *O Bauman* e *O Fígado*, aparecem em artigos do *Bem-Te-Vi*. Em várias edições se tem referências à morte de *O Coração* e o desaparecimento de *Nava* e *Última Página*. Jornais estes que embora pertencessem a grupos femininos distintos mantinham amplo diálogo e pareciam construir uma rede de conversações entre as goianas de diferentes bairros e ruas de Goiás. Eles eram lugar de importante expressão feminina, evidências da cultura feminina e do gênero entre 1915 e 1918.

Em meio a tantos jornais, impressos e manuscritos, havia injunções e restrições ao gênero feminino. Nos jornais de mulheres se percebe o poder operando de modo a produzir corpos dóceis, num contexto de reformulação das relações de gênero. Tantos jornais

aglutinavam em sua composição editorial relações de gênero tradicionais impactadas por transições, mudanças de costume e modernizações, e vez ou outra gerava conflitos, silenciamentos de redatoras ou a morte do jornal.

Grace Machado é um exemplo de censura feita dentro do quadro de redatoras de *O Lar*. Persistindo na publicação de crônicas propagandeando o feminismo com certo fervor, ela acabou suprimida, tanto em *O Lar*, como no *Itaberahy*. Participante desses jornais desde 1926, Grace Machado foi removida da rede de redatoras e contribuintes após defender um feminismo que não se equiparava àquele “feminismo humanitário” e católico defendida por mulheres e homens que participavam dos referidos periódicos.

Os outros jornais, aqueles anteriores ao *O Lar* e que até aquele momento permaneciam desconhecidos da rede de fontes para a escrita da história de Goiás, traziam injunções e clivagens de gênero que explicam, em parte, a presença de imagens estereotipadas da identidade feminina em o *Bem-Te-Vi*. Os jornais *A Semana* e *O Lyceu* não contavam com a participação de mulheres. Para além de publicar contos e crônicas de Hugo de Carvalho Ramos, o jornal *A Semana* noticiava “alguns tópicos do relatório do snr. dr. F. B. Mandacaru sobre a sua expedição na Ilha do Bananal” (a catechese)⁴⁶¹, trazia rápidos apanhados sobre as vantagens do divórcio discutido na França⁴⁶² e ilustrava o cotidiano comercial de revistas e jornais vendidos pela *Casa Pery* e lidos pelos goianos e pelas goianas cotidianamente.

Em 05 de fevereiro de 1912, o jornal trouxe um anúncio desta loja em que avisava receber semanalmente, quinzenalmente e mensalmente para a venda avulsa e/ou assinatura as seguintes apreciadas revistas: *Fon-Fon*, *Careta*, *Malho*, *Revista da Semana*, *Gato*, *Tico-Tico*, *Ilustração Brasileira*, *Leitura para todos*, *Paiz*, *A Imprensa*, *Diario de Noticias*, *A Tribuna*, *O Economista Brasileiro*, *O Reformador*, *Correio Paulistano*, *Chacaras e Quintaes*, *Lavoura e Commercio*, *Planalto*, *Goyaz* e *A Semana*⁴⁶³. Estas revistas e jornais vinham do Rio de Janeiro, São Paulo, Uberaba, Santa Luzia (Goiás) e do estado de Goiás, a exemplo do *Goyaz* e da própria *A Semana*.

A livraria, typographia e papelaria, *Casa Pery*, proprietária do periódico, também comercializava novidades musicais. Nesta casa eram vendidas notações musicais, escalas

⁴⁶¹ Catechese. *A Semana*, anno II, n.º 65, Goyaz, 12 de maio de 1912, p. 02-03. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁴⁶² Apanhados. Vantagens do divorcio. *A Semana*, anno II, n.º 59, Goyaz, 31 de março de 1912, p. 02. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁴⁶³ A Casa Pery. *A Semana*, anno II, n.º 52, Goyaz, 05 de fevereiro de 1912, p. 03. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

para flauta e rabeca, ou métodos práticos para tocar violão. Muito provavelmente as músicas reveladas por esta loja seriam apreciadas nas retretas de finais de semana, quando a banda militar animava os ânimos da estudantina e juventude católica, tocando *Amor dansante* e *Uma sera d'amore*⁴⁶⁴ no pequeno Coreto localizado no Largo em frente ao Palácio Conde dos Arcos. Estas mesmas músicas eram aquelas cantadas nas serenatas de que falou Cora Coralina em *Lirio envenenado*⁴⁶⁵ ou se misturavam às composições, modinhas e serenatas de Goiás em que, segundo Suzana, “as frivolidades mundanas não puderam supplantar as nossas canções evocativas [e os] enternecimentos que nos fazem-a nós, mulheres de corações sensíveis vagar pelos domínios da Tristeza e das Eras Saudosas”⁴⁶⁶.

O Lyceu, jornal, também literário e noticioso, dirigido por Manoel Loyola e Sylvio Berquó, aglutinava os interesses dos jovens estudantes do Lyceu de Goyaz. Neste jornal vez ou outra apareciam publicações em torno de viagens realizadas aos lugares mais recôndidos do sertão goiano onde, nas imediações de Goiás, seus visitantes sentiam-se, ao mesmo tempo, acariciados e cansados pela paisagem de bosques e campinas “só deleitantes quando passeamos por ellas uma hora somente; de viagem tudo nos enfada”⁴⁶⁷.

A densidade da vegetação também impressionava pois de “tão longe que a vista alcança as cumieiras das arvores parecem esfumaradas e confundem-se com o horizonte. Quadro bello é esse! ...”⁴⁶⁸. A descrição idílica da vegetação cerratense em muito compara-se com aquela imagem produzida por Cora Coralina em *Concepção da Pedra*⁴⁶⁹, porém esta crônica, distribuída em duas edições do *Goyaz*, trazia já alguns dos sentimentos de frustração e ressentimento presentes na exímia escritora, ainda pouco considerada pela classe leitora e intelectual de Goiás ao apresentar seus primeiros escritos em 1907.

Além de percorrer o cotidiano acadêmico de Grêmios estudantis e diversões, a exemplo da apresentação de peças teatrais no “vetusto S. Joaquim, aquelle, venerando,

⁴⁶⁴ Novidades musicais. *A Semana*, anno II, n.º 52, Goyaz, 05 de fevereiro de 1912, p. 02. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁴⁶⁵ Lirio envenenado, Cora Coralina. *Sul de Goiaz*, anno I, n.º 38, Catalão, 05 de abril de 1908, p. 01-02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁴⁶⁶ Entrelinhas, Suzana. *Nova Era*, anno III, n.º 102, Goyaz, 12 de outubro de 1916, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁴⁶⁷ Impressões do sertão (Continuação). *O Lyceu*, anno I, n.º 13, Goyaz, 03 de julho de 1917, p. 02-03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁴⁶⁸ *Idem*.

⁴⁶⁹ *Concepção da Pedra*, Cora Coralina. *Goyaz*, anno XXV, n.º 1098, sabbado, 15 de janeiro de 1910, p. 02. Ver também: *Concepção da Pedra*, Cora Coralina (Conclusão). *Goyaz*, anno XXV, n.º 1101, sabbado, 05 de fevereiro de 1910, p. 02-03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

casarão alli do becco”⁴⁷⁰ onde João Perillo, Peregrino Esselin, Salomão Faria, João da Costa, o estreante Carlos Lins e mille. Zitinha Bentzen representavam *A Vingança* e eram efusivamente aplaudidos pelo público, *O Lyceu* nutria por meio de crônicas, contos e poesias um ambiente de romantismo em que a mulher era descrita sob certa aura angelical e sempre era evocada sob a alcunha de “linda”.

Nas publicações de *O Lyceu* a beleza feminina, cantada por Cora Coralina em conferência realizada na *Soirée Rose* em 10 de setembro de 1908⁴⁷¹, era novamente operada na expectativa de referendar o modelo de mulher desejado pelos homens daquele contexto. A mulher descrita em *Idyllio* por Ivo de Lys era de uma beleza oriental das sultanas: formas “pagãmente sedutoras no ondular das linhas; cabellos longos e soltos, dum preto luzidio, lubrico, donde, emergindo, um rosto alborescente e formoso, em que num contraste súbito, forte, brutal brilhavam, fulgiam, amavam dous olhos humidamente negros, fataes”⁴⁷²

A mulher aparecia no interior das relações de gênero como um ser sacralizado, era a “figura da mulher onipresente” (José Murilo de CARVALHO, 1990, p. 84), bem ao modo da “república-mulher” de José Murilo de Carvalho (1990). Pelo seu rosto, através do “quase cor de rosa dos lábios, viam-se os dentinhos, demonstrando um riso e carícia, um riso de pejo em que se condemnava sem ter culpa um riso quase anjelico; um amor quase infantil”⁴⁷³; aquele sorriso que poderia desvairar com a vida de qualquer homem. A mulher tematizada nos poemas *Sonhos*⁴⁷⁴, *Musa Alegre*⁴⁷⁵ ou *É Ella*⁴⁷⁶, publicadas por este jornal, variavam da angelical amada à enlouquecedora mulher fatal, e que só por isso merecia transformar-se em alvo de humorismos sarcásticos; talvez em uma tentativa de ser combatida ou de funcionar como método pedagógico de “como não ser” mulher. Manejadas nestas

⁴⁷⁰ Pelo Theatro. *O Lyceu*, anno I, n.º 16, Goyaz, 25 de agosto de 1917, p. 01. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁴⁷¹ A Beleza Feminina, Cora Coralina. *A Rosa*, anno II, n.º 35, Goyaz, 15 de outubro de 1908, p. 01-02-03. A Beleza Feminina, Cora Coralina. *A Rosa*, anno II, n.º 36, Goyaz, 22 de outubro de 1908, p. 01-02-03. A Beleza Feminina, Cora Coralina, *A Rosa*, anno II, n.º 37, Goyaz, 29 de outubro de 1908, p. 01-02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁴⁷² *Idyllio*, Ivo de Lys. *O Lyceu*, anno I, n.º 13, Goyaz, 03 de julho de 1917, p. 01. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁴⁷³ A desconfiança ou a agonia de uma flor, Crase. *O Lyceu*, anno I, n.º 13, Goyaz, 03 de julho de 1917, p. 01-02. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁴⁷⁴ *Sonhos*, Alarico Bastos. *O Lyceu*, anno I, n.º 13, Goyaz, 03 de julho de 1917, p. 02. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁴⁷⁵ *Musa Alegre*, Doro Teu. *O Lyceu*, anno I, n.º 13, Goyaz, 03 de julho de 1917, p. 04. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁴⁷⁶ *É Ella*, Crase. *O Lyceu*, anno II, n.º 21, Goyaz, 07 de fevereiro de 1918, p. 02. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

construções, as mulheres, em muitas vezes, se reduziam às sombras ou reflexos no espelho daqueles que nessas crônicas, contos e poemas as representavam.

Norma Telles (2012) lembrou que mesmo tais representações conferindo às mulheres vantagens simbólicas em razão de evidenciá-las, nota-se que foram muitas as que pagaram um alto preço por esses benefícios representacionais e que lhes conferiam, nada mais que, a capacidade de existir. As representações contribuíram para a fabricação de imagens deturpadas e identidades femininas rígidas e que se confrontavam quando aproximadas da constelação de muitas identidades femininas. As mulheres foram tomadas pela “lei como ‘menores’ necessitando de cuidados paternalistas, por exemplo” (Norma TELLES, 2012, p. 54) e isto as forçou, mais adiante, a retomar antigas lutas e desconstruir muitas imagens; imagens essas que só foram aceitas no passado, em razão de terem sido taticamente manejadas na finalidade de conquistar algum espaço e mover as fronteiras do gênero. Como em um interminável balé, as mulheres, de futuros outros, manejaram táticas semelhantes àquelas de Joan Scott (2008) no instante em que criticou a representação da mulher na formação da classe operária inglesa em E. P. Thompson.

Representadas, mas representadas sob uma ótica masculina que as amalgamava em modelos neutros e universais, as mulheres agora queriam ter reconhecidas suas diferenças, daí ser muito atraente a crítica de Scott ao lembrar do rechaço de Thompson ao funcionalismo; manejo que negou qualquer operação significativa da diferença. Scott apontou que isso lhe permitiu “reconhecer que os processos sociais envolvem a construção de sujeitos de gênero sem, portanto, acreditar que as categorias eram naturais e que os significados atribuídos a eles eram fixos e inevitáveis” (p. 103).

Ao produzir análises que separavam as mulheres operárias dos demais operários Thompson “descartou o fato de prestar atenção especial à diferença sexual como tema de discussão” (Joan SCOTT, 2008, p. 104). Ele rechaçou “a demanda das mulheres de uma total igualdade humana com os homens” (p. 103). Com o avançar dos anos e o aparecimento de novas identidades femininas, estas questões, em torno de identidades fixas de mulheres, começaram a ser desconstruídas ou tornaram-se alvo de crítica das autoridades civis.

Entre 1920 e 1930 a multiplicidade identitária já começava a evidenciar-se o que se deu graças ao culto do corpo e ao cultivo da beleza corporal iniciada em São Paulo, Rio de Janeiro e, posteriormente, se espraiando para pequenos núcleos urbanos, como no caso de Goiás. Ali tal fenômeno evidenciou-se em concursos de beleza, na defesa de uma educação sexual e na realização da educação física, estendida para as mulheres.

As mudanças percebidas ao longo dessas primeiras décadas do século XX forçaram a aparecer nos jornais impressos, vez ou outra, um espaço para que mulheres participassem e publicassem seus textos. Em o *Thuribulo*, Lyzia Sansia e Emy de Almeida falavam de feminismo e dos blocos de carnaval. *Nova Era* contava com espaço garantido às espetadas de Doidinha e de Suzana. E em o *Momo*, Amaryllis destilava duras críticas contra o aristocratismo goiano e o anonimato manejado por “pessoas tão vis, tão desgraçadamente perversas, que [lançavam] mão dos anonymos para entrigar, para implantar no seio de uma família revestida de honestidade a discórdia”⁴⁷⁷.

Amaryllis criticou o ambiente da fofoca e de conflitos entre lideranças políticas, rebus muito comuns na Goiás republicana, conforme já apontado por Zoroastro Artiaga (1959), pelas recomendações das redatoras do *Bem-Te-Vi* (1915-1918) e por Consuelo Caiado no instante em que escreveu seu soneto, bastante humorado e crítico, denominado *King-Kong*:

Feroz, cruel, terrível, monstruoso,
De grande força e porte agigantado,
O sertão de Goyaz, misterioso,
Habita o King Kong tão falado.

História ou lenda, o fato é curioso,
O que parece muito exagerado:
É que vagueia a procurar o gado
Arrancando-lhe a língua, furioso.

E assim, por toda parte onde ele passe,
Assola o gado pela pastaria
Pelo prazer de línguas arrancar.

Ah, se tal monstro por aqui passasse!
Quantas línguas compridas tiraria,
E quanta gente sem poder falar! ...⁴⁷⁸

O soneto de Consuelo Caiado vai bem na linha de seus comentários acerca do excessivo cuidado dos vizinhos para com a vida alheia, aspecto que lembrou quando narrou o cotidiano da família de Alice em *A Goyaninha* (1917) e as peraltices de Lulu em *Um verão na serra* (1919). Este soneto também informa, em parte, a não publicação de seus

⁴⁷⁷ Anonymato, Amaryllis. *Momo*, anno I, n.º 03, Goyaz, 01 de junho de 1919, p. 03. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁴⁷⁸ King-Kong, Consuelo Ramos Caiado, s/d. Soneto encontrado entre as muitas anotações de Consuelo Caiado. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

manuscritos. Consuelo Caiado parecia temer os comentários resultantes de sua audaciosa visibilidade como escritora numa cidade marcada por muitos preconceitos de gênero.

No jornal *O Lar* (1926-1932) em sua coluna *Fora do Lar* também é possível ver reclamações em torno da fofoca alimentada pelas “línguas compridas” de Goiás. De certa forma a autorização para que as mulheres participassem desses jornais, mesmo manejando pseudônimos, foi oportunidade ímpar para que registrassem elementos culturais singulares e muitos costumes regionais; aspectos da sociedade goiana que provavelmente teriam sido passados a raso se essas mulheres não tivessem ousado escrever.

A autorização para escrever nos jornais de Goiás confirma, em certa medida, haver na capital uma quantidade considerável de jovens instruídas recém-saídas do Colégio Sant’Anna ou do curso normal no Lyceu de Goyaz e que cultivavam a literatura e a atividade intelectual com grande vigor.

Anos depois de concluir o curso normal no Sant’Anna várias alunas, a exemplo de Nair Cupertino, Hebe Brandão, Altair Camargo e Laila de Amorim, publicaram contos e crônicas no *Goyaz*. Em 24 de agosto de 1918, Altair Camargo publicou seu *As flores*, texto que reverenciava as belezas naturais do cerrado goiano, utilizadas na decoração de festas e *soirées*⁴⁷⁹ da capital. Coincidentemente muitas dessas jovens normalistas e colegas compuseram a redatoria de *O Lar*, em 1926.

Este periódico foi importante disseminador do feminismo em Goiás. Todavia, ele fez reverberar um feminismo fortemente influenciado pelo catolicismo romanizado. Era um feminismo católico, bem ao modo daquele cultuado pelas freiras francesas e por Consuelo Caiado, que inclusive guardou, em seus arquivos, junto do caderno de Novena de Nossa Senhora do Sagrado Coração⁴⁸⁰ e Palhetas de Oiro⁴⁸¹, as Conferências sobre o feminismo do Revmo. P. Fr. Vicente M. Moreira O. P.⁴⁸², essas leituras feministas e católicas eram feitas pelas alunas do Colégio Sant’Anna acompanhadas pelas freiras francesas.

⁴⁷⁹ As Flores, Altair Camargo. *Goyaz*, anno XXXIII, n.º 1546, sabbado, 24 de agosto de 1918, p. 03. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁴⁸⁰ Novena do “lembrai-vos” a Nossa Senhora do Sagrado Coração. Esperança dos desesperados. Tríduo de ações de graças pelos Missionários do S. Coração de Jesus. Campinas, SP, 1940. Arquivo de Consuelo Ramos Caiado. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁴⁸¹ Palhetas de Oiro. Pequenos conselhos para a santificação e a felicidade da vida. Avignon, França: Aubanel Irmãos imprassôres de N.S.P, o Papa, 1913. Arquivo de Consuelo Ramos Caiado. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁴⁸² FERREIRA, M. Fontes. *Conferenciass sobre o feminismo* (simples apanhados). Petropolis, RJ: Typographia das Vozes de Petropolis, 1927. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Tal feminismo parecia fazer uníssono àquele defendido por Jeanne Derooin em 1848. Feminista católica, fortemente influenciada pelo socialismo, baseou suas “reivindicações naquele ser venerado nos ensinamentos da Igreja Católica e deificado nos panegíricos românticos, naquela figura modelar de dedicação e de cumprimento do dever: a mãe” (Joan SCOTT, 2002, p. 125). Para a feminista e, muito provavelmente, para muitas escritoras e leitoras de *O Lar* e *Bem-Te-Vi*, a mãe “era uma figura idealizada, concebida como um indivíduo em plena posse de si e dos filhos que gerou” (p. 125). Essa mulher merecia o direito de votar, mas não poderia abrir mão do papel de mãe. A maternidade, que foi “o traço mais significativo e simbólico da mulher” (p. 126) na era do capital, persistia modelar em meados do século XX.

Para além do feminismo católico, de forte influência francesa, o hebdomadário mantinha as mesmas características dos jornais literários e noticiosos que o antecederam. Ele sempre trazia referências ou apanhados históricos de movimentos literários anteriores. A ousadia das mulheres de *A Rosa* era constantemente lembrada e as mulheres que haviam desbravado o campo literário de tempos outros se juntavam à frente de defesa da atividade intelectual feminina em *O Lar*. Leodegária de Jesus era uma dessas mulheres que persistia, mesmo vivendo em Minas Gerais, a publicar seus poemas no jornal.

Sobre o movimento literário posterior ao governo de José Xavier de Almeida, Gilberto Mendonça Teles (1995) enfatizou que “nesses primeiros anos do século XX havia na cidade de Goiás um ambiente refinado” (p. 51) e que deixou legados, tanto que apareceram muitos jornais, publicações, grêmios e clubes literários ao longo de toda a primeira parte do século XX. Tal impressão também foi destacada por Nelly Almeida (1988) ao comentar haver no jornalismo goiano uma intensa participação feminina expressa nos artigos feministas de Ermelinda Silva Brom e que marcaram época em Goiás.

A sensação que se tem, partindo dos comentários de Gilberto Mendonça Teles e Nelly Almeida, é que tantos movimentos literários, intelectuais, artísticos e políticos conectavam-se através de diferentes mulheres e homens que circulavam entre muitos nichos de Goiás. Não é difícil ver diferentes gerações se encontrando fosse na Academia de Letras de Goyaz, fundada por Euridice Natal, no Gabinete Litterario, no Grêmio Litterario ou nos variados jornais – e alguns deles manuscritos – que circularam pela capital nessas primeiras décadas do século XX. Estes estudos, de certa forma, corroboram as suspeitas de que as mulheres responsáveis por movimentar o cenário cultural goiano deste século traziam de casa o desejo de conquistar a emancipação. Elas provavelmente herdaram o gosto pela leitura

de suas mães e pais. O intelecto, a leitura e a cultura erudita era cultivada no interior da família.

De suas mães que Cora Coralina, Euridice Natal, Leodegária de Jesus, Alice Sant'Anna, Consuelo Caiado, Altair Camargo e tantas outras mulheres herdaram o gosto pela leitura, pela escrita, pela expectativa em publicar seus escritos e pela possibilidade de viver a própria vida independente das convenções sociais cultuadas àquela época. Foram essas mulheres e tantas outras que ditaram o ritmo dos movimentos literários e oportunizaram o aparecimento de publicações femininas defendendo, por exemplo, o feminismo e a emancipação das mulheres.

Em 20 de agosto de 1912, Lysia Sansia – possivelmente um pseudônimo – trouxe em sua *Nota Chic* texto sobre o feminismo e os direitos da mulher. Antecedendo seus agradecimentos aos fundadores e redatores do *Thuribulo*, ela apontou que o estímulo que a levava “a sahir da obscuridade, [tornando-se] um tanto audaciosa, foi o de, unicamente, exprimir”⁴⁸³ seu sentimento em relação ao sexo feminino. E que a ‘maioria’ dos homens, representante de mais da metade do sexo forte, devota como que um menosprezo, deixando-as à margem sobre muitos pontos de vista”⁴⁸⁴.

Após homenagear os editores do jornal, ela concluiu sua nota congratulando suas patricias e apontando o *Thuribulo* como “um valente defensor do feminismo”⁴⁸⁵. Essa publicação e tantas outras confrontam-se aos comentários de Cora Coralina que reclamara em *A Imprensa* da dura condição imposta à produção literária depois de terminado o período de governo de Jose Xavier de Almeida. Talvez Cora Coralina se mostrasse mais sensível ao desinteresse pela literatura em razão de ter saído da opacidade oferecida por pseudônimos, se enveredar por artigos de opinião, crítica literária, ousar falar de temas tabus, a exemplo do namoro, do amor, do casamento arranjado, do sexo e do feminismo, o que a deixou suscetível aos preconceitos de gênero em circulação naquela época.

June Hahner (2003) e Norma Telles (2012) foram enfáticas ao apontar as dificuldades enfrentadas pelas brasileiras para adentrar o campo literário em um contexto de forte controle masculino. Também lembrou Bonnie Smith (2003) que “as mulheres eram [consideradas] a quintessência do amadorismo, [enquanto] os homens, os profissionais apropriados, serviam a fins mais elevados” (p. 25). Todas essas considerações lhes permitiam acessar o campo

⁴⁸³ Nota Chic, Lysia Sansia. *Thuribulo*, anno I, n.º 07, Goyaz, 20 de agosto de 1912, p. 01. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁴⁸⁴ *Idem.*

⁴⁸⁵ *Idem.*

literário com grande facilidade e, uma vez aí inseridos e respeitados, imprimiam sua imagem masculina no campo e preservavam o controle sobre tal ambiente.

As convenções de gênero do campo intelectual, marcado pelo sexismo e pela misoginia, dissimulava, por exemplo, “a autoria conjunta de muitas obras” (p. 185), ou mesmo o esforço intelectual de mulheres, como Cora Coralina, Consuelo Caiado e tantas outras escritoras de Goiás e que vieram publicar obras literárias já no tarde da vida, ou nem mesmo chegaram a publicá-las. Cora publicou livros em seus setenta e seis anos de idade e Consuelo não chegou a editar nenhum de seus manuscritos.

Em suas anotações e manuscritos, Consuelo Caiado também denunciou a misoginia do campo intelectual e científico, isso apareceu no instante em que lembrou não terem as mulheres feito maiores descobertas, “porque de pouco tempo são admithidas na instituição secundaria e superior”⁴⁸⁶. Consuelo tinha consciência da importância de as mulheres acessarem ambientes masculinos e, de pouco a pouco, empurrar as fronteiras do gênero, oportunizando, “em poucos lustros, [falar] de descobertas femininas”⁴⁸⁷

A presença de um otimismo ácido, tanto em Cora quanto em Consuelo, aponta que mesmo tendo alguns “escriptores e poetas tacitamente [quebrado] a penna de ouro”⁴⁸⁸, a esta época persistiam alguns investimentos literários femininos. Mesmo que o contexto lhes apresentasse hostil, as mulheres permaneciam insistindo na atividade intelectual e escriturária.

O cultivo da intelectualidade em Goiás seguia vivo, ainda que comprometido. A própria Cora Coralina enfatizou – contraditoriamente – que enquanto todos os seus colegas “da penna dormem regaladamente no inverno da indiferença, [ela], a cigarra sobrevivente do estio passado, agita as azas incertas, ora aqui; ora acolá, contando sempre a mesma cantiga desafinada e monótona”⁴⁸⁹. Mesmo que reclamasse do contexto pouco amigável à literatura e a literatura feminina, Cora persistia investindo nesta seara.

Talvez a perseverança e reverberação da atividade literária em Goiás não tenha sido testemunhada por Cora Coralina em razão de ter viajado na companhia de Cantídio Bretas para o estado de São Paulo, no ano de 1911⁴⁹⁰. Mesmo que Goiás fosse um meio tão

⁴⁸⁶ Bloco de notas de Consuelo Ramos Caiado, 1931. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁴⁸⁷ *Idem*.

⁴⁸⁸ Chroniqueta, Cora Coralina. *A Imprensa*, anno VI, n.º 266, Goyaz, 22 de agosto de 1910, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁴⁸⁹ Chroniqueta, Cora Coralina. *A Imprensa*, anno VI, n.º 266, Goyaz, 22 de agosto de 1910, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁴⁹⁰ Viagem que se confirmou com a crônica sobre o trabalho de Leolinda Daltro e a visita feita por Cora Coralina à exposição da professora no Rio de Janeiro durante sua passagem com Cantídio por esta cidade, no

“rebarbativo as letras [em] que nenhum estímulo ou incentivo [fosse oferecido] aos platônicos, ideólogos que ainda tentam enristar a lança contra a clássica e reconhecida indiferença doentia dos goyanos”⁴⁹¹ havia alguns personagens que insistiam na produção literária e que conseguiram ser evidenciados pelos holofotes do reconhecimento intelectual.

Entre fins do século XIX e início do XX, depois do advento da República e da aprovação da Constituição de 1891 a construção da autonomia dos estados permitiu com que grupos oligárquicos se organizassem em diferentes estados brasileiros. Em Goiás tal fato não foi diferente. Desde fins do Império até grande parte da primeira República o estado foi governado pela família Bulhões. Seguiu-se a essa oligarquia o grupo liderado por José Xavier de Almeida e que durante sua gestão estimulou a instrução e a infraestrutura para o estado.

Esses investimentos ainda que vistos como pouco importantes por historiadores, a exemplo de Barsanufio Gomides Borges (1990), Ana Lúcia da Silva (2005) e Nasr Fayad Chaul (2010), reverberaram pelos anos que se seguiram à crise das velhas oligarquias, durante o governo de Hermes da Fonseca, e alcançaram os anos 1914 e 1917, caracterizados pela ascensão da família Caiado e de seu jornal *O Democrata*.

Conforme pontuado anteriormente, desde o século XIX havia em Goiás um grupo de homens e mulheres preocupadas com a instrução. Claro que essa preocupação tinha uma marcação de classe e de raça, porém ela existia e pôde ser notada nos registros de leitura do Gabinete Litterario, nas movimentações de mulheres ao longo daquele século e do século XX, nas publicações de livros, a exemplo das edições de *Cantos e Contos* (1894) e *Pampeiros* (1895) de Hygino Rodrigues⁴⁹². Tímidas publicações, mas não menos importantes, e que eram consumidas pelos goianos e pelas goianas desde fins do século XIX. Essas publicações muito provavelmente contribuíram para a criação de expectativas entre seus/suas conterrâneos/as, em ter, também, publicadas suas poesias, contos e crônicas em um futuro não muito distante.

ano de 1911. Cf. CORALINA, Cora. Atravéz dos sertões e na cidade. In: DALTRO, Leolinda. *A cathecheze dos índios no Brasil* (Noticias e documentos para a Historia) 1896-1911. Rio de Janeiro, RJ: Typ. da Escola Orsina da Fonseca, 1920.

⁴⁹¹ Chroniqueta, Cora Coralina. *A Imprensa*, anno VI, n.º 266, Goyaz, 22 de agosto de 1910, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁴⁹² Hygino Rodrigues publicou em fins do século XIX dois livros de poesias e contos, eram eles *Cantos e Contos* (1894) e *Pampeiros* (1895). Estes livros continham poemas e contos que traziam por tema diferentes aspectos sociais e culturais de Goiás. Claro que os poemas ainda respeitavam os princípios da métrica e rima e que só foram quebradas com o advento do modernismo.

Evidências de um burilamento intelectual na primeira metade do século XX em Goiás e prova de que ideias e saberes circulavam pela região podem ser conferidas nas publicações de poemas, contos e crônicas em jornais de Goiás, na edição de *Agapanthos* de Gastão de Deus em 1906, *Corôa de Lyrios* de Leodegária de Jesus em 1906, *Lyrios do Valle* de Arlindo Costa em 1907 e em *Trisagios* de Augusto Rios em 1922. Estas impressões também foram evocadas em artigos publicados e que discutiam o momento literário e intelectual de Goiás.

Havia um cultivo da intelectualidade nestes sertões, tanto que Gilberto Mendonça Teles (1995) apontou ter o movimento republicano apaixonado a juventude goiana e motivado a fundação “de vários clubes políticos e literários, em cujas reuniões festivas, provavelmente com animados bailes, rapazes e moças exibiam seus talentos recitando poemas franceses ou discursando idealisticamente sobre a beleza da República e da Abolição” (1995, p. 47). Este contexto era “ambiente em que já não cabiam mais o antigo regime de clausura e a falta de instrução, principalmente esta que foi comum entre as mulheres brasileiras, mesmo nos últimos anos do Império” (p. 47).

O fim do trabalho servil e o advento da República permitiu ao Brasil reordenar o processo de reforma de hábitos e costumes, inaugurado logo da chegada da Família Real, em 1808. Com a laicização do estado, escolas passaram a aceitar mulheres e o ensino e de certa forma, melhor se equiparou entre os gêneros masculino e feminino. O que foi um fenômeno importante, pois as mulheres puderam acessar mundos outros que lhes haviam sido, até aquele momento, proibidos. Os recôndidos do mundo feminino deixaram de ser tão recôndidos e as mulheres experimentaram o mundo para além da cozinha e de seus quartos.

Assim que se proclamou a República, o registro civil se tornou obrigatório, vários conflitos entre a sociedade civil e a Igreja se intensificaram, novas religiões puderam circular por diferentes regiões do Brasil. Em Goiás, entre as mesas girantes do espiritismo kardecista, cultuado por Jacintha Luiza, e o protestantismo propagado pelo reverendo William Azel Cook, via-se os dias monótonos, silenciosos, entediantes da Quaresma serem substituídos pelas movimentações da modernidade.

“Com a civilização e com o adiantamento, cessaram estas carolices. Hoje a Quaresma é despida de monotonia religiosa, quasi sem jejuns, e sem orações exageradas”⁴⁹³. Cora Coralina falou dessa modernidade goiana com certa alegria, todavia tal rompimento não fora tão profundo, do contrário como explicar a permanência de imagens estereotipadas para as

⁴⁹³ Cronica de Goiaz, Cora Coralina. *Sul de Goiaz*, anno I, n.º 41, Catalão, 16 de abril de 1908, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

mulheres em o *Bem-Te-Vi* ou a surpresa de Arnold Landor (1913) quando avistou, no instante em que caminhava pela cidade, “a figura, em tamanho natural de madeira, de nosso Salvador, que evidentemente havia sido armazenado em um porão úmido, muito mofado e na ocasião estava lá no sol, em preparação para o desempenho da noite” (p. 127, tradução nossa).

É claro que encontrar “a peruca vermelha [do Salvador], feita de cabelo verdadeiro e sua coroa de espinhos, [removida] e a secar em cima de um arbusto vizinho” (p. 127, tradução nossa), para seu uso logo que anoitecesse, em uma “procissão extremamente pitoresca” (126, tradução nossa), impediu ao viajante europeu de ver qualquer traço da cultura local que evidenciasse a modernidade. Pelo contrário, tudo lhe parecia exótico, estranho e primitivo. Não foi à toa que descreveu o Teatro São Joaquim utilizando-se do tribofe e do escárnio em razão de terem tentado imitar os modelos arquitetônicos de regiões frias do norte europeu, Landor achara aquilo um absurdo. Como manter uma construção de “clima semi-ártico [em] um país tropical sufocante” (p. 125, tradução nossa)? Era preciso haver janelas naquele “galpão de nenhuma pretensão artística, [pois] o calor dentro desse prédio era insuportável” (p. 125, tradução nossa).

Embora suas críticas pareçam desenhar Goiás e sua população como atrasada e inusitada, há que se entender a mudança efetivada no teatro, por “um cavalheiro líder de Goyaz, [que teria] viajado uma vez a São Petersburgo na Rússia no inverno, e tendo visto lá um teatro sem janelas” (p. 125, tradução nossa), como uma tentativa dos goianos em equiparar-se ao que entendiam por mais moderno, e os modelos europeus eram exemplos dessa modernidade.

Nicolau Sevcenko (1998) destacou que no Brasil a mimese feita dos hábitos e costumes europeus e norte americanos visava o alcance de uma atualidade vanguardista. Buscava-se um estado de civilização que permitisse ao país ser reconhecido para além de suas fronteiras territoriais e simbólicas. Isto era também uma forma de apagar as marcas da colônia e dos anos de escravidão.

A Goiás de Cora e Consuelo estava em diálogo com as mudanças apontadas por Nicolau Sevcenko no Rio de Janeiro: “mudanças vertiginosas dos cenários e dos comportamentos” (p. 514). Nesse momento assinalou-se “a ampla difusão, os efeitos de mitificação e os modos de celebração entusiasmados [das] mudanças vertiginosas” (p. 524).

Goiás experimentava um movimento maior no fluxo de pessoas que saíam em busca dos centros metropolitanos, fosse para consumir objetos característicos da modernidade,

para trabalhar ou estudar. Havia cinemas e outros entretenimentos que davam maior dinamismo à vida do goiano. Todavia, o cotidiano de cinemas e diversões se misturava ao culto diário do catolicismo romanizado que enchia as ruas da cidade de muitas pessoas “que com suas vestes domingueiras voltavam da Matriz” (Consuelo Ramos CAIADO, 1917, p. 09) depois da missa ou das capelas próximas.

Estas impressões apareceram, a contragosto nos registros de Arnold Landor (1913), que percebeu haver em Goiás mesmo com uma parca literatura, muitos homens que professavam “ideias religiosas e sociais avançadas, a pretexto de construir o ateísmo de uma forma majoritariamente muito aguda. ‘Abaixo com a fé; abaixo com a religião; abaixo com os sacerdotes!’”, eram os seus gritos” (p. 125, tradução nossa).

Demonstra que esses movimentos de resistência e/ou insurgência pipocavam por diferentes regiões independente de se ter ou não um profundo investimento em instrução. Na verdade, a circulação de ideias não poderia ser controlada, e negá-la seria um grave erro. Tanto em Goiás como no Brasil já havia uma classe que começava a reclamar o direito à terra e exigia uma reforma agrária capaz de dividir melhor as propriedades, acabando de vez com os grandes latifúndios. Exemplos disso apareceram em Goiás no movimento de Santa Dica em 1924, no distrito de Lagolândia, município de Pirenópolis.

Nas cidades grandes organizava-se o movimento operário interessado na instrução e na regulamentação do trabalho fabril, claro que a burguesia industrial interferiu e procurou “neutralizar os movimentos políticos dos trabalhadores e relacionar-se com eles de maneira individualizada, ignorando suas entidades de classe tanto quanto possível” (Margareth RAGO, 2014, p. 55). No interior de tantas movimentações se podia presenciar princípios positivistas e qualquer contestação era duramente reprimida em razão de acreditar-se que o próprio bem-estar da “população [deveria] ser tutelado pelas elites e pelo Estado para que se efetivasse dentro da Ordem e do Progresso, num momento em que o agente privilegiado não [era] mais apenas o fazendeiro, mas também o industrial e o banqueiro” (Margarida SOBRAL NETO, 2017, p. 194).

As mulheres já haviam se organizado, a exemplo de Leolinda Daltro que fundou, depois de negado seu direito de votar, o Partido Republicano Feminino. O anarquismo resultante da imigração europeia já se amalgamava aos princípios liberais e criava diferentes fenômenos como o feminismo anarquista e as greves de mulheres ou mesmo o desejo de sair

às ruas e experimentar o amor para além das convenções de recato cultuadas naquele período⁴⁹⁴.

Goiás era uma capital pouco importante no contexto econômico e político do país, não contava com indústrias, não tinha uma classe operária organizada e nem redes ferroviárias em razão destas se concentrarem “na região cafeeira, isto é, Minas Gerais, o vale do Paraíba e São Paulo” (Margarida SOBRAL NETO, 2017, p. 208). Porém, a região chamada por Landor de “coração do Brasil” (p. 105) era a esta época centro de atenção para muitos viajantes, cientistas e curiosos a exemplo dele próprio e que desejava “explorar, mapear regiões desconhecidas, estudar o país e as pessoas, construir estradas, ferrovias e telégrafos” (1913, p. 104); uma espécie de viagem turística, a exemplo daquela realizada por José Casais, diplomata espanhol, que percorreu o território brasileiro e goiano em 1940 produzindo, após retornar para seu país de origem, livro relatando sua viagem turística⁴⁹⁵.

A circulação de estrangeiros pelos sertões goianos era tamanha que inclusive Consuelo Ramos Caiado lembrou em *Garimpendo*, conto que compõe o manuscrito denominado *O Sertanista* (1918-1919), o interesse estrangeiro pelos recursos minerais de Goiás, apontando que:

Dias antes, chegara as suas moradias um sabio estrangeiro acompanhado por dois camaradas. Era um mineralogista que andara a procura de pedras raras e que ali parou para descansar entrando na salinha do rancho onde morava o Sebastião Caminha com seu velho pae, esposa e filhos (p. 21).

Consuelo Caiado, neste texto, ilustrou o desejo e as expectativas de enriquecimento fácil nutrido por aventureiros estrangeiros nos distantes sertões brasileiros. O mineralogista que narrou provavelmente foi inspirado em muitos viajantes que passaram por Goiás entre 1910 e 1930. Landor é um exemplo importante da curiosidade estrangeira pelas riquezas do Brasil Central. Seguiram ele a antropóloga Elizabeth Kilgore Steen (1930), o jornalista britânico Peter Fleming (1932) e o embaixador espanhol José Casais (1940). A intensa circulação de estrangeiros por Goiás estimulou, inclusive, Marie Joseph (1939) a produzir

⁴⁹⁴ Para Rachel Soihet (1989), Martha de Campos Abreu (1989) e Sueann Caulfield (2000) estas mulheres pobres, empregadas domésticas e trabalhadoras liberais tinham outras concepções de família e identidade e que não coadunavam com os princípios burgueses empurrados guela abaixo pelo estado higienizado e racializado.

⁴⁹⁵ CASAIS, José. *Um turista em el Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Franz Timoon, 1940. Ver também seu artigo sobre Goyaz publicado na Revista Geografica Americana: CASAIS, Jose. *Goyaz (Brasil) y su interes turístico*. Buenos Aires: Revista Geográfica Americana, n.º 93, junio de 1941.

narrativa curiosa sobre a tentativa de furto de tesouro escondido na Serra Dourada por dois estrangeiros na década de 1930.

Naquele período além de receber muitos especuladores, curiosos e estrangeiros interessados pelas riquezas não descobertas de Goiás, a exemplo do “sábio estrangeiro” ilustrado por Consuelo Caiado ou do “norte americano, Mr. Walter Jaymes, engenheiro de minas” (p. 11), narrado por Marie Joseph (1939), a capital já contava com redes de entretenimento e havia uma vida urbana caracterizada pelo consumo de diversões muito comuns nos grandes centros metropolitanos.

O *ring*⁴⁹⁶ de patinação instalado por Abel Garcia fazia par aos Cinemas *Luso-Brasileiro* e *Ideal*, ao Teatro São Joaquim e às retretas tocadas no Coreto aos domingos e feriados. As mulheres já saíam despreocupadamente às ruas, fosse para comprar algo no mercado ou para se divertir nos muitos outeiros da cidade e escutar a banda de música que ensaiava *foxtrots* nos fins de domingo. Em *Loucuras*, Doidinha deu notícia dos divertimentos e namoricos articulados no *ring* de patinação. Este, além de ser local de diversão, era ponto de encontro de casais e cenário de namoricos⁴⁹⁷.

Nas procissões católicas havia “jovens, todos trajando um branco imaculado, e com cabelos negros muito bem penteados, ou soltos sobre os ombros. O canto era musical e todo o assunto mais impressionante” (Arnold LANDOR, 1913, p. 126, tradução nossa). E as mulheres eram dignas de respeito quando comparadas à preguiça e presunção dos homens. Landor dizia ter grande respeito e admiração pelas mulheres de Goiás. Elas eram mães e esposas dedicadas, para os homens que não mereciam a sua “devoção, já que quase todos tinham concubinas, gentis, humildes, atenciosas, simples e trabalhadoras, que faziam todo o trabalho em casa. Elas foram um grande contraste com a preguiçosa, presunçosa, vaidosa parcela masculina da população” (p. 127, tradução nossa).

As referências do viajante às mulheres de Goiás reforçam o grande destaque que algumas delas recebeu no interior da sociedade goiana, a exemplo das já mencionadas Jacintha Luiza, Silvina Ermelinda, Virginia Vieira, Angela Bulhões, Iracema Carvalho e suas filhas e alunas Cora Coralina, Euridice Natal, Alice Sant’Anna, Leodegária de Jesus e Consuelo Caiado.

⁴⁹⁶ Ring. *Nova Era*, anno II, n.º 61, Goyaz, 09 de dezembro de 1915, p. 04. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁴⁹⁷ Loucuras, Doidinha. *Nova Era*, anno II, n.º 61, Goyaz, 09 de dezembro de 1915, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

O protagonismo das mulheres em Goiás deve ter facilitado a intensa produção literária e a sua escrita. Registros que nos permitiu ver dentre tantas coisas as sociabilidades constituídas na cidade, fosse viajando para fazendas próximas ou, mesmo, realizando passeios em vários pontos da cidade.

Mulheres escritoras e uma constelação de identidades femininas

Entre os anos de 1914 e 1922, os jornais de Goiás divulgaram os horrores da Grande Guerra e os conflitos internos que assolavam as Américas e a República brasileira. Em *Nova Era*, Doidinha e Suzana mantinham um tom humorado, sarcástico, bricalhão e, às vezes, dependendo do tema abordado nas crônicas, um tanto circunspecto. Ao despedir-se de 1915 e desejar um novo ano cheio de “bondade, de riso, goso, paz, alegria e amores, aos velhos, á rapaziada e á meninada que enflora o bouquet da infância de 1916”⁴⁹⁸, Doidinha deu “gloria a Deus nas alturas” pela oportunidade de recomeço e referiu-se ao ano que terminava como um tempo excomungado e que tinha a satisfação de enterrar, pois tal período de tempo teria sido:

[...] governado pela urucubaca, um anno de secca, de fome, de sangue, de horrores, de falta de dinheiro, um anno inventado pelo capêta e collocado no meio dos outros annos para assignalar as grandes castastrophes, a hecatombe mundial.

A Europa passou-o num fogo vivo e a América atravessou-o suffocada em pranto, enlutada toda.

Eu se pudesse, minha gente, (Isso ninguém eu engano) esquentaria um espeto e o meteria nesse anno.

E.... boas festas, minha gente, muito bons annos, leitores. Curuis! O tempo andou ruim de amar, duro de roer e custoso de lamber. Muita chuva, humildade em tudo e.... dinheiro não há. Leilão em penca, dia santo a valer, Natal, Anno Bom, Reis encostado, cinema a grande, bilhar a chamar com o seu estalar de bolas, ring a nos enguiçar com a sua sala escorregadiça, com uns patins que para fazer a gente um *patinho* são uns verdadeiros Deus que nos acuda⁴⁹⁹.

⁴⁹⁸ Loucuras, Doidinha. *Nova Era*, s/anno, a/n.º, Goyaz, dezembro de 1915, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁴⁹⁹ *Idem*.

Nesta passagem, Doidinha cotejou os impactos ambientais da grande seca de 1915 e que seria narrado por Rachel de Queiroz em seu celebrado *O Quinze* e os efeitos da guerra mundial que iniciara em 1914 e que demonstrava uma mudança comportamental entre diferentes nacionalidades da Europa, até então vista como civilizada⁵⁰⁰, mas que, contraditoriamente, “mesmo por ser civilizada, foi a primeira a oprimir sob seus pés, e depois rasgar, o tratado”⁵⁰¹ ensopando-se “na sangueira dos combatentes entre nações diversas”⁵⁰², conforme assinalou Suzana em matéria publicada no dia 17 de agosto de 1916.

De certa forma as impressões de Suzana, também articulista do *Nova Era*, faziam unísono com as publicações de Doidinha. As duas apontaram elementos caracterizadores do século XX. Doidinha reclamou das violências que assolavam a Europa e Suzana trouxe reflexões em torno do curioso assassinato do governador de Mato Grosso, Antônio Paes de Barros, em 1906, a impactante Revolução Mexicana, o confronto do “México, com o popular [Venustiano Carranza Garza] á frente, se [batendo] encarniçadamente, há pouco, contra os Estados Unidos”⁵⁰³, os “constantes conflitos intestinos, [que privavam] o nosso desenvolvimento, o nosso caminhar em demanda do progresso”⁵⁰⁴ e a morte de Edith Cavell no campo de batalha durante a Grande Guerra.

Todavia, diante de todo esse cenário construído pela articulista, era o assassinato de Edith Louisa Cavell que estimulava a reação de Suzana; por seus escritos percebe-se ser a agressão alemã contra a enfermeira britânica uma ofensiva às mulheres, aspecto que ficou patente na sede de vingança expressa por Suzana: “Como mulher, eu repito, senhor, sou

⁵⁰⁰ Sobre tal mudança de comportamento dos “civilizados europeus”, Eric Hobsbawn (1995) apontou que num mundo repleto de tecnologia revolucionária em constante avanço e “baseada em triunfos da ciência natural previsíveis em 1914, mas que na época mal haviam começado e cuja consequência política mais impressionante talvez” (p. 22) fossem as revoluções nos transportes, nas comunicações e na anulação das distâncias a Europa começara a abandonar os sentidos cultuados ao longo século XIX, aqueles do culto ao intelecto e à moral. Agora, em 1914, o que se via era “uma acentuada regressão dos padrões então tidos como normais nos países desenvolvidos e nos ambientes da classe média e que todos acreditavam piamente estivessem se espalhando para as regiões mais atrasadas e para as camadas menos esclarecidas da população” (p. 22). Tal crença era uma falácia e os horrores de que comentou Doidinha em sua distante Goiás ensinaram como “os seres humanos podem aprender a viver nas condições mais brutalizadas e teoricamente intoleráveis, não é fácil apreender a extensão do regresso, por desgraça cada vez mais rápido, ao que nossos ancestrais do século XIX teriam chamado padrões de barbarismo” (p. 22).

⁵⁰¹ Palavras ligeiras, Suzana. *Nova Era*, anno III, n.º 94, Goyaz, 17 de agosto de 1916, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁵⁰² *Idem.*

⁵⁰³ *Idem.*

⁵⁰⁴ *Idem.*

inteiramente contraria a guerra; mas, como mulher, não devo deixar de pedir justiça pela desafortunada Edith Cavell, a heroína do século”⁵⁰⁵.

Tanto Suzana quanto Doidinha faziam alusão a vários acontecimentos que impactavam o mundo, o Brasil e as Américas naquelas primeiras décadas do século XX. No fragmento transcrito de Doidinha observa-se referências à crise provocada no Brasil pela seca de 1915 e que se tornou tema do livro que aclamou Rachel de Queiroz como a grande escritora do regionalismo brasileiro. Com a publicação de *O Quinze*, Rachel de Queiroz viu seu nome ser projetado e “espalhado por todo o Brasil, analisado e aceito pela crítica mais exigente”⁵⁰⁶. Muito jovem tornou-se celebrada e reconhecida já no contexto de suas primeiras edições entre os anos de 1930 e de 1940⁵⁰⁷.

Pensando pela lógica de Durval Muniz de Albuquerque Junior (2011) acerca da invenção do Nordeste, tanto Doidinha, como Rachel de Queiroz contribuíram para a invenção do discurso da seca que assolara o Brasil e várias regiões do Nordeste no infeliz ano de 1915. As poucas diferenças entre as duas é que Doidinha tratava da seca em Goiás e sua narrativa inventava, junto do discurso da seca e consequentes dificuldades, uma região na qual as mulheres falavam e falavam muito.

A intensa presença de mulheres na imprensa goiana ia na contramão do que se pensava até então acerca do gênero feminino em Goiás. As mulheres de Goiás não eram sombras no silêncio da noite, conforme categorizou preconceituosamente o viajante europeu August Saint-Hilaire no século XIX. Elas eram mulheres fortes, concubinas gentis e trabalhadoras abandonadas por seus homens, eram intelectuais, leitoras e personagens muito influentes no meio político do sertão goiano, a exemplo de Jacintha Luiza do Couto Brandão Peixoto, Ana Xavier de Barros Tocantins e Angela Ludovico, estudadas por Maria José Goulart Bittar (2002) em *As três faces de Eva*.

Contrariando o silêncio em que paira as narrativas da história acerca do temário das mulheres e das relações de gênero, as goianas se aboletaram nos jornais e neles escreveram, inscreveram-se e deixaram indelével marca de seu sexo. Como muito provavelmente sua identidade feminina fora manejada por homens para escrever sobre temas e dizer coisas em

⁵⁰⁵ Palavras ligeiras, Suzana. *Nova Era*, anno III, n.º 94, Goyaz, 17 de agosto de 1916, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁵⁰⁶ Rachel de Queiroz. *Diretrizes*, *Revista Semanal*, Rio de Janeiro, anno IV, n.º 58, 31 jul. 1941, p. 5. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Sugiro ver BRITTO, Clóvis Carvalho; PRADO, Paulo Brito do. *Inversão de papéis: jogos de gênero e imaginação literária em Rachel de Queiroz*. *Alea*. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, v. 20, n.º 03, 2018.

⁵⁰⁷ GUERULLUS, Natália de Santanna. *Rachel de Queiroz: regra e exceção (1910-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, 2011.

um feminino estereotipado, as mulheres ao empreender a arte de escrever e a aventura de contar-se utilizaram-se de nomes masculinos ou serviram-se de pseudônimos [masculinos e femininos].

Esconder-se atrás de personagens fictícias/os lhes permitia falar o que bem lhes apetecessem – aos homens também era uma ferramenta útil, esconder-se atrás de nomes femininos desviaria atenção de diferentes problemas e/ou desconfiças. Elas falavam e escreviam sobre temas diversos e pouco se importavam com o que pensariam a seu respeito. Suas opiniões e convicções figuravam-se como mais importante do que pensaria o variado público leitor goiano⁵⁰⁸.

Doidinha e Suzana são exemplos dessas mulheres que se fizeram presentes no cenário público e literário de Goiás. Ignorar isso impede explicar o uso de uma linguagem rebuscada, irônica e debochada por Doidinha, Suzana e tantas outras mulheres escritoras.

Estas articulistas fizeram uso da narrativa para caracterizar o ano de 1915 em que o “capêta” tostara a todos no espeto da grande seca e dos horrores da grande hecatombe mundial. Tanto ela quanto Suzana não esqueceram sequer o medo que assolara as regiões do Nordeste marcadas pelo desmando de coronéis e posterior terror provocado pelo cangaço. Definitivamente o ano de 1915 merecia, conforme pintado por Doidinha, ser esquentado em espeto e metido 1916 adentro.

O tempo que andava ruim de amar, duro de roer e custoso de lamber precisaria ser salpicado pela chuva e pelas diversões modernas que tanto incomodavam a Suzana⁵⁰⁹. Esta não poupou críticas quando falou do fim das antigas relações intelectuais que cederam lugar à dinâmica dos cinemas ou às patinadas, escorregadelas e namoricos no *ring* de Abel Garcia.

O cotidiano de Goiás em meados do século XX era um misto de práticas tradicionais e as modernidades recém trazidas das grandes metrópoles brasileiras. Na epígrafe, Consuelo

⁵⁰⁸ Embora não seja tema tratado nesta tese a que se registrar haver homens que faziam uso de pseudônimos femininos numa intenção de descredibilizar o “belo sexo” ou de tocar em temas tabus a esta época. Nos jornais manuscritos e em alguns artigos picarescos publicados no *Goyaz*, na *Imprensa*, *Nova Era* e *Voz do Povo* existem alguns textos assinados por nomes femininos, mas de autoria masculina. Esta performatização do gênero na autoria de artigos merecia estudo, porém tal empreendimento se choca com as dificuldades de comprovação. Tal trabalho demandaria tempo e paciência na leitura da grande produção memorialista que hipoteticamente informe os nomes verdadeiros das, e dos articulistas. Em artigo do *Nova Era*, por exemplo, há Bilhete à Suzana, escrito por Gertrudes. Esta era, conforme José Cruciano, ninguém menos que o jornalista Gercino Monteiro. Embora esta informação não tenha grandes comprovações é preciso considerar alguns indícios que justificam o silêncio. Aqui as contribuições de Ginzburg são fundamentais. Em artigo de Augusto Rios foram citados todos os articulistas do *Nova Era*, exceto Suzana. Porque esta omissão? Embora Doidinha figure como nome feminino, suas críticas não foram contraditas ao modo como fizeram com Suzana. Quais as razões desse comportamento, se não o machismo e a misoginia?

⁵⁰⁹ Palavras ligeiras, Suzana. *Nova Era*, anno III, n.º 96, Goyaz, 31 de agosto de 1916, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Caiado destacou o cotidiano de missas e celebrações católicas da Matriz misturadas ao cotidiano das peças teatrais assistidas por Alice, Mário e todos os demais envolvidos na trama de *A Goyaninha* (1917).

A esta época o culto da arte cênica já disputava atenção com os namoricos de fim de tarde em vários outeiros da cidade, o *Ring* de patinação montado por Abel Garcia, os cinemas *Luzo-Brasileiro* e *Ideal*. Aspectos modernizadores que incomodavam Suzana em razão de acreditar estar as antigas redes de sociabilidade se desfazendo em razão do cinema “a nos corromper os costumes”. Para Suzana, as novas formas de entretenimento acabavam com “as reuniões familiares [que] hoje são escassas [e] não [havia mais], como outrora, amizades entre as patricias”⁵¹⁰. Ela parecia temer o fim de espaços em que as mulheres de Goiás pudessem cultivar uma cultura própria. Era seu medo, muito possivelmente, o fim de uma cultura feminina interessada na emancipação feminina e na luta contra a subalterniação feminina nos sertões de Goiás.

Suzana estava se referindo às reuniões literários, *Soirées* e grêmios literários que no passado haviam reunido letrados e letradas goianas para ler, discutir e exercitar a intelectualidade. Estas reuniões que sempre rendiam jornais e clubes, a exemplo de Grêmio Litterario sediado no sobrado de Virginia Vieira e do jovial dr. Benjamin Vieira, seu filho. Era neste espaço em que “muitos moços faziam conferencias literárias, denunciando o seu preparo intelectual”⁵¹¹. Suzana apontou que se lembrara “de que certa vez o dr. Constancio Gomes, [fez] uma preleção, elogiou, exaltou a vaidade nos homens, elle que, ainda hoje, é a encarnação da modéstia!”⁵¹².

Também era em ambientes do gênero em que como demonstração do adiantamento intelectual se criara um jornal literário e que depois de morto “tantas saudades deixou tanto no meu como nos corações de minhas amigas: ‘A Rosa’. E o próprio dr. Brenno Guimarães publicou excelentes sonetos nesse sympathico jornalzinho.”⁵¹³ Para Suzana todos os benefícios desta época, inclusive o Gabinete Litterario, encontravam-se comprometidos pelas “frivolidades amorosas que as telas de cinemas quotidianamente exhibem.”⁵¹⁴ A modernidade e as novidades lhe figuravam como uma grave obstrução ao cotidiano

⁵¹⁰ Palavras ligeiras, Suzana. Nova Era, anno III, n.º 96, Goyaz, 31 de agosto de 1916, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁵¹¹ *Ibidem*, p. 02.

⁵¹² *Idem*.

⁵¹³ *Idem*.

⁵¹⁴ Palavras ligeiras, Suzana. Nova Era, anno II, n.º 90, Goyaz, 20 de julho de 1916, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

intelectual de Goiás. A modernidade deixava tudo mais rápido. As relações sociais, anteriormente cultivadas de forma lenta, tornaram-se efêmeras.

De certa forma as impressões de uma dinâmica temporal mais aligeirada impressa nos artigos de Doidinha e Suzana se corroboram nos registros diários de Anna Joaquina da Silva Marques a partir de 1915. Esta mulher registrava cotidianamente, em seu diário, entre os anos de 1881 e 1930, aquilo que executara ao longo do dia. Para tal, Anna Joaquina usava frases curtas e produzia pequenos apontamentos. Nesses registros era comum aparecer a lavra de um catolicismo cultuado com grande fervor e que se evidenciava nas inúmeras referências ao “beijar Senhor dos Passos”⁵¹⁵, visitar o Rosário⁵¹⁶, ir às procissões durante a Semana Santa ou ensaiar os alunos de Mestra Nhola para o Canto do Perdão.

Com o passar dos anos e a chegada, em Goiás, de novas atrações e diversões, seus registros anteriormente encharcados pela força do catolicismo e por sua intensa presença nas igrejas, principalmente a de São Francisco, onde ficava a imagem de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos – aquela imagem descrita por Landor quando de sua passagem por Goiás em 1913 – cederam lugar ao cotidiano de diversões ritimadas por espetáculos no Teatro São Joaquim, por brigas muito parecidas à narrada por Consuelo Caiado entre “alguns vagabundos que se achavam no galinheiro” (Consuelo Ramos CAIADO, 1917, p. 145) e se amotinaram dentro do teatro, pela moda dos vestidos mais curtos vendidos prontos em lojas na Rua do Comércio, pelos cinemas, pelas contendas entre as cantoras do coral da Catedral e do Rosário e pela música no Coreto, propagandeada semanalmente pela *Nova Era*.

Os apontamentos de Anna Joaquina, feitos em fins do século XIX e início do XX, sob certo cuidado, tornaram-se, após a eventual chegada do cinema, da moda moderna e de outras diversões, em algo repentino e breve. A sensação, lendo seus escritos, é a de que Anna Joaquina já não contava com tempo suficiente para produzir seus relatos cheios de devoção, comedimento e da circunspeção eclesiológica. A lentidão religiosamente compassada em orações aos pés do Senhor dos Passos fora substituída pela aceleração do tempo ritmada no correr das películas cinematográficas transmitidas pelo Teatro São Joaquim e os outros cinemas da cidade. Nos idos de 1915, ela já se deixara contaminar pelas “frivolidades mundanas” que tanto criticou Suzana no instante em que escreveu sobre os danos do cinema

⁵¹⁵ Ana Joaquina da Sila Marques (Memorial de Lembranças), 14 de abril de 1882. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Goiânia, Goiás.

⁵¹⁶ Ana Joaquina da Sila Marques (Memorial de Lembranças), 10 de abril de 1893. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Goiânia, Goiás.

para a intelectualidade goiana⁵¹⁷, quando lembrou do momento literário de Goiás entre 1903 e 1907⁵¹⁸ e no instante em que criticou o livro *Elles e Ellas*, de Júlia Lopes de Almeida⁵¹⁹.

Anna Joaquina a esta altura já se assemelhava às mulheres ilustradas por Consuelo Caiado ou pelas redatoras do *Bem-Te-Vi*; jovens namoradeiras, românticas, cultas, interessadas em casar-se e tornar-se mães e esposas dedicadas. A mudança em seus registros denunciou as transformações na forma como o tempo era sentido nos primeiros anos do século XX pelas mulheres goianas.

Fica patente o impacto da modernização de hábitos e costumes daquela época. No diário de Anna Joaquina se percebeu como Goiás foi sendo contaminada pela cultura contemporânea, aquela das diversões, culto da beleza e do corpo de que falaram Nicolau Sevcenko (1992), Mônica Raisa Schpun (1999) e Denize de Sant'Anna (2014). Em seus registros percebe-se como a forma de encarar o tempo transformou-se ao modo explicado por Reinhart Koselleck (2014) e Rodrigo Turin (2017) quando tematizaram a polifonia do tempo e uma antropologia das experiências contemporâneas com as três dimensões temporais ao passo que as modernidades se espraivam pelo mundo a fora.

Semelhante a São Paulo, ou outra metrópole brasileira, mas em menor escala, Goiás, em fins da década de 1910 e meados de 1920, já aparecia marcada pela introdução de “novas formas de sociabilidade coletiva e novos equipamentos de lazer. Em relação à história da cidade, uma das rupturas mais profundamente sentidas pelas testemunhas da época refere-se à imposição de novos ritmos de vida” (Mônica Raísa SCHPUN, 1999, p. 25) cotidiana.

As mulheres deste contexto, pelo menos as goianas desenhadas por Doidinha, Suzana, Consuelo Caiado, pelas redatoras do *Bem-Te-Vi*, por Amaryllis, Lysia Sanzia e Emy de Almeida, desejavam a emancipação, desejavam direitos, queriam escrever, se expressar, legar suas experiências, registrar seus desejos, romper com regras e normas vigentes, mas também queriam participar de concursos de beleza, flertar, namorar, casar, ser esposas e mães dedicadas. Queriam ser mulheres conforme aquilo que entendiam por “ser mulher” naquele contexto: início do século XX.

⁵¹⁷ Palavras ligeiras, Suzana. *Nova Era*, anno II, n.º 90, Goyaz, 20 de julho de 1916, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁵¹⁸ Entrelinhas – Serenatas, Suzana. *Nova Era*, anno III, n.º 102, Goyaz, 12 de outubro de 1916, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁵¹⁹ Entrelinhas – A margem de um livro, Suzana. *Nova Era*, anno III, n.º 116, Goyaz, 21 de março de 1918, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Elas queriam experimentar o cotidiano de modernidades inaugurado pelo fim da escravidão, continuado pelo correr dos anos e pelo aparecimento de novas tecnologias. As mulheres queriam sair, encurtar os longos vestidos, repicar os cabelos ou cortá-los ao modo *la Garçone*. Elas desejavam embelezar-se, deixar a cútis alvíssima com o pó de arroz, decorá-lo com batons e blushs rosados; costume censurado pelas irmãs do Colégio Sant’Anna, conforme lembrou Nice Daher ao descrever as peraltices e rebeldias das alunas do Sant’Anna no contexto de 1920 e 1930:

De vez em quando, uma peraltagem coletiva: enchemos, certa vez, uma caixa de zumbis e cigarras. Soltamos os bichinhos em classe. A confusão foi tão grande que até Ir. Rosa subiu numa cadeira. Resolvemos, um dia, enfeitar-nos mais para alegrar a aula. Ir. Celéstia, ao entrar em classe, disse, somente, com aquela autoridade que Deus lhe deu: - “As pintadas que se retirem!” Uma a uma as vaidosas foram saindo. Continuei, calmamente, de pé, consciência tranquila, dentro de minha camada de pó de arroz.

Ir. Celéstia bateu a régua, sem levantar os olhos: - “Nice?!”

- “Não estou pintada Ir. Celéstia!”

E ela:

- “Esta só cinzenta de pó de arroz!” (Nice Monteiro DAHER, 1984, p. 115).

O cotidiano das jovens estudantes do Colégio Sant’Anna não se diferenciava daquele presenciado pelo público escolar do Lyceu de Goyaz. Como Octo Outuniro Sales Marques e tantos outros nomes famosos da literatura goiana, repreendidos nos tempos de colegial por desprezar normas e a autoridade professoral⁵²⁰, as meninas do Sant’Anna eram, vez ou outra, acometidas por medidas disciplinares em razão de furtar cachos de uva do parreiral, bolar e executar traquinagens ou por se maquiar num contexto e lugar em que “mesmo sofrendo a emergência de modas favoráveis ao uso da maquiagem, ‘pintar o rosto’ permanecia um gesto duvidoso, sujeito a reprovações” (Denise Bernuzzi SANT’ANNA, 2014, p. 27)⁵²¹.

⁵²⁰ Conforme portaria n.º 79 de 20 de abril de 1934, o Diretor do Liceu de Goiaz usando das atribuições que lhe confere o Regulamento em vigor, resolve repreender severamente os alunos da 2ª série. Evaristo Espirito Santo, Othon Nascimento e Octo Outuniro Sales Marques, tendo em vista uma parte do professor de música, Sr. Germano Roriz e informação do chefe de disciplina. Cumpra-se. Dario Delio Cardoso. Cf. Livro de registro de 1934. Lyceu de Goyaz, Goiás, Goiás.

⁵²¹ Denise Bernuzzi de Sant’Anna (2014) conta que para muitas famílias da época, ela refere-se ao início do século XX, a maquiagem sugeria deboche. Sentimento expresso no posicionamento de Ir. Celéstia para o caso lembrado por Nice Daher. Ao expulsar “as pintadas” da sala, Ir. Celéstia deixava subentendido que “o rosto ‘pintado’ lembrava um reboque destinado a esconder uma falha do caráter ou alguma imperfeição da alma. O espectro da ‘mulher fácil’ permeava as desconfianças masculinas e femininas. Ora, há séculos a higiene tendeu

As mulheres queriam estudar, praticar esportes e escrever, ainda que suas experimentações narrativas e incursões intelectuais gerassem conflitos entre elas próprias. Em alguns de seus artigos, tanto Doidinha quanto Suzana, enfrentaram críticas de suas leitoras. Em algumas edições do *Nova Era*, vez ou outra apareciam cartas dirigidas à Suzana e que cobravam explicações sobre um ou outro artigo que provocara desconforto entre suas leitoras e amigas.

Donas de uma narrativa humorada e fortemente caracterizada pelo tribofe, não era estranho que Suzana e Doidinha irritassem alguns/algumas de seus/suas leitores/leitoras. E estas/estes não lhes poupavam críticas revelando não estar o poder concentrado apenas no Estado e nas mãos dos homens, mas distribuído em muitas engrenagens e repartido (desigualmente) entre sistemas de micropoderes e de relações de revezamento que deixavam ver, por exemplo, o gênero operando relacionamentos entre homens e mulheres ou contribuindo para o cultivo de uma cultura feminina. Claro que tal cultura feminina poderia ser segmentada por classe, raça e só se desenvolveria depois de construídos laços de fraternidade, de solidariedade, interesses em comum e consensos entre as variadas expectativas e diferentes concepções. De um modo geral, elas manejam o discurso de forma a imprimir nos assuntos, os mais graves possíveis, suas impressões, convicções e pontos de vista. De certa maneira, a participação delas nesse jornal assemelhava-se bastante à presença de Amaryllis no *Momo* e de Lysia Sanzia e Emy de Almeida em *Thuribulo*.

Em 15 de junho de 1916, Suzana recebeu crítica de uma leitora identificada por Gertrudes (Gercino Monteiro) e que escreveu bilhete à escritora cutucando-a pela crítica que fizera à obra poética de Leo Lynce (Cyllenêo Marques de Araujo Valle) e em seu conjunto de poemas denominado *Terra Goyana*. Para Gertrudes, que afirmou conhecer de perto Leo Lynce, Suzana fora “injusta na sua censura, embora viesse ella respontada de frases elogiosas, [apressava-se] em dizer-te pela ‘*Nova Era*’ que o aludido não esta enforcado como supõem”⁵²².

Na construção de seu argumento e crítica, Gertrudes recorreu à imagem da mulher que embaralha a mente humana, algo muito parecido ao que fizeram os redatores do *Lyceu* quando se referiram à beleza feminina, aquela que pode ao mesmo tempo ser angelical e demoníaca: “nós as mulheres temos a mania de baralhar os assumptos e de querer dizer tudo

a ser associada à ordem e à necessidade, enquanto a maquiagem foi relacionada ao supérfluo, ao perigoso de desarranjar a obra natural”. (p. 27)

⁵²² Bilhete a Suzana, Gertrudes. *Nova Era*, anno II, n.º 85, Goyaz, 15 de junho de 1916, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

ao mesmo tempo. Já nem sei mais do que vinha tratando...”.⁵²³ Considerando ser Gertrudes na verdade o jornalista Gercino Monteiro, faz-se preciso considerar seu apontamento sobre a identidade feminina um efeito do gênero, uma ação preenchida pelo gênero. Referir-se ao embaralhamento de ideias das mulheres era, na verdade, uma demonstração da misoginia característica entre os homens daquele contexto. Ainda na tessitura de sua crítica, ela/ele reiterou lembrar-se, após o embaralhamento, do que dizia: “que a Terra Goyana ainda não foi sacrificada às duras exigências da vida”. Após trazer reflexão acerca da obra inédita de Leo Lynce e que Suzana teria criticado ela cobrou das mulheres de Goiás o que estavam fazendo “para corresponder ao apelo da Nova Era, em prol da transladação da Cruz do Anhanguera para a nossa capital”.

Segundo Gertrudes seria preciso que todas e todos se juntassem aos esforços “dos intelectuais, que, com o Bonifacio à frente, trabalham nesse sentido” e finalizou seu bilhete pedindo que Suzana, “que és tão expedita, podias te entender com as tuas amigas da Caravana Smart no sentido de se levar à scena um dos seus tão apreciados dramas em benefício da patriótica ideia”. As mulheres aqui não passavam de peças indispensáveis à realização de obras beneméritas. A benemerência deveria ceder lugar à atividade intelectual, afinal de contas era este o papel da mulher de início do século XX.

A Caravana Smart era um grupo de teatro composto por mulheres e homens e que se atomizava entre muitos outros grupos e jornais da capital. Este conjunto era uma espécie de confluência de várias personalidades da cidade e que denunciava haver um diálogo entre os jornais que circulavam por Goiás nessas primeiras décadas do século XX. Diálogo este que ficou evidente entre as redatoras do *Bem-Te-Vi*. Este jornal manuscrito era dirigido por Aurora Tocantins, filha de Ana Xavier de Barros Tocantins e do musicista negro José do Patrocínio Marques Tocantins. Ainda que o *Bem-Te-Vi* não mencione diálogos com as redatoras do *Nova Era*, *Momo*, *Lyceu*, *Thyribulo* ou com Consuelo Caiado, ele também trouxe importantes debates em torno da identidade feminina cultuada em uma época marcada por novos relacionamentos e práticas. É ele outra fonte importante e que guarda em seus textos indícios das identidades femininas em processo de construção e desconstrução na Goiás dos anos 1915 e 1919.

O *Bem-Te-Vi* faz unísono ao leque de fontes aqui operadas na expectativa de construir uma imagem das mulheres burguesas da Goiás no início do século XX. Em seus

⁵²³ *Idem.*

textos estão impressas algumas representações das identidades femininas cultuadas entre jovens mulheres de segmentos abastados, os princípios de honra, o cotidiano literário dessas jovens, o culto do amor romântico, o desejo de casamento, as dores resultantes do amor, a fofoca, o escárnio em torno dos ciúmes, os conselhos para manter o casamento e algumas referências à condição dessas mulheres no interior de relações matrimoniais; relações essas que pareciam não ser muito felizes. Aparecem em seus artigos a falta de um sentimento de solidariedade para com as mulheres pobres e de tantos outros segmentos sociais e de classe da cidade de Goiás.

De um modo geral, o jornal manuscrito, muito parecido ao *O Colibri* de Prisciliana Duarte de Almeida, trouxe várias referências literárias apresentando o nível intelectual de suas escritoras e leitoras e já denunciando a marca de classe daquelas que nele escreviam, desenhavam e/ou liam. Era um jornal de posicionamento sarcástico e mantinha um discurso humorado em torno das relações de gênero. Algumas de suas articulistas faziam troça de muitos elementos cotidianos de Goiás, das mulheres e das relações de gênero. Era um jornal literário e um espaço importante para as mulheres demonstrarem todo seu romantismo, a vingança diante de traições, o desprezo, as frustrações e sua intelectualidade. Claro que não assinavam seus artigos e quando o faziam apenas colocavam suas iniciais. Exemplo disso é o poema publicado em 01 de janeiro de 1916:

A alguém

Rogo silencio! Meu coração morreu
Jaz sepultado no jazigo da dôr.
De prantos e de saudades so viveu
Da evolução da lei que rege a flôr!

Elle em decomposição de ser perfeito
Evolou-se no cósmico ser divino...
Além triste solitário vae desfeito
Pela estrada sombria do destino.

Vós que na matéria e força viva crede;
Além na paragem solitária vede
A lei natural da substancia unida

Ao acaso do que o mystherio cobre
Meu coração que do amor foi nobre
Inaudito vôo que também na vida!

Em Novembro de 1915

O poema assinada por E. de Araújo Lima é uma das muitas em que a autora se encobre num halo de romantismo e de desejo, porém tais sentimentos pareciam ser inalcançáveis uma vez que se roga silêncio em respeito ao falecimento do coração e que se encontrava “sepultado no jazigo da dor”.

Todos os poemas registrados neste jornal ou tratavam de desilusões amorosas, amores inalcançáveis ou manejavam caçoadas contra rapazes e homens da capital. Havia também alguns poemas em que as mães ofereciam conselhos às suas filhas.

Na abertura do primeiro número, em 28 de maio de 1915, já se percebia algumas críticas à obra poética, romanesca e teatral de alguns escritores e que graças à sua imaginação literária acabavam sendo mais interessantes que os livros didáticos em razão de oferecer ao leitor alguns problemas para resolver e algumas troças para se divertir. Trazendo entre aspas a seguinte frase: “O mérito dos aforismos é estimular a curiosidade sem satisfazer” o jornal apontou seu objetivo. Era interesse de suas redatoras “aguçar “a curiosidade, mas não satisfazer para não offernder melindres”. Do primeiro número ao último, o jornal já evidenciava ser um mecanismo de humor, característica que aparece também nos desenhos e em subtítulos ou outra informação contida no jornal. Mantendo-se com certa informalidade era muito comum aparecer nas edições frases que denunciavam sua condição efêmera e despreocupada. O *Bem-Te-Vi* era, segundo suas redatoras um jornal publicado “o dia que desse na cabeça”, seu partido, diferentes dos outros jornais, a exemplo de *O Democrata*, pertencente ao partido de mesmo nome, pertencia ao partido Escovado e que logicamente era comandado por “Ellas”, pois era “o jornal querido das moças” de Goiás.

Era o jornal em que as futuras escritoras de *O Lar*, recém-saídas do Colégio Sant’Anna e fortemente adeptas do feminismo católico ali disseminado reverberariam o debate em torno dos direitos das mulheres, porém sem romper com princípios identitários e as relações de gênero em voga naquela época. O *Bem-Te-Vi* e tantos outros jornais da capital em que mulheres participavam deixava patente circular entre Goiás, nos anos 1910 e 1920 muitos debates em torno da modernidade, todavia esta, em Goiás, precisou se misturar aos princípios identitários e culturais da região; aspecto que produziu efeitos imprevistos a exemplo das aventuras feministas em *O Lar* ou da Federação Goyana pelo Progresso

⁵²⁴ Bem-Te-Vi, anno I, n.º 03, Goyaz, 01 de janeiro de 1916, p. 05. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos, Goiás, Goiás.

Feminino. Movimentações protagonizadas e/ou guardadas, com grande desvelo, por Consuelo Ramos Caiado em seu arquivo pessoal.

CAPÍTULO V

CONSUELO RAMOS CAIADO E O FEMINISMO GOIANO

Os passarinhos, naquela tarde, chilreavam alegremente na palmeira isolada no largo do Chafariz. Revelavam seus cânticos, as chuvas próximas ou uma noite mais fresca e inspiradora.

Eu subia, vagarosamente, em demanda de um arrabalde, ouvindo ao longe os gorjeios do passaredo e vendo, no poente longínquo, o Sol que, sepultando-se aos poucos, deixava como rastros, tingindo o azul enfumaçado do céu, raios avermelhados.
Suzana, 1916.⁵²⁵

Eu fallo por mim e sei que a minha palavra terá repercussão no espirito de muitas outras, cuja intelligencia aguçada se prepara antecipadamente (já podemos profetizar que breve o suffragio se extenderá por todo o Brasil) para irmos às urnas e sagrarmos o nosso presidente, o presidente que as mulheres ajudarão a eleger, o presidente que – bem escolhido – saberá elevar Goyaz ao pináculo do desenvolvimento, tornando-o um Estado conhecido ao menos nas rodas brasileiras...

Eu serei eleitora.
Eu também reclamo o meu direito de voto
Grace Machado, Jaragua, I – 928⁵²⁶.

Se as mulheres não fizeram maiores descobertas, foi porque de pouco tempo são admithidas na instituição secundaria e superior. Em poucos lustros fallarão de descobertas femininas das quaes

M.me Cury é a guarda avançada.
Moralmente a mulher é mil vezes mais corajosa que o homem ante a desgraça.
Voto, não contraria a natureza da mulher, esposa e mãe.
Consuelo Ramos Caiado, 1931.

Em uma dessas tardes quentes do mês de setembro de 1916, Suzana anotou o movimento de passarinhos que chilreavam alegremente ao redor da palmeira isolada no largo do Chafariz. Tal descrição foi feita enquanto subia a Praça 1º de Junho, em direção à “casa de gentis amigas” que viviam no Largo do Moreira. O movimento de sua subida parecia

⁵²⁵ Entrelinhas, Suzana. *Nova Era*, anno III, s/nº, Goyaz, 28 de setembro de 1916, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁵²⁶ Sursum Corda, Grace Machado. *O Lar*, anno II, n.º 35, Goyaz, 15 de janeiro de 1928, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

acompanhar o poente solar. A esta hora o sol sepultava-se no horizonte, tingindo com sua luz avermelhada o céu azul enfumaçado de Goiás. O movimento crepuscular que Suzana descrevera constituía-se em cenário para o clima goiano de fins de setembro até meados de novembro; aquele de muito calor, de falta de água e de incêndios florestais. A primavera goiana, tempo de florescimento dos ipês era, também, a temporada de clima seco, marcada pelas queimadas e pelo agravamento das condições de sobrevivência na região.

A fuligem acentuava a sujeira – já denunciada⁵²⁷ – da cidade de Goiás, os problemas de saúde (respiratório e alérgico) tornavam-se comuns⁵²⁸ e os prejuízos à flora e fauna cerratense irritavam os ideais ambientalistas de algumas jovens escritoras, recém saídas do curso normal oferecido pelo Colégio Sant’Anna. Por esta e outras razões, não era estranho encontrar nos jornais da capital textos que convertiam as anuais queimadas em tema de crônicas, contos ou poemas que denunciassem a ausência, em Goiás, de “civilização, no sentido real dessa palavra”⁵²⁹, conforme asseverou Suzana.

⁵²⁷ Cora Coralina, Octo Marques e outros escritores denunciaram a péssima situação higiênica de Goiás entre fins do século XIX e meados do XX, porém tal questão apareceu várias vezes nos jornais de Goiás. Era comum ter publicações de Dr. Netto sobre a condição higiênica de Goiás. Em 1888 o *Goyaz* trouxe o seguinte texto em que o médico higienista apontava falhas sérias na higiene urbana: “Os moradores da rua das Flores reclamam providências das autoridades competente contra a falta de hygiene que se nota nessa rua. E com razão. Todas as casas da praça municipal que deitam fundos para aquella rua tem uns boeiros levados do diabo e que encommodam os transeuntes e especialmente os moradores. O sr. dr. Netto que po ahi passe é pé e a tarde, sem pressa, e asseguramos a s. s. que ao chegar em casa terá necessidade de tomar sulfato de quinina em grandes doses. A rua que a câmara municipal chama das – Flores – fede a cães mortos, dia e noite, na estação actual, e é um foco de febres de máu caráter. O sr. José Roiz Jardim e pessoas de sua família soffreram febres; o dr. Santos Franco tem sido victima dellas, como pode informar a quem quiser. A rua das Flores esta inabitável. Na parte superior - os boeiros e bocas de lobo, na inferior o celebre cano do quartel, que apesar de ser coberto, exala miasmas perigosíssimos, e infecciona o quarteirão inteiro. O sr. dr. Netto que tão bons serviços tem prestado a esta capital, melhorando as suas condições hygienicas, conquistaria a gratidão dos moradores da rua das flores se conseguir o entulhamento do cano do quartel e a limpeza dds boeiros pestilentos que vomitam immundices, aguas servidas e materiaes oleosas na sarjeta da mesma rua. Accuda-nos, sr. dr. Netto!”. Falta de hygiene. *Goyaz*, anno III, n.º 145, sexta feira, 29 de junho de 1888, p. 04. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁵²⁸ As queimadas era tema recorrente nos debates em torno da situação higiênica da cidade e da comunicação. Além de provocar doenças respiratórias o fogo destruía as instalações de telégrafo impedindo o bom desenvolvimento da comunicação em Goiás. Cantadas desde fins do século XIX por escritores como Luiz Guimarães Junior (O canto dos sabiás, *Goyaz*, anno IV, n.º 163, sabbado, 03 de novembro de 1888, p. 01-02), eram as queimadas que imbuíam a população goiana por uma tristeza insistente. Isto porque elas destruíam as belezas naturais que circundava a cidade. As doenças nos brônquios (bronquite) pareciam ser muito comuns nos meses de junho e julho, período frio e seco, também marcado por queimadas. Nestes meses uma bronquite aguda acometia as crianças, estas começavam “sempre ou quase sempre por calafrios, febre, uma tosse que se acompanha de dôr e secura de garganta. A tosse a principio rude torna-se húmida no segundo ou no terceiro dia, o que aumenta a dyspnea nas creanças de tenra idade, que não sabem escarrar” (Estado sanitario, *Goyaz*, anno IX, n.º 453, sexta feira, 08 de junho de 1894, p. 02). Provavelmente esta situação tendia a piorar em razão do aumento da temperatura entre os meses de agosto, setembro, outubro e novembro. No jornal *Goyaz* é possível observar a variação da temperatura ao longo do calendário anual e dos anos.

⁵²⁹ Entrelinhas, Suzana. *Nova Era*, anno III, s/nº, *Goyaz*, 28 de setembro de 1916, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Preocupada com a carência de “civilidade” entre os incineradores dos morros que circundavam Goiás, a abordagem, um tanto sisuda de Suzana em suas *Entrelinhas*, publicadas no *Nova Era*, fazia coro com os lamentos e com os romantismos das redatoras de *O Lar*, jornal feminino, inaugurado em 1926 e festejado por Luiz do Couto, que o descreveu como espaço “exclusivo da mulher goyana [e] que resumia em si, ao lado da beleza física, todos os escantos moraes”⁵³⁰, católicos e cristãos das mulheres de Goiás. Em *Duas palavras*, Luiz do Couto fez reverberar, na edição primeira de *O Lar*, a imagem de mulheres que, mesmo se liberando de certas amarras do gênero, persistiam “higienizadas”, treinadas “para se sacrificar e ser laboriosas, para viver para os outros, não para elas mesmas” (Norma TELLES, 2012, p. 259) e devotada às coisas do lar. Função que o próprio nome do jornal parecia reiterar, exceto em algumas publicações mais transgressoras.

A beleza e a singeleza dos movimentos corporais das mulheres persistiam representados pela imagem de “borboletas, alegres, felizes, cheias de vida e saúde”⁵³¹. Elas eram equiparadas a seres sensíveis que ficavam sobrevoando levemente as flores em um lindo jardim. Em várias situações as mulheres foram convertidas em flores ou borboletas, conforme referência de Luiz do Couto. Tal operação ficou impressa em *A Rosa* e também em *O Bem-Te-Vi*. Neste último jornal as mulheres eram seres alados e agoeiros. O Bem-te-vi era passarinho “agoeiro” e que “canta toda cousa que se passa e que até as cousas que se pensa ele sabe”⁵³². Neste jornal o passarinho era ave “fofoqueira”, uma provável brincadeira, troça ou deboche de suas redatoras e, que manejavam tal crença para reforçar a característica humorada do manuscrito feminino, tanto que a ave deu nome ao jornalzinho das mulheres goianas, aquele que se publicava o “dia que desse na cabeça”.

Muito provavelmente *O Bem-Te-Vi* serviu de primeiro espaço no qual as cronistas que publicaram no *Goyaz* e futuras colaboradoras de *O Lar* (1926) reforçaram os alicerces para erigir uma cultura feminina, um espaço próprio no qual pudessem expressar seus gestos e suas práticas (Michelle PERROT, 1986)⁵³³. Em seu número de outubro de 1918, o jornal

⁵³⁰ Duas palavras, Luis do Couto. *O Lar*, anno I, n.º 01, Goyaz, 15 de agosto de 1926, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁵³¹ *Idem*.

⁵³² Ai! “Bem-te-vi”. *O Bem-Te-Vi*, anno I, n.º 03, Goyaz, 01 de janeiro, 1916, p. 08. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos, Goiás, Goiás.

⁵³³ Claro que o reconhecimento de uma cultura feminina não ignora, aqui, estarem as mulheres, nela inseridas, marcadas por classe, raça e tantos marcadores de diferença e que podiam contribuir para o aparecimento de situações de exclusão dentro do próprio grupo de mulheres e fora dele.

manuscrito trouxe, na coluna *Palestra Íntima*, versetos assinados por Altahir, Graciema, Annica, Deborah, Tasso e Edmea⁵³⁴.

Este e estas escritoras eram, respectivamente, Altair Camargo, Graciema Machado, Ana Tocantins, Deborah Tocantins, Tasso Camargo e Edmea Camargo. Alguns desses nomes se fizeram presentes em publicações do *Goyaz* em 1918, no *Democrata* em 1924 e em *O Lar*, a partir de 1926. A descrição de tantos nomes juntos evidencia o entrecruzamento de trajetórias e dá uma maior dimensão das sociabilidades intercambiadas entre os diferentes bairros de Goiás.

Em meados do século XX o pai de Altair, Tasso e Edmea, Luiz Marcelino de Camargo Junior, juntamente com o poeta Manoel Lopes de Carvalho Ramos – pai dos escritores Hugo de Carvalho Ramos e Victor de Carvalho Ramos –, Ana Xavier de Barros Tocantins – viúva de José do Patrocínio Marques Tocantins e pais de Deborah Tocantins – e José Olympio Xavier de Barros, foram importantes disseminadores do espiritismo em Goiás (Clovis Carvalho BRITTO, 2016). O espiritismo também era cultuado por Jacintha Luiza do Couto Brandão, conforme contou Cora Coralina em suas crônicas publicadas na *Tribuna Espírita* entre 1908 e 1909⁵³⁵. Outra cultora do espiritismo foi Consuelo Ramos Caiado⁵³⁶. Nos registros de sua biblioteca particular é significativo o volume de obras espíritas e cartas psicografadas.

A relação de Consuelo Caiado com o espiritismo e o feminismo renderam-lhe certa resistência da Igreja Católica goiana. Logo em 1918, um ano depois de fundado, *O Democrata*, jornal do Orgão Democrata e logicamente de propriedade de Antônio Ramos Caiado, seu pai, já começara uma propaganda em favor do feminismo. O artigo *O feminismo vencedor*⁵³⁷ e posteriores publicações sobre o espiritismo⁵³⁸ atrelaram estes dois movimentos e assinalaram parcela da família Caiado – em que se encontrava inserida Consuelo Ramos Caiado – pelo ateísmo. A imagem do ateísmo dos Caiado disseminada pelo catolicismo contra aqueles que contribuía na divulgação do espiritismo e do protestantismo em Goiás

⁵³⁴ Palestra íntima. *O Bem-Te-Vi*, anno III, s/n.º, Goyaz, outubro de 1918, p. 04. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos, Goiás, Goiás.

⁵³⁵ Em 1908 Cora Coralina publicou na *Tribuna Espírita* a crônica denominada *Espiritismo em Goyaz* e entre fevereiro e junho de 1909 publicou mais duas: *José Olympio Xavier de Barros* e *Trecho de uma carta*.

⁵³⁶ BRITTO, Clovis Carvalho. *Luz sobre o alqueire*: itinerários do espiritismo no interior do Brasil. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2016.

⁵³⁷ O feminismo vencedor. *O Democrata*, anno II, n.º 82, Goyaz, 02 de outubro de 1918, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁵³⁸ Que pensar do espiritismo. *O Democrata*, anno IX, n.º 534, Goyaz, 16 de dezembro de 1927, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

marcou Consuelo Caiado com o estereótipo do “ateísmo” e do “liberalismo”, algo muito parecido à imagem pública de seu pai em Goiás. Tal representação lhe rendeu resitências do grupo de religiosos goianos e que não pouparam ataques ao seu empreendimento feminista de 1931.

Em 1932, um ano depois de fundar a Federação Goyana pelo Progresso Feminino, Consuelo Caiado precisou enfrentar a resistência da Igreja Católica e os ataques da instituição ao seu movimento feminista. Consuelo Caiado operou situações muito parecidas àquelas enfrentadas por Leolinda Daltro e William Cook, nos anos 1910.

A confusão se deu em razão de ter sua imagem e a da Federação Feminista atrelada ao espiritismo cultuado entre segmentos abastados de Goiás. Tal relação, segundo carta enviada por Consuelo Caiado à secretaria da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, era resultado de fofocas, costume muito comum entre a gente goiana. O interessante é que seu flerte com as teorias espíritas serviu de justificativa para que a Igreja Católica, representada por Mons. Joaquim Confúcio, a impedisse de realizar sessão da Confederação da Associação das Mães Brasileiras⁵³⁹ nos espaços religiosos.

Impedida de utilizar os espaços desta instituição, Consuelo Caiado ainda se defrontou com doutrinas católicas e com padres que minaram seu empreendimento feminista. Era comum nas missas os líderes religiosos aconselharem as mulheres a não engrossar as fileiras da Federação Goyana pelo Progresso Feminino⁵⁴⁰ e isso era o resultado da perseguição católica ao espiritismo, ao protestantismo e ao medo da emancipação feminina, bandeira empunhada pelas feministas brasileiras desde 1922.

Mas de volta à rede de relações sociais expressa pelos mencionados periódicos é possível notar que tantas pessoas se conectavam fosse por intermédio da luta emancipacionista, da prática intelectual, dos cultos religiosos ou outro interesse desconhecido e acabavam visibilizados, de alguma maneira, nos jornais locais, conforme evidenciou *A Rosa*, *O Bem-Te-Vi* e *O Lar*. Este último jornal parece ter oportunizado o entrecruzamento de várias gerações. Entre essas gerações havia aquelas que se apegavam em perspectivas de gênero tradicionais em que os papéis de mãe e esposa eram atribuições naturalmente femininas, e outras em que as relações entre os sexos encontravam-se em

⁵³⁹ Carta de Mons. Joaquim Confúcio a Consuelo Ramos Caiado. Goyaz, 01 de maio de 1932. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁵⁴⁰ Carta de Consuelo Caiado a Alice Pinheiro Coimbra. Goyaz, 15 de maio de 1932. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

processo de modernização. Daí *O Lar* reunir tantas ideias confrontantes, como é o caso dos princípios defendidos por Luiz do Couto, Graciema Machado ou de a Indiscreta.

Vários artigos de *O Lar*, do *Bem-Te-Vi* e mesmo de *A Rosa* apontam que, mesmo havendo reformas nas relações de gênero, ao longo das primeiras décadas do século XX (principalmente na década de 1920), a beleza, a fragilidade e a sensibilidade feminina continuavam como elementos constitutivos da identidade feminina. Nestes jornais e em suas publicações, o racismo, combinado a beleza e a eugenia, não passava despercebido. Sintoma disto é caber, para Graciema Machado, à ciência e “aos mestres a sublime missão de educar para a Patria uma geração sadia e forte, athletica e bella, da qual sairão futuramente os mais lídimos padrões da raça brasileira”⁵⁴¹. Deste modo as “moças alvinhas, conforme se dizia, simbolizavam saúde, status, riqueza e limpeza” (Denise Bernuzzi de SANT’ANNA, 2014, p. 64).

Ainda que Graciema não tenha mencionado a repulsa pela raça negra, sentimento muito forte entre segmentos abastados do Brasil em 1920, seu princípio de beleza, certamente, se combinava aos de eugenia – daí citar o papel da ciência – e saúde, caminho que acreditava ser perseguido pela “população ‘branqueada’ [e que] viria completar o retrato da sociedade de progresso que se quer representar” (Mônica Raisa SCHPUN, 1999, p. 113): o da raça branca e abastada.

O casamento persistia como a carreira de investimento das mulheres, conforme registrou Consuelo Caiado em seus livros *A Goyaninha* (1917), *Um verão na serra* (1919) e *Uma página da vida de...?* (1925-1935). Ainda que Alice, Lulu e Helia fossem mulheres instruídas e bastante desapegadas da fragilidade feminina cultuada em seu meio, ao fim da trama todas acabaram presas em relações amorosas e casamentos felizes. As personagens deixaram exposto que nem Consuelo Caiado conseguiu romper com as relações de gênero em vigor nos anos 1910 e 1920.

Alice, Lulu e Helia, protagonistas dos romances de Consuelo Caiado, e as fundadoras de *O Lar* corroboram àquilo que Mônica Raisa Schpun (1999) apontou ao estudar o culto da beleza entre as mulheres de segmentos abastados na São Paulo dos anos 1920. Para esta historiadora a beleza física, fortemente estimulada por setores higienistas e saneadores entre as mulheres da oligarquia paulista, reativou nelas o desejo de conquistar “uma posição social

⁵⁴¹ A cultura physica no mundo feminino, Graciema Machado. *O Lar*, anno I, n.º 17, Goyaz, 15 de abril de 1927, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

verdadeiramente prestigiosa, a de mulher casada” (1999, p. 90). Entre estas mulheres o casamento constituía carreira principal “e investir nos trunfos físicos significava aumentar as chances de sucesso no mercado matrimonial” (p. 90). Isto explica a defesa de Graciema Machado aos exercícios físicos para mulheres⁵⁴² e o aparecimento de concursos de beleza na capital goiana.

O elogio da beleza em Goiás parece ter sido inaugurado oficialmente em 1909⁵⁴³ quando se realizou a eleição da mulher mais formosa de Goiás nos salões do Gabinete Litterario, deste ponto os concursos se espalharam por toda a década de 1910. Em 1920, em um desses concursos, Altair Camargo, redatora de *O Lar*, recebeu o título de *Rainha do Ideal* no concurso promovido pelo Cinema Ideal⁵⁴⁴ e, em 1949, Goiás conseguiu eleger sua eterna Miss Brasil, Jussara Marquez⁵⁴⁵.

De um modo geral as fundadoras de *O Lar* e outras mulheres publicizadas por suas ações persistiam representadas como “um grupo de moças inteligentíssimas da nossa alta sociedade, com o seu sorriso de primavera”⁵⁴⁶, que tinham a graça e a posição social como características mais marcantes.

Ainda que Graciema Machado enxergasse *O Lar* como uma ferramenta do feminismo e a Indiscreta fizesse caçoada das relações entre música, moça e flores; combinações muito bem-vindas no jardim público em tempo de bailes e de ritmos musicais modernos, o que continuava valendo era a capacidade de a mulher manter-se apegada aos princípios tradicionais, principalmente aqueles em que ela se conservava casada e responsável pelos afazeres domésticos.

Entre diferentes segmentos da sociedade brasileira e goiana o que importava era o “sorriso doce”, a “graça irresistível” e a preocupação em “não afastar o comportamento corporal ou social das mulheres de sua ‘natureza’” (Mônica Raisal SCUHN, 1999, p. 41). Isto logicamente exigiu muitas artimanhas e jogo de cintura das goianas na luta por algum poder.

As redatoras deste jornal, fundado dez anos após a publicação das *Entrelinhas* de Suzana, eram as mesmas jovens egressas do Colégio Sant’Anna e que enxameavam as ruas

⁵⁴² *Idem.*

⁵⁴³ Concurso de beleza. *A Imprensa*, anno VI, n.º 234, Goyaz, 27 de março de 1909, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁵⁴⁴ A Rainha do Ideal. *O Democrata*, anno IX, n.º 493, Goyaz, 23 de fevereiro de 1927, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁵⁴⁵ E eleição de “Miss” Brasil. *O Cruzeiro*, anno XXI, n.º 36, Rio de Janeiro, 25 de junho de 1949, p. 11-19. Arquivo pessoal, Goiás, Goiás.

⁵⁴⁶ *Ibidem.*

de Goiás com seu movimento cotidiano de ir e voltar da escola durante todo o período de 1907, 1915 – quando o Colégio Sant’Anna passou a oferecer o ensino normal oficialmente – por toda a década de 1920 e meados de 1930. Muito provavelmente é por esta razão que *O Lar* sempre trouxe publicações enfatizando o papel dos colégios católicos na educação das jovens de Goiás. O Colégio Sant’Anna, por exemplo, formara a geração de moças que, em 1926, dirigia o jornal feminino. Além disso foi desse colégio que saíram feministas importantes e que fizeram reverberar a luta das mulheres por direitos civis em Goiás.

Tanto Graciema Machado quanto Consuelo Ramos Caiado estudaram no Colégio Sant’Anna e aí tiveram contato com os debates feministas de meados do século XX. Debates que as fizeram acreditar na emancipação feminina e a escrever sobre a temática, conforme expresso em seus textos fragmentados na epígrafe.

Uma aproximação dessas e de outras jovens normalistas, Suzana deixa ver que distintamente esta última escritora não se deixou afogar em um oceano de dor e de evocações telúricas, pelo menos não no fragmento da *Entrelinhas* apresentado na epígrafe. Suzana optou por desafiar uma norma romântica. Ela tocou em temas omitidos entre o grupo de homens e mulheres intelectuais de Goiás. Não obstante o que explica este posicionamento mais subversivo e bastante parecido com o tribofe das escritoras do *Bem-Te-Vi*, ainda é uma incógnita. Não se sabe quem poderia ser Suzana.

Mantém-se a suspeita de que fosse uma mulher, ainda que houvessem homens publicando artigos escondidos por pseudônimos femininos⁵⁴⁷, em razão de ser a única articulista omitida por Augusto Rios em sua análise sobre as letras em Goiás⁵⁴⁸. A omissão da principal articulista do *Nova Era* poderia ser resultado da misoginia, muito presente entre o grupo de intelectuais goianos. Era difícil para o poeta e jurista reconhecer a qualidade estética e cronista da escritora em questão. O melhor a se fazer seria silenciá-la, afinal o que não existe não reverbera e não é lembrado.

Embora as redatoras de *O Lar* também tratassem de temas semelhantes aos de Suzana, estes eram manejados de uma forma romanceada, melancólica e contaminada por certo telurismo. Enquanto Laila Amorim tratava das igrejas e festas religiosas e Graciema Machado ousava tocar em temas sensíveis e diretamente relacionados ao feminismo, corpo,

⁵⁴⁷ Na mesma edição em que Augusto Rios publicou seu *Letras em Goyaz*, Gertrudes trouxe carta endereçada à Suzana reclamando das críticas que esta fizera ao trabalho de Leo Lynce (Cyllenêo Marques de Araújo Valle). Segundo José Cruciano, Gertrudes, “não é outro senão o grande jornalista Gercino Monteiro” (2000, p. 15).

⁵⁴⁸ *Letras em Goyaz*, Augusto Rios. *Nova Era*, anno II, n.º 85, Goyaz, 15 de junho de 1916, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

relações entre os sexos ou modernização de hábitos, principalmente os femininos, cabia a Altair Camargo representar, sob grave tom romântico, o arder do cerrado em brasas dormentes e a substituição da “encantadora Serra Dourada” por “um escuro roxo azulado, que nos arrebenta nas azas dos sonhos, convidando o nosso pensamento para voar, voar...”⁵⁴⁹

Distoando um pouco deste tom romântico, Suzana optou por manejar temas semelhantes às egressas do Colégio Sant’Anna e posteriores escritoras de *O Lar*. Ela utilizou a costumeira incineração do cerrado goiano como mecanismo para criticar os costumes da gente goiana. Críticas comportamentais que já fizera quando escreveu sobre a chegada de diversões modernas em Goiás (os cinemas e o *ring* de patinação). Em sua *Entrelinhas* ela contou que já anoitecendo descia o Largo e bem em frente ao Colégio Sant’Anna avistou ao longe, nas serras que circundam o vale em que se esparrama a cidade “luzinhas amortecidas, restos de chamas que extinguíam os capins amadurecidos”⁵⁵⁰. Ao longe ela avistou o morro de dom Francisco sendo dominado por uma serpente devoradora, “uma longa e rubra fita de fogo ia subindo, até que, galgando os seus píncaros, se descambou para a outra face da serra”⁵⁵¹.

A imagem, que não deixava de ter sua estética, conforme lembrado pela articulista ao falar da beleza do morro naquela noite, também provocava repulsa e tristeza vez que deixava na cidade toda “uma atmospherá cálida e, mais que cálida, abrasadora”. Um verdadeiro ato de semi barbarismo e um ataque à civilização. Mais uma vez Suzana se remetia à civilização, aos hábitos civilizados e ao refinamento de costumes, aqueles da sociedade do oitocentos e dos anos iniciais do século XX. Características que, muito provavelmente, não correspondiam com aquelas dos incineradores dos morros de Goiás. Ela parecia temer o abandono de velhas formas de sociabilidade em substituição por novas diversões, as dos anos 1910 e 1920. De acordo com seu entendimento estas diversões afetariam, sobremaneira, as tradicionais *soirées*, bailes e encontros de famílias goianas para cantar e escutar modinhas. Isto parecia ser uma crença errônea, vez que em *O Lar* do dia 30 de agosto de 1926, foi publicado texto informando reunião, “em elegante *soirée*, [de] artistas, professores e políticos”⁵⁵² para declamar poemas, ouvir jazz e cantar as modinhas de Goiás.

⁵⁴⁹ Saudades, Altair Camargo. *O Lar*, anno I, n.º 01, Goyaz, 15 de agosto de 1926, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁵⁵⁰ *Entrelinhas*, Suzana. *Nova Era*, anno III, s/nº, Goyaz, 28 de setembro de 1916, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁵⁵¹ *Idem*.

⁵⁵² Jazz familiar, Alfr. de Castro. *O Lar*, anno I, n.º 02, Goyaz, 30 de agosto de 1926, p. 04. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Os temores de Suzana em torno da modernidade lhe fizeram ignorar as possibilidades de sobrevivências em meio as mudanças. Provavelmente o romantismo que tanto cultuava cederia lugar para outras formas de expressão literária e musical, mas em suma os festejos familiares perdurariam por boa temporada. Suzana deixou claro, em suas crônicas, a preferência pelo romantismo dos anos 1903 e 1909, quando Leodegária de Jesus, ou outra poeta goiana, transformara suas poesias em modinhas e cantigas românticas embaladas nas serenatas pelos seresteiros de Goiás⁵⁵³.

Ao enfatizar a importância de Leodegária de Jesus para a manutenção do romantismo e do sentimentalismo entre a gente goiana, principalmente nas mulheres, Suzana deixava ver como as produções intelectuais de mulheres, seu romantismo e frustrações reverberaram no tempo e foram reapropriados, tanto por ela quanto pelas escritoras de *O Lar*. A presença de Leodegária de Jesus ainda que vivesse, a esta altura, em Minas Gerais, também evitou o esquecimento de sua obra. A poeta negra continuou publicando seus poemas no *Goyaz*, na *Imprensa*, na *Voz do Sul*, no *Democrata* e em *O Lar*. Todavia mantinha-se silêncio sobre sua raça, quase nada fora dito, nesses jornais, acerca de sua cor.

Entre as redatoras de *O Lar* o culto de um romantismo parecido ao de Leodegária de Jesus era algo bastante característico do qual lentas eram as mudanças culturais. Altair Camargo, por exemplo, falava em seu *Saudades*, publicada na primeira edição de *O Lar*, em 1926, da “tristeza que faz bem” e da “da lembrança que seduz” quando, no mês de agosto, notam-se, em meio ao “negror das queimadas, as roxas flores que coadunam com o que este mez, silenciosamente, nos diz, tendo somente aqui e acolá, para minorar as tristezas, as douradas e graciosas carahybas”⁵⁵⁴. Um pouco diferente de Suzana, Altair não criticava o péssimo hábito de atear fogo na vegetação seca do cerrado. Ela utilizava o cenário lúgubre e acinzentado daquele mês de agosto para se prender num halo de romantismo e saudades, algo muito parecido ao que fizera Leodegária de Jesus, em 1906.

⁵⁵³ Sobre as serenatas de Goyaz Suzana apontou que “as nossas canções evocativas, têm enternecimentos que nos fazem a nós, mulheres de corações sensíveis-vagar pelos domínios da tristeza e das Eras Saudosas”. (*Nova Era*, anno III, n.º 102, 12 de outubro de 1916, p. 02). Sobre esse halo de saudosismo e tristeza em função de possíveis afetações resultantes da modernidade Norma Telles lembra que a melancolia como tema do romantismo não deve ser medida, pois ela pode simplesmente apontar “para a dificuldade de afirmação da artista pois, na época, o ato da afirmação poética” (2012, p. 310) era ato de autoconfrontação, exigia “evasões, ansiedades, hostilidades, em suma ‘preocupações dolorosas’” (GILBERT, GUBAR, p. 550) entre suas praticantes. Daí ser preciso ver escritos românticos como mecanismos de resistência, de tática, ferramentas de fuga de certa ordem e situação de dominação. Embora Suzana tenha se mostrado, vez ou outra, mais transgressora e crítica é bom considerar os escritos das normalistas e escritoras de *O Lar* como potencialmente transgressores.

⁵⁵⁴ *Saudades*, Altair Camargo. *O Lar*, anno I, n.º 01, Goyaz, 15 de agosto de 1926, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Evidentemente que bem antes desta publicação Altair Camargo já publicara – em 1918 – contos se questionando sobre “quem não admira e não ama as flores? Quem não gosta de fital-as mais demoradamente?”⁵⁵⁵ A crônica de 1926 (*Saudades*) era apenas a reiteração de suas concepções de feminilidade e de romantismo – convencionado como sentimento natural entre as mulheres – aprendidos no Colégio Sant’Anna e, que perseveraram em registros manuscritos ou em esparsas publicações no *Goyaz*.

Mesmo que as redatoras e colaboradoras de *O Lar* parecessem estar perdidas em um halo de romantismo e que o referido jornal tenha tentado alimentar a imagem de uma mulher goiana aprisionada em completo estado de graça – exceto pelas críticas de Graciema Machado e pela coluna *Fora do Lar*, assinada por Indiscreta – é bom tomar o romantismo dessas mulheres como uma tática.

Ainda que Luiz do Couto se referisse às suas fundadoras como o irromper de “um bando de borboletas, alegres e felizes”, precisa-se considerar o peso da dominação masculina sobre essas mulheres e o cuidado que elas precisaram ter para conquistar algum espaço sem causar grandes arrombes, preocupações e incômodos entre os homens letrados de Goiás.

Talvez se optassem por grandes rupturas, se atrapalhariam ou se chocariam com a matriz de dominação que operava à época de seu empreendimento. As mulheres precisaram fazer concessões, se calar e jogar com as ferramentas de que dispunham naquele momento, afinal de contas viviam em um contexto social fortemente dominado pela perspectiva masculina e que compreendia, por sua vez, a mulher – pelo menos aquela mulher branca e de segmento social abastado – como uma natural benemérita, esposa e mãe. O próprio Luiz do Couto reforçou esse ideal feminino de benemerência em descrédito do movimento sufragista europeu em que, segundo o jurista, suas mulheres queriam conquistar direitos “atirando bombas de dynamite, destruindo obras de arte e vidas”⁵⁵⁶.

Provavelmente um movimento mais transgressor seria censurado e duramente reprimido pela comunidade masculina. Desse modo, em Goiás, como no Brasil, as mulheres precisaram operar uma tática de luta em que se prezava pela respeitabilidade e pelo conluio com importantes figuras masculinas. Parecia que somente a ação moderada “garantiria o apoio dos políticos favoráveis a uma reforma sem distúrbios sociais ou políticos” (June HAHNER, 2003, p. 278).

⁵⁵⁵ Flores, Altair Camargo. *Goyaz*, anno XXXIII, n.º 1546, sabbado, 24 de agosto de 1918, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁵⁵⁶ Duas palavras, Luis do Couto. *O Lar*, anno I, n.º 01, Goyaz, 15 de agosto de 1926, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

A omissão, ação ou o jogo de gênero manejado pelas goianas são evidências de táticas, de resistência e de reinvenção das restrições masculinas. Tanto é que convidaram para abertura de seu jornal aquele que militaria a favor do feminismo goiano em 1928. A presença de Luiz do Couto na primeira edição do periódico era um recurso importante no jogo de gênero nutrido pelas mulheres de *O Lar*. Elas manejavam algo muito parecido ao feminismo tático de Bertha Lutz, desvelado por Rachel Soihet (2006).

Constata esse fato o texto de Oscarlina Alves Pinto, na edição de 30 de agosto de 1926, nesta publicação a escritora enfatizou que “sempre se diz que à mulher ninguém ganha em astúcia. [...]. Não foi em vão que nós, as fundadoras deste jornal, lançamos na nossa frente os nomes dos distintos senhores – Dr. Luiz do Couto, Gercino Monteiro e Theódulo de Castro”, concluindo que “essa trindade de inteligência seria bastante para merecer a aceitação de todos”.⁵⁵⁷

As escritoras de *O Lar* manejavam táticas que provavelmente foram operadas pelas cronistas que publicaram seus textos no *Goyaz*, em 1918 e por muitas outras que as antecederam, como Cora Coralina e Leoodegária de Jesus, pelas leitoras do Gabinete Litterario ou mesmo pelas cinco goianas que solicitaram o direito de voto em 1889.

As jovens festejadas poeticamente pelo autor de *Lilazes* (em *Dois palavras*) eram as mesmas que já publicavam suas crônicas no *Goyaz*, entre os anos 1918 e 1919. Nessas publicações também era patente a presença de temas carregados por princípios cristãos e católicos; os mesmos disseminados pelas freiras francesas do Colégio Sant’Anna e que se fizeram presentes em *O Lar*.

O *Goyaz*, ainda que neste período (1910-1922), tenha eclipsado sua propaganda em favor da mulher, mantinha coluna específica na qual as goianas permaneciam autorizadas a publicar contos e crônicas. Neste contexto (1910-1914), a família Bulhões, proprietária do hebdomadário, sofria com seu enfraquecimento político e andava às voltas com o combate empreendido contra as velhas oligarquias; ação manejada pelo governo federal.

A estratégia de Hermes da Fonseca reverberou pelo governo de Wenceslau Braz e garantiu, em Goiás, que se fortalecesse uma nova oligarquia: a família Caiado. Depois de firmado pacto entre os Bulhões e os Caiado, o Partido Democrata (controlado pelos Caiado) sobrepujou o Partido Republicano (controlado pelos Bulhões). Desse ponto em diante, Antônio Ramos Caiado converteu-se no político mais influente em Goiás.

⁵⁵⁷ Bela aceitação, Oscarlina Alves Pinto. *O Lar*, anno I, n.º 02, Goyaz, 30 de agosto de 1926, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Os acontecimentos de 1917, fortemente caracterizados pela interferência federal na política goiana, criaram condições para o nascimento do jornal *O Democrata* e, conseqüentemente, contribuíram para o encapsulamento do *Goyaz*; este finalizou sua circulação em 1922. *O Democrata* era periódico que representava os interesses da família Caiado e passou a publicar informações sobre a política estadual. Foi exatamente neste momento em que se observou a alternância de uma família por outra no poder político de Goiás⁵⁵⁸.

Consagrada a hegemonia do Partido Democrata, e conseqüentemente de Antônio Ramos Caiado, o aparelho de estado, agora dominado pela oligarquia Caiado, “procurou sempre respeitar as premissas do pacto oligárquico-coronelista, isto é, a obediência incondicional às diretrizes do poder central” (Ana Lúcia da SILVA, 2005, p. 77-78). O que explica, em certa medida, o enfraquecimento do *Goyaz* e a redução de espaços, em suas páginas, para que as mulheres nele se expressassem.

Reduzido o espaço a uma coluna, era em *Primicias* que as mulheres de 1918 puderam se expressar. Na coluna os editores do *Goyaz* autorizaram jovens normalistas formadas pelo colégio de freiras francesas a publicar suas crônicas e contos. Sempre com temas que evocavam as belezas naturais de Goiás, o cotidiano católico, a esperança e a benevolência da mulher goiana e cristã.

Era em *Primeira Comunhão* de Juracy Vaz Reginaldo, *As flores* de Altair Camargo, *A rola ferida* de Nair Cupertino, *Mãe* de Josephina Fleury da Silva, *Visões* de Nathalia de Bastos, *A louca* de Maria dos Passos Oliveira, *Esperança* de Angelica dos Reis Gonçalves e *O mendigo* de Laila de Amorim em que se notou constituir-se uma nova cultura feminina⁵⁵⁹;

⁵⁵⁸ Sobre este contexto Ana Lúcia da Silva explicou que o “acordo nasceu da interferência do presidente Wenceslau Brás que, aproveitando-se da conjuntura econômica favorável, buscou promover a estabilidade política interna. O acordo consagrou a hegemonia do Partido Democrata e, no interior dele, do grupo caiadista. É provável que a superação das divergências políticas internas tenha sido possível graças, também, à expansão que a economia goiana sofria a partir principalmente, da introdução da estrada de ferro em Goiás, em 1914” (2005, p. 74).

⁵⁵⁹ Entende-se cultura feminina algo parecido ao que Norma Telles delimitou como “um conjunto de ideias e modos de agir diferente da dos homens, mesmo que se defina em relação à dominante”. (2012, p. 260). Se tem recorrido, também, às historiadoras Michelle Perrot (2005) e Joan Scott (2008) para se discutir as táticas e as estratégias manuseadas por mulheres de Goiás a fim de constituir uma cultura própria, em separado da dos homens, mas em constante contato. Joan Scott (2008) ofereceu suas análises teóricas voltadas para as políticas da história e o processo de subalternização das mulheres tanto no ambiente social quanto narrativo e Michelle Perrot (2005) ajudou na compreensão das diferentes operações do poder e de sua capilaridade no interior das relações entre os sexos. Outra estudiosa da cultura feminina e do gênero aqui utilizada é Mônica Raisa Schpun (1999). Esta deixou ainda mais claro as diferenciações de classe e que precisam ser apontadas quando se estuda mulheres de elite. Ao estudar a cultura física e comportamental na São Paulo dos anos 1920 ela apontou como o gênero foi redesenhando relações e como ele foi sendo redesenhado a partir do momento em que se passou a exigir exercícios físicos para as mulheres, principalmente para as de elite, filhas de oligarquias. Sobre isto

aquela que amalgamava o desejo de emancipação e a contínua modernização dos hábitos das mulheres de classes abastadas, combinada à manutenção de uma religiosidade exacerbada e de uma benemerência como princípio básico da mulher ideal.

Esta cultura feminina e que, de certa forma, também reverberava dos escritos de Consuelo Ramos Caiado, informalmente circulados entre um grupo seletivo de leitores, das leitoras do Gabinete Litterario Goyano e das escritoras dos jornais *Goyaz*, *A Rosa*, *Thurybulo*, *Nova Era* e *Bem-Te-Vi*, salvo alterações características da circularidade cultural e do tempo de cada um desses empreendimentos, contribuiu para o aparecimento, anos depois, do jornal *O Lar* e do cultivo de um feminismo goiano fortemente influenciado pelo catolicismo romanizado de base francesa.

A Federação Goyana pelo Progresso Feminino, por exemplo, era quase toda formada por mulheres católicas, tanto que depois de contornados os conflitos com os padres dominicanos, Consuelo Caiado enviou carta a Alice Pinheiro Coimbra, secretária da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, agradecendo a sua intervenção e a de Bertha Lutz junto à resistência religiosa quanto a participação de mulheres na Federação Goyana.

Segundo a feminista goiana, “sendo a maioria das nossas sociais ‘Filhas de Maria’, ‘Irmãs do Rosário’, ‘Ordem Terceira’ e ‘Senhor dos Passos’ estaríamos, não fosse sua missiva, reduzidíssimas”⁵⁶⁰. Só depois de confirmado o caráter leigo da Federação Feminista que o Padre Trindade, secretário do Monsenhor, autorizou, segundo as leis canônicas, os católicos convidados para a festa leiga a nela comparecer “muito [concorrendo] para o brilho da sessão littero-musical que organisamos, e cujo programma junto a esta”⁵⁶¹.

Entre fins de 1880, 1890, 1910 e pelas décadas de 1920 e 1930 as goianas se aventuraram em projetos de emancipação civil e intelectual fortemente amparadas pelos jornais *Goyaz*, *A Rosa*, *O Lar* e pela Federação Goyana pelo Progresso Feminino, dirigida por Consuelo Ramos Caiado, uma, também, colaboradora de *O Lar*, conforme apresentado em sua primeira edição:

Collaboradores

Esta folha conta com a colaboração dos seguintes intellectuais:

ela lembrou como “cúmplices de uma lógica de classe, as mulheres também se interessam pela manutenção de um status privilegiado, o de mulheres da elite” (1999, p. 58). Isto mostrou que as mulheres, de um modo geral e genérico, poderiam conquistar espaços e ampliar suas fronteiras de ação, porém essas conquistas sempre vinham atravessadas por interesses de classe, de raça e muitos outros marcadores de diferença.

⁵⁶⁰ Carta de Consuelo Caiado a Alice Pinheiro Coimbra. *Goyaz*, 15 de maio de 1932. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁵⁶¹ *Idem*.

Senhoritas:

Laila e Amelia de Amorim. Thais de Carvalho. **Consuelo R. Caiado**. Laura Nunes. Edith M. Péclat. Colandy Sant'Anna. Adelaide Leonor R Lima. Graciema Machado. Isabel Taveira

Senhoras:

Maria Rizzo de Castro. Maria Paula Godoy. Yolanda Lisbôa do Nascimento. Olga do Nascimento Monteiro. Noemi Lisbôa de Castro. Juracy do Nascimento Magalhães

Senhores:

Theodulo A. de Castro. Dr. Francisco Ferreira dos S. Azevêdo. Dr. Walter S. do Nascimento. Dr. Constancio Gomes. Dr. José M. Sampaio. Dr. João Monteiro. Dr. Joaquim Jubé Junior. Dr. José de Magalhães. Alfredo de Castro. Oswaldo do Nascimento⁵⁶²

À época de sua colaboração em *O Lar*, Consuelo Caiado já contava com relevante produção intelectual. Suas personagens eram conhecidas entre um círculo de leitores informal com os quais trocava manuscritos e sua atuação política também já era percebida por meio da composição de comissões beneméritas e em pedidos de apoio feitos por mulheres de outros municípios goianos.

Em 5 de julho de 1925, Consuelo Caiado e as senhoritas Anna da Rocha Lima, Aida Botelho Jubé e Marianna F. Curado foram nomeadas para compor comissão de mulheres que angariariam donativos para a filial da “Cruz Vermelha Brasileira” em Goiás⁵⁶³. Em conformidade com que adquiriu alguma notoriedade pública, Consuelo Caiado passou a receber convites para integrar organizações beneméritas e para apoiar mulheres que lutavam, a esta época, por direitos políticos ou civis. Exemplo disso é o convite para fundar uma Federação Feminista filiada à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, feito por Bertha Lutz em 1931⁵⁶⁴ e o pedido de ajuda das mulheres de Planaltina, Goiás.

As planaltinenses procuraram Consuelo Caiado na expectativa de conseguir, por intermédio da feminista, a conversão da cidade de Planaltina em comarca e para que se reconhecesse a emancipação jurídica de Formosa⁵⁶⁵, a cidade de sua melhor amiga e também feminista, senhorita Leonor Borba. O documento assinado por onze mulheres do município

⁵⁶² Collaboradores. *O Lar*, anno I, n.º 01, Goyaz, 15 de agosto de 1926, p. 04. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁵⁶³ Carta de Maurilio Fleury, secretaria Geral da Cruz Vermelha em Goyaz para Consuelo Caiado, Goyaz, 05 de julho de 1925. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁵⁶⁴ Conforme correspondências trocadas entre Consuelo e Bertha sabe-se que o convite foi feito e, já em 1931, a Federação Goiana pelo Progresso Feminino e sua filial em Formosa foram criadas e iniciaram seus trabalhos. Não foi encontrado uma correspondência que corroborasse a oficialidade do convite, porém sabe-se que o contato entre Bertha e Consuelo já vinha desde 1928 quando Benedita Roriz solicitou e conquistou o direito de votar em Goyaz. Outro goiano com o qual Bertha manteve contato foi Luiz do Couto.

⁵⁶⁵ Carta de comissão das mulheres de Planatina para Consuelo Caiado, Planaltina 18 de junho de 1929. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

de Planaltina esperava que Consuelo Caiado fizesse o papel de “ponte” entre elas e seu pai. Elas queriam que Consuelo intermediasse o diálogo junto a Antônio Ramos Caiado.

Percorrendo o processo de sua visibilidade pública entre as décadas de 1917 e 1929, consegue-se ver como Consuelo Caiado foi ocupando posições de destaque na sociedade goiana de forma gradual. Em 1925 sua grande visibilidade se deu em função de iniciar os estudos na Faculdade de Pharmacia. A festa de formatura, em 1929, contou com grande atenção da imprensa local e foi seguida por sua vitória, com trinta e dois votos, nas eleições para presidência do Gabinete Litterario Goyano⁵⁶⁶.

Neste ano, Consuelo Caiado se tornou a primeira mulher a dirigir a associação literária desde sua fundação em 1864. Os anos de sua direção e presença no Gabinete Litterario abriram as portas para que várias outras mulheres da elite goiana ocupassem posições de destaque dentro da instituição e fora dela. Todas as mulheres associadas ao Gabinete eram, também, filiadas à Federação Goyana pelo Progresso Feminino. Era no interior da biblioteca em que se deliberava ações do movimento feminista em Goiás.

De 1929 até 1940, Consuelo Caiado esteve, de alguma forma, atrelada ao Gabinete Litterario e durante esses anos imprimiu, no interior da associação, uma administração marcada por grande organização e intenso empreendimento intelectual. Algo só comparado aos anos em que Antônio Felix de Bulhões presidiu o Gabinete. Consuelo Caiado feminizou a direção do Gabinete Litterario Goyano e ao arquivar mulheres permitiu – graças ao fato histórico visto sob uma perspectiva feminizada – feminizar a história de Goiás. Todos os jornais aqui manuseados foram arquivados, encadernados, separados e arquivados por Consuelo ao longo de sua longa permanência no Gabinete Litterario⁵⁶⁷.

Em certa medida, Consuelo Caiado não se distinguia muito das outras mulheres cronistas, fundadoras de *O Lar* e sócias do Gabinete Litterario Goyano. Na verdade, ela não se distinguiu muito das mulheres leitoras do século XIX e nem daquelas que exigiram o direito de voto em setembro de 1889. Suas opções de leitura denunciavam essa identificação. Seus escritos referenciam os tempos da abolição, ilustram a transição do trabalho de anteriores escravas para o serviço doméstico (Sandra Lauderdale GRAHAN, 1992),

⁵⁶⁶ Acta da eleição da Directoria. Goyaz, 21 de abril de 1929. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁵⁶⁷ Ressaltamos que por mais que tenhamos citado o manuseio de jornais goianos na Biblioteca Nacional todos, ou quase todos, encontram-se arquivados no Gabinete Litterario Goyano e/ou na Fundação Educacional da cidade de Goiás “Casa Frei Simã Dorvi”, aspecto que corrobora a atividade guardiã impressa em Consuelo Caiado. Consultamos os arquivos da Biblioteca Nacional em razão de várias contaminações resultantes do manuseio dos documentos do Gabinete Litterario e que se encontram em péssimo estado de conservação e de higiene.

representam o contexto do romantismo e, ainda que alimentem certo desprezo por relações matrimoniais, não conseguem escapar muito da regra daquilo que era representado por Cora Coralina, Leodegária de Jesus, Suzana, Altair Camargo, Oscarlina Pinto e tantas outras escritoras goianas. Todas essas mulheres defendiam uma emancipação moderada e acreditavam na manutenção dos papéis de mãe e esposa como atribuições naturais às mulheres.

É evidente o desejo de rompimento com certas relações de poder e isso se expressa no fragmento em que comentou sobre a coragem e a moralidade da mulher ante a desgraça, algo até superior à do homem, segundo acreditava Consuelo Caiado. A afirmação da viabilidade do direito de voto para as mulheres também é uma importante demonstração de seu desejo de emancipação, de rompimento – moderado – com a norma de gênero e a com dominação masculina dos anos 1920. Todavia sua defesa do direito de voto ainda não rompia com aquilo que se compreendia como a “natureza” da mulher: a de ser mãe e esposa. De certa forma seu empreendimento emancipacionista e feminista, como o de muitas outras que a antecederam, ou a seguiram, estava alicerçado em uma espécie de jogo de luz e de sombra. Algo como se projetassem uma emancipação que não rompesse totalmente com a ordem de gênero vigente⁵⁶⁸.

Esse jogo de luz e de sombra, de mostrar e de esconder, de mudanças e de permanências em confronto com a modernização de hábitos expôs o quanto podem ser lentas as transformações e como, na grande maioria das vezes, elas vêm acompanhadas por muitas continuidades, cravejadas por fragmentos de diferentes temporalidades.

Outro aspecto importante das mudanças e das permanências experimentadas nas primeiras décadas do século XX é o processo de ampliação da ação de mulheres na esfera pública, principalmente em grandes centros metropolitanos. Enquanto as mulheres da elite se beneficiavam do “desenvolvimento do comércio, das inovações técnicas e principalmente da melhoria do transporte público” (June HAHNER, 2003, p. 188) as pobres e negras permaneciam fazendo a ponte entre o público e o privado. Elas agora ocupavam o posto de domésticas, acotovelavam-se em balcões de lojas ou começavam a engrossar as fileiras do operariado brasileiro, principalmente em São Paulo, neste estado havia ainda uma efervescente resistência anarquista resultante da imigração italiana, movimento que fabricou

⁵⁶⁸ Aqui entram questões relacionadas à intersecção. O fato de não terem consciência de classe e de raça impedia essas mulheres, conseqüentemente, de manejar táticas para alterar as desigualdades de classe e de raça interseccionadas às de gênero, talvez seja por essa razão que não se percebe mulheres negras no movimento feminista.

um importante movimento feminista representado por Maria Lacerda de Moura (Miriam Lifchitz Moreira LEITE, 2005).

Em Goiás as distinções de classe persistiam representadas pelas mulheres abastadas e que ocuparam cargos de benemerência, engrossaram a frente feminista ou se tornaram escritoras dos jornais e aquelas, pobres e negras, as lavadeiras de roupa do Rio Vermelho, carregadeiras de água e as domésticas, quituteiras e doceiras⁵⁶⁹.

O giro feito até o momento tem mostrado que o aparecimento de mulheres transgressoras, que desafiaram antigas noções de gênero, resignificando-as e reinterpretando-as de modo que lhes fossem úteis para a vida, não é fenômeno exclusivo do século XX ou da modernidade em voga nos frementes anos 1920. Movimentos de rompimento e de resistência à dominação masculina são anteriores.

As mulheres já vinham resistindo a determinadas formas de dominação masculina desde sempre. No caso goiano observou-se isso nas publicações de Roceira Zellosa, Apaixonada, nas leitoras do Gabinete Litterario Goyano e nos pedidos de voto feito em setembro de 1889 pelas cinco goianas.

A compreensão do jogo entre mudanças e permanências experimentado no contexto dos anos 1920 e 1930 exige um retorno ao processo de industrialização europeia e do fenômeno, chamado por Eric Hobsbawn (2010), de “era do capital”. É preciso reportar o peso dos conflitos neocoloniais, da modernização experimentada pelo Brasil após intensificar a importação do capital estrangeiro na segunda metade do século XIX e da adoção, pela elite e oligarquias brasileiras, do liberalismo, do republicanismo, do nacionalismo e da modernidade, principalmente quando esta se refere a progresso.

Todo o movimento experimentado nos faz voltar no tempo para melhor entender a mistura entre tradição e modernidade, fenômeno anterior aos estertores da grande guerra de 1914, da saída gradual das mulheres para as ruas, do consumo de mercadorias modernas e do culto do corpo e da beleza.

Sobre as modernizações, novidades e mudanças nas relações de gênero em 1920, Mônica Raisa Schpun (1999) apontou, através da observação de conflitos entre velhas

⁵⁶⁹ Margareth Rago e tantas outras historiadoras também afirmam ser o século XX um período marcado pela invasão da mulher dos espaços públicos, todavia é patente nelas a permanência de alguns dispositivos de controle das mulheres. Rago afirma que não houve abrandamento das exigências morais, como atesta a permanência de antigos tabus como o da virgindade. Ao contrário, quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho. Todo um discurso moralista e filantrópico acena para ela, de vários pontos do social, com o perigo da prostituição e da perdição diante do menor deslize (2014, p. 88-89).

oligarquias e os novos ricos na São Paulo dos frementes anos 1920, haver no interior desse grupo bastante heterogêneo algumas contradições. Se por um lado insistia no peso das tradições expressas no medo das “mudanças demasiadamente bruscas e profundas, da desordem, ao procurar barrar – ou ao menos reduzir – toda e qualquer possibilidade de ascensão social pela afirmação de suas raízes ancestrais, dos laços com a terra” (1999, p. 20-21), de outro buscava uma “imagem de modernidade, de progresso, de otimismo, de cosmopolitismo, não somente da cidade, da sociedade em geral, mas dele mesmo como classe dominante” (p. 20-21).

Ao apontar essas contradições Mônica Schpun compartilhou das mesmas ideias defendidas por Nicolau Sevcenko (1992)⁵⁷⁰ e por Mônica Pimenta Velloso (2017), a de que a modernidade brasileira não se iniciou com os eventos destruturantes dos anos 1920, como a Semana de Arte Moderna e o movimento intelectual de valorização da cultura negra, as mudanças expressas neste momento e os acontecimentos subsequentes eram na verdade um efeito de mudanças que já vinham se desenrolando desde a segunda metade do século XIX.

Considerar isso, é de grande relevância, pois permite inserir Goiás no rol de mudanças pelas quais passava o Brasil e o mundo entre 1860 e 1870. Foi no contexto da Guerra do Paraguai que se fundou o Gabinete Litterario Goyano, instituição que à época dos passeios de Suzana já se encontrava instalado no Challet Suisso construído pelo prefeito Alves de Castro e que acabou, posteriormente, sendo ocupado pelas faculdades de Pharmacia e Odontologia e que se tornou espaço para os concursos de beleza estaduais em razão de ser “um dos prédios mais modernos e de mais bella construção” e que expressaria o desenvolvimento e a prosperidade daquela instituição de leitura. Prosperidade experimentada nos anos de 1903 e 1909 e que reverberou pelas décadas de 1910 e 1920 alcançando o movimento feminista e intelectual de Consuelo Ramos Caiado e suas filiadas na Federação Goyana pelo Progresso Feminino, em 1931.

⁵⁷⁰ Embora Mônica Raisa Schpun (1999) esteja de acordo com as reflexões sobre mobilização corporal de Nicolau Sevcenko ela lembra que a análise do autor se mostra um tanto monolítica e fortemente influenciada por princípios masculinos. Para ela “os corpos mobilizados, que o autor descreve em suas análises, são antes de mais nada corpos masculinos, ainda que sua reflexão pretenda se aplicar a todos” (p. 28). Ele se esquece em grande parte das mulheres e como lembra Mônica Schpun elas não estão ausentes da cidade. Ainda que Sevcenko distinga, raras vezes, a presença dos corpos femininos e masculinos na cena coletiva, seus “corpos carregam a marca mesma dessa atribuição, e da exclusão que a acompanha” (p. 28). As mulheres em seu estudo são sombras na cena urbana paulista.

Modernidades e Feminismo em Goiás

Mesmo entre muitas permanências, as transformações percebidas no Brasil dos anos 1920 e 1930 eram realmente impressionantes. Várias mudanças, dentre elas culturais, sociais e políticas, reverberavam, em certa medida, os impactos de modernizações que vinham se desenrolando em âmbito mundial já há algum tempo.

Logo após a Grande Guerra era possível falar em um processo de intensificação da globalização, até porque desde a expansão do capital estrangeiro pelo mundo, em fins da década de 1870, se experimentou no Brasil, uma variedade de novidades, fosse no transporte, na economia ou nas relações entre os sexos. No Rio de Janeiro, em São Paulo e, de alguma forma, nas mais diferentes capitais do Brasil, se podia experimentar as baforadas da tecnologia e de seus extremos. Novos ritmos e ritos estavam nascendo e iriam influenciar o cotidiano urbano das cidades brasileiras daquele momento em diante.

Os bondes, os automóveis, o cotidiano de diversões e a velocidade com que as relações humanas e os encontros se desenhavam, alterou a forma como homens e mulheres se comportavam e se posicionavam social e culturalmente no mundo. A excepcionalidade desse momento colocou “em relação a estranha conjunção observada entre simultaneidade de ações desconexas, incomunicabilidade de grupos, fragmentação de ações [e] descontinuidade dos fluxos de trânsito pela área pública” (Nicolau SEVCENKO, 1992, p. 28).

Descansar nos fins de semana tornava-se um despropósito, a onda do momento era se divertir, caminhar pelas principais vias comerciais da cidade, adquirir as últimas novidades do mercado, ir ao cinema e se modernizar. O processo migratório intensificado desde fins do século XIX persistiu pelo século XX e contribuiu para a construção de uma sociedade brasileira desigual, marcada por graves diferenciações de classe e de raça. Nas grandes metrópoles o imenso vai e vem de estrangeiros fabricou, principalmente no Rio de Janeiro, um certo cosmopolitismo. Esse fenômeno, muito característico da capital francesa – Paris –, marcou a população carioca – e brasileira – com “um nítido recorte de discriminação social, como um estigma a mais a se acrescentar ao das gentes negras e mestiças”. (p. 30)

O arianismo, enquanto teoria social, foi “amplamente aceito pelos intelectuais brasileiros” (Mônica Raíssa SCHPUN, 1999, p. 114) e tudo aquilo que derivava da cultura

afro brasileira ou afro americana persistia negada por certos setores da sociedade branca⁵⁷¹. A música resultante da conformação de ritmos americanos e regionais, salvo certa comoção da elite branca e racista, caracterizava-se pelo despontar do jazz e do samba. Personagens negras, ritmos e manifestações artísticas de origem africana contavam com alguma consideração dos franceses e que, impressionados pelo consumo do exótico, convertiam em moderno aquilo negado, por exemplo, pelas elites brasileiras: as raízes africanas e indígenas. Mesmo fortemente influenciada pela cultura francesa e europeia ritmos como o “*ragtime, foxtrote, charleston, jazz, tango, maxixe e samba* horrorizavam, por seu caráter lascivo e obsceno” (p. 130), alguns segmentos oligárquicos do Brasil de meados do século XX.

A mesma aversão que os norte americanos nutriam por Josephine Baker era aquela das elites brancas brasileiras, contrárias ao maxixe e ao candomblé da Tia Ciata, no Rio de Janeiro. Outra figura incômoda fora a presença de Ascendina Santos no teatro de revista brasileiro em 1920. A expressão: “Essa (não) é a (tal) mulata Ascendina?”, utilizada entre segmentos abastados do Rio de Janeiro, explicita o racismo e “a ambiguidade própria do ideal de modernidade e de civilidade defendido pela intelectualidade, políticos e jornalistas nos primeiros anos da República” (Paulo Roberto de ALMEIDA, 2016, p. 108).

O furor provocado por Chiquinha Gonzaga ao ousar tocar maxixe e compor choro no piano teve grande ressonância negativa entre diferentes segmentos da sociedade carioca de fins do século XIX e de meados do XX. Esta mulher incomodou parcela da sociedade carioca, não só por tocar ritmos proibidos, mas por ser uma mulher negra tocando ritmo caracterizado por lascivo em um instrumento clássico, o piano. O maxixe e o choro eram ritmos das gentes do morro, as mesmas expulsas dos centros e cortiços após a reforma imposta por Pereira Passos.

Em São Paulo mesmo que uma parcela da elite instruída insistisse na valorização das raízes africanas e indígenas, ainda que sustentados no discurso da miscigenação, persistia o primor pelo branco, pelo europeu e pelo imigrante, principalmente o italiano. A ideia era branquear a população brasileira, algo como o que expressava Modesto Brocos em seu *A Redenção de Cam*.

⁵⁷¹ Embora houvesse combate acirrado às permanências da cultura afro-brasileira em diferentes manifestações culturais nacionais, havia paralelo a isto a crença, entre as elites brasileiras, na tese do “branqueamento”. Mônica Raisa Schpun (1999) apontou que conforme “esse pensamento, a miscigenação não teria como consequência a degenerescência da raça, como afirmava os teóricos estrangeiros, mas antes a formação de uma população mestiça que se torna cada vez mais branca – fisicamente e culturalmente – com o correr das gerações” (p. 114).

Foi neste contexto em que se reforçou “a disposição de estranhamento intrínseca ao processo de metropolização” (Nicolau SEVCENKO, 1992, p. 31) e a perversa desigualdade sócio-racial. O “passado escravista ainda recente, palpitava nos tratos sociais e na atitude discricionária, peremptória, brutal das autoridades, conferindo às relações hierárquicas um acento lancinante, quando não atroz” (1992, p. 31). As demonstrações de resistência à presença negra em diferentes esferas da sociedade brasileira reiteravam a “ideia de inferioridade dos negros e o status de desiguais em termos raciais, de gênero e classe” (Paulo Roberto de ALMEIDA, 2016, p. 108).⁵⁷² Viviam-se em um país que maquiava o racismo e a pobreza, fosse através de reformas urbanas ou da criação de bairros higienizados. À população humilde, pobre, trabalhadora e negra restava subir os morros e ocupar aquilo que depois se chamaria de subúrbio, periferia ou favela.

Em Goiás se desenrolou hierarquização de classe e de raça muito parecida àquela dos grandes centros metropolitanos. Também havia nesses sertões uma forte demarcação racial e a sociedade goiana parecia distribuída em segmentações determinadas pela condição econômica e de cor dos indivíduos que a compunham.

As diferenciações de classe, raça e gênero impediam a livre circulação de certos indivíduos por diferentes espaços da cidade. Ambientes de socialidade, de encontros e de comemorações públicas permaneciam cercados e guardados por policiais. O acesso ao jardim público daqueles que não podiam “hombrear com a sociedade que desliza pelas alamedas, num passear distinto, aristocrático” (Cordolino AZEVEDO, 1925, p. 90) era impedido. Esses indivíduos proibidos de circular pela praça integravam os segmentos pobres e negros de Goiás. O acesso ao jardim e aos diferentes outros espaços da cidade, em 1925, permaneciam vedados ao “populacho” e à “negra rufiona” (p. 90). As carregadeiras de água, lenheiros e lavadeiras de roupas deveriam desviar o caminho. Era bastante evidente a separação entre a população negra e branca. Os registros de Cordolino Azevedo deixam ainda mais visíveis estas distinções de classe e de raça na região.

⁵⁷² Em dissertação de mestrado Paulo Roberto de Almeida explorou o protagonismo de artistas negras no teatro de revista brasileiro dos anos 1920. Por intermédio da trajetória de Ascendina Santos o pesquisador mostrou importantes repertórios do racismo experimentado por personagens negras que ousaram romper a bolha de proibições e interrupções de sua ação social e adentrar outras esferas para além daquelas delegadas pela sociedade branca e elitizada do Brasil e da capital federal. ALMEIDA, Paulo Roberto de. *A presença negra no teatro de revista dos anos 1920*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2016.

Contraditoriamente a cultura da elite goiana, muito centrada no francesismo⁵⁷³, permitiu o consumo daquilo que era ditado pelo mercado da moda europeu. Era apenas por essa razão que a música negra e os ritmos populares acabaram incorporados pelos goianos. Uma vez consideradas mercadorias exóticas, os ritmos influenciados por batuques, sambas e maxixes deveriam ser consumidos, isso porque, correspondendo com a influência europeia, representavam o “moderno” e a “modernidade”.

Sempre aos finais de semana ou em feriados embalavam-se no jardim público os *foxtrottes*, tangos, marchinhas de carnaval e as modinhas goianas. Silenciando, logicamente, a cultura de modinhas e marchinhas, Cordolino Azevedo (1925) contou que:

A's quintas-feiras e aos domingos, a banda de música da policia, no coreto que fica ao centro de artístico e lindo jardim da praça do Palácio, enche os ares com os accordes de seus afinados instrumentos, revelando a capacidade de seu mestre, insigne musicista e pondo em relevo a cultura artística do povo, que acorre a ouvir com discreto entusiasmo as mais recentes creações musicaes, do fox-trot á berceuse macia, aveludada , do tango argentino ás composições de Schubert ou ás produções de Wagner, o potente cantor das filhas de Wontan, as Walkyrias das cavalgadas... O jardim é um primor; é, de facto, um jardim e não um parque como os que por aqui se baptizam com aquelle nome. (Cordolino AZEVEDO, 1925, p. 81)

O cotidiano de diversões narrado por Cordolino Azevedo, de forma a silenciar a cultura negra, evidenciou o racismo e os preconceitos de classe no interior da sociedade goiana. Na expectativa de pintar uma cidade moderna e civilizada; algo parecido àquilo que experimentara no Rio de Janeiro e em São Paulo, o memorialista optou por esquecer a forte presença da cultura negra em Goiás. Ele silenciou a voz dos becos e sua poesia. As festas religiosas de matriz africana, o carnaval e seus ritmos musicais bastante insinuantes, foram abafados em opção das composições de Schubert e de Wagner. Para ele o que representava

⁵⁷³ O culto de elementos característicos da cultura francesa em Goiás foi demasiadamente intenso. E isso pode ser percebido no uso da língua francesa em *soirées*, bailes e encontros literários. Os jornais, vez ou outra, traziam publicações em francês e as mulheres que neles publicavam, costumeiramente apresentavam ao público leitor um poema em francês. Neste ponto destacou-se Marie Joseph que publicara dezenas de textos em francês no *Goyaz*. No *Gabinte Litterario Goyano* as mulheres liam livros em francês e essa língua parecia ser fluente entre a elite goiana do entresséculos. Não raro se publicavam matérias destacando a influência da França em Goiás. No dia 29 de janeiro de 1916 o *Goyaz* trouxe artigo intitulado *Francezimo*, neste texto se explorou a influência da cultura entre diferentes regiões brasileiras e em Goiás. Vários convites de festas eram feitos em francês e o cardápio das refeições era todo nessa língua. Falar francês e cultuar elementos da cultura francesa indicava refinamento e era ícone de distinção social. De certa forma em Goiás aconteceu movimento semelhante aquele comentado por Luiz Felipe de Alencastro (1997) quando destacou o impacto da cultura francesa entre a elite brasileira e rural de fins do século XIX e de meados do XX.

a civilização e o moderno era o consumo da cultura erudita, aquela consumida por segmentos abastados e instruídos e que se originara em países do norte europeu.

A essa altura, o combate às manifestações culturais de matriz africana era uma realidade em Goiás. Diferentes personagens, apoiados pela igreja católica – romanizada –, justificavam o apagamento de festejos profanos. Dentre essas comemorações se combatia a Entrada da Rainha e as tradicionais festas de Nossa Senhora Rosário dos Homens Pretos, de São Benedito e do Divino Espírito Santo. Como aconteceu nos grandes centros metropolitanos, em Goiás a população negra persistiu sendo empurrada para novas periferias e, conforme a cidade crescia, aquilo tomado, no passado, por periférico acabava sendo resignificado, até tornar-se parte de um renovado e imaginado centro.

Um dos golpes mais evidentes à cultura negra em Goiás foi a demolição, em 1934, da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. No lugar os dominicanos, apoiados pelo poder público e pela sociedade goiana, construíram novo prédio, mas com uma arquitetura neogótica. Os discursos da época eram que tal obra apresentava-se como “um atestado vivo do espírito de renovação por que passa este município”⁵⁷⁴ e que por esta razão se liberaria verba, “não só porque existe saldo orçamentário, como porque o auxílio em apreço constituiria um estímulo a novas iniciativas que visem ao embelezamento da nossa terra”⁵⁷⁵. As concepções de modernidade, renovação, beleza e modernização caminhavam juntas ao racismo.

As diferenças de raça e de classe seguiam lado a lado com o discurso da modernidade e da modernização. Como o passado estava manchado pela cultura e pela economia escravagista, para se modernizar era preciso apagar qualquer indício da permanência escrava e negra. Na ânsia de renovar e de se modernizar adotou-se a destruição de qualquer rastro de elementos culturais afro-brasileiros que referenciavam a escravidão.

A modernidade expressa neste contexto era um amálgama de crenças nacionalistas, racismo, modernização de hábitos, consumo de novos ritmos e de tecnologias. Eram os anos frementes, agitados e vibrantes, mas que traziam maquiados muitas permanências em meio a poucas mudanças. O Brasil moderno era na verdade um misto de muitas concepções, convicções e estratificações de tempos e de memórias que acabavam se confundindo no encontro de diferentes gerações. O fenômeno da modernidade ambígua, aquela que

⁵⁷⁴ Autuação de petição nº 696, feita pelo Frei Alberto M. Bortolan junto à prefeitura municipal da cidade de Goiás exigindo ajuda de custo para a conclusão da torre da Igreja de Nossa Senhora do Rosário em 1942. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁵⁷⁵ *Idem.*

camuflava ou se exprimia “sob as cores do passado” (Jacques LE GOFF, 2013, p. 162) foi bastante sintomática dos movimentos feministas inaugurados no Brasil dos anos 1920.

Em Goiás o debate ao redor do feminismo sobreviveu através de publicações esporádicas feitas pelo *Goyaz* até 1922 e, posteriormente, transferido para *O Democrata*. Este jornal deu início a publicações apontando as vitórias do feminismo e o avanço do movimento de mulheres pelo Brasil afora. Nestes anos as goianas já tomavam, com maior liberdade, a cena pública e urbana. Em razão de estudar no Colégio Sant’Anna, cursar Comércio, Pharmacia e Odontologia, ou participar das reuniões no Gabinete Litterário Goyano⁵⁷⁶, se notava uma grande movimentação feminina pelas ruas de Goiás.

O Largo do Chafariz, local em que se localizava a maior parte das instituições de ensino, era uma espécie de passadiço pelo qual muitas mulheres e homens caminhavam em direção ao colégio, faculdades ou ao Gabinete Litterario. De certa forma, a imagem de modernidade fabricada em *Goyana Moderna* por Marilda Palínia correspondia com o cenário cotidiano.

O Democrata persistiu, ao longo da década de 1920, com publicações analisando o comportamento das mulheres. A moda, os novos cortes de cabelo eram discursivamente operados de modo a explicitar uma relação com o feminismo, com a emancipação ou com qualquer outro comportamento feminino mais ousado. Nesses textos persistia o mesmo tom grave, expresso quando as goianas ousaram vestir *jupe-culottes*, em 1911⁵⁷⁷. O debate promovido pelo *O Democrata* em torno dos cabelos femininos trouxe, além do medo e da insegurança resultante de qualquer tomada de decisão feminina, muito da confusão presente nas relações entre moderno, modernidade, tradição e antigo. Essa mesma confusão parecia estar presente na compreensão do que seria o feminismo entre as mulheres de *O Lar*, logo depois de sua fundação, em 1926.

Na publicação sobre os cabelos femininos ficou expresso o choque de gerações, quando da disseminação das novas modas. O fato é que na tentativa de arrebanhar opiniões acerca do melhor estilo de penteado para as mulheres modernas, uma jornalista parisiense precisou lidar com múltiplas opiniões:

⁵⁷⁶ Nos livros de registros das reuniões do Gabinete Litterario Goyano se tem uma ideia da intensa circulação de transeuntes pelo Largo do Chafariz. Notou-se maior movimentação durante a presidência de Consuelo Ramos Caiado em 1929. Consuelo Caiado mensalmente realizava reuniões seguidas por palestras sobre temas diversos, isso enchia as reuniões com leitores e intelectuais de Goiás. Livro de sessões geraes, 1929, *Gabinete Litterario Goyano*.

⁵⁷⁷ Sabbatina. *A Imprensa*, anno VII, n.º 302, Goyaz, 06 de maio de 1911, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

As opiniões, como sempre, não firmaram uma maioria que pudesse impor a solução: curtos ou compridos.

As primeiras consultadas foram as artistas, que em geral cortam os cabelos. Responderam: - “é bom deixar crescer os cabelos; os cabelos curtos já aborrecem”. As senhoras de certa idade que de ordinário usam cabelos compridos, opinaram: - “os cabelos compridos já aborrecem; é tempo de começarmos a cortar-os”.

A jornalista procurou então, a opinião de um homem de letras que assim se manifestou: “os cabelos devem usar-se curtos de manhã, e compridos a noite”.

Como conciliar tais opiniões aparentemente contraditórias?⁵⁷⁸

Curtos ou compridos? Como resolver o problema dos desejos de mulheres de diferentes gerações em choque com os dos homens? E o desejo de emancipação que poderia vir expresso na escolha de cortes de cabelos, no uso de uma roupa diferente, mais curta ou mais justa? Como lidar com isso em um contexto já marcado por ampla luta feminista? Essas questões foram colocadas após considerar já estar disseminado, em diferentes regiões do Brasil, o desejo de emancipação feminina. A esta altura as mulheres ocupavam as cadeiras das faculdades, dos cursos técnicos e cargos públicos. Elas cortavam seus cabelos e utilizavam penteados modernos. Suas madeixas seguiam elegantemente onduladas e morriam no começo do pescoço, bem ao modo utilizado pelas artistas francesas⁵⁷⁹ e atrizes do cinema americano.

Os novos costumes e hábitos femininos desse momento ofereciam certa desconfiança entre grupos masculinos mais propensos ao cultivo de relações de gênero desiguais. Muitos homens permaneciam apegados ao medo da desvalorização de suas profissões caso fossem feminizadas e por essa razão tentavam impedi-las de sair.

Não é por um acaso que *O Lar* trouxe matérias destacando, por exemplo, a profissionalização de Leonor Borba e que após concluir o curso de farmácia, em 1928,

⁵⁷⁸ Os cabelos femininos. *O Democrata*, anno VII, n. 344, Goyaz, 16 de fevereiro de 1924, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁵⁷⁹ Conforme matéria publicada em *O Democrata*, à altura de 1927 o corte de cabelo *la garçonne* não era mais ícone de modernidade e teve sua morte decretada pela Escola nacional de Penteados, na França. Conforme Chaumier, presidente da escola, “nada de pescoços raspados, nem de orelhas a descoberto. Os cabelos devem ser elegantemente ondulados e virão morrer no começo do pescoço. A orelha ficará encoberta, e pequenos *guiches*, finos, ou terminando em uma beleza, descerão pelo lado do rosto em continuação do temporal. Nesse sentido serão permitidas varias fantasias. Um punhado de cabelos frouxos, contornando a nuca, será considerado muito chic. É como já usa Yvonne Vallée, a popular artista parisiense”. O penteado moderno. *O Democrata*, anno IX, n.º 508, Goyaz, 17 de junho de 1927, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

ocupou “o importante cargo de Fiscal do Governo junto á Escola Normal do Collegio de Formosa, onde residia”⁵⁸⁰. Ainda na mesma edição o jornal trouxe matéria sobre a conquista do direito de voto pela senhorita Benedita Chaves Roriz, moradora de Santa Luzia⁵⁸¹.

A publicidade aos casos de provável emancipação feminina não era estimulada. Essas informações sempre apareciam em formato de notas publicadas geralmente na última página do jornal, junto de anúncios diversos. Ações femininas que denunciasses rompimento com uma certa ordem de gênero pareciam administradas com cuidado por parte da redação. As publicações referentes à profissionalização das mulheres, da forma como eram editadas pelo jornal, denunciavam uma grande reserva.

As mulheres que transgrediam normas deveriam manter-se graciosas, afinal este era um dos elementos constitutivos da “boa feminilidade” e do feminismo socialmente aceito entre os goianos. Elas poderiam trabalhar e se profissionalizar, mas deveriam prezar pela honra e pela manutenção de suas obrigações de esposa e de mãe. As incumbências domésticas não lhes escapavam, mesmo depois de adentrar o mundo do trabalho.

A diretora do jornal, Oscarlina Alves Pinto, parece ter optado por manejar qualquer informação em torno do feminismo de uma forma tática, sem muito alvoroço. *O Lar* pouco comentou sobre o movimento feminista de Bertha Lutz ou de Consuelo Caiado. Sobre a Federação Goyana as mulheres de *O Lar* optaram pelo silêncio [foi publicada apenas uma pequena nota anunciando a fundação da instituição feminista], até porque esta organização feminista enfrentou grande resistência da igreja em função de se acreditar ser Consuelo Caiado uma praticante do espiritismo.

A liberação do direito de voto, entre os anos 1927 e 1928, para Julia Alves Barbosa (Rio Grande do Norte), Maria de Lourdes Lamartine (Rio Grande do Norte), Martha de Medeiros (Rio Grande do Norte), Maria Ernestina Carneiro Santiago (Minas Gerais), Maria de Freitas (Minas Gerais), Benedita Chaves Roriz (Goyaz), Clara Berbert Spitz (Rio de Janeiro), Esther de Oliveira Caldas (Alagoas) e Carmelita Barcellos de Aboim (Ceará)⁵⁸² não mereceu grande atenção do jornal.

⁵⁸⁰ Outubro. *O Lar*, anno III, n.º 54, Goyaz, 31 de outubro de 1928, p. 04. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁵⁸¹ O voto feminino. *O Lar*, anno III, n.º 54, Goyaz, 31 de outubro de 1928, p. 04. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁵⁸² O voto feminino perante a justiça (alguns julgados). Publicações da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, n.º 09, 1929. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Sobre o julgamento do pedido feito pela goiana e moradora de Santa Luzia (Luziânia) apenas se publicou uma pequena nota informativa. *O Lar* trouxe texto congratulando o alistamento da “primeira eleitora goyana, senhorita Benedita Chaves Roriz”⁵⁸³. Depois disso não se comentou qualquer fato relativo à primeira mulher eleitora de Goiás. Maiores informações só foram coletadas por intermédio dos diálogos nutridos entre Bertha Lutz, Luiz do Couto e Consuelo Ramos Caiado em cartas e telegramas trocados nos anos de 1928 e 1931.

Referências à eleição da primeira diretoria feminina do Gabinete Litterario Goyano só não passou despercebida em razão da publicação de um lembrete do dia 15 de maio de 1929. Neste dia o jornal informou ter ficado a diretoria composta pelas “gentis patrícias” e senhoritas Consuelo Ramos Caiado (Presidente), Annita Perillo (Vice), Noeme Lisboa de Castro (1ª Secretária), M. Carlota Guedes (2ª Secretária), Genezy de Castro (Oradora), D. Argentina Monteiro (Thesoureira), Carlota M. Jubé (Fiscal)⁵⁸⁴.

O movimento feminino das faculdades de Pharmacia e Odontologia em 1929, liderado por Altair Caiado e materializado no jornal universitário *A Flamma*, foi quase que por completo ignorado. Por alguma razão deveria haver, entre tantas mulheres, divergências que não foram registradas nas publicações de *O Lar* ou em qualquer outro jornal. Nem mesmo o fato de Consuelo Caiado ser colaboradora do jornal e uma provável articulista, ainda que não tenha assinado qualquer artigo, lhe garantiu contar com a divulgação para a eventual fundação da Federação Goyana pelo Progresso Feminino.

Oscarlina Pinto, na verdade, negou-lhe ajuda. Se desculpando em carta e, explicando estar muito atarefada “dados os afazeres decorrentes, não só do emprego nos Correios, como da direção dos negócios [de seu] falecido irmão”⁵⁸⁵ ela declinou da incumbência de secretariar a instituição feminista.

Prováveis antagonismos, cumplicidades e solidariedades entre essas mulheres deixaram expressa a manipulação do poder por sua parte. No interior das trocas de experiências elas constituíram uma cultura política própria. Para tal concepção fazemos uso das proposições de Michelle Perrot (1986) acerca da cultura feminina e dos contextos de

⁵⁸³ O voto feminino. *O Lar*, anno III, Goyaz, 31 de outubro de 1928, n. 54, p. 04. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁵⁸⁴ Gabinete Litterario de Goyaz. *O Lar*, anno III, n.º 67, Goyaz, 15 de maio de 1929, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁵⁸⁵ Carta de Oscarlina Alves Pinto a secretária interna da Federação Goyana pelo Progresso Feminino, Goyaz, 03 de junho de 1931. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

ação em que as mulheres deixavam explicitado a posse de poderes “delegados ou não, de que tiram partido” (2001, p. 21).

Outra contribuição que se faz relevante é a defesa de “alargamento dos horizontes de análise das culturas políticas” (2010, p. 414), feita por Rachel Soihet⁵⁸⁶. Considerando os estudos de Daniel Cefai, a historiadora apontou existir entre as feministas brasileiras dos anos 1970 uma cultura política. Para tal proposição ela partiu da noção de que se as mulheres criaram “contextos de experiência”, exercitaram papéis sociais e fabricaram “novas formas de compreensão e de representação do mundo” conseqüentemente elas constituíram uma cultura própria. Os efeitos desta mistura de experiências, muito provavelmente, se resignificam em uma cultura política filógina. Algo capaz de permitir a exteriorização de experiências e a consolidação de expectativas, mesmo havendo diferenças de opinião ou de comportamento, como no caso de *O Lar*, sua diretora e toda a movimentação de mulheres paralela ao jornal.

Oscarlina Pinto parecia ser uma mulher bastante atarefada, porém seu posicionamento diante de qualquer mobilização feminista era de certa reserva. Seus textos publicados no jornal tratavam da importante missão feminina para o progresso da nação. Para ela, todo movimento feminino deveria estar alicerçado em princípios moralizadores, de honra e de recato. A diretora de *O Lar* só comentou sobre o feminismo em momento no qual o jornal lutava para sobreviver. Enquanto acusava as mulheres goianas de indiferença e reclamava da falta de interesse das próprias mulheres pelo empreendimento feminista, Oscarlina escreveu artigo em que analisou as conquistas das mulheres. Conquistas que só se fizeram possíveis graças à existência de contextos de experiência e de interesses ressonantes. Fazendo coro ao que dissera Cordolino Azevedo⁵⁸⁷ acerca da conquista do espaço público pelas mulheres, ela apontou que:

⁵⁸⁶ A contragosto dos historiadores da cultura e do político, Rachel Soihet (2010) defendeu que entre grupos feministas, salvo diferenças de concepção, é possível confeccionar redes de solidariedade de gênero e criar uma cultura política. Tanto é possível que a atuação das feministas em certos episódios “contribuiu decisivamente para acentuar a mudança de mentalidade na sociedade brasileira, constituindo um elemento crucial na elevação da consciência de gênero” (p. 431). Na defesa de tal contexto de experiência a historiadora contrariou a concepção de Serge Berstein de que “a ecologia ou a corrente feminista não possuem cultura política constituída” (1998, p. 352).

⁵⁸⁷ Cordolino Azevedo (1925) apontou estarem as goianas ampliando o número de estudantes no Lyceu de Goyaz. As jovens “goyaninhas” se aventuravam pela vida “cultivando o espirito, robustecendo-o ao calor da sciencia e assim armando-se, danairosamente, para a conquista da almejada independência, fazendo porfiada concurrencia ao homem” (p. 130). Elas ocupavam os bancos do antigo colégio e imprimiam nas aulas as demandas de seu sexo. As mulheres ocupavam muitos lugares.

Nova era de luz, brilha no horizonte esplendoroso do seu nobre sentir.

Hoje, impera com soberania o progresso, o anseio de igualdade, de intelligencia e de iniciativa grandiosa!

A mulher, quer e precisa demonstrar com provas convincentes, que em seu cérebro também germinam e se agitam febrilmente, causas elevadas e nobres; e, do mesmo modo que os homens, ella pode e saberá desempenhar com maestria e justiça, cargos que até então lhe têm sido sonogados.

E, não é sem motivos justos, exemplos vivos e frisantes de aptidão e competência que assim o afirmamos.

O anseio do saber vai se generalizando entre nós, tomando vulto nos corações verdadeiramente feministas, fremem em cada peito, ideas entusiastas, que almejam subir, galgar merecidamente os degraus da sciencia, coordenadas nas leis de governar e reger a nação.

O facho da esperanza, irradia no seu pensamento, luz cambiante de graça e firmeza sobrepujante, o que muitas vezes lhe excede em formosura e compleição phisica.

A mulher actual, quer lutar, equivalendo então, a estar se preparando para vencer o seu ideal.⁵⁸⁸

Salvo certa discrição, a diretora de *O Lar* apontou que a esta altura as mulheres já acumulavam conquistas e algum direito. O feminismo de Bertha Lutz apresentava-se-lhe como um movimento eficaz. Oscarlina tinha consciência do quão fora difícil para as mulheres galgar degraus em uma sociedade que lhes cobrava em excesso. Por essa razão criticou a exigência de que as mulheres precisassem provar germinar e agitar em seu cérebro “causas elevadas e nobres” como requisito para ocupar funções anteriormente songadas. É curioso que ela só tenha feito isso apenas quando o jornal anunciava sua morte. Talvez estivesse cansada das excessivas cobranças para que os goianos e as goianas apoiassem o empreendimento. O fato é que em texto de 15 de março de 1932, ela trouxe uma espécie de desabafo. Conforme apontou, não faltaram, durante os anos de edição de *O Lar*, “fios negros a se [intercalar] à filigrana de oiro da alegria e da boa vontade”⁵⁸⁹.

Os embaraços “tolhindo-lhe os movimentos e trabalhando para que a [ideia dos espíritos firmes deixassem] de ser postas em execução”⁵⁹⁰ eram demasiadamente fortes, tão fortes que o jornal finalizava sua tiragem com os números 109 e 110. *O Lar* chegava ao fim e as mulheres precisariam, a partir de então, manejar outras táticas na expectativa de

⁵⁸⁸ O feminismo, Oscarlina. *O Lar*, anno IV, n. 93, Goyaz, 30 de junho de 1931, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁵⁸⁹ Explicando, Oscarlina. *O Lar*, anno VI, n.º 109 e 110, Goyaz, 01 e 15 de março de 1932, p. 01-02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁵⁹⁰ *Idem*.

conquistar alguma visibilidade em um contexto social ainda muito influenciado pela perspectiva masculina.

Durante sua existência, *O Lar* deixou evidente um leque de táticas manejadas por suas escritoras. O “bom” feminismo foi um mote para que elas manejassem algum poder e ocupassem a esfera pública, sem, todavia, ferir a imagem de respeitabilidade. Tanto Oscarlina quanto as demais escritoras fizeram uso tático do feminismo e do jornal. Por meios de jogos, elas conquistaram algum espaço e forçaram passagem. Isto lhes permitiu ampliar as fronteiras de atuação feminina. O posicionamento dessas mulheres no interior do jornal assemelhou-se muito ao movimento paradoxal expresso por Joan Scott (2002).

Os paradoxos não pareciam ser estratégias de sua movimentação por direitos, eles eram elementos constitutivos de sua própria identidade. Identidade esta que se encontrava em constante choque com o cotidiano de modernidades experimentado nas primeiras décadas do século XX.

O movimento de Oscarlina Pinto dentro do jornal deixou explícito um poder que era ao mesmo tempo castrador e semeador. Mesmo presa a arquétipos tradicionais de feminilidade e de relações de gênero isso não anulava seu importante papel na luta das mulheres goianas por direitos e cidadania. Oscarlina Alves Pinto, como Consuelo Caiado e tantas outras mulheres mencionadas, é, também, um nome importante na reverberação do movimento de mulheres em Goiás. Ela realizou atividades de grande relevância para as mulheres e se tornou uma vanguardista, tanto que foi caracterizada por Marilda Palínia como a “goyana moderna”.

Oscarlina Pinto, Leonor Borba, Benedita Roriz, Consuelo Caiado e tantas outras goianas destacadas pelo jornal, representavam a ruptura com um tempo no qual à mulher cabia exclusivamente os cuidados domésticos e maternais. Elas materializavam a resistência em um contexto de naturalizada subalternidade das mulheres. Essas mulheres da elite estadual, unidas a Graciema Machado, Altair Camargo e demais contribuintes do *hebdomadário feminino*, romperam, de forma moderada, com algumas amarras do gênero. Estas mulheres desataram alguns nós que impediam suas consortes de se expressar e de feminizar o mundo ao seu redor.

Toda a propaganda em torno dos direitos das mulheres feita por jornais masculinos, pelo jornal *O Lar* e pela empresa feminista dos anos 1931, constituíam-se em espaços de feminização. Esses ambientes de disseminação das demandas das mulheres eram janelas de resistência. Havia entre as mulheres desse jornal uma cultura feminina e logicamente se

defendia a ampliação dos direitos das mulheres, todavia a defesa de direitos seguia apegada a uma matriz cristã. O cristianismo era o alicerce filosófico de suas colaboradoras. Todas estudaram no Colégio Sant'Anna ou em outro colégio católico de Goiás. É por essa razão que se evitava publicações destacando o feminismo. Pelo menos evitava-se aquele feminismo comparado ao das sufragistas inglesas.

A honra era debate intenso entre estas mulheres e a defesa de um apego feminino aos papéis de mãe, filha e esposa eram intensamente defendidas, tanto que aquelas escritoras mais afeitas ao debate político e a um feminismo mais revolucionário acabaram silenciadas. Após assumir a redação do jornal, Oscarlina Pinto modificou a modelagem de suas publicações. Artigos sobre temas diversos, política, contos e crônicas mais apimentados foram removidos. Porém isso não impediu que *O Lar* se tornasse em espaço para a expressão feminina.

Por intermédio de suas folhas e em movimentações feministas se criou ambiente adequado para a exteriorização de experiências femininas. Ali havia um pensamento diferente e que permitia “uma maior sensibilidade em relação ao feminino” (Margareth RAGO, 2002, p. 16). Inaugurava-se um tempo de mudanças nas relações de gênero e as aventuras dessas mulheres por ambientes até então masculinos começavam a lhes render algum ganho.

Desdobrava-se um tempo de grandes transformações, tanto no Brasil quanto em Goiás. A entrada das mulheres na esfera pública era ponto de discussão na imprensa nacional e local. *O Lar*, por exemplo, tinha papel importante neste movimento. Todavia a luta trazia, camuflada em seu discurso, as cores de relações de gênero antiquadas e que cultuavam, ainda, modelos de feminilidade muito rígidos.

Para além de defender o feminismo, *O Lar* fez par com outros jornais na divulgação, em Goiás, de informações acerca das movimentações políticas e sociais, desenroladas no Brasil em meados da década de 1920. Por meio de *O Lar*, de *O Democrata* e de *A Voz do Povo* se pôde acompanhar os fatos ocorridos durante o governo de Washington Luiz, os efeitos da crise de 1929 e a ascensão de Getúlio Dorneles Vargas. Esses jornais desenharam, para os goianos, o Brasil de meados desse século XX. Por intermédio deles se observou um país que vivia, entre os anos 1920 e 1930, tempos de grandes agitações políticas e culturais.

O território brasileiro desses anos era um fervedouro de convulsões sociais com forte tonalidade de classe e de raça. Somado a esses conflitos civis adiciona-se o fim da grande

guerra e que agravou os problemas econômicos e sanitários existentes no país (a gripe espanhola foi um desses problemas).

Tantos problemas caminharam *pari passu* à crise de sucessão presidencial brasileira. O governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) ficou marcado por muitos conflitos civis e mobilizações operárias. Este presidente precisou lidar com revoltas e movimentos sociais na Bahia, em Pernambuco e na cidade de São Paulo.

Inserida em um contexto no qual as questões políticas ainda pareciam muito gelatinosas e marcadas por insatisfações resultantes de vários setores da sociedade brasileira, a Revolta dos 18 do Forte, nascedouro do movimento tenentista brasileiro, recebeu novas energias.

A grande oposição militar enfrentada pelos governos de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes (1923-1925), foi fortalecida pelo levante civil e militar de São Paulo em 1924. Isto animou um grupo de tenentes interessados em “tomar o poder na capital, inclusive com articulações com setores civis” (Mário Cleber LANNA JÚNIOR, 2017, p. 323).

A insatisfação popular, adicionada aos já organizados grupos de estudantes e movimento operário, favoreceu o aparecimento de líderes e garantiu a construção de uma seção militar contrária ao poder central. Luiz Carlos Prestes destacou-se como líder do movimento tenentista e um dos militares responsáveis pela organização da Coluna Prestes, uma espécie de marcha que percorreu grande parte do território brasileiro na tentativa de organizar e de fortalecer a oposição ao governo federal.

As influências desse movimento foram tamanhas que, de passagem por Goiás, as mulheres de *O Lar*, pelo menos aquelas mais afeitas ao debate político, não ignoraram tal movimentação. Em *Femina*⁵⁹¹, Grace Machado, apontou, entre elogiosos aplausos e narrativa pomposa, as qualidades de Luiz Carlos Prestes: “o super-homem o intrépido batalhador, o guerreiro indomável, a nobreza personificada, a criatura superior, acima de todos os exaltantes qualificativos – do Inferno Verde para o seio deste Brasil”. Para Graciema Machado, Luiz Carlos Prestes assemelhava-se a Mauricio de Lacerda e que apresentara projeto defendendo o voto secreto e “instituindo o voto da mulher nos pleitos municipais”⁵⁹². Para ela, a Coluna Prestes tinha grande relevância social, e inclusive

⁵⁹¹ *Femina*, Grace Machado. *O Lar*, anno II, n.º 27, Goyaz, 15 de setembro de 1927, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁵⁹² *Idem*.

feminista, pois em um contexto de intensas movimentações e transformações sociais, como aquele dos anos 1920, permitia a participação de mulheres em suas frentes de resistência.

A década de 1920 foi um período de grandes movimentações sociais, revoltas e conflitos, porém o contexto não se resumiu a apenas conflitos sociais. Para além do borbulhante cenário político, também haviam comemorações, novidades e movimentações estéticas e culturais.

Paralelo aos agitados governos de Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Washington Luis, em São Paulo e diferentes regiões brasileiras, comemorava-se, à altura de 1922, os cem anos da Independência. Na capital paulista um grupo de modernistas orçava a população com seu manifesto antropofágico e a Semana de Arte Moderna. No interior desse grupo de intelectuais destacou-se Tarcila do Amaral: “a mais proeminente mulher entre os modernistas e a companheira e esposa de Oswald de Andrade por vários anos” (June HAHNER, 2003, p. 271). Esta pintora, recém-chegada da França, incomodou e confundiu os consumidores de arte brasileiros com suas telas influenciadas pelas novas perspectivas estéticas, cultuadas na Europa. Tarcila do Amaral destacou-se por seguir “um caminho pessoal e artístico independente, extrapolando as fronteiras da arte acadêmica assim como as limitações do papel tradicional da mulher de classe média” (p. 271). Ela se juntaria, ainda que “não tivesse interesse por questões referentes à situação política ou civil da mulher” (p. 271), ao grupo de mulheres cujas realizações artísticas, vanguardistas e tecnológicas demonstravam a capacidade feminina.

Mesmo não sendo feminista, Tarcila do Amaral representou os interesses desse movimento que então começou a se reorganizar com o regresso de Bertha Lutz ao Brasil. Antecedendo os anos 1920, Bertha Lutz, recém-chegada da França, formada em ciências biológicas pela Universidade de Paris (Sorbonne), protagonizou alguns conflitos além de investir na luta feminista.

Aberto concurso para secretária do Museu Nacional a jovem bióloga se inscreveu na expectativa de concorrer a vaga. Porém um dos candidatos incomodado com a presença feminina no processo seletivo enviou “carta para o diretor do Museu, reclamando da participação de uma mulher, o que considerava contra todas as boas normas da moral e da família, e, revoltado, desistiu ele do concurso” (Rachel SOIHET, 2000, p. 97). Passado o processo da resistência masculina, Bertha Lutz realizou as provas, foi classificada em primeiro lugar e se constituiu “na segunda mulher a entrar para o serviço público no Brasil,

em que pese a necessidade de um parecer jurídico afirmativo acerca da legalidade da medida” (p. 97).

Vencida a misoginia do meio e empossada no cargo de secretária do Museu Nacional, Bertha Lutz, entre os anos 1918 e 1919, publicou textos criticando “os homens pelo tratamento dispensado às mulheres, que, sob a capa do respeito, tentavam mantê-las em permanente estado de infantilização” (p. 100)⁵⁹³.

A campanha feminista desses anos resultou na fundação, em 1922, da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização feminista que viria lutar pelo direito de voto para as mulheres no Brasil. Algo bastante parecido ao que tentaram fazer Leolinda Daltro e Gilka Machado em 1910.

O contexto em que o movimento feminista de Bertha Lutz se organizou foi marcado por mudanças comportamentais que se desovelaram desde a alteração de hábitos higiênicos até o consumo de novos produtos e mercadorias. As roupas tornaram-se mais leves, a comprida barba masculina foi substituída por aparos e cortes frequentes, ou pela raspagem total. Os impactos tecnológicos nas lâminas de aço facilitavam esse movimento estético entre os homens de então. O vestuário feminino encurtou-se e uma defesa das atividades físicas para as mulheres passou a ser feita na imprensa nacional e em diferentes estados brasileiros.

Em Goiás, Graciema Machado e outras/os escritoras/es de *O Lar*, acreditavam que a ginástica tendia “não somente a aperfeiçoar o delineamento do corpo, mas ainda a comunicar aos que a praticam o constante entusiasmo da formosura e da sanidade corporal, o cultivo da força e da alegria”⁵⁹⁴. A atividade física tornara-se um mecanismo de embelezamento e de preservação da saúde não tão somente de homens, mas também das mulheres. E junto da necessidade de expor belas formas corporaes acompanharam o encurtamento e o ajustamento dos vestidos, a adoção de calças femininas e de saias.

⁵⁹³ Sobre estes primeiros anos de movimentação feminina, anteriores à Federação, Rachel Soihet contou que Berta Lutz e um pequeno grupo de companheiras fizeram campanha, adquirindo caráter hegemônico naquele momento. Entre fins de 1918 e 1919 estas mulheres “se organizam em associações, fazem pronunciamentos públicos, utilizam abundantemente a imprensa, buscam o apoio dos líderes em vários campos e constituem grupos e pressão que pretendem garantir o apoio de parlamentares e de outras autoridades, da imprensa e da opinião pública. Não obstante, em sua maioria buscam revestir seu discurso de um tom moderado” (2008, p. 620).

⁵⁹⁴ A cultura physica no mundo feminino, Grace Machado. *O Lar*, anno I, n.º 17, Goyaz, 15 de abril de 1927, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Os decotes das roupas femininas se tornaram mais comuns e elas passaram a expor a beleza corporal sem todo aquele volume de tecido e de circunspeção das mulheres do século passado. As mulheres desse contexto começavam a tomar a cena pública com maior tranquilidade, liberdade e roupas mais curtas. “Nos carros e nos bondes, nos cafés e nos bares, nos bailes e nos estádios, nos umbrais das lojas e nas escadarias dos teatros, os movimentos bruscos e sobretudo os estudados repuxavam as sedas bem acima dos joelhos” (Nicolau SEVCENKO, 1992, p. 50). Nicolau Sevcenko atribuiu a eventual conquista do espaço público, pelas mulheres urbanas, a todo o movimento de alteração dos hábitos experimentado na década de 1920. Conforme registrou, a esta altura “elas estavam por toda a parte a qualquer hora” (p. 50)⁵⁹⁵.

Eventualmente se via muitas moças passeando de automóveis na Goiás dos anos 1920 e 1930. Logo que retornou do Rio de Janeiro, em 1931, Altair Camargo se notabilizou no interior da sociedade goiana em razão de ser a primeira mulher a dirigir um automóvel em Goiás (um Pontiac-1929 de propriedade de seu irmão, Tasso Camargo)⁵⁹⁶.

Este era, com certeza, um dado importante e que contrastava com certos costumes da época. O fluxo de viajantes e de estudantes recém-chegados com seus certificados e automóveis, em plenos feriados religiosos ou durante os festejos de carnaval, oportunizou uma saída dessas mulheres de seus quartos e afazeres domésticos. Em um desses passeios não raro algumas delas tiveram a oportunidade de segurar o volante dos automóveis e percorrer as ruas de Goiás, ação que provocava certo frisson entre aquelas mulheres e senhoras mais comedidas.

A necessidade de administrar os negócios familiares também permitiu às mulheres sair e frequentar o ambiente público para além do ritual de beijar o senhor dos Passos, como diariamente registrara Anna Joaquina da Silva Marques⁵⁹⁷. De passeio pelas igrejas ou cuidando de interesses financeiros diversos, essas mulheres adquiriam roupas da moda,

⁵⁹⁵ É exageradamente otimista a forma como Nicolau Sevcenko descreveu o movimento das mulheres pelo espaço público e urbano da São Paulo dos anos 1920, é preciso relativizar sua convicção da conquista, por elas, da esfera pública. Evidentemente que mudanças ocorreram e que o processo de modernização das relações entre os sexos operou-se de forma favorável às mulheres neste período, todavia historiadoras como Rachel Soihet (1989), June Hahner (2003), Mônica Raisa Schpun (1999) e Sueann Caulfield (2000) foram enfáticas em apontar as diversas dificuldades, obstáculos e violências enfrentadas pelas mulheres brasileiras no processo de sua entrada na esfera pública e na conquista de espaços em um mundo masculino.

⁵⁹⁶ PRADO, Paulo Brito do. “*Goiás que a história guardou*”: mulheres, ditadura e cultura nos anos 1960. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2014, p. 63.

⁵⁹⁷ Anna Joaquina destacou o movimento feminino entre igrejas, visitando casas que alugavam ou passeando de automóvel pelas ruas de Goiás durante os festejos de carnaval. A partir de 1920 esta saída mais costumeira e sua presença em diversões se tornou mais comum nos registros diários. Cf. fevereiro de 1921, p. 527.

conversavam entre si e até cultivavam segredos e romantismos. Estes renovados hábitos resultaram, certamente, dos novos mercados consumidores, das diversões, do desejo pela beleza helênica, mas também da luta de mulheres de diferentes gerações e que tentaram erigir uma cultura feminina própria.

O consumo do belo e de produtos, os mais variados possíveis, era o reflexo do conjunto de transformações radicais que se operaram na base econômica europeia e mundial a partir de 1870. O fenômeno “genericamente denominado Revolução Técnico Científica ou, mais simplesmente, de Segunda Revolução Industrial” (Nicolau SEVCENKO, 1992, p. 156), favoreceu o desenvolvimento da ciência e, conseqüentemente estimulou o mercado da moda, da beleza, dos cosméticos, da perfumaria, dos shampoos, dos tecidos, das roupas pré-fabricadas e de divertimentos⁵⁹⁸.

Isso também alterou as relações humanas, inclusive porque a tecnologia, oriunda de tantas descobertas, permitiu a redução das distâncias e das fronteiras. Os trilhos, os automóveis e o telefone revolucionaram a comunicação humana. Na verdade, houve grandes mudanças na forma como mulheres e homens passaram a se entender, a se comportar e a se desenhar no mundo. O Brasil pôde experimentar os benefícios e os malefícios do capital estrangeiro e da especulação das grandes empresas multinacionais. A persistência do colonialismo [ou neocolonialismo] e do consumo do exótico fez com que os países do norte europeu voltassem sua atenção para as culturas ditas tradicionais.

Brasil e Goiás encheram-se de curiosos e de viajantes que, como Arnold Landor e José Casais, percorreram diferentes territórios em busca de riquezas não exploradas e de conhecimentos vários protegidos por sociedades compreendidas como “primitivas”. Em meados de 1930 ainda se registrou a passagem da antropóloga Elizabeth Steen que, interessada pelo modo de vida dos índios Tapirapé, se infiltrou nas aldeias localizadas às margens do Araguaia e por lá ficou aproximadamente seis meses. Em 1932, o jovem repórter da BBC, Peter Fleming, se aventurou pelos perigos do Rio Araguaia na expectativa de descobrir algo sobre o misterioso desaparecimento do coronel Fawcett nos anos 1925.

⁵⁹⁸ Nicolau Sevcenko entende por Segunda revolução Industrial o fenômeno em que ocorre a substituição “das pequenas unidades fabris, baseadas no trinômio carvão, ferro e vapor, típicos da Revolução industrial desencadeada na Inglaterra por volta de 1780. Essas pequenas unidades foram então suplantadas pelos grandes complexos industriais ligados a produção de aços especiais, produtos químicos e motores de explosão e baseados nas novas e revolucionárias modalidades de energia, o petróleo e a eletricidade. Nesses novos complexos industriais não era só o volume da produção que se alterara drasticamente, pressionando pela expansão e abertura de novos mercados, mas também a sofisticação científica dos processos de produção e a necessidade de concentração maciças de capital para os investimentos de base. (1992, p. 156).

A região do mato grosso goiano era, a esta época, o centro das atenções de vários estudiosos e curiosos. Isto trouxe para essas regiões intenso fluxo humano, claro que auxiliados pelos novos meios de transporte. Todo o *boom* tecnológico da época oportunizou a ampliação das vias de comunicação e a instalação de novos meios de locomoção. Nessa época os trilhos das empresas inglesas serpenteavam pelas regiões do Vale do Café paulista e começavam a romper os sertões brasileiros, inclusive a região do Roncador, em Goiás⁵⁹⁹.

A população do pós-guerra começava a suspirar mais aliviada após o surto da gripe espanhola e que assolou significativa parcela da população brasileira de Norte a Sul. Nem mesmo Goiás ficou isenta de tal epidemia (Leandro Carvalho DAMACENA NETO, 2011).

O cotidiano de diversões deu nova espessura ao tempo social e causou a sensação de rapidez, de fluidez e de efemeridade. Como afirmou Nicolau Sevckenko, viviam-se os frementes anos 1920 e toda a velocidade resultante deste momento se espalhou pelo resto do Brasil, alcançando até aquelas regiões mais distantes do centro do país. Em Goiás, por exemplo, o investimento em estradas de rodagem já se tornara uma propaganda de *O Democrata*: “É preciso que tenhamos estradas”⁶⁰⁰, este parecia ser um lema entre as representações políticas do estado naquele momento.

A eletricidade já era uma realidade até nos mais distantes centros administrativos do país. Goiás inaugurara seu fornecimento de energia elétrica em grande comemoração do dia 18 de abril de 1920. Esta celebração reuniu parcela importante da sociedade goiana e findo o momento do culto religioso o “desembargador J. Alves de Castro, a convite dos empresários da luz electrica, foi conduzido até o registro, onde lhe coube a honra de mover a alavanca”⁶⁰¹ da usina geradora de energia, localizada no Largo da Carioca, às margens do rio Vermelho. Ao giro da alavanca propagou-se, imediatamente, a luz. O clarão atípico e que iluminou artificialmente a cidade que se fazia sombria às dezenove horas “foi recebida com

⁵⁹⁹ Carlos Pereira Magalhães, paulista e pastor presbiteriano, comprou algumas propriedades no entorno de Pirenópolis em 1919. Na expectativa de cuidar desta propriedade ele e sua família mudaram para Goiás em meados da década de 1920, sua mudança foi narrada em cartas onde apontou por exemplo as condições de locomoção e as dificuldades da viagem pelos sertões de Goyaz. Em 1919, quando deixou Minas Gerais e alcançou o Roncador ele apontou que pelo “correio um tanto incerto da estrada de ferro, enviei-lhe um suscito relato da dramática jornada de Araguari a Roncador. Agora, de malas fechadas pra o sertão, remeto-lhe algumas notícias deste povoado. E Estrada de Ferro de Goiás termina aqui na barranca de um rio fundo mas rumorejante, o Corumbá. Alguns quilômetros abaixo assento-se o porto velho do Anhanguera, onde até hoje moram descendentes seus. Roncador toma as duas margens do rio. Esta parte junto à Estação é ocupada exclusivamente por firmas comissárias com seus armazéns e depósitos; a outra, mais acampamento da cidade, articula-se por meio das tropas e carros de boi com a vasta hinterlândia do Brasil” (2004, p. 37).

⁶⁰⁰ A viação no estado. *O Democrata*, anno III, n.º 117, Goyaz, 20 de junho de 1919, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁶⁰¹ A luz elétrica – sua inauguração. *O Democrata*, anno III, n.º 153, Goyaz, 23 de abril de 1920, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

uma prolongada salva de palmas, em quanto as duas bandas musicas, do Sexto Batalhão de Caçadores e do Batalhão Policial, saudavam o feliz acontecimento”⁶⁰².

Salvo apagões, como aquele relatado por Anna Joaquina em 20 de abril, quando “a Luz Eletrica falhou não [aparecendo] senão a meia noite”⁶⁰³; o principiar do fornecimento de energia oportunizou à população goiana ter uma vida noturna. As ruas iluminadas das principais vias da cidade ofereciam à população goiana condições para sair mais costumeiramente nas noites e assistir aos filmes do *Cinema Ideal*, *Goyano* e *Luso Brasileiro*.

Esses divertimentos, disseminados por “Veiga, Fleury & Comp.^a concessionária dos films da Paramount”⁶⁰⁴ em Goiás, trouxeram para as telas do *Cinema Goyano* excelentes películas e atores. Foram filmes, como *Sogra Phantasma*, *Milhões de Polly*, *Loucuras de Mãe*, *Vamo-nos casar*, *Desfrutando a alta sociedade* e *A soberba*, que apresentaram para as goyanas artistas como Harold Lloyd, Alice Joyce, Claria Bove, Luis Wilson, Richard Dix e Gloria Swanson⁶⁰⁵.

O cinema americano logo tornou-se cultuado entre a população goiana e seus personagens, atores e atrizes passaram a ser adorados e seguidos pelos expectadores goianos. Os filmes tornaram-se referência para a população local. As jovens mulheres e os homens adotaram os modelos de beleza disseminados pelos ícones do cinema americano. Penteados, vestimenta, traquejo da fala e do caminhar, tudo deveria corresponder ao que fora presenciado nas telas do cinema goiano. Isto trouxe para Goiás novos ritmos e comportamentos característicos do consumo de mercadorias tecnológicas. Não raro se encontrava entre os registros de Anna Joaquina algumas descrições de suas idas a sessões cinematográficas.

A intensa procura pelo cinema parece até ter contribuído para a suplantação da cultura dos teatros, comentada por Consuelo Caiado em *A Goyaninha* (1917). Chavery de Torbi apontou que a “introdução do cinematographo em Goyaz”⁶⁰⁶ além de significar um enorme melhoramento, “veio preencher sensível lacuna e satisfazer aos seus fins”⁶⁰⁷. O

⁶⁰² *Idem*.

⁶⁰³ Diário de Anna Joaquina da Silva Marques, mês de abril, p. 512. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), Pontificia Universidade Católica da Goiás, Goiânia, Goiás.

⁶⁰⁴ Films Paramount. *O Lar*, anno II, n.º 27, Goyaz, 15 de setembro de 1927, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁶⁰⁵ Cinema Goyano. *O Lar*, anno II, n.º 31, Goyaz, 15 de novembro de 1927, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁶⁰⁶ Os Cinemas, Chavery de Torbi. *O Democrata*, anno VIII, n.º 432, Goyaz, 20 de novembro de 1925, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁶⁰⁷ *Idem*.

grande gosto pelas sessões cinematográficas enfraqueceu o teatro, e isso se deu, segundo o articulista, “porque a atividade humana não suporta mais a morosidade dos espectáculos aparatados que começavam às 8 ½ da noite com longos intervalos”⁶⁰⁸.

Este disfarçado colunista apontou como a procura pelo cinema era intensa à altura dos anos 1925 e por quais razões tal procura justificava melhorias nas sessões cinematográficas, afinal de contas o cinema tornara-se diversão quase exclusiva em Goiás.

Realmente o ambiente cinematográfico goiano converteu-se, ao longo dos anos 1920, em cenário para diferentes sociabilidades. Algumas dessas sessões eram marcadas pelo elogio da beleza estética através de concursos de beleza, costume muito comum nos anos de intenso cultivo da beleza corporal; mas também de disciplinamento. Ocasionalmente um ou outro comentador dos jornais goianos reclamava da falta de polidez entre a juventude local durante as sessões de cinema.

O Cinema Ideal, em 1927, promoveu concurso de beleza para eleger “uma rainha dentre as mais bellas moças goyanas”⁶⁰⁹. Em fevereiro daquele ano foi realizada a eleição. Muitas “foram as senhoritas que receberam votos dos eleitores, todas ellas merecedoras dessa homenagem, não só pela sua belleza e graças naturaes, como também pelas suas prendas de educação e espirito”⁶¹⁰. A eleita dentre as mais belas foi a redatora de *O Lar*, “a gentilíssima senhorita Altair de Camargo, uma das mais distinctas representantes do bello sexo goyano”. Conforme a matéria, os critérios de julgamento foram a “incontestável formosura e elegância, [aliada] a sympathia que suscitam a sua fina educação e os seus elevados dotes Moraes e intelectuais”⁶¹¹. Após eleita Rainha do Ideal, Altair Camargo e todos os demais presentes foram agraciados com a harmoniosa orchestra do *Cinema Ideal* em que tocava sua irmã, Edméa Camargo, e um filme da Paramount.

Outra situação desenrolada no interior dos cinemas goianos, mas que caracterizava conflito, é o irritado pedido de Nemo para que jovens expectadores respeitassem o público feminino e familiar que se fazia presente nas sessões cinematográficas. Em razão da exposição de filme sobre as culturas indígenas nas margens do Rio Araguaia houve grande comoção do público jovem que, desacostumado com a ausência de roupas e com o nudismo

⁶⁰⁸ *Idem.*

⁶⁰⁹ A Rainha do Ideal. *O Democrata*, anno IX, n.º 493, Goyaz, 23 de fevereiro de 1927, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁶¹⁰ *Idem.*

⁶¹¹ *Idem.*

das comunidades indígenas, não pouparam comentários “imorais” e eróticos em torno dos corpos e das vergonhas dos “silvículas”.

Era bastante comum, antes de iniciar-se as sessões, aparecerem “brados e assuados de descontentamento”. Durante os filmes era recorrente o entremeiar do espetáculo com “exclamações, assovios, gargalhadas e gracejos de mau gosto dos jovens espectadores, muitas vezes offendendo a moral e a delicadeza de sentimentos das senhoras e senhoritas presentes”.⁶¹²

As reações provocadas pelas imagens, muito reais, que “exibiam vistas do bello rio Araguaya, quando appareciam na tela os nossos pobres índios filmados em seu estado de semi-barbaria, com a sua indumentária summarissima, ou às vezes sem indumentária alguma, era de lastimar a suviada da menina mal-educada e grosseira, chamando a atenção para a nudez dos infelizes silviculas”⁶¹³. Estranhamentos do tipo deveriam ser comuns, afinal de contas não estavam preparados para testemunhar o “estado natural” dos índios em uma tela de cinema. A esta época não havia debates em torno da educação sexual, o corpo feminino e o masculino eram territórios a se desbravar e, toda temática sexual, persistia tratada com imensa gravidade, severidade e pudicícia. O provincianismo e vitorianismo reinava nos sertões goianos.

A sensação de realidade produzida pelo cinema devia oferecer aos espectadores a impressão de quase se poder tocar os corpos nus dos indígenas e, muito provavelmente, aquilo corava os rostinhos das jovens graciosas que para este divertimento se dirigiam cotidianamente. A comoção de jovens rapazes mais afeitos à indisciplina deveria envergonhar, aguçar desejos e irritar gerações mais velhas acostumadas com os comportamentos graves e sérios de uma educação rígida e regida a base de palmatórias. Não era estranha a comoção de Nemo diante das caçadas da juventude goiana. Seus pedidos de disciplinamento não fugiam da regra e da ordem de gênero imposta nesta época. Para a preservação da honra, da moral e da respeitabilidade da sociedade goiana, principalmente de suas mulheres, seria preciso educar a juventude de modo que aprendessem a se comportar em reuniões públicas.

Deve ser por situações do tipo que Suzana se irritara com a cultura dos cinemas. Muito provavelmente a moda feminina de roupas curtas disseminada pelas películas

⁶¹² Notas, Nemo. *O Democrata*, anno IX, n.º 502, Goyaz, 06 de maio de 1927, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁶¹³ Notas, Nemo. *O Democrata*, anno IX, n.º 502, Goyaz, 06 de maio de 1927, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

americanas impactou a cultura do vestuário em Goiás. Tanto impactou que resistências diante do encurtamento dos vestidos femininos foram publicados em diferentes jornais da capital. As reações foram várias e isso se chocou com a sensação de liberalidade feminina expressa por Nicolau Sevcenko (1992) em seu *Orfeu extático na metrópole*.

O movimento de liberalização, modernização e a saída das mulheres da esfera privada não foi tão dinâmico como desejou pintar Sevcenko. A adoção das novidades técnicas, das roupas prontas e dos cosméticos, enfrentou resistências tanto de homens quanto de mulheres. A moda e os modismos desse contexto não foram passivamente aceitos por todas as mulheres. Muitas senhoras mais velhas resistiram ao encurtamento das roupas e não deixaram de demonstrar sua insatisfação para com o ajustamento dos modelitos femininos.

Oscarlina Alves Pinto reclamou, em texto publicado em *O Lar*, sobre a moda, “caprichosa soberana, que vive escravizando todo o Universo, impondo confecções verdadeiramente extravagantes, na incontida ânsia de brilhar”⁶¹⁴. Convinha haver bom senso no modismo em voga. Para tanto ela defendia a intervenção masculina, fosse por “parte dos pais, esposos ou de algum coração amigo”⁶¹⁵. Era preciso que se censurasse os desejos femininos em torno de uma vestimenta “fútil” e “vulgar”. Para Oscarlina a “veste, esta segunda epiderme da mulher, [deveria] ser um mixto de graça e pudicícia”, que impusesse respeito diante da atração masculina, ao invés de por “em duvida muitas consciencias rectas”. Segundo suas convicções, este costume moderno precisaria ser combatido o quanto antes, pois tal moda desavergonhada já invadira até casa de Deus:

Já não basta que estas modas sejam exibidas nas ruas e onde quer que seja, mas, que se estenda até a casa de Deus? Isso não. Essas taes modas têm sido muito censuradas e mesmo condemnadas; no entanto, quantas ousam até se aproximar da santa mesa para receber a sagrada comunhão, com os braços e colos completamente nus, quando não são com as vestes coladas ao corpo ou as saias tão curtas que mais parecem despidas.

Convém que cessem por completo esses abusos e que, mormente as catholicas, dêem o exemplo, pondo termo a estas modas berrantes e por demais extravagantes.⁶¹⁶

⁶¹⁴ A moda, Oscarlina. *O Lar*, anno I, n.º 04, Goyaz, 30 de setembro de 1926, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁶¹⁵ *Idem*.

⁶¹⁶ *Idem*.

Horrorizada com o ajustamento e a diminuição das roupas femininas, Oscarlina Pinto, muito possivelmente, deveria manter ferrenho controle das publicações de *O Lar*. E isso se intensificou após a saída de Gercino Monteiro do jornal. Em vários de seus textos percebe-se esse tom mais grave, fortemente influenciado por seu catolicismo e que colocou em evidência o movimento bastante confuso daquilo que se tomava, nas décadas de 1920 e 1930, por moderno, modernidade, antigo e tradição⁶¹⁷. Suas ações de gênero diretamente relacionadas à construção de um modelo de feminilidade e de mulher honrada contribuía, sobremaneira, para a exclusão de quem quer que fosse a mulher que ousasse adotar modas e costumes tomados por transgressores.

Em sua crítica ela colocava-se contrária ao “moderno”, ou a “pedra de toque de uma remodelação fundamental no campo do saber” (Jacques LE GOFF, 2013, p. 175), talvez por achar que isso colocasse em risco velhos hábitos fortemente cultuados por segmentos aristocráticos de Goiás e que, de certa forma, controlavam a ordem das coisas naquele nicho social e temporal.

Oscarlina Pinto neste ponto se aproximou muito de Suzana e de sua crítica da falta de civilidade entre os incineradores das serras ao redor de Goiás. Comportamentos que condenavam e que atrelavam ao excessivo consumo das novidades e das modernidades, tais como o cinema, o *ring* de patinação e a moda de roupas apertadas e curtas.

A reformulação da moda e de comportamentos deve ter incomodado diferentes senhoras carolas de Goiás, como também incomodaram mulheres no Rio de Janeiro, em São Paulo e pelo Brasil afora. Todavia o movimento da fuga feminina de seus quartos persistiu a todo vapor. Claro que este movimento de saída das mulheres não seguiu um ritmo evolutivo ou progressivo.

Conforme se tem notado, o movimento de ocupação da esfera pública pelas mulheres caminhou, e caminha, *pari passu* ao jogo entre mudanças e permanências, algo bastante

⁶¹⁷ Sobre estas categorias Jacques Le Goff ofereceu interessante apanhado acerca do movimento conceitual no tempo e que foi modelando a compreensão de modernismo, modernização e modernidade latente entre os intelectuais dos anos 1920 e 1930. Segundo o historiador “com base na herança histórica da querela entre antigos e modernos, a Revolução Industrial vai mudar radicalmente os termos da oposição no par antigo/moderno, na segunda metade do século XIX e no século XX. Aparecem três novos polos de evolução e de conflito: na passagem do século XIX para o XX, movimentos de ordem literária, artística e religiosa outorgam-se ou são rotulados de ‘modernismo’ – termo que marca o endurecimento, pela passagem a doutrina, de tendências modernas até então difusas; o encontro entre países desenvolvidos e países atrasados leva para fora da Europa ocidental e dos Estados Unidos os problemas da ‘modernização’, que se radicalizam com a descolonização, posterior à Segunda Guerra Mundial. Para concluir, no seio da aceleração da história, na área cultural ocidental, simultaneamente por arrastamento e reação, aparece um novo conceito, que se impõe no campo da criação estética, da mentalidade e dos costumes: a ‘modernidade’”. (2013, p. 172).

parecido àquilo explicado por Mônica Pimenta Velloso (2017) sobre o modernismo e a questão nacional em 1920. Esta historiadora retomou o debate feito por Nicolau Sevcenko (1992) e Monica Raisa Schpun (1999) para apontar “pensar o modernismo a partir da perspectiva da simultaneidade, da continuidade e da pluralidade” (Mônica Pimenta VELLOSO, 2017, p. 353).

Consideramos ser por esta perspectiva ter caminhado os movimentos de mulheres na Goiás de fins do século XIX e meados do XX. O fato de Consuelo Caiado ter se convertido em uma espécie de “guardiã” da memória das mulheres goianas, lhe transformou em ponto do qual reverbera a memória dos feminismos e das lutas femininas em Goiás. Foi Consuelo Caiado, a primeira mulher a dirigir o Gabinete Litterario Goyano (1929) e liderar o movimento feminista goiano de 1931, quem guardou, encadernou e conservou todas as edições de *O Lar*. Ao constituir esse arquivo, guardou e preservou a movimentação das goianas modernas dos anos 1920 e 1930. De olho na tradição e no legado de outras mulheres, Consuelo Caiado trouxe para seu tempo elementos do passado na intenção, talvez, de justificar o processo de modernização pela qual passava a Goiás dos anos 1920.

Em seus guardados, manuscritos, contos, crônicas e histórias percebe-se movimento semelhante àquele realizado pelos intelectuais Brasil afora. Mesmo de forma sutil se pode reconhecer em seus arquivos a “figura do indígena, do africano, do europeu e do mestiço” (Mônica Pimenta VELLOSO, 2017, p. 356) amalgamados à dinâmica cultural da elite. Nestes documentos, salvo um processo de seleção, percebe-se “claramente a construção de um pensar moderno que [foi] sendo tecido e elaborado ao longo do tempo” (p. 358).

As operações arquivistas de Consuelo Caiado, sua atuação política e feminista e sua trajetória caminharam no ritmo daquilo que demonstrou Mônica Velloso acerca dos intelectuais que pensaram a nação brasileira em 1920. Esta historiadora, muito influenciada pelo estudo de Frederick R. Karl (1988)⁶¹⁸, apontou ser, por exemplo, a modernidade experimentada em 1922 e o movimento artístico e intelectual deste contexto um processo “bem mais amplo e complexo” (2017, p. 354). Para ela, na virada do século XIX ocorreu “uma série de modificações técnico-industriais que alteraram, de maneira drástica, as percepções e sensibilidades sociais. No Brasil, o fim da guerra do Paraguai (1865-1870)”

⁶¹⁸ Frederick R. Karl afirmou ser “o sentido do moderno e o do modernismo em qualquer época sempre o de um processo de tornar-se. Pode ser tornar-se novo e diferente; pode significar subverter o que é velho” (1988, p. 21-22).

funcionou “como um verdadeiro divisor de águas entre o denominado tempo antigo e o moderno” (p. 354).

Daí remontar ao contexto dos movimentos intelectuais do século XIX e a diferentes eventos deste período para explicar o movimento estético, artístico e social dos anos 1920, contexto em que também as mulheres experimentaram mudanças em seus hábitos, conforme apontou Rachel Soihet (1989) e várias outras estudiosas da história das mulheres e relações de gênero no contexto da dita Primeira República.

Naquele momento as mulheres, pelo menos aquelas de segmentos sociais economicamente favorecidos, já circulavam com certa tranquilidade pelas ruas das grandes cidades brasileiras, e pelas pequenas também. Em Goiás, naquela altura, já havia uma variedade de divertimentos, além dos costumeiros passeios de fins de tarde. Muitas jovens, filhas da elite, saíam às ruas em busca de vestidos, chapéus da moda e de cosméticos. Essas mulheres perambulavam, de uma loja a outra, na expectativa de adquirir os cobiçados artifícios para a formosura, ou daquilo que acreditavam ser essencial para seu ritual de embelezamento.

Foi baseando-se nessas impressões que Maria Ferreira de Azevedo descreveu, através de um diálogo hipoteticamente masculino, o movimento das modernas mulheres pela Rua do Ouvidor, no centro do Rio de Janeiro, em 1928:

A rua do Ouvidor vive a sua vida de intensa agitação. Num reboição enorme, a massa de povo rola rua acima, rua abaixo ostentando figurinhas deliciosas, envoltas em magníficos “tailleurs”, numa fingida sensação de frio que anda ainda muito longe, a bordar, em forma de nuvenzinhas brancas, o azul doirado do céu.

Á porta de elegante casa comercial, um grupo de rapazes conversa. É assumpto o sexo frágil que enche a rua com a sua graça, elegante fina, de carioca.

– Pois eu sou um psychologo terrível das mulheres. Devasso-lhes, a um só golpe de olhar, a alma, o coração, o amor.

Para mim não há mysterios nessas almas quase infantis. Algumas gostam de enovelar-se numa espécie de ostracismo, numa completa indiferença ao sexo forte. Proíbem a si, negam ao coração o direito de amar, porque, dizem, o amor enclausura, o amor é a liberdade entre grades doiradas e ellas querem ser livres, ambicionam acompanhar o homem e disputar com elle glorias e prestigio. Assim pensam e agem as modernistas [...].⁶¹⁹

⁶¹⁹ Psychologias modernas, Maria Ferreira de Azevedo. *O Lar*, anno II, n.º 43, Goyaz, 15 de maio de 1928, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Maria Ferreira, outra das muitas colaboradoras de *O Lar* e moradora de Goiás, após retornar de viagem feita ao Rio de Janeiro, referiu-se à mulher moderna como aquela que não ama, que não quer se casar e conseqüentemente que nega os papéis “naturalmente” impostos às mulheres. Aqui o moderno tornara-se algo prejudicial ao ideal de feminilidade cultuado por várias colaboradoras de *O Lar*. Para esta articulista aquelas mulheres que protagonizam seu artigo ambicionavam disputar com os homens as glórias e o prestígio de uma vida profissional e pública, em prejuízo do amor e da bondade cristã. Indiferentes ao sexo forte, “assim pensam e agem as modernistas”, esta era a convicção de Maria Ferreira de Azevedo. Fazendo uso de um ponto de vista masculino (e machista), ela acionou o gênero dominante e registrou os impactos das mudanças resultantes da modernização de costumes, modernização das relações de gênero e, conseqüentemente, de multiplicação de identidades femininas de modo estereotipado.

A descrição feita acerca das mulheres desapegadas dos convencionais sentimentos femininos assemelha-se muito àquela de Marilda Palínia sobre as goianas modernas. Para esta última articulista, as goianas eram mulheres que “ambicionam um diploma que lhes facilite a conquista dos grandes ideais de cultura e atividade”⁶²⁰.

Em certa medida as modernistas de Maria Ferreira aproximavam-se das goianas, pelo menos no ponto em que, na década de 1920, as mesmas enxameavam as ruas de Goiás em busca de formação nos cursos de farmácia e odontologia, procuravam as últimas novidades da moda, vendidas pelas lojas de José Alencastro Veiga e pela Casa Pery, passeavam e dirigiam carros, ou fundavam jornais, a exemplo do católico *O Lar*.

Nesta ocasião as goianas buscavam instrução, visibilidade pública e o embelezamento. Elas queriam trabalhar e se instruir, mas, também desejavam se casar. Elas não queriam competir única e exclusivamente com os homens, ao modo como desenhara Maria Ferreira. Em Goiás, elas tinham a expectativa de namorar e de se casar. E evidências desse desejo apareceram nos arquivos de Consuelo Caiado: em sua coleção de *O Lar* e em seus manuscritos. Muitas escritoras do jornal defendiam o importante papel da mulher casada na defesa dos interesses da pátria e da nação⁶²¹.

⁶²⁰ A goyana moderna, Marilda Palínia. *Voz do Povo*, anno I, n.º 03, Goyaz, Capital, 08 de julho de 1927, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁶²¹ Patriotismo, Oscarlina Alves Pinto. *O Lar*, anno I, n.º 03, Goyaz, 15 de setembro de 1926, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Para as moças instruídas persistia o conselho de que deveriam se casar e tornar-se mães de família⁶²² exemplares. Marilda Palínia ao corroborar os princípios defendidos por Violeta Pitaluga, Genezy de Castro, Oscarlina Alves Pinto e Altair Camargo reiterou que a “vida da mulher é amor e sonho: amor – feito bondade; sonho – feito acção.”⁶²³ O sentimentalismo e o romantismo eram tomados como posicionamentos naturalmente femininos. O casamento e a maternidade pareciam ser carreiras perseguidas pelas mulheres. Pelo menos esta era a ambição das amigas de Helia, uma das muitas personagens que compõem o romance *Uma página da vida de...?* (1925-1935) escrito por Consuelo Caiado.

Em longo diálogo sobre a paixão de Enio por Helia, Dora, outra das muitas personagens de Consuelo Caiado, expressou alguns dos sentimentos cultivados entre as goianas e que se remetem sempre ao namoro e ao casamento:

- Você exagera Dora. O que Enio faz por mim, faz por todos.
- Não faz Helia. Elle nunca foi tão assíduo em casa de parente algum e agora não sae d’aqui. Quando está em casa é só falando em você. Nunca vi elogiar tanto uma pessoa como elle elogia você. Para elle não há moça mais inteligente, mais instruída, nem mais delicada quanto á bondade não há no mundo quem possa igual-a.
- Tudo isso é bondade d’elle. Enio, por ser muito bonzinho e delicado, julga os outros por si. Mas, garanto-lhe Dora não há nem sombra de namoro. Pode perguntar-lhe.
- Enio também diz a mesma coisa: “É só amizade de primos, Helia é muito boazinha e delicada, por isso a estimo, pode perguntar-lhe se há namoro”. (Consuelo Ramos CAIADO, 1925, p. 18-19).

Nos dois volumes de *Uma página da vida de...?* (1925-1935), Consuelo Caiado ocupou quase toda a totalidade dos manuscritos com a narração do romance, lentamente fecundado, entre a jovem Helia, aspirante a noviça, e de Enio, um primo que acabara de conhecer. Ao fim da trama, após flertarem, se encontrarem e namorarem, Helia e Enio finalmente se casaram. Todo o debate feito ao longo do romance girou em torno da tarefa feminina no interior da sociedade goiana e dos hipotéticos benefícios que resultariam do casamento. O cumprimento dos papéis de esposa e de mãe pareciam ser ações que enobreceriam a nação e o estado de Goiás, algo muito parecido ao que pensara Colemar Natal e Silva em texto dedicado a Floracy Artiaga na edição número setenta e dois de *O Lar*.

⁶²² A mãe de família, Maria Ferreira de Azevedo. *O Lar*, anno I, n.º 02, Goyaz, 30 de agosto de 1926, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁶²³ *O Lar*, Marilda Palínia. *O Lar*, anno II, n.º 25, Goyaz, 15 de agosto de 1927, p. 07. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Em *A Mulher*, o filho de Euridice Natal e Silva destacou que a “cultura do espírito feminino é uma das mais gloriosas conquistas da civilização ocidental, depois espalhada universalmente, para o bem comum”⁶²⁴. Colemar Natal deixou expresso, tal como Consuelo Caiado, que à mulher cabia a responsabilidade de garantir o bem comum. A mulher tinha o papel de eterna benemérita, ainda que fosse uma intelectual. Porém, uma vez intelectual, a cultura de seu espírito feminino deveria ser um “oásis onde o pensamento da mulher, penetrado da incomparável sensibilidade feminina, traduz, na prosa ou na poesia, a delicadeza, a harmonia, a distinção da alma da *mulher-mulher*. Esse é o consolo dos *homens-homens*”⁶²⁵.

Elas poderiam explorar a sua capacidade intelectual e se aventurar pela imaginação literária, porém tal operação precisaria ser dirigida pela benevolência e pela harmonia. Claro que algumas escapavam desses limites e iam explorar o namoro, os flertes, as paixões, aventurar-se na literatura erótica, como bem fez Gilka Machado nos anos 1922⁶²⁶, ou explorar o tema do divórcio, conforme tratou Marié Joseph em seu *Sertão e cidade*, publicado em 1933.

É por pensar nas subversões e resistências que se acredita ter sido costume comum entre as goianas e, logicamente entre os goianos, longos diálogos em torno de prováveis namoros, paixões e pretendentes. Não é difícil encontrar tais temas em poemas, contos e crônicas de Cora Coralina, Nice Monterio Daher, Mariana Fleury ou Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro. Nos manuscritos de Consuelo Caiado essas relações afetivas determinavam os rumos tomados pelas narrativas.

Os romances, os namoricos e a busca de um parceiro pareciam ser algo que caminhava no mesmo ritmo do desejo de conquista de uma maior autonomia, de sair, se divertir, de consumir mercadorias modernas e de emancipar-se. Muito provavelmente era no interior desses debates em torno da existência ou não de sentimentos e do namoro entre um rapaz e uma jovem goiana que muitas mulheres, inclusive Consuelo Caiado, gastava o tempo em parábolas intermináveis.

Todos os seus romances tentam ilustrar relações sentimentais que começam com algum conflito entre os sexos, flertes, namoros e terminam com um casamento pomposo e

⁶²⁴ *A Mulher*, Colemar Natal e Silva. *O Lar*, anno III, n.º 72, Goyaz, 31 de julho de 1929, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁶²⁵ *Idem*.

⁶²⁶ MACHADO, Gilka da Costa Mello. *Mulher nua* (poesias). Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1922.

uma vida a dois muito feliz. Indistintamente estes diálogos vinham acampanhados pela descrição de passeios em outeiros de Goiás ou por lojas comerciais, no centro da cidade. Os outeiros tinham a intencionalidade de proporcionar um encontro mais privativo. Já o caminhar por lojas permitia o contato com novidades, conversas e expressões femininas distantes dos olhares censores das famílias. Enquanto caminhavam, namoricavam as vitrines das lojas ou compravam seus inúmeros objetos, as mulheres dialogavam sobre romances, paixões, casamento, as novidades tecnológicas e o futuro matrimonial. Elas falavam e sonhavam com uma vida própria, longe das relações de poder que intermediavam as questões familiares.

Não é um espanto ver, tanto Alice e Leonor – personagens de *A Goyaninha* (1917) – quanto Lulu e suas colegas – personagens de *Um verão na serra* (1919) –, discutirem sobre qual vestido utilizariam nas noites de apresentações teatrais ou nas festividades religiosas do mês de maio, o mês de Maria. Sentir-se bela era desejo muito característico entre as mulheres do início do século XX. E este embelezamento parecia estar diretamente relacionado à preservação da juventude e em expectativas de conquista de um lindo mancebo.

Envelhecer era algo desprezado e padecer na solteirice era um dos grandes medos dessas “goyaninhas”. Daí utilizarem a cultura da moda, os passeios públicos, festas e os encontros coletivos de fins de semana para deambular e flertar com possíveis candidatos ao casamento. Claro que este flerte deveria ser ação moderada e não podia ferir a boa moral feminina, afinal de contas a jovem namoradeira poderia manchar, com seus atos pouco discretos, a reputação e a honra de sua família. Em certa medida era por essa razão que *O Lar* trazia, além de textos discutindo modelos ideais de feminilidade, a coluna *Fora do Lar*, espaço em que a Indiscreta comentava sobre comportamentos e pedagogias adequadas para homens e mulheres no interior daquela sociedade.

Na edição de primeiro de agosto de 1927, a Indiscreta trouxe resumo dos divertimentos em Goiás. Em *Flert e noivado* ela falou da recém-inaugurada Praça Pinheiro Machado, seu coreto e bancos, cenário adequado para a política de flertes, aquelas “olhadelas á feiticeiras usada por ambos os sexos”⁶²⁷ e que, segundo suas palavras pedagógicas, cabia aos pais acompanhar tal comportamento pernicioso e vigiar as “suas filhas, afim de que ellas

⁶²⁷ Fora do lar, Indiscreta. *O Lar*, anno I, n.º 24, Goyaz, 01 de agosto de 1927, p. 04. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

não entrem no rol das dodivanas, porque é certo: muito fogo queima o dono e sapeca o vizinho; depois, *flirt* não engorda nem enche a barriga de ninguém”⁶²⁸.

A coluna *Fora do Lar*, tal como o jornal *O Lar*, trouxeram uma forte característica pedagógica e disciplinadora. Juntas, as colunas e suas escritoras, tentavam erigir modelos ideais de identidade de gênero masculina e feminina e, salvo algumas variações, seus textos traziam um forte conteúdo conservador maquiado pelo discurso da modernização.

As jovens goianas tinham autorização para nele escrever, podiam sair, se divertir e até namorar, mas deveriam prezar pelo recato, pela graça e pela boa moral feminina. Era este o comportamento esperado de um jovem da elite local.

Sobre a condição da mulher moderna, aquela que estuda, trabalha, cultua as artes e luta por sua emancipação civil, *O Lar* trouxe publicação sobre a palestra de Benjamin Vieira, filho de Virginia Vieira, e que no salão do Gabinete Litterario Goyano apresentou ao público e sua direção feminina, naquela época liderada por Consuelo Caiado, a dissertação intitulada: “A mulher no momento actual da sociedade”. Na dissertação, a mulher, conforme as palavras da redatora do jornal, tinha por intermédio de Benjamin Vieira, um “defensor sincero aos seus direitos, um propagandista devotado dos seus méritos, e que mais uma vez se provou pela conferência encantadora”⁶²⁹.

Ainda na publicação foi registrada mais uma das ideias defendidas pelas redadoras do jornal e por sua diretora, Oscarlina Alves Pinto. Esta pequena nota corroborou o movimento das mulheres, explicado por Rachel Soihet (2006) e June Hahner (2003), na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Em *O Lar*, como entre outros movimentos de mulheres de segmentos abastados, o feminismo deveria ser comedido e controlado.

O feminismo deveria ser um movimento tático e moderado, tal como decretara Genezy de Castro em seu *O feminismo*⁶³⁰ e, conseqüentemente, o jornal *O Lar*. Desta maneira, sendo o jornal uma “excelente obra feminista”, acabou incumbindo suas colaboradoras a apresentar ao “distinto conferencista os [vossos] louvores, pois mostrou-se compreender de nossos ideaes, atraves do prisma do bom feminismo, o feminismo saneador”⁶³¹ e tático. Aquele que não mancha reputações e não fere a moral e a honra.

⁶²⁸ *Idem*.

⁶²⁹ A mulher no momento actual da sociedade. *O Lar*, anno IV, n.º 79, Goyaz, 01 de dezembro de 1929, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁶³⁰ O feminismo, Genezy de Castro. *O Lar*, anno II, n.º 33, Goyaz, 15 de dezembro de 1927, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁶³¹ A mulher no momento actual da sociedade. *O Lar*, anno IV, n.º 79, Goyaz, 01 de dezembro de 1929, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Consuelo Ramos Caiado e a Federação Goyana pelo Progresso Feminino

Em fins da década de 1920 – pelos idos de 1928 – o movimento de mulheres, organizado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, reunia ganhos importantes. Era bem verdade que à época do movimento feminista brasileiro, o Brasil já experimentara ampla mudança em hábitos e costumes, as relações de gênero se modernizavam e, salvo questões relativas aos preconceitos de classe e de raça, ou mesmo da misoginia ainda fortemente latente entre segmentos sociais mais afeitos ao conservadorismo masculino, as mulheres, de uma forma geral, já conseguiam escapar das amarras da dominação simbólica e ocupavam gradualmente alguns espaços na sociedade.

Bertha Lutz, a *leader* do movimento feminista brasileiro, já gozava de grande representatividade política, nacional e internacional. Foi eleita presidente da União Interamericana de Mulheres, acabara de representar, em 1925, “o Brasil na Conferência Pan Americana em Washington” (Rachel SOIHET, 2006, p. 136) e ainda, neste ano, foi homenageada pelas mulheres brasileiras. Tal homenagem lhe foi concedida em função de ocupar cargo de grande relevância para a luta das mulheres no Brasil e nas Américas.

Em sessão solene, realizada no *Club* de Engenharia, presidido pelo Dr. Getulio das Neves, diretor interino do Club e contando com a presença de muitas mulheres ilustres, além do ministro do Peru, o Exm. Sr. Dr. Victor M. Maúrtua, Bertha Lutz, em discurso, apresentou um panorama do movimento das mulheres brasileiras e estrangeiras. Em importante levantamento histórico, a feminista descreveu o contexto social em que desdobrararam-se as conquistas femininas e enfatizou a importância do surto de progresso material experimentado nos últimos cem anos para os avanços e para as mudanças profundas nas estruturas sociais.

O processo de modernização pelo qual passavam diferentes esferas da sociedade brasileira oportunizou a infiltração de ideias renovadas. Isto, segundo discurso de Bertha Lutz, operou uma verdadeira transformação na vida das mulheres e da sociedade como um todo. Em rápido passeio pelo contexto de luta das mulheres e em correlações entre o “velho” e “novo” mundo, a homenageada enfatizou que:

Transplantada do Velho Mundo, onde sofria o estigma da inferioridade, para os novos continentes, a mulher encontrou uma situação privilegiada, em cujo gozo se conserva até hoje. Surgiu então na Nova Zelândia e nos Estados Unidos e, mais tarde, na Europa, o movimento feminino. Graças aos modernos e rápidos meios de comunicação, não pereceram mais as iniciativas, como sucedera com as antigas. Propagando-se rapidamente de um país para outro a campanha pelos direitos femininos, intensificou cada dia mais a sua marcha, até atingir o seu ponto culminante em nossos dias, abrangendo todas as nações civilizadas, e já vitoriosa na maioria dellas. Á medida que os movimentos nacionais se organizavam, iam transpondo as fronteiras formando-se, pela solidariedade feminina, as associações internacionais. [...]

Á mulher brasileira, inteligente, culta e generosa, está nesta hora reservado um papel importante nas reivindicações dos direitos femininos e no movimento de confraternização americana⁶³²

Neste pronunciamento, bastante influenciado pelas presentes conquistas femininas no Brasil, a exemplo do processo de saída das mulheres para as ruas⁶³³, ocasionado por mudanças técnicas, pela instrução feminina, pela modernização de hábitos e também das relações de gênero, Bertha Lutz enfatizou a relevância das redes de solidariedade e de amizade articuladas entre várias mulheres brasileiras e estrangeiras.

Citando diversos repertórios da luta de mulheres no Brasil, em países americanos e europeus, sem, todavia, fazer relação direta ao feminismo⁶³⁴, ela salientou os contextos de

⁶³² Discurso de D. Bertha Lutz. Homenagem das senhoras brasileiras a ilustre presidente da União Interamericana de Mulheres. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comercio, de Rodrigues & C. 1925, p. 09-16. Museu Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁶³³ As dicotomias entre os significados da “casa” e da “rua” começaram a alterar-se, com certa profundidade, neste contexto de mudanças ocorridas nas décadas iniciais do século XX. No passado, vista com suspeita, a “rua”, pelos idos de 1930, tornou-se espaço da, também, frequência feminina. Claro que as mulheres sempre circularam pela rua, e evidentemente que as escravas, negras e pobres tiveram amplo domínio desse espaço, muito tempo antes de mudanças nos hábitos serem processadas. Antecedendo os novos mercados financeiros alavancados pela expansão do capital estrangeiro, pelo neocolonialismo, pelos grandes processos migratórios e pelo excessivo consumo do exótico, elas já ocupavam ruas e comércios. As mulheres brancas e de segmentos abastados poderiam sair sob a condição de estarem acompanhadas por homens – agentes de confiança – e em horários previamente determinados. Desta forma as mulheres sempre fizeram a ponte entre a esfera pública e a privada. Elas sempre percorreram o estreito caminho que ligava a “casa” e a “rua”. Ao comentar os contrastes entre a “casa” e a “rua” Sandra Lauderdale Graham apontou a seguinte interpretação: “As imagens contrastantes da casa e da rua marcavam todos os contextos da vida doméstica. Ali se situavam as pessoas da época e, daquele ponto espacial, interpretavam as ações e encontros cotidianos. A casa significava um domínio seguro e estável. Á rua pertenciam as alianças incertas ou temporárias, nas quais a identidade não podia ser presumida mas tinha de ser estabelecida. A rua era um lugar suspeito, imprevisível, sujo e perigoso. Embora essas categorias fossem reconhecidas por senhores e criados, os significados convencionais podiam ser revertidos ou se tornar ambíguos: para os criados, a casa podia ser um local de injustiça, punição ou trabalho excessivo, enquanto a rua podia ser procurada como um local de maior liberdade. Já os senhores enfrentavam os riscos inescapáveis de trazer criados desordeiros para os espaços ordenados da casa” (1992, p. 16). Claro que Graham estava preocupada com a transição do trabalho escravo de mulheres para a condição de serviço doméstico, daí estar sua análise fortemente atravessada por questões de classe e raça. Ela tratou das escravas.

⁶³⁴ Observando pela ótica do discurso percebe-se que Bertha Lutz e outras mulheres ligadas ao movimento feminino dos anos 1920, optaram por manejar a palavra “feminino” em detrimento de “feminismo”. Mesmo

experiência feminina e o peso desse enquadramento de experiências e expectativas em comum para a constituição de uma luta feminista organizada, uma cultura própria com suas políticas próprias e agendas específicas. Conforme elencado por Bertha Lutz neste e em tantos outros pronunciamentos, só operando participação política de forma a não implicar em competição, mas sim em colaboração é que as mulheres conquistariam algum efeito positivo e/ou alcançariam o reconhecimento de sua cidadania (Rachel SOIHET, 2006).

Seu entendimento das relações de gênero, sua consciência de gênero e a concepção da condição feminina de que partia para produzir tal instrumental político, assemelha-se muito ao que disseram *A Apaixonada*, Cora Coralina, as mulheres de *O Lar*, a própria Consuelo Caiado e sua Federação Goyana pelo Progresso Feminino. Apesar desta última não ter demonstrado e nem deixado registros de qualquer rede de solidariedade para com as sufragistas de Santa Luzia e de Formosa quando lhes foram negados os pedidos de voto, feitos em 1928.

Em seus devidos recortes temporais (século XIX e XX) e contextos de experiência, cada uma dessas mulheres manejou a emancipação feminina de forma tática e moderada. A impressão é a de que essas mulheres manejaram ferramentas e fizeram aquilo que lhes era possível fazer no contexto em que se encontravam inseridas. Jogando novas conquistas para as futuras gerações, essas mulheres acreditavam que as lutas femininas deveriam operar-se de modo a criar redes de solidariedade entre diferentes gerações. Só desta forma se romperiam as teias de dominação que tanto infligiram, por exemplo, o cotidiano de *A Apaixonada*, de Consuelo Caiado ou de Cora Coralina.

A Apaixonada, que escreveu carta para a *Matutina Meypontense*, acreditava que somente suas filhas e as gerações vindouras gozariam de possíveis conquistas resultantes de suas lutas, mas que isso já lhe era suficiente⁶³⁵. Cora Coralina conduziu sua ideia de emancipação muito atrelada à concepção de Narciza Amália. Ela achava que o movimento de mulheres deveria ser tático, lento e que só se alcançaria algum ganho e/ou a equidade de gênero no momento em que mulheres e homens compreendessem a diferença entre os sexos. Para Cora também era fundamental que a educação de homens e mulheres fosse

aceitando o chamamento, elas escolheram afastar-se da nomenclatura “feminista” em razão dos estereótipos presentes nesta palavra e que se relacionavam ao movimento das sufragistas francesas e inglesas. O feminismo brasileiro de Bertha Lutz, tinha gênero e era determinado pelo ideal de moralidade.

⁶³⁵ Correspondência, *A Apaixonada. Matutina Meypontense*, n.º 115, quinta feira, 23 de dezembro de 1830, p. 03-04. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

equiparada⁶³⁶. Só desta maneira se poderia constituir redes de solidariedade entre os sexos, o que oportunizaria consciências de gênero filóginas. As mulheres de *O Lar* [e aqui se inclui Consuelo Caiado] acreditavam ser a emancipação evento útil à mulher moderna, mas não concordavam com o rompimento dos papéis de mãe e de esposa. Estes papéis de gênero elas tomavam por naturais, biologicamente determinados e acreditavam ter eles grande impacto no progresso da nação e do estado de Goiás.

Consuelo Caiado não fugia deste temário. Ela também combinava emancipação com tarefas tradicionais para as mulheres. Era preciso “espalhar opinião, mas não agir”⁶³⁷, assim ela entendia o contexto de ação das mulheres interessadas em emancipar-se. Era preciso ser colaborativa, moderada, graciosa e honrada. Atitudes mais afeitas à subversão precisariam ser friamente calculadas, do contrário acabariam impedidas pelos homens que se posicionavam nas portas do poder.

O contexto não permitia, ainda, meios para que as mulheres expressassem suas opiniões de forma mais incisiva, opositora ou que rompessem com as normas de gênero vigentes de uma forma demasiadamente abrupta. As fronteiras do gênero ainda eram fortemente determinadas por modelos humanos neutros, universais e masculinos. Pelo menos esta era a convicção expressada por Consuelo Caiado em seus registros.

A feminista goiana afirmou em seu bloco de anotações que entre às mulheres havia aquelas “que se contentam admirar o perfil e respeitar a digestão do homem”⁶³⁸. Conforme suas convicções, haviam muitas mulheres que aceitavam a submissão ao homem, que os idolatravam e os obedeciam incondicionalmente. Isto era prejudicial à luta das mulheres. Precisava-se de uma pitada de subversão nas relações entre homens e mulheres, do contrário o jogo estaria desequilibrado e fadado ao fracasso. Daí falar das dificuldades na promoção de mudanças profundas em hábitos femininos, masculinos ou mesmo nas relações de gênero. Operar “verdadeiras revoluções” era algo pouco provável naquele contexto, e Consuelo Caiado tinha consciência disso.

Se Oscarlina Alves Pinto reclamou do pouco interesse das mulheres goianas pelo *O Lar*, como alterar, da noite para o dia, convicções machistas e de creditada submissão feminina entre os homens e entre as próprias mulheres goianas? Alterar costumes e convicções era tarefa difícil, por isso essas mulheres viam o feminismo e a emancipação

⁶³⁶ Chroniqueta, Cora Coralina. *A Imprensa*. Goyaz, anno VI, n.º 270, 24 de setembro de 1910p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁶³⁷ Bloco de notas de Consuelo Ramos Caiado, 1931, p. 03. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁶³⁸ Bloco de notas de Consuelo Ramos Caiado, 1931, p. 13. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

como lutas intermináveis e ininterruptas. Algo que se arrastaria por várias gerações de mulheres. As mudanças deveriam acontecer, mas de forma lenta e com certo cuidado. Os movimentos dessas mulheres assemelhavam-se muito aos de Alice, Lulu e Helia, personagens que manejaram, nas relações de gênero, intensos jogos de resistência.

Os manuscritos de Consuelo Caiado trazem, salvo certa dose de apimentada subversão, a manutenção da carreira feminina: o casamento e a maternidade. O amor, a honra, a graça e a pudicícia aparecem com grande intensidade em todas as suas personagens, sejam elas protagonistas ou não. O catolicismo, a família e o Colégio Sant'Anna são as instituições que construíram tanto a sua identidade quanto de suas personagens e, é esta consciência de gênero que veio para a Federação Goyana pelo Progresso Feminino.

A graça feminina e o amor romântico eram demasiadamente fortes entre as feministas goianas, tanto que esses elementos foram transportados para suas redes de amizade. Claro que os relacionamentos entre tantas mulheres não eram unicamente atravessados pela amizade, haviam conflitos e silêncios que indicam interesses opostos. E eles apareceram nos primeiros pedidos de voto feitos pelas goianas de Santa Luzia e de Formosa. O fato de representarem interesses opostos àqueles que controlavam a política local serviu de mote para a negativa da Junta Eleitoral goiana.

Para as goianas envolvidas em *O Lar* e na Federação era natural que todas as mulheres lutassem pelo voto, mas que também se mantivessem firmes nas tarefas domésticas, matrimoniais e maternas. As mulheres eram tomadas como um universal, não havia variações identitárias. De longe se imaginava que tantas mulheres formavam, na verdade, uma constelação de identidades diferentes. Se a diferença das mulheres não era visibilizada, muito provavelmente não se enxergariam diferenças entre as mulheres. Daí o estranhamento de Oscarlina Pinto ou de Consuelo Caiado quando muitas se negaram a participar de *O Lar* ou a compor a Federação Goyana pelo Progresso Feminino.

Havia mulheres que não concordavam com as agendas presentes nesses movimentos. Algumas se movimentavam por conta própria, antes mesmo da fundação da Federação Goyana e independentes da Federação Brasileiro pelo Progresso Feminino. Mesmo assim suas experiências acabavam apropriadas como exemplos de feminismo ou de conquista de direitos. Todavia isso só aconteceria se obtivessem algum êxito e se suas agências não descredibilizassem a luta empreendida pela Federação. O fracasso na conquista do direito de voto era silenciado e qualquer atitude mais dura ou anárquica era combatida.

As desventuras de Benedicta Chaves Roriz e Almerinda Rosa de Magalhães foram silenciadas. Após certo estardalhaço de jornais cariocas, a Federação Brasileira, *O Lar* e Federação Goyana pelo Progresso Feminino optaram não por mencionar nenhum dos casos.

O fato de Benedita Roriz se posicionar publicamente através de entrevista concedida para *O Globo*, em 12 de novembro de 1928, gerou desconforto entre diferentes interesses políticos no estado de Goiás. Sua solicitação para compor a lista de eleitores de Goiás foi negada pela junta eleitoral e isso parece ter refletido para todos os outros pedidos de mulheres feitos Brasil afora, sua ação convertera-se em uma reação em cadeia que atrasaria por mais alguns anos a conquista do direito de voto feminino.

Os pedidos de mulheres de diferentes estados também foram negados por suas devidas juntas eleitorais. Diante deste cenário, nada atraente para a agenda da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Bertha Lutz pareceu ter optado por estreitar relações com Consuelo Ramos Caiado. Esta afigura-se, naquele momento, como quem poderia oferecer melhores condições para a configuração, em Goiás, de uma luta feminista diretamente subordinada à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

O evento de 1928 e o fracasso das sufragistas goianas estimulou a criação de redes de amizade entre Bertha e Consuelo. A presidente da Federação Brasileira trocou correspondências com partidários do feminismo em Goiás, manteve diálogo com Antônio Ramos Caiado e pediu que Consuelo Caiado levantasse a bandeira de um feminismo institucionalizado em Goiás, conforme telegrama do 02 de dezembro de 1928.

Consciente de que o pedido das goianas seria negado, Bertha enviou a Consuelo telegrama pedindo que a mesma, por conta de sua distinção entre as mulheres daquele estado, deveria, também, “alistar-se eleitora e que assumisse a direção”⁶³⁹ do movimento nascente em Goiás. Bertha parecia desejar um movimento de mulheres institucionalizado, o qual poderia acompanhar de perto e administrar, de forma moderada, com sua pedagogia de conquista do espaço público. Ela queria um movimento semelhante ao que já vinham desenvolvendo as mulheres de *O Lar*.

As feministas da capital goiana desde a fundação de *O Lar*, partiam de uma premissa muito presente em Bertha Lutz, aquela de não rompimento total com a ordem vigente. Elas manejavam o discurso feminista de forma tática e moderada. Bertha Lutz, *leader* do feminismo brasileiro, mantinha redes de amizade com feministas estrangeiras e com

⁶³⁹ Telegrama de Bertha Lutz para Consuelo Caiado, 02 de dezembro de 1928. Museu Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

mulheres ditas excepcionais, instruídas, intelectuais e que poderiam fazer frente a intensos debates políticos, fosse em âmbito nacional ou regional. Mantendo um tom moderado, aspecto que permitira qualificar seu feminismo de “tático”, Bertha Lutz enfatizou a solidariedade feminina e as redes de amizade firmadas entre várias mulheres líderes de movimentos feministas no processo de internacionalização da luta das mulheres, afinal de contas o feminismo, pelo menos nesta primeira fase, tinha demandas semelhantes entre mulheres de diferentes países. Claro que neste contexto questões relativas a classe e raça ficavam em segundo plano, a agenda dessa luta era o voto.

Bertha Lutz lembrou a necessidade de estabelecer redes de amizade, ação que operou, com certa eficiência, conforme se notou em sua vasta correspondência com feministas europeias, latino americanas e norte americanas. Bertha Lutz era uma grande amiga de Miss Carrie Chapman Catt e por longos anos manteve diálogo epistolar com Mary Wilhelmine Williams, conforme apontou Katherine M. Marino (2014)⁶⁴⁰. Esta historiadora visibilizou de que forma o diálogo e a amizade entre essas duas feministas permitiu a organização de um feminismo pan-americano. Processo iniciado em 1925, quando Bertha Lutz apresentou o feminismo pan-americano no Club de Engenheiros, durante a homenagem recebida das mulheres brasileiras.

A amizade entre as duas feministas permitiu estreitamento de relações que, segundo Katherine M. Marino (2014), alteraram perspectivas dos direitos humanos ao longo do período entre guerras. O debate em torno dos direitos humanos tornou-se generificado, dessa maneira, reconhecer os direitos das mulheres era, também, ícone de defesa dos direitos humanos:

O feminismo pan-americano e o vínculo pessoal entre Bertha Lutz e Mary Wilhelmine Williams revelam que o feminismo global tinha antecedentes muito anteriores. Trabalhando juntas por um compromisso

⁶⁴⁰ Em *Transnational Pan-American Feminism: the friendship of Bertha Lutz and Mary Wilhelmine Williams, 1926 – 1944*, Katherine M. Marino (2014) mostrou “como a amizade de Williams e Lutz, forjada através do contato pessoal ao invés de conferências institucionais, criou uma irmandade transnacional de iguais que mutuamente trocaram ideias. Seus relacionamentos estimularam uma reconsideração do potencial transnacional do feminismo pan-americano. Isso contribuiu para o projeto das historiadoras Ellen DuBois e Katie Oliviero de “contestar o que consideramos uma deturpação da dinâmica do internacionalismo feminista da primeira onda, como uma simples mudança do centro imperial para a periferia e colônia”. A amizade de Lutz e Williams também requer a reavaliação dos feminismos brasileiros e americanos no entre guerras. As historiadoras Susan Besse, June Hahner e Rachel Soihet lançaram uma luz sobre o trabalho feminista de Lutz no Brasil; no entanto, elas não exploraram toda a influência que o pan-americanismo teve no movimento nacional do Brasil. Além do mais, enquanto os acadêmicos acreditaram que Lutz inspirou a criação da Comissão das Nações Unidas sobre o Estado das Mulheres em 1945, poucos reconheceram o feminismo pan-americano que tornou possível seu ativismo na ONU” (p. 65-66, tradução nossa).

com a igualdade de direitos e paz internacional, o exemplo de Lutz e Williams abre novos entendimentos para o feminismo pan-americano nos anos entre guerras e sugere novas possibilidades para os locais transnacionais do feminismo entre as guerras. Também sugere implicações mais amplas para a compreensão de como a política interna e a internacional moldaram o entendimento feminista de direitos iguais, legislação protetora e pacifismo.

A política feminista pan-americana que Lutz e Williams abraçaram também desafia as distinções historiográficas de longa data entre o feminismo de “direitos iguais” e “justiça social”. Através de seu relacionamento, as duas mulheres forjaram uma fundação transnacional para suas crenças na igualdade e na diferença entre as mulheres e os homens. Ao fazê-lo, elas afiaram seus respectivos ideais do feminismo como crenças vivas e mutáveis. Essas opiniões, por sua vez, influenciaram suas abordagens em relação à igualdade de direitos, legislação trabalhista para as mulheres e pacifismo em seus respectivos países. Lutz promoveu uma ideologia de direitos mais igualitária no Brasil, enquanto ainda acreditava que as mulheres eram mais pacifistas que os homens. Williams procurou fundir seus compromissos feministas e pacifistas em seu trabalho organizacional. Respondendo às perdas que as mulheres vivenciaram no Brasil e no mundo sob o fascismo na Segunda Guerra Mundial, Lutz acabou adotando uma visão mais essencialista do pacifismo das mulheres. A janela que Williams forneceu ao NWP revelou que a ideologia de gênero da organização pode ter sido mais sutil do que os historiadores normalmente reconheceram; de fato, alguns membros do NWP acreditavam em uma feminilidade essencializada e utilizavam essa ideia para promover seus objetivos de igualdade de direitos.

Entendendo que a paz internacional era essencial para seu trabalho em defesa dos direitos das mulheres e pelo progresso democrático, Lutz e Williams acreditavam que a amizade entre as mulheres das Américas poderia ser a chave para moldar essa paz e compartilhar um futuro comum e mais igualitário. Elas viveram esse ideal em seu próprio relacionamento, o que ajudou a inspirar a ideia agora poderosa de que os direitos das mulheres são direitos humanos (2014, p. 79-80, tradução nossa).

Katherine M. Marino trouxe apontamento interessante para se observar o zelo de Bertha Lutz no processo de organização das redes de relacionamento entre as mulheres de diferentes estados brasileiros. Como fez com o feminismo Pan-americano no contexto da Segunda Guerra, Bertha Lutz já manejava, antes disso, tática semelhante. As redes de amizades reverberavam pela articulação das várias Federações, em diferentes estados brasileiros. Ela se aproximou de mulheres influentes em diferentes regiões do Brasil. Também tentou estreitar relações com mulheres que já se mobilizavam em defesa do direito de voto feminino sem que as mesmas estivessem vinculadas a qualquer instituição feminista.

Estas movimentações femininas em diferentes estados e suas conquistas foram apropriadas por Bertha Lutz como exemplos de vitória do feminismo brasileiro. As várias notícias referentes à conquista do direito de voto de mulheres eram utilizadas como conteúdo

para a produção de um contexto de experiências femininas. Algo fundamental para a luta organizada pela Federação Brasileira e Goyana pelo Progresso Feminino.

É considerando esta rede de amizades [ou sua ausência], para além de vínculos institucionais, que observaremos os relacionamentos entre Bertha Lutz, Benedita Chaves Roriz, Consuelo Ramos Caiado, Leonor Borba, a Federação Goyana pelo Progresso Feminino e a filial em Formosa, todas fundadas no ano de 1931.

As redes de amizade firmadas entre mulheres pareciam manuseadas como uma tática de luta e de controle no interior dos movimentos feministas. Como havia aquelas que compunham movimentos organizados femininos, mas não concordavam com posicionamentos femininos hipersensíveis ou moderados em demasia, era preciso criar, dentro do feminismo institucionalizado, dispositivos de controle. Daí vemos que o feminismo também era atravessado por gênero e que o gênero era operado de modo a favorecer um determinado tipo de luta, o que acabava gerando rompimentos entre as mulheres que se diferenciavam entre si.

A essas mulheres, mais interessadas em subverter regras, cabia o silêncio. O grupo hegemônico de mulheres operava o gênero de modo a silenciá-las. Mulheres mais transgressoras estavam suscetíveis aos jogos de gênero próprios do grupo de mulheres dominantes. Tal fato pode ser observado no caso de Graciema Machado, a escritora de *O Lar*, e de Benedita Chaves Roriz, a primeira eleitora de Goiás. Esta se posicionou publicamente a favor da oposição feminina ao sexo masculino caso conquistasse o voto e o que provocou diferentes reações contrárias.

Entre fins da década de 1920 e meados da de 1930, Bertha Lutz conseguiu estreitar relações com personalidades políticas bastante influentes e de diferentes regiões brasileiras. Mantinha amplo diálogo com governadores de estados e tentou, por intermédio dessas boas relações, aprovar leis em favor do direito de voto para as mulheres. Havia também uma troca epistolar intensa entre as mulheres que compunham a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Bertha Lutz e diferentes personalidades feministas pelo Brasil afora.

Dentre os líderes políticos com os quais Bertha Lutz trocava correspondências é importante destacar Juvenal Lamartine, governador do estado do Rio Grande do Norte. Foi da cidade de Natal que partiu a primeira sentença judicial favorável ao voto para as mulheres. Em 25 de novembro de 1927 o juiz de direito da 1ª vara de Natal, Dr. M. Xavier G. Montenegro, proferiu sentença a favor da liberação do direito de voto para a senhorita Julia

Alves Barbosa⁶⁴¹, que com certeza foi uma grande conquista da agenda mobilizada pela Federação Brasileira, por Bertha Lutz e pelas mulheres desse estado.

Seguiu-se a este o pedido de mulheres dos estados de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, Alagoas, Ceará e Goiás. A goiana de Luziânia (Santa Luzia), Benedita Chaves Roriz, efetivou pedido ao juiz de direito, Dr. Clovis Esselin que proferiu sentença favorável à liberação do direito de voto feminino. Utilizando-se de vários exemplos capturados no tempo, o jurista alegou que desaparecera, do contexto moderno, noções antiquadas de submissão feminina. Para Clovis Esselin, não havia mais “o tempo em que à mulher nenhum direito se reconhecia; o direito de vida ou de morte entre os Germanos, o estado de tutela em que a encontramos nas primitivas sociedades teutônicas e romana”⁶⁴², isto já havia sido superado. Graças aos progressos da civilização e as influências tecnológicas “em todas as nações, em todos os povos, com a evolução natural porque foi passando a humanidade, a mulher pouco a pouco, também, foi conquistando os seus direitos postergados e não reconhecidos”⁶⁴³. Após realizar um exame de leis anteriores, estudar o art. 70 da Constituição Federal e o decreto de número 17.527, ele apontou a seguinte problemática: “Porque se nega à mulher o direito de voto, baseando-se em um artigo de nossa lei magna quando nesta mesma lei, em outros artigos, lhe são concedidos certos direitos?”⁶⁴⁴

O juiz de Luziânia operava o precedente aberto por Joana França Stockmeyer e Bertha Maria Julia Lutz, as primeiras mulheres a ocupar cargos públicos no Brasil, como estratégia para justificar a ampliação de direitos civis para as mulheres. A primeira assumiu função de monotipista na Imprensa Nacional em 1917 e a segunda fora aprovada em concurso público para secretaria do Museu Nacional em 1918. Era pensando nesses precedentes que Clovis Esselin questionou:

Refiro-me ao caso da mulher que exerce emprego publico. Ellas, hoje, estão em todas as repartições, desempenhando cargos, tornando-se até vitalícias nesses mesmos cargos, por isso que são admittidas em concurso juntamente com os homens, e nomeadas em virtude desse mesmo concurso prestado. E, no entretanto, o art. 73, da Constituição Federal diz que os cargos públicos são accessiveis a todos os brasileiros. Ora, se no artigo

⁶⁴¹ Sentença do juiz de direito da 1ª vara de Natal, Dr. M. Xavier C. Montenegro. O voto feminino perante a justiça (alguns julgados). Rio de Janeiro: Publicações da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, n.º 09, 1929, p. 05-12. Museu Nacional, Rio de Janeiro.

⁶⁴² Sentença do Dr. Clovis Esselin, Juiz de direito de Santa Luzia, Goyaz. O voto feminino perante a justiça (alguns julgados). Rio de Janeiro: Publicações da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, n.º 09, 1929, p. 30. Museu Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁶⁴³ *Idem.*

⁶⁴⁴ *Ibidem*, p. 32.

referente á nacionalidade esta incluída a mulher, compreendida, porque não estará quanto ao direito do voto? E o direito de exercer cargos públicos conta-se entre os direitos políticos, diz Barbalho (Constituição, p. 459).⁶⁴⁵

O juiz analisou diferentes repertórios de negativas ao direito de voto para as mulheres, apontou leis que permitiam às mulheres ampliar suas fronteiras de atuação na esfera pública e julgou favorável o pedido feito por Benedita Chaves Roriz. Para ele “negar-se à mulher o direito de ser eleitora, quando nada existe que a proíba de exercer esse mesmo direito, é violar, é transgredir o princípio de igualdade constitucional, estabelecido, de modo absoluto, pela nossa lei básica”⁶⁴⁶, deste modo “tendo a peticionária juntado, todos os documentos exigidos pela legislação eleitoral”⁶⁴⁷ determinou-se que fosse Benedita Chaves Roriz incluída entre os eleitores de Luziânia.

A sentença proferida pelo juiz de Luziânia, em 20 de outubro de 1928, ainda recebeu o apoio do juiz de Formosa que, atendendo ao pedido da formosense Almerinda Rosa de Magalhães, também proferiu despacho favorável, apontando que a consciência do juiz moderno não poderia “ficar mais adstricta a entidades puramente abstractas, para proferir soluções mecânicas, automáticas”⁶⁴⁸. As concepções judiciais não podiam ser comparadas “a de preparador de reações mecânicas, automáticas, como se a função de julgar pudesse ser comparada a de preparador de reações químicas”⁶⁴⁹. Ao juiz moderno competia criar “o direito em casos omissos, fazendo aplicação dos que lhe sejam análogos”⁶⁵⁰. Considerando uma necessária modernização da justiça e consequente virada das interpretações de um juiz, Moacyr José de Moraes amalgamava modernização e modernidade, mudanças sociais e culturais sentidas por outros países para questionar se, por acaso, à mulher brasileira, “amparada por uma constituição liberalíssima, verdadeiro paradigma das nações cultas se encontra em posição inferior às suas co-irmãs, que adquiririam e exercem funções políticas?”⁶⁵¹ Porque razão excluir a mulher ou nivelá-la como incapaz, se era consenso a

⁶⁴⁵ Sentença do Dr. Clovis Esselin, Juiz de direito de Santa Luzia, Goyaz. O voto feminino perante a justiça (alguns julgados). Rio de Janeiro: Publicações da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, n.º 09, 1929, p. 30. Museu Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁶⁴⁶ *Idem.* .

⁶⁴⁷ *Ibidem*, p. 33.

⁶⁴⁸ Despacho proferido pelo Dr. Moacyr José de Mores, juiz de direito de Formosa, Goyaz. O voto feminino perante a justiça (alguns julgados). Rio de Janeiro: Publicações da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, n.º 09, 1929, p. 41. Museu Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁶⁴⁹ *Idem.*

⁶⁵⁰ *Idem.*

⁶⁵¹ Despacho proferido pelo Dr. Moacyr José de Mores, juiz de direito de Formosa, Goyaz. O voto feminino perante a justiça (alguns julgados). Rio de Janeiro: Publicações da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, n.º 09, 1929, p. 42.

“influencia benéfica e moralizadora que [ela] exerce na esfera social, pugnando com ardor pelas ideias nobres e, muitas vezes, servindo de elemento harmonisante, conciliatório, no ‘turbilhão das paixões políticas?’”.⁶⁵²

Era preciso atender diferentes casos omissos, contrariar o “tradicionalismo absurdo e por isso mesmo facilmente vulnerável”⁶⁵³ e liberar o direito de voto para Almerinda Rosa de Magalhães uma vez que nas eleições de Goiás “votam eleitores alistados de conformidade com a legislação federal e esta não veda á mulher a soberania do voto”⁶⁵⁴

Apoiando-se em princípios modernizadores e tomando de empréstimo características antiquadas de comportamento feminino, o juiz justificou o direito de voto para mulheres algo favorável, pois para além das normativas federal e estadual não lhe negarem tal direito, à mulher cabia o papel “moralizador” de um campo político contaminado por interesses escusos. Desse princípio também compartilhava Benedita Chaves Roriz quando em entrevista a jornal *O Globo* declarou que a “mulher não perderá nada dos seus atributos femininos na luta ao lado do homem, mas concorrerá com este para lançar um pouco de suavidade, de brandura e de idealismo nas campanhas sociaes”⁶⁵⁵.

Tanto ela quando Moacyr José de Moraes permaneciam apegados a uma modernização de hábitos que contraditoriamente reiterava relações de gênero tradicionais. Este era, de certa forma, um princípio latente entre as convicções de Clovis Roberto Esselin. Ele acreditava ser a mulher um sujeito humano neutro e universal, deste modo cabia a ela o papel de garantir o progresso da nação e qualquer diferença entre as mulheres permanecia ignorada por um reconhecimento de direitos ainda fortemente pautado em convicções machistas, sexistas e universalizantes.

O pedido feito por Almerinda Rosa não mereceu a atenção da imprensa local e nem da nacional. Maiores comentários só se deram em torno da rio-grandense Julia Alves Barbosa e da goiana Benedita Roriz, isto porque elas foram vanguardistas do pedido de voto em seus devidos estados. A solicitação da goiana atizou diferentes setores da sociedade brasileira e goiana. Em sequência ao seu pedido veio o pedido da formosense, várias

⁶⁵² *Idem.*

⁶⁵³ *Ibidem*, p. 43.

⁶⁵⁴ *Idem.*

⁶⁵⁵ Goyaz e o seu movimento feminista. *O Globo*, anno IV, n.º 1194, Rio de Janeiro, segunda-feira, 12 de novembro de 1928, p. 06.

mulheres de Planaltina se uniram em defesa da criação da comarca de Planaltina e fizeram pedido formal de apoio à Consuelo Caiado em 1929⁶⁵⁶.

A movimentação de mulheres em Goiás estimulou intensa troca de correspondências entre Bertha Lutz, Clovis Esselin, Luis do Couto, Benedita Roriz e Consuelo Caiado. Bertha recebeu telegramas e carta de Joaquim Camara Filho informando a vitória do feminismo em Goiás, na sequência enviou e recebeu telegramas ao juiz Clovis Esselin e Benedita Roriz agradecendo a iniciativa da solicitação e o parecer favorável ao direito de voto para as mulheres, ação que em muito fortalecia o movimento organizado no Rio de Janeiro.

Houve divulgação do pedido feito pela moradora de Santa Luzia em jornais de Goiás (*O Democrata* e *O Lar*). O jornal feminino trouxe uma pequena nota noticiando a vitória do “bom feminismo”. Bertha Lutz recebeu de Olegário Pinto duas edições de *O Lar*, como outra demonstração do bom feminismo goiano⁶⁵⁷. Em âmbito nacional, a imprensa carioca cuidou, a pedido de Bertha Lutz e Camara Filho, de divulgar a solicitação de Benedita Roriz. Todavia nenhum deles deveria contar com a independência de Benedita Roriz e com seu pronunciamento em *O Globo*.

Em 26 de outubro de 1928, Bertha Lutz publicou em *O Paiz* o telegrama que recebera de Joaquim Camara Filho. O documento congratulava a presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino pelas primeiras conquistas do feminismo e que já fazia ressonância em Goiás. O engenheiro agrônomo e jornalista Camara Filho informava o alistamento, em Luziânia, “da primeira eleitora goyana, a senhorita Benedita Chaves Roriz, filha de uma das principaes famílias do planalto”⁶⁵⁸. Ainda segundo o jornalista, o “despacho do Dr. Clovis Roberto Esselin, juiz de direito desta comarca, [constituía-se] um documento de alto saber jurídico e liberal, causando optima impressão”⁶⁵⁹ e que o entusiasmo reinava em torno do voto feminino, estando o ex-parlamentar Sr. Americano do Brasil, um dos chefes do Partido Republicano de Goiás, chefiando a campanha”⁶⁶⁰.

A todo vapor a campanha feminista no Brasil e em Goiás persistiu até que Benedita Roriz pronunciou-se em cadeia nacional, através de *O Globo*, ser papel da mulher que exige

⁶⁵⁶ Carta de comissão das mulheres de Planatina para Consuelo Caiado, Planaltina 18 de junho de 1929. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁶⁵⁷ Telegrama de Olegario Pinto a Bertha Lutz em 21 de janeiro de 1928. Museu Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁶⁵⁸ O feminismo em marcha. *O Paiz*, anno XLV, n.º 16077, Rio de Janeiro, sexta-feira, 26 de outubro de 1928, p. 06. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁶⁵⁹ *Idem*.

⁶⁶⁰ *Idem*.

seu direito ao voto posicionar-se sempre do lado oposto do poder em vigor⁶⁶¹. Ao seu pronunciamento vieram reações de diversos lados. O *Diario Carioca* publicou matéria apontando a “fallencia do feminismo” e a previsível negativa pela junta eleitoral de Goiás da solicitação de Benedita Roriz. Segundo a matéria, a negativa partia de um grande compromisso dos componentes desta junta com a oligarquia em vigor, acusando o “caiadismo” de relações com a negativa, a matéria apontou que:

Se esta dissesse – e jurasse – que formaria, sem vacilações, ao lado do governo federal e estadual, sim, ainda poderia, com o tempo, obter o acesso ás urnas eleitoraes; mas com essa affirmação prévia de independência ou, melhor, de oposicionismo, é que nunca chegará lá. Por muito mal que digamos dos senhores feudais do Brasil, não vamos ao ponto de julgal-os tão ineptos que procurem engrossar as fileiras adversarias. E si isso ocorre na União, que dirá o truculento caiadismo goyano das veleidades da senhorita Roriz?⁶⁶²

Na eminência da negativa do direito de voto e prevendo prejuízos à luta nacional, Bertha Lutz começou a trocar ampla correspondência com diferentes personalidades goianas. Foi neste momento em que Consuelo Caiado entrou no contexto das solicitações pelo direito de voto. Bertha enviou-lhe telegrama pedindo que intercedesse evitando anulação do voto feminino, pois isso prejudicaria a campanha em outros estados. Ainda comentando, ela pediu que Consuelo se alistasse e assumisse a direção do movimento feminista goiano⁶⁶³, foi neste instante em que a filha de Totó Caiado tornou-se nome elegível que, em 1931, fundaria e presidiria a Federação Goyana pelo Progresso Feminino.

Depois de remeter carta a Clovis Esselin comentando sobre a propaganda feminista em *O Paiz*, enviando-lhe material relativo ao empreendimento da Federação em atendimento ao seu pedido, Bertha comentou o problema e os prejuízos trazidos pelos comentários de Benedita Roriz para a luta feminista nacional. Segundo apontou, fora “extraordinariamente comentada a entrevista dada ao Globo, pela primeira eleitora goyana”⁶⁶⁴ e repercutira mal sua declaração de que deveria “ser oposicionista, chegando um dos jornaes a chamar a

⁶⁶¹ Goyaz e o seu movimento feminista. *O Globo*, anno IV, n.º 1194, Rio de Janeiro, segunda-feira, 12 de novembro de 1928, p. 06.

⁶⁶² A fallencia do feminismo. *Diario Carioca*, anno I, n.º 109, Rio de Janeiro, terça-feira, 20 de novembro de 1928, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁶⁶³ Telegrama de Bertha Lutz para Consuelo Ramos Caiado em 02 de dezembro de 1928. Museu Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁶⁶⁴ Carta de Bertha Lutz a Clovis Esselin em 23 de novembro de 1928. Museu Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

atenção para o facto de considerar falido o movimento em vista da repressão que teria o voto feminino”⁶⁶⁵.

Pensando nisso, ela desabafara com Clovis Esselin afirmando que neste primeiro momento não era interessante a Federação influir “sobre a orientação partidária do eleitorado feminino”⁶⁶⁶, pois no “momento atual, em que os alistamentos femininos ainda estão à mercê das decisões das Juntas Eleitoraes dos Estados, em que uma grande parte do ambiente politico é contrário à admissão das mulheres à vida pública”⁶⁶⁷. Para Bertha era “imprudente fazerem as eleitoras alistadas nas entrevistas que dão, declarações partidárias, mormente quando são de oposição”⁶⁶⁸. Isto poderia resvalar na decisão das juntas eleitorais controlados pelos governos locais e assim criariam-se precedentes contrários ao direito de voto feminino em todos os estados.

Bertha Lutz referia-se ao movimento das oligarquias locais e que como acontecera em Goiás poderia reproduzir-se em todos os outros estados brasileiros. No caso goiano, Brasil Ramos Caiado parecia ter se posicionado contrário ao voto feminino. Seu posicionamento somado às acusações de oligarquismo, por parte das oposições ao poderio da família Caiado e apoiada por jornais de circulação nacional, garantiu-lhe críticas da parte do jornal *A Manhã*. Denominando-o de “o barbudo Brasil Caiado”⁶⁶⁹, este jornal acusou o Presidente do Estado de Goiás de posicionar-se contrário à “invenção do Sr. Lamartine na sua capitania”⁶⁷⁰. Segundo matéria de *A Manhã*, Brasil Caiado concebia a mulher como única e exclusivamente dona de casa. A “mulher é para tomar conta da casa ou para cuidar de coisas femininas”⁶⁷¹, era essa a imagem das convicções de Brasil Caiado segundo as acusações feitas pelo jornal.

O senador Antônio Ramos Caiado também se posicionou contrário ao direito expandido para as mulheres, porém mediante voto a favor proferido por Luis do Couto e após diálogos com Juvenal Lamartine ele modificou seu ponto de vista. Na verdade, é importante considerar que, em suas conversas com Consuelo Caiado, esta o poderia ter influenciado de modo a alterar seu posicionamento acerca do assunto.

⁶⁶⁵ Carta de Bertha Lutz a Clovis Esselin em 23 de novembro de 1928. Museu Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁶⁶⁶ *Idem*.

⁶⁶⁷ *Idem*.

⁶⁶⁸ *Idem*.

⁶⁶⁹ O sábio anti-feminista goiano. *A Manhã*, anno VI, n.º 921, Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 1928, p.01. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁶⁷⁰ *Idem*.

⁶⁷¹ *Idem*.

“Desde que as mulheres possam ter as vantagens e ‘desvantagens’ dos homens, elle é de acordo que ellas votem...”⁶⁷², era assim que pensava Antônio Ramos Caiado em dezembro de 1928. Foi neste contexto em que Antônio Caiado se aproximou de Bertha Lutz.

A esta altura seu controle sobre Goiás começara a enfraquecer em razão de organizadas oposições no sul e sudeste do estado e por conta de eventos mundiais que em muito contribuíram para o esfacelamento de todos os governos estaduais pelo Brasil a fora. A crise de 1929, a intensificação de problemas financeiros e econômicos, fortaleceram um discurso revolucionário e que resultou na revolução de 1930 e consequente ascensão de Getúlio Vargas e seus partidários.

Ao assumir a presidência do Brasil, Getúlio Dorneles Vargas nomeou interventores para todos os estados brasileiros e em Goiás garantiu a ascensão de Pedro Ludovico Teixeira, e que era quem fazia oposição intensiva aos governos e controle de Brasil Ramos Caiado e Antonio Ramos Caiado em Goiás. Aquele era o fim do governo Caiado e a constituição de uma nova etapa para Goiás ou a substituição de uma oligarquia por outra.

Neste contexto, a família Caiado se tornou alvo de críticas diversas feitas tanto em Goyaz através da *Voz do Povo* ou de jornais veiculados na capital federal. Seu posicionamento contrário ao reconhecimento do direito de voto para as mulheres muito provavelmente contribuiu para que a Junta Eleitoral negasse o voto do procurador Luis do Couto a favor de tal direito. Mesmo vencido, o procurador fez questão de veicular seu voto através do jornal *O Democrata*. Contrariando o posicionamento sexista de Brasil Caiado, Luis do Couto apontou que “nada se opõe a que a eleitora seja excelente mãe de família. As duas funções não se repelem, antes se completam dentro do organismo social contemporaneo”⁶⁷³.

É interessante ponderar que mesmo reconhecendo o direito de voto para as mulheres Luis do Couto entendia como natural para as mulheres ser mães e esposas. Para ele, a mulher poderia muito tranquilamente acumular as tarefas domésticas com exercícios civis e públicos. Para o contexto de 1928, seu voto fora demasiadamente importante. O fato de Luis do Couto, procurador do estado de Goyaz, ter se posicionado a favor da liberação do voto para as mulheres, o visibilizou como provável parceiro na luta de Bertha Lutz.

⁶⁷² O voto feminino em Goyaz. *A Manhã*, anno VI, n.º 939, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1928, p. 01. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁶⁷³ Voto vencido do dr. Luiz do Couto, Procurador Geral do Estado. *O Democrata*, anno X, n.º 586, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Após publicada a decisão da Junta de Recursos Eleitoraes⁶⁷⁴ e que comentara doutrinas jurídicas de diferente países e temporalidades em que se mantinha a negativa da ampliação do direito de voto para as mulheres ainda que, paradoxalmente, reconhecesse ter as mulheres os mesmos direitos que os homens, os senhores Marcelo Francisco da Silva – esposo de Eurydice Natal e Silva – e Luiz Xavier da Silva venceram o voto do procurador Luis do Couto a favor da liberação do sufrágio universal.

Afirmando a incapacidade feminina de votar e utilizando como justificativa os vinte e quatro (24) votos contra sete (07) que excluíram as quinze (15) sufragistas no Rio Grande do Norte, esses juristas concluíram que “não existe lei declaratória do direito político, que ora pleiteiam nossas gentis patricias, como simples outorga implícita da Constituição no artigo 70”⁶⁷⁵ e que por esta razão se mandava excluir o nome de Benedicta Roriz da respectiva lista de eleitores.

A solicitação de Benedicta Roriz indiciava elementos oposicionistas, tanto que seu pedido acabou negado pela Junta Eleitoral de Goiás. O contexto de seu pedido foi marcado por conflitos políticos em que a família Caiado, o senador Antônio Ramos Caiado e o governador Brasil Ramos Caiado recebiam duras críticas de grupos oposicionistas constituídos em diferentes regiões do estado. Ainda havia, na capital, o jornal *Voz do Povo* e que não perdeu oportunidades de criticar o Partido Democrata e seus componentes.

Diante da situação de convulsão política, não pareceu estranho a negativa para o pedido de Benedita Roriz e nem seu silenciamento. O fato de ter se pronunciado publicamente, alegando que a “mulher, no actual momento politico, devo dizel-o com franqueza, tem de ser oposicionista, pois, o seu próprio ingresso no eleitorado é um triumpho do oposicionismo”⁶⁷⁶ e isto ter atizado os ânimos em Goiás reproduzindo-se na negativa e na reação de Bertha Lutz pedindo que as mulheres não se pronunciassem publicamente antes de conquistado o pleno direito de voto, indiciam jogos de poder político e partidário tanto dentro quanto fora dos movimentos de mulheres.

O silêncio que paira por sobre a imagem de Benedita Chaves Roriz demonstra a força de efetivo controle executado pela família Caiado. Ela fora silenciada e apagada do movimento feminista da ocasião em razão de pertencer a família influente e contrária ao

⁶⁷⁴ A Junta de Recursos de Goyaz é o voto feminino. *O Democrata*, anno X, n.º 586, Goyaz, 15 de dezembro de 1928, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁶⁷⁵ *Idem*.

⁶⁷⁶ A fallencia do feminismo. *Diario Carioca*, anno I, n.º 109, Rio de Janeiro, terça-feira, 20 de novembro de 1928, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

governo do período. Outro lado desta moeda é o cenário de desfragmentação política e econômica pelo qual passavam o Brasil e Goiás, aspecto que provavelmente contribuiu para o silenciamento deste fato, em razão de ser encarado como um “acontecimento menor”.

Faz-se necessário reiterar que Benedicta Chaves Roriz também era apoiada por homens que compunham o Partido Republicano e que fizeram declarada oposição a Brasil Ramos Caiado e Antônio Ramos Caiado.

Dr. Joaquim da Camara Filho, Dr. Antônio Americano do Brasil. Dr. Manoel Gonçalves da Cruz e Dr. Alceu Galvão foram considerados líderes da campanha feminista em Goiás na matéria publicada pelo *O Globo*. E para além disso, estes personagens tiveram papel importante no processo de oposição à oligarquia Caiado e na ascensão de Pedro Ludovico Teixeira frente à interventoria do estado de Goiás em 1930.

Neste contexto de conquistas e perdas, Bertha Lutz aliou-se a Consuelo Ramos Caiado que naquela época já tinha representação pública importante em razão de ser filha do líder político do estado, de receber vários pedidos de apoio de mulheres de diferentes regiões, de ter sua própria farmácia e de ser uma intelectual e mulher pública muito considerada entre seus pares.

A capital goiana sofria com ataques de grupos políticos organizados no Sul de Goiás, ou de famílias de diferentes regiões opostas à oligarquia Caiado. O maior “desenvolvimento das regiões sul e sudoeste e sua concomitante falta de participação nas decisões políticas geraram toda uma disputa inter-regional, cheia de sutilezas e nuances” (Ana Lúcia da SILVA, 2005, p. 112) que garantiram a desfragmentação do Partido Democrata.

O fato das decisões políticas ficarem centralizadas na cidade de Goiás reacendeu antigas propostas de quebra do monopólio oligárquico e de uma possível mudança da capital. Os diferentes jogos de poder no interior do campo político goiano, muito provavelmente, perspassaram o movimento de mulheres neste estado.

O Partido Democrata e o jornal *O Democrata* já contavam com uma forte oposição representada pelo jornal *Voz do Povo*, fundado em 24 de junho de 1927. Este periódico, seu diretor, editor e redatores tinham claro posicionamento contrário ao governo e à família Caiado. Segundo as convicções propagandeadas pelo jornal – já apontadas logo na sua primeira edição – a intenção era criar um espaço que se registrasse os destinos e o momento histórico de Goiás, pois se marcava o “início de uma nova phase, reação natural a um longo

período de estagnação, de catalepsia do pensamento livre, em Goyaz⁶⁷⁷. Iniciava-se aí um processo de oposição a Antônio Ramos Caiado e ao Partido Democrata.

A publicação da *Voz do Povo* deixava claro que seu grande propósito era criticar a oligarquia Caiado. Tanto era que várias de suas edições trouxeram matérias intituladas “Olygarchia Goyana”⁶⁷⁸, nas publicações não se poupavam ataques à figura do senador Antônio Ramos Caiado ou a qualquer estratégia política que beneficiasse a família Caiado no cenário político de Goiás.

As denúncias de falta de verdade, omissão, de parcialidade de *O Democrata* ou de corrupção apareceram em dezenas de artigos publicados na *Voz do Povo*. No dia 02 de setembro de 1927,⁶⁷⁹ o jornal trouxe o poema *Notícias da Cidade*, escrito por João Ninguém. Este texto denunciava o efetivo controle de Antônio Ramos Caiado em torno da circulação de notícias referentes à capital goiana:

Ciríaco, há muitos dia,
Ricibi a sua carta.
Sciencia do qui dizia,
Respeito de Malaquia
E cumade Dona Marta.

Seu Olegaro, outro dia,
Todo cheio de bondade,
Vei sabê quem rimittia
Nutiças da oligarchia
Goayana, cá da cidade.
Mal a boca foi fexando.
Rispundi desta manêra:
- Nutiças sô ieu qui mando,
P’ru jorná, de vez quando
Mas nutiças... verdadeira.

E cum toda santidade
Elle logo acrescento:
- As nutiças da cidade
Imbora seja verdade,
Num mande mais, pru favô.

Uma carta arricibi.
Qui seu Totó de lá,
A qual eu já rispundi.
Elle tombem vei pidi
P’ras nutiças num manda.

- Ieu sei qui tudo é verdade,
Assim disse elle, porem,
Ieu lhe peço, pur bondade,
Qui as nutiças da cidade
Num mande mais⁶⁸⁰

⁶⁷⁷ O valor da Imprensa. *Voz do Povo*, anno I, n.º 01, Goyaz, Capital, 24 de junho de 1927, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação educacional da cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁶⁷⁸ Olygarchia goyana. *Voz do Povo*, anno I, n.º 04, Goyaz, Capital, 15 de julho de 1927, p. 04. Gabinete Litterario Goyano/Fundação educacional da cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁶⁷⁹ *Voz do Povo*, anno I, n.º 11, Goyaz, Capital, 02 de setembro de 1927, p. 01-02-03. Nesta edição foram publicados artigos dirigidos a criticar a família Caiado e Antonio Ramos Caiado. Governo estático e ação dinamica de governadores; Goiás e seus Caiados; Os fantoches do Senador; Na terra onde o senhor Caiado manda e A chapa do Partido Mula sem cabeça tinham como objetivo desacreditizar a figura do senador Antonio Ramos Caiado e do partido Democrata. Gabinete Litterario Goyano/Fundação educacional da cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁶⁸⁰ Notícias da Cidade, João Ninguém (Especial para a *Voz do Povo*). *Voz do Povo*, anno I, n.º 19, Goyaz, Capital, 28 de outubro de 1927, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação educacional da cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Com ênfase numa linguagem que aludia à fala coloquial e à “ignorância analfabeta” do povo goiano – resultado do controle oligárquico que impedira qualquer ação referente à instrução – o poema acusava Antônio Ramos Caiado e sua oligarquia de obstar a circulação de notícias sobre a situação política e cotidiana de Goiás. Na crítica, parcela da família Caiado era acusada de censurar jornais, interceptar correspondências remetidas via Correios e operar mecanismos violentos na expectativa única e exclusiva de manter efetivo controle sobre a região goiana e de seus moradores.

Como o “ideário político de sustentação das oposições goianas baseava-se num ataque pessoal aos membros do governo e numa crítica à estrutura jurídico-política do Estado” (Ana Lúcia da SILVA, 2005, p. 117), era de se esperar que o jornal de Mario de Alencastro Caiado tentasse minar o compromisso do governo atual com a verdade, ou com a sua “verdade”.

Na imagem projetada pelo poema, a situação de Goiás, em fins dos anos 1920, era a de uma região dominada pelo cerco de uma oligarquia violenta e perseguidora que impedia qualquer circulação de informações entre seus moradores, mantendo-os no total isolamento e na ignorância em relação aos fatos cotidianos e políticos do estado e da nação. A impressão era a de que Goiás convertia-se em um estado de excessão – uma ilha – controlado por um coronel inescrupuloso e vulgarmente chamado de “Totó Caiado”. Representação exageradamente deturpada, afinal de contas não se pode negar que, embora houvesse algum controle por parte do governo e de suas lideranças familiares, sempre haviam meios para se burlar o olhar vigilante do inventado “panóptico” caiadista e de seus partidários. É emergente considerar que a agência das/os goianas/os sempre escapulia das fronteiras demarcadas pelas cercas dos latifúndios oligárquicos de Goiás.

Prova disso foi a bem-sucedida ascensão de Pedro Ludovico Teixeira em 1930, logo após a conspiração de Minas e do Rio Grande do Sul, que depuseram Washington Luís e garantiram, após pressões das forças revolucionárias oriundas do Sul e de populares, a entrega do “governo do país a Getúlio Vargas, empossado na Presidência da República em novembro” (Marietta de Moraes FERREIRA; Surama Conde SÁ PINTO, 2017, p. 407) daquele ano. As ações independentes de Benedicta Chaves Roriz, ou mesmo as da Federação Goyana pelo Progresso Feminino – e que agiram de modo a ampliar o debate político para a experiência feminina goiana – são exemplos de que o controle das oligarquias não eram deveras eficazes.

Nesse ínterim, o jornal *Voz do Povo* afigurava-se como um dos poucos canais para a circulação de outras informações em Goiás, até porque seu grupo editorial julgava-se profundamente comprometido com a “verdade” acerca das relações políticas desenroladas naquele contexto marcado por cisões intraoligárquicas e conspirações partidárias resultantes da crise de 1929 (Marietta de Moares FERREIRA; Surama Conde SÁ PINTO, 2017). O interesse desse jornal era quebrar a soberania de Antônio Ramos Caiado por intermédio de publicações que o descredibilizavam, desabonavam-o e o desenhavam como um verdadeiro déspota.

Na ocasião de lançamento da *Voz do Povo* houveram denúncias de tentativa de perseguição efetuada pelo Partido Democrata e por Totó Caiado. Este, segundo editores da *Voz do Povo*, fizera declarações afirmando que “‘quatro desembargadores de Goyaz cuidavam de fundar um jornal de ideias communistas, exaltadas e violentas’. Em portuguez claro quer dizer – jornal bolchevista”⁶⁸¹. Diante de tal crítica, os editores da *Voz do Povo* afirmaram ser asserção “tão absurda, tão impensada, que o próprio órgão não poderia deixar de tecer aquelle commentariosinho, no final, em poucas palavras, mas de effeito formidável para um bom entendedor”⁶⁸².

O fato era que para os editores deste hebdomadário “nenhuma surpresa causou a tal declaração. [Eles julgavam] o sr. Totó Caiado capaz de cousas muito peiores. A verdade, porém, é preciso que seja dita”⁶⁸³: “Goyaz era governada por um déspota violento”. Para eles, os ataques feitos em *O Democrata* já eram previsíveis. E a imagem violenta de Antônio Ramos Caiado e de seus partidários era a que perseverava nas frentes da oposição goiana.

De tal modo, qualquer iniciativa que não partisse do grupo hegemônico seria combatida. Toda forma de pensamento alheio ao contexto marcado pela dominação da família Caiado seria censurada, punida ou silenciada por Totó Caiado; pelo menos esta era a crença propagandeada pelo jornal *A Voz do Povo* e por demais oposições encasteladas em Rio Verde, Catalão, Morrinhos, Formosa e outras cidades distantes da capital. Esta e tantas outras críticas publicadas pelo jornal na forma de tribofe tentavam mostrar que qualquer iniciativa de variação do poder político seria combatida pelo senador Antônio Ramos Caiado e pelo governador Brasil Ramos Caiado. Desta forma não seria estranho que eles

⁶⁸¹ Processo immoral. *Voz do Povo*, anno I, n.º 02, Goyaz, Capital, 01 de julho de 1927, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação educacional da cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁶⁸² Processo immoral. *Voz do Povo*, anno I, n.º 02, Goyaz, Capital, 01 de julho de 1927, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação educacional da cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

⁶⁸³ *Idem*.

interviessem em todo tipo de movimentação social que lhes causasse prejuízos concretos e/ou simbólicos.

Muito provavelmente, para manter sua família à frente das decisões políticas do estado, tanto Antônio quando Brasil Ramos Caiado manejaram diferentes estratégias, algo muito parecido ao que fizeram os Bulhões (1896), os Xavier de Almeida (1908) em seus respectivos governos, e até mesmo Pedro Ludovico Teixeira (1929-1932), no momento em que não mediu esforços para transferir a capital goiana para Goiânia (Jales Guedes Coelho de MENDONÇA, 2013).

Fosse interceptando correspondências, prendendo figuras opositoras, controlando escolas, bibliotecas ou delegando funções a pessoas de sua confiança, não havia limites para a garantia da hegemonia política em Goiás. Pressupomos que todas estas famílias e personagens políticas envolvidas no cenário republicano de Goiás tenham operado estratégias, as mais variadas possíveis – e muito semelhantes entre si –, para permanecer na situação de “Donos do Poder”.

No caso de Antônio Ramos Caiado ficou-nos visível que junto de Consuelo Caiado, sua filha, ele operou a influência política de que dispunha e sua permanência no Rio de Janeiro, de modo a convertê-la em um mulher vanguardista e moderna. Consuelo seria sua representante em Goiás, ela militaria em favor do feminismo e dos direitos de mulheres, prováveis apoiadoras da política desenvolvida por esta família em um contexto de desfragmentação. O fato do escândalo envolvendo Benedita Roriz e o desejo de Bertha Lutz por um movimento liderado por mulher “mais discreta, mais madura e mais conservadora nas opiniões e atitudes em relação ao debate da cidadania política para as mulheres” (Alcileide Cabral NASCIMENTO, 2018, p. 4) fez com que a *leader* feminista carioca redirecionasse suas atenções para Consuelo Ramos Caiado.

Já contando com certa visibilidade pública em razão de ter cursado *pharmacia*, de participar das reuniões do Gabinete Litterario Goyano e por manter intenso diálogo com outras mulheres da elite de diferentes regiões de Goiás, Consuelo Ramos Caiado reunia muitas das qualidades de uma mulher moderna e respeitável. Daí ter sido tomada por personagem fundamental aos projetos de sua família e do feminismo de Bertha Lutz.

Estas suspeitas partem dos componentes políticos presentes em sua eleição para direção do Gabinete Litterario Goyano em 1929 (Suely KOFES, 2002) e pela fundação da Federação Goyana pelo Progresso Feminino; instituição feminista que substituiu a luta de mulheres iniciada por Benedita Chaves Roriz e Almerinda Rosa de Magalhães em 1928, no

estado de Goiás. A impressão tida de toda a movimentação de Antônio Ramos Caiado entre 1928 e 1931 é a de que este personagem apoiava o feminismo de Consuelo Ramos Caiado na expectativa de que isto lhe rendesse algum capital útil à manutenção de alguma influência em um contexto de desagregação política.

O fato de sua filha ser a *leader* dessas organizações poderia lhe oferecer algum capital simbólico capaz de beneficiá-lo politicamente. Além disso, sua inserção no cenário do sufrágio brasileiro e goiano tiraria o foco de militantes feministas goianas que poderiam representar interesses oposicionistas. Evidências disso são suas interferências nas reuniões do Gabinete Litterario Goyano, ou nas correspondências trocadas com Bertha Lutz sobre a fundação da Federação Goyana pelo Progresso Feminino e de seu funcionamento.

Na reunião de eleição da Diretoria, aos vinte e oito dias do mês de Abril de 1929, momento em que Consuelo Caiado seria eleita a primeira mulher a dirigir o Gabinete Litterario Goyano, Antônio Ramos Caiado fez questão de participar. Indo exclusivamente do Rio de Janeiro para garantir a eleição de sua filha, durante a reunião o senador fez algumas intervenções de modo a cobrar da anterior direção responsabilidades quanto ao relatório que deveria ter sido entregue à mesa diretora pelo desembargador Emílio Póvoa (este lhe fazia oposição junto ao grupo de redatores da *Voz do Povo*). Não havendo respostas, o senador pediu que se registrasse a falta do documento na ata do dia 28 de abril de 1929. Antes que fosse feita a eleição ele fez nova intervenção e perguntou “se a Mesa aceitava votos por procuração, obtendo resposta afirmativa”⁶⁸⁴.

Decorreu-se a eleição e finalizada “a votação, por escrutínio secreto, verificou-se a presença de vinte e nove sócios e ainda quatro (4) procurações – do Sr. Manoel Ignacio de Sá, D^a Iracema da Rocha Lima, Herminio Alves de Castro e D.^a Argentina R. Monteiro”⁶⁸⁵. Ao fim da eleição, Consuelo Ramos Caiado saiu vitoriosa e com um saldo – quase unânime – de trinta e dois (32) votos. Sua concorrente, Annita Perillo, recebera um (01) voto e acabara ocupando o cargo de vice presidente, para o qual recebera trinta e dois (32) votos.

Claro que Consuelo Caiado não se comportou de forma neutra ou submissa no interior dessas relações. Na verdade, ela soube tirar proveito dessas concessões e imprimiu em documentos do Gabinete Litterario Goyano e em registros da Federação Goyana pelo Progresso Feminino as marcas de seu sexo e de suas experiências. Exemplo disso são os escritos presentes em seu bloco de anotações e que trazem duras críticas à dominação

⁶⁸⁴ Acta da eleição da Directoria, 28 de abril de 1929. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁶⁸⁵ *Idem*.

masculina ou à complacência das mulheres para com os homens, comportamento feminino que contribuía para a persistência da dominação masculina, segundo acreditava Consuelo.

O fato de eleger mulheres como protagonistas de suas histórias é outra tática que evidencia sua consciência de gênero e seu posicionamento, avesso aos excessos da dominação masculina e de violências de gênero. Consuelo Caiado parece ter jogado com seu pai de modo que isso lhe oportunizasse sair para desenvolver influências no interior da sociedade goiana e nela ocupar posições de prestígio. Os jogos parecem muito presentes em sua entrada no curso de Pharmacia em 1925, em sua presença no Gabinete Litterario Goyano e na constituição da Federação Goyana pelo Progresso Feminino.

Os anos em que dirigiu o Gabinete Litterario Goyano foram marcados por intensa movimentação intelectual e por grande organização, características que não foram observadas em gestões anteriores. Mensalmente haviam encontros literários, dissertações eram lidas por diferentes intelectuais, debates eram feitos e convidados de diferentes regiões faziam-se presentes no interior daquela sociedade.

A biblioteca recebeu atenção particular da presidente. Consuelo Caiado organizou, catalogou e registrou todos os seus livros, pois segundo ela “não havia registro anterior”, daí ser preciso e justificável produzir um novo documento de tombo entre 1929 e 1930⁶⁸⁶. Ela também intensificou o controle de registros de saída e entrada de obras literárias⁶⁸⁷.

O Gabinete Litterario Goyano dos anos 1929 respirou os ares de debates intelectuais entre Alfredo Nasser⁶⁸⁸, Dr. Xavier Junior⁶⁸⁹, Dr. Benjamim Vieira⁶⁹⁰, Genezy de Castro,

⁶⁸⁶ Livro de tombo de obras e demais títulos do Gabinete Litterario Goyano e Bloco de anotações sobre mudanças nos estatutos, movimento de caixa e de sócios. Goyaz, 1929. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁶⁸⁷ Livros de registro de entrada e saída de livros retirados pelos sócios do *Gabinete Litterario Goyano* n.º 01 (Goyaz, 01 de maio de 1929); n.º 02 (Goyaz, 09 de agosto de 1929) e n.º 03 (Goyaz, 14 de novembro de 1929). Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁶⁸⁸ Acta da 1ª reunião geral dos sócios do Gabinete Literario Goyano, 09 de junho de 1929. Nesta reunião Alfredo proferiu palestra intitulada “Aquillo que emurcheceu” em homenagem “ao saudoso poeta Paulo Gonçalves” (p. 03). Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁶⁸⁹ Acta da 3ª reunião geral dos sócios do Gabinete Literario Goyano, 19 de julho de 1929. Dr. Xavier Junior, “justificando a fama de que gosa em todo o Estado, empolgou os assistentes, quando, com sua voz forte e eloquente, lembrou – em – o Irmão das Cigarras – o brilhante poeta Olegario Mariano” (p. 05). Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁶⁹⁰ Acta da 5ª reunião geral dos sócios do Gabinete Literario Goyano, 05 de outubro de 1929. Benjamim Vieira se propôs “a discorrer sobre a – Influencia da mulher no momento social moderno” (p. 06). Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Dr. Jubé Junior⁶⁹¹ e tantos outros e outras intelectuais que por aquele espaço se fizeram presentes durante a gestão de Consuelo Caiado.

A biblioteca do Gabinete Litterario transformou-se em sua morada. Era ali onde Consuelo Caiado passava seus dias, lia seus livros e organizava sua luta feminista. A relação com este espaço parecia ser demasiadamente intensa, tanto que fora nos salões do Gabinete Litterario em que reuniu as mulheres de Goiás e fundou a Federação Goyana pelo Progresso Feminino, conforme registro de ata de 07 de maio de 1931⁶⁹². Isto, claro, se deu após diálogos que já vinha mantendo com Bertha Lutz desde os anos de 1928.

Após estreitar relações com Bertha Lutz e manter, com a feminista, uma relação de amizade, aspecto que ficou ainda mais evidente com o pedido da feminista carioca para que Consuelo Caiado supervisionasse e apoiasse a antropóloga americana Elizabeth Steen em pesquisa realizada entre os índios Tapirapé, em 1930, na região do baixo Araguaia⁶⁹³, ambas deram início ao diálogo que resultaria na instalação da Federação Goyana pelo Progresso Feminino.

Com o recuo de políticos e demais representações públicas após o pronunciamento de Benedita Chaves Roriz para *O Globo*, houve uma grande movimentação de Bertha Lutz na expectativa de remediar os danos que os comentários da sufragista goiana provocara na luta feminista nacional. Bertha remeteu longa carta ao juiz goiano, Clovis Esselin, apontando que nem ela e nem a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino tinham “o menor desejo de influir sobre a orientação partidária do eleitorado feminino”⁶⁹⁴.

A feminista carioca reiterou que naquele momento o desejo era conquistar o direito de voto e que por esta razão seria medida cautelar que as mulheres envolvidas na luta pelo voto mantivessem seus posicionamentos partidários fora da esfera pública e do próprio feminismo em marcha naquele contexto. Bertha relatou tal fato a Clovis Esselin, pois havia sido “extraordinariamente comentada a entrevista dada ao *Globo*, pela primeira eleitora goyana”⁶⁹⁵. Sobre tal entrevista, Bertha apontou que o fato de a goiana declarar ser

⁶⁹¹ Acta da 6ª reunião geral dos sócios do Gabinete Literario Goyano, 19 de novembro de 1929. Nesta reunião Genezy de Castro apresentou conferência analisando O rythimo da vida e Dr. Jubé Junior proferiu seu A dor na psychologia de todas as épocas. (p. 07). Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁶⁹² Acta da 1ª reunião geral dos sócios do Gabinete Literario Goyano, 09 de junho de 1929. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁶⁹³ Correspondência de Consuelo Ramos Caiado para Bertha Lutz, Rio, 28 de março de 1930. Arquivo Nacional e Museu Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁶⁹⁴ Correspondência de Bertha Lutz para juiz Clovis Esselin, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1928. Museu Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁶⁹⁵ *Idem*.

oposicionista, soara como uma afronta ao grupo de políticos que discutiam o sufrágio universal no Rio de Janeiro e por outras regiões do Brasil. Tal comentário reverberou negativamente entre diferentes segmentos da política nacional, tanto que os jornais chamaram atenção “para o facto de considerar falido o movimento em vista da repressão que teria o voto feminino, si as eleitoras que [surgissem] se [declarassem] imediatamente em oposição”⁶⁹⁶.

Bertha Lutz esperava que o juiz Esselin exercesse alguma influência junto aos componentes da junta eleitoral goiana de modo que nenhum prejuízo resvalasse no movimento sufragista do qual era a *leader*. Confiada de suas relações com partidários do voto feminino em Goiás, ela também remeteu telegrama a Luiz do Couto, pedindo que o mesmo acompanhasse o caso⁶⁹⁷.

De nada adiantou suas interferências junto às representações favoráveis e contra a liberação do voto para as mulheres. O pedido de Benedita Roriz, oficializado por Clovis Esselin e apoiado pelo procurador Luiz do Couto, acabou negado. Com a negativa, Bertha solicitou, em telegrama, que Consuelo Caiado intercedesse “evitando a anulação do voto feminino, [ação que prejudicaria a] campanha noutros estados”⁶⁹⁸. Neste telegrama a presidente da Federação Brasileira enfatizou a brilhante figura que representara Consuelo Caiado e pedia que “aliste-se eleitora, [assumindo a] direção” da luta feminista em Goiás.

Com o evento em questão, Consuelo Ramos Caiado converteu-se na mulher que alçaria, em Goiás, a bandeira feminista da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Deste modo, a referida goiana reuniu-se informalmente com Maria Carlota Guedes de Amorim e Noeme Lisboa de Castro e apresentaram, em 02 de maio de 1931, o “abaixo assignado, conhecendo a utilidade da fundação de uma associação que trabalhe para o progresso feminino neste Estado”⁶⁹⁹. Ainda na sessão desse dia animaram-se a convidar as senhoras e senhoritas presentes para “a fundação da mesma, que propõem seja denominada ‘Federação Goyana pelo Progresso Feminino’ e [que] deverá ser filiada à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, com sede na Capital da República”⁷⁰⁰. Ainda

⁶⁹⁶ *Idem*.

⁶⁹⁷ Telegrama de Bertha Lutz para Luiz do Couto, Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 1928. Arquivo Nacional.

⁶⁹⁸ Telegrama de Bertha Lutz para Consuelo Ramos Caiado, Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 1928. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁶⁹⁹ Acta de instalação da Federação Goyana pelo Progresso Feminino, Goyaz, 02 de maio de 1931. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁷⁰⁰ *Idem*.

apresentaram-se os estatutos, discutiram os documentos, aprovaram-nos e marcaram nova reunião para “proceder-se á eleição de que trata o art. 8º dos mesmos estatutos”⁷⁰¹.

No dia 07 de maio reuniram-se no salão do Gabinete Literario Goyano, situado à Rua Couto de Magalhães, várias senhoras⁷⁰², dentre elas Consuelo Caiado e as outras duas idealizadoras do movimento feminista, para realizar a eleição da mesa diretiva da Federação Goyana pelo Progresso Feminino, instituição que ficaria submetida às determinações da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino à qual deveria enviar costumeiramente notícias da movimentação feminista no estado de Goiás.

Após determinar sobre os estatutos e decidir, entre os dísticos apresentados – “Uma por todas e todas por uma”, “A mulher tudo vence” e “O que a mulher quer, Deus quer” – pelo primeiro, e que seria o lema da Federação Goyana, as três sócias fundadoras assumiram a direção até que se fizesse a eleição final para composição da mesa diretora. Nesta reunião ainda se delegou a confecção de um pavilhão à D. Francisca Nunes de Camargo e realizou-se a eleição dos membros do Conselho Fiscal, responsável pela eleição da diretoria. O Conselho ficou composto por “D. Francisca Nunes de Camargo, Floracy Artiaga e Acacia Martins Ribeiro, que obtiveram maioria de votos”. Ocupando a mesa diretiva, Consuelo Caiado convidou as eleitas para tomar lugar na mesma e apresentou a necessidade de que se convidasse novas sócias para a Federação Goyana pelo Progresso Feminino e não havendo mais o que tratar convocou a todas para participar da reunião do próximo dia 10, feito isto finalizou a sessão.

Na nova reunião foram colocadas em discussão questões relativas à organização dos estatutos, inserção de novas sócias, apresentação dos fins a que se destinavam a Federação Goyana e obrigações dos membros da diretoria a ser eleita, produção de um emblema com a imagem de Bertha Lutz e a eleição de diretoria central. A eleição foi feita mediante voto secreto e acabaram eleitas, para presidente Consuelo Caiado, para vice Annita Perillo, para 1ª Secretária Oscarlina Pinto, para 2ª secretária Carlota Jubé, para tesoureira Iracema de Alencastro e para secretária jurídica Noeme Lisboa de Castro. Ao fim da eleição, a presidente apontou que antes de iniciar os trabalhos seria importante que os estatutos fossem enviados

⁷⁰¹ *Idem.*

⁷⁰² As mulheres em questão são Consuelo Caiado, Maria Carlota Guedes, Noeme Lisboa de Castro, Francisca Nunes de Camargo, Odesia d’Avila, Nair Soares de Camargo, Enertina Bueno, Celina dos Reis Gonçalves, Angelica dos Reis Gonçalves, Jucy Socrates Gomes Pinto, Leonina Di Ramos Caiado, Argentina Remigio Monteiro, Altair de Caiado Castro, Elisa Magalhães, Noeme Lisboa de Castro, Enery Ramos Caiado, Annita Fleury Perillo, Floracy Artiaga, Jacy de Castro Caiado, Maria Carlota Guedes de Amorim, Acacia Martins Ribeiro, Consuelo Caiado e Laura da Costa Nunes.

à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e que só depois de aprovados se desse início a qualquer movimentação em favor do voto e do progresso feminino em Goiás.

Tomando posse da palavra “levantou-se a srta. Laura Nunes, propondo fosse nomeado uma comissão composta das srtas Altair de Castro, Olympia de Bastos Souza e Theresa de Sousa, para levar às venerandas Irmãs do Collegio Sant’na desta capital, as homenagens da Federação, pelo esforço que sempre desenvolveram em prol da educação da mulher, elevando o nível da instrução feminina”⁷⁰³. Tal comissão fora aprovada e confirmava-se mais uma vez a orientação católica do movimento feminista goiano, bem aos moldes do jornal *O Lar*, ainda em vigor naquele momento.

Depois desta reunião, Consuelo Caiado e as demais mulheres produziram texto convidando novas sócias e que se propôs fosse publicado nos jornais do estado⁷⁰⁴. Feitas as deliberações entre as presentes reuniu-se atas de sessão e os Estatutos para encaminhá-los para Bertha Lutz junto de uma carta apresentando a instalação da Federação Goyana pelo Progresso Feminino⁷⁰⁵.

A reação de Bertha diante da organização de Consuelo Caiado e do pequeno grupo de mulheres de Goiás rendeu razões para que as duas feministas estreitassem, ainda mais, as relações de amizade. Em resposta a Consuelo, Bertha fez alguns elogios e solicitou adequações que achava necessárias aos estatutos. Pediu que fosse reduzido o tempo de reforma dos estatutos, de dez (10) para dois (02) anos, questão que já havia discutido com Antônio Ramos Caiado antes mesmo de remeter carta a Consuelo Caiado, requestou que lhe fossem enviadas teses e estudos de juristas da região acerca do direito de voto, e citou Luiz do Couto, perguntando se era amiga ou conhecida do mesmo, informação que esquecerá de conferir com Antônio Caiado.

Na sessão do dia 31 de maio de 1931, Consuelo Caiado leu a carta remetida por Bertha Lutz a todas as sócias, propôs que se “fizessem nos Estatutos da Federação algumas das modificações sugeridas pela srta. Bertha Lutz”⁷⁰⁶. Neste dia resolveram sobre a inauguração da sede, marcada para o dia 15 próximo e passou-se a nomear as comissões nas quais as sócias da Federação seriam alocadas. Foram criadas a “Comissão de Caridade, de

⁷⁰³ Acta da 1ª eleição da Directoria Central da Federação Goyana pelo Progresso Feminino, 1931. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁷⁰⁴ Federação Goyana pelo Progresso Feminino, texto informativo da fundação e propostas. Goyaz, 1931. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁷⁰⁵ Correspondência de Consuelo Ramos Caiado para Bertha Lutz, 1931. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁷⁰⁶ Acta da sessão ordinaria da Federação Goyana pelo Progresso Feminino realizada em 31 de maio de 1931, p. 04-05. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Instrução, de Socorro, Domestica e Pró Moral, ficando encarregadas de escolher entre as sócias aquellas que deverão fazer parte dessas comissões, as srtas Consuelo Caiado, Accacia Martins Ribeiro e Floracy Artiaga⁷⁰⁷. Terminado tal registro passaram a deliberar sobre as mensalidades das sócias e a forma como se daria a gestão e a operacionalidade das ações da Federação a partir daquele momento.

Em 22 de agosto de 1931, com número muito reduzido de sócias, a mesa diretora decidiu por quem iria compor cada uma das comissões. Foram dados informes acerca do pedido para que a “sra. Rosa Godinho Oliveira Bello, residente no Rio, representasse a Federação Goyana no 2º Congresso Feminista”⁷⁰⁸. Consuelo Caiado apontou que a referida senhora alegara estar doente e quem acabou por representar Goiás, no mencionado congresso, fora sua filha, srta. Sylvia Godinho Oliveira Bello.

Terminadas as comunicações entre as duas Federações, sendo a última um pedido para que todas as sócias da Federação Goyana assinassem o abaixo assinado de “apello a ser enviado à Comissão de Paz, da Liga das Nações, com o maior número de assignaturas possível”⁷⁰⁹, o diálogo entre as instituições foi interrompido, só retornando em 1932, quando Alice Pinheiro Coimbra, secretária da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, contactou Consuelo Caiado para cobrar-lhe informações de Goiás, pois a “algum tempo não [se tinha] notícias mais detalhadas do movimento da filial de Goyaz”⁷¹⁰.

Em 15 de maio de 1932, Consuelo Caiado respondeu a carta de Alice Coimbra, enviando-lhe algumas notícias da filial e um relatório dos trabalhos realizados durante o primeiro ano de existência da Federação Goyana. Nesta carta, Consuelo Caiado relatou que a demora em mandar notícias se dera em razão dos impedimentos de algumas sócias em “comparecer à reunião que [fariam] para resolver a quota com que, de acordo com o art. 6 dos estatutos, [deveriam] concorrer para a Thesouraria da Federação Brasileira”⁷¹¹. Tal ausência das sócias nas reuniões se dera em razão dos ataques dos padres dominicanos ao movimento feminista liderado por Consuelo.

⁷⁰⁷ *Idem.*

⁷⁰⁸ Acta da 2º sessão ordinária da Directoria da Federação Goyana pelo Progresso Feminino, Goyaz 22 de agosto de 1931. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

⁷⁰⁹ Correspondência de Bertha Lutz para Consuelo Caiado, Rio de Janeiro, dezembro de 1931. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁷¹⁰ Correspondência de Alice Pinheiro Coimbra para Consuelo Caiado, Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1932. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁷¹¹ Correspondência de Consuelo Caiado para Alice Pinheiro Coimbra, Goyaz, 15 de maio de 1932. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

O fato de ela ter alguma relação com o espiritismo fez com que os padres relacionassem o movimento feminista ao novo culto religioso, indistintamente os padres recomendavam às mulheres de que não deveriam engrossar a frente de luta de tal instituição, pois a mesma encontrava-se comprometida com espiritismo. Como a maioria das sócias eram católicas, Consuelo Caiado viu o número de filiadas reduzidíssimo e, não fosse intervenção da Federação Brasileira e de Bertha Lutz, o movimento feminista institucionalizado de Goiás acabaria ainda em meados do 1932.

O desencontro entre a Igreja e a Federação Goyana sinalizou que o trabalho feminista em Goiás não seria algo fácil de ser executado e que provavelmente outros impasses apareceriam ao longo do diálogo entre Consuelo Caiado e Bertha Lutz. Tal fato ficou evidente no reduzido registro de atas da Federação Goyana e no número de correspondências trocadas entre as duas feminsitas. Depois do registro de 1931 e da fundação da filial em Formosa, por Leonor Borba, amiga de Consuelo, os registros de ata só foram retomados em 1933, momento no qual elegeu-se a nova direção da Federação Goyana pelo Progresso Feminino. Neste registro, feito em 07 de maio de 1933, foi assentada a eleição de Carlota Guedes de Amorim para presidente, Colombina C. de Castro para vice, Eneyr R. Caiado para 1ª Secretária, Amelia J. Almeida para 2ª Secretária, Lelia C. de Jesus para Tesoureira e Noeme L. Castro para Consultora Jurídica⁷¹². Ao fim da eleição não foram feitos mais registros de ata e a permanência de um diálogo entre os feminismos goiano e carioca persistiu através de esparsas correspondências entre Consuelo Caiado e Bertha Lutz.

Consuelo Ramos Caiado, Maria Péclat e Angélica dos Reis Gonçalves perseveraram como o elo entre o feminismo em Goiás e o feminismo carioca, foram elas quem continuaram lutando pelo direito de voto em Goiás. Conquista alcançada em 1932, conforme lembrou Ida Artiaga Moreno (1984) e que assinalou, em suas memórias, ter recebido “o título de eleitor das mãos de D. Maria Péclat, em 1933, quando completou 18 anos” (p. 75).

Persistindo em diálogo com Bertha Lutz; troca epistolar mantida até fins da década de 1940, foi em 1933 que a Federação Goyana e Consuelo Caiado voltaram à operacionalizar ações em favor da luta de mulheres por direitos. Neste ano a sócia Jacintha Luiza do Couto Brandão mobilizou grupo de mulheres para lutar contra o empreendimento de Pedro Ludovico Teixeira de transferir a capital goiana para Goiânia. Neste contexto, marcado por nova ordem política e social, algumas mulheres se uniram para tentar impedir a transferência

⁷¹² Acta Acta da Assembleia Geral da Federação Goyana pelo Progresso Feminino, Goyaz, 07 de maio de 1933.

da capital. Foi neste instante em que novamente gerações de mulheres que lutaram em defesa do direito de voto em 1889 se encontraram com as modernas feministas evidenciando a reverberação do feminismo entre diferentes gerações e destacando o importante papel dos legados na construção de consciências de gênero entre diferentes temporalidades.

O fato de Consuelo Ramos Caiado ter protagonizado tantos empreendimentos, ter arquivado parte de sua vida, da luta de mulheres e da luta feminista, a converteu em uma guardiã. Consuelo guardou não apenas do acervo do Gabinete Litterario Goyano, mas, também, a memória de importantes movimentos de mulheres por direitos civis em Goiás entre os anos 1889 e 1931. Ela e os lugares por onde passou e deixou rastros de sua trajetória transformaram-se em espaços de recordação. Consuelo Ramos Caiado e o Gabinete Litterario Goyano se converteram em espaços de recordação das aventuras feministas nos sertões de Goiás ao longo do século XIX e por parte do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

AS MULHERES NOS GUARDADOS DE CONSUELO: UMA HISTÓRIA EM FRAGMENTOS

Na tribu Inhary a mão do homem é estéril; o trabalho da mulher se multiplica.
Consuelo Ramos Caiado (1931, p. 11)

VÊR, OUVIR, CALAR.
Quem tiver algum segredo
Pode ir tranquilo, sem medo,
A Consuêlo revelar,
Que ela o guardara consigo,
Observando o adágio antigo
Que é: “Vêr, ouvir e calar”⁷¹³.

No verso “Vêr, ouvir, calar” encontrado em armários do Gabinete Litterario Goyano vimos estampada a já conhecida reputação de Consuelo Ramos Caiado como uma “guardiã” de memórias e de histórias. “Caixinha” de recordações, Consuelo Caiado e o Gabinete Litterario se converteram em *arcas* nas quais se guardou e se protegeu preciosidades [jóias] de Goiás da perda e da destruição (ASSMANN, 2011).

O uso que fizemos dos componentes mnemônicos de Aleida Assmann nesta tese se relacionaram com a tentativa de entender as “Aventuras Feministas” e a própria Consuelo Caiado como “jóias” e como “caixinhas” de memórias. Metáforas que nos permitiram demonstrar a preciosidade e o valor dos guardados desta feminista para a história que operamos ao longo dessas linhas.

Em síntese tanto a guardiã quanto as suas fontes e o Gabinete Litterario se converteram em espaços de recordação, algo muito próximo daquilo que explicou Assmann no instante em que problematizou as formas e as transformações da memória cultural:

⁷¹³ Verso manuscrito e encontrado entre os poemas guardados por Consuelo Caiado. Gabinete Litterario Goyano/ Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Caixinha e joias têm uma relação emblemática com a memória e a recordação. A caixinha associa a memória a refúgio, proteção e recipiente; a joia designa o conteúdo precioso da recordação, que cabe assegurar e proteger. A arca do tesouro está ali para fechar a sete chaves algo que não se quer perder – e tem-se aí uma imagem cara a quem tenciona figurar o desejo de eximir certas recordações da efemeridade a que estão expostas e livrá-las da decadência e do esquecimento (p. 133).

A seriedade com que Consuelo Caiado dirigiu o Gabinete Litterario Goyano em 1929, transformando-o, posteriormente, em sede da Federação Goyana pelo Progresso Feminino (1931), informou o quanto este prédio e os seus papéis lhe importavam, daí entende-se ele também ter se tornado uma “caixinha” para suas memórias e tantas outras reminiscências.

Guardadas em sua casa ou nas gavetas da biblioteca do Gabinete, as histórias de Goiás e as mulheres dessas histórias permaneceram em silêncio por longa temporada. Protegidas, talvez, por sua importância, tantas fontes persistiram marcadas pela “seleção, cultivo e identificação pessoal com determinados conteúdos da memória” (p. 133) de Consuelo Caiado. O acervo do Gabinete Litterario encontra-se marcado por sua guardiã, “é um arquivo de seus (re)fazimentos” (Luciana Quillet HEYMANN, 2012) e projetos.

Talvez por temer a oblição de fragmentos importantes da história e da memória de Goiás, Consuelo escolheu deixar manuscritos seus nesta instituição, transformando-a em uma grande arca de memórias, inclusive as suas. Receptáculo que acabou esquecido por longa temporada assim que a feminista faleceu em 1981.

O excesso de zelo de Consuelo também contribuiu para que esquecimentos encobrissem o Gabinete Litterario e sua própria agência feminista/intelectual em nebulosas. Talvez pela discricção de Consuelo – aquela mencionada no verso da epígrafe –, por suas noções de honra⁷¹⁴ ou por sua morte, as mulheres – e ela própria – acabaram tomadas pelo estatuto do segredo e pela invisibilidade.

Algumas de suas experiências e muitas de suas reminiscências encontravam-se, até então, numa condição de “acumulação”. Elas eram memórias inabitadas (Aleida

⁷¹⁴ O esquecimento sobre as mulheres deve ser encarado como efeito de seu próprio silêncio. Silêncio construído mediante regras e normas de gênero conjugadas por um sujeito humano neutro, universal e masculino (Joan Scott, 2008). Dominadas pelo medo de ter sua reputação manchada em função da incompreensão e da indiferença de seus herdeiros, muitas foram aquelas que optaram por destruir fragmentos de si. As fronteiras e as regras do gênero, cristalizados no ponto em que às mulheres cabia apenas o silêncio, contribuiu para apagá-las e por pintá-las como destruidoras de rastros (Jean Marie GAGNEBIN, 2006).

ASSMANN, 2011) e que por estarem desvinculadas de um portador específico acabaram reiterando a invisibilidade de suas experiências (Joan SCOTT, 1998) e de várias outras mulheres que também passaram pela associação literária.

Este fenômeno – a acumulação acompanhada pelo esquecimento –, mesmo que difícil de evitar, apresenta-se como problemático, pois descaracteriza fragmentos do passado, desenraizando-os e apagando seus anteriores sentidos. Aspecto que gera prejuízos para as gerações vindouras, pessoas que dificilmente conseguirão recapturar o sentido anterior impresso na montagem do arquivo sobrevivente.

Tal perda de sentido pode justificar descartes, negligências em sua preservação ou total esquecimento. Um bom e potente exemplo disso é o incêndio que destruiu o Museu Nacional, no Rio de Janeiro – 02/09/2018 –, e dentre milhões de artefatos, incinerou parte importante da memória escrita de Bertha Lutz e de sua luta feminista em prol do direito de voto para as mulheres no Brasil e na América Latina. Outro exemplo – agora local – é o completo abandono, por parte das instituições públicas, do prédio e do acervo do Gabinete Litterario; lugar em que estão arquivados documentos sobre a luta das mulheres por direitos civis e a história e memória de Goiás.

A indiferença, conforme apontado por Aleida Assmann no instante em que percorreu os poemas de Heinrich Heine e os entendimentos deste poeta sobre a história da perda, tem provocado o esvaziamento da “caixinha” da memória. Para Assmann este escritor delineou “com grande acuidade a genealogia da perda” (p. 133), ele inverteu “formas básicas, como herança, *depositum* e *translatio*”, mostrando como o “*depositum*, um após outro, [pode ser] usurpado, desperdiçado, doado, vendido” (p. 133-134), perdido ou destruído.

O tratamento (descarte, negligência, destruição, incineração) de um dado *depositum* de fontes quando, na verdade, se deveria proteger é o resultado da perda de sentidos. Isto, ironicamente, converte experiências em esquecimentos e invisibilidades. Algo que só pode ser lembrado e visibilizado após habitar-se a memória de papéis que sobraram do “tratamento”, convertendo-os em memórias funcionais.

No caso do Gabinete Litterario Goyano, de Consuelo Caiado e das mulheres goianas, felizmente, algumas fontes sobraram e o processo de “visibilização” das personagens elencadas na tese pôde ser feito graças ao impacto do feminismo nas ciências, dos estudos relacionados à mulher e relações de gênero (Evelyn Fox KELLER, 2006; Rachel SOIHET, 1998) e das nossas experiências e subjetividades em torno da história das mulheres, do gênero e da condição feminina no tempo.

Foi o interesse por identidades femininas e masculinas, pelas trajetórias de mulheres, por suas lutas e conquistas, pelos silêncios, pelo gênero e pelo estatuto de “mulher” e de “homem” – identidades socialmente fabricadas – que nos fez investigar o tema e o objeto aqui desenrolado.

Conforme enunciado nas primeiras páginas desta tese foi o feminismo e a consciência de gênero que nos salvou das armadilhas tecidas por um pai e marido violento. As insistentes e constantes violências de gênero em que nos encontramos inseridos impactou nossa trajetória e fez surgir o desejo pelo reconhecimento da luta de mulheres nos sertões de Goiás, por esta razão nos aproximamos de leituras relacionadas ao tema em questão.

Trabalhos como os de Maria José Goulart Bittar (2002), Suely Kofes (2000), Clovis Carvalho Britto (2009), Rita Elisa Seda (2009), dentre outros, contribuíram profundamente para a construção da narrativa que apresentamos. Foram estas pesquisas que ofereceram informações preciosas sobre a existência de fontes para um possível estudo sobre as mulheres, o gênero e o feminismo em Goiás. Foram as considerações desses estudos os responsáveis por tirar da condição de memória cumulativa as mulheres de Goiás.

Suely Kofes (2001) em “Uma trajetória em narrativas” trouxe elementos importantes para que projetássemos o estudo da trajetória de Consuelo Caiado entrecruzada às lutas de mulheres por direitos civis. Foi seguindo as pistas deixadas pela antropóloga que nos dirigimos ao Gabinete Litterario Goyano, passeamos pelas gavetas da Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, por arquivos de Goiânia e pelos Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Nas duas primeiras instituições mencionadas pudemos ter uma ideia da existência e da pulverização do arquivo de Consuelo Ramos Caiado após seu falecimento em 1981.

Um ano após o falecimento de Consuelo Caiado, em 1982, sua família doou quase toda sua biblioteca e acervo para o Gabinete Litterario Goyano. Felizmente foi feito um documento em que se relacionou todo o acervo doado pertencente à referida intelectual. Isto foi informação fundamental para que tomássemos Consuelo Ramos Caiado como uma guardiã de memórias, feminista e intelectual goiana

Sem o documento de doação dificilmente saberíamos dizer o que pertencia a Consuelo Caiado, isso porque uma vez no Gabinete seu acervo se misturou ao de muitos outros. Anos fechado e abandonado acabou por facilitar ações de pilhagem, vários documentos, livros e correspondências de Consuelo desapareceram. Houve também um trânsito de livros, documentos e jornais para a Fundação Educacional da Cidade de Goiás

Casa “Frei Simão Dorvi” ao longo dos anos, e isto se deu em função das péssimas condições de preservação do arquivo e do prédio do Gabinete Litterario Goyano.

A pulverização de fontes para diferentes lugares, seu trânsito e o desaparecimento de muitos registros nos forçou buscar relações de Consuelo com a luta das mulheres e com o feminismo em lugares mais distantes. Foi por intermédio das notícias oferecidas por memorialistas como Regina Lacerda e Nice Daher, pela conversa que mantivemos com Leão Di Ramos Caiado – sobrinho de Consuelo – e pelas informações oferecidas pelos já mencionados pesquisadores que acabamos indo pesquisar nos acervos de jornais e da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino disponibilizados na Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional e no Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Nessas instituições encontramos fontes que embora estivessem relacionadas no termo de doação produzido pela família de Consuelo Caiado já não se encontravam mais nem no Gabinete Litterario e nem na Fundação Educacional da Cidade de Goiás Casa “Frei Simão Dorvi”. No Rio de Janeiro pudemos ver as relações de Consuelo Caiado com o feminismo promovido por Bertha Lutz, o que possibilitou um esclarecimento de seus empreendimentos em defesa do Gabinete Litterario, da história de Goiás e da memória da luta das mulheres goianas por direitos ao longo dos séculos XIX e XX.

Mesmo que o fato histórico tenha sido produzido por nós e que tenhamos operado uma narrativa tecida a partir da reunião de múltiplos fragmentos é bastante grande em nós a segurança para falar dos “guardados de Consuelo Ramos Caiado”. Afirmamos isto porque tivemos, ao longo da pesquisa, a felicidade de encontrar manuscritos seus dentro de gavetas do Gabinete Litterario. Estes manuscritos corroboraram as fortes relações que Consuelo nutriu com a instituição de leitura. Do contrário o que a levaria deixar em suas gavetas manuscritos seus? Sem sombra de dúvidas a permanência do acervo do Gabinete Litterario e a possibilidade de escrita de uma história das mulheres e de suas lutas resultou da preocupação de Consuelo Caiado para com a história e para com a luta de mulheres.

Isto evidenciou em seus manuscritos, na opção por protagonistas mulheres, em seu empreendimento intelectual materializado em excelentes notas tanto na educação básica, normal e faculdade, no apoio dado à edição de *O Lar*, na guarda de todo acervo desse jornal, junto aos demais manuseados nesta tese, em seu empreendimento feminista e na proteção de registros das lutas de mulheres ao longo de décadas de vida.

Em 1931 Consuelo Ramos Caiado anotou, entre muitas outras reflexões, que a mulher nunca se retirou de onde pisou. As marcas – indeléveis – deixadas por mulheres que

conquistaram autorização para estar em lugares donde não haviam pisado antes, ou que transgrediram, ampliando assim suas fronteiras físicas e simbólicas de ação, eram demasiadamente profundas; tão profundas que seus rastros persistiram e passaram, com o tempo, a informar diferentes aspectos de suas vidas.

A afirmação de Consuelo Caiado, provavelmente delineada pelo ressentimento resultante de seu afastamento da diretoria do Gabinete Litterario Goyano em 1931 – neste ano houve nova eleição – e por eventos que abalaram o protagonismo político de sua família – a crise de 1929, a Revolução de 1930, a ascensão de Pedro Ludovico Teixeira e a transferência da capital goiana –, reiterava a persistente presença das mulheres nos mais variados espaços de Goiás.

Pouco antes de iniciar o armazenamento de documentos sobre a história de Goiás e de suas mulheres a feminista lembrou do protagonismo destas nos mais diferentes agrupamentos societários, foi essa a razão de manusearmos a ideia de que seus manuscritos informavam uma constelação de identidades femininas e seus guardados noticiavam a trajetória de muitas mulheres que circularam por Goiás ao longo dos dois séculos.

Entre variados registros, documentos, livros, frases e reflexões – quase todas influenciadas pelo discurso feminista das décadas de 1910, de 1920 e de 1930 – Consuelo Caiado registrou o fragmento apresentado na epígrafe. Nesta pequena reflexão ela destacou ser as mulheres, em alguns aldeamentos indígenas, fecundas, ao passo que os homens permaneciam estéreis. O trabalho das mulheres na tribo Inhary era um dos muitos exemplos de resistência feminina anotados por Consuelo Caiado no decorrer de sua trajetória e atividade de guardiã de memórias.

Não há dúvidas de que a ênfase no trabalho feminino tivesse a intenção de valorizar as mulheres, o seu profissionalismo e o seu direito de viver e de experimentar os mais variados sentimentos e sensações que circulavam pelo ambiente social. Era expectativa de Consuelo lembrar das potencialidades e dos talentos femininos em contextos influenciados por naturalizadas incumbências de “esposa” e de “mãe”. Esta lembrança atrelava-se ao seu próprio desejo de liberdade, de visibilização de suas experiências e de sua identidade.

Para Consuelo as mulheres não eram tão somente fêmeas dotadas de órgãos reprodutores. Elas se constituíam em constelações, e eram muitas e se atomizavam em múltiplas identidades femininas, cada uma com experiências singulares. As mulheres em Consuelo apresentavam-se como sujeitos sensíveis, portadoras de consciências de gênero e articuladas o suficiente para aproveitar das fissuras abertas nas fronteiras estabelecidas entre

os sexos. Em seus manuscritos e guardados as mulheres aparecem como protagonistas de grandes decisões, elas apresentam-se aptas a jogar com seu gênero e sabem se defender de violências múltiplas, sejam elas físicas e/ou simbólicas (Rachel SOIHET, 1997).

Graças aos seus guardados – arquivo visibilizado mediante a pesquisa empreendida durante três anos e em diferentes acervos. Um arquivo reconstruído a partir de nosso ponto de vista (Olivia Maria Gomes da CUNHA, 2005) – podemos observar as mulheres não como objetos “à parte, cujos hábitos e costumes se adoraria exhibir, mas [como seres] imersos de forma específica na vida social e política da época. Imersas no mundo masculino, dando sua contribuição a cada dia” (Arlette FARGE, 2009, p. 39) e questionando diferentes repertórios de injustiça e de segregação de seu sexo.

Um exemplo de resitência e de não aceitação passiva ao “binômio mulher-mãe” (Martha ABREU, 1989, p. 59) fora a tomada de decisão de muitas mulheres arquivadas por Consuelo Caiado. Aqui cabe lembrar das cinco goianas que solicitaram o direito de voto em setembro de 1889, das jovens escritoras de *A Rosa* e de *O Lar*, das muitas sócias do Gabinete Litterario Goyano e das personagens de Consuelo Caiado. Essas personagens e a própria Consuelo deram importantes demonstrações de sua agência para além do poder vigilante e panóptico da sociedade masculina. Como ensinado por Michel de Certeau (2009) elas deram cambalhotas e caíram de pé de modo a resistir contra uma ordem opressora e machista.

Helia – personagem imaginada por Consuelo Caiado e protagonista do manuscrito *Uma página da vida de...? (1925 – 1935)* – foi pensada para resistir, indistintamente, a cada naturalizada operação de dominação disparada por seu pretendente. Consciente de seu lugar e condição no interior da relação que nutria com Enio, Helia jamais permitiu que este a subalternizasse. Ela sempre resistiu e algumas vezes chegou a vingar-se.

Ao demonstrar seus desejos e emoções Helia evidenciou para Enio sua vontade de tomar decisões e de ter a posse de sua vida. A reação de Enio foi imediata, isto porque com tal comportamento Helia “passaria a reivindicar para si o papel do outro, o que não lhe era reconhecido” (Rachel SOIHET, 1989, p. 261) e nem permitido.

A discussão travada entre os dois personagens remontou a “frigidez feminina” e o desejo das mulheres por uma vida luxuosa e neutra ao lado de um varão bem sucedido. Consuelo Caiado imaginou seus personagens de modo que dialogassem sobre o futuro de seu relacionamento amoroso em um contexto de resistência familiar – a mãe e a tia de Helia não compreendiam as razões que a fizeram abandonar a vida religiosa para se envolver com um primo que quase nada lhe poderia oferecer.

Ao longo da palestra, posteriormente à decisão de Helia de romper o namoro com Enio, este, tomado pela cólera e pelo ciúme, não pensou duas vezes antes de atingí-la com a imagem de insensibilidade, arquétipo convencionalmente atribuído às mulheres. Irritado com a possibilidade do rompimento Enio bombardeou Helia acionando a seguinte afirmação: “– Onde já se viu mulher amar?! Mulher só gosta de quem lhe pode dar vida folgada e até luxuosa. Case com Clovis, Helia, case; ele é bom partido... deve ter algum dinheiro... Case e seja muito feliz! Quando é o casamento?” (CAIADO, 1935, p. 56).

Constrangida pela imagem gananciosa e egoísta que Enio lhe tentou atribuir, Helia não permitiu que a crise de ciúmes de seu parceiro lhe subalternizasse. Consciente da violência que sofrera e dos riscos que acumulara para manter o relacionamento com Enio até aquele ponto ela se comportou da seguinte forma:

Mesmo espantada com o arrebatamento do primo, sentiu os olhos marejarem de amargas lágrimas que, breve se converteram em sorriso de mofa e desdém, provocado pelas ofensas que recebia. Ao primeiro movimento que tivera de pedir o primo que esquecesse suas palavras, sucedeu a irritação proveniente da grande dôr causada pela ingratidão de Enio, que não reconhecia o sacrifício que ella se impusera. E então, irritada e resoluta, disse: - Breve, hoje mesmo direi a mamãe que me resolvi a casar com Clovis e não evitarei mais os encontros que ella e tia Helena sabem arranjar, por acaso, entre elle e eu (p. 57).

Helia, jovem educada sob a égida cristã e católica dos anos 1920, abandonara a formação e a vida religiosa entre as freiras dominicanas do Colégio Sant’ Anna para viver um grande romance ao lado de seu primo Enio. Todavia suas escolhas não foram executadas sem que resistências aparecessem e até que desestabilizassem seu relacionamento. Sua família entrevistou acreditando ser Enio incapaz de oferecer meios suficientes para que vivessem uma vida a dois.

A ausência de compreensão, tanto de sua família quanto de Enio, não impediu Helia de dar demonstrações de sua consciência de gênero. No fragmento em questão percebe-se que, dando a volta por cima, Helia jogou com seu gênero e, mesmo machucada pelos ataques do primo, conseguiu minizar os danos da violência simbólica que sofrera. Ao afirmar sua tomada de decisão ela se negou a manter-se numa condição de subalternidade.

Se era crença de Enio que as mulheres não amavam Helia fez questão de mostrar-lhe, naquele instante, que estava enganado. Mesmo amando-o ela persistiu no jogo e o contradisse. Ao desafiá-lo o confundiu. Evitar perder-se em um universo de lágrimas e

sofreguidão – comportamento esperado para decepções amorosas, principalmente para as mulheres – proporcionou-lhe negar a fragilidade feminina.

A negativa em chorar diante das ofensas de Enio e o acolhimento de um hipotético compromisso com Clovis permitiu-lhe materializar a capacidade das mulheres de pensar por conta própria, de tomar decisões e de lutar por seus desejos.

Helia mostrou-lhe que as mulheres também sabem defender suas convicções e que estão de posse de algum poder. Na verdade, foi por intermédio desta personagem e de tantas outras que Consuelo Caiado demonstrou estarem as mulheres – e ela própria – desfrutando de algum poder. Sua imaginação literária foi o mecanismo pelo qual mostrou não ter, as mulheres, em momento algum, se retirado de onde pisaram.

As narrativas de Consuelo Caiado, seus guardados e seus segredos ratificaram a capacidade feminina para resistir aos mais duros golpes e violências; patologias sociais reforçadas por conceitos e por imagens produzidas em um mundo masculino e machista.

Os posicionamentos transgressores de suas personagens são nada mais que uma tentativa da escritora de mostrar a capacidade das mulheres em contornar, nos jogos de gênero, as ações masculinas e os projetos de subalternização.

Consuelo Caiado valorizou as mulheres em um contexto no qual elas ainda eram tomadas como naturalmente relacionadas ao trabalho doméstico, ao casamento e ao cuidado da prole. Ela esperava que as mulheres ocupassem outros lugares, que expandissem as fronteiras do gênero, que se profissionalizassem, que se tornassem intelectuais e que entrassem no mercado de trabalho, fazendo coro ao universo de vozes masculinas.

Por meio de seus guardados, da defesa do Gabinete Litterario Goyano, de seu empreendimento feminista e de seus manuscritos podemos ter uma ideia da fecundidade das ações femininas [e feministas] na Goiás dos séculos XIX e XX. A partir de suas histórias ela criticou os “papéis de mulheres” impostos pelo gênero. Em seus guardados ela investiu no combate ao anonimato feminino.

Este último empreendimento – mesmo que tenha caído no esquecimento – lhe foi bastante importante, tanto que reverberou por todos os seus manuscritos e pelos objetos que guardou. É nos livros que leu, nas atas do Gabinete que arquivou e nos jornais que encadernou e protegeu que se encontram as mulheres. É nestes espaços de recordação em que suas presenças permitem uma escrita de histórias sob uma perspectiva feminizada. É por intermédio destas fontes que podemos buscar informações sobre as mulheres de Goiás e da

própria Consuelo Caiado. Seus guardados são evidências – mesmo que atomizadas – das aventuras feministas e femininas nos sertões de Goiás.

Esta tese, para além de questões acadêmicas e intelectuais, tentou evidenciar que por mais que estratégias de silenciamento tenham sido insistentemente manejadas para silenciar as mulheres e apagar seus traços, as marcas de suas presenças nos lugares da cidade permaneceram. Fosse proposital ou acidental, seus rastros ficaram inscritos no espaço e no tempo garantindo aos arquivos – gradualmente e imaginariamente reconstituídos – falarem delas e fazê-las falar (Arlette FARGE, 2009). Foi esta uma das grandes expectativas dessas Aventuras Feministas: falar de mulheres e deixá-las falar.

Esperamos profundamente que tenhamos conseguido criar condições para que as mulheres falem e contem um pouco de suas experiências. Afinal de contas é nossa crença ser esta uma ação importante para a feminização da produção científica brasileira e ocidental. Comemoremos o “feminismo tático” de que nos falou Rachel Soihet e a feminização das coisas no mundo, pois, como alertou Margareth Rago: “Feminizar é preciso”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha. Histórias musicais da Primeira República. *ArtCultura*. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), v. 13, n.º 22, 2011.

ABREU, Martha. Meninas perdidas. In: DEL PRIORE, Mary (organizadora). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira; São Paulo, SP: Fapesp, 1999.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil, v. 02. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA, Jane Soares. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX. In: SAVIANI, Dermeval [et. Al.]. *O legado educacional do século XIX*. Campinas, SP: Autores associados, 2006.

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

ARIAS NETO, José Miguel. Primeira república: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano, v. 01. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

ARNAUD-DUC, Nicole. As contradições do Direito. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente: Vol. IV. O Século XX*. Porto: Edições Afrontamentos, 1991.

ASSIS DUARTE, Eduardo. Classe e gênero no romance de Rachel de Queiroz. In: DUARTE, Eduardo Assis. *Literatura, política, identidades: ensaios*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2005.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano, v.*

01. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*, v. 01. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BEZERRA, Kátia da Costa. *Vozes em dissonância: mulheres, memória e nação*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. A imprensa feminina e a campanha sufragista na passagem de século. In: BAREIRO, Line; SOTO, Clyde (Orgs.). *Ciudadanas. Una memoria inconstante*. Caracas: Centro de Documentación y Estudios – CDE/Editorial Nueva Sociedad, 1997.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História, ou, o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BLOCH, Marc. *Mémoire collective, tradition et coutume: a propôs d'un livre récent*. Revue de synthèse historique. Paris: La Renaissance du livre, tome XIV, 1925.

BOCK, Gisela. A política sexual nacional-socialista e a história das mulheres. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente: Vol. V. O Século XX*. Porto: Edições Afrontamentos, 1991.

BOCK, Gisela. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência (1890-1950). In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente: Vol. V. O Século XX*. Porto: Edições Afrontamentos, 1991.

BORGES, Vavy Pacheco. Desafios da memória e da biografia: Gabrielle brune-Sieler, uma vida (1874-1940). In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivido da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.
- BRITTO, Clóvis Carvalho; PRADO, Paulo Brito do. *Inversão de papéis: jogos de gênero e imaginação literária em Rachel de Queiroz*. *Alea*. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), v. 20, n.º 01, 2018.
- BURKE, Peter. *O mundo como teatro: estudos de antropologia histórica*. Lisboa: Difel, 1992.
- BUTLER, Judith. Hablando claro, contestando. El feminismo crítico de Joan Scott. *Rey Desnudo, revista de libros*. Buenos Aires, Argentina: Instituições Diversas, año II, n.º 04, 2014.
- CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre France-Allemagne-Bolivie-Argentine, Deuxième Guerre mondiale – années 1970-1980. *Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest*. França: Presses Universitaires de Rennes, tome 108, n.º 2, 2001.
- CARONE, Edgard. *A República Velha, I: Instituições e classe sociais*. São Paulo: Difel, 1970.
- CARONE, Edgard. *A República Velha, II: Evolução política (1889 – 1930)*. São Paulo: Difel, 1983.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil, v. 02*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e mação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2011.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. *Cadernos de sociomuseologia*. Lisboa, Portugal: Universidade Lusófona, n.º 19, 2002.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

CHARTIER, Roger. A verdade entre e ficção e a história. In: SALOMON, Marlon. *História, verdade e tempo*. Chapecó, SC: Argos, 2011.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), n.º 04, 1995.

CHARTIER, Roger. El passado em e presente: literatura, memoria e historia. *ArtCultura*. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), v. 15, n.º 27, 2013.

COHEN, Yolande. Do feminino ao feminismo. O exemplo do Quebeque. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente: Vol. V. O Século XX*. Porto: Edições Afrontamentos, 1991.

COLLIN, Françoise. Diferença e diferendo. A questão das mulheres na filosofia. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente: Vol. V. O Século XX*. Porto: Edições Afrontamentos, 1991.

CORRÊA, Mariza. *Antropólogas & antropologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

CORRÊA, Mariza. O sexo da dominação. *Novos Estudos*. São Paulo, SP: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), n. 54, 1999.

CORRÊA, Mariza. Traficantes do excêntrico: os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, SP: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), vol. 3, n. 6, 1988.

COSTA, Ana Alice Alcantara; SOIHET, Rachel. Transformando y conservando: el sufragismo de Bertha Lutz. *Revista feminismos*. Bahia, BA: Universidade Federal da Bahia (UFBA), v. 01, n.º 01, 2013.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Suely Gomes. Das desventuras de ser doutora. *Revista La manzana de la discordia*. Ciudad Universitaria Meléndes – Cali, Colombia: Universidad del Valle (Univalle), año. 02, n.º 03, 2007.

COTT, Nancy F. A mulher moderna. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente: Vol. V. O Século XX*. Porto: Edições Afrontamentos, 1991.

COVA, Anne. História das mulheres em questão. Entrevistador: Denise Bernuzzi de Sant'Anna. *Projeto História*. São Paulo, SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), n.º. 45, 2012.

COVA, Anne. O que é feminismo? Uma abordagem histórica. *Anais do Seminário "Movimento feminista em Portugal"*. Lisboa, PT: UMAR – União de mulheres alternativa e resposta, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografia dos/nos arquivos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), n.º 36, 2005.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Museu Nacional (MN), v. 10, n.º 02, 2004.

CYFER, Ingrid. Liberalismo e feminismo: igualdade de gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná (UFPR), v. 18, n. 36, 2010.

DAMIÃO, Carla Milani. Women as constellation in Walter Benjamin's aesthetics. *Estetyka i Krytyka*. Cracóvia, Polônia: Jagiellonian University, v. 41, n. 02, 2016.

DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil café com leite. Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na primeira república. *Tempo*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense (UFF), v. 13, n. 26, 2009.

DAVIS, Natalie Zemon. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DAVIS, Natalie Zemon. Women's History in transition: the European case. *Feminist Studies*. Maryland, DC: University of Maryland, v. 03, n. ° 3/4, 1976.

DEEGAN, Mary Jo. Sociólogas pioneiras y la Sociedad Sociológica Americana: patrones de exclusión y participación. *Revista en Ciencias Sociales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales*. Panci - Santiago de Cali, Colombia: Universidad Iceci Calle, n. 10, 2012.

DEL PRIORE, Mary Lucy Murray. Dossiê: A história do corpo. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo (USP), v. 03, n.º 01, 1995.

DEL PRIORE, Mary Lucy Murray. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DEL PRIORE, Mary. Mulheres de açúcar: vida cotidiana de senhoras de engenho e trabalhadoras da cana no Rio de Janeiro, entre a Colônia e o Império. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ano 169, n. 436, 2007.

DE LUCA, Leonora. O “feminismo possível” de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). *Cadernos Pagu*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), n.º 12, 1999.

DHOQUOIS, Régine. O direito do trabalho e o corpo da mulher (França: séculos XIX e XX). Proteção da produtora ou da reprodutora? In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Org.). *O Corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Hermenêutica e narrativa (Prefácio). In: SEVECENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

DIDI-HUBERMAN, Goerges. *Diante da imagem: questão colocada aos fins de uma histórica da arte*. São Paulo: Editora 34, 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. De semelhança a semelhança. *Alea*. Rio de Janeiro: Univeridade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), v. 13, n.º 01, 2011.

DIDI-HUBERMAN, George. Quando as imagens tocam o real. *Pós*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), v. 02, n.º 04, 2012.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.

DÓRIA, Carlos Alberto. A tradição honrada (a honra como tema de cultura e na sociedade iberoamericana). *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, v.2, 1994.

DOSSE, François. O espaço habitado segundo Michel de Certeau. *ArtCultura*. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), n.º 09, 2004.

DUARTE, Constância Lima. A história literária das mulheres, um caso a pensar. *Miscelânea*. Assis, SP: Universidade Estadual paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), v. 03, p. 1998.

DUARTE, Constância Lima; PAIVA, Kelen Benfenatti. A mulher de letras: nos rastros de uma história. *Ipotesi*. Juiz de Fora, MG: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), v.º 13, n.º 02, 2009.

DUARTE, Constância Lima. Arquivo de mulheres e mulheres anarquivadas: histórias de uma história mal contada. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*. Brasília, DF: Universidade de Brasília (UnB), n.º 30, 2007.

DUARTE, Constância Lima. Feminino fragmentado. *Ipotesi*. Juiz de Fora, MG: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), v.º 13, n.º 02, 2009.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo (USP), v. 17, n.º 49, 2003.

DUARTE, Constância Lima. Mulher e escritura: produção letrada e emancipação feminina no Brasil. *Pontos de Interrogação*. Bahia, BA: Universidade do Estado da Bahia (Uneb), v. 01, n.º 01, 2011.

DUARTE, Constância Lima; MUZART, Zahidé Lupinacci. Pensar o outro ou quando as mulheres viajam (Apresentação). *Estudos Feministas*. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), n.º 16, v. 03, 2008.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

ENGEL, Magali Gouveia. Gêneros, modernidade e moralidade: leituras da *cidade submersa* nas crônicas de Benjamin Costallat. *Revista La manzana de la discordia*. Ciudad Universitaria Meléndes – Cali, Colombia: Universidad del Valle (Univalle), año. 02, n.º 03, 2007.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.

ESTEVEES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1989.

FABIAN, Johannes. Memórias da memória: uma história antropológica. In: REIS, Daniel Aarão [et. Al.] (Organizadores). *Tradições e modernidades*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

FACINA, Adriana; SOIHET, Rachel. Gênero e memória: algumas reflexões. *Gênero*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense (UFF), v. 05, n. 01, 2004.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Editora da USP, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes; SÁ PINTO, Surama Conde. A crise dos anos 1920 e a revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*, v. 01. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), v. 03, n. 05, 2002.

FINE, Agnés. Leite envenenado, sangue perturbado. Saber médico e sabedoria popular sobre os humores femininos (séculos XIX e XX). In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Org.). *O Corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da república: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*, v. 01. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Isto não é um cachimbo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade, 01: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade, 02: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade, 03: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. Uma história social do feminismo: diálogos de um campo político brasileiro (1917-1937). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas (FGV), v. 31, n. 63, 2018.

FRAISSE, Geneviève. Da destinação ao destino. História filosófica da diferença entre os sexos. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*: Vol. IV. O Século XX. Porto: Edições Afrontamentos, 1991.

FURTADO, Júnia Ferreira. Pérolas negras: mulheres livres de cor no distrito diamantino. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Diálogos oceânicos*: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

GAY, Peter. *Mozart*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1999.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Zemon Davis. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Bertran Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. Ekphrasis e citação. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Bertran Brasil, 1989.

GIORGIO, Michela de. O modelo católico. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*: Vol. IV. O Século XX. Porto: Edições Afrontamentos, 1991.

GODINEAU, Dominique. Filhas da liberdade e cidadãs revolucionárias. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*: Vol. IV. O Século XX. Porto: Edições Afrontamentos, 1991.

GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. *Acervo*. Rio de Janeiro, RJ: Arquivo Nacional, v. 09, n. 1/2, 1996.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. Apresentação. A nova velha República: um pouco de história e historiografia. *Tempo*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense (UFF), v. 13, n. 26, 2009.

GRACIAS, Fatima da Silva. As condições da mulher na goa colonial. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GRUZINSKI, Serge. Por uma história das sensibilidades. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique. *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; TEIXEIRA, Rebeca (org.). *Cultura política, historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Félix Alcan, 1925.

HEYMANN, Luciana Quillet. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2012.

HERMANN, Jacqueline. Religião e política no alvorecer da república: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano, v. 01. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

HIGONNET, Anne. Mulheres e imagens. Representações. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente: Vol. IV. O Século XX*. Porto: Edições Afrontamentos, 1991.

HIGONNET, Anne. Mulheres, imagens e representações. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente: Vol. V. O Século XX*. Porto: Edições Afrontamentos, 1991.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos Impérios, 1875 – 1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos. O breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric. O presente como história: escrever a história de seu próprio tempo. *Novos Estudos*. São Paulo, SP: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), n. 43, 1995.

HOOCK-DEMARLE, Marie-Claire. Ler e escrever na Alemanha. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente: Vol. IV. O Século XX*. Porto: Edições Afrontamentos, 1991.

HOUBRE, Gabrielle. *A belle époque das romancistas. Estudos Feministas*. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), v. 10, n.º 02, 2002.

HOUBRE, Gabrielle. Como a literatura chega às jovens. França, primeira metade do século XIX. *Tempo*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense (UFF), n. 09, 1998.

HOUBRE, Gabrielle. Graciosa ou viril? A postura das amazonas no século XIX. *Gênero*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense (UFF), v. 07, n. 02, 2007.

HOUBRE, Gabrielle. Inocência, saber, experiência: as moças e seu corpo, fim do século XVIII/começo do século XX. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Org.). *O Corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

HOUBRE, Gabrielle. O casamento e as recomposições familiares – o exemplo da relação mãe-filha na França do século XIX. *Revista Gênero*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense (UFF), v. 05, n. 02, 2005.

HOUBRE, Gabrielle. O corpo e a sexualidade das mulheres: do século XVIII ao período entre guerras. *Pro-posições*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), v. 14, n. 02, 2003.

INZENJI, Mônica Yumi. Leitura e escrita femininas no século XIX. *Cadernos Pagu*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), n.º 38, 2012.

ISMÉRIO, Clárisse. *Mulher: a moral e o imaginário: 1889 – 1930*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

KARL, Frederick R. *O moderno e o modernismo: a soberania do artista, 1885-1925*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

KELLER, Elvelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), n.º 27, 2006.

KNIBIEHLER, Yvone. Corpos e corações. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente: Vol. IV. O Século XX*. Porto: Edições Afrontamentos, 1991.

KOFES, Suely. Desigualdade de gênero. *Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social*. Rio de Janeiro, RJ: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGESS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), n.º 08, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro do passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LACERDA, Lilian de. *Álbum de leitura: memória de vida, histórias de leitoras*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

LAGRAVE, Rose-Marie. Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente: Vol. V. O Século XX*. Porto: Edições Afrontamentos, 1991.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na primeira república. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano, v. 01. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

LEÃO, Andréa Borges. A civilização dos livros de Sophie de Ségur: uma aventura editorial entre dois mundos. *Cadernos de estudos sociais*. Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, v. 25, n.º 01, 2011.

LEÃO, Andréa Borges; FARIAS, Edson. O popular no Brasil numa fábula de costume francesa: estéticas e mediações transatlânticas. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, v. 31, n.º 03, 2016.

LEÃO, Andréa Borges. Vamos ao Brasil com Jules Verne? Processos editoriais e civilização nas Voyages Extraordinaires. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, v. 27, n.º 03, 2012.

LE DOEUF, Michèle. *The sex of knowing*. New York: Routledge, 2003.

LEE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEFAUCHEUR, Nadine. Maternidade, família, estado. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente: Vol. V. O Século XX*. Porto: Edições Afrontamentos, 1991.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Maria Lacerda de Moura. Uma feminista utópica*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

LEMOS, Fernanda. Entrevista com Joan Scott. *Mandrágora*. São Paulo, SP: Universidade Metodista de São Paulo, v. 19, n. 19, 2013.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

LOBO, Beth. A vida como obra. *Revista Cadernos Pagu*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), n.º 12, 1999.

LORIGA, Sabina. O eu do historiador. *Revista história da historiografia*. Ouro Preto, MG: Universidade Federal de Ouro Preto, n.º 10, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.

LUSTOSA, Isabel. O texto e o traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano, v. 01. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

LUZ, Noemia M. Q. P. da Luz, NASCIMENTO, Alcileide C. do. O debate em torno da emancipação feminina no Recife (1870-1920). *Cadernos Pagu*. Campinas, SP: Universidade de Campinas (Unicamp) v. 42, 2014.

MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil, v. 03. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARINO, Katherine M. Transnational Pan-American Feminism: the friendship of Bertha Lutz and Mary Wilhelmine Williams, 1926 – 1944. *Journal of Women's History*. Baltimore, Maryland, EUA: Published by The Johns Hopkins University Press, v. 26, n.º 02, 2014.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil, v. 03. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Org.). *O Corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense (UFF), v. 13, n. 26, 2009.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, SP: Associação Nacional de História (ANPUH), v. 23, n.º 45, 2003.

MICHAUD, Stéphane. Idolatrias: representações artísticas e literárias. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente: Vol. IV. O Século XX*. Porto: Edições Afrontamentos, 1991.

MINETTI, Ana Francia. A mulher e o sufrágio. In: CANÊDO, Leticia Bicalho. *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

MOREAU, Thérèse. A bela é a fera (Prefácio). In: MICHELET, Jules. *A mulher*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra imprensa. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

MUZART, Zahidé Lipinacci. Mulheres de faca na bota: escritoras e política no século XIX. *Anuário de Literatura*. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), n.º 04, 1996.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Estudos Feministas*. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), v.º 11, n.º 01, 2003.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral. A Cruzada Feminista Brasileira e a cultura política em Pernambuco (1927-1932). *Estudos Feministas*. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), v. 26, n. 02, 2018.

NAXARRA, Márcia Regina Capelari. Cidades traduzidas em prosa. *ArtCultura*. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), v. 08, n.º 13, 2006.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*, v. 01. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

OEHLER, Dolf. A modernidade e o mal: Charles Baudelaire. *ArtCultura*. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), v. 15, n.º 27, 2013.

ORESQUES, Naomi. Objectivity or Heroism? On the invisibility of women in science. *Osiris*. Chicago, USA: The University of Chicago Press (The History of Science Society), v. 11, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PAIVA, Eduardo França. Mulheres de diversas “qualidades” e seus testamentos na colonial escravista e mestiça capitania das Minas Gerais. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto e GOMES, Flávio (Org.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do Pós-Emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

PAIXÃO, Alexandre Henrique. *Leitores de tinta e papel: elementos constitutivos para o estudo do público literário no século XIX*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2017.

PANTOJA, Selma. A dimensão atlântica das quitandeiras. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

PASSERINI, Luisa. A “lacuna” do presente. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia (Orgs.). *Teoria Política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Horizonte, 2013. p.55-79.

PEDRO, Joana Maria e SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, SP: Associação Nacional de História (ANPUH), v. 27, n.º 54, 2007.

PEDRO, Joana Maria. Corpo e controle. *Anos 90*. Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, n.º 08, 1997.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às marges sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. *Contemporanea*. São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, n.º 02, v. 02, 2012.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

PERROT, Michèle, FARGE Arlette, DAUPHIN Cécile, KLAPISCH-ZUBER Christiane, LAGRAVE Rose-Marie, FRAISSE Geneviève, SCHMITT-PANTEL Pauline, RIPA Yannick, PÉZERAT Pierrette, VOLDMAN Danièle. Culture et pouvoir des femmes: essai d'historiographie. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. França: L'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), 41º année, n. 02, 1986.

PERROT, Michelle et. al. A história das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. Tradução realizada por Rachel Soihet, Rosana M. A. Soares e Suely Gomes Costa. *Gênero*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense (UFF), v. 02, n. 01, 2001.

PERROT, Michelle. *História dos quartos*. São Paulo: Paz & Terra, 2011.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel. *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo/Associação Nacional de História (Anpuh/USP), v. 27, n.º 53, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In: PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo; ZANIRATO Silvia Helena (org.). *Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica*. Maringá, PR: Eduem, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. *Mosaico*. Goiânia, GO: Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), v. 01, n.º 01, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique. *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PESTRE, Dominique. Capítulo V: Mulheres, gênero e ciência: objetividade e posicionamento (Tradução). *Temporalidades*. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ed. 26, n.º 10, v. 01, 2018.

PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná (UFPR), v. 18, n.º 36, 2010.

PINTO, Celi Regina Jardim. Les féministes: mouvements sociaux et sujet politique. *Les cahiers du Centre d'Enseignement, de Documentation et de Recherches pour les Études Féministes (CEDREF)*. Paris, França: Université Paris Diderot 7, n.º 06, 1997.

PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

POIVERT, Michel. A fotografia francesa em 1900: o fracasso do pictorismo. *ArtCultura*. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), v. 10, n.º 16, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas (FGV), v. 02 n. 03, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas (FGV), v. 05, n. 10, 1992.

PRADO, Paulo Brito do. Da beleza se faz história e outras coisas mais (Resenha). *Projeto História*. São Paulo, SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), n.º. 55, 2016.

PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

RAGO, Margareth. *A aventura de constar-se: feminismos, escrita de si e invenção da subjetividade*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), n.º 11, 1998.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RAGO, Margareth. Feminismos a la brasileña. In: MORANT, Isabel (Dir.). *Historia de las mujeres em España y América Latina. Vol. IV: Del siglo XXa los umbrales del XXI*. Madrid, Spain: Ediciones Cátedra, 2008.

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso, ou por uma cultura filógena. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), v. 15, n.º 03, 2001.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890 – 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, Marlon. *História, verdade e tempo*. Chapecó, SC: Argos, 2011.

RAMOS FLORES, Maria Bernadete. *Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza*. Chapecó: Argos, 2007.

RÉMOND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano, v. 01. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

REVEL, Jacques. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa: 1 – A intriga e a narrativa histórica*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa: 2 – A configuração do tempo na narrativa de ficção*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa: 3 – O tempo narrado*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

ROSENTHAL, Gabriele. A estrutura e a Gestalt das autobiografias e suas consequências metodológicas. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou indício da falta. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas (FGV), v. 09 n. 17, 1996.

RUBIN, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. *Nueva Antropología, Revista de Ciencias Sociales*. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, v. 30, n. VIII, 1989.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Primórdios do conceito de gênero. *Cadernos Pagu*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), n.º 12, 1999.

SALIBA, Elias Thomé. Aventuras modernas e desventuras pós-modernas. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *História da beleza no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

SAMUEL. Raphael. *Teatros de la memoria: pasado y presente de la cultura contemporánea*. València, Espanha: Publicacions de la Universitat de València (PUV), 2008.

SAMUEL. Raphael. Teatros de memória. *Projeto História*. São Paulo, SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), n.º 14, 1997.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHMITT-PANTEL, Pauline. “A criação da mulher”: um ardil para a história das mulheres? In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Org.). *O Corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

SCHPUN, Mônica Raisal. *Beleza em jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999; Editora Senac, 1999.

SCHPUN, Mônica Raisal. Carmen Miranda, uma star migrante. *Revista de antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), v. 51, n.º 02, 2008.

SCHPUN, Mônica Raísa. Carlota Pereira de Queiroz era antifeminista? (ou de como pensar os contornos do feminismo). In: COSTA, Lima; SCHMIDT, Pereira (Org.). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 03. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SINEU, Mariette. Direito e democracia. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente: Vol. V. O Século XX*. Porto: Edições Afrontamentos, 1991.

SINEAU, Mariette. Femmes et culture politique. Nouvelles valeurs, nouveaux modèles? *Vingtième Siècle, Revue d'Histoire*. França: Presses de Sciences Po, n.º 44, 1994.

SCOTT, Joan Wallach. *A cidadã paradoxal: as feministas e os direitos do homem*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

SCOTT, Joan Wallach. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*. São Paulo, SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), n.º 16, 1998.

SCOTT, Joan Wallach. A mulher trabalhadora. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente. Volume 4: o século XIX*. Porto, PT: Edições Afrontamento, 1991.

SCOTT, Joan Wallach. ¿Después de la Historia? *Rey Desnudo, revista de libros*. Buenos Aires, Argentina: Instituições Diversas, año II, n.º 04, 2014.

SCOTT, Joan Wallach. El eco de fantasía: la historia y la construcción de la identidad. *Revista La manzana de la discordia*. Ciudad Universitaria Meléndes – Cali, Colombia: Universidad del Valle (Univalle), v. 04, n.º 01, 2009.

SCOTT, Joan Wallach. Emancipação e Igualdade: uma genealogia crítica. *Revista OPSIS*. Catalão, GO: Universidade Federal de Goiás (UFG), v. 15, n. 2, 2015.

SCOTT, Joan Wallach. Fantasy Echo: history and the construction of identity. *Critical Inquiry*. Chicago, USA: The University of Chicago Press Journals, v. 27, n. 02, 2001.

SCOTT, Joan Wallach. *Género e historia*. México: FCE, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a Gender and politics of history. *Revista Cadernos Pagu*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), n.º 03, 1994.

SCOTT, Joan Wallach. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), n.º 13, 2005.

SCOTT, Joan Wallach. Reverberaciones feministas. *Revista en Ciencias Sociales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales*. Panci - Santiago de Cali, Colombia: Universidad Iceci Calle, n. 10, 2012.

SCOTT, Joan Wallach; TILLY, Louise A. Women's work and the family in nineteenth-century Europe. *Comparative Studies in Society and History*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, v. 17, n. 01, 1975.

SCHPUN, Mônica Raisa. Entre feminino e masculino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiroz. *Cadernos Pagu*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), n.º 12, 1999.

SIMMEL, Jorge. *Cultura feminina y otros ensayos*. Madrid: Revista de Occidente, 1934.

SLEDZIEWSKI, Élisabeth G. Revolução Francesa. A viragem. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente: Vol. IV. O Século XX*. Porto: Edições Afrontamentos, 1991.

SMITH, Bonnie G. *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

SOBRAL NETO, Margarida. O papel da mulher na sociedade portuguesa setecentista: contributo para o seu estudo. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

SOHN, Anne-Marie. Entre duas guerras. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente: Vol. V. O Século XX*. Porto: Edições Afrontamentos, 1991.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feministas de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, RJ: Associação nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), n.º 15, 2000.

SOIHET, Rachel. A sensualidade em festa: representações do corpo feminino nas festas populares no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Org.). *O Corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca, da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Uberlândia: Edufu, 2008.

SOIHET, Rachel. Carmen Dolores: as contradições de uma literata da virada do século. *Revista La manzana de la discordia*. Ciudad Universitaria Meléndes – Cali, Colombia: Universidad del Valle (Univalle), año. 02, n.º 08, 2009.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOIHET, Rachel. Cisões, alianças e sucessos dos feminismos no Rio de Janeiro. Anos 1970-1980. *Revista La manzana de la discordia*. Ciudad Universitaria Meléndes – Cali, Colombia: Universidad del Valle (Univalle), año. 02, n.º 03, 2007.

SOIHET, Rachel. Encontros e desencontros no Centro da Mulher Brasileira (CMB), anos 1970-1980. *Revista Gênero*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense (UFF), v. 07, n. 02, 2007.

SOIHET, Rachel. *Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

SOIHET, Rachel. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. *Cadernos Pagu*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), n.º 11, 1998.

SOIHET, Rachel; COSTA, Suely Gomes. Interdisciplinaridade: história das mulheres e estudos de gênero. *Gragoatá*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ), v. 13, n.º 25, 2008.

SOIHET, Rachel. Movimientos femininos y lucha por el voto em Brasil. In: MORANT, Isabel (Dir.). *Historia de las mujeres em España y América Latina. Vol. IV: Del siglo XXa los umbrales del XXI*. Madrid, Spain: Ediciones Cátedra, 2008.

SOIHET, Rachel. Mulheres e Biografia. Significados para a História. *Locus, Revista de História*. Juiz de Fora, MG: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), v. 09, n.º 01, 2003.

SOIHET, Rachel. Mulheres em busca de novos espaços e relações de gênero. *Acervo, revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, RJ: Arquivo Nacional, v. 09, n.º 1-2, 1996.

SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência. *Projeto História*. São Paulo, SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), n.º 25, 2002.

SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SOIHET, Rachel. La première vague du féminisme brésilien de la fin du XIX siècle aux années trente. *Clio. Femmes, Genre, Histoire*. Toulouse, França: Presses Universitaires du Mirail / Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) / Centre National du Livre (CNL), n.º 07, 1998.

SOIHET, Rachel. Mulheres ousadas e apaixonadas – uma investigação em processos criminais cariocas (1890-1930). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, SP: Associação Nacional de História (ANPUH), v. 09, n.º 18, 1989.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.

SOIHET, Rachel. Preconceitos nas charges de O Pasquim: mulheres e a luta pelo controle do corpo. *Espaço Acadêmico*. Maringá, PR: Universidade Estadual de Maringá (UEM), n.º 84, 2008.

SOIHET, Rachel; COSTA, Suely Gomes. Tutela e devir das mulheres no espaço público. *Revista La manzana de la discordia*. Ciudad Universitaria Meléndes – Cali, Colombia: Universidad del Valle (Univalle), v. 06, n. ° 02, 2011.

SOIHET, Rachel. Um debate sobre manifestações culturais populares no Brasil dos primeiros anos da República aos anos 1930. *Trajetos*. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceara (UFC), v.01, n.° 01, 2001.

SOIHET, Rachel. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. *Estudos Feministas*. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), n.° 05, 1997.

SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Estudos Feministas*. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), v. 13, n.° 03, 2005.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

SWAIN, Tania Navarro (Org.). *Feminismos: teorias e perspectivas*. Textos de História: revista do programa de pós-graduação em História da UnB, Brasília: UnB, v. 08, n. 01, 2000.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Por uma história menor – uma análise deleuziana sobre a história das mulheres. *Estudos Feministas*. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), v.° 26, n.° 01, 2017.

TELLES, Lygia Fagundes. Meu encontro com a escritora. *Cadernos Pagu*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), n.° 12, 1999.

TELLES, Norma. *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil (século XIX)*. São Paulo, SP: Intermeios, 2012.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.

TELLES, Norma. Medéia Sertaneja. In: BRANDÃO, Izabel; MUZART, Zahidé L. *Refazendo nós: ensaios sobre mulher e literatura*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

THÉBAUD, Françoise. A grande guerra. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente: Vol. V. O Século XX*. Porto: Edições Afrontamentos, 1991.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), n.° 03, 1994.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: o poder e a produção da história*. Curitiba: Huya, 2016.

TURIN, Rodrigo. A polifonia do tempo: ficção, trauma e aceleração no Brasil contemporâneo. *ArtCultura*. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), v. 19, n.º 35, 2017.

TURIN, Rodrigo. As (des)classificações do tempo: linguagens teóricas, historiografia e normatividade. *Topoi*. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), v. 17, n.º 33, 2016.

VARIKAS, Eleni. Do bom uso do mau gênero. *Revista Cadernos Pagu*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), n.º 12, 1999.

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), n.º 03, 1994.

VARIKAS, Eleni. Paria: uma metáfora de la exclusión femenina. *Política y Cultura*. Distrito Federal, México: Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimilco, n.º 04, 1995.

VARIKAS, Eleni. Naturalização da dominação e poder legítimo na teoria política clássica. *Estudos Feministas*. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), v.º 11, n.º 01, 2003.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Falas da cidade: conflitos e negociações em torno da identidade cultural no Rio de Janeiro. *ArtCultura*. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), v. 07, n.º 11, 2005.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano, v. 01. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo brasileiro: outros enredos, personagens e paisagens. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. França: L'Ecole des Autes Etudes em Sciences Sociales, 09 février 2007.

VERFUS, Anne. Voto familialista e voto familiar: contribuição para o estudo do processo de individualização das mulheres na primeira metade do século XIX. In: CANÊDO, Letícia Bicalho. *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

XAVIER, Giovana. Entre personagens, tipologias e rótulos da “diferença”: a mulher escrava na ficção do Rio de Janeiro no século XIX. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flavio. *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

WEEKS, Jeffrey. The sexual citizen. *Theory, culture & society*. Thousand Oaks, CA (USA): SAGE Publishing, v. 15, 1998.

Dissertações e Teses

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *A presença negra no teatro de revista dos anos 1920*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2016.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *O Bello Sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX*. Dissertação (Mestrado em antropologia social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988.

GUERULLUS, Natália de Santanna. *Rachel de Queiroz: regra e exceção (1910-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, 2011.

REIS, Marcelo Rodrigues dos. *Tia Neiva: a trajetória de uma líder religiosa e sua obra, o Vale do Amanhecer (1925-2008)*. Tese (Doutorado em História). Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2008.

ROCHA, Eliane Pereira. *Entre a pena e a espada. A trajetória de Leolinda Daltro: 1859-1934*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2002.

Referências bibliográficas sobre Goiás

ALENCASTRO, Jane. Memórias de Aninha. In: SIQUEIRA, Ebe Maria de Lima; CAMARGO, Goiandira Ortiz de; MAMEDE, Maria Goreth F. (Orgs.). *Leitura: teorias e práticas*. Goiânia: Editora Vieira, 2003.

ARRAIS, Cristiano Alencar. *Mobilidade discursiva: o periodismo em Goiás*. Goiânia: Editora UFG, 2013.

ARTIAGA, Zoroastro. *História de Goiás*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1959.

ATAÍDES, Jesús Marco de; CAPEL, Heloísa Selma. Símbolos do despertar da mulher goiana no séc. XIX. *Teoria e Praxis: Revista de Ciências e Política*, n.º 02, Goiânia, 1991.

BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. Livros e leituras do Gabinete Literário Goiano na sociedade oitocentista de Goiás. *Educativa*. Goiânia, GO: Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), v. 11, n. 01, 2008.

BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. Projeto de educação da sociedade goiana do século XIX: possível tradução de um processo histórico multifacetado. In: BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. (Org.). *Estudos de história da educação de Goiás (1830-1930)*. Goiânia: Ed. da PUC-Goiás, 2011.

BITTAR, Maria José Goulart. *As três faces de Eva na Cidade de Goiás*. Goiânia: Kelps, 2002.

BORGES, Barsanufio Gomides. *O despertar dos dormentes: estudo sobre a estrada de ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais (1909-1922)*. Goiânia: Cegraf, 1990.

BRETAS, Genesco Ferreira. *História da Instrução Pública em Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

BRITTO, Clóvis Carvalho. As mulheres ou os silêncios da procissão do fogaréu. *Revista OPSIS*. Catalão, GO: Universidade Federal de Goiás (UFG), v. 11, n.º 01, 2011.

BRITTO, Clóvis Carvalho. A terceira margem do patrimônio: o rio Vermelho e a configuração do *habitus* vilaboense. *Revista Diálogos*. Maringá, PR: Universidade Estadual de Maringá (UEM), v. 18, n.º 03, 2014.

BRITTO, Clóvis Carvalho; SEDA, Rita Elisa. *Cora Coralina: raízes de Aninha*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2009.

BRITTO, Clóvis Carvalho. Do século XIX ao século XXI: as mulheres ou os “silêncios da história” do espiritismo na Cidade de Goiás. *Revista Fragmentos de Cultura*. Goiânia, GO: Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), v. 23, n.º 01, 2013.

BRITTO, Clóvis Carvalho. *Luz sobre o alqueire: itinerários do espiritismo no interior do Brasil*. Goiânia, GO: Editora Espaço Acadêmico, 2016.

BRITTO, Clóvis Carvalho. Rachel de Queiróz, intérprete do Brasil: desafiando a dominação masculina e o cânone literário brasileiro. *Caderno Espaço feminino*. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), v.º 17, n.º 01, 2007.

BRITTO, Clóvis Carvalho; PRADO, Paulo Brito do. Museu Casa de Cora Coralina e o luto estratificado em memórias femininas. *Museologia e Interdisciplinaridade*. Brasília, DF: Universidade de Brasília (UnB), v. 07, n.º 13, 2018.

CAMARGO, Goiandira Ortiz. Cora Coralina: uma poética para todas as vidas. In: DENÓFRIO, Darcy França; CAMARGO, Goiandira Ortiz de. (Org.). *Cora Coralina: celebração da volta*. Goiânia: Cânone Editorial, 2006.

CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Ed. Da Universidade Federal de Goiás, 1987.

CAMPOS, Francisco Itami. Mudança da capital: uma estratégia de poder. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues [et al]. *Goiânia: cidade pensada*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

CANEZIN, Maria Teresa; LOUREIRO, Walderês Nunes. *A escola normal em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

CARVALHO, Eugênio Rezende de. Construções de Goiânia. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues [et al]. *Goiânia: cidade pensada*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

CHAIN, Marivone Matos. *A sociedade colonial goiana*. Goiânia: Oriente, 1978.

CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora UFG, 2010.

CHAUL, Nars Fayad (Coordenador). *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*. Goiânia: Ed. Kelps, 1998.

COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. *Arraial e coronel: dois estudos de história social*. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

DELGADO, Andréa; CAUME, David J. Imagens do cerrado: o olhar dos viajantes europeus no século XIX. *Fragmentos de Cultura: Revista do Instituto de Filosofia e Teologia*. Goiânia, GO: Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), v. 09, n. 02, 1999.

DENÓFRIO, Darcy França. *Lavra dos Goiasés III: Leodegária de Jesus*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2011.

DENÓFRIO, Darcy França. Retirando o véu de Ísis: contribuição às pesquisas sobre Cora Coralina. In: DENÓFRIO, Darcy França; CAMARGO, Goiandira Ortiz de. (Org.). *Cora Coralina: celebração da volta*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2006.

DOLES, Dalisia E. Martins. Goiás e a primeira república. (Nota prévia). *Revista de História*. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo (USP), v. 54, n.º 107, 1976.

DOLES, Dalisia E. Martins e SILVA, Ana Lúcia da. Arrolamento da imprensa periódica de Goiás. *Anais do VI Simpósio Nacional dos professores universitários de História* "Trabalho Livre e trabalho escravo". Coleção da *Revista de História*. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo (USP), v. III, 1973, p. 531-545.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Poder e paixão: a saga dos Caiado*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009, v. 01.

KOFES, Suely. *Uma trajetória em narrativas*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Males do sertão: alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX*. Goiânia: Canone Editorial, 2014.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *A invenção de Goiânia: o outro lado da mudança*. Goiânia: Editora Vieira, 2013.

MORAES, Maria Augusta de Santana. O abolicionismo em Goiás. *Anais do VI Simpósio Nacional dos professores universitários de História* “Trabalho Livre e trabalho escravo”. Coleção da *Revista de História*. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo (USP), v. III, 1973, p. 659-695.

NUNES, Heliane Prudente. História da família no Brasil e em Goiás: tendências e debates. *In: CHAUL, Nasr Fayad; RIBEIRO, Paulo Rodrigues. Goiás: identidade, paisagem e tradição*. Goiânia: Ed. da UCG, 2001.

PALACÍN, Luiz. *Coronelismo no extremo norte de Goiás: o Padre João e as três revoluções de Boa Vista*. Goiânia: Cegraf; São Paulo: Edições Loyola, 1990.

PALACIN, Luiz. *Goiás 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas*. Goiânia: Oriente, 1976.

PARENTE, Temis Gomes. *O avesso do silêncio: vivências cotidianas das mulheres do século XIX*. Goiânia: Editora da Ufg, 2005.

PÉCLAT, Gláucia Tahis da Silva Campos. Empadão goiano: expressão do *habitus* de Goiás. *Revista Goiás Cultura*. Goiânia, GO: Universidade Católica de Goiás (UCG), ano 03, n.º 07, 2006.

PEREIRA, Eliane M. C. Manso. Goiânia, filha mais moça e bonita do Brasil. *In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues [et al]. Goiânia: cidade pensada*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

PRADO, Paulo Brito do. As muitas faces do Espírito Santo: gênero, devoção e silêncios na Cidade de Goiás (Séculos XIX e XX). *In: BRITTO, Clóvis Carvalho; PRADO, Paulo Brito do e ROSA, Rafael Lino. Os sentidos da devoção: o Império do Divino na Cidade de Goiás (Séculos XIX e XX)*. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2015.

PRADO, Paulo Brito do. Cantilenas de Goiás: memórias, gênero e patrimônios das culturas negras na obra de Regina Lacerda. *Mosaico, revista do mestrado em História*. Goiânia, GO: Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), v. 9, n.º 2, 2016.

PRADO, Paulo Brito do. Desvelando o espiritismo sertanejo: a trajetória de um silêncio (prefácio). *In: BRITTO, Clóvis Carvalho. Luz sobre o alqueire: itinerários do espiritismo no interior do Brasil*. Goiânia, GO: Editora Espaço Acadêmico, 2016.

PRADO, Paulo Brito do. Entre o perfume de angélicas e estrelas do norte as mulheres tornam perpétua a tradição do perdão: por uma história (fé) minina em terras goianas nos séculos XIX e XX. *In: BRITTO, Clóvis Carvalho; SIQUEIRA, Guilherme Antonio de e PRADO, Paulo Brito do. Por uma história da saudade: itinerários do Canto do Perdão na Cidade de Goiás (Séculos XIX e XX)*. Goiânia: Gráfica e Editora América, 2014.

PRADO, Paulo Brito do; FREITAS, Eliane Martins de. Uma poética da emancipação feminina nos sertões goianos (século XIX). *Estudos Feministas*. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), v. 26, n. 02, 2018.

RABELO, Danilo. *A normalização dos comportamentos na Cidade de Goiás (1822 – 1889)*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2010.

RIBEIRO, Paulo Rodrigues. Sombras no silêncio da noite: imagens da mulher goiana no século XIX. In: CHAUL, Nasr Fayad; RIBEIRO, Paulo Rodrigues. *Goiás: identidade, paisagem e tradição*. Goiânia: Ed. da UCG, 2001.

ROSA, Maria Luíza Araújo. *Dos Bulhões aos Caiado: um estudo da história política de Goiás (1899-1909)*. Goiânia: UCG, 1984.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. *Economia e escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

SILVA, Ana Lúcia da. *A revolução de 30 em Goiás*. Goiânia: Câneone Editorial, 2005.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. Progresso e sertão goiano: a espera. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues [et al]. *Goiânia: cidade pensada*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

SILVA, Mônica Martins da. *A Festa do Divino: Romanização, Patrimônio & Tradição em Pirenópolis (1890-1988)*. Goiânia: Instituto Goiano do Livro/Agepel, 2001.

SOUZA, Dalva Borges de. *Violência, poder e autoridade em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 2006.

TAMASO, Izabela. Etnografando os sentidos do lugar: pintando, declamando e cantando a cidade de Goiás. In: TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (Org.). *Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

TELLES, Norma. Medéia Sertaneja. In: BRANDÃO, Izabel; MUZART, Zahidé L. (Org.). *Refazendo nós: ensaios sobre mulher e literatura*. Florianópolis, SC: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDNISC, 2003.

VASCONCELOS, Eliane. Precursoras da literatura goiana. *Revista UFG*, Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás (UFG-GO), ano XII, n.º 08, 2010.

Dissertações e Teses

AGE, Mônica de Paula P. da Silva. *As mulheres parteiras na cidade de Goyaz (século XIX)*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás, 2002.

ANDRADE, Ludmila Santos. *Poesia e crônica em Cora Coralina*. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística). Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás, 2016.

ANZAI, Leni Caselli. *Vida cotidiana na zona rural do município de Goiás (1888-1930)*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás, 1985.

BRITTO, Clóvis Carvalho. “*Sou Paranaíba pra cá*”: literatura e sociedade em Cora Coralina. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás, 2006.

CARVALHO, Euzébio Fernandes de. *O rosário de Aninha*: os sentidos da devoção rosarina na escritura de Anna Joaquina Marques (Cidade de Goiás, 1881-1930). Dissertação (Mestrado em História). Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás, 2008.

CAVALCANTI, Maria do Espírito Santo Rosa. *O movimento separatista do norte de Goiás (1821 – 1988)*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás, 1990.

CURADO, Bento Alves Araújo Jayme Fleury. *Sopro em brasas dormentes*: inventário das precursoras da literatura em Goiás. Dissertação (Mestrado em Literatura). Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás, 2003.

DAMACENA NETO, Leandro Carvalho. *A “influenza espanhola” de 1918/1919 na cidade de Goiás*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás, 2011.

DELGADO, Andréa Ferreira. *A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias*. Tese (Doutorado em História). Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2003.

DINIZ, Sávia Barros. *Mulheres na imprensa: representações femininas no Correio Oficial, cidade de Goiás (1930-1936)*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás, 2013.

GRIGÓRIO, Patrícia Costa. *A professora Leolinda Daltra e os missionários*: disputas pela catequese indígena em Goiás (1896-1910). Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

MORAES, Maria Augusta de Sant’Anna. *Contribuição para o estudo político e oligárquico da história de Goiás*. Tese (Doutorado em História). São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 1972.

MOTTA, Tatiana Carvalho. *Entre o atlântico e o sertão*: mulheres e vida urbana na capitania de Goiás. Dissertação (Mestrado em História). Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2006.

PÉCLAT, Gláucia Tahis da Silva Campos. *Empadão goiano*: expressão de valores e práticas tradicionais. Dissertação (Mestrado profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural, concentração em Antropologia). Goiânia, GO: Universidade Católica de Goiás, 2003.

PEREIRA, Gabriel da Silva. *Senhoras de bens*: famílias, negócios e patrimônios administrados por mulheres no sertão dos Guayazes: 1760-1840. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás, 2013.

PRADO, Paulo Brito do. *Goiás que a história guardou*: mulheres, ditadura e cultura nos anos 1960. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás, 2014.

PRUDENTE, Maria das Graças Cunha. *O silêncio no magistério, professoras na instrução pública na província de Goyaz (século XIX)*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia, GO: Universidade Católica de Goiás, 2009.

ROCHA, Elaine Pereira. *Entre a pena e a espada. A trajetória de Leolinda Daltro: 1859-1934*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2002.

Memórias impressas

ALBERNAZ, Ondina de Bastos. *Reminiscências*. Goiânia: Kelps, 1992.

AZEVEDO, Cordolino de. *Terra distante (Impressões de Goyaz)*. Rio de Janeiro, RJ: Editora não identificada, 1925.

BRITTO, Celia Coutinho Seixo de. *A mulher, a história e Goiás*. Goiânia: Unigraf, 1982.

CALADO, Maria Augusta. *Antônio Félix de Bulhões Jardim*. Goiânia: Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, dezembro de 2001.

CASAI, José. *Um turista em el Brasil*. Rio de Janeiro: Franz Timon, 1940.

CASAI, José. *Goyaz (Brasil) y su interes turistico*. Revista Geográfica Americana. Buenos Aires, Argentina, n.º 93, junio de 1941.

COOK, Willian Azel. *Through the wildernesses of Brazil by horse, canoe and float*. New York: American Tract Society, 1910. Para consulta-lo on-line basta entrar no endereço: <https://archive.org/stream/throughwildernes00cook#page/n7/mode/2up>

CORALINA, Cora. Cora Coralina. Depoimento e antologia. In: Instituto de Artes. *Revista Goiana de Artes*. Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás, v. 02, n.º 02, 1981, p. 139-149.

CORALINA, Cora. Doutor “Honoris-Causa”: Cora Coralina. In: Instituto de Artes. *Revista Goiana de Artes*. Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás, v. 04, n.º 02, 1983, p. 203-225.

CORALINA, Cora. *O tesouro da casa velha*. São Paulo, SP: Global, 1989.

CORALINA, Cora. *Estórias da casa velha da ponte*. São Paulo, SP: Global, 2006.

CORALINA, Cora. *Vila Boa de Goyaz*. São Paulo, SP: Global, 2001.

COUTO, Goiás do. *Memórias e Belezas da Cidade de Goiás*. Goiás: Ed. do autor, 1958.

CURADO, Mariana Augusta Fleury. *Rua do Carmo: crônicas – artigos*. Goiânia: Líder, 1981.

CURADO, Augusta de Faro Fleury. *Devaneios*. Goiânia, GO: Gráfica e Editora Piloto Ltda, 1988.

CURADO, Augusta de Faro Fleury. Uma viagem a Goiás. In: GODOY, Maria Paula Fleury de. *Do Rio de Janeiro a Goiás – 1896 (A viagem era assim)*. Belo Horizonte, MG: Oficinas Gráficas de Velloso S.A., 1961.

DAHER, Nice Monteiro. *Caminhos*. Goiânia: Sem Editora, 1990.

DAHER, Nice Monteiro. *Lembranças em 4 tempos*. Goiânia: Gráfica e Editora Bandeirante, 1984.

DAHER, Nice Monteiro. *Revoada: palavras, crônicas e versos*. Goiânia: Kelps, 1994.

DAHER, Nice Monteiro. *Velhos Portais: prefácios – crônicas*. Goiânia: Kelps, 2000.

DALTRO, Leolinda. *A cathecheze dos índios no Brasil (Noticias e documentos para a Historia) 1896-1911*. Rio de Janeiro, RJ: Typ. da Escola Orsina da Fonseca, 1920. Este livro encontra-se digitalizado na Biblioteca Digital do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (USP). Para consulta-lo on-line basta entrar no endereço <http://buscaintegrada.usp.br/> e digitar o nome “Leolinda Daltra” na ferramenta de busca.

DEUS, Gastão. *Agapanthos: versos (1902-1904)*. Uberaba: Typ. da Livraria Seculo XX, 1905.

DEUS, Gastão. *Páginas Goyanas*. São Paulo: Typographia (ilegível) Paulicéa, 1917.

ÉLIS, Bernardo. *Veranico de janeiro*. Goiânia: ICBC, 2006.

FLEMING, Peter. *Uma aventura no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1996.

GODOY, Maria Paula Fleury de. *Do Rio de Janeiro a Goiás – 1890 (A viagem era assim)*. Belo Horizonte, MG: Oficinas Gráficas de Velloso S.A., 1961.

JESUS, Leodegária. *Corôa de Lyrios: versos*. Campinas: Typ. a vapor “Livro Azul”, 1906.

JESUS, Leodegária. *Orchideas: Poesias*. São Paulo: Admin. da “Ave Maria”, 1928.

JOSEPH, Marie (Augusta Marié Joseph Bougelet de Souza). *Sertão e Cidade (Romance)*. Rio de Janeiro: Renascença Editora, 1933.

JOSEP, Marie. *Mysterio da Serra Doirada*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1939.

LACERDA, Regina. *Cidade de Goiás, berço da cultura goiana*: conferência pronunciada por Regina Lacerda na solenidade de reabertura do Gabinete Literário Goiano. Cidade de Goiás: Publicação do Departamento Estadual de Cultura, 04 de fevereiro de 1968.

LACERDA, Regina. *Papa-ceia: noticias do folclore goiano*. Goiânia/Goiás: Gráfica Oriente, 1968.

- LACERDA, Regina. *Pitangas: poesias*. Goiânia, 1954.
- LACERDA, Regina. *Vila Boa: folclore*. São Paulo: Gráfica da Revista dos Tribunais; Goiânia: Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos, 1957.
- LACERDA, Regina. *Vila Boa: história e folclore*. Goiânia: Oriente, 1977.
- LANDOR, Arnold Henry Savage. *Across Unknown South America*. Boston: Little, Brown and Company, 1913.
- LEAL, Oscar. *Viagem às terras goyanas (Brazil Central)*. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1980.
- MACINTYRE, Archie. *Descendo o rio Araguaia*. Contagem, MG: AME Menor, s/d.
- MAGALHÃES, Agenor Couto de. *Encantos do Oeste*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- MAGALHÃES, Carlos Pereira de. *Cartas de Goiás: no princípio do século XX*. São Paulo: Editora De Letra em Letra, 2014.
- MARQUES, Octo. *Casos e lendas de Vila Boa*. Goiânia: Of. Graf. O Popular, 1977.
- MARQUES, Octo. *Cidade mãe (Casos e contos)*. Goiânia: Cerne, 1985.
- MARQUES, Octo. *Colcha de retalhos: casos e crônicas*. Goiânia: Editora da UFG, 1994.
- MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Reminiscências: Goiás de antanho. 1907-1911*. Goiânia: Oriente, 1974.
- MORENO, Ida Artiaga. *Minha estrela companheira*. Goiânia: O Popular, 1984.
- PACHECO, Eudes. *Marcas: Poemas*. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goyaz/Museu das Bandeiras, 1977.
- RAMOS, Hugo de Carvalho. *Obras completas de Hugo de Carvalho Ramos*. São Paulo, SP: Companhia Editora Panorama, 1950.
- RODRIGUES, Maria Augusta Calado de Saloma. *A modinha em Vila Boa de Goiás*. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1982.
- SOUZA FILHO, Eduardo Henrique de. *Nos tempos de Goyaz: crônicas e poemets*. Goiânia: Unigraf, 1981.
- SOUZA FILHO, Eduardo Henrique de. *Canteiro de Saudades: evocações e memórias*. Goiânia: Poligráfica, 1987.

THIELEN, Eduardo Vilela *et. All.* (Orgs). *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913.* Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Casa de Oswaldo Cruz, 1991.

Fontes:

Cidade de Goiás

Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi” e Gabinete Litterario de Goyaz

Acta da instalação do Gabinete Litterario Goyano em 10 de abril de 1864. Livro 1º das actas das sessões do Gabinete Litterario Goyano, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 01-04. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da Sessão do dia 13 de maio de 1864. Livro 1º das actas das sessões do Gabinete Litterario Goyano, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 05. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da Sessão do dia 21 de agosto de 1864. Livro 1º das actas das sessões do Gabinete Litterario Goyano, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 05. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da sessão do dia 19 de maio de 1866. Livro 1º das actas das sessões do Gabinete Litterario Goyano, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 27. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da sessão do dia 09 de fevereiro de 1868. Livro 1º das actas das sessões do Gabinete Litterario Goyano, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 30. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da sessão do dia 19 de Fevereiro de 1871. Livro 1º das actas das sessões do Gabinete Litterario Goyano, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 32-33. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da sessão do dia 26 de Março de 1871. Livro 1º das actas das sessões do Gabinete Litterario Goyano, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 33-34. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da sessão do dia 16 de abril de 1871. Livro 1º das actas das sessões do Gabinete Litterario Goyano, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 35. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da sessão do dia 16 de agosto de 1871. Livro 1º das actas das sessões do Gabinete Litterario Goyano, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 31. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da sessão do dia 17 de junho de 1872. Livro 1º das actas das sessões do Gabinete Litterario Goyano, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 43-44. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da sessão do dia 26 de fevereiro de 1873. Livro 1º das actas das sessões do Gabinete Litterario Goyano, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 47. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da sessão do dia 28 de março de 1873. Livro 1º das actas das sessões do Gabinete Litterario Goyano, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 48. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da sessão do dia 14 de junho de 1873. Livro 1º das actas das sessões do Gabinete Litterario Goyano, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 43-44. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da sessão do dia 12 de maio de 1874. Livro 1º das actas das sessões do Gabinete Litterario Goyano, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 58. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da sessão do dia 13 de março de 1874. Livro 1º das actas das sessões do Gabinete Litterario Goyano, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 55-56. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da sessão do dia 15 de fevereiro de 1879. Livro 1º das actas das sessões do Gabinete Litterario Goyano, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 82. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da Sessão magna em 03 de maio de 1884. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da sessão do dia 04 de maio de 1885. Livro 2º das actas das sessões do Gabinete Litterario Goyano, de abril de 20/12/1882 a 02/02/1925, p. 11-12. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta retrospectiva dos factos mais salientes ocorridos de 20 de junho de 1886 a 1887 no Gabinete Litterario Goyano. Livro 1º das actas das sessões do Gabinete Litterario Goyano, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 55-56. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da sessão do dia 05 de janeiro de 1888. Livro 1º das actas das sessões do Gabinete Litterario Goyano, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 19. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta de sessão geral do Gabinete Litterario Goyano em 28 de maio de 1899. Livro 1º das actas das sessões do Gabinete Litterario Goyano, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 35. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da sessão do Gabinete Litterario Goyano em 07 de fevereiro de 1900. Livro 1º das actas das sessões do Gabinete Litterario Goyano, de abril de 1864 a 27 de setembro de 1882, p. 36. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da reunião da Directoria do Gabinete Litterario Goyano em Goyaz, 22 de janeiro de 1921. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da eleição da Directoria. Goyaz, 21 de abril de 1929. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da eleição da Directoria, 28 de abril de 1929. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta de eleição da Directoria. Goyaz, 09 de junho de 1929. Livro de registro de Actas de 1929, p. 01-02. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da 1ª reunião geral dos sócios do Gabinete Literario Goyano, 09 de junho de 1929. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da 3ª reunião geral dos sócios do Gabinete Literario Goyano, 19 de julho de 1929. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da 5ª reunião geral dos sócios do Gabinete Literario Goyano, 05 de outubro de 1929. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da 1ª reunião geral dos sócios do Gabinete Literario Goyano, 09 de junho de 1929. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da 6ª reunião geral dos sócios do Gabinete Literario Goyano, 19 de novembro de 1929. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da 1º eleição da Directoria Central da Federação Goyana pelo Progresso Feminino, 1931. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta de instalação da Federação Goyana pelo Progresso Feminino, Goyaz, 02 de maio de 1931. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Acta da sessão ordinaria da Federação Goyana pelo Progresso Feminino realizada em 31 de maio de 1931, p. 04-05. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da sessão ordinária da Directoria da Federação Goyana pelo Progresso Feminino. Goyaz, 22 de agosto de 1931, p. 05 – 06 do Livro de actas das sessões geraes e das do Conselho Fiscal da Federação Goyana pelo Progresso Feminino. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta da 2º sessão ordinária da Directoria da Federação Goyana pelo Progresso Feminino, Goyaz 22 de agosto de 1931. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Acta Acta da Assembleia Geral da Federação Goyana pelo Progresso Feminino, Goyaz, 07 de maio de 1933. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Academia de Letras. A Imprensa, anno I, n.º 30, Goyaz, 13 de agosto de 1904, p. 04. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Academia de Letras de Goyaz. Elogio histórico de Bartholomeu Bueno da Silva pela Gentilissima D. Eurydice Natal. Goyaz, anno XX, n.º 827, sabbado, 15 de outubro de 1904, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Academia de Letras de Goiaz. Almanaque Brasileiro Garnier para o ano de 1906, anno IV, p. 415. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Academia de Letras. Goyaz, anno XX, n.º 818, sabbado, 13 de agosto de 1904, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Acróstico oferecido a Consuelo Ramos Caiado por sua amiga Lourdes em 04 de dezembro de 1977. Acervo do Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

A mocidade de minha terra, Augusto Rios. A República, anno VI, n.º 86, Goyaz, 22 de fevereiro de 1906, p. 04. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

A Viuvinha, Cora Coralina. Goyaz, anno XXIV, n.º 1023, sabbado, 01 de agosto de 1908, p. 03-04. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

A Casa Pery. A Semana, anno II, n.º 52, Goyaz, 05 de fevereiro de 1912, p. 03. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Apanhados. Vantagens do divorcio. A Semana, anno II, n.º 59, Goyaz, 31 de março de 1912, p. 02. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Autuação de petição n.º 696, feita pelo Frei Alberto M. Bortolan junto à prefeitura municipal da cidade de Goiás exigindo ajuda de custo para a conclusão da torre da Igreja de Nossa Senhora do Rosário em 1942. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

A cultura physica no mundo feminino, Grace Machado. O Lar, anno I, n.º 17, Goyaz, 15 de abril de 1927, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

A desconfiança ou a agonia de uma flor, Crase. O Lyceu, anno I, n.º 13, Goyaz, 03 de julho de 1917, p. 01-02. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

A goyana moderna. Voz do Povo, anno I, Goyaz, capital, 08 de julho de 1927, n.º 03, p. 02. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

A Junta de Recursos de Goyaz é o voto feminino. O Democrata, anno X, n.º 586, Goyaz, 15 de dezembro de 1928, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

A luz elétrica – sua inauguração. O Democrata, anno III, n.º 153, Goyaz, 23 de abril de 1920, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

A mãe de família, Maria Ferreira de Azevedo. O Lar, anno I, n.º 02, Goyaz, 30 de agosto de 1926, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

A moda, Oscarlina. O Lar, anno I, n.º 04, Goyaz, 30 de setembro de 1926, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

A mulher no momento actual da sociedade. O Lar, anno IV, n.º 79, Goyaz, 01 de dezembro de 1929, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

A Mulher, Colemar Natal e Silva. O Lar, anno III, n.º 72, Goyaz, 31 de julho de 1929, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Anonymato, Amaryllis. Momo, anno I, n.º 03, Goyaz, 01 de junho de 1919, p. 03. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

A nossa capital, João da Serra. Nova Era, anno I, num. 11, Goyaz, 01 de novembro, 1914, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

As Flores, Altair Camargo. Goyaz, anno XXXIII, n.º 1546, sabbado, 24 de agosto de 1918, p. 03. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

A Rainha do Ideal. O Democrata, anno IX, n.º 493, Goyaz, 23 de fevereiro de 1927, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

A República, anno VII, n.º 134, Goyaz, 30 de outubro de 1907, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

A Rosa. A Imprensa, anno IV, n.º 166, Goyaz, 16 de setembro de 1907, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

A viação no estado. O Democrata, anno III, n.º 117, Goyaz, 20 de junho de 1919, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Bela aceitação, Oscarlina Alves Pinto. O Lar, anno I, n.º 02, Goyaz, 30 de agosto de 1926, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Bilhete avulso encontrado no livro de registro de 1880 do Gabinete Litterario Goyano. Goyaz, 02 de maio de 1880. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Bilhete a Suzana, Gertrudes. Nova Era, anno II, n.º 85, Goyaz, 15 de junho de 1916, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Bloco de notas de Consuelo Ramos Caiado, 1931. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

CAIADO, Consuelo Ramos. Bloco de notas de Consuelo Ramos Caiado, 1931. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

CAIADO, Consuelo Ramos. Um verão na serra (Manuscrito), 1919. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

CAIADO, Consuelo Ramos. O Sertanista (Manuscrito), 2 volumes, 1918 e 1919. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

CAIADO, Consuelo Ramos. A aposta do Juca (Manuscrito), 1919. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

CAIADO, Consuelo Ramos. A Goyaninha (Manuscrito), 1917. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

CAIADO, Consuelo Ramos. Em Uma página da vida de...? (Manuscrito), 2 volumes, (1925-1935). Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Carta de Consuelo Caiado a Alice Pinheiro Coimbra. Goyaz, 15 de maio de 1932. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Carta de comissão das mulheres de Planatina para Consuelo Caiado, Planaltina 18 de junho de 1929. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Carta de Oscarlina Alves Pinto a secretaria interna da Federação Goyana pelo Progresso Feminino, Goyaz, 03 de junho de 1931. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Carta de Maurilio Fleury, secretaria Geral da Cruz Vermelha em Goyaz para Consuelo Caiado, Goyaz, 05 de julho de 1925. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Carta de Mons. Joaquim Confúcio a Consuelo Ramos Caiado. Goyaz, 01 de maio de 1932. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Chroniqueta, Cora Coralina. A Imprensa. Goyaz, anno VI, n.º 270, 24 de setembro de 1910, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Chroniqueta, Cora Coralina. A Imprensa, anno VI, n.º 266, Goyaz, 22 de agosto de 1910, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Cinema Goyano. O Lar, anno II, n.º 31, Goyaz, 15 de novembro de 1927, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Concurso de beleza. A Imprensa, anno VI, n.º 234, Goyaz, 27 de março de 1909, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Collaboradores. O Lar, anno I, n.º 01, Goyaz, 15 de agosto de 1926, p. 04. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Collegio Sant’Anna. Resultado dos exames do meio do anno lectivo. 4º anno da Escola Primária. O Lidador, anno IX, n.º 11, Goyaz, 09 de março de 1911, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Collegio Sant’Anna. Resultados dos exames do fim do anno letivo. Curso secundário. 2.º anno. O Lidador, anno X, n.º 32, Goyaz, 08 de agosto de 1912, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Collegio Sant’Anna. Curso secundário. O Lidador, anno XI, n.º 11, Goyaz, 13 de março de 1913, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás Casa Frei Simão Dorvi, Goiás, Goiás.

Collegio Sant’Anna. Publicamos em seguida o resultado dos exames realizados no Collegio Sant’Anna desta Capital, no meio do anno letivo. Curso secundário. O Lidador, anno XII, n.º 12, Goyaz, 19 de março de 1914, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Collegio Sant’Anna. Collegio Sant’Anna. Curso normal, 1º anno. O Lidador, anno XIII, n.º 32, Goyaz, 12 de agosto de 1915, p. 02.

Conferenciass sobre o feminismo (simples apanhados), M. Fontes Ferreira. Petropolis, RJ: Typographia das Vozes de Petropolis, 1927. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Communicado. Um ilustre colaborador enviou-nos para ser publicado o seguinte. Goyaz, anno VIII, n.º 365, Sexta-feira, 30 de setembro de 1892, p. 03. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Correspondencia, Rosseira Zellosa Matutina Meyapontense, n.º 98, sábado, 13 novembro. 1830, p. 03-04. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Correspondencia, A Apaixonada. Matutina Meypontense, n.º 115, quinta feira, 23 de dezembro de 1830, p. 03-04. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Correspondencia, O Apaixonado do Sul. Matutina Meypontense, n.º 119, sabbado, 12 de março de 1831, p. 03-04. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Correspondencia, O Apaixonado do Sul. Matutina Meypontense, n.º 119, sabbado, 12 de março de 1831, p. 03-04.

Cronica de Goiaz, Cora Coralina. Sul de Goiaz, anno I, n.º 41, Catalão, 16 de abril de 1908, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

D. Jacintha Brandão. Voz do Povo, anno VIII, n.º 354, Goyaz, domingo, 04 de novembro de 1934, p. 02. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Diversões. LUSO BRASILEIRO. Nova Era, anno I, n.º 11, Goyaz, 01 de novembro de 1914, p. 04. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Dr. Sebastião Fleury Curado. Voz do Povo, anno I, n.º 31, Goyaz, Capital, 20 de janeiro de 1928, p. 01.

Duas palavras, Luis do Couto. O Lar, anno I, n.º 01, Goyaz, 15 de agosto de 1926, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

É Ella, Crase. O Lyceu, anno II, n.º 21, Goyaz, 07 de fevereiro de 1918, p. 02. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Entrelinhas – Serenatas, Suzana. Nova Era, anno III, n.º 102, Goyaz, 12 de outubro de 1916, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Entrelinhas – A margem de um livro, Suzana. Nova Era, anno III, n.º 116, Goyaz, 21 de março de 1918, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Entrelinhas, Suzana. Nova Era, anno III, s/nº, Goyaz, 28 de setembro de 1916, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Escritura Particular de Doação de Bens Móveis de Consuelo Ramos Caiado em favor do Gabinte Litterario Goyano, 1982. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Estado sanitario, Goyaz, anno IX, n.º 453, sexta feira, 08 de junho de 1894, p. 02

Explicando, Oscarlina. O Lar, anno VI, n.º 109 e 110, Goyaz, 01 e 15 de março de 1932, p. 01-02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Equiparação do “Collegio S. Anna” á Escola Normal. O Lidador, anno XIII, n.º 23, Goyaz, 10 de junho de 1915, p. 01-02. Estatutos do Collegio de Sant’Anna em Goyaz. Equiparado á Escola Normal do Estado. O Lidador, anno XIII, n.º 27, Goyaz, 08 de julho de 1915, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Equiparação do “Collegio S. Anna” á Escola Normal. O Lidador, anno XIII, n.º 23, Goyaz, 10 de junho de 1915, p. 01-02. Estatutos do Collegio de Sant’Anna em Goyaz. Equiparado á Escola Normal do Estado. O Lidador, anno XIII, n.º 27, Goyaz, 08 de julho de 1915, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Escola de Pharmácia e Odontologia de Goyaz. O Democrata, anno IX, n.º 480, Goyaz, 06 de janeiro de 1927, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Escola de Pharmácia e Odontologia de Goyaz. O Democrata, anno X, n.º 537, Goyaz, 6 de janeiro de 1928, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Federação Goyana pelo Progresso Feminino, texto informativo da fundação e propostas. Goyaz, 1931. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Femina, Grace Machado. O Lar, anno II, n.º 27, Goyaz, 15 de setembro de 1927, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Films Paramount. O Lar, anno II, n.º 27, Goyaz, 15 de setembro de 1927, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Flores, Altair Camargo. Goyaz, anno XXXIII, n.º 1546, sabbado, 24 de agosto de 1918, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Fora do Lar, Indiscreta. O Lar, anno I, n.º 01, Goyaz, 15 de agosto de 1926, p. 05. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Fora do lar, Indiscreta. O Lar, anno I, n.º 24, Goyaz, 01 de agosto de 1927, p. 04. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Gabinete Litterario de Goyaz. O Lar, anno III, n.º 67, Goyaz, 15 de maio de 1929, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Idyllio, Ivo de Lys. O Lyceu, anno I, n.º 13, Goyaz, 03 de julho de 1917, p. 01. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Instrução Superior – Collação de grãos. O Democrata, anno VIII, n.º 437, Goyaz, 02 de janeiro de 1926, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Jazz familiar, Alfr. de Castro. O Lar, anno I, n.º 02, Goyaz, 30 de agosto de 1926, p. 04. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Junto de recursos, voto feminino. Voto vencido do dr. Luiz do Couto, Procurador Geral do Estado. O Democrata, anno X, n.º 587, Goyaz, 22 de dezembro de 1928, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

King-Kong, Consuelo Ramos Caiado, s/d. Soneto encontrado entre as muitas anotações de Consuelo Caiado. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Letras em Goyaz, Augusto Rios. Nova Era, anno II, n.º 85, Goyaz, 15 de junho de 1916, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Livro de tombo de obras e demais títulos do Gabinete Litterario Goyano e Bloco de anotações sobre mudanças nos estatutos, movimento de caixa e de sócios. Goyaz, 1929. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Livros de registro de entrada e saída de livros retirados pelos sócios do Gabinete Litterario Goyano n.º 01 (Goyaz, 01 de maio de 1929); n.º 02 (Goyaz, 09 de agosto de 1929) e n.º 03 (Goyaz, 14 de novembro de 1929). Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Lirio envenenado, Cora Coralina. Sul de Goiaz, anno I, n.º 38, Catalão, 05 de abril de 1908, p. 01-02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Loucuras, Doidinha. Nova Era, anno II, n.º 61, Goyaz, 09 de dezembro de 1915, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Loucuras. Nova Era, anno II, n.º 70, Goyaz, 10 de fevereiro de 1916, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Meyaponte. Matutina Meypontense, n.º 18, 04 de maio de 1830, sabbado, p. 02. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Musa Alegre, Doro Teu. O Lyceu, anno I, n.º 13, Goyaz, 03 de julho de 1917, p. 04. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Notícias da Cidade, João Ninguem (Especial para a Voz do Povo). Voz do Povo, anno I, n.º 19, Goyaz, Capital, 28 de outubro de 1927, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação educacional da cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Nota Chic, Lysia Sansia. Thuribulo, anno I, n.º 07, Goyaz, 20 de agosto de 1912, p. 01. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Notas, Nemo. O Democrata, anno IX, n.º 502, Goyaz, 06 de maio de 1927, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Nova Era, anno II, n.º 58, Goyaz, 18 de novembro de 1915, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Novena do “lembrai-vos” a Nossa Senhora do Sagrado Coração. Esperança dos desesperados. Triduo de ações de graças pelos Missionários do S. Coração de Jesus. Campinas, SP, 1940. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Novidades musicais. A Semana, anno II, n.º 52, Goyaz, 05 de fevereiro de 1912, p. 02. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

O feminismo, Genezy de Castro. O Lar, anno II, n.º 33, Goyaz, 15 de dezembro de 1927, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Olygarchia goyana. Voz do Povo, anno I, n.º 04, Goyaz, Capital, 15 de julho de 1927, p. 04. Gabinete Litterario Goyano/Fundação educacional da cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

O Lar, Marilda Palínia. O Lar, anno II, n.º 25, Goyaz, 15 de agosto de 1927, p. 07. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

O valor da Imprensa. Voz do Povo, anno I, n.º 01, Goyaz, Capital, 24 de junho de 1927, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação educacional da cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

O feminismo, Oscarlina. O Lar, anno IV, n. 93, Goyaz, 30 de junho de 1931, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Os cabelos femininos. O Democrata, anno VII, n. 344, Goyaz, 16 de fevereiro de 1924, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

O canto dos sabiás, Goyaz, anno IV, n.º 163, sabbado, 03 de novembro de 1888, p. 01-02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Os Cinemas, Chavery de Torbi. O Democrata, anno VIII, n.º 432, Goyaz, 20 de novembro de 1925, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

O Democrata, anno I, n.º 49, Goyaz, 22 de dezembro de 1917, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Outubro. O Lar, anno III, n.º 54, Goyaz, 31 de outubro de 1928, p. 04. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

O penteado moderno. O Democrata, anno IX, n.º 508, Goyaz, 17 de junho de 1927, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

O voto feminino. O Lar, anno III, n.º 54, Goyaz, 31 de outubro de 1928, p. 04. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

O voto feminino perante a justiça (alguns julgados). Publicações da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, n.º 09, 1929. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Palavras ligeiras, Suzana. Nova Era, anno II, n.º 90, Goyaz, 20 de julho de 1916, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Palavras ligeiras, Suzana. Nova Era, anno III, n.º 94, Goyaz, 17 de agosto de 1916, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Palhetas de Ouro. Pequenos conselhos para a santificação e a felicidade da vida. Avignon, França: Aubanel Irmãos imprassôres de N.S.P, o Papa, 1913. Arquivo de Consuelo Ramos Caiado. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Patriotismo, Oscarlina Alves Pinto. O Lar, anno I, n.º 03, Goyaz, 15 de setembro de 1926, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Pelo Theatro. O Lyceu, anno I, n.º 16, Goyaz, 25 de agosto de 1917, p. 01. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Processo immoral. Voz do Povo, anno I, n.º 02, Goyaz, Capital, 01 de julho de 1927, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação educacional da cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Prospecto. Matutina Meyapontense, n.º 01, 05 de março de 1830, sexta feira, p. 01. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Psychologias modernas, Maria Ferreira de Azevedo. O Lar, anno II, n.º 43, Goyaz, 15 de maio de 1928, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Relatório sobre o estado do Gabinete e das ocorrências nelle verificadas, p. 02-03. Goyaz, 21 de abril de 1932. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Registros de Leitura do ano de 1893. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Registros de Leitura do ano de 1894. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Registros de Leitura do ano de 1899 de D. Iracema de Carvalho Caiado, s/p. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Ring. Nova Era, anno II, n.º 61, Goyaz, 09 de dezembro de 1915, p. 04. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Roubos de livros protestantes. Goyaz, anno XV, n.º 650, sabbado, 26 de julho de 1900, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Sabbatina. A Imprensa, anno VII, n.º 302, Goyaz, 06 de maio de 1911, p. 02. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Saudades, Altair Camargo. O Lar, anno I, n.º 01, Goyaz, 15 de agosto de 1926, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Secção Noticiosa. O Publicador Goyano, anno I, n.º 18, Goyaz, sábado, 27 de junho de 1885, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Senhorita Consuelo Caiado. O Democrata, anno VIII, num. 399, Goyaz, 13 de março de 1925, p. 01. Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Sonhos, Alarico Bastos. O Lyceu, anno I, n.º 13, Goyaz, 03 de julho de 1917, p. 02. Gabinete Litterario Goyano, Goiás, Goiás.

Sursum Corda, Grace Machado. O Lar, anno II, n.º 35, Goyaz, 15 de janeiro de 1928, p. 01. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Verso manuscrito e encontrado entre os poemas guardados por Consuelo Caiado. Gabinete Litterario Goyano/ Fundação Educacional da Cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Voto vencido do dr. Luiz do Couto, Procurador Geral do Estado. O Democrata, anno X, n.º 586, p. 03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação Educacional da cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Voz do Povo, anno I, n.º 11, Goyaz, Capital, 02 de setembro de 1927, p. 01-02-03. Gabinete Litterario Goyano/Fundação educacional da cidade de Goiás “Casa Frei Simão Dorvi”, Goiás, Goiás.

Acervos particulares

Ai! “Bem-te-vi”. O Bem-Te-Vi, anno I, n.º 03, Goyaz, 01 de janeiro, 1916, p. 08. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos, Goiás, Goiás.

A mulher. Bem-Te-Vi, anno I, n.º 03, Goyaz, 01 de janeiro de 1916, p. 08. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos.

A pedidos. Bem-Te-Vi, anno I, n.º 01, Goyaz, 28 de novembro de 1915, p. 05. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos, Goiás, Goiás.

Bem-Te-Vi, anno I, n.º 03, Goyaz, 01 de janeiro de 1916, p. 05. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos, Goiás, Goiás.

Bem-Te-Vi, anno II, n.º 02, s/d, p. 01. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos, Goiás, Goiás.

Bem-Te-Vi, anno II, n.º 02, s/d, p. 02. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos, Goiás, Goiás.

Bem-Te-Vi, anno II, n.º 02, s/d, p. 02. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos, Goiás, Goiás.

E o amor. Bem-Te-Vi, anno I, n.º 06, Goyaz, 21 de maio de 1919, p. 01. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos.

Palestra íntima. O Bem-Te-Vi, anno III, s/n.º, Goyaz, outubro de 1918, p. 04. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos, Goiás, Goiás.

Resignação – Á Zefinha, Elia. Bem-Te-Vi, anno I, n.º 07, Goyaz, 24 de junho de 1916. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos.

Trepações. Bem-Te-Vi, anno I, n.º 01, Goyaz, 28 de novembro de 1915, p. 03. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos, Goiás, Goiás.

Cidade de Goiânia

Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC)

Diário de Anna Joaquina da Silva Marques, mês de abril, p. 512. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), Pontifícia Universidade Católica da Goiás, Goiânia, Goiás.

Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG)

Acta da decima sessão do Instituto Histórico e Geographico de Goiaz, 25 de junho de 1938, Goiânia. Livro de Atas, n.º 01, 1932/1942, p. 11. Arquivo Histórico de Goiás, Goiânia, Goiás.

Cidade do Rio de Janeiro

Biblioteca Nacional

A Beleza Feminina, Cora Coralina. A Rosa, anno II, n.º 35, Goyaz, 15 de outubro de 1908, p. 01-02-03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

A Beleza Feminina, Cora Coralina. A Rosa, anno II, n.º 36, Goyaz, 22 de outubro de 1908, p. 01-02-03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

A Beleza Feminina, Cora Coralina, A Rosa, anno II, n.º 37, Goyaz, 29 de outubro de 1908, p. 01-02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Academia de Direito. Escola Normal. Instalação Solemne. Goyaz, anno XVIII, n.º 755, sexta-feira, 6 de março de 1903, p. 01-02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Actos do governo. Goyaz, ann V, n.º 201, sexta-feira, 26 de julho de 1889, p. 04. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

A emancipação da mulher, de Narciza Amalia. Texto transcrito do Diario Mercantil e republicado no jornal Goyaz, anno II, n. 93, sexta-feira, 01 de julho de 1887, p. 02-03. Biblioteca Nacional, Goiás, Goiás.

A fallencia do feminismo. Diario Carioca, anno I, n.º 109, Rio de Janeiro, terça-feira, 20 de novembro de 1928, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

A granel. Goyaz, anno III, n. 122, sexta-feira, 20 de janeiro 1888, p. 04. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

A Loira. Goyaz, anno V, n.º 236, sexta-feira, 29 de março de 1890, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

A situação da mulher. Goyaz, anno V, n. 244, sexta-feira, 23 de maio de 1890, p. 01. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

As mulheres na política. Goyaz, anno IV, sabbado, 24 de agosto de 1889, n.º 205, p. 01-02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Cigarros Goyanos. Jornal do Commercio, anno 105, n.º 41, Rio de Janeiro, quinta-feira, 18 de fevereiro de 1932, p. 16. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Chroniqueta. A Rosa, anno II, n.º 33, Goyaz, 24 de setembro de 1908. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Chroniqueta, Cora Coralina. A Rosa, anno II, n.º 35, Goyaz, 15 de outubro de 1908, p. 01. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Chroniqueta, Cora Coralina. A Rosa, anno II, n.º 35, Goyaz, 15 de outubro de 1908, p. 01. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Congresso feminil. Goyaz, anno IV, sexta-feira, 30 de agosto de 1889, n.º 206, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Cora Coralina. Goyaz, anno XXIV, n. 1023, sexta-feira, 01 de agosto de 1908, p. 02-03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Correio Official, n. 393, Goyaz, sabbado, 11 de novembro de 1871, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Cuidado com ellas. Goyaz, anno IX, n. 435, sexta-feira, 01 de fevereiro de 1894, p. 01. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Democrata. Goyaz, anno I, n. 34, sexta-feira, 15 de maio de 1886, p. 01. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Doutora Brasileira. Goyaz, anno III, n. 121, sexta-feira, 13 de janeiro de 1888, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Doutora. Goyaz, anno III, n. 169, sexta-feira, 14 de dezembro de 1888, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Eleitoras. Goyaz, anno V, n.º 210, sexta-feira, 27 de setembro de 1889, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Eleitoras. Goyaz, anno V, n. 211, sexta-feira, 04 de outubro de 1889, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Eleitoras. Goyaz, anno V, n. 212, sexta-feira, 11 de outubro de 1889, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Emancipação da mulher. Goyaz, anno V, n. 244, sexta-feira, 23 de maio de 1890, p. 01. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Emancipação da mulher. Goyaz, anno XV, n. 632, sabbado, 27 de janeiro de 1900, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Emquanto as horas voam.... Diario da Manhã, anno XXI, n.º 733, Estado do Espírito Santo, Victoria, Sexta-feira, 20 de janeiro de 1928, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Encerra-se hoje a inscrição. O Paiz, anno XXIII, n.º 8296, Rio de Janeiro, sexta-feira, 21 de junho de 1907, p. 04. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Expediente. A Rosa, anno II, n.º 34, Goyaz, 30 de setembro de 1908, p. 04. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Feminismo. Goyaz, anno XXV, n. 1105, sexta-feira, 05 de março de 1910, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Festival abolicionista. Goyaz, anno II, n. 102, sexta-feira, 02 de setembro de 1887, p. 01. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Folhetim. Se tal pontinhos. Goyaz, anno V, n. 211, sexta-feira, 04 de outubro de 1889, p. 03-04. Biblioteca Nacional, Goiás, Goiás.

Gambias. Goyaz, anno I, n.º 44, sexta-feira, 24 de julho de 1886, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Goyanas Illustres. Goyaz, anno III, n. 132, quinta-feira, 29 de março de 1888, p. 01. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Governo Provincial, Expedientes, dia 08 de março de 1871. Correio Official, Goyaz, sabbado, 18 e março de 1871, n.º 361, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Imprensa. Goyaz, anno V, n. 213, sexta-feira, 18 de outubro de 1889, p. 02. Biblioteca Nacional, Goiás, Goiás.

Interior, Goyaz. Constitucional, Rio de Janeiro, anno III, n.º 74, quinta feira, 20 de junho de 1864, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Jornaes Goyanos. Goyaz, anno II, n.º 53, 28 de setembro de 1886, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Libertação de Goyaz, homenagem a Felix de Bulhões. Goyaz, anno III, n. 132, quinta-feira, 29 de março de 1888 p. 01-04. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz, na abertura da 3ª sessão ordinária da 9ª legislatura, a 13 de maio de 1923, pelo coronel Miguel Rocha Lima, 2º Vice-Presidente em exercício. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Mensagem apresentada ao Congresso legislativo a 13 de maio de 1924 pelo Coronel Miguel Rocha Lima, presidente do Estado, p. 61. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz, apresentada a 13 de maio de 1929 pelo Presidente do Estado Dr. Brasil Ramos Caiado, Officinas do Correio Official, Goyaz, 1929, p. 60. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz, apresentada a 13 de maio de 1922 para Presidente do Estado, Cel. Eugenio Rodrigues Jardim, Goyaz, Typographia do Correio Official, 1922, p. 11. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Mulheres eleitoras. – Diz a tribuna Liberal. A Província do Espirito-Santo, anno VIII, n. 2068, Victoria, quinta feira, 24 de outubro de 1889, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Mulheres eleitas. Goyaz, anno IV, n. 184, sabbado, 29 de março de 1889, p. 04. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Mulheres eleitoras. Goyaz, anno V, n. 209, sexta-feira, 20 de setembro de 1889, p. 04. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Mulheres políticas. Goyaz, anno V, n. 295, sexta-feira, 15 de maio de 1891, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Novidades. Eleitoras. A Familia, anno I, n. 39, Côrte, 23 de novembro e 1889, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

No teu natalício. Goyaz, anno III, n.º 139, sexta-feira, 18 de maio de 1888, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Notícias. Baile ao Congresso. Goyaz, anno XVII, n.º 727, sabbado, 24 de junho de 1902, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

O dia 7 de setembro. Correio Official, n. 34, Goyaz, sabbado, 10 de setembro de 1887, p. 01. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

O Dr. José Leopoldo de Bulhões e o 2.º districto. O Publicador Goyano, anno I, n. 37, Goyaz, sabbado, 07 de outubro de 1883, p. 04. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

O feminismo em marcha. O Paiz, anno XLV, n.º 16077, Rio de Janeiro, sexta-feira, 26 de outubro de 1928, p. 06. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

O Goyano da Gemma. Goyaz, em 02 de dezembro de 1887, n.º 115, p. 04. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

O Paiz, anno XI, n.º 5111, Rio de Janeiro, 02 de outubro de 1898, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Os Clubs do Interior. O Malho, anno XIV, n.º 651, Rio de Janeiro, 06 de março de 1915, p. 29. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

O sábio anti-feminista goyano. A Manhã, anno VI, n.º 921, Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 1928, p.01. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

O Século, anno II, n.º 364, Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1907, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

O ultimo baile. Goyaz, anno V, n. 216, sexta-feira, 08 de outubro de 1889, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

O voto feminino em Goyaz. A Manhã, anno VI, n.º 939, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1928, p. 01. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Por que fumam as mulheres, Rachel de Queiroz, a grande escriptora cearense, responde a “enquete” de “A Cigarra-Magazine”, por M. Lucia. A Cigarra Magazine, Rio – S. Paulo, anno XVIII, n.º 67, out. 1939, p. 111-112. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Projeto de lei. Diário da Câmara dos deputados a Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil, n.º 63, 1827, p. 853-854. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Projeto de lei. Diario da Camara dos deputados a Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil, n.º 63, 1827, p. 853-854. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Publicações a pedido. Convite. Goyaz, anno VIII, n.º 365, Sexta-feira, 30 de setembro de 1892, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Rachel de Queiroz. Diretrizes, Revista Semanal, Rio de Janeiro, anno IV, n.º 58, 31 jul. 1941, p. 5. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Reforma eleitoral. Goyaz, anno V, n. 212, sexta-feira, 11 de outubro de 1889, p. 02. Cf. Legislação. Ministério do Império. Regulamento para a execução da lei eleitoral. Decreto nº 3.029, de 09 de janeiro de 1881. Gazeta Jurídica, Revista mensal de Doutrina Jurisprudência e legislação, redactor Carlos Frederico Marques Perdigão, membro efectivo do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, v. XXXII, anno IX, julho a setembro de 1881. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1881, p. 533. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Relatório apresentado pelo Exm.º Sr. Dr. Aristides de Sousa Spinola. Instrução Pública. Correio Official, anno XLII, n.º 35, Goyaz, quarta feira, 18 de junho de 1879, p. 01-02-03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Rompimento. Revista da Semana, anno X, n.º 507, Rio de Janeiro, domingo, 30 de janeiro de 1910, p. 06. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Rosario. Goyaz, anno III, n.º 125, sexta-feira, 10 de fevereiro de 1888, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Saudades. Goyaz, anno II, n.º 95, sexta-feira, 15 de julho de 1887, p. 03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Senhora Typographa. O Publicador Goyano, anno I, n.º 31, Goyaz, sabbado, 26 de setembro de 1885, p. 04. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Senhoras eleitoras. Goyaz, anno V, n. 213, sexta-feira, 18 de outubro de 1889, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Soirée Rose. A Rosa, anno II, n.º34, Goyaz, 30 de setembro de 1908, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Tragédia na Roça. O Commercio, anno I, n.º 44, Cuiabá, Mato Grosso, 29 de dezembro de 1910, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Uma brasileira com titulo de eleitor. Goyaz, anno IV, n. 205, sabbado, 24 de agosto de 1889, p. 02. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Uma doutora. Goyaz, anno IV, n. 205, sabbado, 24 de agosto de 1889, p. 01. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Voto de gratidão. Goyaz, anno III, n. 132, quinta-feira, 29 de março de 1888, p. 02-03. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Arquivo Nacional

Ata de fundação e Estatutos da Associação Goyana pelo Progresso Feminino, 1932, p. 01. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Correspondência de Bertha Lutz para Consuelo Caiado, Rio de Janeiro, dezembro de 1931. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Correspondência de Consuelo Ramos Caiado para Bertha Lutz, 1931. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Correspondência de Alice Pinheiro Coimbra para Consuelo Caiado, Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1932. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Correspondência de Consuelo Caiado para Alice Pinheiro Coimbra, Goyaz, 15 de maio de 1932. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Estatutos da Federação Goyana pelo Progresso Feminino, 1931, p. 01. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Telegrama de Bertha Lutz para Luiz do Couto, Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 1928. Arquivo Nacional.

Telegrama de Bertha Lutz para Consuelo Ramos Caiado, Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 1928. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Museu Nacional

Carta de Bertha Lutz a Clovis Esselin em 23 de novembro de 1928. Museu Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Carta de Jacintha Luiza a Bertha Lutz. Goyaz, 25 de março de 1933. Museu Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Carta da Comissão das goyanas a Bertha Lutz. Goyaz, 03 de abril de 1933. Museu Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Carta de Bertha Lutz para Consuelo Caiado em 21 de maio de 1931. Museu Nacional, Rio de Janeiro.

Carta de Antonio Ramos Caiado para Consuelo Caiado em 15 de julho de 1935. Museu Nacional, Rio de Janeiro.

Correspondência enviada a Bertha Lutz em 25 de março de 1933 por Jacintha Luiza do Couto Brandão Peixoto. Museu Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Correspondência de Bertha Lutz para juiz Clovis Esselin, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1928. Museu Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Correspondência de Consuelo Ramos Caiado para Bertha Lutz, Rio, 28 de março de 1930. Museu Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Despacho proferido pelo Dr. Moacyr José de Mores, juiz de direito de Formosa, Goyaz. O voto feminino perante a justiça (alguns julgados). Rio de Janeiro: Publicações da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, n.º 09, 1929, p. 41. Museu Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Despacho proferido pelo Dr. Moacyr José de Mores, juiz de direito de Formosa, Goyaz. O voto feminino perante a justiça (alguns julgados). Rio de Janeiro: Publicações da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, n.º 09, 1929, p. 42.

Discurso de D. Bertha Lutz. Homenagem das senhoras brasileiras a ilustre presidente da União Interamericana de Mulheres. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comercio, de Rodrigues & C. 1925, p. 09-16. Museu Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Memorial a Exma. Sra. D. Darcy Vargas. Goyaz, 25 de março de 1933. Museu Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Telegrama de Bertha Lutz para Consuelo Ramos Caiado em 02 de dezembro de 1928. Museu Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Telegrama de Olegario Pinto a Bertha Lutz em 21 de janeiro de 1928. Museu Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Sentença do Dr. Clovis Esselin, Juiz de direito de Santa Luzia, Goyaz. O voto feminino perante a justiça (alguns julgados). Rio de Janeiro: Publicações da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, n.º 09, 1929, p. 30. Museu Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Sentença do juiz de direito da 1ª vara de Natal, Dr. M. Xavier C. Montenegro. O voto feminino perante a justiça (alguns julgados). Rio de Janeiro: Publicações da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, n.º 09, 1929, p. 05-12. Museu Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Acervo de O Globo

Goyaz e o seu movimento feminista. O Globo, anno IV, n.º 1194, Rio de Janeiro, segunda-feira, 12 de novembro de 1928, p. 06.